

DOMENICO LOSURDO

Stalin

História crítica de uma lenda negra

Com um ensaio de *Luciano Canfora*

Tradução:
Jaime A. Clasen



Editora Revan

Copyright © 2010 by Domenico Losurdo

Edição original: *Storia e critica di una leggenda nera* – Carocci Editore S.p.A. 2008

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Tradução
Jaime A. Clasen

Revisão da tradução
Giovanni Semeraro

Revisão
Roberto Teixeira

Capa
Conforme desenho da edição original de Carocci editore.

Impressão e acabamento
(Em papel off-set 75g após paginação eletrônica em tipo Times New Roman, 11/13)
Divisão Gráfica da Editora Revan.

CIP-BRASIL - Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros - RJ

L89s

Losurdo, Domenico, 1941-
Stalin: história crítica de uma lenda negra / Domenico Losurdo; com um ensaio de Luciano Canfora; tradução de Jaime A. Clasen. - Rio de Janeiro - Revan, 2010. 2ª edição, março de 2011.
384p.

Tradução de: *Stalin: storia e critica di una leggenda nera*

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7106-411-9

1. Stalin, Joseph, 1879-1953. 2. Chefes de Estado - Chefes de Estado - União Soviética - Biografia. 3. União Soviética - História - 1925-1953. I. Título.

10-5411.

CDD: 947.084
CDU: 94(47+57)

022398

20.10.10

05.11.10

Sumário

- Prefácio:** A virada na história da imagem de Stalin 9
Da Guerra Fria ao Relatório Kruschiov 9
Para uma comparatística em todo campo 15
- 1. Como precipitar um deus no inferno: o Relatório Kruschiov** 19
Um “enorme, sombrio, caprichoso, degenerado mostro humano” 19
A grande guerra patriótica e as “invenções” de Kruschiov 22
Uma série de campanhas de desinformação e Operação Barbarossa 24
O rápido delineamento do fracasso da guerra-relâmpago 28
A falta de “bom-senso” e “as deportações em massa de populações inteiras” 35
O culto da personalidade na Rússia de Kerenski a Stalin 41
- 2. Os bolcheviques: do conflito ideológico à guerra civil** 47
A Revolução Russa e a dialética de Saturno 47
O Ministério do Exterior “fecha as portas” 49
O fim da “economia do dinheiro” e da “moral mercantil” 55
“Não fazer mais distinção entre teu e meu”: o desaparecimento da família 63
A condenação da “política dos chefes” ou a “transformação do poder em amor” 65
O assassinato de Kirov: complô do poder ou terrorismo? 70
Terrorismo, golpe de Estado e guerra civil 75
Conspiração, infiltração no aparelho estatal e “linguagem esópica” 78
Infiltração, desinformação e apelos à insurreição 83
Guerra civil e manobras internacionais 86
Entre “derrubada bonapartista”, “golpe de Estado” e desinformação: o caso Tukhatchevski 91
Três guerras civis 95

3. Entre século XX e longa duração, entre história do marxismo e história da Rússia: as origens do "stalinismo" 99

- Uma catástrofe anunciada 99
- O Estado russo salvo pelos que apoiavam a "extinção do Estado" 104
- Stalin e a conclusão do segundo período das desordens 107
- Utopia exaltada e prolongamento do estado de exceção 109
- Do universalismo abstrato à acusação de traição 114
- A dialética da revolução e a gênese do universalismo abstrato 117
- Universalidade abstrata e terror na Rússia soviética 121
- O que significa governar: um atormentado processo de aprendizagem 125

4. O andamento complexo e contraditório da era de Stalin 131

- Do relançamento da "democracia soviética" à "noite de São Bartolomeu" 131
- Do "democratismo socialista" ao Grande Terror 139*
- Do "socialismo sem ditadura do proletariado" ao atarraxamento da Guerra Fria 141
- Burocratismo ou "fé fervorosa"? 144
- Um universo concentracionário rico em contradições 151
- Sibéria czarista, "Sibéria" da Inglaterra liberal e Gulag soviético 159*
- O universo concentracionário na Rússia soviética e no III Reich 161
- Gulag, Konzentrationslager e terceiro ausente 166*
- O despertar nacional na Europa oriental e nas colônias: duas respostas contrárias 170
- Totalitarismo ou ditadura desenvolvimentista? 174

5. Recalcamento da história e construção da mitologia. Stalin e Hitler como monstros gêmeos 181

- Guerra Fria e reductio ad Hitlerum do novo inimigo 181
- O culto negativo dos heróis 184
- O teorema da afinidade eletiva entre Stalin e Hitler 187
- O holocausto ucraniano como equivalente do holocausto judaico 198

- A carestia terrorista na história do Ocidente liberal 205
- Simetrias perfeitas e autoabsoluções: antissemitismo de Stalin? 209
- Antissemitismo e racismo colonial: a polêmica Churchill-Stalin 214
- Trotsky e a acusação de antissemitismo a Stalin 217
- Stalin e a condenação do antissemitismo czarista e nazista 220
- Stalin e o apoio à fundação e à consolidação de Israel 225
- A virada da Guerra Fria e a chantagem ao casal Rosenberg 230
- Stalin, Israel e a comunidade judaica da Europa oriental 233
- A questão do "cosmopolitismo" 237
- Stalin na "corte" dos judeus, os judeus na "corte" de Stalin 242
- De Trotsky a Stalin, do monstro 'semita' ao monstro 'antisemita' 245

6. Psicopatologia, moral e história na leitura da era de Stalin 247

- Geopolítica, terror e 'paranoia' de Stalin 247
- A 'paranoia' do Ocidente liberal 253
- Imoralismo ou indignação moral 256
- A reductio ad Hitlerum e as suas variantes 263
- Conflitos trágicos e dilemas morais 269
- A Katyn soviética e a 'Katyn' estadunidense e sulcoreana 274
- Inevitabilidade e complexidade do juízo moral 277
- Stalin, Pedro o Grande e o "novo Lincoln" 278

7. A imagem de Stalin entre história e mitologia 285

- As diversas fontes históricas da atual imagem de Stalin 285
- As vicissitudes alternadas da imagem de Stalin 287
- Motivos contraditórios na demonização de Stalin 293
- Luta política e mitologia entre Revolução Francesa e Revolução de Outubro 296

8. Demonização e hagiografia na leitura do mundo contemporâneo 301

- Do esquecimento do segundo período de desordens na Rússia ao esquecimento do Século das humilhações na China 301

O recalçamento da guerra e a produção em série dos monstros gêmeos de Hitler 307

Socialismo e nazismo, arianos e angloceltas 311

A Nuremberg anticomunista e a negação do princípio do tu quoque 315

Demonização e hagiografia: o exemplo do “maior historiador moderno vivo” 321

Revoluções abolicionistas e demonização dos “brancófagos” e dos bárbaros 324

A história universal como “grotesca vicissitude de monstros” e como “teratologia”? 327

De Stalin a Gorbatchov: como acaba um império – de Luciano Cândora 335

Bibliografia 351

Índice de nomes 373

Prefácio

A virada na história da imagem de Stalin

Da Guerra Fria ao Relatório Kruschiov

Manifestações imponentes de pesar acompanharam o desaparecimento de Stalin. Enquanto ele agonizava, “milhões de pessoas apinharam-se no centro de Moscou para prestar a última homenagem” ao líder que morria. Em 5 de março de 1953, “milhões de cidadãos choraram a sua perda como se fosse um luto pessoal”.¹ A mesma reação verificou-se nos recantos mais remotos do imenso país, por exemplo, numa “pequena aldeia” que, assim que fora informada do acontecido, caiu num luto espontâneo e unânime.² A “consternação geral” difundiu-se muito além das fronteiras da URSS: “Nas ruas de Budapeste e de Praga, muitos choravam”.³

A milhares de quilômetros do campo socialista, também em Israel a reação de pesar foi geral: “Todos os membros do MAPAM, sem excluir ninguém, choraram”, e tratava-se do partido ao qual tinham aderido “todos os primeiros líderes” e “quase todos os combatentes”. À dor juntou-se o medo. “O sol se pôs” – foi a manchete do jornal do movimento dos kibbutz, *al Hamishmar*. Tais sentimentos foram por algum tempo compartilhados por representantes de primeiro escalão do aparelho estatal e militar: “Noventa oficiais daqueles que tinham participado da guerra de 1948, a grande Guerra de Independência dos judeus, uniram-se numa organização clandestina armada filo-soviética [senão filo-stalinista] e revolucionária. Destes, onze se tornaram depois generais e um tornou-se ministro, e agora são honrados como pais da pátria de Israel”.⁴

No Ocidente, não foram apenas os dirigentes e os militantes dos partidos comunistas ligados à União Soviética que prestaram homenagem ao líder desaparecido. Um historiador (Isaac Deutscher), que era um fervoroso admirador de Trotski, escreveu um necrológico rico de agradecimentos:

¹ Medvedev (1977), p. 705; Zubkova (2003), legendas anexadas às fotos 19-20.

² Thurston (1996), pp. xiii-xiv.

³ Fejtő (1971), p. 31.

⁴ Nirenstein (1997).

No decorrer de três décadas, o aspecto da União Soviética transformou-se completamente. O núcleo da ação histórica do stalinismo é este: ele encontrou a Rússia que arava a terra com arados de madeira e a deixou dona da bomba atômica. Elevou a Rússia ao grau de segunda potência industrial do mundo e não se tratou apenas de uma questão de puro e simples progresso material e de organização. Não se poderia obter um resultado semelhante sem uma vasta revolução cultural, no decorrer da qual se mandou para a escola um país inteiro para que recebesse uma instrução extensiva.

Em conclusão, embora condicionado e em parte desfigurado pela herança asiática e despótica da Rússia czarista, na URSS de Stalin “o ideal socialista tinha uma integridade inata, compacta”.

Neste balanço histórico não havia mais lugar para as acusações ferozes em seu tempo dirigidas por Trotski ao líder desaparecido. Que sentido tinha condenar Stalin como traidor do ideal da revolução mundial e teórico capitulacionista do socialismo num só país, num momento em que a nova ordem social se expandia na Europa e na Ásia e a revolução quebrava “a sua casca nacional”?⁵ Zombado por Trotski como “pequeno provinciano transferido por brincadeira da história para o plano dos grandes acontecimentos mundiais”,⁶ em 1950 Stalin se tornara, aos olhos de um filósofo ilustre (Alexandre Kojève), encarnação do espírito hegeliano do mundo e fora por isso chamado a unificar e a dirigir a humanidade recorrendo, quando necessário, a métodos enérgicos e combinando sabedoria e tirania na sua ação.⁷

Fora dos ambientes comunistas, ou da esquerda filo-comunista, apesar de grassar a Guerra Fria e arrastar-se a guerra quente na Coreia, no Ocidente a morte de Stalin estimulou necrológios em geral “respeitosos” ou “equilibrados”. Naquele tempo “ele era ainda considerado um ditador relativamente benigno e até um estadista, e na consciência popular persistia a lembrança afetuosa do “tio Joe”, o grande líder de guerra que tinha guiado o seu povo à vitória sobre Hitler e tinha ajudado a salvar a Europa da barbárie nazista”.⁸ Ainda não tinham sumido as ideias, as impressões e as emoções dos anos da Grande Aliança contra o III Reich e os seus aliados, quando – lembrou Deutscher em 1948 – “estadistas e generais estrangeiros foram conquistados

⁵ Deutscher (1972a), pp. 167-169.

⁶ Trotski (1962), p. 447.

⁷ Kojève (1954).

⁸ Roberts (2006), p. 3.

pela excepcional competência com que Stalin se ocupava com todos os por menores técnicos da sua máquina de guerra”.⁹

Entre as personalidades favoravelmente afetadas estava também aquele que, no seu tempo, promovera a intervenção militar contra o país nascido da Revolução de Outubro, isto é, Winston Churchill, que a propósito de Stalin se exprimiu respeitosamente assim: “Gosto desse homem” (*I like that man*).¹⁰ Por ocasião da Conferência de Teerã, em novembro de 1943, o estadista inglês saudara o colega soviético como “Stalin, o Grande”. Ele era o digno herdeiro de Pedro, o Grande, salvara o seu país colocando-o em condições de derrotar os invasores.¹¹ Averell Harriman, embaixador estadunidense em Moscou entre 1943 e 1946, era fascinado por certos aspectos. Ele sempre traçou do líder soviético um retrato bastante lisonjeiro no plano militar: “Considerava-o mais bem informado do que Roosevelt e mais realista do que Churchill, de algum modo o mais eficiente líder de guerra”.¹² Em termos até enfáticos se expressara, em 1944, Alcide de Gasperi, que tinha celebrado “o mérito imenso, histórico, secular, dos exércitos organizados pelo gênio de José Stalin”. O reconhecimento do eminente político italiano não se limitou ao plano meramente militar:

Quando vejo que, enquanto Hitler e Mussolini perseguiram os homens por causa da sua raça, e inventaram aquela espantosa legislação antijudaica que conhecemos, e vejo atualmente os russos compostos por 160 raças procurarem a fusão dessas raças superando as diversidades existentes entre a Ásia e a Europa, essa tentativa, esse esforço para a unificação do consórcio humano, deixai-me dizer: este é cristão, este é eminentemente universalista no sentido do catolicismo.¹³

Não menos forte nem menos generalizado era o prestígio do qual Stalin tinha gozado e continuava a gozar entre os intelectuais. Harold J. Laski, que era um expoente de prestígio do partido trabalhista inglês, conversando no outono de 1945 com Norberto Bobbio, tinha se declarado “admirador da União Soviética” e do seu líder, por ele definido como “muito sábio” (*très sage*).¹⁴ Nesse mesmo ano, Hannah Arendt tinha escrito que o país dirigido por Stalin se distinguira

⁹ Deutscher (1969), p. 522.

¹⁰ Roberts (2006), p. 273.

¹¹ Em Fontaine (2005), p. 66; refere-se a um livro de Averell Harriman e Elie Abel.

¹² Em Thomas (1988), p. 78.

¹³ De Gasperi (1956), pp. 15-16.

¹⁴ Bobbio (1997), p. 89.

pelo “modo, completamente novo e cabal, de enfrentar e resolver os conflitos de nacionalidade, de organizar populações diferentes na base da igualdade nacional”; tratava-se de uma espécie de modelo, era algo “a que todo movimento político e nacional deveria prestar atenção”.¹⁵

Por sua vez, escrevendo pouco antes e pouco depois do fim da II Guerra Mundial, Benedetto Croce reconheceu a Stalin o mérito de ter promovido a liberdade não só em nível internacional, graças à contribuição dada à luta contra o nazifascismo, mas também no seu próprio país. Sim, quem dirigia a URSS era “um homem dotado de gênio político”, que desempenhava uma função histórica positiva em seu conjunto; com respeito à Rússia pré-revolucionária “o soviétismo foi um progresso de liberdade”, assim como, “em relação ao regime feudal”, também a monarquia absoluta foi “um progresso da liberdade e gerou os ulteriores e maiores progressos dela”. As dúvidas do filósofo liberal se concentravam no futuro da União Soviética, mas elas, por contraste, faziam ressaltar ainda mais a grandeza de Stalin: este tinha tomado o lugar de Lênin, de modo que um gênio fora seguido por outro; mas que sucessores “a Providência” reservava para a URSS?¹⁶

Aqueles que, com o delinear-se da crise da Grande Aliança, tinham começado a comparar União Soviética de Stalin e Alemanha de Hitler, foram duramente rebatidos por Thomas Mann. O que caracterizara o III Reich fora a “megalomania racial” da pretensa “raça dos senhores”, que pusera em ação uma “política diabólica de despovoamento”, e antes ainda de extirpação da cultura, nos territórios sempre de novo conquistados. Hitler se ativera à máxima de Nietzsche: “Se se quiser escravos, é tolice educá-los como senhores”. Diretamente oposta era a orientação do “socialismo russo”, que, difundindo maciçamente instrução e cultura, demonstrara não querer “escravos”, mas “homens pensantes” e, portanto, a serem postos no “caminho da liberdade”. Então se tornava inaceitável a comparação entre os dois regimes. Melhor dizendo, aqueles que argumentavam assim podiam ser suspeitos de cumplicidade com o fascismo, o qual declaravam querer condenar:

Colocar no mesmo plano moral o comunismo russo e o nazifascismo, como sendo ambos totalitários, no melhor dos casos é superficialidade, no pior dos casos é fascismo. Quem insiste nesta equiparação pode bem considerar-se democrático, mas na verdade e no fundo do coração já é, na realidade,

fascista, e certamente apenas de modo aparente e não sincero combaterá o fascismo, enquanto reservará todo o seu ódio ao comunismo.¹⁷

É verdade, depois estourou a Guerra Fria e, ao publicar o seu livro sobre o totalitarismo, Arendt tinha realizado em 1951 exatamente a operação denunciada por Mann. No entanto, quase no mesmo tempo, Kojève tinha indicado em Stalin o protagonista de uma virada histórica decididamente progressiva e de dimensões planetárias. Ou seja, no próprio Ocidente a nova verdade ou o novo motivo ideológico da luta equânime contra as diversas manifestações do totalitarismo custava a afirmar-se. Em 1948, Laski tinha de algum modo acentuado o ponto de vista expresso por ele três anos antes. Para definir a URSS, tinha retomado uma categoria utilizada por outra expoente de primeira grandeza do trabalhismo inglês, Beatriz Webb, que tinha falado já em 1931, e tinha continuado a falar ainda durante a II Guerra Mundial e pouco antes da sua morte, de “nova civilização”. Sim – acentuara Laski – com o formidável impulso conferido à promoção social de classes por tanto tempo exploradas e oprimidas, e com a introdução na fábrica e nos postos de trabalho de novas relações não mais fundadas no poder soberano dos proprietários dos meios de produção, o país guiado por Stalin surgira como o “pioneiro de uma nova civilização”. Certamente, tanto uma como o outro se tinham apressado a especificar: sobre a “nova civilização” que estava surgindo pesava ainda a “Rússia bárbara”. Ela se exprimia em formas despóticas, mas – sublinhava particularmente Laski – para formular um juízo correto sobre a União Soviética era preciso não perder de vista um fato essencial: “Os seus líderes chegaram ao poder num país habituado apenas a uma tirania sangüinária” e eram obrigados a governar numa situação caracterizada por um “estado de sítio” mais ou menos permanente e por uma “guerra potencial ou em curso”. Aliás, em situações de crise aguda, também a Inglaterra e os Estados Unidos tinham limitado de modo mais ou menos drástico as liberdades tradicionais.¹⁸

Ao relatar a admiração expressa por Laski em relação a Stalin e ao país dirigido por ele, Bobbio escreveu muito mais tarde: “Depois da vitória contra Hitler, para a qual os soviéticos tinham contribuído de maneira determinante com a batalha de Stalingrado, [tal declaração] não me causara impressão particular”. Na realidade, no intelectual trabalhista inglês os reconhecimentos tributados à URSS e ao seu líder iam bem além do plano militar. Por

¹⁵ Arendt (1986b), p. 99.

¹⁶ Croce (1993), vol. 2, pp. 33-34 e 178.

¹⁷ Mann (1986a), pp. 271 e 278-279; Mann (1986b), pp. 311-312.

¹⁸ Webb (1982-1985), vol. 4, pp. 242 e 490 (notas de diário de 15 de março de 1931 e de 6 de dezembro de 1942); Laski (1948), pp. 39-42 e *passim*.

outro lado, era muito diferente naquele momento a posição do filósofo turinense? Em 1954, ele publicava um ensaio que atribuía como mérito da União Soviética (e dos Estados socialistas) o fato de terem “iniciado uma nova fase de progresso civil em países politicamente atrasados, introduzindo instituições tradicionalmente democráticas, de democracia formal, como o sufrágio universal e eleição dos cargos, e de democracia substancial, como a coletivização dos instrumentos de produção”; então se tratava de derramar “uma gota de óleo [liberal] nas máquinas da revolução já realizada”.¹⁹ Como se vê, era longe de ser negativo o juízo formulado sobre o país que estava ainda de luto pela morte de Stalin.

Em 1954, ainda agia em Bobbio a herança do socialismo liberal. Embora sublinhando com força o valor irrenunciável da liberdade e da democracia nos anos da guerra da Espanha, Carlo Rosselli tinha oposto negativamente os países liberais (“A Inglaterra oficial está do lado de Franco, esfomeia Bilbao”) à União Soviética empenhada em ajudar a República espanhola agredida pelo nazifascismo.²⁰ Tampouco se tratava apenas da política internacional. A um mundo caracterizado pela “fase do fascismo, das guerras imperialistas e da decadência capitalista”, Carlo Rosselli opusera o exemplo de um país que, embora estando ainda bem longe do objetivo de um socialismo democrático maduro, tinha deixado o capitalismo para trás e representava “um capital de preciosas experiências” para quem quer que estivesse comprometido com a construção de uma sociedade melhor: “Hoje, com a gigantesca experiência russa [...] dispomos de um material positivo imenso. Todos sabemos o que significa a revolução socialista, a organização socialista da produção”.²¹

Concluindo, para todo um período histórico, em círculos que iam muito além do movimento comunista, o país guiado por Stalin e o próprio Stalin puderam gozar de interesse simpático, de estima e, às vezes, até de admiração. É verdade que houvera a grave decepção provocada pelo pacto com a Alemanha nazista, mas Stalingrado cuidou depois de anulá-la. Por isso, em 1953, e nos anos imediatamente posteriores, a homenagem ao líder desaparecido uniu o campo socialista, pareceu a todos reunificar o movimento comunista, apesar das divisões anteriores, e acabou encontrando de algum modo um eco no próprio Ocidente liberal, que estava comprometido numa Guerra Fria travada por ambos os lados sem exclusão de golpes. Não por acaso, no discurso em Fulton, que abriu oficialmente a Guerra Fria, Chur-

¹⁹ Bobbio (1997), p. 89; Bobbio (1977), pp. 164 e 280.

²⁰ Rosselli (1988), pp. 358, 362 e 367.

²¹ Ibid. pp. 301, 304-306 e 381.

chill exprimiu-se assim: “Tenho grande admiração e respeito pelo valoroso povo russo e pelo meu companheiro dos tempos de guerra, o marechal Stalin”.²² Não há dúvida, com o agravamento da Guerra Fria os tons se endureceram cada vez mais. No entanto, ainda em 1952, um grandíssimo historiador inglês que tinha trabalhado a serviço do Foreign Office, ou seja, Arnold Toynbee, pôde comparar o líder soviético a “um homem genial, Pedro o Grande”; sim, “a direção tirânica de ocidentalização tecnológica seguida por Stalin acabou se justificando, como aquela de Pedro, pela prova do campo de batalha”. Ela continuava a ser justificada mesmo depois da derrota infligida ao III Reich: depois de Hiroshima e Nagasaki, a Rússia mais uma vez “precisa fazer uma marcha forçada para poder estar à altura de uma tecnologia ocidental” que a tinha de novo “distanciado fulmineamente”.²³

Para uma comparatística em todo campo

Portanto, talvez mais ainda do que a Guerra Fria, há outro acontecimento histórico que imprime uma mudança radical na história da imagem de Stalin; o discurso de Churchill de 5 de março de 1946 desempenha um papel menos importante que outro discurso, aquele pronunciado dez anos depois, exatamente em 25 de fevereiro de 1956, por Nikita Kruschiov, por ocasião do XX Congresso do partido comunista da União Soviética.

Por mais de três décadas esse Relatório, que traça o retrato de um ditador doentamente sanguinário, vaidoso e bastante medíocre ou totalmente ridículo no plano intelectual, contentou a quase todos. Permitia que o novo grupo dirigente no poder na URSS se apresentasse como o depositário único da legitimidade revolucionária no âmbito do país, do campo socialista e do movimento comunista internacional que via em Moscou o seu centro. Reforçado nas suas antigas convicções e com novos argumentos à disposição para travar a Guerra Fria, também o Ocidente tinha razões para estar satisfeito (ou entusiasmado). Nos Estados Unidos, a soviétologia tinha mostrado a tendência a desenvolver-se em torno da CIA e de outras agências militares e de *intelligence*, a recalcar previamente os elementos suspeitos de alimentar simpatias pelo país nascido da Revolução de Outubro.²⁴ Delineara-se um processo de militarização de uma disciplina-chave para a condução da Guer-

²² Churchill (1974), p. 7290.

²³ Toynbee (1992), pp. 18-20.

²⁴ Gleason 1995, p. 121.

ra Fria; em 1949 o presidente da American Historical Association tinha declarado: “Não se pode permitir ser não ortodoxos”, não é permitida a “pluralidade de objetivos e de valores”. É preciso aceitar “amplas medidas de arregimentação” porque a “guerra total, seja ela quente ou fria, recruta cada um de nós e chama cada um de nós a fazer a sua parte. Desta obrigação o historiador não está mais livre do que o físico”.²⁵ Nada disso desaparece em 1956, mas agora uma soviologia mais ou menos militarizada pode gozar do conforto proveniente do próprio interior do mundo comunista.

É verdade, mais que o comunismo enquanto tal, o Relatório Kruschiov apresentava como réu uma personalidade só, mas naqueles anos era oportuno, também do ponto de vista de Washington e dos seus aliados, não ampliar demais o alvo e concentrar o fogo no país de Stalin. Com a assinatura do “pacto balcânico” de 1953, feito com Turquia e Grécia, a Iugoslávia se torna uma espécie de membro externo da OTAN, e cerca de vinte anos depois também a China faz com os Estados Unidos uma aliança *de facto* contra a União Soviética. Trata-se de isolar sobretudo a essa superpotência, a qual é compelida a proceder a uma “desestalinização” sempre mais radical, até ficar privada de toda forma de identidade e de autoestima e resignar-se à capitulação e à dissolução final.

Enfim, graças às ‘revelações’ provenientes de Moscou, os grandes intelectuais podiam tranquilamente esquecer ou reprimir o interesse, a simpatia e até a admiração com que tinham olhado para a URSS staliniana. De modo particular, naquelas “revelações” encontram conforto os intelectuais que tinham em Trotski o seu ponto de referência. Por muito tempo, foi exatamente este último que encarnou, aos olhos dos inimigos da União Soviética, a infâmia do comunismo, e representou de modo privilegiado o “exterminador”, ou melhor, “o exterminador judeu” (*infra*, cap. 5, § 15); ainda em 1933, quando fazia alguns anos que estava no exílio, no modo de ver de Spengler, Trotski continuava a representar o “bolchevista assassino em grande escala” (*bolschewistischer Massenmörder*).²⁶ A partir da virada do XX Congresso do PCUS, eram apenas Stalin e os seus colaboradores mais próximos que deviam ser confinados ao museu dos horrores. Sobretudo, exercendo a sua influência muito além do círculo dos trotskistas, o Relatório Kruschiov desempenhava uma função consoladora nos ambientes de uma certa esquerda marxista, que se sentia assim exonerada da obrigação penosa de repensar a teoria do Mestre e a história dos efeitos por ela concretamente

²⁵ Cohen 1986, p. 13.

²⁶ Spengler 1933, p. 86 nota 1.

desenvolvidos. Certamente, em vez de extinguir-se, nos países governados pelos comunistas o Estado se apresentava desmedidamente dilatado; muito longe de desaparecer, as identidades nacionais desempenhavam um papel sempre mais importante nos conflitos que teriam levado à divisão e, enfim, ao solapamento do campo socialista; não se divisava qualquer sinal de superação do dinheiro ou do mercado, que, eventualmente, com o desenvolvimento econômico tendiam a expandir-se. Sim, tudo isso era incontestável, mas a culpa era... de Stalin e do “stalinismo”! Portanto, não havia motivo para colocar em discussão as esperanças ou as certezas que tinham acompanhado a revolução bolchevique e que remetiam a Marx.

Embora colocadas em posições opostas, essas áreas político-ideológicas elaboravam a sua imagem de Stalin a partir de abstrações colossais, arbitrárias. À esquerda se procedia à anulação virtual da história do bolchevismo, e com maior razão da história do marxismo, daquele que por mais tempo que qualquer outro líder tinha exercido o poder no país nascido da revolução preparada e conduzida fazendo referência às ideias de Marx e Engels. Por sua vez, os anticomunistas deixavam de lado com desenvoltura tanto a história da Rússia czarista como a da II Guerra dos Trinta Anos, em cujo âmbito se coloca o desenvolvimento contraditório e trágico da Rússia soviética e das três décadas stalinianas. E assim, cada uma das diferentes áreas político-ideológicas partia do discurso de Kruschiov para cultivar a sua própria mitologia, quer se tratasse da pureza do Ocidente ou da pureza do marxismo e do bolchevismo. O stalinismo era o termo horrível de comparação que permitia que cada um dos antagonistas se autocelebrasse, por oposição, na própria superioridade moral e intelectual infinita.

Fundamentadas em abstrações entre si bastante diferentes, essas leituras acabam, todavia, produzindo alguma convergência metodológica. Ao pesquisar o terror, ela, sem prestar grande atenção à situação objetiva, o fazia descender da iniciativa de uma só personalidade ou de uma classe dirigente restrita, decidida a afirmar com todos os meios o seu poder absoluto. A partir de tal pressuposto, se Stalin podia ser comparado a outra personalidade política grande, esta só podia ser Hitler; conseqüentemente, tendo em vista a compreensão da URSS staliniana, a única comparação possível era com a Alemanha nazista. É um tema que já no final da década de 1930 ocorre em Trotski, o qual recorre respeitosamente à categoria de “ditadura totalitária” e, no âmbito desse *genus*, distingue, de um lado, a *species* “stalinista” e, do outro, a “fascista” (e sobretudo hitleriana)²⁷, com recurso, portanto, a uma

²⁷ Trotski 1988, p. 1285.

posição que se tornará depois senso comum durante a Guerra Fria e na ideologia hoje dominante.

Tal modo de argumentar é persuasivo, ou convém recorrer a uma comparação detalhada, sem perder de vista nem a história da Rússia no seu conjunto nem os países ocidentais comprometidos com a II Guerra dos Trinta Anos? É verdade, desse modo se procede a uma comparação entre países e líderes que se apresentam com características entre si bastante diferentes; mas tal diversidade é colocada exclusivamente na conta das ideologias, ou também a situação objetiva desempenha um papel importante, ou seja, a colocação geopolítica e a história passada de cada um dos países comprometidos com a II Guerra dos Trinta Anos? Quando falamos de Stalin, o pensamento corre imediatamente para a personalização do poder, para o universo concentracionário, para a deportação de grupos étnicos inteiros; mas esses fenômenos e essas práticas remetem apenas à Alemanha nazista, além de à URSS, ou se manifestam com modalidades cada vez diferentes, segundo a maior ou menor agudeza do estado de exceção e da sua duração mais ou menos prolongada, também em outros países, inclusive aqueles de tradição liberal mais consolidada? Certamente, é preciso não perder de vista o papel das ideologias; mas a ideologia à qual Stalin se refere pode realmente ser comparada com aquela que inspira Hitler, ou nesse campo, travada sem preconceitos, a comparatística acaba produzindo resultados totalmente inesperados? A despeito dos teóricos da “pureza”, um movimento político, um regime político não pode ser julgado confiando-se na excelência dos ideais nos quais ele declara inspirar-se; na avaliação desses mesmos ideais não podemos deixar de lado a *Wirkungsgeschichte*, a “história dos efeitos” produzidos por eles; mas tal abordagem deve valer para todo campo ou só para o movimento que partiu de Lênin ou de Marx?

Estas perguntas parecem supérfluas e até enganosas para aqueles que reprimem o problema da inconstância da imagem de Stalin a partir da crença que finalmente Kruschiov teria posto à luz a verdade antes ocultada. Mas daria prova de total carência metodológica o historiador que quisesse identificar em 1956 o ano da revelação definitiva e última, deixando com desenvoltura de lado os conflitos e os interesses que estimulavam a campanha de desestalinização e as suas modalidades, e que ainda antes tinham estimulado a soviologia da Guerra Fria. O contraste radical entre as diversas imagens de Stalin deveria levar o historiador não mais a absolutizar uma, mas a problematizar todas elas.

1.

Como precipitar um deus no inferno:

o Relatório Kruschiov

Um “enorme, sombrio, caprichoso, degenerado monstro humano”

Se analisarmos hoje *Sobre o culto da personalidade e as suas consequências*, lido por Kruschiov numa sessão reservada do Congresso do PCUS e que depois se tornou célebre como *Relatório Secreto*, uma característica salta logo aos olhos: estamos na presença de uma requisitória que se propõe a liquidar Stalin sob todos os aspectos. Um indivíduo desprezível tanto no plano moral como no plano intelectual era o responsável por crimes horrendos. Além de desumano, o ditador era também risível: conhecia o país e a situação agrícola “só por meio dos filmes”; e, além do mais, de filmes que “embelezavam” a realidade ao ponto de torná-la irreconhecível.¹ Mais que por uma lógica política ou política real, a repressão sanguinolenta desencadeada por ele fora ditada pelo capricho pessoal e por uma patológica *libido dominandi*. Surgia assim o retrato – observa satisfeito Deutscher, em junho de 1956, fulgurado pelas “revelações” de Kruschiov e esquecido do retrato de Stalin respeitoso e reverencioso traçado por ele três anos antes – de um “enorme, sombrio, caprichoso, degenerado monstro humano”.² O déspota desapiedado estava assim privado de escrúpulos para ser suspeito de ter tramado o assassinato daquele que era ou parecia ser o seu melhor amigo, Kirov, de modo a poder acusar desse crime e liquidar um após outro os opositores, reais ou potenciais, verdadeiros ou imaginários, do poder.³ A impiedosa repressão tampouco se abatera apenas sobre indivíduos e grupos políticos. Não, ela incluía “as deportações maciças de populações inteiras”, arbitrariamente acusadas e condenadas em bloco por convivência com o inimigo. Mas pelo menos Stalin tinha contribuído para salvar o seu país e o mundo do

¹ Kruschiov (1958), pp. 223-224.

² Deutscher (1972b), p. 20.

³ Kruschiov (1958), pp. 121-122.

horror do III Reich? Pelo contrário – insistia Kruschiov – a Grande Guerra Patriótica fora vencida apesar da loucura do ditador: fora apenas graças à sua imprevidência, à sua obstinação, à cega confiança por ele colocada em Hitler, que as tropas do III Reich tinham conseguido inicialmente entrar fundo no território soviético, semeando morte e destruição em larguíssima escala.

Sim, por culpa de Stalin a União Soviética chegara despreparada e indefesa ao trágico compromisso: “Tínhamos começado a modernizar o nosso equipamento militar só na véspera da guerra [...]. No início da guerra estávamos até sem o número suficiente de fuzis para armar os efetivos mobilizados”. Como se não bastasse tudo isso, “depois das primeiras derrotas e dos primeiros desastres na frente”, o responsável por tudo isso se entregara ao desânimo e até à apatia. Vencido pela sensação de derrota (“Tudo o que Lênin tinha criado nós perdemos para sempre”), incapaz de reagir, Stalin “se abstém por longo tempo de dirigir as operações militares e deixa de ocupar-se com qualquer coisa”.⁴ É verdade, transcorrido algum tempo, cedendo finalmente às insistências dos outros membros do Birô Político, voltara ao seu posto. Oxalá não o tivesse feito! Quem dirigiu monocraticamente, também no plano militar, a União Soviética empenhada numa prova mortal foi um ditador tão incompetente que não tinha nenhuma “familiaridade com a condução das operações militares”. É uma acusação sobre a qual o *Relatório Secreto* insiste com força: “É preciso ter presente que Stalin preparava os seus planos num globo escolhar de mapa-mundi. Sim, companheiros, ele traçava a linha do frente num mapa do mundo escolar”.⁵ Apesar de tudo, a guerra se concluiu de maneira feliz; e, todavia, a paranoia sanguinária do ditador se agravara mais. A essa altura se pode considerar completo o retrato do “degenerado monstro humano” que surge, segundo a observação de Deutscher, do *Relatório Secreto*.

Tinham se passado apenas três anos desde as manifestações de pesar provocadas pela morte de Stalin, e tão forte e persistente era ainda a sua popularidade que, pelo menos na URSS, a campanha lançada por Kruschiov encontrou inicialmente uma “forte resistência”:

Em 5 de março de 1956, os estudantes em Tbilisi foram à rua para colocar flores no monumento a Stalin, por ocasião do terceiro aniversário da sua morte, e esse gesto em honra de Stalin se transformou num protesto contra as deliberações do XX Congresso. As demonstrações e as assembleias pros-

seguiram por cinco dias, até que, na tarde de 9 de março, foram enviados carros armados para restaurar a ordem na cidade.⁶

Isso talvez explique as características do texto que estamos examinando. Na URSS e no campo socialista estava ocorrendo uma áspera luta política, e o retrato caricatural de Stalin servia otimamente para deslegitimar os “stalinistas” que podiam fazer sombra ao novo líder. O “culto da personalidade”, que até aquele momento predominava, não permitia julgamentos mais matizados: era preciso precipitar um deus no inferno. Algumas décadas antes, durante outra batalha política com características diferentes, mas não menos áspera, também Trotski tinha traçado um retrato de Stalin que visava não só a condená-lo no plano político e moral, mas também ridicularizá-lo no plano pessoal. Tratava-se de um “pequeno provinciano”, de um indivíduo caracterizado desde o início por uma irremediável mediocridade e mesquinhez, que regularmente dava má prova de si no âmbito político, militar e ideológico, que não conseguia nunca abandonar “a rudeza do camponês”. Certamente, em 1913, tinha publicado um ensaio de inegável valor teórico (*O marxismo e o problema das nacionalidades*), mas o verdadeiro autor era Lênin, ao passo que o assinante estava inserido na categoria dos “usurpadores” dos “direitos intelectuais” do grande revolucionário.

Não faltavam pontos de contato entre os dois retratos. Kruschiov insinua que o verdadeiro mandante do assassinato de Kirov fora Stalin, mas este último fora acusado ou suspeito por Trotski de ter com a sua “ferocidade mongólica” acelerado a morte de Lênin.⁷ O *Relatório Secreto* censura a Stalin uma fuga covarde de suas responsabilidades no início da agressão hitleriana, mas já em 2 de setembro de 1939, com grande antecipação com respeito à operação Barbarossa, Trotski escrevera que “a nova aristocracia” no poder em Moscou era caracterizada, entre outras coisas, pela “sua incapacidade de conduzir uma guerra”; a “casta dominante” na União Soviética estava destinada a assumir a atitude “própria de todos os regimes destinados a morrer: ‘depois de nós o dilúvio’”.⁸

Amplamente convergentes entre si, até que ponto esses dois retratos resistem à pesquisa histórica? Convém começar a analisar o *Relatório Secreto* que, oficializado por um Congresso do PCUS e pelos dirigentes máximos do partido no poder, se impõe imediatamente como a revelação de uma verdade há muito reprimida, mas agora incontestável.

⁴ Kruschiov (1958), pp. 164-165 e 172.

⁵ Kruschiov (1958), pp. 176, 178.

⁶ Zubkova (2003), p. 223.

⁷ Trotski (1962), pp. 170, 175-76 e 446-47.

⁸ Trotski (1988), p. 1259 e pp. 1262-63.

A Grande Guerra Patriótica e as “invenções” de Kruschiov

A partir de Stalingrado e da derrota infligida ao III Reich (este, com um poderio que parecia invencível), Stalin adquiriu enorme prestígio no mundo todo. E, não por acaso, sobre esse ponto Kruschiov se detém de modo particular. Ele descreve em termos catastróficos o despreparo militar da União Soviética, cujo exército, em alguns casos, estaria desprovido até do armamento mais elementar. Diretamente oposto é o quadro que surge de um estudo que parece provir dos ambientes da Bundeswehr e que faz amplo uso dos seus arquivos militares. Aí se fala da “numerosa superioridade do Exército Vermelho em carros armados, aviões e peças de artilharia”; por outro lado, “a capacidade industrial da União Soviética tinha alcançado dimensões tais que podia fornecer às forças armadas soviéticas um armamento quase inimaginável”. Ele cresce em ritmo sempre maior à medida que nos aproximamos da operação Barbarossa. Um dado é particularmente eloquente: se em 1940 a União Soviética produzia 358 carros armados do tipo mais avançado, nitidamente superiores àqueles à disposição dos outros exércitos, no primeiro semestre do ano seguinte produzia 1503.⁹ Por sua vez, os documentos provenientes dos arquivos russos demonstram que, pelo menos nos dois anos imediatamente anteriores à agressão do III Reich, Stalin está literalmente obcecado pelo problema do “aumento quantitativo” e pelo “melhoramento qualitativo de todo o aparelho militar”. Alguns dados são eloquentes por si: se no primeiro plano quinquenal, o orçamento da defesa alcançava 5,4% das despesas totais do Estado, em 1941 o orçamento saltou para 43,4% das despesas; “em setembro de 1939, por ordem de Stalin, o Politburo tomou a decisão de construir no ano de 1941 nove fábricas novas para a produção de aviões”; no momento da invasão nazista, “a indústria tinha produzido 2.700 aviões modernos e 4.300 carros armados”.¹⁰ A julgar por estes dados, pode-se dizer tudo, menos que a URSS tenha chegado despreparada para o trágico confronto.

Por outro lado, já faz mais de uma década que uma historiadora estadunidense inferiu um duro golpe ao mito da derrocada e da fuga de suas responsabilidades por parte do dirigente soviético logo depois do início da invasão nazista: “por abalado que estivesse, no dia do ataque Stalin realizou uma reunião de onze horas com os chefes do partido, de governo e militares, e nos dias seguintes fez o mesmo”.¹¹ Mas agora temos à disposição o registro dos que visitaram o gabinete de Stalin no Kremlin, descoberto no início da década de 1990: resulta que

⁹ Hoffmann (1995), pp. 59 e 21.

¹⁰ Wolkogonow (1989), pp. 500-504.

¹¹ Knight (1997), p. 132.

desde as horas imediatamente sucessivas à agressão, o líder soviético se empenha numa rede muito espessa de encontros e iniciativas para organizar a resistência. São dias e noites caracterizados por uma “atividade [...] extenuante”, mas organizada. Em todo caso, “o episódio inteiro [contado por Kruschiov] é totalmente inventado”, essa “história é falsa”.¹² Na realidade, desde o início da operação Barbarossa, Stalin não só toma as decisões mais desafiadoras, dando ordem para o deslocamento da população e das instalações industriais da zona do frente, mas “controla tudo de modo minucioso, desde o tamanho e a forma das baionetas até os autores e os títulos dos artigos do *Pravda*”.¹³ Não há sinal de pânico ou de histeria. Leiamos a anotação do diário e o testemunho de Dimitrov: “Às sete da manhã me chamaram com urgência ao Kremlin. A Alemanha atacou a URSS. Começou a guerra [...]. Surpreendente calma, firmeza, segurança em Stalin e em todos os outros”. Mais impressionante ainda é a clareza de ideias. Não se trata apenas de fazer a “mobilização geral das nossas forças”. É necessário também definir o quadro político. Sim, “só os comunistas podem vencer os fascistas”, pondo fim ao ascenso aparentemente irresistível do III Reich, mas é preciso não perder de vista a real natureza do conflito: “Os partidos [comunistas] desenvolvem localmente um movimento em defesa da URSS. Não colocar a questão da revolução socialista. O povo soviético combate uma guerra patriótica contra a Alemanha fascista. O problema é a derrota do fascismo, que escravizou uma série de povos e tenta escravizar também outros povos”.¹⁴

A estratégia política que teria presidido a Grande Guerra Patriótica está bem delineada. Já alguns anos antes Stalin tinha sublinhado que ao expansionismo desenvolvido pelo III Reich “nos moldes da escravização, da submissão dos outros povos”, estes respondiam com guerras justas de resistência e libertação nacional (*infra*, cap. 5, § 3). Por outro lado, àqueles que academicamente contrapunham patriotismo e internacionalismo, a Internacional Comunista tinha respondido mais uma vez já antes da agressão de Hitler, como se segue da anotação de diário de Dimitrov de 12 de maio de 1941:

É preciso desenvolver a ideia que conjuga um nacionalismo sadio, corretamente entendido, com o internacionalismo proletário. O internacionalismo proletário deve basear-se nesse nacionalismo nos países individuais [...]. Entre o nacionalismo corretamente entendido e o internacionalismo proletário não há e não pode haver contradição. O cosmopolitismo sem pátria, que

¹² Medvedev, Medvedev (2006), pp. 269-270.

¹³ Montefiore (2007), p. 416.

¹⁴ Dimitrov (2002), pp. 320-321.

nega o sentimento nacional e a ideia de pátria, não tem nada em comum com o internacionalismo proletário.¹⁵

Bem longe de ser uma reação improvisada e desesperada à situação criada com o desencadeamento da operação Barbarossa, a estratégia da Grande Guerra Patriótica exprimia uma orientação teórica amadurecida pelo tempo e de caráter geral: o internacionalismo e a causa internacional da emancipação dos povos avançavam concretamente na onda das guerras de libertação nacional, tornadas necessárias pela pretensão de Hitler retomar e radicalizar a tradição colonial, subjugando e escravizando em primeiro lugar as presumidas raças de servos da Europa Oriental. São os temas retomados nos discursos e nas declarações pronunciados por Stalin durante a guerra: eles constituíram “significativos marcos de referência no esclarecimento da estratégia militar soviética e dos seus objetivos políticos e desempenharam um papel importante em reforçar a moral popular”,¹⁶ e assumiram uma importância também internacional, como observava contrariado Goebbels, a propósito do apelo por rádio de 3 de julho de 1941, que “suscita enorme admiração na Inglaterra e nos Estados Unidos”.¹⁷

Uma série de campanhas de desinformação e Operação Barbarossa

Também no plano propriamente militar, o *Relatório Secreto* perdeu toda credibilidade. Segundo Kruschiov, não se preocupando com os “avisos” que vinham de muitos lados acerca da iminência da invasão, Stalin vai irresponsavelmente ao encontro da derrota. O que dizer desta acusação? No entanto, até as informações provenientes de um país amigo podem ser erradas. Por exemplo, em 17 de junho de 1942, Franklin Delano Roosevelt previne Stalin contra um iminente ataque japonês, que depois não se verifica.¹⁸ Sobretudo, na véspera da agressão hitleriana, a URSS é obrigada a desembaraçar-se entre gigantescas manobras de distração e de desinformação. O III Reich empenha-se maciçamente em fazer crer que a reunião de tropas no leste visa apenas a camuflar o iminente salto para além do canal da Mancha, e isso

¹⁵ Dimitrov (2002), p. 314.

¹⁶ Roberts (2006), p. 7.

¹⁷ Goebbels (1992), p. 1620 (anotação de diário de 5 de julho de 1941).

¹⁸ Em Butler (2005), pp. 71-72.

parece muito mais crível depois da conquista da ilha de Creta. “Todo o aparelho estatal e militar é mobilizado”, anota satisfeito Goebbels no seu diário (31 de maio de 1941), para encenar a “primeira grande onda imitadora” da Operação Barbarossa. Então “14 divisões são transportadas para o oeste”¹⁹; além disso, todas as tropas estacionadas na frente ocidental são colocadas em estado de alerta máximo.²⁰ Cerca de duas semanas depois, a edição berlinense do *Völkischer Beobachter* publica um artigo que aponta a ocupação de Creta como modelo para o projetado ajuste de contas com a Inglaterra; poucas horas depois o jornal é sequestrado a fim de dar a impressão de que tinha desajeitadamente entregado um segredo de enorme importância. Três dias depois (14 de junho), Goebbels anota no seu diário: “As rádios inglesas declararam que as nossas manobras contra a Rússia são apenas um blefe, por trás delas procurávamos esconder os nossos preparativos para a invasão [da Inglaterra]”.²¹ A essa campanha de desinformação a Alemanha acrescentava outra: faziam-se circular boatos segundo os quais as manobras militares no leste se propunham a fazer pressão sobre a URSS, eventualmente recorrendo a um ultimato, para que Stalin aceitasse redefinir as cláusulas do pacto alemão-soviético e se comprometesse a exportar maior quantidade de cereais, petróleo e carvão, dos quais carecia o III Reich, comprometido numa guerra cuja conclusão não se previa. Quer dizer, visava-se levar a crer que a crise seria solucionada com novas negociações e com algumas concessões suplementares por parte de Moscou.²² A essa conclusão chegavam, na Grã-Bretanha, os serviços de informação do exército e as cúpulas militares que, ainda em 22 de maio, avisavam ao Ministério da Guerra: “Hitler ainda não decidiu se persegue os seus objetivos [em direção da URSS] com a persuasão ou com a força das armas”.²³ Em 14 de junho Goebbels anota satisfeito no seu diário: “Em geral se acredita ainda num blefe ou numa tentativa de chantagem”.²⁴

É preciso não subestimar também a campanha de desinformação encenada no lado oposto e iniciada já dois anos antes. Em novembro de 1939, a imprensa francesa publica um discurso imaginário (supostamente pronunciado diante do Politburo em 19 de agosto daquele mesmo ano) no qual Stalin teria exposto um plano para enfraquecer a Europa, estimulando dentro dela uma guerra fratricida

¹⁹ Goebbels (1992), p. 1590.

²⁰ Wolkow (2003), p. 111.

²¹ Goebbels (1992), pp. 1594-95 e 1597.

²² Besymenski (2003), pp. 422-425.

²³ Costello (1991), pp. 438-439.

²⁴ Goebbels (1992), p. 1599.

para depois soviétizá-la. Não há dúvida, trata-se de um fato forjado, que visava fazer explodir o pacto de não agressão alemão-soviético e dirigir para o leste a fúria expansionista do III Reich.²⁵ Segundo uma lenda historiográfica espalhada, na véspera da agressão hitleriana, o governo de Londres teria repetida e desinteressadamente prevenido Stalin, o qual, porém, como bom ditador, teria confiado apenas no equivalente berlinense. Na realidade, se por um lado comunica a Moscou as informações relativas à Operação Barbarossa, por outro lado a Grã-Bretanha difunde boatos sobre um iminente ataque da URSS contra a Alemanha ou os territórios ocupados por ela.²⁶ É evidente e compreensível o interesse em tornar inevitável ou em precipitar o mais rapidamente possível o conflito alemão-soviético.

Acontece depois o misterioso voo à Inglaterra de Rudolf Hess, claramente animado pela esperança de reconstituir a unidade do Ocidente na luta contra o bolchevismo, conferindo assim concretude ao programa enunciado pelo *Mein Kampf* de aliança e solidariedade dos povos germânicos na sua missão civilizadora. Os agentes soviéticos no exterior informam ao Kremlin que o número dois do regime nazista tomou a iniciativa de pleno acordo com o Führer.²⁷ Por outro lado, personalidades de certa importância do III Reich continuaram até o fim a sustentar a tese segundo a qual Hess tinha agido por encorajamento de Hitler. Este, em todo caso, sente a necessidade de enviar imediatamente a Roma o ministro do Exterior Joachim von Ribbentrop a fim de afastar em Mussolini qualquer suspeita de que a Alemanha esteja tramando uma paz em separado com a Grã-Bretanha.²⁸ Obviamente, ainda mais forte é a preocupação com essa encenação suscitada em Moscou, mais ainda porque a atitude do governo britânico ajuda a alimentá-la. Ele não explora a “captura do vice-Führer” a fim de conseguir “o máximo proveito propagandístico, coisa que tanto Hitler como Goebbels temiam”; em vez disso, o interrogatório de Hess – refere de Londres a Stalin o embaixador soviético Ivan Maiski – é confiado a um seguidor da política do *appeasement*. Enquanto deixam a porta aberta a uma reaproximação anglo-soviética, os serviços secretos de Sua Majestade empenham-se em difundir os boatos, que agora se espalham, de uma paz separada iminente entre Londres e Berlim. Tudo isso a fim de aumentar a pressão sobre a União Soviética (que talvez tivesse procurado prevenir a temida aliança entre Grã-Bretanha e III

²⁵ Roberts (2006), p. 35.

²⁶ Wolkow (2003), p. 110.

²⁷ Costello (1991), pp. 436-437.

²⁸ Kershaw (2001), pp. 581 e 576-577.

Reich com um ataque preventivo do Exército Vermelho contra a Wehrmacht) e assim reforçar a posição de força da Inglaterra.²⁹

Compreende-se bem a cautela e a desconfiança do Kremlin: era iminente o perigo de uma reedição de Mônaco em escala bem mais ampla e muito mais trágica. Pode-se também levantar a hipótese de que a campanha de desinformação promovida pelo III Reich tenha desempenhado um papel. Com base, pelo menos, na transcrição encontrada nos arquivos do partido comunista soviético, mesmo dando como certo o envolvimento a curto prazo da URSS no conflito, no discurso de 5 de maio de 1941 dirigido aos formandos da Academia militar, Stalin sublinhava como historicamente a Alemanha conseguiu a vitória quando estava empenhada numa só frente, ao passo que sofreu a derrota quando foi obrigada a combater ao mesmo tempo no leste e no oeste.³⁰ Sim, talvez Stalin tivesse subestimado a possibilidade de que Hitler estava pronto a agredir a URSS. Por outro lado, ele sabia muito bem que a mobilização total precipitada teria fornecido ao III Reich o *casus belli* numa bandeja de prata, como tinha acontecido no começo da I Guerra Mundial. Em todo caso, um ponto é claro: mesmo movendo-se com circunspeção numa situação bastante emaranhada, o líder soviético passa para uma “aceleração dos preparativos de guerra”. De fato, “entre maio e junho foram convocados 800.000 reservistas, em meados de maio 28 divisões são deslocadas para os distritos ocidentais da União Soviética”, enquanto procedem em ritmo acelerado os trabalhos de fortificação das fronteiras e de camuflagem dos objetivos militares mais sensíveis. “Na noite entre 21 e 22 de junho essa vasta força é posta em alarme e chamada a preparar-se para um ataque de surpresa por parte dos alemães”.³¹

Para desacreditar Stalin, Kruschiov insiste sobre as espetaculares vitórias iniciais do exército invasor, mas deixa de lado as previsões feitas na época pelo Ocidente. Depois do desmembramento da Tchecoslováquia e da entrada da Wehrmacht em Praga, lorde Halifax continuou e rejeitar a ideia de uma aproximação entre Inglaterra e URSS recorrendo ao seguinte argumento: não tinha sentido aliar-se a um país cujas forças armadas eram “insignificantes”. Na véspera da operação Barbarossa ou no momento de seu desencadeamento, os serviços secretos britânicos tinham calculado que a União Soviética estaria “liquidada em 8-10 semanas”; por sua vez, os conselheiros do Secretário de Estado estadunidense (Henry L. Stimson) tinham

²⁹ Kershaw (2001), pp. 585-587; Ferro (2008), p. 115 (no que diz respeito a Maiski).

³⁰ Besymenski (2003), pp. 380-386 (e particularmente p. 384).

³¹ Roberts (2006), pp. 66-69.

previsto em 23 de junho que tudo estaria terminado num período de tempo entre um e três meses.³² Aliás, a fulminante penetração em profundidade da Wehrmacht – observa em nossos dias um ilustre estudioso da história militar – se explica facilmente com a geografia:

A extensão da frente – 1.800 milhas – e a escassez de obstáculos naturais ofereciam ao agressor imensas vantagens para a infiltração e a manobra. Não obstante as dimensões colossais do Exército Vermelho, a relação entre as suas forças e o espaço era tão desfavorável que as unidades mecanizadas alemães podiam facilmente encontrar ocasiões de manobras indiretas na retaguarda do adversário. Além disso, as cidades muito distanciadas e para as quais convergiam estradas e ferrovias ofereciam ao agressor a possibilidade de apostar em objetivos alternativos, deixando o inimigo na difícil situação de ter de adivinhar a real direção da marcha e ter de enfrentar um dilema depois do outro.³³

O rápido delineamento do fracasso da guerra-relâmpago

É preciso não deixar-se enganar pelas aparências. Olhando bem, o projeto do III Reich de renovar no leste a triunfal *Blitzkrieg* realizada no oeste começa a revelar-se problemático já nas primeiras semanas do gigantesco choque.³⁴ Para este fim são iluminadores os diários de Joseph Goebbels. Na véspera imediata da agressão ele sublinha a irresistibilidade do iminente ataque alemão, “sem dúvida o mais poderoso que a história jamais conheceu”; ninguém poderá seriamente opor-se ao “mais forte exército da história universal”.³⁵ Portanto, “estamos diante de uma marcha triunfal sem precedentes [...]”. Considero a força militar dos russos muito baixa, ainda mais baixa do que o Führer a considera. Se havia e se há uma ação segura, é esta”.³⁶ Na realidade, a presunção de Hitler não é inferior; ele se expressara a um diplomata búlgaro, algumas semanas antes, a propósito do exército soviético assim: é apenas uma “piada”.³⁷

³² Ferro (2008), p. 64; Beneš (1954), p. 151; Gardner (1993), pp. 92-93.

³³ Liddel Hart (2007), pp. 414-415.

³⁴ Liddel Hart (2007), pp. 417-18.

³⁵ Goebbels (1992), pp. 1601 e 1609.

³⁶ Goebbels (1992), pp. 1601-02.

³⁷ Fest (1973), p. 878.

No entanto, desde o início os invasores encontram, apesar de tudo, surpresas desagradáveis: “Em 25 de junho, por ocasião do primeiro ataque aéreo a Moscou, a defesa antiaérea se revela tão eficaz que desde então a Luftwaffe é obrigada a limitar-se a *raids* noturnos em quantidade reduzida”.³⁸ Bastam dez dias de guerra para que as certezas da véspera comecem a entrar em crise. Em 2 de julho, Goebbels anota no seu diário: “Em geral, se combate muito dura e obstinadamente. Não se pode de modo algum falar em passeio. O regime vermelho mobilizou o povo”.³⁹ Os acontecimentos se precipitam e o humor dos dirigentes nazistas muda de modo radical, como aparece sempre do diário de Goebbels.

24 de julho:

Não podemos nutrir nenhuma dúvida sobre o fato que o regime bolchevique, que existe há quase um quarto de século, deixou profundos traços nos povos da União Soviética [...]. Seria, portanto, justo pôr em evidência com grande clareza, diante do povo alemão, a dureza da luta que se trava no leste. É preciso dizer à nação que esta operação é muito difícil, mas que podemos superá-la e que a superaremos.⁴⁰

1º de agosto:

No quartel general do Führer [...] abertamente se admite também que se errou um pouco na avaliação da força militar soviética. Os bolcheviques revelam uma resistência maior do que a que supúnhamos; sobretudo os meios materiais à sua disposição são maiores do que pensávamos.⁴¹

19 de agosto:

O Führer está interiormente muito irritado consigo mesmo pelo fato de ter-se deixado enganar a tal ponto sobre o potencial dos bolcheviques pelos relatórios [dos agentes alemães enviados] vindos da União Soviética. Sobre tudo a sua subestimativa dos carros de combate e da aviação do inimigo criou-nos muitos problemas. Ele sofreu muito por isso. Trata-se de uma crise grave [...]. Postas em comparação, as campanhas conduzidas até agora eram como que passeios [...]. No que diz respeito ao oeste, o Führer não

³⁸ Ferro (2008), p. 189.

³⁹ Goebbels (1992), p. 1619.

⁴⁰ Goebbels (1992), pp. 1639-40.

⁴¹ Goebbels (1992), p. 1645.

tem nenhum motivo de preocupação [...]. Com o rigor e com a objetividade nossos de alemães, sempre supervalorizamos o inimigo, com a exceção neste caso dos bolcheviques.⁴²

16 de setembro:

Calculamos o potencial dos bolcheviques de modo totalmente errado.⁴³

Os estudiosos de estratégia militar acentuam as dificuldades imprevistas com que na União Soviética logo enfrenta uma máquina de guerra poderosa, experimentada e cercada pelo mito da invencibilidade.⁴⁴ É “particularmente significativa para o êxito da guerra oriental a batalha de Smolensk da segunda metade de julho de 1941 (até agora permanece, na pesquisa, amplamente coberta pela sombra de outros acontecimentos)”.⁴⁵ A observação é de um ilustre historiador alemão, que relata depois estas eloquentes anotações de diário escritas pelo general Fedor von Bock de 20 e 26 de julho:

O inimigo quer reconquistar Smolensk a todo custo e envia sempre novas forças. A hipótese expressa por alguém de que o inimigo age sem planos não encontra verificação nos fatos [...]. Constata-se que os russos realizaram em redor da frente construída antes por mim um novo desdobramento de forças compacto. Em muitos pontos eles tentam passar ao ataque. Surpreendente para um adversário que sofreu tantos golpes; deve possuir uma quantidade incrível de material, de fato as nossas tropas ainda agora lamentam o forte efeito da artilharia inimiga.

Ainda mais preocupado, ou antes decididamente pessimista, é o almirante Wilhelm Canaris, dirigente da contraespionagem, que, falando com o general von Bock em 17 de julho, comenta: “Vejo negro sobre negro”.⁴⁶

Não só o exército soviético não debandou nos primeiros dias nem nas primeiras semanas de ataque como, ao contrário, opõe “tenaz resistência”, sendo também bem comandado, como revela, entre outras coisas, a “decisão de Stalin de deter o avanço alemão no ponto por ele determinado”. Os resultados desse astuto comando militar se revelam também no plano diplomático: é exatamente porque “impressionado pelo obstinado choque na área de Smolensk” que o Japão, ali presente como observador, decide rejeitar o pe-

⁴² Goebbels (1992), pp. 1656-58

⁴³ Goebbels (1992), pp. 1665-66.

⁴⁴ Liddel Hart (1991), p. 354.

⁴⁵ Hillgruber (1991), p. 354.

⁴⁶ Relatado em Hillgruber (1991), pp. 358-360.

vido do III Reich de participar na guerra contra a União Soviética.⁴⁷ A análise do historiador alemão ferrenhamente anticomunista é confirmada plenamente por estudiosos russos que se distinguiram como campeões da luta contra o “stalinismo” na esteira do Relatório Kruschiov: “Os planos do *Blitzkrieg* [alemão] já tinham naufragado em meados de julho”.⁴⁸ Neste contexto não parece formal a homenagem que em 14 de agosto de 1941 Churchill e F. D. Roosevelt prestam à “esplêndida defesa” do exército soviético.⁴⁹ Também fora dos círculos diplomáticos e governantes, na Grã-Bretanha – nos informa uma anotação de diário de Beatriz Webb – cidadãos comuns e até de orientação conservadora mostram “vivo interesse pela coragem e pela iniciativa surpreendentes e pelo magnífico equipamento das forças armadas russas, o único Estado soberano em condição de opor-se ao poderio quase mítico da Alemanha de Hitler”.⁵⁰ Na própria Alemanha, já três semanas depois do início da operação Barbarossa, começam a circular boatos que colocam radicalmente em dúvida a versão triunfalista do regime. É o que aparece de um diário de um eminente intelectual alemão de origem judia: pelo que parece, no leste “sofreremos perdas imensas, teríamos subestimado a força de resistência dos russos”, os quais “seriam inexauríveis em homens e material bélico”.⁵¹

Durante muito tempo lida como expressão de insipiência político-militar ou diretamente de confiança cega nos confrontos do III Reich, o comportamento extremamente cauteloso de Stalin nas semanas que precedem o início das hostilidades aparece agora numa luz totalmente diferente: “A concentração das forças da Wehrmacht ao longo da fronteira com a URSS, a violação do espaço aéreo soviético e numerosas outras provocações tinham uma única finalidade: atrair o grosso do Exército Vermelho o mais perto possível da fronteira. Hitler pretendia vencer a guerra numa única gigantesca batalha”. Até valorosos generais se sentiram atraídos para a armadilha e, em previsão da irrupção do inimigo, fizeram pressão por um deslocamento em massa das tropas para a fronteira. “Stalin rejeita categoricamente o pedido, insistindo na necessidade de manter reservas em grande escala a uma distância considerável da linha de frente”. Mais tarde, tendo tomado visão dos planos estratégicos dos idealizadores da operação Barbarossa, o marechal Georgi K. Jukov reconheceu a sabedoria da linha adotada por Stalin: “O

⁴⁷ Hillgruber (1991), pp. 372 e 369.

⁴⁸ Medvedev, Medvedev (2006), p. 252.

⁴⁹ Em Butler (2005), p. 41.

⁵⁰ Webb (1982-1985), vol. 4, p. 472 (anotação de diário de 8 de agosto de 1941).

⁵¹ Klemperer (1996), vol. 1, p. 647 (anotação de diário de 13 de julho de 1941).

comando de Hitler contava com um deslocamento geral das nossas forças para a fronteira com a intenção de cercá-las e destruí-las”.⁵²

Com efeito, nos meses que precedem a invasão da URSS, discutindo com os seus generais, o Führer observa: “Problema do espaço russo. A amplidão infinita do espaço torna necessária a concentração em pontos decisivos”.⁵³ Mais tarde, numa conversa ele esclarece o seu pensamento sobre a operação Barbarossa já iniciada: “Na história mundial houve até agora apenas três batalhas de aniquilamento: Cannes, Sedan e Tannenberg. Podemos estar orgulhosos pelo fato que duas delas foram vitoriosamente combatidas por exércitos alemães”. Mas, para a Alemanha se revela sempre mais evasiva a terceira e maior batalha decisiva e de cerco e aniquilamento desejada por Hitler, o qual, uma semana depois é obrigado a reconhecer que a operação Barbarossa tinha seriamente subestimado o inimigo. “A preparação bélica dos russos deve ser considerada fantástica”.⁵⁴ É transparente aqui o desejo do jogador de azar de justificar o fracasso das suas previsões. No entanto, a conclusões não diferentes chega o estudioso inglês de estratégia militar já citado: o motivo da derrota dos franceses reside “não na quantidade ou qualidade do seu material, mas na sua doutrina militar”; ademais, age de maneira ruínosa a formação demasiado avançada do exército, que “compromete gravemente a sua flexibilidade estratégica”; um erro semelhante fora cometido também pela Polónia, favorecido “pelo orgulho nacional e pela confiança excessiva dos militares”. Nada disso se verifica na União Soviética.⁵⁵

Mais importante que as batalhas individuais é o quadro de conjunto. “O sistema staliniano conseguiu mobilizar a imensa maioria da população e a quase totalidade dos recursos”; em particular, foi “extraordinária a capacidade dos soviéticos”, numa situação tão difícil como aquela que se criou nos primeiros meses de guerra, “de evacuar e, depois, de reconverter para a produção militar um número considerável de indústrias”. Sim, “criado dois dias depois da invasão alemã, o Comitê para a evacuação conseguiu mudar para o leste 1.500 grandes empresas industriais, após operações titânicas de grande complexidade logística”.⁵⁶ Aliás, esse processo de deslocamento já se iniciara nas semanas ou nos meses que precedem a agressão hitleriana (*infra*, cap.

⁵² Medvedev, Medvedev (2006), pp. 259-260.

⁵³ Hitler (1965), p. 1682 (tomada de posição de 30 de março de 1941).

⁵⁴ Hitler (1989), p. 70 (conversa de 10 de setembro de 1941) e Hitler (1980), p. 61 (conversa de 17-18 de setembro de 1941).

⁵⁵ Liddel Hart (2007), pp. 404, 400 e 392.

⁵⁶ Werth (2007a), pp. 352 e 359-360.

7, § 3), o que é mais uma confirmação do caráter fantasioso da acusação lançada por Kruschiov.

Ainda há mais. O grupo dirigente soviético tinha de algum modo intuído as modalidades de guerra que surgiam no horizonte já no momento em que promovia a industrialização do país. Com uma radical viravolta com respeito à situação anterior, ele tinha identificado “um ponto focal na Rússia asiática”, longe e ao abrigo dos presumíveis agressores.⁵⁷ Stalin tinha, de fato, insistido repetida e vigorosamente nisso. Em 31 de janeiro de 1931, impunha-se a “criação de uma indústria nova e bem equipada nos Urais, na Sibéria, no Cazaquistão”. Poucos anos depois, o Relatório lido em 26 de janeiro de 1934 ao XVII Congresso do PCUS tinha com satisfação chamado a atenção para o poderoso desenvolvimento industrial que se verificara nesse meio tempo “na Ásia central, no Cazaquistão, nas Repúblicas dos buriates, dos tártaros e dos bachires, nos Urais, na Sibéria oriental e ocidental, no extremo-oriente, etc.”⁵⁸ As implicações disso tudo não tinham escapado a Trotski que, alguns anos depois, ao analisar os perigos de guerra e o grau de preparação da União Soviética, e ao sublinhar os resultados conseguidos pela “economia planificada” no âmbito “militar”, observara: “A industrialização das regiões remotas, principalmente da Sibéria, confere às grandes distâncias das estepes e das florestas uma importância nova”.⁵⁹ Só agora os grandes espaços assumiam todo o seu valor e tornavam mais problemática do que nunca a guerra relâmpago tradicionalmente desejada e preparada pelo estado maior alemão.

É exatamente no terreno do aparelho industrial edificado em previsão da guerra que o III Reich é obrigado a registrar as surpresas mais amargas, como surge de dois comentários de Hitler. O de 29 de novembro de 1941: “Como é possível que um povo tão primitivo possa alcançar semelhantes avanços técnicos em tão pouco tempo?”⁶⁰ O de 26 de agosto de 1942: “No tocante à Rússia, é incontestável que Stalin elevou o nível de vida. O povo russo não passava fome [no momento do desencadeamento da operação Barbarossa]. Em geral, é preciso reconhecer: foram construídas indústrias da importância das *Hermann Goering Werke* onde há dois anos não existiam senão aldeias desconhecidas. Encontramos linhas ferroviárias que não estão indicadas nos mapas”.⁶¹

⁵⁷ Tucker (1990), pp. 97-98.

⁵⁸ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 67 e 274.

⁵⁹ Trotski (1988), p. 930 (= Trotski, 1968, p. 207).

⁶⁰ De um colóquio com Fritz Todt, relatado em Irving (2001), p. 550.

⁶¹ Hitler (1980), p. 366 (conversa de 26 de agosto de 1942).

A essa altura, convém dar a palavra a três estudiosos entre si bastante diferentes (um russo e os outros dois ocidentais). O primeiro, que foi diretor do Instituto Soviético de História Militar e que participou do antistalinismo militante dos anos de Gorbatchov, parece inspirado pelas intenções de retomar e radicalizar a requisitória do Relatório Kruschiov. No entanto, pelos resultados da pesquisa ele se sente obrigado a formular um juízo bastante mais matizado: sem ser um especialista e muito menos o gênio pintado pela propaganda oficial, já nos anos que precedem ao início da guerra, Stalin se ocupa intensamente com os problemas da defesa, da indústria da defesa e da economia de guerra no seu conjunto. Sim, no plano estritamente militar, só através de tentativas e erros também graves e “graças à dura prática da vida militar cotidiana”, ele “aprende gradualmente os princípios da estratégia”.⁶² Noutros campos, porém, o seu pensamento se revela “mais desenvolvido do que o de muitos líderes militares soviéticos”. Graças também à longa prática de gestão do poder político, Stalin nunca perde de vista o papel central da economia de guerra e contribui para reforçar a resistência da URSS com a transferência das indústrias bélicas para o interior: “é quase impossível supervalorizar a importância dessa empresa”.⁶³ O líder soviético presta, enfim, grande atenção para a dimensão político-moral da guerra. Nesse campo, ele “tinha ideias totalmente fora do comum”, como demonstra a decisão “corajosa e militar de celebração do aniversário da Revolução de Outubro em 7 de novembro de 1941, numa Moscou sitiada e apossada pelo inimigo nazista. Em síntese, se pode dizer que, com respeito aos militares de carreira e ao círculo dos seus colaboradores em geral, “Stalin mostra um pensamento mais universal”.⁶⁴ E é um pensamento – pode-se acrescentar – que não descuida de nenhum dos aspectos mais diminutos da vida e da moral dos soldados: informado de que eles estavam sem cigarros, graças também à sua capacidade de despachar “uma enorme carga de trabalho”, “no momento crucial da batalha de Stalingrado, ele [Stalin] encontrou tempo para telefonar para Akaki Mgeladze, chefe do partido da Abcásia, a região de cultivo do tabaco: “Os nossos soldados não podem fumar! Sem cigarros, a frente não funciona!”⁶⁵

Na avaliação positiva de Stalin como líder militar, dois autores ocidentais vão ainda além. Se Kruschiov insiste nos transtornantes sucessos iniciais da Wehrmacht, o primeiro dos dois estudiosos aos quais faço referência exprime esse mesmo dado de fato com uma linguagem bastante diferente: não

⁶² Wolkogonow (1989), pp. 501 e 570.

⁶³ Wolkogonow (1989), pp. 501, 641 e 570-72.

⁶⁴ Wolkogonow (1989), pp. 597, 644 e 641.

⁶⁵ Montefiore (2007), p. 503.

é de assombrar que a “maior invasão na história militar” tenha conseguido sucessos iniciais; a recuperação do Exército Vermelho depois dos golpes devastadores da invasão alemã em junho de 1941 foi “maior empresa de armas que o mundo jamais viu”.⁶⁶ O segundo estudioso, professor numa academia militar estadunidense, a partir da compreensão do conflito na perspectiva da longa duração e da atenção reservada tanto à retaguarda como à frente e à dimensão econômica e política como aquela mais propriamente militar da guerra, fala de Stalin como de um “grande estrategista”, antes como do “primeiro verdadeiro estrategista do século XX”.⁶⁷ É um julgamento global com o qual também o outro estudioso ocidental aqui citado concorda plenamente; sua tese de fundo, sintetizada na orelha do livro, identifica em Stalin o “maior líder militar do século XX”. Podemos obviamente discutir ou matizar esses julgamentos tão lisonjeiros; é verdade, porém, pelo menos no que diz respeito ao tema da guerra, que o quadro traçado por Kruschiov perdeu qualquer credibilidade.

Tanto mais porque, no momento da prova, a URSS se revela bastante preparada também de outro ponto de vista essencial. Demos de novo a palavra a Goebbels, que, ao explicar as dificuldades imprevistas da operação Barbarossa, remete, além de ao potencial bélico do inimigo, a outro fator:

Era quase impossível que nossos homens de confiança e nossos espiões penetrassem no interior da União Soviética. Eles não podiam ter um quadro preciso. Os bolcheviques se empenharam diretamente em nos enganar. De uma série de armas que eles possuíam, sobretudo armas pesadas, não tínhamos nenhuma ideia. Exatamente o contrário daquilo que se verificou na França, onde sabíamos na prática tudo e não podíamos de modo algum ser surpreendidos.⁶⁸

A falta de “bom-senso” e “as deportações em massa de populações inteiras”

Autor em 1913 de um livro que o consagrara como teórico da questão nacional, comissário do povo para as nacionalidades logo depois da Revolução de Outubro, pelo modo como desempenhara o seu cargo Stalin ganhara o reco-

⁶⁶ Roberts (2006), pp. 81 e 4.

⁶⁷ Schneider (1994), pp. 278-79 e 232.

⁶⁸ Goebbels (1992), p. 1656 (anotação de diário de 19 de agosto de 1941).

nhecimento de personalidades tão diferentes entre si como Arendt e De Gasperi. A reflexão deste último sobre a questão nacional consta num ensaio sobre a linguística empenhado em demonstrar que, longe de desaparecer após a reviravolta do poder político de uma determinada classe social, a língua de uma nação tem uma notável estabilidade, assim como a nação com que ela se exprime goza de uma notável estabilidade. Também esse ensaio contribuiu para consolidar a fama de Stalin como teórico da questão nacional. Ainda em 1965, embora no âmbito de uma posição de dura condenação, Louis Althusser atribuirá a Stalin o mérito de se ter oposto à “loucura” que pretendia “a todo custo fazer da língua uma superestrutura” ideológica: graças a estas “simples paginetas” – concluirá o filósofo francês – “percebemos que o uso do critério de classe não era sem limites”.⁶⁹ A dessagração-liquidação em que em 1956 Kruschiov se empenha não podia deixar de visar, para ridicularizá-lo, o teórico e político que dedicara particular atenção à questão nacional. Ao condenar “as deportações em massa de nacionalidades inteiras”, o Relatório Secreto sentencia:

Não é preciso ser marxista-leninista para perceber que qualquer pessoa de bom-senso se pergunta como é possível tornar nações inteiras responsáveis por atos hostis, sem exceção das mulheres, crianças, velhos, comunistas e membros do Komsomol [a juventude comunista], chegando ao ponto de usar contra eles uma repressão geral, lançando-os na miséria e no sofrimento sem outra causa que a vingança por algum delito perpetrado por indivíduos ou grupos isolados.⁷⁰

Está fora de discussão o horror da punição coletiva, da deportação imposta a populações suspeitas de escassa lealdade patriótica. Infelizmente, bem longe de referir-se à loucura de um único indivíduo, esta prática caracteriza profundamente a segunda Guerra dos Trinta Anos, a começar pela Rússia czarista que, embora aliada do Ocidente liberal, durante o primeiro conflito mundial conhece “uma onda de deportações” de “dimensões desconhecidas na Europa”, em que estão envolvidas cerca de um milhão de pessoas (sobretudo de origem judia ou germânica).⁷¹ De dimensões mais reduzidas, mas muito mais significativa, é a medida que durante o segundo conflito mundial atinge os americanos de origem japonesa, deportados e encerrados em campos de concentração (*infra*, cap. 4, § 7).

⁶⁹ Althusser (1967), p. 6.

⁷⁰ Kruschiov (1958), p. 187.

⁷¹ Graziosi (2007), pp. 70-71.

A expulsão e deportação de populações inteiras, além de ter como finalidade o afastamento de uma potencial quinta coluna, pode ser promovida em função do refazimento ou da redefinição da geografia política. Durante a primeira metade do século XX, esta prática grassa a nível planetário, desde o Oriente Médio, onde os judeus que tinham acabado de escapar da “solução final” obrigam árabes e palestinos a fugir, até à Ásia, onde a separação entre Índia e Paquistão do Império inglês passa através da “maior migração forçada a nível mundial do século”.⁷² Permanecendo sempre no continente asiático, vale a pena dar uma olhada no que acontece numa região administrada por uma personalidade ou em nome de uma personalidade (o 14º Dalai Lama), que depois conseguiria o prêmio Nobel da paz e se tornaria sinônimo de não-violência: “Em julho de 1949 todos os *han* residentes [há muitas gerações] em Lhasa foram expulsos do Tibete”, seja para “enfrentar a possibilidade da atividade de uma quinta coluna”, seja para tornar mais homogênea a composição demográfica.⁷³

Estamos diante de uma prática não só realizada nas mais diferentes áreas geográficas e político-culturais, mas naquelas décadas explicitamente teorizada por personalidades de grande relevo. Em 1938, David Ben Gurion, o futuro pai da pátria em Israel, declara: “sou favorável à transferência forçada [dos árabes palestinos]; não vejo nada de imoral nisso”.⁷⁴ De fato, ele porá coerentemente em prática esse programa dez anos depois.

Mas aqui é preciso concentrar a atenção na Europa centro-oriental, onde se verifica uma tragédia recalcada, mas que está entre as maiores do século XX. No todo, cerca de dezesseis milhões e meio de alemães foram obrigados a abandonar as suas casas e dois milhões e meio não sobreviveram à gigantesca operação de limpeza ou contralimpeza étnica.⁷⁵ Neste caso é possível fazer uma comparação direta entre Stalin, de um lado, e os estadistas ocidentais e filoocidentais do outro. Que posição estes últimos tomaram em tal circunstância? Analisamos isso sempre a partir de uma historiografia que não pode ser suspeita de indulgência para com a União Soviética:

Foi o governo britânico que desde 1942 estimulou uma transferência geral de populações dos territórios alemães orientais e dos sudetos [...]. Mais do que todos empenhou-se o subsecretário de Estado, Sargent, que pediu uma

⁷² Torri (2000), p. 617.

⁷³ Grunfeld (1996), p. 107.

⁷⁴ Em Pappé (2008), p. 3.

⁷⁵ MacDonogh (2007), p. 1.

pesquisa sobre “se a Grã-Bretanha não deveria encorajar a transferência para a Sibéria dos alemães da Prússia oriental e da alta Silésia”.⁷⁶

Intervindo na Câmara dos Comuns em 15 de dezembro de 1944 sobre a programada “transferência de diversos milhões” de alemães, Churchill esclareceu assim o seu pensamento:

Pelo que conseguimos compreender, a expulsão é o método mais satisfatório e mais duradouro. Não haverá mais mistura das populações para provocar desordens sem fim como aconteceu no caso da Alsácia e Lorena. Será feito um corte claro. Não estou alarmado com a perspectiva da separação de populações como também não estou alarmado com as transferências em larga escala, que nas condições modernas são muito mais fáceis do que foram no passado.⁷⁷

F. D. Roosevelt aderiu aos planos de deportação depois, em junho de 1943; “quase no mesmo momento Stalin cedeu às pressões de Beneš para a expulsão dos alemães dos sudetos da Tchecoslováquia a restaurar”.⁷⁸ Um historiador estadunidense acha então que deve tirar esta conclusão:

Afinal, sobre a questão da expulsão dos alemães na Tchecoslováquia ou na Polônia pós-guerra não houve, na prática, nenhuma diferença entre políticos comunistas e não comunistas; sobre este tema, Beneš e Gottvald, Mikolajesyk e Beirut, Stalin e Churchill falavam todos a mesma língua.⁷⁹

Esta conclusão já bastaria para refutar a oposição em preto e branco implícita no Relatório Kruschiov. Na realidade, pelo menos no que diz respeito aos alemães da Europa oriental, quem tomou a iniciativa das “deportações em massa de populações inteiras” não foi Stalin; as responsabilidades não foram distribuídas de modo igual. O mesmo historiador estadunidense anteriormente citado acaba reconhecendo isso. Na Tchecoslováquia, Jan Masaryk expressou a convicção segundo a qual “o alemão não tem alma, e as palavras que entende melhor são as rajadas de metralhadora”. Tratava-se de uma posição que não era absolutamente isolada: “Até a Igreja Católica tcheca fez ouvir a sua própria voz. Monsenhor Bohumil Stasek, cônego de Vysehrad, declarou: “Depois de mil anos chegou o momento de ajustar as contas com os alemães, que são maus e para os quais o mandamento ‘Ama o teu próximo’ não se

⁷⁶ Hillgruber (1991), p. 439.

⁷⁷ Churchill (1974), p. 7069.

⁷⁸ Hillgruber (1991), p.

⁷⁹ Naimark (2002), p. 134.

aplica”.⁸⁰ Nessas circunstâncias, uma testemunha alemã recorda: “Muitas vezes tivemos que pedir ajuda aos russos contra os tchecos, o que fizeram muitas vezes, desde que não se tratasse de pôr as mãos nas costas de uma mulher”.⁸¹ Há mais, porém. Demos de novo a palavra ao historiador estadunidense: “No ex-campo nazista de Theresienstadt, os alemães internados se perguntavam o que lhes teria acontecido se o comandante russo local não os tivesse protegido dos tchecos”. Um relatório soviético secreto enviado a Moscou, ao Comitê Central do partido comunista, relatava pedidos feitos às tropas soviéticas para que ficassem: “se o Exército Vermelho for embora, estamos acabados”. As manifestações de ódio para com os alemães são claras. [Os tchecos] não os matam, mas os atormentam como se fossem animais. Consideram-nos animais”. De fato – observa sempre o historiador que aqui estou seguindo – “o tratamento horrível infligido pelos tchecos levou ao desespero. Segundo estatísticas tchecas, apenas em 1946 foram 5.558 os alemães que se suicidaram”.⁸² Algo semelhante acontece na Polônia. Em conclusão:

Os alemães acharam o pessoal militar russo muito mais humano e responsável que os tchecos e que os poloneses locais. Ocasionalmente, os russos deram de comer às crianças alemãs com fome, ao passo que os tchecos os deixaram morrer de inanição. Às vezes, as tropas soviéticas davam aos exaustos alemães uma passagem em seus veículos durante as longas caminhadas para sair do país, enquanto os tchecos ficavam olhando-os com desprezo e indiferença.⁸³

O historiador estadunidense fala de “tchecos” ou de “poloneses” em geral, mas de modo não totalmente correto, como surge do seu próprio relato:

A questão da expulsão dos alemães colocou os comunistas tchecos – e de outros países – em séria dificuldade. Durante a guerra, a posição dos comunistas, articulada por Geogi Dimitrov em Moscou, era de que os alemães responsáveis pela guerra e pelos seus crimes deveriam ser processados e condenados, enquanto os operários e os camponeses alemães eram reeducados.⁸⁴

⁸⁰ Naimark (2002), p. 136.

⁸¹ Naimark (2002), pp. 137-38.

⁸² Naimark (2002), p. 139.

⁸³ Naimark (2002), p. 138.

⁸⁴ Naimark (2002), p. 133.

Com efeito, “na Tchecoslováquia foram os comunistas, uma vez conquistado o poder em fevereiro de 1948, que puseram fim à perseguição das poucas minorias étnicas que tinham restado”.⁸⁵

Ao contrário da insinuação de Kruschiov, em comparação com os dirigentes burgueses da Europa ocidental e centro-oriental, pelo menos neste caso não são Stalin e o movimento comunista dirigido por ele que se revelam menos desprovidos de “bom-senso”.

Isto não acontece por acaso. Se, com o fim da guerra, F. D. Roosevelt declara estar “mais do que nunca sedento de sangue dos alemães” por causa das atrocidades cometidas por eles e chega até a acariciar, por algum tempo, a ideia da “castração” de um povo tão perverso, a posição de Stalin é bem diferente, pois logo depois do desencadeamento da operação Barbarossa declara que a resistência soviética pode contar com o apoio de “todos os melhores homens da Alemanha” e até do “povo alemão escravizado pelos chefes hitlerianos”.⁸⁶ Particularmente solene é a tomada de posição de fevereiro de 1942:

Seria ridículo identificar a camarilha hitlerista com o povo alemão, com o Estado alemão. As experiências da história demonstram que os Hitler vão e vêm, mas que o povo alemão, o Estado alemão permanece. A força do Exército Vermelho reside no fato de que ele não nutre nem pode nutrir nenhum ódio contra outros povos e, portanto, nem sequer contra o povo alemão; ele é educado no espírito da igualdade de todos os povos e de todas as raças, no espírito do respeito e dos direitos dos outros povos.⁸⁷

Até um anticomunista inflexível como é Ernst Nolte é obrigado a reconhecer que a posição assumida pela União Soviética em relação ao povo alemão não apresenta aqueles tons racistas, que às vezes se encontram nas potências ocidentais.⁸⁸ Para concluir este ponto pode-se dizer: se não está igualmente distribuída, a falta de “bom-senso” estava bem difundida entre os líderes políticos do século XX.

Até aqui me ocupei com as deportações provocadas pela guerra e pelo perigo de guerra ou do refazimento e da redefinição da geografia política. Pelo menos até os anos 1940, nos Estados Unidos continuam a grassar as

⁸⁵ Deak (2002), p. 48.

⁸⁶ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 238 e 241.

⁸⁷ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 266-67.

⁸⁸ Cf. Losurdo (1996), cap. 4, § 2 (para Nolte) e cap. 4, § 5 (para F. D. Roosevelt e a “castração” dos alemães).

deportações realizadas dos centros urbanos que querem ser, como avisam os cartazes colocados na sua entrada, para *whites only*. Além dos afroamericanos, são atingidos também os mexicanos, reclassificados como não brancos com base num recenseamento de 1930; por isso são deportados para o México “milhares de trabalhadores e as suas famílias, inclusive muitos estadunidenses de origem mexicana”. As medidas de expulsão e deportação das cidades que querem ser “apenas para brancos” ou “só para caucasianos” não poupam sequer os judeus.⁸⁹

O Relatório Secreto descreve Stalin como um tirano tão desprovido de senso da realidade que, ao tomar medidas coletivas contra determinados grupos étnicos, não hesita em atingir os inocentes e os próprios companheiros de partido. É o caso de pensar nos deportados alemães (na maioria, inimigos declarados de Hitler) que, logo após o início da guerra com a Alemanha, são encerrados em bloco nos campos de concentração franceses (*infra*, cap. 4, § 7). Mas é inútil querer buscar um esforço de análise comparada no discurso de Kruschiov.

Ele procura virar no seu contrário dois temas até aquele momento difundidos não só na propaganda oficial, mas também na publicística e na opinião pública internacional: o grande líder que contribuira de modo decisivo para o aniquilamento do III Reich se transforma assim num grande diletante que tem dificuldade em orientar-se no mapa-múndi; o eminente teórico da questão nacional exatamente neste campo se revela desprovido do mais elementar “bom-senso”. Os reconhecimentos até aquele momento tributados a Stalin são todos colocados na conta de um culto da personalidade que agora se trata de liquidar de uma vez para sempre.

O culto da personalidade na Rússia, de Kerenski a Stalin

A denúncia do culto da personalidade é o carro-chefe de Kruschiov. No entanto, no seu Relatório está ausente a pergunta que deveria ser obrigatória: estamos diante da vaidade e do narcisismo de um líder político singular, ou de um fenômeno de caráter mais geral que aprofunda as suas raízes num contexto objetivo determinado? Pode ser interessante ler as observações feitas por Bukharin enquanto nos Estados Unidos fervem os preparativos para a intervenção na I Guerra Mundial:

⁸⁹ Loewen (2006), pp. 42 e 125-27.

Para que a máquina estatal esteja mais preparada para os assuntos militares, ela se transforma por si mesma numa organização militar, em cujo comando está um ditador. Esse ditador é o presidente Wilson. Foram-lhe concedidos poderes excepcionais. Tem um poder quase absoluto. E se procura instalar no povo sentimentos servis para com o 'grande presidente', como na antiga Bizâncio onde tinham divinizado o monarca deles.⁹⁰

Em situações de crise aguda a personalização do poder tende a entrançar-se com a transfiguração do líder que o detém. Quando, em dezembro de 1918, o presidente estadunidense vitorioso pisa na França, é aclamado como o Salvador, e os seus 14 pontos são comparados ao Discurso da Montanha.⁹¹

Dão o que pensar sobretudo os processos políticos que se verificam nos Estados Unidos no período que vai da Grande Crise até a II Guerra Mundial. Tendo chegado à presidência com a promessa de remediar uma situação econômico-social bastante preocupante, F. D. Roosevelt é eleito por quatro mandatos consecutivos (embora tenha morrido no início do quarto mandato), um caso único na história do seu país. Além da longa duração dessa presidência, são fora do comum as expectativas e as esperanças que a cercam. Personalidades autorizadas invocam um "ditador nacional" e convidam o neopresidente a dar prova de toda a sua energia: "Torna-se um tirano, um déspota, um verdadeiro monarca. Durante a Guerra Mundial aprisionamos a nossa Constituição, a pusemos de lado até o fim da guerra". A permanência do estado de exceção exige que não nos deixemos impedir por excessivos escrúpulos legais. O novo líder da nação é chamado a ser e já é definido como "uma pessoa providencial", ou, segundo as palavras do cardeal O'Connell, "um homem mandado por Deus". As pessoas comuns escrevem e se dirigem a F. D. Roosevelt em termos ainda mais enfáticos, declarando olhar para ele "quase como se olha para Deus" e esperar poder um dia colocá-lo "no Panteão dos imortais, ao lado de Jesus".⁹² Convidado a comportar-se como ditador e homem da Providência, o novo presidente faz uso muito amplo do seu poder executivo já no primeiro dia e na primeira hora do seu mandato. Na sua mensagem inaugural ele exige "um amplo poder do Executivo [...] tão grande como seria aquele concedido a mim se fôssemos realmente invadidos por um inimigo estrangeiro".⁹³ Com o início das hostilidades na Europa, antes ainda de Pearl Harbor, F. D. Roosevelt começa, por sua

⁹⁰ Bukharin (1984), p. 73.

⁹¹ Em Hoopes, Brinkley (1997), p. 2.

⁹² Schlesinger Jr. (1959-1965), vol. 2, pp. 3-15.

⁹³ Nevins, Commager (1960), p. 455.

iniciativa, a arrastar o país para a guerra ao lado da Inglaterra; em seguida, com uma ordem executiva emanada de modo soberano, impõe a reclusão em campos de concentração de todos os cidadãos americanos de origem japonesa, inclusive mulheres e crianças. É uma presidência que, se por um lado goza de uma difundida devoção popular, por outro lado faz gritar o perigo "totalitário" (*totalitarian*): isso acontece por ocasião da Grande Crise (quando é particularmente o ex-presidente Hoover que faz a acusação⁹⁴) e sobretudo nos meses que precedem a intervenção no segundo conflito mundial (quando o senador Burton K. Wheeler acusa F. D. Roosevelt de exercer um "poder ditatorial" e de promover uma "forma totalitária de governo").⁹⁵ Pelo menos do ponto de vista dos adversários do presidente, totalitarismo e culto da personalidade tinham atravessado o Atlântico.

Certamente, o fenômeno que estamos investigando aqui (a personalização do poder e o culto da personalidade ligado a ela) se apresenta apenas de forma embrionária na república estadunidense, protegida pelo oceano de qualquer tentativa de invasão e com uma tradição política bem diferente da tradição da Rússia. É neste país que se deve concentrar a atenção. Vejamos o que acontece entre fevereiro e outubro de 1917, portanto, antes da ascensão dos bolcheviques ao poder. Impelido pela sua vaidade pessoal, mas também pelo desejo de estabilizar a situação, Kerenski "toma Napoleão como modelo". Passa em revista as tropas "com o braço enfiado na parte dianteira do casaco". Por outro lado "no seu gabinete no Ministério da Guerra sobressaía um busto do imperador dos franceses". Os resultados desta encenação não tardam a se manifestar: florescem as poesias que rendem homenagem a Kerenski como o novo Napoleão.⁹⁶ Na véspera da ofensiva de verão, que deveria reerguer a sorte do exército russo, o culto reservado a Kerenski (em certos círculos restritos) chega ao ponto mais alto:

Por toda parte era aclamado como um herói, os soldados o levantavam nas costas, o bombardeavam com flores, jogavam-se aos seus pés. Uma enfermeira inglesa teve ocasião de assistir, espantada, à cena de homens de tropa que "beijavam a ele, o seu carro e o chão em que pisava. Muitos caíam de joelhos e rezavam, outros choravam".⁹⁷

⁹⁴ Johnson (1991), p. 256.

⁹⁵ Em Hofstadter (1982), vol. 3, pp. 392-93.

⁹⁶ Figs (2000), pp. 499-500.

⁹⁷ Figs (2000), pp. 503-504.

Como se vê, não faz muito sentido explicar, como faz Kruschiov, com o narcisismo de Stalin a forma exaltada que, a partir de certo momento, o culto da personalidade assume na URSS. Na verdade, quando Kaganovitch lhe propõe substituir a expressão marxismo-leninismo pela de marxismo-leninismo-stalinismo, o líder ao qual é dirigida tal homenagem responde: “Vocês querem comparar o caralho com a torre dos bombeiros”.⁹⁸ Pelo menos se for comparado com Kerenski, Stalin parece mais modesto. Confirma isto a atitude assumida por ele no final de uma guerra vencida realmente e não apenas na imaginação, como no caso do dirigente menchevique amante das poses napoleônicas. Logo depois do desfile da vitória, um grupo de marchais entra em contato com Molotov e Malenkov: eles propõem solenizar o triunfo conseguido durante a Grande Guerra Patriótica, conferido o título de “herói da União Soviética” a Stalin, o qual, porém, declina a oferta.⁹⁹ O líder soviético foge da ênfase retórica também por ocasião da Conferência de Potsdam: “Tanto Churchill como Truman arranjaram tempo para passear entre as ruínas de Berlim; Stalin não mostrou o mesmo interesse. Sem fazer barulho, chegou de trem, ordenando até a Jukov que cancelasse qualquer eventual plano de dar-lhe as boas-vindas com uma banda militar e uma guarda de honra”.¹⁰⁰ Quatro anos depois, na véspera do seu septuagésimo aniversário, ocorre no Kremlin uma conversa que vale a pena relatar:

Ele [Stalin] convoca Malenkov e lhe avisa: “Não venhas na frente honrar-me de novo com uma ‘estrela’”. “Mas, camarada Stalin, num aniversário desses! O povo não entenderia”. “Não te refiras ao povo. Não tenho a intenção de brigar. Nenhuma iniciativa pessoal! Entendeu?” “É claro, camarada Stalin, mas os membros do politbirô são da opinião...” Stalin interrompe Malenkov e declara o assunto encerrado.

Naturalmente, pode-se dizer que nas circunstâncias aqui relatadas o cálculo político joga um papel mais ou menos grande (e seria muito estranho se não o jogasse); é um fato, porém, que a vaidade pessoal não leva a vantagem. Menos ainda ela leva vantagem quando estão em jogo decisões vitais de caráter político ou militar: durante a II Guerra Mundial, Stalin convida os seus interlocutores a se exprimirem sem rodeios de palavras, discute animadamente e alterca até com Molotov, que, por sua vez, embora evitando pôr em discussão a hierarquia, continua a manter a sua opinião. A julgar pelo

⁹⁸ Em Marcucci (1997), pp. 156-57.

⁹⁹ Wolkogonow (1989), p. 707.

¹⁰⁰ Roberts (2006), p. 272.

testemunho do almirante Nikolai Kusnezov, o líder supremo “apreciava de modo particular aqueles camaradas que raciocinavam com a sua cabeça e não hesitavam em exprimir o seu ponto de vista sem concessões”.¹⁰¹

Interessado como está em apontar Stalin como o único responsável por todas as catástrofes que se abateram sobre a URSS, longe de liquidar o culto da personalidade, Kruschiov se limita a transformá-lo num culto negativo. Continua firme a visão com base na qual *in principio erat Stalin!* Também ao enfrentar o capítulo mais trágico da história da União Soviética (o terror e os expurgos sanguinários, que grassaram em larga escala e não pouparam de modo algum o partido comunista), o Relatório Secreto não tem dúvidas: é um horror a ser colocado na conta quase exclusiva de um indivíduo com sede de poder e possuído de uma paranoia sanguinária.

¹⁰¹ Wolkogonow (1989), p. 707 (para o colóquio entre Stalin e Malenkov); Montefiore (2007), pp. 498-499.

2.

Os bolcheviques: do conflito ideológico à guerra civil

A Revolução Russa e a dialética de Saturno

Na visão de Kruschiov, Stalin está manchado de crimes horrendos contra os seus próprios camaradas de partido, desviando da estrada real do leninismo e do bolchevismo e traindo os ideais do socialismo. Mas é exatamente a acusação recíproca de traição que, estimulando ou aprofundando as divisões internas no próprio grupo dirigente protagonista de outubro de 1917, contribui de modo bastante importante para as tragédias que se abateram sobre a Rússia soviética. Como explicar essas divisões? A dialética com base na qual “Saturno devora os seus filhos” não é certamente uma característica exclusiva da Revolução de Outubro: a unidade coral que preside a derrubada de um regime antigo agora malquisto pela a maioria da população inevitavelmente se racha ou dispersa no momento em que se trata de decidir sobre a nova ordem a estabelecer. Isto vale também para as Revoluções inglesa e estadunidense.¹ Mas essa dialética se manifestou na Rússia de modo particularmente violento e prolongado. Já no momento do colapso da autocracia czarista, enquanto se sucedem as tentativas de restauração monárquica ou de instauração de uma ditadura militar, no âmbito do alinhamento daqueles que, mesmo decididos a evitar a volta ao passado, de qualquer modo se impõem opções bastante dolorosas: empenhar-se em primeiro lugar pela paz ou, como sustentam os mencheviques, continuar ou até intensificar os esforços de guerra, agitando agora também na Rússia as palavras de ordem do intervencionismo democrático?

O delinear-se da vitória dos bolcheviques não põe certamente fim à dialética de saturno, mas a intensifica. O apelo de Lênin para a conquista do poder e a transformação em sentido socialista da revolução parece um desvio

¹ Cf. Losurdo (1996), cap. II.

intolerável do marxismo na visão de Kamenev e Zinoviev, os quais põem os mencheviques a par da situação e por isso atraem sobre si a acusação de traição lançada pela maioria do partido bolchevique. É um debate que ultrapassa as fronteiras da Rússia e do próprio movimento comunista. Os social-democratas são os primeiros a gritar contra o escândalo do abandono da ortodoxia, a qual excluía a revolução socialista num país que ainda não tinha passado pelo pleno desenvolvimento capitalista; enquanto quem condena como um abandono do caminho do socialismo a aceitação leniniana da palavra de ordem da terra aos camponeses são, de um lado, Karl Kautsky e, do outro lado, Rosa Luxemburgo.

Aqui, porém, convém concentrar-se nas divisões que ocorrem no interior do grupo dirigente bolchevique propriamente dito. As expectativas messiânicas suscitadas por um entrelaçamento de circunstâncias, objetivas e subjetivas, explica a força particularmente devastadora que a dialética de Saturno assume. O temor e a indignação universalmente difundidos pela enorme carnificina e pelo configurar-se dos diferentes Estados em luta quais Moloc sanguinários, decididos a sacrificar milhões e milhões de homens no altar da defesa da pátria e, na realidade, da competição imperialista pela hegemonia mundial, tudo isto estimula a reivindicação de um ordenamento político-social totalmente novo; tratava-se de cortar de uma vez para sempre as raízes dos horrores que se tinham manifestado a partir de 1914. Alimentada ulteriormente por uma visão do mundo (que com Marx e Engels parece invocar um futuro sem fronteiras nacionais, sem relações mercantis, sem aparelho estatal e até sem coerção jurídica) e por uma relação quase religiosa com os textos dos pais fundadores do movimento comunista, essa reivindicação não pode ser decepcionada à medida que a construção da nova ordem começa a tomar corpo.

Por isso, bem antes de irromper no centro da reflexão e da denúncia de Trotski, depois de se ter manifestado já no momento do colapso da autocracia czarista, o tema da revolução traída acompanha como uma sombra a história iniciada com a subida dos bolcheviques ao poder. A acusação ou a suspeita de traição surge em cada curva dessa revolução particularmente tortuosa, impelida pelas necessidades da ação de governo a repensar certos temas utópicos originários e obrigada a avaliar as suas grandes ambições com a extrema dificuldade da situação objetiva.

O primeiro desafio enfrentado pelo novo poder é aquele representado pelo desmanche do aparelho estatal e pela difusão de um anarquismo irreduzível entre os camponeses (ainda aquém de qualquer visão estatal e nacional, portanto, substancialmente indiferentes ao drama das cidades, privadas de

quaisquer recursos alimentares) e propensos a fundar efêmeras “repúblicas camponesas”, e entre os desertores, agora relutantes a toda disciplina (como é confirmado pelo surgimento, num distrito da Bessarábia, de uma “República Livre dos Desertores”). Neste caso, quem é rotulado como traidor é Trotski, que, enquanto dirigente do exército, está à frente da obra do restabelecimento do poder central e do próprio princípio do Estado: então são os camponeses, os desertores (entre os quais não faltam os desertores do Exército Vermelho), os saídos da multidão que invocam o “verdadeiro” socialismo e os “verdadeiros” soviets, que choram Lênin (que tinha endossado ou estimulado a revolta contra o poder estatal) e identificam em Trotski e nos judeus os usurpadores vulgares.² Nesse mesmo contexto pode ser colocada a revolta dos marinheiros de Kronstadt em 1921. Pelo que parece, nessa ocasião Stalin se teria pronunciado por uma abordagem mais cautelosa, ou seja, pela espera do esgotamento dos víveres e do combustível à disposição da fortaleza sitiada; mas, numa situação em que não tinham ainda desaparecido os perigos da guerra civil interna e da intervenção das potências contrarrevolucionárias, acaba impondo-se a solução militar imediata. E de novo, o “policial”, antes o “marechal” Trotski é que é classificado como “sustentador da organização burocrática”, “ditador” e, em última análise, traidor do espírito original da revolução. Trotski, por sua vez, suspeita que Zinoviev tenha alimentado por semanas a agitação que desembocou depois na revolta, brandindo demagogicamente a bandeira da “democracia operária [...] como em 1917”.³ Como se vê, a primeira acusação de “traição” marca a passagem, inevitável em toda revolução, mas muito mais dolorosa numa revolução feita em nome também da extinção do Estado, desde o momento da derrubada do antigo regime até a construção da nova ordem, desde a fase “libertária” até a fase “autoritária”. E, naturalmente, a acusação ou a suspeita de “traição se entrelaça com as ambições pessoais e a luta pelo poder.

O Ministério do Exterior “fecha as portas”

A retórica cheia de patriotada e os ódios nacionais, em parte “espontâneos”, em parte sabiamente atizados, tinham desembocado na matança da guerra imperialista. A exigência de acabar com tudo isso se apresenta imperiosa. Surge assim em certos setores do movimento comunista um internacionalis-

² Werth (2007a), pp. 49-50.

³ Broué (1991), pp. 274-75.

mo totalmente irrealista, que tende a liquidar como simples preconceito as diferentes identidades nacionais. Vejamos em que termos, no início de 1918, Bukharin se opõe não só à paz de Brest-Litovsk, mas a qualquer tentativa por parte do poder soviético de utilizar as contradições entre as várias potências imperialistas, estipulando acordos ou compromissos com uma ou com outra: “O que estamos fazendo? Estamos transformando o partido num monte de estrume [...]. Sempre dissemos [...] que, antes ou depois, a Revolução Russa colidiria com o capital internacional. Esse momento chegou”.⁴

Compreendem-se bem a decepção e o mal-estar de Bukharin que, cerca de dois anos antes, tinha contraposto a perspectiva de uma humanidade finalmente unificada e fraternizada à guerra até a última gota de sangue entre as grandes potências capitalistas e entre os diversos Estados nacionais e à virada chauvinista da socialdemocracia, graças à “revolução social do proletariado internacional que à mão armada derruba a ditadura do capital financeiro”. Derrotados, junto com a burguesia, “os epígonos socialistas do marxismo” (responsáveis por terem esquecido ou reprimido “a conhecida tese do *Manifesto Comunista*”, segundo a qual “os proletários não têm pátria”), “acaba assim a última forma de limitação da concepção do mundo do proletariado: a sua limitação nacional-estatal, o seu patriotismo”; “surge a palavra de ordem da abolição das fronteiras estatais e da confluência dos povos numa única família socialista”.⁵

Não se trata da ilusão de uma personalidade solitária. Ao assumir o cargo de comissário do povo para Assuntos Exteriores, Trotski declarou: “Publicarei algum decreto revolucionário aos povos do mundo, depois fecharei as portas”.⁶ Com a chegada, sobre as ruínas da guerra e na onda da revolução mundial, de uma humanidade unificada a nível planetário, o primeiro ministério a revelar-se supérfluo teria sido aquele que normalmente conduz as relações entre os diferentes Estados. Com respeito a essa perspectiva tão excitante, como pareciam medíocres e degenerados a realidade e o projeto político colocados em evidência pelas negociações de Brest-Litovsk, com o ressurgimento das fronteiras estatais e nacionais e com o reaparecimento até da razão de Estado! Não poucos militantes e dirigentes bolcheviques vivem esse acontecimento como o colapso, ou antes, como o abandono vil e traiçoeiro de um mundo inteiro de ideais e de esperanças. Certamente, não era fácil resistir ao exército de Guilherme II, mas ceder ao imperialismo alemão

só porque os camponeses russos, mesquinamente apegados aos seus interesses e ignorantes dos deveres impostos pela revolução mundial, se recusavam a continuar a combater, não era essa a prova da incipiente “degeneração camponesa do nosso partido e do poder soviético”? No final de 1924, Bukharin descreve o clima espiritual nos tempos de Brest-Litovsk dominante entre “os comunistas de esquerda ‘puro sangue’” e nos “ambientes que simpatizavam com o camarada Trotski”: distinguiu-se particularmente o “companheiro Riazanov, que agora saiu do partido porque em sua opinião tínhamos perdido a pureza revolucionária”.⁷ Além das personalidades individuais, são importantes organizações de partido que declaram: “No interesse da revolução internacional, julgamos oportuno admitir a possibilidade de perder o poder soviético, que está se tornando agora puramente formal”. Trata-se de palavras “estranhas e monstruosas” aos olhos de Lênin⁸, que, porém, num certo momento, sendo acusado ou suspeito de traição, parece ser o alvo de um projeto, embora vago, de golpe de Estado acariciado por Bukharin.⁹

É necessário todo o prestígio e toda a energia do grande dirigente revolucionário para superar a crise. Mas ela se apresenta de novo depois de alguns anos. Com a derrota dos impérios centrais e a irrupção da revolução na Alemanha, Áustria, Hungria e a sua aparição prepotente em outros países, a perspectiva pela qual os bolcheviques foram obrigados a abandonar Brest-Litovsk parece adquirir nova vitalidade e atualidade. Na conclusão do I Congresso da Internacional Comunista, é o próprio Lênin que declara: “A vitória da revolução proletária em todo o mundo está garantida. Aproxima-se a fundação da República Soviética Internacional”.¹⁰ Portanto, a iminente derrota do capitalismo em escala mundial teria sido rapidamente seguido pela fusão das diversas nações e dos diversos Estados num único organismo: de novo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estava a ponto de tornar-se supérfluo!

O ocaso dessa ilusão coincide com a doença e a morte de Lênin. A nova crise é mais grave ainda porque agora, dentro do partido bolchevique, falta uma autoridade indiscutida. Do ponto de vista de Trotski e dos seus aliados e seguidores, não pode haver mais dúvida. Quem ditava a escolha do “socialismo num só país”, com o conseqüente abandono da ideia de revolução mundial, não eram o realismo político e o cálculo das relações de força, mas apenas a rotina burocrática, o oportunismo, a covardia, em última análise, a traição.

⁴ Em Cohen (1975), p. 75.

⁵ Bukharin (1966) pp. 329-331.

⁶ Em Carr (1964), p. 814.

⁷ Bukharin (1970), pp. 104-105 e nota.

⁸ Lênin (1955-1970), vol. 27, pp. 54 seg.

⁹ Conquest (2000), p. 35.

¹⁰ Lênin (1955-1970), vol. 28, p. 479.

Stalin, em primeiro lugar, era o alvo dessa acusação, pois desde o início ele tinha reservado uma atenção toda particular à questão nacional tendo em vista a vitória da revolução a nível internacional, mas primeiro na Rússia. Entre fevereiro e outubro de 1917 ele tinha apresentado a revolução proletária por ele auspiciada como o instrumento necessário não só para edificar um novo ordenamento social, mas também para reafirmar a independência nacional da Rússia. A Entente procurava obrigá-la com todos os meios a continuar a combater e a sangrar e visava de qualquer modo a transformá-la “numa colônia da Inglaterra, da América e da França”; pior, comportava-se na Rússia como se estivesse “na África central”.¹¹ Dessa operação eram cúmplices os mencheviques que, com a sua insistência sobre a continuação da guerra, aceitavam o *Diktat* imperialista, eram propensos à “venda gradual da Rússia aos capitalistas estrangeiros”, conduziam o país “à ruína” e se revelavam, portanto, como os verdadeiros “traidores” da nação. Contra tudo isso, a revolução a ser feita não só promovia a emancipação das classes populares, mas também desentulhava “a estrada para a libertação efetiva da Rússia”.¹²

Depois de Outubro, a contrarrevolução, desencadeada pelos *brancos* apoiados ou açulados pela Entente, fora derrotada também graças ao apelo dos bolcheviques ao povo russo para rechaçar a invasão das potências imperialistas decididas a reduzir a Rússia a colônia ou semicolônia do Ocidente; é nessa base que também oficiais dos estratos nobres tinham dado o seu apoio ao novo poder soviético.¹³ E Stalin tinha se distinguido novamente em promover essa linha; ele descreveu assim a aposta durante a guerra civil:

A vitória de Denikin e de Koltchak significa a perda da independência da Rússia, a transformação da Rússia numa copiosa fonte de dinheiro para os capitalistas anglo-franceses. Nesse sentido, o governo Denikin-Koltchak é o governo mais antipopular e mais antinacional. Neste sentido, o governo soviético é o único governo popular e nacional no melhor significado deste termo, porque ele leva consigo não apenas a libertação dos trabalhadores do capital, mas também a libertação de toda a Rússia do jugo do imperialismo mundial, a transformação da Rússia de colônia a país livre e independente.¹⁴

¹¹ Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 127 e 269 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, pp. 161 e 324).

¹² Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 197 e 175-78 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, pp. 243 e 220-22).

¹³ Figes (2000), pp. 840 e 837.

¹⁴ Stalin (1971-1973), vol. 4, p. 252 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, pp. 312-13).

Nos campos de batalha se enfrentavam, de um lado, “oficiais russos que se venderam, se esqueceram da Rússia, perderam a sua honra e estão prontos a passar para o lado dos inimigos da Rússia operária e camponesa”; do outro lado, os soldados do Exército Vermelho, conscientes de “lutar não pelos lucros do capital, mas pela libertação da Rússia”.¹⁵ Nessa perspectiva, luta social e luta nacional se entrelaçavam: substituindo a “unidade imperialista” (ou a unidade baseada na opressão nacional) por uma unidade fundamentada no reconhecimento do princípio da igualdade entre as nações, a nova Rússia soviética teria acabado com a “desagregação” e a “completa ruína” que estava em ação na velha Rússia czarista; por outro lado, aumentando a sua “força” e o seu “peso”, a nova Rússia soviética teria contribuído para o enfraquecimento do imperialismo e para a causa da vitória da revolução no mundo.¹⁶

Todavia, quando a guerra civil e a luta contra a intervenção estrangeira melhoraram de aspecto, difundiu-se a ilusão de uma rápida expansão do socialismo na esteira dos sucessos do Exército Vermelho e do seu avanço para muito além das fronteiras estabelecidas em Brest-Litovsk. Graças ao seu realismo e sobretudo à sua aguçada sensibilidade pela questão nacional, Stalin fizera notar os perigos que derivavam de entrar profundamente no território polonês:

As retaguardas dos exércitos poloneses [...] diferem notavelmente das de Koltchak e de Denikin, com grande vantagem para a Polônia. De modo diferente das retaguardas de Koltchak e de Denikin, as das tropas polonesas são homogêneas e de uma única nacionalidade. Daí a sua unidade e estabilidade. No espírito das suas populações predomina o “sentimento patriótico”, que se transmite à frente polonesa por numerosos canais, gerando nas divisões a unidade nacional e a firmeza.

Ou seja, uma coisa era derrotar na Rússia um inimigo desacreditado também no plano nacional, outra coisa era enfrentar fora da Rússia um inimigo nacionalmente motivado. Portanto, os apelos a uma “marcha sobre Varsóvia” e as declarações segundo as quais se podia “aceitar apenas uma ‘Varsóvia vermelha, soviética’” eram expressões de “gabolice” vazia e de um “sentido de autossuficiência prejudicial à causa”.¹⁷

¹⁵ Stalin (1971-1973), vol. 4, pp. 236 e 131 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, pp. 293 e 166).

¹⁶ Stalin (1971-1973), vol. 4, pp. 202, 199, 208 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, pp. 252, 248, 258).

¹⁷ Stalin (1971-1973), vol. 4, pp. 286 e 293 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, pp. 354 e 363).

O fracasso da tentativa de exportar o socialismo para a Polônia, que, no entanto, até aquele momento fizera parte do Império czarista, reforçara Stalin nas suas convicções. Em 1929, ele manda tomar nota de um fenômeno em grande parte insuspeito por parte dos protagonistas da Revolução de Outubro: “a estabilidade das nações é grande em escala colossal”.¹⁸ Elas pareciam destinadas a ser uma força vital por um longo período histórico. Portanto, por um longo período histórico a humanidade continuaria a estar dividida não só entre diversos sistemas sociais, mas também entre diversas identidades lingüísticas, culturais, nacionais. Que relação teria sido instituída entre elas? Em 1936, numa entrevista a Roy Howard (do *Times*), Stalin declara:

A exportação da revolução é uma falácia. Cada país pode fazer a sua revolução se o desejar, mas se não quiser, não haverá revolução. O nosso país quis fazer uma revolução e a fez.

Escandalizado, Trotski comenta:

Citamos textualmente. É natural a passagem da teoria do socialismo num só país para a teoria da revolução num só país [...]. Proclamamos infinitas vezes que o proletariado do país revolucionário vitorioso é moralmente obrigado a ajudar as classes oprimidas e em revolta, e isto não só no terreno das ideias, mas também, se possível, com as armas na mão. Não nos contentamos em declarar isso. Apoiamos com a força das armas os operários da Finlândia, da Estônia, da Geórgia. Tentamos, ao fazer os exércitos vermelhos marcharem sobre Varsóvia, oferecer ao proletariado polonês a ocasião para uma insurreição.¹⁹

Tendo chegado ao fim a perspectiva do advento rápido da “República Soviética Internacional”, com o desaparecimento definitivo das fronteiras estatais e nacionais, Stalin fazia valer o princípio da coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes. Mas esse novo princípio, que era o resultado de um processo de aprendizagem e que garantia à União Soviética o direito à independência num mundo hostil e militarmente mais forte, aos olhos de Trotski aparecia como traição do internacionalismo proletário, como deserção da obrigação da ativa solidariedade recíproca entre os oprimidos e os explorados do mundo todo. É incansável a sua polêmica contra a mudança da política “internacionalista-revolucionária” original numa política “nacional-conservadora”, contra “a política externa nacional-pacifista do

¹⁸ Stalin (1971-1973), vol. 11, p. 308.

¹⁹ Trotski (1988), pp. 905-06 (= Trotski 1968, pp. 186-87).

governo soviético” contra o esquecimento do princípio em cuja base o Estado operário singular deve sozinho desempenhar a função de “cabeça de ponte da revolução mundial”.²⁰ Em todo caso, como não é pensável a passagem pacífica do capitalismo para o socialismo, “assim um Estado socialista não pode pacificamente integrar-se e desenvolver-se (*hineinwachsen*) no âmbito do sistema capitalista mundial”. É uma posição que Trotski acentua ainda em 1940: teria sido melhor não iniciar a guerra contra a Finlândia, mas uma vez começada, ela deveria ter sido “travada até o fim, isto é, até a sovietação da Finlândia”.²¹

O fim da “economia do dinheiro” e da “moral mercantil”

A dialética de Saturno se manifesta em numerosos outros campos da vida política e social. No plano interno, como devia ser entendida a igualdade que o regime nascido em Outubro era chamado a realizar? A guerra e a penúria tinham produzido um “comunismo” fundamentado na distribuição mais ou menos igualitária de rações alimentares bastante miseráveis. Com respeito a essa prática e à ideologia que se tinha desenvolvido sobre tal base, é perturbadora a onda de choque provocada pela NEP [Nova Política Econômica], com o surgimento de desigualdades novas, gritantes, tornadas possíveis pela tolerância concedida a certos setores da economia capitalista. A sensação de “traição” é um fenômeno de massa, e ele afeta pesadamente o partido bolchevique: “Em 1921-22, literalmente dezenas de milhares de operários bolcheviques rasgaram suas carteiras de filiação, pois estavam desgostosos da NEP, que tinham rebatizado como Nova Extorsão do Proletariado”.²² Também fora da Rússia soviética vemos um dirigente comunista francês resignar-se com a mudança, mas ao mesmo tempo acrescentar, ao escrever em *Humanité*: “A NEP traz consigo um pouco da podridão capitalista que tinha desaparecido totalmente no tempo do comunismo de guerra”.²³

Às vezes se tem a impressão que não são aspectos determinados da realidade econômica que são olhados com desconfiança ou com indignação, mas essa mesma realidade no seu conjunto. É preciso não perder de vista a expectativa messiânica que caracteriza as revoluções que envolvem os extratos mais

²⁰ Trotski (1997-2001), vol. 3, pp. 476, 554 e 566.

²¹ Trotski (1988), pp. 1001 e 1333.

²² Figes (2000), p. 926.

²³ Em Flores (1990), p. 29.

profundos da população e que chegam depois de uma crise de longa duração. Na França de 1789, antes ainda do assalto à Bastilha, já a partir da reunião dos estados gerais e da agitação do terceiro estado se desperta “no espírito popular o antigo milenarismo, a ansiosa expectativa da revanche dos pobres e da felicidade dos humilhados; a mentalidade revolucionária estará toda profundamente impregnada disso”. Na Rússia, estimulado pela opressão czarista e sobretudo pelo horror do primeiro conflito mundial, o messianismo tinha se manifestado com força já por ocasião da Revolução de Fevereiro. Saudando-a como a Páscoa da Ressurreição, círculos cristãos e setores importantes da sociedade russa tinham esperado dela uma regeneração total, com o surgimento de uma comunidade intimamente unificada e com o desaparecimento da divisão entre ricos e pobres, e até do furto, da mentira, do jogo, da blasfêmia, da bebedeira.²⁴ Desiludidos com a política menchevique e com o prolongamento da guerra e da carnificina, essa expectativa messiânica tinha depois inspirado não poucas adesões à revolução bolchevique. É o caso, por exemplo, de Pierre Pascal, um católico francês que ficou profundamente desapontado com a passagem pela NEP, mas que inicialmente assim tinha saudado a virada de outubro de 1917:

Está se realizando o quarto salmo das vésperas dominicais e o Magnificat: os poderosos são derrubados do seu trono e o pobre é resgatado da miséria [...]. Não há mais ricos, só pobres e paupérrimos. O saber não confere privilégio nem respeito. O ex-operário promovido a diretor dá ordens aos engenheiros. Altos e baixos salários se aproximam. O direito de propriedade é reduzido aos objetos pessoais. O juiz não é mais obrigado a aplicar a lei, se o seu senso de equidade proletária a contradiz.²⁵

Ao ler este trecho vem à mente a afirmação de Marx segundo a qual não há “nada mais fácil do que dar ao ascetismo cristão uma mão de verniz socialista”. Não se deve pensar que essa visão circule apenas entre os ambientes declaradamente religiosos. É sempre o *Manifesto do Partido Comunista* que faz notar que os “primeiros movimentos do proletariado” estão frequentemente caracterizados por reivindicações nos moldes de “um ascetismo universal e um igualitarismo tosco”.²⁶ É o que se verifica na Rússia após a catástrofe da I Guerra Mundial. Na década de 1940, um bolchevique descreve de modo eficaz o clima espiritual dominante no período imediatamente su-

²⁴ Furet, Richet (1980), p. 85; Figes (2000), p. 434.

²⁵ Em Furet (1995), p. 129.

²⁶ Marx, Engels (1955-1989), vol. 4, pp. 484 e 489.

cessivo à Revolução de Outubro, o clima surgido do horror suscitado pela guerra provocada pela competição imperialista e pelo saque das colônias, visando à conquista dos mercados e das matérias-primas, pela caça capitalista ao lucro e ao superlucro:

Nós, jovens comunistas, crescemos todos na convicção de que o dinheiro desapareceria de uma vez para sempre [...]. Se o dinheiro voltasse, não reapareceriam também os ricos? Não nos encontraríamos numa ladeira escorregadiça que nos levaria ao capitalismo?²⁷

É um clima espiritual que encontra expressão também na obra de eminentes filósofos ocidentais. Em 1918, o jovem Bloch convida os soviets a pôr fim não só a “toda economia privada”, mas também a toda “economia do dinheiro” e, com ela, à “moral mercantil que consagra tudo o que há de mais malvado no homem”. Somente liquidando tal podridão na sua inteireza era possível acabar de uma vez para sempre com a disputa, que catastroficamente desembocou na guerra, pela riqueza e pelo domínio, pela conquista das colônias e da hegemonia. Ao publicar, em 1923, a segunda edição de *Espírito da utopia*, Bloch acha oportuno eliminar aqueles trechos com marcas decididamente messiânicas anteriormente citados. No entanto, o estado de espírito e a visão que os tinha inspirado não desaparecem nem na União Soviética nem fora dela.²⁸

Se por um lado a atenuam, a cicatrização das feridas abertas pelo primeiro conflito mundial e pelas duas guerras civis (contra os *brancos* e contra os *kulaks*) e a retomada econômica reagravam a crise moral. Sobretudo depois de completada a coletivização da agricultura e a consolidação do novo regime, não é mais possível referir-se aos resíduos capitalistas e ao perigo imediato do colapso, para explicar o fenômeno da permanência das diferenças retributivas. Eram elas toleráveis e até que ponto?

Na *Fenomenologia do espírito*, Hegel coloca em evidência a aporia contida na ideia de igualdade material que está no fundamento da reivindicação da “comunhão de bens”. Quando se põe em prática uma satisfação igual das necessidades diferentes dos indivíduos, é claro que se verifica uma desigualdade em relação à “quota de participação”, ou seja, à distribuição dos bens; se, porém, se faz uma “distribuição igual” dos bens, então é claro que se torna desigual nos indivíduos a “satisfação das necessidades” (sempre mais diferentes). Em todo caso, a “comunhão dos bens” não consegue man-

²⁷ Em Figes (2000), p. 926.

²⁸ Losurdo (1997), cap. IV, § 10.

ter a promessa da igualdade material. Marx, que conhecia muito bem a *Fe-nomenologia*, resolve a dificuldade fazendo corresponder (na *Crítica ao programa de Gotha*) os dois modos diferentes de declinar a “igualdade” (que é sempre parcial e limitada) a dois estados diferentes de desenvolvimento da sociedade pós-capitalista: no estágio socialista, a distribuição segundo um “direito igual”, ou seja, retribuindo com medida igual o trabalho fornecido por cada indivíduo singular e sempre mais diferente, produz uma evidente desigualdade na retribuição e na renda; nesse sentido o “direito igual” não é outra coisa senão o “direito da desigualdade”. No estágio comunista, a satisfação igual das diferentes necessidades comporta também uma desigualdade na distribuição dos recursos, só que o enorme desenvolvimento das forças produtivas, satisfazendo integralmente as necessidades de todos, torna tal desigualdade sem importância.²⁹ Ou seja, no socialismo, a igualdade material não é possível; no comunismo, não tem mais sentido. Permanecendo a desigualdade na distribuição dos recursos, a passagem da satisfação desigual para a satisfação igual das necessidades pressupõe, além da derrocada do capitalismo, o desenvolvimento prodigioso das forças produtivas, e isto só pode ser conseguido graças à afirmação, durante o estágio socialista, do princípio da retribuição de cada indivíduo baseado no trabalho diferente por ele prestado. Daqui a insistência de Marx sobre o fato que, uma vez conquistado o poder, o proletariado é chamado a comprometer-se com o desenvolvimento das forças produtivas, além de se comprometer com a transformação das relações sociais.³⁰ Por outro lado, porém, ao celebrar a Paris operária em contraposição à burguesia francesa, que nada no luxo exatamente no momento em que está empenhada numa repressão sanguinária, Marx indica como modelo uma medida aprovada pela Comuna: “o serviço público devia ser pago por *salários de operários*”.³¹ Nesse caso, a igualdade retributiva e material tende a configurar-se como um objetivo da sociedade socialista.

Não é fácil conciliar as duas perspectivas, e a divergência entre elas desempenhará um papel não insignificante em dividir de modo irremediável o grupo dirigente e o partido bolchevique. À medida que se reforça, o poder soviético é levado a prestar atenção crescente ao problema da edificação econômica, tanto a fim de consolidar a base social de consenso e conseguir legitimidade nacional aos olhos do povo russo, como a fim de defender “o país do socialismo” das ameaças que surgem no horizonte. Referindo-se à

²⁹ Hegel (1969-1979), vol. 3, p. 318; Marx, Engels (1955-1989), vol. 19, pp. 20-21.

³⁰ Marx, Engels (1955-1989), vol. 4, p. 466.

³¹ Marx, Engels (1955-1989), vol. 4, p. 339.

polêmica já conhecida do *Manifesto do Partido Comunista* contra o “ascetismo universal” e o “igualitarismo tosco”, Stalin insiste: “É hora de compreender que o marxismo é inimigo do igualitarismo”. A igualdade produzida pelo socialismo consiste na eliminação da exploração de classe, não certamente na imposição da uniformidade e da equalização, que é o ideal ao qual o primitivismo religioso aspira:

O nivelamento no campo das necessidades e da vida pessoal é um absurdo reacionário pequeno-burguês digno de qualquer seita primitiva de ascetas, mas não de uma sociedade socialista organizada no espírito marxista, porque não se pode exigir que todos os homens tenham necessidades e gostos iguais, que todos os homens vivam a sua vida pessoal segundo um só e único modelo [...]. Por igualdade, o marxismo entende não já o nivelamento no campo das necessidades pessoais e das condições de vida, mas a destruição das classes.³²

O primitivismo religioso pode exprimir-se através da aspiração a uma vida comunitária, no âmbito da qual são chamadas a desaparecer as diferenças individuais, com grave dano também para o desenvolvimento das forças produtivas:

A idealização das comunidades agrícolas foi estimulada num certo momento chegando a introduzir as comunidades até nas oficinas e nas fábricas, onde os operários qualificados e não qualificados, trabalhando cada um segundo a sua categoria, deviam entregar o salário na casa comum e dividi-lo em partes iguais. É bem conhecido quanto dano esses exercícios pueris de nivelamento devidos aos trapalhões de “esquerda” produziram para a nossa indústria.³³

O objetivo de longo prazo de Stalin é bastante ambicioso, tanto no plano social como no plano nacional: “fazer da nossa sociedade soviética a sociedade mais abastada”; realizar a “transformação do nosso país no país mais rico”; mas, para conseguir esse resultado “é necessário que no nosso país a produtividade do trabalho ultrapasse a produtividade do trabalho dos países capitalistas mais avançados”³⁴, o que ainda uma vez inclui o risco a incentivos não só materiais, mas também morais e, portanto, a superação do igualitarismo, considerado pelo líder soviético tosco e mecânico.

³² Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 314-15 (= Stalin 1952, p. 573).

³³ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 316-17 (= Stalin 1952, p. 575).

³⁴ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 33 (= Stalin 1952, p. 601).

E de novo, e mais do que nunca, o primitivismo religioso se faz notar, com a sua desconfiança não só em relação às diferenças retributivas, mas sobretudo em relação à riqueza enquanto tal: “se todos ficarem ricos e os pobres deixarem de existir, nós bolcheviques contaremos com quem para o nosso trabalho?” – assim, segundo Stalin, argumentam e se angustiam os “trapalhões de ‘esquerda’, que idealizam os camponeses pobres como apoio eterno do bolchevismo”.³⁵ Isso faz pensar nas observações críticas desenvolvidas por Hegel a propósito do mandamento evangélico que impõe ajudar os pobres. Perdendo de vista o fato de que se trata de “um preceito condicionado” e absolutizando-o, os cristãos acabam absolutizando também a pobreza, que só ela pode conferir sentido à norma que exige o socorro aos pobres. Em vez disso, a seriedade da ajuda aos pobres é medida pela contribuição dada para a superação da pobreza enquanto tal.³⁶ No clima de horror pela carnificina provocada pelo capitalismo e pela *auri sacra fames* se reproduz a desconfiança religiosa pelo ouro, pela riqueza enquanto tal, e a idealização da miséria ou, pelo menos, da escassez, entendida e vivida como expressão de plenitude espiritual ou de rigor revolucionário. E Stalin se sente obrigado a sublinhar um ponto central: “Seria estúpido pensar que o socialismo pode ser edificado sobre a base da miséria e das privações, sobre a base da redução das necessidades pessoais e da diminuição do teor de vida dos homens até o nível dos pobres”; ao contrário, “o socialismo pode ser edificado apenas sobre a base de um impetuoso desenvolvimento das forças produtivas da sociedade” e “sobre a base de uma vida abastada dos trabalhadores”, ou melhor, de “uma vida abastada e civilizada para todos os membros da sociedade”.³⁷ Como o preceito cristão de ajudar os pobres, também o preceito revolucionário, que chama os partidos comunistas a se enraizarem em primeiro lugar entre os explorados e os pobres, é “condicionado” e é realmente levado a sério apenas quando é entendido na sua condicionalidade.

Portanto, para Stalin, era necessário intensificar os esforços a fim de aumentar de modo decisivo a riqueza social, imprimindo “um novo impulso” à “emulação socialista”; impunha-se o recurso tanto aos incentivos materiais (fazendo valer o princípio socialista da retribuição segundo o trabalho), como aos incentivos morais (conferindo, por exemplo, “a mais alta honraria” aos stakhanovistas mais eminentes).³⁸ A orientação de Trotski é diferente e

³⁵ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 317-19 (= Stalin 1952, pp. 575-77).

³⁶ Losurdo (1992), cap. X, § 2.

³⁷ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 319 e 317 (= Stalin 1952, pp. 577 e 575).

³⁸ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 33 e 46 (= Stalin 1952, pp. 599 e 613).

oposta: ao “restabelecer graus e decorações” e ao liquidar de tal modo a “igualdade socialista”, a burocracia prepara o terreno para mudanças também nas “relações de propriedade”.³⁹ Se Stalin se refere de modo explícito à polémica do *Manifesto* contra um socialismo entendido como sinônimo de “ascetismo universal” e “igualitarismo toscano”, a oposição de esquerda fazia valer conscientemente ou inconscientemente a tese contida em *A Guerra Civil na França*, segundo a qual também em nível mais alto os dirigentes deviam ser retribuídos com “salários de operários”. Trotski insistia que, para justificar os seus privilégios, a burocracia e Stalin se referiam equivocadamente à *Crítica ao programa de Gotha*: “Marx não falava em criar uma nova desigualdade, mas numa eliminação gradual da desigualdade nos salários, preferível à eliminação brusca”.⁴⁰

Com base nessa linha política (de nivelamento das retribuições tanto nas fábricas como no aparelho estatal) era bem difícil promover o desenvolvimento das forças produtivas, e Stalin sublinhava que a diferenciação retributiva não significa a restauração do capitalismo. Era preciso não confundir as diferenças sociais que existiam no âmbito do novo regime com o velho antagonismo entre classes exploradoras e classes exploradas. Mas no modo de ver de Trotski, tratava-se de uma tentativa desajeitada de banalização: “o contraste entre a miséria e o luxo atinge demais os centros urbanos”. Em conclusão:

Pouco importa se a diferença entre a aristocracia operária e a massa proletária seja, do ponto de vista da sociologia staliniana, “radical” ou “superficial”; em todo caso, é dessa diferença que nasce em seu tempo a necessidade de romper com a socialdemocracia e fundar a III Internacional.⁴¹

Segundo a indicação de Marx, o socialismo era chamado também a superar a oposição entre trabalho intelectual e manual. E de novo se colocava o problema: como realizar um objetivo tão ambicioso? Novamente o grupo dirigente bolchevique se apresenta internamente dividido de modo dramático. Também nesse caso, a perspectiva elaborada por Stalin na década de 1930 se distingue por sua cautela.

Alguns pensam que a supressão entre o trabalho intelectual e o trabalho físico pode ser alcançada mediante um certo nivelamento cultural e técnico dos trabalhadores intelectuais e manuais, que se obteria abaixando o nível

³⁹ Trotski (1988), p. 957 (= Trotski 1968, p. 232).

⁴⁰ Trotski (1962), p. 431.

⁴¹ Trotski (1988), pp. 972-73 e 969 (=Trotski 1968, pp. 248 e 244).

cultural e técnico dos engenheiros e dos técnicos, dos trabalhadores intelectuais, até o nível dos operários de qualificação média. Isso está absolutamente errado.⁴²

Tratava-se, porém de estimular o acesso à instrução em todo nível dos estratos sociais até aquele momento excluídos. Na vertente oposta, Trotski reconhecia que tinha havido um processo de “formação de quadros cientistas provenientes do povo”, e acentuava: “A distância social entre o trabalho manual e o trabalho intelectual cresceu durante os últimos anos em vez de diminuir”.⁴³ Persistência da divisão do trabalho e persistência das desigualdades econômicas e sociais eram as duas faces da mesma moeda, ou seja, da volta da exploração capitalista e, portanto, da traição completa dos ideais socialistas:

A nova Constituição, ao declarar que a “exploração do homem pelo homem está abolida na URSS”, diz o contrário da verdade. A nova diferenciação social criou as condições de um renascimento da exploração sob as formas mais bárbaras, como a contratação de um homem para o serviço pessoal de outro. Os domésticos não figuram no recenseamento, devendo evidentemente ser incluídos na categoria “operários”. As seguintes perguntas não são feitas: o cidadão soviético tem domésticos e quais (a mulher de serviço, cozinheira, ama-de-leite, governanta, motorista)? Há um automóvel à sua disposição? De quantas quartos dispõe? Não se fala sequer do montante do seu salário! Se fosse posta em vigor a regra soviética, que priva dos direitos políticos todo aquele que explora o trabalho de outro, ver-se-ia de repente que os mais altos dirigentes da sociedade soviética deveriam ser privados do direito constitucional! Felizmente, uma igualdade completa está estabelecida... entre o patrão e os empregados.⁴⁴

Portanto, já a presença da figura social da “mulher de serviço” e do doméstico em geral era sinônimo não só de exploração, mas de “exploração sob as formas mais bárbaras”; e como explicar a persistência ou o reaparecimento na URSS de tais relações se não com o abandono de uma perspectiva autenticamente socialista, ou seja, com a traição?

A onda longa do messianismo, certamente implícita já nos aspectos mais utópicos do pensamento de Marx, mas pavorosamente aumentados como reação ao horror da I Guerra Mundial, continua a fazer-se sentir. No

⁴² Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 34 (= Stalin, 1952, p. 602).

⁴³ Trotski (1988), p. 941 (=Trotski 1968, p. 218).

⁴⁴ Trotski (1988), p. 946 (=Trotski 1968, pp. 223-24).

seu *Relatório* ao XVII Congresso do PCUS (26 de janeiro de 1934), Stalin sente a necessidade de prevenir contra “as fofocas esquerdistas, que correm numa parte dos nossos militantes, segundo as quais o comércio soviético seria um estágio ultrapassado e o dinheiro deveria ser logo abolido”. Os que argumentam assim, “com a sua atitude orgulhosa em relação ao comércio soviético não exprimem um ponto de vista bolchevique, mas um ponto de vista de nobres decadentes, cheios de pretensões, mas sem um centavo no bolso”.⁴⁵ Trotski, porém, se por um lado não perde a ocasião para condenar o precedente “aventureirismo econômico” censurado a Stalin, por outro lado, zomba da “reabilitação do rublo” e da volta aos “métodos burgueses de distribuição”.⁴⁶ Em todo caso, ele insiste que no comunismo estão destinados a desaparecer, junto com o Estado, também o “dinheiro” e toda forma de mercado.⁴⁷

“Não fazer mais distinção entre teu e meu”: o desaparecimento da família

Junto com o imperialismo e o capitalismo, a Revolução de Outubro era chamada a pôr fim à opressão da mulher. Para tornar possível a sua participação com direitos iguais na vida política e social, era necessário libertá-la, graças ao desenvolvimento mais amplo possível dos serviços sociais, da reclusão doméstica e de uma divisão do trabalho que humilhava a mulher e a tornava estúpida; a crítica da moral tradicional e da sua duplicidade garantiria depois também à mulher a emancipação sexual até aquele momento reservada, ainda que de forma parcial e distorcida, somente ao macho. Em seguida a essas grandes transformações teria ainda sentido a instituição da família ou estava ela destinada a desaparecer? Alexandra Kollontai não tem dúvidas: “a família não é mais necessária”. Era posta em crise pela completa liberdade, espontaneidade e “fluidez” que agora caracterizariam as relações sexuais. A família, além de incômoda, se revelava também supérflua: “a educação dos filhos passa gradualmente para as mãos da sociedade”. Por outro lado, não era o caso de entregar-se à lamentação. A família era o lugar privilegiado de cultivo do egoísmo, que andava junto com o apego à propriedade privada. Em conclusão: “A trabalhadora mãe socialmente consciente se revoltará ao

⁴⁵ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 304 (= Stalin 1952, p. 564).

⁴⁶ Trotski (1988), pp. 763 e 768-69 (= Trotski 1968, pp. 65 e 70-71).

⁴⁷ Trotski (1988), pp. 757-58 (= Trotski 1968, p. 61).

ponto de não fazer mais distinção entre teu e meu e, portanto, de recordar que há apenas os *nossos* filhos, os filhos da Rússia comunista dos trabalhadores". Trata-se de ideias duramente criticadas pelo grupo dirigente bolchevique no seu conjunto. Em particular, numa intervenção de 1923, Trotski faz sabiamente notar que tal visão ignorava "a responsabilidade do pai e da mãe para com o filho", estimulando assim o abandono da criança e, portanto, o agravamento de um flagelo de per si já bastante espalhado na Moscou daqueles anos.⁴⁸ No entanto, de uma forma ou de outra, tais ideias eram "bastante populares nos círculos do partido".⁴⁹ Ainda no início da década de 1930, um colaborador íntimo de Stalin, isto é, Kaganovitch, é obrigado a entrar em choque com elas. Demos a palavra ao seu biógrafo:

Embora aderindo completamente ao princípio da libertação da mulher, Kaganovitch se lançou com veemência contra as posições extremistas, que solicitavam a liquidação das cozinhas individuais e desejavam a convivência forçada em comunidades. Sabsovic, um dos planejadores de esquerda, propusera exatamente suprimir qualquer espaço de convivência comum entre marido e mulher fora de um pequeno quarto com cama para a noite. Ele tinha avançado a ideia de grandes edifícios alveários de 2.000 pessoas com todos os serviços em comum para estimular o "espírito comunitário" e suprimir o instituto da família burguesa.⁵⁰

A posição de Kaganovitch (e de Stalin), porém, suscita a dura crítica de Trotski, que nesse meio tempo se tornara líder da oposição: "O culto totalmente recente da família soviética não cai do céu. Os privilégios que não podem ser transmitidos aos filhos perdem metade do seu valor. Ora, o direito de deixar em herança é inseparável do direito de propriedade".⁵¹ Portanto, a recuperação do instituto da família (com a rejeição de uma convocatória a absorvê-la e dissolvê-la) remetia à defesa do direito de transmissão hereditária e do direito de propriedade e assumia, por isso, um claro significado contrarrevolucionário. De fato, por uma "coincidência providencial – Trotski ironiza – a reabilitação solene da família" ocorre no mesmo momento em que o dinheiro volta a ser honrado; "a família renasce no mesmo tempo em que se afirma o papel educativo do rublo".⁵² A consagração da fidelidade

⁴⁸ Em Carr (1969-1969), vol. 1, p. 32

⁴⁹ Carr (1969-1969), vol. 1, pp. 30-31

⁵⁰ Marcucci (1997), p. 143.

⁵¹ Trotski (1988), p. 975 (= Trotski, 1968, p. 232).

⁵² Trotski (1988), pp. 843-44 (= Trotski, 1968, pp. 139-140).

conjugal anda junto com a consagração da propriedade privada; para dizê-lo em termos religiosos, "o quinto mandamento volta a vigorar ao mesmo tempo que o sétimo, agora sem a invocação da autoridade divina".⁵³

Na realidade, olhando bem, essa invocação já aparece no horizonte. Na intervenção sobre o projeto de Constituição de 1936, Stalin polemiza contra aqueles que queriam "proibir a celebração das cerimônias religiosas" e "privar os ministros do culto dos direitos eleitorais".⁵⁴ E de novo Trotski interveém para denunciar esse inadmissível recuo com respeito aos projetos iniciais de libertação definitiva da sociedade dos grilhões da superstição: "Cessou o assalto ao céu [...]. Preocupada com a sua boa reputação, a burocracia ordenou que os jovens ateus deponham as armas e se ponham a ler. É apenas o começo. Um regime de neutralidade irônica se institui pouco a pouco em relação à religião".⁵⁵ Junto com a família e o direito de herança e de propriedade não podia deixar de voltar o marxiano ópio do povo.

Também no fundamento desse novo capítulo da requisitória contra a 'traição' age a dialética que já conhecemos. Acabando com a família burguesa, com os seus interesses mesquinhos, os seus preconceitos inveterados e as suas regras mortas, a revolução teria aberto um espaço marcado exclusivamente pelo amor, pela liberdade e pela espontaneidade. Em vez disso...

É interessante notar que já era a ideia de uma regulamentação jurídica das relações familiares que provocava o protesto e o desdém de Trotski:

A verdadeira família socialista, libertada pela sociedade dos pesados e humilhantes fardos cotidianos, não terá necessidade de nenhuma regulamentação, e a simples ideia de leis sobre o divórcio e sobre o aborto não ficará melhor na lembrança do que as das casas de tolerância ou os sacrifícios humanos.⁵⁶

A condenação da "política dos chefes" ou a "transformação do poder em amor"

Portanto, muito mais do que o instituto da família (e do direito de herança e de propriedade) e a consagração religiosa do poder (do chefe da família e do

⁵³ Trotski (1988), p. 846 (= Trotski, 1968, p. 142).

⁵⁴ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 87 (= Stalin 1952, p. 641).

⁵⁵ Trotski (1988), p. 846 (= Trotski, 1968, p. 142).

⁵⁶ Trotski (1988), p. 850 (= Trotski, 1968, pp. 144-45).

proprietário), a polêmica de Trotski ataca o problema da organização jurídica da sociedade no seu conjunto, o problema do Estado. Trata-se da questão central para a qual convergem todas as questões particulares anteriormente analisadas: quando e com quais modalidades inicia o processo de extinção do Estado previsto por Marx, depois da superação do capitalismo? O proletariado vitorioso – afirma *O Estado e a revolução* na véspera do Outubro bolchevique – “tem necessidade unicamente de um Estado em vias de extinção”; no entanto, pondo em movimento uma gigantesca onda de nacionalizações, o novo poder dá um impulso sem precedentes à extensão do aparelho estatal. Ou seja, na medida em que passa a construir a nova sociedade, Lênin é obrigado, esteja ou não consciente, a se afastar sempre mais do anarquismo (e das posições assumidas originalmente por ele). Para perceber isto, basta dar uma olhada uma importante intervenção – *Melhor menos, mas melhor* – publicada no *Pravda* de 4 de março de 1923. Surge imediatamente a novidade das palavras de ordem: “melhorar o nosso aparelho estatal”, empenhar-se seriamente na “edificação do Estado”, “construir um aparato verdadeiramente novo que mereça verdadeiramente o nome de socialista, de soviético”, melhorar o “trabalho administrativo” e fazer tudo isso sem hesitar em aprender dos “melhores modelos da Europa ocidental”.⁵⁷

Mas estender de modo maciço o aparelho estatal e colocar com força o problema de seu melhoramento não significa renunciar de fato ao ideal da extinção do Estado? Certamente, a realização de tal ideal pode ser adiada para um futuro bem distante, mas, no meio tempo, como deve ser gerida a propriedade pública, que agora conheceu uma enorme extensão, e quais formas deve assumir o poder na Rússia soviética no seu conjunto? Até em *O Estado e a revolução*, escrito no momento em que era áspera, e não podia deixar de ser, a denúncia dos regimes representativos corresponsáveis pelo massacre da guerra, podemos ler que também a democracia mais desenvolvida não pode passar sem “instituições representativas”.⁵⁸ Entretanto, a expectativa pela extinção do Estado continua a alimentar a desconfiança em relação à ideia de representação exatamente no mesmo momento em que os dirigentes da Rússia soviética multiplicam os organismos representativos (como indubitavelmente são os soviets), não evitando sequer uma representação de segundo ou terceiro grau: os soviets de nível inferior elegem os seus delegados para o soviet de nível superior. A polêmica não demora a alastrar-se.

⁵⁷ Lênin (1955-1970), vol. 25, p. 380 e vol. 33, pp. 445-50.

⁵⁸ Lênin (1955-1970), vol. 25, p. 400.

O problema do restabelecimento da ordem e da revitalização do aparelho produtivo, com o reconhecimento ligado do princípio da competência, coloca-se também nas fábricas: pois, já no início do novo regime, ambientes sociais e políticos relutantes contra a mudança denunciam a chegada ao poder dos “especialistas burgueses” ou de uma “nova burguesia”, e de novo têm em mente, em primeiro lugar, Trotski, que naquele momento ocupa um papel bastante eminente na direção do aparelho estatal-militar.⁵⁹ É um problema que repercute também fora da Rússia. É significativa a crítica dirigida a Gramsci, o qual celebra o novo Estado que está tomando forma no país da Revolução de Outubro e presta homenagem aos bolcheviques como sendo “uma aristocracia de estadistas” e a Lênin como sendo “o maior estadista da Europa contemporânea”. Eles souberam acabar com o “profundo abismo de miséria, de barbárie, de anarquia, de dissolução”, aberto “por uma guerra longa e desastrosa”. Mas – objeta um anarquista – “essa apologia, cheia de lirismo”, do Estado e da “estatolatria”, do “socialismo estatal, autoritário, legalitário parlamentarista” está em contradição com a própria Constituição soviética, que se compromete a instaurar um regime em cujo âmbito “não haverá mais divisões de classes, *nem poder do Estado*”.⁶⁰

Não são apenas ambientes e autores de orientação declaradamente anárquica que se colocam em posições críticas. Também expoentes do movimento comunista internacional exprimem insatisfação, decepção e dissensão clara. Demos a palavra a um deles, ou seja, a Pannekoek, que não consegue mais se reconhecer na ação política dos bolcheviques: “os funcionários técnicos e administrativos exercem nas fábricas um poder maior do que o que deveria ser compatível com a evolução comunista [...]. Dos novos chefes e dos novos funcionários saiu uma espécie de nova burocracia”.⁶¹ “A burocracia”, insiste no ano seguinte a Plataforma da Oposição Operária na Rússia, “é uma negação direta da ação das massas”; infelizmente, trata-se de uma “desgraça” que “agora invadiu as fibras mais íntimas do nosso partido e das instituições soviéticas”.⁶²

Fora da Rússia, tais críticas investem também, e em primeiro lugar, contra o Ocidente. Elas convidam a acabar “com o sistema representativo

⁵⁹ Figes (2000), pp. 878-80.

⁶⁰ Gramsci (1987), pp. 56-57; a carta do anarquista pode ser lida no número 8 de *Ordine Nuovo*.

⁶¹ Pannekoek (1970), pp. 273-74.

⁶² Em Kollontai (1976), pp. 240-41.

burguês, com o parlamentarismo”.⁶³ Objeto de condenação é, mais do que a ditadura bolchevique, o princípio da representação. Sim, “qualquer um decide o vosso destino, esta é a essência da burocracia”.⁶⁴ A degeneração da Rússia soviética reside no fato de que é uma única pessoa que assume um cargo determinado: a “direção individual” está tomando o lugar nas fábricas, como em todos os níveis, da “direção coletiva”, e isto “é um produto da concepção individualista da classe burguesa” e exprime “fundamentalmente uma ilimitada, isolada, livre vontade de um homem, dissociada da coletividade”.⁶⁵ Mais do que uma “política das massas” (*Massenpolitik*), também a III Internacional agora “conduz uma política dos chefes” (*Führerpolitik*).⁶⁶

Como se vê, quem grita por traição com respeito aos ideais originais é, mais ainda que o abuso de poder, o recurso aos costumeiros órgãos do poder, todos baseados na distinção/oposição entre governantes e governados, entre chefes e massas, entre dirigentes e dirigidos e, portanto, todos baseados na exclusão da ação dirigida ou da “política das massas”. Se os soviets não são poupados da desconfiança, de qualquer modo é explícito o desprezo reservado ao Parlamento, aos sindicatos, aos partidos, às vezes até a partido comunista, ele mesmo afetado pelo princípio da representação e, portanto, pelo flagelo da burocracia. Em última análise, olhando bem, mais ainda que os órgãos de poder, é o poder enquanto tal que é visado. “É a maldição do poder operário: mal conseguiu algum ‘poder’, procura aumentar esse poder com meios sem princípios”. Dessa maneira ele deixa de ser “puro”: assim aconteceu com a socialdemocracia alemã, e assim está acontecendo também com a III Internacional.⁶⁷

Nesse contexto pode ser inserido o jovem Bloch, que espera da revolução e dos soviets, além da superação da economia e do espírito mercantil e do próprio dinheiro, também a “transformação do poder em amor”.⁶⁸ Se o filósofo alemão, suprimindo esses trechos e essas expectativas demasiado enfáticas da segunda edição de *O espírito da utopia*, distancia-se dos aspectos mais claramente messiânicos do seu pensamento, não faltam, na Rússia soviética e fora dela, os comunistas que gritam contra o escândalo, em última análise porque não se verificou o milagre da “transformação do poder em amor”.

⁶³ Gorter (1920), p. 37.

⁶⁴ Em Kollontai (1976), p. 242.

⁶⁵ Kollontai (1976), pp. 199-200.

⁶⁶ Gorter (1920), p. 87.

⁶⁷ Gorter (1920), p. 33.

⁶⁸ Em Losurdo (1997), cap. IV, § 10.

Nos primeiros anos de vida da Rússia soviética, mais do que Stalin, a polémica anti-“burocrática” ataca em primeiro lugar a Lênin e o próprio Trotski, incluído entre os mais eminentes “defensores e cavaleiros da burocracia”.⁶⁹ O quadro muda sensivelmente nos anos seguintes. Antes ainda que pelos conteúdos, a aprovação da Constituição de 1936 representa uma virada já pelo fato de romper com as representações anarquistas, teimosamente apegadas ao ideal da extinção do Estado e com base nas quais “o direito é ópio para o povo” e “a ideia de Constituição é uma ideia burguesa”.⁷⁰ Nas palavras de Stalin, a Constituição de 1936 “não se contenta em fixar os direitos formais dos cidadãos, mas desloca o centro de gravidade para a garantia desses direitos, para os meios de exercício desses direitos”.⁷¹ Embora seja insuficiente e não constitua o aspecto essencial, a garantia “formal” dos direitos não parece ser aqui sem importância. Stalin sublinha com agrado o fato de que a nova Constituição “garantiu a aplicação do sufrágio universal, direto e igual, como escrutínio secreto”.⁷² Mas é exatamente nesse ponto que entra a crítica de Trotski: na sociedade burguesa, o segredo do voto serve para “subtrair os explorados da intimidação dos exploradores”; a reaparição dessa instituição na sociedade soviética é a comprovação de que também na URSS o povo deve defender-se da intimidação, se não de uma classe exploradora propriamente dita, em todo caso da burocracia.⁷³

Aqueles que exigiam que se começasse a enfrentar o problema da extinção do Estado, Stalin respondia, em 1938, convidando a não transformar a lição de Marx e Engels num dogma e numa escolástica vazia; o atraso na realização do ideal era explicado pelo permanente cerco capitalista. No entanto, ao citar as funções do Estado socialista, além daquelas tradicionais de defesa do inimigo de classe no plano interno e internacional, Stalin chamava a atenção para uma “terceira função, ou seja, o trabalho de organização econômica e o trabalho cultural e educativo dos órgãos do nosso Estado”, um trabalho realizado com a “finalidade de desenvolver os germes da economia nova, socialista, e de reeducar os homens no espírito do socialismo”. Era um ponto sobre o qual o Relatório ao XVIII Congresso do PCUS insistia com força: “Agora, o dever fundamental do nosso Estado, no interior do país, consiste num trabalho pacífico de organização econômica, num trabalho

⁶⁹ Em Kollontai (1976), p. 240.

⁷⁰ Em Carr (1964), p. 128.

⁷¹ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 70 (= Stalin 1952, p. 626).

⁷² Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 74 (= Stalin 1952, p. 629).

⁷³ Trotski (1988), pp. 966-67 (= Trotski 1968, pp. 241-42).

cultural e educativo". A teorização dessa "terceira função" era já em si uma novidade essencial. Mas Stalin ia além, declarando: "A função de repressão foi substituída pela função de salvaguarda da propriedade socialista contra os ladrões e os dissipadores do patrimônio do povo".⁷⁴

É claro, tratava-se de uma declaração um tanto problemática, antes mistificadora: certamente ela não refletia de modo correto a situação da URSS de 1939, quando o terror assolava e o Gulag se dilatava monstruosamente. Mas aqui estamos tratando de outro aspecto: é válida, e até que ponto, a tese da extinção do Estado? O Estado será conservado por nós também no período de comunismo? "Sim, será conservado, se não for liquidado o cerco capitalista, se não for eliminado o perigo de agressões armadas do exterior".⁷⁵ Portanto, a realização do comunismo na União Soviética ou num grupo de países comportaria a ausência definitiva da primeira função do Estado socialista (a salvaguarda do perigo de contrarrevolução no plano interno), mas não da segunda (a proteção contra a ameaça externa) que, na presença de poderosos países capitalistas, teria continuado a ser vital até "no período de comunismo". Mas por que o desaparecimento da terceira função se seguiria ao colapso do cerco capitalista e a ausência da segunda função, ou seja, o desaparecimento do "trabalho de organização econômica" e "cultural", bem como a "salvaguarda da propriedade socialista dos ladrões e dos dissipadores do patrimônio do povo"? Não há dúvida de que Stalin revela incertezas e contradições, estimuladas provavelmente também pela necessidade política de mover-se com cautela num terreno minado, onde qualquer desvio com respeito à tese clássica da extinção do Estado o expunha à acusação de traição.

O assassinato de Kirov: complô do poder ou terrorismo?

O grupo dirigente que assume o poder em outubro de 1917 aparece desde o início profundamente dividido acerca das questões mais importantes de política interna e internacional. Essa divisão, a custo contida enquanto Lênin ainda vivia, torna-se irremediável depois do desaparecimento do líder carismático. O choque fica limitado ao âmbito político-ideológico?

Já se passou o tempo em que, em relação ao caso de Sergei M. Kirov, dirigente de primeiríssimo plano do PCUS, morto, em 1º de dezembro de 1934, em Leningrado, diante da porta de sua sala de trabalho, por tiros de

⁷⁴ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 229 (= Stalin 1952, pp. 724-25).

⁷⁵ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 229 (= Stalin 1952, p. 725).

pistola disparados por um jovem comunista (Leonid Nikolaev), se podia escrever que "não há dúvida sobre o fato que o assassinato foi organizado por Stalin e executado por seus agentes de polícia".⁷⁶ A versão e as insinuações contidas no Relatório Secreto tinham suscitado fortes perplexidades já em meados da década de 1990.⁷⁷ Mas agora dispomos da pesquisa de uma estudiosa russa, publicada também em francês dentro de uma coleção dirigida por Stéphane Courtois e Nicolas Werth, ou seja, pelos organizadores do *Livro negro do comunismo*. Estamos, pois, na presença de um trabalho que se apresenta com credenciais antistalinistas mais sólidas que nunca. No entanto, embora negando que por trás do assassinato houvesse uma vasta conspiração, ele faz em pedaços a versão contida ou sugerida no Relatório Secreto ao XX Congresso do PCUS. O relato de Kruschiov se revela um tanto "inexato" já numa série de detalhes; por outro lado, o seu autor "sabia que tinha necessidade de argumentos de peso para provocar um choque psicológico nos seguidores do 'paizinho dos povos'"; pois bem, a tese do "complô de Stalin contra Kirov respondia de modo admirável a essa necessidade".⁷⁸

As relações reais de colaboração e de amizade que ocorrem entre o líder e o seu colaborador tornam-se claras pelo retrato que a historiadora russa traça de Kirov:

Esse homem aberto não gostava nem da intriga, nem da mentira, nem do engano. Stalin devia apreciar esses traços de caráter que estiveram na base das suas relações. Segundo os testemunhos dos seus contemporâneos, Kirov era de fato capaz de fazer objeções a Stalin, de abrandar o seu espírito suspeitoso e a sua rudeza. Stalin o entusiasmava sinceramente e tinha a sua confiança. Apaixonado por pesca e caça, enviava frequentemente a Moscou peixe fresco e animais caçados. Stalin tinha tal confiança em Kirov que o convidou muitas vezes a fazer sauna com ele, "honra" que concedia apenas a outro mortal, o general Vlassik, chefe da sua guarda pessoal.⁷⁹

Até o fim, nada intervém para perturbar essa relação, como é confirmado pelas pesquisas de outro historiador russo. Nos arquivos não há qualquer elemento que vá na direção de uma divergência política ou de uma rivalidade entre os dois. Ainda mais ridícula é essa tese pelo fato de que Kirov participa apenas de

⁷⁶ Cohen (1975), p. 344.

⁷⁷ Thurston (1996), pp. 20-23.

⁷⁸ Kirilina (1995), pp. 223 e 239.

⁷⁹ Kirilina (1995), p. 193.

modo irregular “nas atividades do mais alto órgão de poder do partido”, o Politburo, para concentrar-se na administração de Leningrado.⁸⁰

Mas se “a ideia de uma rivalidade que opusesse Kirov a Stalin não tem nenhuma base”⁸¹, a reação de Trotski, porém, dá o que pensar:

A virada *para a direita* na política externa e interna não podia não alarmar os elementos do proletariado com uma consciência de classe mais desenvolvida [...]. Também a juventude é tomada de uma profunda inquietação, sobretudo aquela parte que vive perto da burocracia e observa o seu arbítrio, os seus privilégios e o seu abuso de poder. Nessa atmosfera sufocante detonou o tiro da arma de fogo de Nikolaev [...]. É extremamente provável que ele quisesse protestar contra o regime existente no partido, contra a incontrolabilidade da burocracia e contra a virada à direita.⁸²

É transparente a simpatia ou a compreensão pelo autor do atentado e são explícitos o desprezo e o ódio reservados a Kirov. Longe de lamentá-lo como uma vítima do ditador do Kremlin, Trotski o classifica como o “ditador hábil e sem escrúpulos de Leningrado, personalidade típica da sua corporação”.⁸³ E ainda, aumentando: “Kirov, sátrapa brutal, não suscita em nós nenhuma compaixão”.⁸⁴ Foi golpeado um indivíduo contra o qual há tempo incubava a cólera dos revolucionários:

Não são nem as velhas classes dominantes nem os *kulaks* que recorrem ao novo terror. Os terroristas dos últimos anos são recrutados exclusivamente na juventude soviética, nas fileiras da organização juvenil comunista e do partido.⁸⁵

Pelo menos nesse momento – entre 1935 e 1936 – de modo algum se fala do atentado a Kirov como uma encenação. Afirma-se, sim, que tudo pode ser instrumentalizado pela “burocracia no seu conjunto”, mas ao mesmo tempo se acentua, não sem complacência, que “todo indivíduo burocrata trema diante do terror” proveniente de baixo.⁸⁶ Embora não tenham a “experiência da luta de classe e da revolução”, esses jovens com tendência a “colocar-se na ilegalidade, aprender a combater e preparar-se para o futuro” constituem um

⁸⁰ Khlevniuk (1998), pp. 365-66.

⁸¹ Kirina (1995), p. 203.

⁸² Trotski (1988), pp. 573 e 575.

⁸³ Trotski (1988), p. 986 (=Trotski 1968, p. 263).

⁸⁴ Trotski (1967), p. 75.

⁸⁵ Trotski (1988), p. 655.

⁸⁶ Trotski (1988), p. 655.

motivo de esperança.⁸⁷ Trotski apela para a juventude soviética, que já começa a semear o pavor entre os membros da casta dominante, de modo explícito com vistas à nova revolução que na visão dele se impõe. O regime burocrático desencadeou “a luta contra a juventude”, como ele já denuncia no título de um parágrafo central de *A revolução traída*. Agora os oprimidos derrubaram os opressores:

Qualquer partido revolucionário encontra antes de tudo um apoio na geração jovem da classe ascendente. A senilidade política se exprime na perda da capacidade de arrastar a juventude [...]. Os mencheviques se apoiavam nos estratos superiores e mais maduros da classe operária, não sem tirar daí motivo de altivez e não sem considerar os bolcheviques do alto. Os acontecimentos mostram de modo impiedoso o erro deles: no momento decisivo, os jovens arrastam os homens maduros e até os velhos.⁸⁸

É uma dialética destinada a repetir-se. Por imaturas que possam ser as formas por ela inicialmente assumidas, a revolta contra a opressão tem para sempre um valor positivo. Depois de ter acentuado o seu desprezo e o seu ódio por Kirov, Trotski acrescenta:

Nós permanecemos neutros em relação àquele que o matou só porque ignoramos os seus motivos. Se soubéssemos que Nikolaev atirou conscientemente com a intenção de vingar os operários cujos direitos Kirov pisoteava, as nossas simpatias iriam sem reservas para o terrorista.

Como os “terroristas irlandeses” ou de outros países, também os terroristas “russos” merecem respeito.⁸⁹

Inicialmente, as investigações das autoridades se voltam para os “Guardas brancos”. De fato, em Paris esses círculos estavam bem organizados; tinham tido êxito em realizar “certo número de atentados em território soviético”. Em Belgrado agiam círculos semelhantes: a publicação mensal deles especificava, no número de novembro de 1934, que, a fim de “derrubar os dirigentes do país dos soviets”, convinha “utilizar a arma do atentado terrorista”. Entre os dirigentes a eliminar estava exatamente Kirov. No entanto, essas investigações não levaram a resultados; as autoridades soviéticas começam então a olhar em direção da oposição de esquerda.⁹⁰

⁸⁷ Trotski (1988), p. 854 (Trotski, 1968, p. 149).

⁸⁸ Trotski (1988), p.851 (= Trotski, 1968, p.146).

⁸⁹ Trotski (1967), p. 75.

⁹⁰ Kirilina (1995), pp. 67-70.

Como vimos, é Trotski quem corrobora a nova pista, e ele não se limita a sublinhar a ebulição revolucionária da juventude soviética, mas esclarece também que não são, nem podem ser, classes definitivamente derrotadas e, portanto, agora renunciando que recorrem à violência:

A história do terrorismo individual na URSS caracteriza fortemente as etapas da evolução geral do país. Na aurora do poder dos soviets, os *brancos* e os socialistas-revolucionários organizam atentados terroristas na atmosfera da guerra civil. Quando as velhas classes abastadas perderam toda esperança de restauração, o terrorismo cessa. Os atentados dos *kulaks*, que se prolongaram até os últimos tempos, tiveram um caráter local; realizavam uma guerrilha contra o regime. O terrorismo mais recente não se apoia nem nas velhas classes dirigentes nem nos camponeses ricos. Os terroristas da última geração são recrutados exclusivamente na juventude soviética, entre os jovens comunistas e no partido, frequentemente também entre filhos de dirigentes.⁹¹

Se as velhas classes que foram varridas, primeiro pela Revolução de Outubro e depois pela coletivização da agricultura, se resignaram, isso certamente não vale para o proletariado protagonista da revolução e momentaneamente bloqueado e oprimido pela burocracia staliniana. É esta última que deve temer: o atentado contra Kirov e a difusão do terrorismo entre a juventude soviética são o sintoma do isolamento e da “hostilidade” que circundam e acoçam os usurpadores do poder soviético.⁹²

É verdade, Trotski se apressa a especificar que o terrorismo individual não é realmente eficaz. Mas trata-se de uma especificação que não é totalmente convincente e, talvez, nem totalmente convicta. No entanto, nas condições em que a URSS se encontra, trata-se de um fenômeno inevitável: “o terrorismo é a culminação trágica do bonapartismo”.⁹³ Além disso, se também não está em condições de resolver o problema, “o terrorismo individual tem, todavia, a maior importância como sintoma, à medida que caracteriza a aspereza do antagonismo entre a burocracia e as vastas massas populares e, mais particularmente, os jovens”. De qualquer modo, a mistura se torna densa para uma “explosão” ou para uma “reviravolta política”, destinada a infligir ao “regime staliniano” uma sorte semelhante àquela sofrida pelo regime “à cuja frente se encontrava Nicolau II”.⁹⁴

⁹¹ Trotski (1988), p. 857 (Trotski, 1968, p. 152).

⁹² Trotski (1988), p. 553.

⁹³ Trotski (1988), p. 655.

⁹⁴ Trotski (1988), pp. 856-61 (= Trotski, 1968, pp. 152-55).

Terrorismo, golpe de Estado e guerra civil

A queda da dinastia dos Romanov fora precedida por uma longa série de atentados promovidos por organizações que, apesar dos duros golpes da repressão, sempre conseguiam reconstituir-se. Na opinião de Trotski, um processo semelhante se desenvolvia na URSS, em resposta à ‘traição’ consumada pela burocracia. Olhando bem, não são os atos de terrorismo individual que a ameaçam, mas os precursores de uma nova, grande revolução:

Todos os indícios levam a crer que os acontecimentos conduzem a um conflito entre as forças populares reforçadas pelo estímulo da cultura e a oligarquia burocrática. Esta crise não comporta solução pacífica [...]; o país se dirige claramente para uma revolução.⁹⁵

Surge no horizonte uma decisiva guerra civil e, “no âmbito de uma guerra civil, o assassinato de alguns opressores não pertence mais ao terrorismo individual”; em todo caso, “a IV Internacional apoia uma luta de morte contra o stalinismo”, destinada a eliminar “uma facção já condenada pela história”.⁹⁶

Como se vê, o atentado contra Kirov evoca o espectro da guerra civil no âmbito das forças que tinham derrubado o antigo regime. Na realidade, esse espectro acompanha como uma sombra a história da Rússia soviética, desde o momento da sua constituição. Para fazer malograr a paz de Brest-Litovsk, por ele interpretada como uma capitulação ao imperialismo alemão e uma traição do internacionalismo proletário, Bukharin cultivava por um instante a ideia de uma espécie de golpe de Estado que visa tirar do poder, pelo menos por algum tempo, aquele que até nesse momento era o líder indiscutido dos bolcheviques (*supra*, cap. 2, § 2). Se já anda à solta enquanto Lênin está ainda em vida, apesar do enorme prestígio que cerca a sua figura, o espectro da divisão do grupo dirigente bolchevique e da guerra civil no âmbito do mesmo bloco revolucionário toma decididamente corpo nos anos seguintes. É o que resulta de modo inequívoco de testemunhos importantes que vêm de dentro da oposição antistalinista e de desertores do movimento comunista nos quais a velha fé transformou-se em ódio implacável. Vejamos como Boris Souvarine descreve a situação que se criou no PCUS cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro:

⁹⁵ Trotski (1988), p. 986 (= Trotski, 1968, pp. 263-64).

⁹⁶ Trotski (1967), pp. 75-76.

A oposição completa a própria organização como partido clandestino no seio do partido único, com a sua hierarquia em miniatura, o seu Politburo, o seu Comitê Central, os seus agentes regionais e locais, os seus grupos de base, as suas cotas de participação, as suas circulares, o seu código para a correspondência.⁹⁷

A perspectiva era de choque não só político, mas também militar. Em seu livro de memórias publicado nos Estados Unidos logo depois do fim do segundo conflito mundial, Ruth Fischer, que fora figura de primeiríssimo plano do comunismo alemão e membro do Presidium do Komintern de 1922 a 1924, conta de que modo tinha, no seu tempo, participado da organização na URSS da “resistência” contra o “regime totalitário” que se instalara em Moscou. Estamos em 1926. Após ter rompido com Stalin no ano anterior, Zinoviev e Kamenev se aproximaram de Trotski: organiza-se o “bloco” para a conquista do poder. Desenvolve-se assim uma rede clandestina capilar que se estende “até Vladivostok” e o Extremo Oriente: mensageiros difundem documentos reservados do Partido e do Estado ou transmitem mensagens cifradas; guardas pessoais armados dão vigilância nos encontros secretos. “Os dirigentes do bloco se preparam para dar os passos definitivos”; baseados no pressuposto de que o choque com Stalin só pode ser resolvido com a “violência”, eles se encontram num bosque nas vizinhanças de Moscou a fim de analisar profundamente “o aspecto militar do seu programa”, a começar pelo “papel daquelas unidades do exército” dispostas a apoiar o “golpe de Estado”. Fischer prossegue assim:

Tratava-se de uma questão em grandíssima parte técnica, que devia ser discutida entre os dois líderes militares, Trotski e Lasevitch [vice-comissário para a Guerra, que depois morre antes dos expurgos]. Dado que, como vice-comandante do Exército Vermelho ele estava sempre numa posição legal mais favorável, Lasevitch ficou encarregado de elaborar os planos para a ação militar contra Stalin.⁹⁸

É nesse contexto que deveriam inserir-se as manifestações de rua, no ano seguinte, pelo décimo aniversário da Revolução de Outubro: desde Moscou e Leningrado elas se estenderiam aos “outros centros industriais” para assim “obrigar a hierarquia do partido a ceder”.⁹⁹

⁹⁷ Souvarine (2003), pp. 547-48.

⁹⁸ Fischer (1991), vol. 2, pp. 217-22.

⁹⁹ Fischer (1991), vol. 2, pp. 256-57.

Naqueles anos, não era na Europa mistério para ninguém a aspereza do choque político que ocorria na Rússia soviética: “A história da luta entre Stalin e Trotski é a história da tentativa de Trotski tomar o poder [...], é a história de um golpe de Estado fracassado”. O genial organizador do Exército Vermelho, ainda rodeado de “imensa popularidade”, certamente não se resignou com a derrota: “A sua violência polêmica e o seu orgulho cínico e temerário fazem dele uma espécie de Bonaparte vermelho, apoiado pelo exército, pelas massas operárias e pelo espírito de revolta dos jovens comunistas contra a velha guarda do leninismo e o alto clero do partido”. Sim, “a maré alta da sedição sobe em direção ao Kremlin”.¹⁰⁰ Quem traça este quadro é um livro, *Técnica do golpe de Estado*, que vê a luz em Paris em 1931 e goza logo de notável sucesso. O autor, Curzio Malaparte, que esteve em Moscou e teve colóquios pessoais de primeiro plano, fornece da prova de força de 1927 a leitura que vimos confirmada por Ruth Fischer, ou seja, por uma autorizada representante da oposição antistaliniana:

Na véspera da celebração do décimo aniversário da Revolução de Outubro, a prisão de Trotski suscitaria uma impressão desfavorável [...]. A ocasião escolhida por Trotski para apoderar-se do Estado não poderia ser melhor. Como bom tático que era, ele ficou na sombra. Para não dar a impressão de tirano, Stalin não ousa prendê-lo. Quando puder ousar, será tarde demais, pensa Trotski: as luzes para o décimo aniversário da revolução estarão apagadas, e Stalin não estará mais no poder.¹⁰¹

Como se sabe, esses planos fracassam e Trotski, expulso do partido, é obrigado a transferir-se primeiro para Alma Ata e depois para a Turquia. Aí “as autoridades consulares soviéticas” pagam-lhe “a título de ‘direitos autorais’, 1.500 dólares”.¹⁰² Embora seja “uma quantia ridícula”, como afirma um historiador seguidor e biógrafo de Trotski¹⁰³, o gesto pode ser lido como uma tentativa de não tornar mais aguda ainda a contradição.

¹⁰⁰ Malaparte (1973), pp. 105, 109-110 e 113.

¹⁰¹ Malaparte (1973), p. 125.

¹⁰² Broué (1991), p. 632

¹⁰³ Ibidem.

Conspiração, infiltração no aparelho estatal e “linguagem esópica”

O revolucionário no exílio não renuncia aos seus projetos. De que modo procura realizá-los? Malaparte escreve:

Os atos de sabotagem nas ferrovias, nas centrais elétricas, nas telefônicas, nos telégrafos aumentam a cada dia. Os agentes de Trotski se insinuam por toda parte. Mexendo nas engrenagens da organização técnica do Estado, provocam de vez em quando a paralisia parcial dos organismos mais delicados. São as escaramuças preliminares da insurreição.¹⁰⁴

Trata-se de fantasias ou do eco da propaganda do regime? O livro aqui citado circula amplamente na Europa, em seu tempo, e as teses nele defendidas não parecem suscitar sorrisos irônicos ou gritos de escândalo. Assim como para o “terrorismo”, também para a “sabotagem” é preciso não perder de vista a história peculiar da Rússia. Em 1908, tanto os industriais do petróleo como Stalin tinham repetidamente condenado, com motivações obviamente diferentes, a tendência de certos setores da classe operária de promover as suas reivindicações mediante o recurso ao “terrorismo econômico”. Mesmo sublinhando que a causa última desse fenômeno era a exploração capitalista, o dirigente bolchevique tinha saudado “a última resolução dos grevistas da [fábrica] Mirzoiev dirigida contra os incêndios e as mortes ‘econômicas’”, contra “as velhas tendências terroristas” e anarquistas.¹⁰⁵ No início da década de 1930, essa tradição desaparecera totalmente ou continua a manifestar-se de formas novas? Em todo caso, vimos os guardas *brancos* tirarem proveito dela. E a oposição de esquerda?

Pelo menos os projetos de “insurreição” para os quais Malaparte acena encontram uma importante confirmação. O biógrafo de Trotski descreve assim a atitude que o seu herói continua a assumir desde o exílio: “Os conselhos são simples: os opositores devem dotar-se de uma sólida formação militar com seriedade e consciência no partido e, uma vez que foram expulsos dele, nas organizações proletárias e soviéticas em geral, referindo-se sempre à Internacional”.¹⁰⁶ Aqui se volta contra o poder soviético a tradição de conspiração que contribuíra fortemente para a sua vinda. Em *O que fazer?* Lênin sublinhara com força: nós

¹⁰⁴ Malaparte (1973), p. 124.

¹⁰⁵ Stalin (1971-1973), vol. 2, pp. 101-06 e em particular p. 103 (= Stalin 1952-1956, vol. 2, pp. 126-144 e em particular p. 128).

¹⁰⁶ Broué (1991), p. 516.

revolucionários “deveremos ocupar-nos com a máxima atenção na propaganda e na agitação entre os soldados e oficiais, na criação de ‘organizações militares’ pertencentes ao nosso partido”.¹⁰⁷

Tirando proveito de tal lição, a oposição organiza uma rede clandestina que reserva atenção particular ao aparelho militar em sentido amplo. O seu atormentado processo de formação tornava mais fácil o trabalho de infiltração. É emblemático o que acontece no momento de se constituir a Tcheca, a primeira polícia política da Rússia soviética. Em 6 de julho de 1918, um atentado custa a vida do embaixador alemão em Moscou: o responsável é Iakov G. Blumkin, um socialista-revolucionário que pretende protestar contra o tratado de Brest-Litovsk e colocá-lo de novo em discussão. Quando o chefe da Tcheca, Feliks E. Dzerjinski, se dirige à embaixada alemã em Moscou para apresentar as desculpas do governo soviético, é informado que os autores do atentado tinham se apresentado munidos com credenciais da Tcheca. Para certificar-se da verdade, ele se dirige ao quartel general dessa instituição, onde, porém, é preso por “tchequistas dissidentes”, eles mesmos membros ou próximos do partido dos socialistas-revolucionários. Libertado depois pela Guarda Vermelha, Dzerjinski procede ao expurgo da polícia política e à execução dos responsáveis pela conspiração e pelo motim. Em conclusão, as vítimas do primeiro “expurgo” são tchequistas, ainda que situados na oposição.¹⁰⁸

O protagonista do atentado consegue fugir, mas nem por isso desaparece da cena: “Trotski reconheceu publicamente, no final de 1929, ter recebido a visita de Blumkin, sempre agente dos serviços de informação do Exército Vermelho”. Lev Sedov, filho e colaborador de Trotski, procurou fazer crer que se teria tratado de algo casual; na realidade, um documento conservado em Stanford “mostra que os contatos de Trotski com Blumkin não nasceram de um encontro fortuito, mas de uma ligação organizada com a URSS”; nesse âmbito “o agente secreto tinha evidentemente um papel importante”. Será essa ligação que levará Stalin “a mandar fuzilar Blumkin”.¹⁰⁹

Como se vê, “os agentes” da oposição “se insinuam por toda parte”.¹¹⁰ Até “na GPU se esconde por algum tempo um “pequeno núcleo de fiéis a Trotski”.¹¹¹ Segundo um historiador estadunidense contemporâneo, talvez o

¹⁰⁷ Lênin (1955-1970), vol. 5, p. 432 nota.

¹⁰⁸ Mayer (2000), pp. 271-72.

¹⁰⁹ Broué (1991), p. 597.

¹¹⁰ Malaparte (1973), p. 124.

¹¹¹ Broué (1991), p. 616.

próprio Genrich G. Jagoda, que dirige a primeira fase do Grande Terror, tenha feito o jogo duplo, antes de ser também ele eliminado.¹¹² Segundo testemunhos de militantes antistalinistas sabe-se que “alguns folhetos [da oposição] foram impressos na tipografia da GPU”; olhando bem, há “tensões permanentes no aparelho [estatal] terrorista da Rússia” soviética.¹¹³

A infiltração se tornou mais fácil pelas tímidas aberturas do regime. Ao chamar à luta contra a “ditadura burocrática”, Trotski sublinha que “a nova Constituição oferece ao mesmo tempo uma trincheira semilegal para combatê-la”.¹¹⁴ Ela é melhor combatida com camuflagem, ocultando-se a intenção de querer minar e derrubar o poder. É um ponto sobre o qual o líder da oposição não deixa dúvidas: “o trabalho de solapamento exige algumas precauções conspirativas”; é preciso “observar na luta [...] as regras da conspiração”. E ainda:

A luta mortal não é concebível sem astúcias de guerra, em outros termos, sem mentiras e enganar. Os proletários alemães talvez possam passar sem enganar a polícia de Hitler? Os bolcheviques soviéticos faltariam com a moral enganando a GPU?¹¹⁵

E de novo a tradição conspirativa bolchevique se volta contra o regime nascido da revolução bolchevique. Em 1920, Lênin chamara a atenção dos revolucionários para a “obrigação de combinar as formas ilegais da luta com as suas formas legais, com a participação obrigatória no parlamento mais reacionário e num certo número de outras instituições submetidas a leis reacionárias”. E não é tudo: os revolucionários devem saber “enfrentar todos os sacrifícios e – em caso de necessidade – recorrer também a todas as astúcias, a todas as espertezas, aos métodos ilegais, às reticências, à ocultação da verdade, para introduzir-se nos sindicatos, para permanecer neles, para realizar a qualquer custo um trabalho comunista”.¹¹⁶ É exatamente assim que se comporta a oposição em relação às instituições e às organizações políticas e sociais do odiado regime “termidoriano”.

Os conspiradores se atêm a uma regra precisa de conduta:

Fazem a suas autocríticas, reconhecem os seus “erros” e são em geral corrigidos. Aqueles que a imprensa stalinista chama agora de “os homens de ca-

¹¹² Thurston (1996), p. 34.

¹¹³ Fischer (1991), vol. 2, p. 250.

¹¹⁴ Trotski (1988), p. 986 (= Trotski, 1968, p. 263).

¹¹⁵ Trotski (1967), pp. 67, 69 e 63.

¹¹⁶ Lênin (1955-1970), vol. 31, pp. 26 e 44.

ra dupla” ou também “o lado esquerdo-direito”, procuram desde aquele momento contatos que permitissem ampliar o frente da resistência à política de Stalin.

Nesse caminho se encontram outros grupos...¹¹⁷

Compreende-se então a obsessão pela “duplicidade”, a obsessão que Kruschiov censura a Stalin.¹¹⁸

Nesse meio tempo, com o abandono da NEP consumou-se a ruptura com Bukharin. A propósito da posição assumida por este último pode ser interessante ler o testemunho de Humbert-Droz, dirigente do Komintern expulso do partido comunista suíço em 1942 por seus desentendimentos com Stalin. De partida para a I Conferência dos sindicatos revolucionários da América Latina, na primavera de 1929, ele vai cumprimentar Bukharin e tem uma conversa com ele, assim relatada: “Colocou-me a par dos contatos feitos pelo seu grupo com a fração Zinoviev-Kamenev para coordenar a luta contra o poder de Stalin”, uma luta que previa o recurso também ao “terrorismo individual” e cujo objetivo central “era eliminar Stalin” e, para ser claros, “eliminá-lo fisicamente”.¹¹⁹ Três anos depois é outro expoente da “direita”, ou seja, Martemian N. Riutin, que redige e faz circular um documento que passa de mão em mão e que classifica Stalin como um “provocador” do qual é preciso desembaraçar-se, recorrendo até ao tiranicídio.¹²⁰ Quando Bukharin expõe os seus planos, Humbert-Droz lhe objeta que “a introdução do terrorismo individual nas lutas políticas nascidas da Revolução Russa corria muito o risco de voltar-se contra aqueles que a usassem”, mas Bukharin não se deixa impressionar.¹²¹ Por outro lado, dificilmente a objeção que se acabou de ver podia impressionar um homem que agora – como ele revela confidencialmente em 1936 – nutre em relação a Stalin um “ódio” profundo, antes o ódio “absoluto” que se reserva a um “demônio”.¹²²

Enquanto se exprime assim privadamente, Bukharin dirige o órgão do governo soviético *Izvestia*. Trata-se de uma incoerência clamorosa? Não do ponto de vista do dirigente bolchevique, que continua a combinar trabalho legal e ilegal, a fim de derrubar um regime que considera odioso e que pare-

¹¹⁷ Broué (1991), p. 680.

¹¹⁸ Kruschiov (1958), pp. 134-35.

¹¹⁹ Humbert-Droz (1974), pp. 263-64.

¹²⁰ Graziosi (2007), p. 336; cf. também Tucker (1990), p. 211 e Mayer (2000), p. 647.

¹²¹ Humbert-Droz (1974), pp. 263-64.

¹²² Cohen (1975), p. 285; Tucker (1974), pp. 424-25.

ce valorizar outra indicação de Lênin. Com referência à Rússia czarista, em *O que fazer?* podemos ler:

Num país autocrático, onde a imprensa está completamente escravizada, numa época de reação política impiedosa, que reprime até as mínimas manifestações de descontentamento e de protesto político, numa literatura submetida à censura, a teoria do marxismo revolucionário abre caminho improvisadamente, na imprensa censurada, exposta numa linguagem esópica, mas compreensível a todos os 'interessados'.¹²³

É exatamente assim que Bukharin utiliza a tribuna do governo soviético. A condenação do "Estado total onipotente", fundamentado na "disciplina cega", na "obediência jesuítica", na "glorificação do 'Chefe'" finge fazer referência apenas à Alemanha de Hitler, mas na realidade visa também a URSS. A "linguagem esópica" recomendada por Lênin se torna imediatamente transparente, quando a denúncia investe contra o "provincianismo cruel inculto".¹²⁴ É claramente o retrato que a oposição traça de Stalin. Vimos Trotski falar dele como de um "pequeno provinciano" (*supra*, Prefácio, 1), e nas conversas reservadas é o próprio Bukharin que exprime o seu desdém por um dirigente que sucedeu a Lênin, embora ignorasse totalmente as línguas estrangeiras.¹²⁵

Ficando na eficácia desenvolvida na Rússia czarista pela mensagem revolucionária exposta na "linguagem esópica", *O que fazer?* prossegue assim:

Antes que o governo se apercebesse disso, antes que o pesado exército dos censores e dos policiais tivesse descoberto o novo inimigo e passasse a perseguir-lo, passou não pouco tempo [...]. E durante esse tempo foram publicadas, uma depois da outra, obras marxistas, foram fundados revistas e jornais marxistas, contagiosamente todos se tornaram marxistas, os marxistas eram adulados, se fazia a corte aos marxistas, os editores estavam entusiasmados com a venda extraordinariamente rápida dos livros marxistas.¹²⁶

Bukharin e a oposição esperavam que um fenômeno análogo criasse um clima favorável à derrocada de Stalin. Mas também Stalin tinha lido *O que fazer?* e conhecia bem as regras bolcheviques da conspiração. Em conclusão, assistimos a uma guerra civil prolongada. A rede clandestina se reorganiza

¹²³ Lênin (1955-1970), vol. 5, p. 332.

¹²⁴ Cohen (1975), pp. 356-50.

¹²⁵ Wolkogonow (1989), p. 295.

¹²⁶ Lênin (1955-1970), vol. 5, pp. 332-33.

ou procura reorganizar-se, apesar das sucessivas ondas de uma repressão que se torna cada vez mais impiedosa. Para dizer com as palavras de uma militante ativa da luta contra Stalin: "Não obstante fosse pisada e aniquilada, a oposição sobreviveu e cresceu; no exército, na administração, no partido, nas cidades e na zona rural, cada onda terrorista [do regime staliniano] suscitou um movimento de resistência".¹²⁷ O grupo dirigente bolchevique aparece agora dividido por uma prova de força que não está excluída de golpes e que, pelo menos nas expectativas e nas esperanças dos inimigos de Stalin, de um momento para o outro pode envolver de modo aberto e generalizado o país inteiro. Enquanto a oposição pode referir-se à lição de Lênin e à tradição conspirativa do bolchevismo para tecer as suas tramas na sombra, essa duplicidade suscita a indignação do poder soviético que rotula nos falsos amigos o inimigo mais fugaz e mais insidioso: a tragédia corre para o seu epílogo.

Infiltração, desinformação e apelos à insurreição

As "regras da conspiração" teorizadas por Trotski implicam só a ocultação da própria identidade política, ou podem incluir o recurso a falsas denúncias, de modo a semear a confusão e o caos no campo inimigo e tornar ainda mais difícil a identificação da rede clandestina em luta para a derrubada do regime staliniano? Noutras palavras, as "regras da conspiração" comportam apenas a proteção rigorosa das informações reservadas ou também o caminho livre para a desinformação? Não é só a jornalista americana Anne Louise Strong, simpática ao confronto com o regime, que alimenta suspeitas nessa direção.¹²⁸ É o próprio *Relatório Secreto* que fala de denúncias mentirosas e de "provocações" feitas tanto por "trotskistas autênticos, os quais assim se prendiam à sua "vingança", tanto dos "carreiristas sem consciência", propensos a abrir caminho também com os meios mais desprezíveis.¹²⁹ É significativo um episódio que se verifica no momento do anúncio do assassinato de Kirov. Os sentimentos predominantes – refere Andrew Smith, que trabalhava naquele período na fábrica Elektroavod de Kuzncov – são o choque e a angústia em relação ao futuro; mas não falta quem exprima pesar pelo fato que não foi Stalin o atingido. Depois se realiza uma assembleia, durante a

¹²⁷ Fischer (1991), vol. 2, p. 326.

¹²⁸ Strong (2004), cap. V.

¹²⁹ Kruschiov (1958); pp. 136-37 e 139-40.

qual os operários são convidados a denunciar os inimigos ou os possíveis inimigos do poder soviético.

Smith recorda admirado como, durante o debate, o grupo de dissidentes com os quais ele mesmo estava em contato se mostrou mais diligente em atacar opositores e desviantes e pedir contra eles as medidas mais severas.¹³⁰

Sintomático é também um episódio que se verifica fora da URSS, mas que pode servir para compreender o que acontece no interior desse país. Quando o general Alexandr M. Orlov, ex-colaborador de primeiro plano de NKVD e, em 1938, refugiado nos Estados Unidos, é acusado pelo jornalista Louis Fischer de ter participado, no tempo da guerra civil espanhola, da liquidação de quadros comunistas antistalinistas, ele responde com a falsa revelação com base na qual o seu acusador era na realidade um espião ao serviço de Moscou.¹³¹

Na União Soviética da década de 1930, vimos a oposição infiltrar-se nos mais altos níveis do aparelho de repressão: seria muito estranho se, depois de ter conseguido esse resultado, ela se limitasse a cumprir as ordens de Stalin! A desinformação, que comporta a dupla vantagem de pôr em dificuldade a máquina da repressão e desembaraçar-se exatamente graças a ela de algum inimigo odiado de modo particular, é parte integrante da guerra: e trata-se disso, pelo menos a julgar por uma intervenção de Trotski em julho de 1933, na qual ele considera “já agora em curso” a guerra civil contrarrevolucionária desencadeada pela “burocracia staliniana” e que desembocou no “infame aniquilamento dos bolcheviques-leninistas”. Então é preciso ter presente a nova situação. Não tem mais sentido “a palavra de ordem da reforma do PCUS”. Impõe-se uma luta frontal: o partido e a Internacional dirigidos por Stalin, agora na última gota, “podem trazer só desgraças e nada mais que desgraças” ao “proletariado mundial”; na vertente oposta, os revolucionários autênticos não podem certamente inspirar-se, na sua ação, nos “pacifistas pequeno-burgueses”.¹³² Não há dúvida: “Só com a *violência* a burocracia pode ser obrigada a devolver o poder às mãos da vanguarda proletária”.¹³³ A subida de Hitler ao poder significa para Trotski não que é necessária a unidade a fim de enfrentar o perigo enorme que ameaça a partir da Alemanha, mas que não se pode mais parar a meio caminho na luta contra

¹³⁰ Flores (1990), pp. 215-16.

¹³¹ Khlevniuk (1998), p. 28.

¹³² Trotski (1997-2001), vol. 3, pp. 421-25.

¹³³ Trotski (1988), p. 490; itálico no texto original

um poder, o staliniano, que conduziu à derrota do proletariado alemão e internacional.

Como se vê, é o próprio líder da oposição que fala de “guerra civil” no âmbito do partido que tinha conjuntamente dirigido a Revolução de Outubro e a Rússia soviética dos primeiros anos. Estamos na presença de uma categoria que constitui o fio condutor da pesquisa de um historiador russo de fé trotskista segura e declarada, autor de uma obra monumental em vários volumes, dedicada exatamente à reconstrução minuciosa dessa guerra civil. Aí se fala, a propósito da Rússia soviética, de “guerra civil preventiva” desencadeada por Stalin contra aqueles que se organizam para derrubá-lo. Também fora da URSS, essa guerra civil se manifesta e de vez em quando se acende no âmbito da frente que combate contra Franco; e, de fato, em referência à Espanha de 1936-1939, se fala não de uma, mas de “duas guerras civis”.¹³⁴ Com grande honestidade intelectual e valorizando o novo, rico material documentário disponível graças à abertura dos arquivos russos, o autor aqui citado chega à conclusão: “Os processos de Moscou não foram um crime sem motivo e a sangue frio, mas a reação de Stalin durante uma aguda luta política”.¹³⁵

Polemizando contra Aleksandr Soljenitsyn, que pinta as vítimas dos expurgos como um conjunto de “coelhos”, o historiador trotskista russo relata um folhetim que na década de 1930 convocava a varrer do Kremlin “o ditador fascista e o sua camarilha”. Depois comenta: “até do ponto de vista da legislação russa hoje em vigor, esse folheto deve ser julgado como um apelo à derrubada violenta do poder (mais exatamente do estrato superior dominante)”.¹³⁶ Em conclusão, longe de ser expressão de “acesso de violência irracional e insensata”, o sangrento terror desencadeado por Stalin é na realidade o único modo como ele consegue vencer a “resistência das verdadeiras forças comunistas”. É atingido “o partido dos fuzilados”, assim definido “em analogia com a expressão utilizada para designar o partido comunista francês, a força principal da resistência antifascista e o alvo privilegiado do terror hitleriano”.¹³⁷ Assim, Stalin aparece comparado a Hitler; permanece o fato que comunistas e *partisans* franceses não se limitavam a opor a Hitler uma resistência passiva ou não violenta.

¹³⁴ Rogowin (1998), pp. 91 e 404.

¹³⁵ Rogowin (1998), p. 100.

¹³⁶ Rogowin (1999), pp. 288-89.

¹³⁷ Rogowin (1999), p. 11-12.

Guerra civil e manobras internacionais

Não é de admirar que esta ou aquela grande potência tenha procurado, a cada dia, tirar proveito da guerra civil latente na Rússia soviética. Quem solicita ou quer provocar a intervenção estrangeira é, às vezes, o grupo derrotado, que acha que não tem outra possibilidade de sucesso. Tal dialética se desenvolve a partir dos primeiros meses de vida da Rússia soviética. Voltemos ao atentado de 6 de julho de 1918. Ele é parte integrante de um projeto bastante ambicioso. De um lado, os socialistas-revolucionários de esquerda promovem “em vários centros, sublevações contrarrevolucionárias contra o governo soviético” ou “uma insurreição em Moscou que espera derrubar o governo comunista”; por outro lado, propõem-se também a “assassinar vários expoentes alemães” a fim de provocar uma reação militar da Alemanha e uma consequente retomada da guerra. Ela seria enfrentada com a *levée en masse* do povo russo, que teria infligido uma derrota ao mesmo tempo ao governo dos traidores e ao inimigo invasor.¹³⁸ O protagonista do atentado contra o embaixador alemão é um revolucionário sincero: bem antes de tomar contato com os ambientes trotskistas, ele pretende rivalizar com os jacobinos, protagonistas da fase mais radical da Revolução Francesa e da heroica resistência de massa contra a invasão das potências contrarrevolucionárias. Aos olhos da autoridade soviética, porém, Blumkin pode bem ser um provocador: o sucesso do seu plano teria tido como resultado um novo avanço do exército de Guilherme II e, talvez, a derrubada do poder nascido da Revolução de Outubro.

Em toda mudança histórica aparece a interligação entre política interna e política internacional. A chegada de Hitler ao poder, com a aniquilação ou a dizimação da seção mais forte da Internacional Comunista, representa um duro golpe para a União Soviética. Que consequências ele terá sobre os equilíbrios políticos internos? Em 30 de março de 1933, Trotski, que responsabiliza a burocracia no poder na URSS pela derrota dos comunistas na Alemanha, escreve que “a liquidação do regime de Stalin” é “absolutamente inevitável e [...] não muito distante”.¹³⁹ No verão daquele mesmo ano, na França, o governo Deladier concede o visto a Trotski: passaram-se apenas poucos meses desde a rejeição anteriormente feita por Herriot, e pergunta-se sobre as razões dessa mudança. Ruth Fischer acha que o governo francês partiu do

¹³⁸ Carr (1964), p. 876; Daniels (1970), p. 145 fala de “insurreição”; cf. também Mayer (2000), p. 271.

¹³⁹ Broué (1991), p. 707.

pressuposto da “fraqueza da posição de Stalin”, do “reagrupamento das oposições contra ele” e da volta próxima de Trotski a Moscou com funções dirigentes de primeiro plano.¹⁴⁰

Uma virada dramática nova se verifica com o estouro da II Guerra Mundial. Na primavera de 1940, a União Soviética ainda está fora do gigantesco embate, e até continua a estar ligada à Alemanha pelo pacto de não agressão. É uma situação intolerável para os países já atacados pela agressão hitleriana, os quais, usando como pretexto o conflito russo-finlandês, amadurecem o projeto de bombardear os centros petrolíferos de Baku. Não se trata apenas de atingir a linha de fornecimento energético do III Reich: “os planos bélicos franco-britânicos visavam romper a aliança militar entre União Soviética e Alemanha através de ataques contra as indústrias petrolíferas da área do Cáucaso e levar um regime pós-stalinista ao seu lado contra a Alemanha”.¹⁴¹

Voltemos por um instante ao atentado contra o embaixador alemão Mirbach. O responsável tinha certamente em mente desencadear o ataque da Alemanha, mas não porque augurasse a sua vitória; pelo contrário, esperava que a chicotada despertasse a Rússia, conduzindo-a a uma desforra decidida. Mais tarde vimos Blumkin participar da conspiração dirigida por Trotski. E este, por sua vez, para esclarecer sua posição, compara-se, em 1927, ao primeiro ministro francês Clemenceau, que, durante a I Guerra Mundial, assume a direção do país depois de ter denunciado a escassa energia bélica dos seus predecessores e, portanto, propondo-se como o único estadista capaz de conduzir a França à vitória contra a Alemanha.¹⁴² Da massa de sucessivas interpretações e reinterpretações dessa analogia surgia apenas um ponto claro: nem sequer a invasão da União Soviética teria posto fim às tentativas da oposição de conquista do poder. Ainda mais inquietante é a comparação já vista de Stalin com Nicolau II: durante o Primeiro conflito mundial, lido e denunciado como guerra imperialista, os bolcheviques tinham lançado a palavra de ordem do derrotismo revolucionário e tinham identificado na autocracia czarista e no inimigo interno o inimigo principal, aquele que em primeiro lugar se procurava combater e derrotar.

Nos anos seguintes, Trotski vai muito além da evocação do espírito de Clemenceau: em 22 de abril de 1939, ele se pronuncia pela “libertação da chamada Ucrânia soviética do jugo staliniano”.¹⁴³ Uma vez independente, ela

¹⁴⁰ Broué (1991), pp. 715-16.

¹⁴¹ Hillgruber (1991), p. 191.

¹⁴² Trotski (1988), p. 117 e nota 85 do organizador do livro.

¹⁴³ Trotski (1988), p. 1179.

seria depois unificada com a Ucrânia ocidental, a ser separada da Polônia, e com a Ucrânia carpática, anexada pouco antes pela Hungria. Reflitamos sobre o momento em que acontece essa tomada de posição. O terceiro Reich acabara de levar a cabo o desmembramento da Tchecoslováquia, e se engrossam as vozes que indicam na União Soviética (e em particular na Ucrânia) o próximo objetivo da Alemanha. Nessas circunstâncias, em julho de 1939, é exatamente Kerenski que toma posição contra o mirabolante projeto de Trotski que, observa o líder menchevique, favorece apenas a política de Hitler. “É a mesma opinião do Kremlin”, rebate prontamente Trotski que, por outro lado, já no artigo de 22 de abril tinha escrito: com a independência da Ucrânia “a camarilha bonapartista [de Moscou] colherá o que semeou”; é bom que “a atual casta bonapartista seja minada, sacudida, destruída e varrida”; só assim se aplanam a estrada para uma real “defesa da República soviética” e do seu “futuro socialista”.¹⁴⁴ Logo depois do início da invasão da Polônia, Trotski vai ainda além. Ao prever a ruína final do III Reich, ele acrescenta: “No entanto, antes de ir para o inferno, Hitler poderia infligir à União Soviética uma derrota tal que ela pudesse custar a cabeça da oligarquia do Kremlin”.¹⁴⁵ Essa previsão (ou esse desejo) de uma liquidação (também física) da “camarilha” ou “casta bonapartista” feita por uma revolução vinda de baixo ou ainda por uma invasão militar não pode não parecer aos olhos de Stalin como a confirmação das suas suspeitas sobre a convergência pelo menos “objetiva” entre direção nazista e oposição trotskista: ambas tinham o interesse de provocar na URSS o colapso da frente interna, mesmo se a primeira visse nesse colapso o pressuposto da escravização do país eslavo e a segunda, do desencadeamento de uma nova revolução.

Também não se tratava de uma suspeita particularmente infamante: comportando-se como novo Lênin, Trotski aspirava utilizar para sua vantagem a dialética que tinha levado à derrota do exército russo, à derrubada da autocracia czarista e à vitória da Revolução de Outubro. Mais uma vez, a história passada do bolchevismo é voltada contra o poder soviético. Kerenski, que em 1917 tinha denunciado a traição dos bolcheviques, agora previne contra a traição daqueles que se autodefinem “bolcheviques-leninistas”. Do ponto de vista de Stalin, ocorrera uma mudança radical com respeito à I Guerra Mundial: trata-se de enfrentar um partido político ou uma fração que, pelo menos no que diz respeito à fase inicial do conflito, é responsável pelo colapso do país nascido da Revolução de Outubro e pelo triunfo militar de

¹⁴⁴ Trotski (1988), pp. 1253-54 e 1179.

¹⁴⁵ Trotski (1988), pp. 1258-59.

uma Alemanha já não mais arruinada depois de três anos de guerra, como era a Alemanha de Guilherme II, mas no auge do seu poderio e explicitamente empenhada em construir o seu Império colonial no leste. Dados esses pressupostos, certamente não é de admirar que surja a acusação de traição. Voltemos ao artigo de Trotski de 22 de abril de 1939. Nele há uma única afirmação que pode ter recebido o concordância de Stalin: “A guerra que se aproxima suscitará um clima favorável para todos os possíveis aventureiros, adivinhos e aqueles que estão em busca do toso de ouro”.¹⁴⁶

Enquanto sempre mais ardem as chamas da II Guerra Mundial, destinadas a estender-se também para a União Soviética, segundo a previsão de Trotski, este continua a fazer declarações e asserções nada tranquilizadoras. Vejamos algumas: “o patriotismo soviético não pode ser separado da luta inconciliável contra a camarilha staliniana” (18 de junho de 1940); “a Quarta Internacional há algum tempo reconheceu a necessidade de derrubar a burocracia [no poder na Rússia] mediante uma sublevação revolucionária dos trabalhadores” (25 de setembro de 1939); “Stalin e a oligarquia guiada por ele representam o perigo principal para a União Soviética” (13 de abril de 1940).¹⁴⁷ É compreensível que, rotulada como “inimigo principal”, a “burocracia” ou a “oligarquia” no poder amadureçam a persuasão para a qual a oposição, se não está ao serviço direto do inimigo, e qualquer modo está pronta, pelo menos num primeiro momento, a secundar a ação dele.

Qualquer governo teria identificado em organizações dessa forma orientadas uma ameaça para a segurança nacional. Para aumentar as preocupações e as suspeitas de Stalin ajuda a previsão, à qual Trotski se entrega (25 de setembro de 1939), de uma “revolução iminente na União Soviética”: faltariam “poucos anos ou talvez só meses para o colapso sem glória” da burocracia staliniana.¹⁴⁸ De onde vem essa segurança? É uma previsão formulada levando em conta apenas os desenvolvimentos internos do país?

Mais difícil ainda se revela a decifração da interligação entre conflitos políticos internos à Rússia soviética e tensões internacionais pelo fato que as suspeitas e as acusações são ulteriormente alimentadas pela realidade consistente da quinta coluna e das operações de desinformação realizada pelos serviços secretos da Alemanha hitleriana. Em abril de 1938, Goebbels anota em seu diário: “O nosso transmissor de rádio clandestino da Prússia Oriental para a Rússia desperta enorme rebuliço. Opera em nome de Trotski e dá o

¹⁴⁶ Trotski (1988), p. 1183.

¹⁴⁷ Trotski (1988), pp. 1341, 1273 e 1328.

¹⁴⁸ Trotski (1988), pp. 1273, 1286.

que fazer a Stalin".¹⁴⁹ Logo depois do desencadeamento da operação Barba-rossa, o chefe dos serviços secretos de propaganda do III Reich ainda está satisfeito: "Agora trabalhamos com três rádios clandestinas para a Rússia: a primeira é trotskista, a segunda separatista, a terceira nacional-russa, todas as três são duras contra o regime staliniano". É um instrumento para o qual os agressores atribuem grande importância: "Trabalhamos com todos os meios, sobretudo com as três rádios clandestinas para a Rússia"; elas "são um modelo de astúcia e de esmero".¹⁵⁰ Sobre o papel da propaganda "trotskista" é particularmente significativa uma anotação de diário de 14 de julho, que depois de ter se referido ao tratado feito entre a União Soviética e Grã-Bretanha e ao comunicado conjunto dos dois países, prossegue assim: "Esta é uma ótima ocasião para demonstrarmos a confraternização entre capitalismo e bolchevismo [aqui sinônimo do poder soviético oficial]. A declaração encontrará aceitação escassa entre os círculos dos leninistas na Rússia" (tenha-se presente que os trotskistas gostavam de definir-se como os "bolcheviques-leninistas", em oposição aos "stalinistas" considerados traidores do leninismo).¹⁵¹

Naturalmente, hoje parece grotesca a pretensão de Stalin e dos seus colaboradores de condenar a oposição em bloco como um covil de agentes do inimigo, mas é preciso não perder de vista o quadro histórico aqui sumariamente delineado. Sobretudo, é necessário ter presente que suspeitas e acusações análogas e de sinal contrário eram formuladas contra a direção staliniana. Depois de ter rotulado Stalin como um "ditador fascista", os folhetos que a rede trotskista fazia circular na União Soviética acrescentavam: "Os dirigentes do Birô Político são doentes mentais ou mercenários do fascismo".¹⁵² Também em documentos oficiais da oposição se insinuava que Stalin poderia ser o protagonista de uma "gigantesca provocação consciente".¹⁵³ De um lado e do outro, mais do que se comprometer com a análise cansativa das contradições objetivas e das opções opostas, e dos conflitos políticos que sobre tal base se desenvolvem, prefere-se recorrer desembaraçadamente à categoria de traição e, na sua configuração extrema, o traidor se torna o agente consciente e a soldo do inimigo. Trotski não se cansa de denunciar "o complô da burocracia staliniana contra a classe operária", e o complô é mais

¹⁴⁹ Goebbels (1996), p. 123.

¹⁵⁰ Goebbels (1992), pp. 1614 e 1619-20.

¹⁵¹ Goebbels (1992), p. 1635.

¹⁵² Rogowin (1999), pp. 288-89.

¹⁵³ Broué (1991), p. 683.

desprezível ainda porque a "burocracia staliniana" não é nada mais que "um aparelho de transmissão do imperialismo".¹⁵⁴ É o caso de dizer que Trotski é pago generosamente na mesma moeda. Ele lamenta ter sido rotulado como "agente de uma potência estrangeira", mas rotula, por sua vez, Stalin como "agente provocador ao serviço de Hitler".¹⁵⁵

De um lado e de outro são trocadas as acusações mais infamantes; considerando bem, as mais fantasiosas são aquelas provenientes da oposição. O estado de espírito contraditório e atormentado do seu líder foi analisado com fineza por um historiador russo não suspeito de simpatias stalinianas:

Trotski não queria a derrota da União Soviética, mas a derrubada de Stalin. Nas suas profecias sobre a guerra iminente se nota a insegurança: o exilado sabia que só uma derrota da sua pátria podia pôr fim ao poder de Stalin [...]. Ele desejava a guerra, porque nessa guerra ele via a única possibilidade de derrubar Stalin. Mas Trotski não queria admitir isso nem sequer para si mesmo.¹⁵⁶

Entre "derrubada bonapartista", "golpe de Estado" e desinformação: o caso Tukatchevski

Nesse contexto de guerra civil (latente ou manifesta) dentro do novo grupo dirigente nascido da derrocada do antigo regime, de acusações recíprocas de traição e de coligação com o inimigo imperialista e de atividades reais dos serviços secretos empenhados tanto no recrutamento de agentes como na despistamento, estão colocados os acontecimentos que em 1937 levam à incriminação e à execução do marechal Tukatchevski e de numerosos outros expoentes de primeiro plano do Exército Vermelho.

Esses acontecimentos têm uma longa pré-história. Lênin já vê um perigo bonapartista a ameaçar a Rússia soviética e exprime suas preocupações a propósito também de Trotski: conseguirá realmente o poder civil fazer-se obedecer pelo poder militar? Em 1920, Tukatchevski parece querer decidir de modo soberano a marcha vitoriosa que ele sonha sobre Varsóvia. Surge com clareza – observa nos nossos dias um historiador de primeiro plano – a tendência do brilhante general a "tornar-se o Bonaparte da revolução bol-

¹⁵⁴ Trotski (1967), pp. 64 e 44.

¹⁵⁵ Trotski (1988), pp. 1334 e 1339.

¹⁵⁶ Wolkogonow (1989), pp. 514-15.

chevique”.¹⁵⁷ Dez anos depois, Stalin é prevenido pela GPU sobre as tramas que nos ambientes militares estariam sendo tecidas contra ele. É apenas um exagero?¹⁵⁸ Em abril do ano seguinte é Trotski quem formula pesadas dúvidas sobre Tukatchevski, fazendo a seguinte análise da situação que se criou na URSS depois da derrota política de Bukharin e da “direita” ligada a ele: agora o perigo principal para o socialismo é representado não pela “derrocada termidoriana”, que formalmente conserva o caráter soviético do país e o caráter comunista do partido no poder, mas pela “derrocada bonapartista”, que toma “a forma mais aberta, ‘mais madura’ da contrarrevolução, que se dirige contra o sistema soviético e o partido bolchevique no seu conjunto, desembainhando o sabre em nome da propriedade burguesa”. Em tal caso, “os elementos aventureiro-pretorianos ao modo de Tukatchevski” poderiam desempenhar um papel de grande importância. Quem se opõe “com as armas em punho” seriam os “elementos revolucionários” do partido, do Estado e – note-se bem – “do exército”, reunidos em torno da classe operária e da “fração dos bolcheviques-leninistas” (isto é, dos trotskistas).¹⁵⁹

Esta tomada de posição representa um elemento de novidade no conflito entre os bolcheviques. Mesmo tendo “as forças armadas sob o seu controle”, Stalin “teve o cuidado de não envolvê-las demasiado intimamente nas polêmicas e intrigas que agitaram o partido e o Estado”¹⁶⁰; agora, claramente, a oposição procura pôr o pé ou consolidar sua presença no exército em nome da luta contra o perigo bonapartista, pois só ela estaria em condições de fazer frente de modo consequente a ele. No entanto, sem se deixar impressionar pelo perigo bonapartista assim evocado, em 1936 Stalin eleva Tukatchevski e outros quatro dirigentes militares à dignidade de marechal. É uma promoção decidida no âmbito de uma reforma que vê o exército abandonar “o caráter prevalente de milícia territorial”, tornar-se “uma verdadeira força permanente” e restaurar “a antiga disciplina pré-revolucionária”.¹⁶¹ Em 21 de dezembro do mesmo ano, junto com os outros membros da cúpula política e militar soviética, o novo marechal festeja na casa de Stalin o aniversário deste último, “até às 5:30 da manhã!”, sublinha Dimitrov.¹⁶²

¹⁵⁷ Mayer (2000), p. 621, que, por sua vez, se refere a Thomas C. Fiddick.

¹⁵⁸ Khlevniuk (1998), p. 61.

¹⁵⁹ Trotski (1988), p. 61.

¹⁶⁰ Deutscher (1969), p. 694.

¹⁶¹ Deutscher (1969), p. 531

¹⁶² Dimitrov (2002), p. 59.

É exatamente essa reforma que suscita a indignação de Trotski, o qual, por um lado, retoma a velha acusação: o Exército Vermelho “não foi poupado pela degeneração do regime soviético; ao contrário, tal degeneração encontrou no exército a sua expressão mais acabada”. Por outro lado, Trotski assume tons novos, acenando para a “formação de uma espécie de fração de oposição no exército”, que, à esquerda, observa incômodo pelo abandono da “perspectiva da revolução mundial”. E o texto aqui citado insinua de algum modo que para essa oposição poderia ter sido atraído o próprio Tukatchevski: aquele que em 1921 se batera até com “impetuosidade exagerada” pela formação do “estado-maior mundial” dificilmente podia distinguir-se no abandono do internacionalismo e até no “culto do status quo”, que agora estavam levando a vantagem na URSS. O que dizer desse novo texto? A agitação no exército continua e parece fortalecer-se; só que agora a luta no horizonte vê opor-se não a “fração dos bolcheviques-leninistas” contra os generais bonapartistas, mas uma parte consistente do exército e da sua cúpula contra os dirigentes termidorianos e traidores do Kremlin. A resistência do Exército Vermelho ou a sua rebeldia contra o poder central seriam tanto mais justificadas pelo fato de que o novo curso se configura na realidade como um “duplo golpe de Estado” que, rompendo com o Outubro bolchevique, passa arbitrariamente para a “liquidação da milícia” e para o “restabelecimento da casta dos oficiais, dezoito anos depois da sua supressão revolucionária”¹⁶³; erguendo-se eventualmente contra Stalin, o Exército Vermelho teria na realidade evitado os golpes de Estado por ele arquitetados e teria restabelecido a legalidade revolucionária. Como se tudo isso não bastasse, o *Boletim da oposição* trotskista evoca a iminente revolta do exército.¹⁶⁴ Talvez uma medida tomada em Moscou alguns meses antes dos processos visasse enfrentar esse eventual perigo. “Em 29 de março de 1937 o Politburo deliberou dispensar do Exército Vermelho todos os comandantes e dirigentes que foram expulsos do partido por motivos políticos, transferindo-os para os ministérios econômicos”.¹⁶⁵

Os boatos postos em circulação pelos ambientes dos russos *brancos* de Paris acerca do golpe de Estado militar sendo preparado em Moscou alimentam mais o clima de suspeita e preocupação.¹⁶⁶ Enfim, na segunda metade de janeiro de 1937 chegam ao presidente tchecoslovaco Eduard Beneš informa-

¹⁶³ Trotski (1988), pp. 913 e 916-28 (= Trotski, 1968, pp. 192 e 195-205).

¹⁶⁴ Wolkogonow (1989), p. 412.

¹⁶⁵ Khlevniuk (2006), p. 162.

¹⁶⁶ Wolkogonow (1989), p. 412.

ções relativas às “negociações” secretas em curso entre o III Reich e “a camarilha antistaliniana na URSS do marechal Tukatchevski, Rykov e outros”¹⁶⁷: a acusação tinha algum fundamento ou era tudo uma encenação dos serviços secretos alemães? Sempre no início de 1937, conversando com o ministro do Exterior, Konstantin von Neurath, Hitler rejeita a ideia de uma melhoria das relações com a URSS, mas acrescenta: “Seria diferente se as coisas em Moscou se desenvolvessem na direção de um despotismo absoluto, baseado nos militares. Neste caso não seria lícito perder a ocasião para fazer sentir de novo a nossa presença na Rússia”.¹⁶⁸ Beneš coloca também os dirigentes franceses a par das “negociações”, pois “a confiança no pacto franco-soviético enfraquecera-se notavelmente”.¹⁶⁹ Portanto, não era só Stalin que dava crédito aos boatos ou informações transmitidos pelo presidente tchecoslovaco. Por outro lado, ainda depois da conclusão do segundo conflito mundial, Churchill parece confirmar a versão de Moscou, sublinhando, como veremos (*infra*, cap. 7, § 2), que o expurgo atingira os “elementos filo-alemães”, acrescentando: “Stalin sentiu que tinha uma grande dívida de gratidão para com o presidente Beneš”.¹⁷⁰

De qualquer modo, a pergunta permanece sem resposta, e para respondê-la de modo conclusivo uma conversa à mesa de Hitler do verão de 1942 ajuda muito pouco. Mesmo sem fazer referência a uma conspiração militar muito determinada, ele observa que Stalin tinha motivos sérios para temer ser morto pelo círculo de Tukatchevski.¹⁷¹ Se isso tudo fosse uma encenação preparada com a supervisão direta ou com o consenso do próprio Führer¹⁷², este talvez se tivesse vangloriado disso, num momento em que era ainda fresca a impressão dos primeiros sucessos irresistíveis da Wehrmacht.

Ao fazer a pergunta chave (“houve realmente uma conspiração militar?”) acerca do “processo” e execução já acontecidos, Trotski oferece uma resposta que dá o que pensar. “Tudo depende do que se entende por conspiração. Todo motivo de descontentamento e todo contato feito entre os descontentes, toda crítica e toda reflexão sobre o que fazer, sobre como opor-se à infeliz política do governo, tudo isso é, do ponto de vista de Stalin, uma conspiração. E num regime totalitário, toda oposição é indubitavelmente a

¹⁶⁷ Beneš (1954), pp. 19-20 e 47, nota 8.

¹⁶⁸ Em Nolte (1987), pp. 306-07.

¹⁶⁹ Conquest (2000), p. 322.

¹⁷⁰ Churchill (1963), p. 321.

¹⁷¹ Hitler (1989), p. 447 (conversa de 21 de julho de 1942).

¹⁷² Conquest (2000), p. 231.

semente de uma conspiração”; nesse sentido, uma “semente” era a aspiração dos generais a proteger o exército das “intrigas desmoralizantes da GPU”. É a refutação da tese da conspiração ou a sua admissão na sua “linguagem esópica” imposta pelas circunstâncias? Quem chama a atenção para essa declaração ambígua é o fervoroso historiador trotskista russo que já conhecemos (Rogowin), o qual acaba retomando a tese da “conspiração antistalinista” de Tukatchevski, colocando-a num quadro político mais ‘bolchevique’ do que burguês.¹⁷³

Concluindo. As dúvidas permanecem, mas parece difícil explicar todo o acontecimento com o costumeiro *deus ex machina*, o ditador sedento de poder e de sangue e inquieto por rodear-se apenas de marionetes prontas à obediência cega e incondicionada. Esta explicação é mais frágil ainda pelo fato de que, em 1932, Stalin não tivera dificuldade de ir, junto com Molotov, ouvir diligentemente as lições do diretor da Academia militar, Boris M. Shaposhnikov; e dessas lições, dadas por um estrategista de grande prestígio, mas que não era membro do partido comunista, Stalin parece ter tirado grande proveito.¹⁷⁴ Por outro lado, a arte militar foi um dos poucos campos, politicamente importantes, em que Stalin favoreceu a originalidade e a renovação”, de modo que “o corpo dos oficiais” pudesse dar prova de uma notável “independência espiritual”.¹⁷⁵ Tomaram o lugar de Tukatchevski e dos seus colaboradores generais que, longe de serem executores passivos, expunham com franqueza as suas opiniões e argumentavam com autonomia de julgamento¹⁷⁶, sem hesitar em contradizer o líder supremo, o qual, aliás, encorajava e, às vezes, premiava tal atitude (*supra*, cap. 1, § 6).

Três guerras civis

Se não quisermos ficar prisioneiros do retrato caricatural de Stalin traçado por Trotski e por Kruschiov durante as duas diferentes mas igualmente ásperas lutas políticas, é preciso não perder de vista o fato que os acontecimentos iniciados em outubro de 1917 são caracterizados por três guerras civis. A primeira guerra vê chocarem-se de um lado a revolução e do outro a frente variada dos seus inimigos, apoiados pelas potências capitalistas compromete-

¹⁷³ Rogowin (1998), pp. 520 e 531-44.

¹⁷⁴ Schneider (1994), pp. 248 e 232.

¹⁷⁵ Deutscher (1969), pp. 694-95.

¹⁷⁶ Roberts (2006), p. 16.

tidas em conter com todos os meios o contágio bolchevique. A segunda desenvolve-se a partir da revolução de cima e do exterior na qual, apesar de alguns impulsos de baixo, do mundo camponês, substancialmente consiste na coletivização da agricultura. A terceira é aquela que divide o grupo dirigente bolchevique.

Esta última guerra é tanto mais complexa porque é caracterizada pela grande mobilidade e até por clamorosas viravoltas na frente. Vimos Bukharin, por ocasião do tratado de Brest-Litovsk, acariciar por um instante o projeto de uma espécie de golpe de Estado contra Lênin, a quem censura querer transformar “o partido num monte de estrume”. Mas, se nesse momento Bukharin está colocado em posição próxima à de Trotski, aos olhos deste último ele se torna, dez anos depois, a encarnação privilegiada do Termidor e da traição burocrática: “Com Stalin contra Bukharin? Sim. Com Bukharin contra Stalin? Nunca”.¹⁷⁷ É um momento em que Trotski parece prevenir Stalin contra Bukharin: este último teria imediatamente “derrubado Stalin como trotskista, exatamente como Stalin tinha derrubado Zinoviev”. Estamos em 1928 e já se delinea o rompimento entre Stalin e Bukharin, o qual, de fato, por causa do abandono da NEP, começa a “descrever privadamente Stalin como o representante do neotrotskismo” e como “um intrigante sem princípios”, em última análise como o inimigo pior e mais perigoso dentro do partido.¹⁷⁸ Assim o ex-duúmviro se dirige pelo caminho que o levará a unir-se a Trotski. No fim, as diferentes oposições farão coalizão contra o vencedor; resta o fato de que até o fim são bastante mutáveis os blocos do conflito mortal que se opõem aos bolcheviques.

Combatida num país sem uma tradição liberal e caracterizado, por um lado, pelo prolongamento do estado de exceção e, por outro lado, pela persistência de uma ideologia propensa a liquidar como meramente “formais” as normas que presidem o governo da lei, a terceira guerra civil assume a crueldade de uma guerra religiosa. Trotski, que “se considerava o único homem apto como chefe da revolução”, está inclinado a recorrer a “qualquer meio para fazer o ‘falso messias’ cair do trono usurpado”.¹⁷⁹ Uma “fé fervorosa” inspira também as formações opostas (*infra*, cap. 4, § 4). E quanto mais Stalin está decidido a liquidar todo perigo de conspiração, inclusive o mais remoto, tanto mais engrossam as nuvens de uma guerra que ameaça a própria existência da Rússia e do país do socialismo e que, portanto, representa um

perigo mortal tanto para a causa nacional como para a causa social, as duas causas que Stalin está convencido de encarnar.

Nem sempre distinguíveis entre si (os atos de terrorismo e sabotagem podem ser a expressão de um projeto de contrarrevolução ou de nova revolução), as três guerras civis, por sua vez, se entrelaçam com a intervenção desta ou daquela grande potência. O conjunto emaranhado e trágico desses conflitos desaparece no quadro traçado, com modalidades diferentes antes, primeiro, por Trotski e, depois, por Kruschiov, que conta a fábula simples e edificante do monstro que com seu mero contato transforma o ouro em sangue e lama.

¹⁷⁷ Em Cohen (1975), pp. 75 e 268.

¹⁷⁸ Em Cohen (1975), pp. 288 e 285.

¹⁷⁹ Feuchtwanger 1946, p. 95.

3.

Entre o século XX e o longo prazo, entre a história do marxismo e a história da Rússia: as origens do “stalinismo”

Uma catástrofe anunciada

Até agora nos concentramos na ligação entre contradições ideológicas, políticas e militares do processo revolucionário, de um lado, e conflitos internacionais, do outro. Mas o quadro não estaria completo se não intervesse também a dimensão de longa duração na história da Rússia. A aproximação da catástrofe fora notada por observadores das mais diferentes orientações bem antes de 1917 e até muito antes da formação do partido bolchevique. Em 1811, na Petersburgo ainda sacudida pela revolta camponesa chefiada por Pugatchov (analfabeto, mas de grande talento político) e sufocada com dificuldade algumas décadas antes, Joseph de Maistre exprime a preocupação de que possa estourar uma nova revolução de tipo “europeu”, dirigida desta vez por uma classe intelectual de extrato ou de sentimentos populares, por um Pugatchov da universidade. Em comparação, as desordens que se verificaram na França pareceriam brincadeira de criança: “não há expressão para dizer o que se poderia temer”.¹

Demos um salto de meio século. Uma profecia ainda mais pertinente, até decididamente admirável pela sua lucidez, pode ser lida num artigo sobre a Rússia publicado por Marx num jornal estadunidense (o *New York Daily Tribune* de 17 de janeiro de 1859): se a nobreza continuar a opor-se à emancipação dos camponeses, uma grande revolução estourará; nascerá um “regime de terror dos semi-asiáticos servos da gleba sem precedente na história”.²

¹ Maistre (1984), tomo 12, pp. 59-60.

² Marx, Engels 1955-89, vol. 12, p. 682.

Logo depois da revolução de 1905 é o próprio primeiro-ministro, Serge Witte, que sublinha a insustentabilidade da situação existente na Rússia e previne o czar contra o período representado pelo *bunt*, pela revolta camponesa:

Não se pode bloquear o processo em marcha da humanidade. Se não triunfou pela reforma, a ideia da liberdade humana triunfará mediante a revolução. Mas, nesse último caso, ela nascerá das cinzas de mil anos de desastres. O *bunt* russo, cego e impiedoso, eliminará tudo à sua passagem, reduzirá tudo a pó [...]; os horrores do *bunt* russo superam tudo o que a história conheceu.³

Aliás, é o próprio Witte que está envolvido na repressão feroz com que é enfrentada a revolução de 1905 e as *jacqueries* frequentemente selvagens que a acompanham. O ministro do Interior, P. N. Dournovo, ordena “aos governadores que ‘procedam à execução imediata’ dos revoltosos, queimem e arrasem as aldeias das quais partiram os tumultos”. Assolam os “tribunais militares”, as “represálias coletivas”, os esquadrões da morte, os pogroms que se abatem sobre os judeus, acusados de alimentar a subversão. É uma situação que se prolonga até o início da I Guerra Mundial. É exatamente o ministro do Interior que previne: “A revolução sob a sua forma mais extrema e uma anarquia irreversível serão os únicos resultados previsíveis de um infeliz conflito com o Kaiser”.⁴

É o que pontualmente se verifica. Vejamos qual é o quadro que a Rússia apresenta na véspera da chegada dos bolcheviques ao poder. Já entrou em crise o mito de um país que, depois da derrubada da autocracia, se tinha felizmente encaminhado na direção do liberalismo e da democracia. É um mito cultivado por Churchill que, para justificar a sua política de intervenção, acusa os bolcheviques, alimentados pelo “ouro alemão”, de ter derrubado pela força a “República russa” e o “parlamento russo”.⁵ Seria fácil acusar o estadista inglês de hipocrisia: ele sabia muito bem que entre fevereiro e outubro Londres tinha regularmente apoiado as tentativas de golpe de Estado que visavam restaurar a autocracia czarista ou impor a ditadura militar. É o próprio Kerenski que sublinha que “os governos da França e da Inglaterra aproveitaram cada ocasião para sabotar o governo provisório” russo.⁶ No entanto, de seu exílio estadunidense o líder menchevique continua até o fim

³ Em Werth (2001), p. 50.

⁴ Werth (2001), pp. 53, 59-60 e 74-75.

⁵ Schmid (1974), pp. 17 e 293.

⁶ Kerenski (1989), p. 415.

a cultivar o mito em questão, acusando os bolcheviques de traição dupla, para com a pátria e a “democracia russa recém-nascida”.⁷

Se, a partir do final da II Guerra Mundial e do surgimento da URSS como superpotência, a acusação de traição nacional se torna obsoleta – Kerenski é um dos poucos líderes mencheviques derrotados a demorar-se sobre ela –, ainda hoje é um lugar comum o tema da traição bolchevique da democracia russa que culminou no terror staliniano. Mas esse lugar comum não resiste à análise histórica. Não se trata só da obstinação dos dirigentes nascida das jornadas de fevereiro, e em primeiro lugar do próprio Kerenski, em perseverar numa carnificina à qual a grande maioria da população está decidida a pôr fim: uma linha política que só pode ser levada adiante recorrendo ao punho de ferro e ao terror na frente e na retaguarda. E nem sequer as recorrentes tentativas de instauração de uma ditadura militar (às quais Churchill não é absolutamente estranho) constituem o aspecto principal. Há muito mais. “A ideia de que a Revolução de Fevereiro teria sido uma ‘revolução incruenta’ e que a violência da multidão só teria explodido com a de Outubro, foi um mito liberal”. Trata-se de “um dos mitos mais tenazes acerca de 1917”, mas que “agora perdeu toda credibilidade”.⁸ Olhemos o desenrolar real: “Os revoltosos se vingaram terrivelmente dos funcionários do antigo regime. Foi feita a caça aos policiais para linchá-los e matá-los sem piedade”.⁹ Em Petersburgo, “em poucos dias o número dos mortos chegou a cerca de 1.500”, com o linchamento com frequência feroz dos representantes mais odiados do antigo regime; “as violências mais graves foram, todavia, aquelas perpetradas pelos marinheiros de Kronstadt, que mutilaram e assassinaram centenas de oficiais”.¹⁰ Os amotinados eram recrutas muito jovens; a eles “não se aplicaram as normas regulamentares de disciplina”, e os oficiais se aproveitavam disso para tratá-los “com uma brutalidade ainda mais sádica do que de costume”; e agora se desencadeou a vingança seguindo uma “ferocidade inaudita”.¹¹

A situação se precipita depois, em setembro, após a tentativa de golpe de Estado do general Lavr Kornilov. Difundem-se as execuções populares e os assassinatos, que são acompanhados de “uma violência inaudita”. “Os oficiais eram torturados e mutilados antes de serem mortos (olhos e língua

⁷ Kerenski (1989), pp. 340 e 328 seg.

⁸ Figes (2000), p. 399; Werth (2007a), p. 27.

⁹ Figes (2000), p. 400.

¹⁰ Werth (2007a), pp. 28-29.

¹¹ Figes (2000), p. 481.

arrancados, orelhas cortadas, pregos cravados no lugar das dragonas), enforcados de cabeça para baixo, empalados. Segundo o general Brusilov, um grande número de oficiais jovens suicidou-se para fugir a uma morte horrível".¹² Por outro lado, "os métodos para matar os superiores eram tão brutais (os subordinados chegavam a cortar os membros e as genitálias da vítima ou a esfolá-la viva), que não se podia realmente censurar aquele suicídio".¹³ Aliás, o furor já faz de tal maneira parte da visão que, antes ainda de outubro, "nas resoluções dos soviets, então amplamente dominados pelos socialistas revolucionários, se estigmatizavam como 'inimigos do povo trabalhador os capitalistas sedentos de sangue, os burgueses que sugavam o sangue do povo'".¹⁴

Por outro lado, "a crise das trocas entre cidade e campo, bem anterior à conquista do poder por parte dos bolcheviques", cria um novo foco agudo de violência. Na situação trágica que se criou, em seguida à catástrofe da guerra, da queda da produção agrícola e do açambarcamento dos escassos recursos alimentares disponíveis, a sobrevivência dos habitantes das cidades passa por medidas bastante radicais: mais uma vez, já antes da Revolução de Outubro, um ministro, embora fosse "um economista liberal reconhecido", se pronuncia pelo recurso, em caso de fracasso dos incentivos de mercado, à requisição mediante a "força armada"; o fato é que "a prática das requisições" é comum a "todos os partidos em conflito".¹⁵

O entrelaçamento dessas múltiplas contradições provoca uma anarquia sangrenta com o "colapso de toda autoridade e de todo enquadramento institucional", com a explosão de uma violência selvagem vinda de baixo (da qual são protagonistas, em primeiro lugar, os milhões de soldados desertores ou debandados), e com "uma militarização e uma brutalização geral dos comportamentos sociais e das práticas políticas".¹⁶ É "uma brutalização sem possíveis termos de comparação com aquela conhecida pelas sociedades ocidentais".¹⁷

Para compreender essa tragédia é preciso ter presente o "processo de difusão das violências sociais a partir das zonas de violências militares", a contaminação das retaguardas por obra das violências exercidas pelos solda-

¹² Werth (2007a), pp. 41-42.

¹³ Figes (2000), p. 463.

¹⁴ Werth (2007a), p. 31.

¹⁵ Werth (2007a), pp. 63, 52-53 e 55.

¹⁶ Werth (2007a), pp. 53 e 51.

¹⁷ Werth (2007a), p. xv.

dos-camponeses desertores fora do quadro do exército", pelos "milhões de desertores do exército russo em decomposição", pelo fato de as "distinções entre o frente e a retaguarda, entre a esfera civil e a militar" se tornarem sempre mais fracas. Em conclusão, "a violência das zonas militares se propaga por toda parte" e a sociedade no seu conjunto não só cai no caos e na anarquia, mas se torna presa de uma "brutalização inaudita".¹⁸

Trata-se, portanto, de partir da I Guerra Mundial e da crise e desagregação do exército russo. Talvez até convenha ir mais para trás ainda. A carga excepcional de violência que se abate sobre a Rússia do século XX se explica à luz da interligação de dois processos: "a grande *jacquerie* do outono de 1917" que estava incubando há séculos e que exatamente por isso desencadeia uma violência cega e indiscriminada contra as propriedades e as casas e a própria vida dos proprietários, bem como um fortíssimo ressentimento contra a cidade enquanto tal. O segundo processo é "a desagregação do exército czarista, o exército mais numeroso da história, composto em 95% por camponeses".¹⁹

A opressão, a exploração e a humilhação de uma massa imensa de camponeses por obra de uma elite aristocrática restrita, que se considera estranha em relação a seu próprio povo, degradado a raça diferente e inferior, eram precursores de uma catástrofe de proporções inauditas. Mais ainda porque o conflito social se torna mais agudo com a vinda da I Guerra Mundial, que vê os nobres oficiais exercerem de fato um poder cotidiano de vida e de morte sobre os servos-soldados: não é por acaso que, aos primeiros sintomas de crise, se procura manter a disciplina na frente e na retaguarda, recorrendo também à artilharia.²⁰ O colapso do antigo regime é o momento da desforra e da vingança ansiada e incubada por séculos. O príncipe G. E. Lvov reconhece isso autocriticamente: "a vingança dos servos da gleba" era um ajuste de contas com aqueles que por séculos se tinham recusado a "tratar os camponeses como pessoas em vez de como cães".²¹

Por infelicidade, exatamente porque se tratava de vingança, ela assumia formas não só selvagens, mas também puramente destrutivas: "operários e soldados bêbados vagavam aos milhares pelas cidades saqueando armazéns e lojas, arrombando as casas, batendo e roubando os passantes". Pior ainda era o que acontecia na zona rural: "grandes grupos de desertores se dispersavam

¹⁸ Werth (2007a), pp. 27 e 37-38.

¹⁹ Werth (2007a), pp. 38-39 e 43.

²⁰ Lincoln (1994), p. 147.

²¹ Figes (2000), p. 448.

pelos campos seguindo o frente e se entregavam ao banditismo". A agitação conjunta de soldados debandados e camponeses provoca pela Rússia um incêndio devastador nos moldes não só da *jacquerie* (as casas senhoriais eram incendiadas e com frequência seus proprietários eram mortos), mas também do ludismo (é destruído o maquinário agrícola que nos anos anteriores tinha reduzido a necessidade de recorrer ao trabalho assalariado) e do vandalismo (é destruído e estragado "tudo o que pudesse ter gosto demasiado de riqueza: pinturas, livros e esculturas"). Sim, "os camponeses devastaram residências senhoriais, igrejas, escolas. Incendiaram bibliotecas e reduziram a pedaços obras de arte inestimáveis".²²

O Estado russo salvo pelos que apoiavam a "extinção do Estado"

No conjunto, podemos caracterizar assim a situação que se criou após a Revolução de Fevereiro e à queda do antigo regime:

A Rússia, em suma, estava passando por um processo de balcanização [...]. Se o ano de 1917 provou alguma coisa, foi que a sociedade russa não era bastante forte nem bastante coesa para sustentar uma revolução democrática. Tirando o Estado, não há nada que mantém a Rússia junta.²³

Por ironia da história, quem reintroduziu o Estado foi um partido que trabalhava pela extinção final do Estado e a desejava! É desapiedada a energia que se impõe para recolocar a ordem num mundo que, tendo se tornado selvagem por séculos de isolamento e de opressão, conhece um ulterior processo de barbarização em seguida à guerra, à dissolução do antigo regime e à anarquia e ao caos que se propagam. Mas seria banalmente ideológico ver apenas de um lado o recurso à violência terrorista. Vejamos de que modo é contrastado o novo poder que está surgindo:

Tratava-se de uma guerra terrível de vingança contra o regime comunista. Milhares de bolcheviques foram brutalmente mortos. Muitos foram vítimas de torturas horríveis (e simbólicas). Orelhas, língua e olhos arrancados, membros, cabeça e genitália cortados; estômago esvaziado e enchido de aveia, cruzes impressas a fogo na testa e no peito; pessoas pregadas vivas às

²² Figes (2000), pp. 407, 507, 447 e 486.

²³ Figes (2000), p. 441.

árvores, queimadas vivas, afogadas na água gelada, sepultadas até o pescoço e deixadas para ser devoradas por cães e ratos, sob o olhar jubiloso de multidões de camponeses. Postos de polícia e tribunais eram arrasados. Escolas e centros de propaganda devastados [...]. O banditismo puro e simples também teve o seu lado. Quase todos os bandos assaltavam os trens. No Donbass se dizia que na primavera de 1921 essas rapinas eram "quase diárias". Outra fonte comum de provisões eram as incursões aos centros habitados e, às vezes, também a fazendas isoladas.²⁴

O que determina essa violência selvagem? A política conduzida pelos bolcheviques? Apenas em parte: em 1921-1922 grassava "uma terrível carestia [...] provocada diretamente por um ano de secas e geadas".²⁵ Por outro lado, a revolta camponesa era também o protesto contra "um estado que levava seus filhos e cavalos para o exército, que prolongava as devastações da guerra civil, que recrutava à força os camponeses para os grupos de trabalho, que depredava os seus víveres"²⁶; esse era o protesto contra uma catástrofe que se iniciara em 1914.

Também no tocante à política bolchevique é preciso saber distinguir as medidas que atingiam de modo desatinado os camponeses de outras que tinham um caráter totalmente diferente. Pensemos nas fazendas coletivas que tinham começado já em 1920 e que muitas vezes eram formadas por militantes comunistas provenientes da cidade, impelidos não apenas por seus ideais, mas também pela fome que grassava nos centros urbanos: "Comia-se e trabalhava-se coletivamente. As mulheres faziam o duro trabalho dos campos ao lado dos homens e, em certos casos, para cuidar das crianças era criado um abrigo. Além disso, era totalmente ausente qualquer prática religiosa". Também nesse caso era irremovível a hostilidade dos camponeses, "que estavam convencidos de que deviam ser mantidos em comum não apenas a terra e os equipamentos, mas também mulheres e filhas, e que todos dormissem juntos sob uma mesma cobertura enorme".²⁷ Por outro lado, ainda mais amarga fora a experiência feita entre o final do século XIX e início do século XX pelos populistas, decididos a "ir ao povo" e ajudá-lo com a criação de cooperativas, mas rapidamente obrigados a rever a imagem idealizada que tinham do camponês russo. Eis a sorte que coube a um deles, Mikhail Romas:

²⁴ Figes (2000), p. 909.

²⁵ Figes (2000), p. 903.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Figes (2000), pp. 877-78.

Desde o começo os camponeses mostram suspeitas sobre a sua cooperativa, não conseguindo entender como os preços da nova empresa seriam menores do que os dos outros vendedores. Os agricultores mais abastados, mais ligados aos comerciantes da região, passaram a perseguir Romas e os seus com uma série de intimidações, espalhando pólvora na lenha que usavam para o fogão, ameaçando os lavradores pobres que mostravam um mínimo de interesse pela cooperativa, chegando a matar brutalmente um pobre camponês do lugar, cujo corpo desmembraram horrendamente, espalhando depois os pedaços pela beira do rio. Por fim, fizeram a cooperativa (e parte da aldeia) ir pelos ares colocando fogo no depósito de querosene.

A custo os ingênuos populistas conseguiram salvar-se, fugindo.²⁸

Mais uma vez surge a longa duração que está por trás da violência que se desencadeia na Rússia em crise. Isto vale também para os horríveis pogroms que se voltam contra judeus e bolcheviques, e os primeiros particularmente, por serem suspeitos de estarem por trás dos segundos, tratando-os como títeres. Demos de novo a palavra ao historiador inglês aqui repetidamente citado:

Em algumas localidades, por exemplo em Chernobyl, os judeus foram amontoados na sinagoga que depois foi incendiada. Em outros centros, como em Cherkassy, foram violentadas centenas de meninas que ainda não tinham dez anos, muitas das quais foram depois encontradas com horríveis feridas de baioneta e sabre nas tenras vaginas [...]. Os cossacos de Terek torturaram e mutilaram centenas de judeus, em grande parte mulheres e crianças. Centenas de cadáveres foram abandonados na neve, como comida para os cães e os porcos. Nessa atmosfera macabra os oficiais cossacos realizaram um baile nas dependências do prédio dos correios, com trajes para noite e orquestra, com participação do magistrado da cidade e de um grupo de prostitutas trazidas de Kherson. E enquanto os homens da tropa continuavam a massacrar judeus por pura diversão, os oficiais e as mulheres passaram a noite bebendo champanha e dançando.

A esse respeito, “o relatório final de uma pesquisa feita em 1920 pela organização judaica da Rússia soviética fala de “mais de cento e cinquenta mil mortos dos quais se tem notícia” e de “quase trezentas mil vítimas presumidas entre mortos e feridos”.²⁹

²⁸ Figes (2000), p. 122.

²⁹ Figes (2000), pp. 814-15.

Stalin e a conclusão do segundo período das desordens

A Revolução Russa aparece agora em perspectiva nova: “Sem dúvida, o sucesso dos bolcheviques na guerra civil foi devido, em última análise, à sua extraordinária capacidade de ‘construir o Estado’, capacidade que tinha faltado aos seus adversários”.³⁰ Quem chama a atenção para este ponto, antes ainda que um historiador dos nossos dias empenhado em escrever *O livro negro do comunismo*, foram já na Rússia de 1918 alguns dos inimigos declarados dos bolcheviques. Pavel Milinkov reconhece que é deles o mérito de ter sabido “restabelecer o Estado”. Vasili Maklakov vai além: “O novo governo começou a restaurar o aparelho do Estado, a restaurar a ordem, a lutar contra o caos. Nesse campo os bolcheviques deram prova de energia, direi mais, de um talento inegável”.³¹ Três anos depois, até num jornal estadunidense ultraconservador se podia ler: “Lênin é o único homem na Rússia que tem a força de manter tudo junto. Se fosse derrubado, só o caos reinaria”.³²

A ditadura revolucionária nascida da Revolução de Outubro desempenha também uma função nacional. Gramsci compreende bem isso quando, em junho de 1919, celebra os bolcheviques como protagonistas de uma grande revolução, mas também por ter demonstrado a sua grandeza revolucionária exprimindo um grupo dirigente constituído de “estadistas” excelentes e capazes, portanto, de salvar a nação inteira da catástrofe, na qual fora precipitada pelo antigo regime e pela velha classe dominante (*supra*, cap. 2, §5). No ano seguinte, o próprio Lênin faz referência indireta a isso quando, polemizando contra o extremismo, sublinha que “a revolução não é possível sem uma crise de toda a nação (ou seja, que envolva explorados e exploradores)”; é a força política que se revela em condição de resolver exatamente tais crises que conquista a hegemonia e consegue a vitória.³³ É baseado nisso que Aleksei Brusilov, o brilhante general de origem nobre, que vimos tentar em vão salvar os seus oficiais, levados ao suicídio por causa da violência selvagem dos soldados-camponeses em revolta, adere à Rússia soviética: “o meu senso de dever para com a nação muitas vezes me obrigou a desobedecer às minhas inclinações sociais naturais”.³⁴ Poucos anos depois, em 1927, ao fazer um retrato de Moscou, Walter Benjamim punha de maneira aguda em

³⁰ Werth (2007a), p. 26.

³¹ Em Werth (2007a), pp. 53-54.

³² Em Flores (1990), p. 41.

³³ Lênin (1955-1970), vol. 31, p. 74.

³⁴ Figes (2000), pp. 840 e 837.

evidência “o forte senso nacional que o bolchevismo desenvolveu em todos os russos sem distinção”.³⁵ O poder soviético conseguira conferir uma nova identidade e uma nova autoconsciência a uma nação não só terrivelmente provada, mas também de algum modo transtornada e à deriva, sem qualquer ponto de referência sólido.

No entanto, a “crise de toda a nação russa” não tinha propriamente terminado. Tendo explodido em toda a sua violência em 1914, mas já com um longo período de incubação às costas, às vezes ela é definida como um segundo período de desordens, em analogia com aquele que grassa na Rússia no século XVII.³⁶ A luta entre os pretendentes ao trono, que se desenvolve interligando-se não só com a crise econômica e a revolta camponesa, mas também com a intervenção das potências estrangeiras, se aguça no século XX com a chegada do conflito entre os diversos princípios de legitimação do poder. Para seguir a tripartição clássica de Weber, o poder tradicional tinha seguido a família do czar na sepultura, mesmo se este ou aquele general procurasse desesperadamente desenterrá-lo; o poder carismático, rachando já após o áspero conflito que surgiu por ocasião do tratado de Brest-Litovsk, não sobrevive à morte de Lênin; enfim, o poder legal encontra extraordinárias dificuldades de afirmação, depois de uma revolução que triunfa agitando uma ideologia toda atravessada pela utopia enfática da extinção do Estado, num país onde o ódio dos camponeses pelos seus senhores se exprimia tradicionalmente em tons violentamente antiestatais.

Na medida em que um poder carismático ainda era possível, ele tendia a tomar corpo na figura de Trotski, o genial organizador do Exército Vermelho e o brilhante orador e escritor que pretendia encarnar as esperanças de triunfo da revolução mundial e que daí fazia provir a legitimidade da sua aspiração a governar o partido e o Estado. Ao invés, Stalin era a encarnação do poder legal tradicional, que procurava tomar forma com dificuldade: ao contrário de Trotski, que chegara tarde ao bolchevismo, ele representava a continuidade histórica do partido protagonista da revolução e, portanto, detentor da nova legalidade. Ademais, afirmando a factibilidade do socialismo também num só (grande) país, Stalin conferia nova dignidade e identidade à nação russa, que assim superava a crise espantosa, ideal além de material, que ocorreu a partir da derrota e do caos da I Guerra Mundial, e reencontrava a sua continuidade histórica. Mas exatamente por isso os adversários gritavam por ‘traição’, enquanto aos olhos de Stalin e dos seus seguidores pareci-

am traidores todos os que, com o seu aventureirismo, facilitando a intervenção das potências estrangeiras, punham a perigo em última análise a sobrevivência da nação russa, que era ao mesmo tempo a vanguarda da causa revolucionária. O choque entre Stalin e Trotski é o conflito não só entre dois programas políticos, mas também entre dois princípios de legitimação.

Por todas essas razões, o segundo período das desordens conclui não mais com a derrota dos partidários do antigo regime apoiados pela intervenção das potências contra-revolucionárias, como comumente se pensa, mas com o fim da terceira guerra civil (aquela que divide o próprio grupo dirigente bolchevique) e com o fim também do conflito entre princípios opostos de legitimação; portanto, não mais em 1921, mas em 1937. Mesmo deixando para trás o período das desordens propriamente dito com a chegada da dinastia dos Romanov, a Rússia do século XVII conhece uma consolidação definitiva com a subida de Pedro o Grande ao trono; depois de ter atravessado a sua fase mais aguda nos anos que vão do estouro da I Guerra Mundial ao fim da intervenção da Entente, o segundo período das desordens termina com o reforço do poder de Stalin e a industrialização e a “ocidentalização” promovidas por ele em previsão da guerra.

Utopia exaltada e prolongamento do estado de exceção

Obviamente, a longa duração do segundo período das desordens não é apenas um dado objetivo. Que papel as classes intelectuais e políticas e a ideologia na qual eles se inspiram desempenham no prolongamento dela? Uma corrente de pensamento, que encontra em Arendt o ponto de referência privilegiado, se empenha sobretudo na busca do pecado original ideológico que seria próprio das revoluções com processo mais atormentado. Parece-me que é frutuosa uma abordagem diferente, que parta de uma sociologia comparada das classes intelectuais e políticas. Nos movimentos que desembocaram na revolução na França e na Rússia vemos em ação os “mendigos depenados”, os *Gueux plumés*, segundo a definição de Burke, ou os “Pugatchov da Universidade”, segundo a definição de Maistre. Quer dizer, trata-se de intelectuais não proprietários, ridicularizados como “abstratos” por seus adversários. Não há dúvida de que os intelectuais proprietários se encontram com o colapso do antigo regime já com uma experiência política real e até experiência de exercício de poder político. Nos Estados Unidos, os proprietários de escravos, de cujas fileiras provêm os intelectuais e os estadistas mais eminentes (são proprietários de escravos os que detêm o poder em 32 dos primeiros

³⁵ Benjamin (2007), p. 44.

³⁶ Cf. Werth (2007a), pp. 51 e 510 nota 43.

36 anos de vida da República norte-americana), não se limitam a gozar da sua riqueza como de uma espécie “peculiar” de propriedade privada ao lado das outras: exercem um poder ao mesmo tempo executivo, legislativo e judiciário sobre os seus escravos. Considerações não diferentes poderiam valer em relação à Inglaterra da Revolução Gloriosa: a propriedade fundiária (da qual muitas vezes provêm os intelectuais e os dirigentes liberais) está muito presente na Câmara dos Lordes e dos Comuns ou, com a *gentry*, escolhe diretamente os juizes de paz e, portanto, detém o poder judiciário. Mas o encontro com o poder vê bastante mais despreparados os intelectuais não proprietários. Sua abstração contribui para tornar mais problemático e mais atormentado o processo de estabilização da revolução. Mas há o outro lado da moeda: são exatamente essa “abstração” e esse desapego da propriedade que tornam possível aos “mendigos depenados” a abolição da escravidão nas colônias, e aos “Pugatchov da Universidade” o vigoroso impulso imprimido por eles ao processo de descolonização que se desenvolve depois em nível planetário.

Na longa duração do segundo período das desordens é indubitável também o papel desempenhado pela ideologia. É preciso, porém, acrescentar logo que não se trata apenas da ideologia dos bolcheviques. Vimos as expectativas messiânicas que acompanham o desabamento da autocracia czarista e sabemos também que o tema da revolução traída ultrapassa as fronteiras da Rússia e do movimento comunista. Pouquíssimos meses ou poucas semanas depois de outubro de 1917, sem perder mais tempo, Kautsky acentua como os bolcheviques não cumprem ou não estão em condições de cumprir nenhuma das promessas feitas por ocasião da conquista do poder:

Já agora o governo dos soviets se viu obrigado a diversos compromissos diante do capital [...]. Mais do que diante do capital russo, a República dos soviets deveria recuar diante do capital alemão e reconhecer as suas pretensões. Ainda é incerto quando o capital da Entente voltará a ser introduzido na Rússia; tudo dá a ideia de que a ditadura do proletariado tenha apenas aniquilado o capital russo, para ceder o lugar ao capital alemão e estadunidense.³⁷

Os bolcheviques tinham chegado ao poder prometendo “a propagação da revolução nos países capitalistas, sob o impulso da experiência russa”. Mas que fim tinha levado essa perspectiva “grandiosa e fascinante”? Ela fora

³⁷ Kautsky (1977), p. 121.

substituída por um programa de “paz imediata a todo custo”.³⁸ Estamos em 1918 e, paradoxalmente, a crítica de Kautsky a Brest-Litovsk não é muito diferente da crítica que vimos em particular em Bukharin.

Mais catastrófico ainda que as relações internacionais é, sempre na visão de Kautsky, o balanço da Revolução de Outubro no plano mais propriamente interno:

Ao acabar com os restos do capitalismo, ela exprimiu de modo mais puro e mais forte do que nunca a força da propriedade privada da terra. Ela fez do camponês, até agora interessado na decadência da grande propriedade privada da terra, um enérgico defensor da propriedade privada criada recentemente e consolidou a propriedade privada dos meios de produção e a produção das mercadorias.³⁹

E de novo somos levados a pensar naqueles que, mesmo dentro do partido bolchevique, estigmatizavam a persistente propriedade privada da terra e a NEP como um abandono culpado da via socialista.

A posterior coletivização da agricultura não põe fim à denúncia que, como sabemos, exatamente na metade da década de 1930, encontra a sua formulação orgânica no livro de Trotski dedicado à “revolução traída”. Mas é interessante notar como as acusações fundamentais dessa requisitória estão de algum modo presentes já no livro de Kautsky de 1918. Vejamos de que modo argumenta o eminente teórico socialdemocrata: se também a propriedade privada individual é substituída pela propriedade cooperativa, é preciso não esquecer que esta última é apenas “uma nova forma de capitalismo”. Por outro lado, a própria “economia estatal ainda não é o socialismo”, e não só pelo fato de que continuam a existir o mercado e a produção mercantil.⁴⁰ Há algo mais. A liquidação de uma determinada forma de capitalismo não significa absolutamente a liquidação do capitalismo enquanto tal: o novo poder “pode anular muitas formas de propriedade capitalista”, mas isso ainda não é a “fundação de uma produção socialista”. Na realidade, na União Soviética surgiu ou está surgindo uma nova classe exploradora: “No lugar daqueles que até agora eram capitalistas, que agora se tornaram proletários entram intelectuais ou proletários que agora se tornaram capitalistas”.⁴¹ Se também Trotski, ao contrário de certos seguidores seus mais radicais, prefere falar de

³⁸ Kautsky (1977), pp. 129-131.

³⁹ Kautsky (1977), p. 113.

⁴⁰ Kautsky (1977), pp. 119 e 122.

⁴¹ Kautsky (1977), pp. 120-21.

“burocracia”, em vez de nova classe capitalista, continuam firmes as analogias entre os dois discursos aqui comparados, mais ainda porque na análise do revolucionário russo a “burocracia soviética” parece aspirar a “alcançar a burguesia ocidental”.⁴²

Certamente, não faltam as diferenças. Para Kautsky, foi o grupo dirigente bolchevique enquanto tal que abandonou e de algum modo traiu os nobres ideais do socialismo; aliás, mais do que uma escolha e de uma renúncia subjetiva e consciente, esse abandono é expressão da “impotência de todas as tentativas revolucionárias realizadas sem levar em conta as condições sociais e econômicas objetivas”.⁴³ Em comparação ao de Trotski, parece mais persuasivo o discurso de Kautsky. Este não comete a ingenuidade de explicar gigantescos processos sociais objetivos (que, além da Rússia, acometeu toda uma série de outros países), deblaterando contra a traição de uma camada política restrita, ou até de uma única personalidade, que assume assim o papel de *deus ex machina*! No entanto, há um momento em que também o dirigente socialdemocrata alemão introduz a categoria de traição subjetiva e consciente. Os bolcheviques o teriam consumado quando, ignorando de propósito a imaturidade das condições objetivas, entregaram-se ao “culto da violência”, que o “marxismo condena duramente”.⁴⁴ É apenas a escolha inicial de desencadear a Revolução de Outubro que é sinônimo de renúncia dos nobres ideais de Marx e do socialismo; nesse caso, porém, a acusação de traição atinge Trotski não menos que a Lênin e Stalin. Contudo, falta ver se a condenação que Kautsky faz do “culto da violência” dos bolcheviques é compatível com a censura feita a eles por terem querido em Brest-Litovsk “uma paz imediata a todo custo”.

Mais importante do que as diferenças são as analogias que subsistem entre os dois teóricos do marxismo aqui postos em comparação. Em ambos os discursos, a visão messiânica da sociedade futura cava um abismo entre a beleza do socialismo e comunismo autênticos, de um lado, e a irremediável mediocridade do presente e do real, do outro lado. Procura-se encher esse abismo recorrendo, no caso de Trotski, à categoria de traição e, no caso de Kautsky, à categoria de imaturidade objetiva da Rússia, que acaba inevitavelmente provocando a desfiguração e a traição dos ideais originais. Aos olhos do dirigente socialdemocrata alemão, dado “o atraso econômico” de um país que “não pertence aos Estados industriais evoluídos”, é certo o fra-

⁴² Trotski (1988), p. 848 (= Trotski, 1968, p. 143).

⁴³ Kautsky (1977), p. 129.

⁴⁴ Ibidem.

caso do projeto socialista. “Na realidade, na Rússia está sendo realizada a última das revoluções burguesas, não a primeira das socialistas. Isto fica sempre mais claro. A Revolução Russa de hoje poderá assumir o caráter socialista apenas quando coincidir com uma revolução socialista na Europa ocidental”.⁴⁵ E de novo somos remetidos às expectativas e às perspectivas de Trotski.

De fato, tendo surgido com a Revolução de Fevereiro, a visão messiânica da nova sociedade a edificar acaba sendo agitada, com modalidades entre si diferentes e contrapostas, por um grupo bastante amplo. É uma dialética que se manifesta com particular clareza por ocasião da introdução da NEP. Não são apenas setores importantes do partido bolchevique que gritam contra o escândalo e nem sempre é a preocupação com a fidelidade à ortodoxia marxista que estimula esses gritos. Se o cristão Pascal lamenta o advento de uma nova “aristocracia” e o delineamento de um processo “contrarrevolucionário”, o grande escritor Joseph Roth fala com desapontamento de uma “americanização” que vê a Rússia soviética perder não só o socialismo, mas também a sua própria alma, para cair assim no “vazio espiritual”.⁴⁶ Aos gritos de escândalo contra as expectativas messiânicas desiludidas e traídas correspondem, no campo burguês, os gritos de triunfo pelo fato de que, com a introdução da NEP, também Lênin – assim se argumenta – é obrigado a voltar as costas a Marx e ao socialismo.⁴⁷ E de novo nos deparamos com a categoria de traição, ainda que desta vez declinada com um juízo de valor positivo.

Paradoxalmente, o que de algum modo impele os bolcheviques em direção de uma nova revolução era uma formação ampla e heterogênea como nunca. O horror da guerra tinha levado Pascal a auspiciar com tons apocalípticos, já em agosto de 1917, “uma revolução social universal” de uma radicalidade sem precedentes.⁴⁸ Na vertente oposta, adversários e inimigos da Revolução de Outubro estavam prontos a celebrar o seu fracasso toda vez que na Rússia soviética se delineava a tentativa de passar da fase da expectativa messiânica para aquela menos enfática, mas mais realista, da construção de uma nova sociedade. Tudo isso não podia não reforçar a tendência já muito presente no partido bolchevique, em consequência também do clima espiritual suscitado pela guerra, a radicalizar ulteriormente os temas utópicos do

⁴⁵ Kautsky (1977), p. 100.

⁴⁶ Em Flores (1990), pp. 41 e 53.

⁴⁷ Flores (1990), pp. 32-33.

⁴⁸ Em Furet (1995), p. 127.

pensamento de Marx. Neste sentido a ideologia que contribui para o prolongamento do segundo período das desordens acaba estando enraizada numa situação objetiva concreta.

5. Do universalismo abstrato à acusação de traição

Procuramos agora uma visão de conjunto nas acusações da requisitória contra a “traição”. Querendo formular o problema em termos filosóficos, poderemos dizer que, embora sensivelmente diferentes entre si e embora formulados a partir de posições ideológicas e políticas bastante variadas, essas acusações têm em comum uma visão do universalismo que convém examinar. Animada como está pela exigência de opor-se ao egoísmo doméstico da família burguesa e superá-lo, egoísmo que, concentrando o olhar exclusivamente no círculo restrito da família, obscurece as tragédias que se desenrolam em seu redor, Kollontai chama os comunistas a amadurecerem um sentimento de responsabilidade universal, superando, portanto, também no que diz respeito à prole, a distinção entre “teu” e “meu” e lutando junto com os outros por aquilo que é comum a todos, por aquilo que é “nosso”. Vimos Trotski chamar a atenção justamente para as consequências catastróficas que ocorrem quando os pais ignoram a responsabilidade *particular* que têm para com os próprios filhos. Quer dizer, saltando o momento da obrigação de assistência para o círculo dos cônjuges mais chegados, sem se ligar em primeiro lugar a uma obrigação *particular* e inevitável, a responsabilidade universal se revela vazia e se torna até um instrumento de evasão. Nesse sentido, segundo Lênin, a teoria de Kollontai era “antissocial”.⁴⁹

Mas enquanto a fazem valer em relação ao problema da família, os dirigentes bolcheviques tendem a esquecer a unidade de universal e particular quando enfrentam a questão nacional. No momento da sua fundação, a III Internacional parte do pressuposto de um partido internacional do proletariado, chamado a realizar a emancipação universal da humanidade sem deixar-se desviar dos “interesses ditos nacionais”⁵⁰; de modo análogo vimos Kollontai teorizar uma espécie de família universal em cujo âmbito o “meu” e o “teu” se resolvem sem resíduos no “nosso”. Em seguida, a III Internacional conhece um difícil processo de aprendizado que a conduzirá, com o Relatório de Dimitrov ao VII Congresso de 1935, a denunciar como ruínosa toda

⁴⁹ Carr (1968-1969), vol. 1, p. 31.

⁵⁰ Agosti (1974-1999), vol. 1, 1, p. 30.

forma de “nihilismo nacional”.⁵¹ Mas a redescoberta da nação não é uma traição do internacionalismo? Se, para Kollontai, a permanência da instituição da família e a atenção particular dada aos próprios filhos são sinônimo de mesquinhez egoísta e de desinteresse pela sorte de todas as crianças do mundo, para Trotski “examinar as perspectivas da revolução social dentro dos limites de uma nação” significa ceder ou condescender com o “social-patriotismo” e o social-chauvinismo corresponsável pela carnificina da I Guerra Mundial. Assim, “a ideia de uma evolução socialista que se realiza e até se completa num só país” é um “ponto de vista, que é fundamentalmente nacional-reformista e não revolucionário e internacionalista”.⁵² São declarações de 1928; dez anos depois é fundada a Quarta Internacional, que retoma (e radicaliza mais) o universalismo abstrato dos inícios e que, portanto, se autodefine como “partido mundial da revolução socialista”.

Seria fácil voltar contra Trotski a crítica feita por ele na polêmica com Kollontai. Como não constitui uma real superação do egoísmo doméstico ignorar e evitar as responsabilidades particulares que se têm em relação aos próprios filhos e aos mais próximos, também não é absolutamente sinônimo de internacionalismo perder de vista o fato de que as possibilidades e os deveres concretos de transformação revolucionária se colocam, em primeiro lugar, num terreno nacional determinado. O distanciamento ou a indiferença em relação ao país em que se vive pode tomar um sentido absolutamente não progressivo: na Rússia czarista, Herzen, um autor caro a Lênin, observava que a aristocracia era bem “mais cosmopolita do que a revolução”; bem longe de ter uma base nacional, o seu domínio repousava sobre a negação da própria possibilidade de uma base nacional, sobre a “profunda divisão [...] entre as classes civilizadas e os camponeses”, entre uma elite bastante restrita e propensa a se comportar como uma raça superior, por um lado, e a enorme maioria da população, por outro.⁵³ Sem liquidar a racialização das classes subalternas e sem afirmar a ideia de nação e de responsabilidade nacional não se é revolucionário.

Stalin sabe bem disso, como esclarece particularmente o discurso pronunciado por ele no dia 4 de fevereiro de 1931. Nessa ocasião, ele se apresenta como um líder revolucionário e internacionalista, que é ao mesmo tempo um estadista e um líder nacional russo, empenhado em resolver os

⁵¹ O relatório de Dimitrov ao VII Congresso da Internacional Comunista está relatado em De Felice (1973), pp. 101-67 (a citação é da p. 155).

⁵² Trotski (1969b), pp. 21 e 72.

⁵³ Herzen (1994), pp. 176-77; cf. Losurdo (2002), cap. 22, § 1.

problemas que a nação arrasta consigo há algum tempo: “nós bolcheviques, que fizemos três revoluções, que saímos vitoriosos de uma dura guerra civil”, devemos encarregar-nos também do problema de superar o tradicional atraso industrial e a fragilidade militar da Rússia. “No passado, nós não tínhamos pátria nem podíamos tê-la”⁵⁴; com a derrubada do antigo regime e a chegada do poder soviético, o niilismo nacional é mais do que nunca insensato, a causa da revolução é ao mesmo tempo a causa da nação. O acento parece agora deslocar-se da luta de classe (com a sua dimensão internacionalista) para a edificação econômica nacional. Mais exatamente, porém, na situação política concreta que se criou, a luta de classe se configura como o compromisso para desenvolver no plano econômico e tecnológico o país do socialismo, colocando-o assim em condições de enfrentar os terríveis desafios no horizonte e dar uma contribuição real para a causa internacionalista da emancipação. A luta de classe não só assume uma dimensão nacional, mas parece configurar-se, na Rússia soviética, como uma tarefa banal e prosaica: “no período de reconstrução, a técnica decide tudo”; portanto é preciso “estudar a técnica e tornar-se “senhor da ciência”. Na realidade, essa tarefa nova não é menos difícil e exaltante do que a conquista do Palácio de Inverno: “os bolcheviques devem conquistar a técnica” e se tornarem “especialistas”; certamente, é um objetivo nada fácil de se alcançar, mas “não há fortalezas que os bolchevistas não possam expugnar”.⁵⁵ A política que depois preside a Grande Guerra Patriótica encontra a sua primeira formulação nos anos em que a Rússia soviética está empenhada num gigantesco esforço de industrialização e de fortalecimento da defesa nacional.

Vimos Stalin sublinhar, na véspera da agressão de Hitler, a necessidade de ligar “o sentimento nacional e a ideia de pátria”, “um nacionalismo sadio, corretamente entendido, com o internacionalismo proletário” (*supra*, cap. 1, § 2). Na situação concreta que se verificou em seguida à ofensiva expansionista do III Reich, a marcha da universalidade passava através das lutas concretas e particulares dos povos decididos a não se deixar reduzir à condição de escravos ao serviço do povo hitleriano dos senhores; era a resistência das nações mais diretamente ameaçadas pelos planos de escravização do imperialismo nazista que fazia na realidade avançar o internacionalismo. Mas já três anos antes, em confirmação do fato de que estamos na presença de um processo de aprendizado favorecido ou imposto pela necessidade concreta de desenvolver lutas de resistência nacional contra o imperialismo, Mao Ze-

⁵⁴ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 33 e 36 (= Stalin 1952, pp. 409 e 412).

⁵⁵ Stalin (1971-1973), vol. 13, p. 38 (= Stalin, 1952, p. 414).

dong declarava: “Separar o conteúdo do internacionalismo da forma nacional é o costume daqueles que não entendem nada de internacionalismo. Quanto a nós, porém, devemos interligá-los estreitamente. A esse propósito foram cometidos em nossas fileiras graves erros, que devem ser corrigidos com o máximo empenho”.⁵⁶ Em termos análogos, Gramsci distingue “cosmopolitismo” e “internacionalismo, sendo que o último sabe e deve saber ser ao mesmo tempo “profundamente nacional” (*infra*, cap. 5, § 13).

Além de se fazer sentir na rejeição da família nuclear e na teorização de uma espécie de paternidade e maternidade coletiva (os “nossos filhos”), no nível político geral o universalismo abstrato se faz sentir com clareza na teorização de uma “direção coletiva”, vista, mais uma vez, como o desaparecimento das responsabilidades individuais e dos encargos assumidos individualmente. Não por acaso, Kollontai faz parte, por algum tempo, da oposição operária, cujas palavras de ordem no nível da fábrica e do local de trabalho, do partido e do sindicato, da administração e do Estado, são: “poder de um órgão coletivo”, “vontade coletiva”, “pensamento comum”, gestão coletiva.⁵⁷ Nesse contexto é colocada a expectativa messiânica do desaparecimento completo da distinção entre “meu” e “teu”, também no âmbito econômico, com a conseqüente condenação, mais do que de um sistema determinado de produção e distribuição da riqueza social, da “economia do dinheiro” e do mercado enquanto tais, da propriedade privada enquanto tal, por limitada e restrita que possa ser. Em todos esses casos, a universalidade a que se aspira é aquela que se apresenta imediatamente na sua pureza incontaminada, sem passar através da mediação e da interligação com a particularidade. E é este culto da universalidade abstrata que grita por traição toda vez que a particularidade vê os seus direitos ou a sua força reconhecidos.

A dialética da revolução e a gênese do universalismo abstrato

Mas, como explicar o surgimento de uma visão e de um purismo à primeira vista tão ingênuos e tão sem senso da realidade? Não menos ingênuo nem menos irrealista seria colocar tudo na conta desta ou daquela personalidade individual. Na realidade, aqui uma dialética objetiva está em ação. Na esteira da luta contra as desigualdades, os privilégios, as discriminações, as injusti-

⁵⁶ Mao Zedong (1969-1975), vol. 2, p. 218.

⁵⁷ Carr (1968-1969), vol. 1, p. 31; in Kollontai (1976), p. 200.

ças, a opressão do antigo regime e contra os particularismos, o exclusivismo, a mesquinhez e o egoísmo censurados à velha classe dominante, as revoluções mais radicais são levadas a exprimir uma visão forte, exaltante e até enfática e magniloquente dos princípios de igualdade e de universalidade. É uma visão que, por um lado, com o ímpeto e o entusiasmo que ela comporta, facilita a derrubada das velhas relações sociais e das velhas instituições políticas; por outro lado, torna mais complexa e problemática a construção do novo ordenamento. Até que ponto esse ordenamento estará à altura das promessas, das ambições e das expectativas que presidiram ao seu nascimento? Também ele não corre o risco de reproduzir de forma nova as deformações tão apaixonadamente denunciadas no antigo regime? Essa passagem é mais delicada ainda pelo fato de que as revoluções mais radicais cultivam, por um lado, projetos ambiciosos de transformação político social, por outro lado, exatamente por causa dessa sua estranheza e distanciamento com respeito ao ordenamento existente, veem o acesso ao poder de classes dirigentes sem experiência política sólida, que, ademais, se encontram na necessidade de construir, antes mesmo de inventar, um novo ordenamento não só político, mas também social. Nessas circunstâncias tendem a revelar-se bastante tênues as fronteiras entre projeto político ambicioso e frase altissonante e vazia, entre utopia concreta (um horizonte certamente remoto, mas que orienta e estimula o processo real de transformação) e utopia abstrata e enganosa (sinônimo, em última análise de evasão e de fuga da realidade).

Para ser vitoriosa não só a curto prazo, mas também no prazo longo, uma revolução deve estar em condições de conferir um conteúdo concreto e duradouro às ideias de igualdade e universalidade em cuja onda subiu ao poder. E, ao fazer isso, o novo grupo dirigente é chamado a depurar aquelas ideias da forma ingênua que elas tendem a assumir nos momentos de entusiasmo, e é chamado a realizar essa operação de depuração não num espaço vazio e asséptico, mas num espaço historicamente recheado, no qual as compatibilidades econômicas e políticas, as relações de força, as contradições e os conflitos que inevitavelmente emergem fazem sentir a sua presença e o seu peso. É no decorrer dessa passagem difícil que a frente revolucionária, até aquele momento, pelo menos, aparentemente caracterizada por uma unidade coral, começa a mostrar as primeiras rachaduras e as primeiras lacerações e aparecem as ilusões, o desencanto, as acusações de traição.

É um processo e uma dialética que Hegel analisa com grande lucidez e profundidade em relação à Revolução Francesa.⁵⁸ Ela se desenvolve agitan-

do a bandeira do “sujeito universal”, da “vontade universal”, da “autoconsciência universal”. Nessa fase, no momento da destruição do antigo regime, se assiste à “anulação das massas espirituais diferenciadas e da vida limitada dos indivíduos”; “são, portanto, abolidos todos os estratos sociais, que são as essências espirituais nas quais o Todo se articula”. É como se a sociedade, tendo se dissolvido todos os corpos sociais intermédios, se tivesse desarticulado completamente em miríades de indivíduos, os quais, rechaçando todas as autoridades tradicionais agora sem legitimidade, reivindicam não só a liberdade e a igualdade, mas também a participação na vida pública e em toda fase do processo de decisão. Na esteira desse entusiasmo e dessa exaltação, numa situação em que a autoridade e o poder estariam como que suspensos no nada, surge um messianismo anarquista, que exige a “liberdade absoluta”, que está pronta a denunciar como traição toda contaminação e toda restrição, verdadeira ou presumida, da universalidade.

Um novo ordenamento pressupõe uma redistribuição dos indivíduos em “massas espirituais”, em organismos sociais, em corpos intermédios, embora constituídos e organizados segundo modalidades diferentes e novas, que respeitem os princípios da revolução. No entanto, a nova articulação da sociedade, qualquer que seja, aparece como uma negação da universalidade aos olhos do messianismo anarquista. De fato, “a atividade e o ser da personalidade [singular] se encontrariam limitados desse modo a um ramo do Todo, a uma só espécie da atividade e do ser”. Portanto, “colocada no elemento do ser, a personalidade receberia assim o significado de personalidade determinada e, na verdade, cessaria de ser autoconsciência universal”. É uma análise que ilumina a dialética que se desenvolve na esteira da Revolução Francesa, sim, mas também, e de modo ainda mais nítido, da Revolução de Outubro, quando o pathos da universalidade se faz sentir com força ainda maior, tanto nas suas formas mais ingênuas como nas suas formas mais maduras. Na situação de universalismo exaltado, que preside à derrubada do antigo regime, toda divisão do trabalho, ainda que articulada, se torna sinônimo de exclusivismo, de seqüestro da “autoconsciência universal” e da “vontade universal” por obra de uma minoria burocrática e privilegiada.

O que vale para as relações sociais vale também para as instituições políticas. Não há ordenamento que possa satisfazer a pretensão de realização direta e sem mediações da universalidade, como quer o messianismo anarquista. O modo deste último se comportar é apresentado com clareza, mais uma vez, nas páginas memoráveis da *Fenomenologia do espírito*:

⁵⁸ Hegel (1969-1979), vol. 3, pp. 431-41.

Sem se deixar enganar nem pela comédia (*Vorstellung*) da obediência a leis que pretendem ser expressão do autogoverno e que lhe atribuíam apenas uma parte, nem pelo fato de gozar da representação na legislação e nas atividades universais, a autoconsciência não se deixa espoliar da realidade que consiste em ela mesma dar as leis e ela mesma cumprir não uma obra singular, mas uma obra universal. De fato, quando se encontra somente na forma da representação e da atuação teatral, o indivíduo não é real; onde há alguém que seja representante do indivíduo, não há indivíduo.

A esta altura nos vem à mente a definição que na Rússia soviética a oposição operária dá da burocracia: “qualquer outro decide o vosso destino”. Contra essa expropriação inadmissível é reivindicada uma “direção” que seja “coletiva” em toda fase singular do processo de decisão, com a conseqüente condenação de todo organismo representativo. Antes, olhando bem, a ser considerado é muitas vezes, como sabemos, cada projeto de ordenamento constitucional e até de regulamentação jurídica, rotulado *a priori* como tentativa de encadeamento ou despedaçamento da universalidade e, portanto, como expressão em última análise de um antigo regime duro de morrer.

Para chegar à “ação”, para conseguir realidade e eficácia e se tornar “vontade real” – prossegue Hegel – a universalidade deve encontrar expressão em indivíduos concretos, deve “colocar no cume uma autoconsciência única”. O messianismo e o anarquismo, porém, gritam contra o escândalo: “Desse modo, porém, todos os outros indivíduos singulares são excluídos pelo Todo dessa ação e desempenham aí apenas um papel limitado e, portanto, a ação não seria ação da autoconsciência universal real”. A tragédia da Revolução Francesa (mas também, e em escala mais ampla, da Revolução de Outubro) consiste nisto: se se quiser evitar que ele se reduza a uma frase vazia, o pathos da universalidade deve dar a si mesmo um conteúdo concreto e determinado, mas é exatamente esse conteúdo concreto e determinado que é percebido como traição. Considerando bem, é a particularidade enquanto tal que é rotulada como um elemento de contaminação e de negação da universalidade. Até onde continua a prevalecer essa visão, a liquidação do antigo regime não foi seguida pela construção de um ordenamento novo, concreto: “A liberdade universal, portanto, não pode produzir nenhuma obra e nenhuma ação positiva, e permanece apenas atividade negativa. A liberdade universal é apenas a fúria do desaparecer”.

Universalidade abstrata e terror na Rússia soviética

Na análise de Hegel, na medida em que o terror é o resultado não da situação objetiva, mas de uma ideologia, ele é colocado sob a responsabilidade, em primeiro lugar, do messianismo anarquista, do universalismo abstrato que, na sua fuga de todo elemento particular e determinado, consegue exprimir-se apenas na “fúria do desaparecer”. No que diz respeito à revolução bolchevique, não se deve perder de vista o estado de exceção permanente provocado pela intervenção e pelo cerco imperialista. O componente mais propriamente ideológico do terror, porém, se refere ao culto da universalidade e da utopia abstrata, que estorva a ação do novo grupo dirigente e acaba provocando a sua divisão. É interessante ver de que modo, em meados da década de 1930, Trotski, deixando para trás as sábias críticas a Kollontai, zomba da reabilitação staliniana da família:

Desde que se esperou confiar ao Estado a educação das jovens gerações, o poder, longe de preocupar-se com apoiar a autoridade dos mais velhos, do pai e da mãe em particular, esforçou-se, ao contrário por separar os filhos para precavê-los contra os velhos costumes. Também abertamente, no período do primeiro plano quinquenal, a escola e a juventude comunista apelavam amplamente para os filhos a fim de desmascararem o pai bêbado e a mãe crente, para envergonhá-los, para tentar ‘reeducá-los’. Outra coisa é saber com que sucesso. De qualquer modo, esse método abalava a própria autoridade familiar.⁵⁹

Ao contribuir para a difusão dos “velhos costumes” e, portanto, da ideologia e do particularismo do antigo regime, a família é identificada como um obstáculo que a marcha da universalidade é chamada a golpear ou derrubar. A denúncia da “autoridade familiar” produz não mais uma diminuição, mas um aumento de violência. A condenação da Constituição e do direito como instrumentos do domínio burguês produz o mesmo resultado. A partir desses pressupostos se torna impossível realizar e até pensar um Estado socialista e de direito. Naturalmente, há contradição entre homenagem prestada ao ideal da extinção do Estado e o apelo ao Estado para intervir também no âmbito das relações familiares, mas é a contradição que infalivelmente se manifesta entre a retórica libertária do universalismo abstrato e as práticas de violência que ele acaba estimulando.

⁵⁹ Trotski (1988), pp. 845-46 (= Trotski, 1968, p. 141).

A essa altura, somos obrigados a fazer outra consideração. A tendência para ver no particular enquanto tal um elemento de perturbação e de contaminação da universalidade se manifesta muito além do grupo dirigente bolchevique. Pensemos na desconfiança ou na hostilidade com que Rosa Luxemburgo olha em geral para os movimentos nacionais, cujo esquecimento da causa internacional do proletariado é censurado. Depois da Revolução de Outubro, a grande revolucionária, por um lado, critica os bolcheviques pela falta de respeito ou pela liquidação da democracia, por outro lado, convida-os a “sufocar ao nascer com punho de ferro toda tendência separatista” proveniente dos “povos sem história”, “cadáveres não putrefatos que emergem dos seus sepulcros seculares”.⁶⁰

E agora vejamos de que modo Stalin descreve os efeitos da “revolução socialista” sobre a questão nacional:

Ela, sacudindo os estratos mais profundos da humanidade e impelindo-os para o cenário político, desperta para vida nova toda uma série de novas nacionalidades, antes desconhecidas ou pouco conhecidas. Quem poderia pensar que a velha Rússia do czar representasse não menos do que cinquenta nações ou grupos nacionais? No entanto, a Revolução de Outubro, quebrando as velhas correntes e colocando em cena toda uma série de nacionalidades e de povos esquecidos, deu-lhes uma nova vida e um novo desenvolvimento.⁶¹

Chegamos aqui a um resultado paradoxal, pelo menos do ponto de vista dos costumeiros balanços históricos e dos estereótipos ideológicos hoje dominantes. Em relação aos povos que “emergem dos seus sepulcros seculares”, segundo a linguagem de Luxemburgo, ou dos “povos esquecidos”, segundo a linguagem de Stalin, é a primeira que manifesta uma atitude mais ameaçadora e mais repressiva. Naturalmente, no que diz respeito ao juízo sobre aqueles que realmente exerceram o poder, trata-se de ver se e até que ponto a práxis correspondeu à teoria. Continua verdade ser o universalismo abstrato de Luxemburgo que se revela potencialmente mais carregado de violência, pois no curso de toda a sua evolução se mostrou propensa a ler as reivindicações nacionais como um desvio com respeito à estrada real do internacionalismo e do universalismo.

⁶⁰ Para a análise contida nestas páginas das posições tomadas Rosa Luxemburgo remeto a Losurdo (1997), cap. VII, 2.

⁶¹ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 120 (= Stalin, 1952-56, vol. 7, pp. 159-60).

Chegaremos a um resultado semelhante, sempre sobre o tema da questão nacional, se, desta vez, compararmos Stalin e Kautsky. Contra a teoria formulada pelo dirigente socialdemocrata alemão, com base na qual, com a vitória do socialismo num país ou grupos de países e até já com o desenvolvimento da sociedade democrático-burguesa, desapareceriam ou tenderiam a desaparecer as diferenças e particularidades nacionais, o primeiro objeta: tal visão, que ignora de modo superficial “a estabilidade das nações”, acaba escancarando as portas para a “guerra contra a cultura nacional” das minorias nacionais ou dos povos oprimidos, para a “política de assimilação” e “colonização”, para a política cara, por exemplo, aos “germanizadores” e “russificadores” da Polónia.⁶² Também nesse caso, é a universalidade incapaz de abraçar o particular para estimular a violência e a opressão, e, para nos movermos sempre no âmbito da comparação entre os diversos enunciados teóricos, por esse universalismo abstrato Kautsky se revela bem mais próximo de Stalin.

À semelhança do dirigente socialdemocrata alemão, também Luxemburgo critica duramente os bolcheviques pela sua reforma agrária “pequeno-burguesa”, que concede a terra aos camponeses. A essa visão se pode opor a de Bukharin, segundo o qual, nas condições da Rússia da época, com o monopólio do poder político solidamente nas mãos dos bolcheviques, exatamente os “interesses privados” e o impulso do enriquecimento dos camponeses e de outros estratos sociais poderia contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas e, em última análise, para a causa do socialismo e do comunismo.⁶³ Ocorreu uma mudança significativa em Bukharin: se, por ocasião de Brest-Litovsk, a propósito da questão nacional, tinha dado prova de universalismo abstrato, agora, porém, em relação à NEP e à questão agrária, o processo de construção da universalidade é chamado a avançar também através da oportuna utilização de interesses particulares. Estamos na presença de um processo de aprendizagem e de uma reflexão autocrítica de interesse extraordinário, que nos ajudam a compreender aquilo que em nossos dias aconteceu em países como a China e o Vietnã. Bukharin prossegue assim:

Imaginávamos as coisas do seguinte modo: tomamos o poder, pegamos quase tudo em nossas mãos, colocamos imediatamente em movimento uma economia planificada, não faz mal se surgirem dificuldades, em parte as eliminaremos, em parte as superaremos, e a coisa conclui-se de maneira feliz. Hoje vemos claramente que a questão não se resolve assim.

⁶² Stalin (1971-1973), vol. 11, pp. 305-11.

⁶³ Bukharin (1969a), pp. 160 e 168.

A pretensão de “organizar a produção por meio de ordens, coercitivamente”, conduz à catástrofe. Superando essa “caricatura de socialismo”, os comunistas são obrigados pela experiência a levar em conta a “enorme importância do incentivo individual privado” com vistas ao desenvolvimento das forças produtivas e, é claro, a “um desenvolvimento das forças produtivas que nos conduza ao socialismo e não à plena restauração do chamado capitalismo ‘sadio’”.⁶⁴ Gritar, porém, como faziam Trotski e a oposição, contra a “degeneração” da Rússia soviética por causa da persistência da economia privada na zona rural e da “colaboração de classe” dos comunistas com os camponeses (e com os estratos burgueses tolerados pela NEP), teria conduzido ao fim da “paz civil” e a uma gigantesca “noite de São Bartolomeu”.⁶⁵

A derrota de Bukharin foi determinada apenas pela necessidade de acelerar ao máximo a industrialização do país em previsão da guerra, ou contribuiu também a hostilidade irredutível a toda forma de propriedade privada, à economia mercantil? É um problema com o qual nos ocuparemos depois. Desde já podemos fixar um ponto certo: o universo concentracionário alcança o seu ápice na onda da coletivização forçada da agricultura e do punho de ferro contra as tendências burguesas e pequeno-burguesas dos camponeses, membros em geral de “povos sem história”, para usar a infeliz linguagem que Luxemburgo toma de Engels. Além dos erros ou da brutalidade deste ou daquele dirigente político, não há dúvida sobre o papel funesto desenvolvido por um universalismo incapaz de subsumir e respeitar o particular.

As páginas que utilizamos de Hegel (autor no qual Lênin divisa “germes de materialismo histórico”⁶⁶) são como a refutação antecipada da explicação do “stalinismo” contida no chamado *Relatório Secreto* de 1956 apresentado ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Seria naturalmente desleal pretender que Kruschiov estivesse à altura de Hegel, mas é singular que a tragédia e o erro da Rússia soviética continuem a ser responsabilidade de uma personalidade só, vale dizer, de um só bode expiatório, como se nunca tivesse havido a extraordinária análise que a *Fenomenologia do espírito* dedica à “liberdade absoluta” e ao “Terror”.

⁶⁴ Bukharin (1969a), pp. 159, 161.

⁶⁵ Bukharin (1969b), p. 113; Bukharin (1969a), p. 169.

⁶⁶ Lênin (1955-1970), vol. 38, p. 313.

O que significa governar: um atormentado processo de aprendizagem

Voltemos à análise hegeliana da dialética da Revolução Francesa (e das grandes revoluções em geral). A partir da experiência concreta das consequências ruinosas a que conduz a “fúria do desaparecer”, os indivíduos compreendem a necessidade de dar um conteúdo concreto e particular à universalidade, pondo fim à perseguição louca da universalidade nas suas imediatez e pureza. Renunciando ao igualitarismo absoluto, os indivíduos “aceitam novamente a negação e a diferença”, ou “a organização das massas espirituais, nas quais se articula a multidão das consciências individuais”. Estas, ademais, “voltam a uma obra particular e limitada, mas, exatamente por isso, voltam à sua realidade substancial”. Ou seja, compreende-se agora o caráter inconcludente e ruinoso do mito de uma “vontade universal” ou, para usar a linguagem desta vez não de Hegel, mas de não poucos revolucionários russos, de uma democracia direta, de uma “direção coletiva” que, sem mediações e entraves burocráticos se exprima diretamente e imediatamente nas fábricas, nos locais de trabalho, nos organismos políticos.

Como se vê, mais que o jacobinismo, o radicalismo e o messianismo anarquista é que são considerados por Hegel. Isso é confirmado pelas reflexões que ele faz a propósito de outra grande revolução, ou seja, da revolução puritana que acomete a Inglaterra em meados do século XVII. Pondo fim a um período de exaltação religiosa sem resultado e pseudo-revolucionária, dando um final político positivo a um trabalho de longos anos, Cromwell demonstra que “sabia muito bem o que é governar”. “Segurou firme as rédeas do governo, dissolveu aquele parlamento que se derramava em orações e manteve com grande esplendor o trono, como Protetor”.⁶⁷ Saber governar significa aqui estar em condições de conferir conteúdo concreto aos ideais de universalidade que presidiram à revolução, tomando nitidamente as distâncias, no que diz respeito à primeira Revolução Inglesa, dos seguidores, por exemplo, da “quinta monarquia”, a utopia vazia de uma sociedade que não tinha e não precisava de normas jurídicas, pelo fato que os indivíduos são iluminados e se deixam guiar pela graça. Na medida em que soube tomar as distâncias da utopia abstrata e sem resultados, também Robespierre demonstra conhecer de algum modo ou querer aprender a arte de governar.

⁶⁷ Hegel (1919-1920), pp. 896-97.

Depois de uma grande revolução, sobretudo quando os seus protagonistas são camadas ideológicas e políticas sem propriedade e sem a experiência política ligada ao gozo da propriedade, aprender a governar significa aprender a dar um conteúdo concreto à universalidade. Mas, exatamente, trata-se de um processo de aprendizagem. Pelo que diz respeito à revolução socialista, esse processo não se inicia nem termina com Stalin. Antes, o limite mais grave deste estadista (mas também, em medida diferente, dos outros estadistas que ainda em nossos dias se remetem ao socialismo) é ter deixado incompleto ou gravemente incompleto esse processo de aprendizagem.

Tomemos a questão nacional. Em Lênin podemos ler a tese segundo a qual a “inevitável fusão das nações” e das “diferenças nacionais”, inclusive a linguística, passa pelo “período transitório” do pleno e livre desenvolvimento das nações e das suas diversas línguas, culturas e identidade. Pelo menos no que diz respeito ao “período transitório”, aqui é clara a consciência de que o universal deve saber abraçar o particular. Já iniciou um significativo processo de aprendizagem: estamos já além do universalismo abstrato, que se faz sentir, por exemplo, em Luxemburgo, para a qual as particularidades nacionais são de per si uma negação do internacionalismo.

Contudo, pelo que diz respeito à questão nacional, Lênin parece captar a unidade entre universal e particular somente em relação ao “período transitório”. Stalin é às vezes mais radical:

Alguns, Kautsky por exemplo, falam de criar no período do socialismo uma única língua para toda a humanidade e acabar com todas as outras línguas. Creio pouco nessa teoria de uma língua única para toda a humanidade. Em todo caso, a experiência não fala a favor, mas contra essa teoria.⁶⁸

A julgar por este trecho, nem sequer o comunismo deveria ser caracterizado por “uma língua única para toda a humanidade”. É como se Stalin tivesse medo da sua coragem. Além do mais, prefere adiar a “fusão das nações e das línguas nacionais” para o momento em que o socialismo tiver triunfado em nível mundial.⁶⁹ Talvez só nos últimos anos da sua vida, quando já é uma autoridade indiscutida no âmbito do movimento comunista internacional, Stalin se revele mais audaz. Não se limita a acentuar com força que “a história registra uma grande estabilidade e uma enorme resistência das línguas à

⁶⁸ Lênin (1955-1970), vol. 22, p. 151 e vol. 31, p. 82; Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 120 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 160).

⁶⁹ Stalin (1971-1973), vol. 11, p. 308.

assimilação forçada”.⁷⁰ Agora a elaboração teórica vai mais longe: “a língua difere de maneira radical de uma superestrutura”; ela “não é criada por uma classe qualquer, mas pela sociedade inteira, por todas as classes da sociedade, graças aos esforços de centenas de gerações”; por isso, é absurdo falar de uma “natureza classista” da língua”.⁷¹ Mas então, por que deveriam desaparecer as línguas nacionais? E por que depois deveriam desaparecer as nações enquanto tais, se é verdade que “a comunhão linguística representa um dos mais importantes sinais distintivos de uma nação”?⁷² No entanto, apesar de tudo, a ortodoxia acaba levando a vantagem final: o comunismo continua a ser pensado como o triunfo da “língua comum internacional” e, em última análise, da nacionalidade única.⁷³ Pelo menos pelo que diz respeito a esse estágio final mítico, o universal pode de novo ser pensado na sua pureza, sem a contaminação do particular das línguas e das identidades nacionais. Não se trata de um problema abstratamente teórico. O apego à ortodoxia certamente não contribuiu para a compreensão das contradições permanentes entre as nações que apelam para o socialismo e que se consideram comprometidas na construção do comunismo. São essas contradições que desempenharam um papel de primeiro plano no processo de crises e de dissolução do ‘campo socialista’.

Também em outros campos da vida social vemos Stalin empenhar-se numa luta difícil contra a utopia abstrata, mas depois parar na metade do caminho, a fim de não comprometer a ortodoxia tradicional. Ainda em 1952, portanto, na véspera da sua morte, ele se sente obrigado a criticar aqueles que queriam a liquidação da “economia mercantil” enquanto tal. Em polémica com isso, Stalin observa judiciosamente:

Dizem que a produção mercantil em qualquer condição deve levar e necessariamente levará ao capitalismo. Isso não é verdade. Nem sempre, nem em qualquer condição! Não se pode identificar a produção mercantil com a produção capitalista. São duas coisas diferentes.

Pode muito bem haver “uma produção mercantil sem capitalistas”. No entanto, também nesse caso, a ortodoxia se revela uma barreira intransponível: o desaparecimento da economia mercantil é adiado para o momento em que

⁷⁰ Stalin (1971-1973), vol. 15, p. 218 (= Stalin, 1968, p. 52).

⁷¹ Stalin (1971-1973), vol. 15, pp. 193, 195 e 204 (= Stalin, 1968, pp. 18, 21 e 34).

⁷² Stalin (1971-1973), vol. 15, p. 206 (= Stalin, 1968, p. 36).

⁷³ Stalin (1971-1973), vol. 15, p. 252 (= Stalin, 1968, p. 101).

“*todos* os meios de produção” estiverem realmente coletivizados, com a superação, portanto, da própria propriedade cooperativa.⁷⁴

Finalmente, o problema talvez decisivo. Vimos Stalin teorizar uma “terceira função”, além da repressão e da luta de classe no plano interno e internacional. Tinha razão um grande jurista ao sublinhar que o relatório ao XVIII Congresso do PCUS nos coloca na presença de “uma mudança radical da doutrina desenvolvida por Marx e Engels”.⁷⁵ Era uma mudança à qual Stalin chegava a partir também da sua experiência de governo, de um processo concreto de aprendizado que tinha deixado traços já no pensamento e na ação política do último Lênin, mas que agora dava mais um passo em frente. Trotski argumentava de modo bem diferente. Ele achava que sintetizava a lição de Marx, Engels e Lênin nestes termos: “A geração que conquistou o poder, a velha guarda, começa a liquidação do Estado; a geração seguinte levará a cabo esta tarefa”.⁷⁶ Se este milagre não se verificava, de quem podia ser a culpa senão da traidora burocracia staliniana?

Pode parecer enganoso introduzir categorias filosóficas para explicar a história da Rússia soviética, mas é o próprio Lênin que legitima esta abordagem. Ele cita e subscreve a “fórmula excelente” da *Lógica* hegeliana segundo a qual o universal deve ser tal que acolha em si “a riqueza do particular”.⁷⁷ Ao se exprimir assim ele pensa, sobretudo, na situação revolucionária, que é sempre determinada e que chega ao ponto de ruptura no elo fraco da corrente, num país particular. Contudo, a “fórmula excelente” não foi pensada por Lênin nem pelo grupo bolchevique dirigente para a fase posterior à conquista do poder. Quando se confrontaram com o problema da construção de uma nova sociedade, as tentativas de abranger no universal “a riqueza do particular” se chocaram com a acusação de traição. Compreende-se muito bem que tal acusação tenha atingido de modo particular a Stalin. Tendo governado o país nascido da Revolução de Outubro por mais tempo que qualquer outro líder, exatamente a partir da experiência de governo se deu conta da vacuidade da expectativa messiânica do desaparecimento do Estado, das nações, da religião, do mercado, do dinheiro, e também experimentou diretamente o efeito paralisante de uma visão do universal propensa a classificar como contaminação a atenção prestada às necessidades e aos interesses particulares de um Estado, de uma nação, de uma família, de um indivíduo determinado.

Se é verdade que a ideologia desempenha um papel significativo no prolongamento do segundo período das desordens, é preciso todavia especificar que ela acusa particularmente os antagonistas de Stalin. Este último, graças também à experiência concreta de governo, empenhou-se seriamente no processo de aprendizagem através do qual, segundo o ensinamento de Hegel, é obrigado a passar o grupo dirigente de uma grande revolução.

⁷⁴ Stalin (1971-1973), vol. 15, pp. 263-70 (= Stalin, 1973, pp. 18-29).

⁷⁵ Kelsen (1981b), p. 171; cf. também Kelsen (1981a), p. 62.

⁷⁶ Trotski (1988), p. 853 (= Trotski, 1968, p. 148).

⁷⁷ Lênin (1955-1970), vol. 38, p. 98.

4.

O andamento complexo e contraditório da era de Stalin

Do relançamento da “democracia soviética” à “noite de São Bartolomeu”

É preciso, de qualquer modo, acentuar – como reconhece contraditoriamente um dos autores do *Livro negro do comunismo* – a necessidade da “inserção da violência política bolchevique, primeiro, e staliniana, depois, na ‘longa duração’ da história russa”. É necessário não perder de vista “a ‘matriz’ do stalinismo que foi o período da I Guerra Mundial, das revoluções de 1917 e das guerras civis *tomado no seu conjunto*”.¹ Portanto, nascido idealmente quando ninguém pode prever o advento de Stalin ao poder e antes ainda da revolução dos bolcheviques, o “stalinismo” não é o resultado, em primeiro lugar, nem da sede de poder de um indivíduo nem de uma ideologia, mas do estado de exceção permanente que acomete a Rússia a partir de 1914. Como vimos, já desde o início do século XIX, não escapam a personalidades entre si bastante diferentes os sinais premonitórios da tempestade inaudita que está se formando sobre o país colocado entre a Europa e a Ásia, e ela começa a manifestar-se em toda a sua violência com o estouro da I Guerra Mundial. É daqui que é preciso partir, e da longa, longuíssima duração do segundo período das desordens. Não por acaso, trata-se de um fenômeno de andamento absolutamente não unilinear; vê-lo-emos atenuar-se nos momentos de relativa normalização e manifestar-se em toda a sua dureza quando o estado de exceção atingir o seu ápice.

Comecemos colocando-nos uma pergunta preliminar: a partir de qual momento se pode falar para a Rússia soviética de ditadura pessoal e solitária? Historiadores autorizados parecem concordar sobre um ponto essencial: “No início da década de 1930, Stalin ainda não era um autocrata. Ele não estava isento de

¹ Werth (2007a), pp. VIII e XIV.

ter de enfrentar a crítica, o dissenso e a verdadeira oposição no âmbito do partido comunista". Ainda não se tinha verificado a chegada do poder solitário de um líder cercado pelo culto da personalidade: persiste a tradição leniniana de "ditadura do partido" e de poder oligárquico.² Os historiadores aqui citados usam indiferentemente as duas categorias; mas a segunda pouco se ajusta a um regime que estimula uma fortíssima promoção social das classes subalternas e que introduz prepotentemente na vida política e cultural do país estratos sociais e grupos étnicos até aquele momento totalmente marginalizados. É claro que, a partir em todo caso de 1937 e do desencadeamento do grande terror, a ditadura do partido cede o lugar à autocracia.

Devemos então distinguir duas fases do âmbito do "stalinismo"? Mesmo tendo o mérito de colocar em discussão a costumeira visão "monolítica", esta periodização não constitui um verdadeiro passo à frente na compreensão daqueles anos. Em todo caso, faltaria explicar a passagem da primeira fase para a segunda e a configuração concreta de ambas.

Para entender o problema, vejamos o que acontece em meados da década de 1920, ou seja, num momento em que, superada a crise aguda representada pela intervenção estrangeira e pela guerra civil, a NEP já conseguiu resultados significativos: não só não há autocracia, mas, estando evidente a ditadura do partido comunista, a gestão do poder tende de algum modo a tornar-se mais "liberal". Bukharin parece chegar a reivindicar uma espécie de *rule of law*, de governo da lei. "O camponês deve ter diante de si a *ordem* soviética, o *direito* soviético, a *lei* soviética e não o arbítrio soviético, moderado por uma 'agência de queixas', cuja localização é desconhecida". São necessárias "normas legais sólidas", obrigatórias também para os comunistas. O Estado deve agora comprometer-se com o "trabalho organizativo pacífico" e o partido, na sua relação com as massas, deve "adotar a persuasão e só a persuasão". O terror não tem mais sentido: "agora ele pertence ao passado".³ Em vez disso, trata-se de deixar espaço para a "iniciativa de massa"; nesse contexto é preciso olhar com simpatia para o florescimento de "associações populares" e "organizações voluntárias".⁴

Não estamos na presença de opiniões meramente pessoais. Esses são os anos do "duunvirato".⁵ Bukharin exerce o poder junto com Stalin, e este, em 1925 apela repetidamente para a "liquidação das sobrevivências do comunis-

² Tucker (1990), p. 120; cf. também Cohen (1986), pp. 54-55.

³ Em Cohen (1975), pp. 204-05.

⁴ Em Cohen (1975), p. 209.

⁵ Cohen (1975), pp. 215 seg.

mo de guerra na zona rural" e condena o "desvio" que soa o alarme para uma imaginária "restauração do capitalismo" e "leva a atizar a luta de classe na zona rural" e a "guerra civil no nosso país";⁶ é preciso dar-se conta de que "estamos na fase da edificação econômica".⁷

O deslocamento do acento da luta de classes para a edificação econômica comporta consequências importantes também no plano político: o primeiro dever dos estudantes comunistas é "tornarem-se senhores da ciência".⁸ Só assim eles podem aspirar a desempenhar um papel dirigente: conta a "competência"; "agora se exige que a direção seja concreta, prática". Portanto, "para dirigir verdadeiramente é preciso conhecer o trabalho, é preciso estudá-lo conscienciosamente, pacientemente, com perseverança".⁹ A centralidade da edificação econômica e, portanto, da competência, torna menos rígido o monopólio do partido: "indispensável que o comunista se comporte para com os sem partido de igual para igual", mais ainda porque "o controle dos membros do partido" por obra dos "sem partido" pode produzir resultados bastante positivos.¹⁰

No conjunto se impõe, segundo Stalin, uma mudança política radical: "Hoje não é mais possível dirigir com métodos militares"; "agora não é necessária a pressão máxima, mas a flexibilidade máxima, tanto na política como na organização, a flexibilidade máxima tanto na direção política como na direção organizativa"; é preciso empenhar-se em colher, e aceitar de modo simpático, "as aspirações e as necessidades dos operários e dos camponeses". Também no que diz respeito aos camponeses, que muitas vezes são mais atrasados que os operários, o dever dos comunistas e dos quadros é "aprender a convencê-los sem para isso poupar trabalho, nem tempo, nem fadiga".¹¹

Não se trata só de assimilar uma pedagogia política mais sofisticada. É necessário acabar com as eleições meramente formais e conduzidas do alto e com um mau costume que inclui "a falta de controle, o abuso de poder, o arbítrio dos administradores". Impõe-se uma virada: "a velha prática eleitoral era uma sobrevivência do comunismo de guerra, que devia ser liquidada

⁶ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 106, 309 e 292 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 143, 403 e 380-81).

⁷ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 110 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 148).

⁸ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 76 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 104).

⁹ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 148-49 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 197-98).

¹⁰ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 167-68 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 221-22).

¹¹ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 109 e 147 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 147 e 195).

como prática nociva e podre de cima embaixo".¹² Agora se trata "de reativar os soviets, de transformar os soviets em verdadeiros órgãos eletivos, de instaurar na zona rural os princípios da democracia soviética".¹³

Já antes de Outubro, os soviets tinham começado a transformar-se em "estruturas burocráticas" e a ver diminuir "a frequência e a consistência das assembleias"¹⁴; mas agora, restituídos à sua função original, os soviets são chamados a garantir "a participação dos trabalhadores no seu trabalho cotidiano de administração do Estado".¹⁵ De que modo isso acontece?

Acontece através de organizações surgidas por iniciativa das massas, através de comissões e comitês de todo tipo, conferências e assembleias de delegados que se formam em torno dos soviets, através dos organismos econômicos, dos comitês de fábrica e de oficina, das instituições culturais, das organizações do partido, das organizações da União da Juventude, das cooperativas de todo gênero, etc., etc. Os nossos camaradas às vezes não se apercebem de que, em torno das nossas organizações de base do partido, soviéticas, culturais, sindicais, educativas, da União da Juventude Comunista, do exército, das seções femininas e de todo tipo, fervilha um verdadeiro formigueiro de organizações, comissões, conferências que surgiram espontaneamente, que abrangem massas de milhões de operários e de camponeses sem partido, um formigueiro que cria com o seu trabalho cotidiano, imperceptível, metucioso e silencioso a base da vida dos soviets, a fonte da força do Estado soviético.¹⁶

Por todas essas razões é errado "identificar o partido com o Estado". Antes, agir desse modo "significa desnaturar o pensamento de Lênin". Por outro lado, uma vez consolidada a posição do novo Estado no plano interno e internacional, é preciso "estender a Constituição a *toda* a população, inclusive a burguesia".¹⁷

Nesse momento, retomando algumas formulações utilizadas por Marx por ocasião da celebração da Comuna de Paris, Stalin olha com interesse para o ideal da redução e até da extinção do aparelho estatal. A reativação dos soviets e da participação política quer ser um passo nessa direção. Trata-

¹² Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 158-59 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 210-11).

¹³ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 108 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 145).

¹⁴ Figes (2000), p. 555.

¹⁵ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 139 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 185).

¹⁶ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 139-40 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 186).

¹⁷ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 139 e 160 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, pp. 185 e 212).

se "de transformar o nosso aparelho estatal, de ligá-lo às massas populares, de torná-lo sadio e honesto, simples e barato"¹⁸; além disso devem ser encorajadas as associações que emergem da sociedade civil: elas "fazem a ligação dos soviets com os 'extratos inferiores' mais profundos, *fundem* o aparelho estatal com massas de milhões de homens e suprimem gradualmente tudo o que pode também parecer uma barreira entre o aparelho estatal e a população".¹⁹ Concluindo, "a ditadura do proletariado não é fim em si mesmo: a ditadura é um meio, é o caminho que leva ao socialismo. E o que é socialismo? O socialismo é a passagem da sociedade na qual existe a ditadura do proletariado para a sociedade sem Estado".²⁰ Certamente não é o fim, mas de qualquer modo um sensível abrandamento da "ditadura do proletariado" e do partido parece estar na ordem do dia.

Esta linha de abertura comum a Bukharin e Stalin, mas classificada pelos seguidores de Zinoviev como "bolchevismo do camponês médio"²¹, foi seguida pela crise que desemboca na liquidação da NEP, na coletivização coagida da agricultura e na industrialização em etapas forçadas, com a consequente expansão radical do universo concentracionário. O que determina a mudança não é, como muitas vezes se afirma, o furor ideológico do grupo dirigente, isto é, a mania de liquidar toda forma de propriedade privada e de mercado. No entanto, não é subestimada a pressão proveniente de baixo; em setores não desprezíveis da sociedade continua a agir a saudade do igualitarismo precedente à introdução da NEP. Portanto, outro elemento intervém.

Como a querer responder ao tipo de leitura hoje dominante, em 19 de novembro de 1928 Stalin declara que quem dirige a União Soviética é "gente sóbria e tranquila", angustiada com o problema de como defender a "independência" de um país decididamente mais atrasado do que os potenciais inimigos que o circundam.²² Está agindo, portanto, a preocupação por uma situação internacional percebida como sempre mais ameaçadora. No final de novembro de 1925 fora assinado o tratado de Locarno. Reaproximando França e Alemanha, ele tinha consertado a divisão das potências ocidentais que tinham se enfrentado durante a I Guerra Mundial e decretado assim o

¹⁸ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 108-09 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 146); cf. Marx, Engels (1955-1989), vol. 17, p. 341.

¹⁹ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 140 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 187); o itálico é do original.

²⁰ Stalin (1971-1973), vol. 7, pp. 137-38 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 183).

²¹ Stalin (1971-1973), vol. 7, p. 329 (= Stalin, 1952-1956, vol. 7, p. 428).

²² Stalin (1971-1973), vol. 11, pp. 219-220.

isolamento da URSS: não faltaram as vozes que invocavam “uma cruzada europeia contra o comunismo”.²³ E em Moscou, personalidades de primeiro plano como Zinoviev, Radek e Kamenev sublinhavam de modo dramático o perigo de agressão que já se manifestava.²⁴

Alguns meses depois acontece o golpe de Estado que marca, na Polônia, a subida de Pilsudki, um inimigo declarado da União Soviética, ao poder. No seu escritório está bem à vista Napoleão pintado por David atravessando os Alpes, mas na realidade Pilsudki o admirava também pela invasão da Rússia. Esta última empresa tivera a participação dos poloneses; o novo homem forte de Varsóvia sublinha isso com orgulho, e aspira a tirar a Ucrânia da URSS para fazer dela um aliado fiel e subalterno.²⁵ Em 24 de agosto de 1926 Pilsudki rejeita a proposta feita por Moscou de um tratado de não agressão e, mais tarde, o ministro do Exterior soviético denuncia os planos da Polônia que visam “adquirir um protetorado nos países bálticos”. No ano seguinte, o quadro internacional fica ainda mais escuro: a Grã-Bretanha rompe as relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética e o marechal Ferdinand Foch convida a França a fazer o mesmo; em Pequim, a embaixada da URSS sofre o ataque das tropas de Chang Kai-shek, atizadas talvez por Londres (pelo menos segundo a suspeita nutrida em Moscou), enquanto em Varsóvia o embaixador soviético é assassinado por um emigrado da Rússia branca; enfim, em Leningrado ocorre uma explosão numa sede do partido comunista.

A esta altura é o próprio Tukatchevski, chefe do estado-maior, que soa a sirene de alarme e exige uma rápida modernização do exército. A NEP não parece mais em condições de resolver o problema. A economia mostra sinais de recuperação e, em 1926-1927, voltou ao nível de antes da guerra, mas no tocante à produção industrial e à tecnologia, a diferença relativa aos países capitalistas mais avançados permaneceu imutável. Medidas incisivas ou drásticas se impõem.²⁶ E os ambientes militares fazem pressão por medidas semelhantes também na agricultura, a fim de garantir a regularidade do fornecimento alimentar à frente. Como se vê, a virada de 1929 não é o produto do capricho de Stalin, que antes deve, se não conter, de qualquer modo canalizar o impulso proveniente dos ambientes militares; repelindo os objetivos

²³ Taylor (1996), p. 89.

²⁴ Carr (1968-1969), vol. 2, pp. 265-66.

²⁵ Jedrzejewicz (1982), pp. 93-94 e 145-46.

²⁶ Davies (1989), pp. 441-42 e 462; Schneider (1994), p. 197-206; Mayer (2000), pp. 619, 623 e 625.

mirabolantes reivindicados sobretudo por Tukatchevski, Stalin previne contra o “militarismo vermelho” que, concentrando-se exclusivamente na indústria dos armamentos, correria o risco de comprometer o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a própria modernização do aparato militar no seu conjunto.²⁷ A mudança não é tampouco o resultado de uma ideia fixa ideológica: além do poder do partido comunista e das relações sociais vigentes na URSS, está em jogo a existência da nação: esta é a convicção de uma grande parte do grupo dirigente soviético, a começar, é claro, por Stalin.

O alarme aparece mais justificado ainda pelo fato de que com o escurecimento do horizonte internacional tanto no plano diplomático como no econômico (1929 é o ano da Grande Depressão) se interliga, internamente à Rússia, a “crise do grão” (a brusca queda da quantidade de grão colocada no mercado pelos camponeses. “Filas para adquirir gêneros alimentícios se espalharam pela cidade” e isso provoca um agravamento da crise. Era uma situação que “não podia não agir contra as orientações de Bukharin” – observa com razão o seu biógrafo.²⁸ A esta altura, a sorte do duunvirato está marcada. A ruptura não se explica apenas com os escrúpulos morais do duunviro derrotado, que prevê com perspicácia a “noite de São Bartolomeu” provocada pela coletivização coagida da agricultura (*supra*, cap. 3, § 7). Foi outro elemento que provocou a divisão. Também Bukharin está seriamente preocupado com o perigo da guerra, mas não crê que se possa encontrar uma solução em âmbito puramente nacional: “a vitória real definitiva do socialismo no nosso país não é possível sem a ajuda de outros países e da revolução mundial”.²⁹ O dirigente bolchevique, que já tinha condenado a paz de Brest-Litovsk como uma deserção covarde e nacionalista da causa da luta internacional do proletariado revolucionário, continua a permanecer fiel a tal visão do internacionalismo:

Se exagerarmos as nossas possibilidades, poderia surgir uma tendência... ‘a cuspir’ sobre a revolução internacional. Tal tendência poderia dar origem a uma ideologia sua específica, um ‘bolchevismo nacional’ peculiar ou a algo nesse mesmo espírito. Desse ponto a numerosas ideias ainda mais perigosas é apenas um passo.³⁰

²⁷ Davies (1989), pp. 443-47.

²⁸ Cohen (1975), pp. 263-64.

²⁹ Cohen (1975), p. 190.

³⁰ Cohen (1975), p. 191.

Stalin, ao contrário, parte mais realisticamente do pressuposto da estabilização existente no mundo capitalista: a defesa da URSS é, em primeiro lugar, uma tarefa nacional. Não se trata de promover a industrialização do país em etapas forçadas. Como demonstra a “crise do grão”, o afluxo de gêneros alimentícios da zona rural para a cidade e para o exército não está de modo algum garantido. Particularmente sensível a esse problema era um dirigente como Stalin, que, a partir da rica experiência acumulada durante a guerra civil, tinha muitas vezes sublinhado a importância primária num futuro conflito da estabilidade das retaguardas e dos fornecimentos alimentícios provenientes da zona rural. Eis as conclusões que surgem de uma carta de Lênin e de uma entrevista ao *Pravda*, respectivamente do verão e do outono de 1918: “a questão das provisões alimentícias está naturalmente ligada à questão militar”. Ou seja, “um exército não pode subsistir por muito tempo sem sólidas retaguardas. Para que a frente seja estável, é preciso que o exército receba regularmente das retaguardas os complementos, os fornecimentos militares, as provisões”.³¹ Ainda na véspera da agressão hitleriana, Stalin prestará grande atenção à agricultura, apontada como um elemento central da defesa nacional.³² Compreende-se então por que, no final da década de 1920, a coletivização da agricultura apareça como o caminho obrigatório para acelerar drasticamente a industrialização do país e garantir de modo estável para as cidades e o exército o fornecimento daquilo que necessitam: tudo em previsão da guerra. Com efeito:

Deixando de lado os custos humanos, os resultados econômicos do primeiro plano quinquenal foram assombrosos. Aumentando em 250% a sua produção industrial, a Rússia soviética dava passos gigantescos para tornar-se uma grande potência industrial [...]. Obviamente, o ‘grande salto para a frente’ na economia industrial da Rússia soviética comportava um ‘grande salto para a frente’ no setor militar, com as despesas militares que se multiplicaram por cinco entre 1929 e 1940.³³

Mais modestos são os resultados conseguidos na agricultura, onde a superação da economia de subsistência e a centralização criaram, de qualquer modo, condições mais favoráveis para o abastecimento regular de um exército de grandes dimensões.

³¹ Stalin (1971-1973), vol. 4, pp. 104 e 131 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, pp. 135 e 167); sobre isso cf. Schneider (1994), pp. 234-37.

³² Wolkogonow (1989), pp. 506-07.

³³ Mayer (2000), pp. 630-31.

Do “democratismo socialista” ao Grande Terror

Superada a “noite de São Bartolomeu” constituída pela coletivização coagida da agricultura, com os horríveis custos sociais e humanos que ela comporta, parece de novo surgir a política de abertura que já conhecemos. Depois da vitória sobre os *kulaks* – observa Kaganovitch em setembro de 1934 – é preciso “passar de modo completo para a legalidade” e “educar a nossa população na consciência socialista do direito”; sim, sem a educação em massa de “160 milhões de homens no espírito e na consciência do direito” não é possível realizar “a consolidação do nosso ordenamento”.³⁴ Tudo isso é mais necessário ainda porque – acentua Stalin – na URSS “não há mais classes antagonicas”.³⁵ Portanto, não há mais motivo para retardar na introdução do “sufrágio universal, direto e igual, com escrutínio secreto”³⁶, do “sufrágio universal sem nenhuma restrição”.³⁷ São, por isso, rejeitadas as emendas à nova Constituição, que propõem “privar dos direitos eleitorais os ministros do culto, os ex-guardas *brancos*, todos os “ex” e as pessoas que não desempenham um trabalho de utilidade pública”. Também não tem sentido querer conceder a esses grupos “apenas o direito de eleger, mas não o de serem eleitos”; como também convém rejeitar a proposta de “proibir a celebração das cerimônias religiosas”. Agora é possível avançar em direção ao “democratismo socialista”.³⁸

Não se trata só de propaganda, que certamente desempenha um papel importante. Estamos na presença de uma perspectiva que suscita a dura polémica de Trotski, o qual acusa por ela o “liberalismo de Stalin” e a classifica como abandono do “sistema de soviets” e a volta à “democracia burguesa”, no âmbito da qual, removidas as diferenças de classe, o sujeito é constituído pelo “cidadão” na sua abstração. Compreende-se muito bem essa virada: “a primeira preocupação da aristocracia soviética é desembaraçar-se dos soviets dos operários e dos soldados do Exército Vermelho”.³⁹

É clara a antítese entre as duas perspectivas. Uma vez afastado o perigo para a independência do país representado por uma zona rural atrasada, hegemônica pelos *kulaks* e em condições de bloquear o afluxo de forneci-

³⁴ Em Khlevniuk (1998), p. 174.

³⁵ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 68 (= Stalin, 1952, p. 624).

³⁶ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 74 (= Stalin, 1952, p. 629).

³⁷ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 88 (= Stalin, 1952, p. 642).

³⁸ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 87 e 89 (= Stalin, 1952, pp. 641 e 643).

³⁹ Trotski (1988), pp. 653 e 664.

mento para a cidade e o exército, e permanecendo firme a ditadura exercida pelo partido comunista, Stalin não tem qualquer interesse em exacerbar mais o conflito político e social. É o próprio estímulo da industrialização em etapas que o impele a solicitar a promoção de elementos “sem partido” a postos de responsabilidade na fábrica e na sociedade. É inadmissível assumir em relação a eles uma atitude de fechamento: “não há nada mais estúpido e mais reacionário”; “a nossa política não consiste de modo algum em transformar o partido numa casta fechada”; é preciso fazer todo esforço para ganhar especialistas, engenheiros e técnicos da “velha escola” para a causa do desenvolvimento industrial e tecnológico do país.⁴⁰

Por outro lado, não é possível promover o desenvolvimento industrial e tecnológico sem incentivar também no plano material a formação de operários e técnicos especializados; daí a polêmica contra o “nivelamento ‘esquerdista’ dos salários”. Somente tomando distância de um nivelamento retributivo grosseiro é possível introduzir uma “organização do trabalho” mais eficiente e acabar com a flutuação da força de trabalho, sobretudo aquela mais qualificada, que se muda de uma fábrica para outra em busca de uma remuneração melhor e menos achatada. Além do igualitarismo e do desânimo objetivo dos trabalhadores mais qualificados e mais comprometidos, a política dos incentivos deve acabar também com a irresponsabilidade coletiva para introduzir, em vez dela, o princípio da “responsabilidade pessoal”.⁴¹

É exatamente a essa altura que amadurecem as condições para começar a terceira guerra civil, aquela que divide as próprias fileiras bolcheviques. É muito dura a tomada de posição de Trotski contra aquela que ele define não erradamente como “neo-NEP”. Sim, no PCUS está em ação uma “virada à direita” sempre mais acentuada, com favorecimento dos “estratos superiores da aldeia” e a desforra dos *kulaks*: a burocracia “está pronta a fazer concessões econômicas aos camponeses, aos seus interesses e às suas tendências pequeno-burguesas”. Mais em geral, em consequência também da “virada em direção ao mercado” e o “cálculo monetário” e do aumento do custo de vida correlato, muito longe de avançar para o socialismo e para a superação das desigualdades e da divisão em classes, a sociedade soviética é sempre mais claramente caracterizada por “novos processos da estratificação em classes”.⁴² A essa involução no plano interno corresponderia, no que diz respeito à política internacional, a renúncia de toda perspectiva revolucioná-

⁴⁰ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 61-2 e 69 (= Stalin, 1952, pp. 427-28 e 434).

⁴¹ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 51-5 (= Stalin, 1952, pp. 419-22).

⁴² Trotski (1988), pp. 568 e 570-05.

ria e internacionalista por parte da “burocracia conservadora e mesquinamente nacional da União Soviética”.⁴³ Agora “o único princípio orientador é o *Status quo!*”, como é confirmado pela “entrada da União Soviética na Sociedade das Nações”.⁴⁴

Obviamente, nem a Stalin nem a Trotski escapa o agravamento da situação internacional, mas as respostas dadas por eles a esse problema são diferentes e contrapostas. Para o primeiro se trata de concentrar-se no desenvolvimento econômico e tecnológico da Rússia, remendando na medida do possível as divisões provocadas pela Revolução de Outubro e pela coletivização da zona rural e apresentando o partido comunista como guia da nação no seu conjunto. A condição de estabilidade e de equilíbrio assim conseguida no plano interno pode permitir ao mesmo tempo promover a política de alianças no plano internacional apta a garantir a segurança da URSS. Na opinião de Trotski, porém, por impetuoso que possa ser o desenvolvimento industrial da Rússia soviética, ela pode derrotar a agressão dos países imperialistas mais avançados somente graças ao apoio do proletariado dos países agressores.⁴⁵ Portanto, a acomodação com a burguesia no plano interno e internacional não só constitui uma traição, mas impede o país nascido de outubro de 1917 de atrair para si o proletariado revolucionário internacional, o único que pode salvá-lo. O choque entre essas duas perspectivas é inevitável. Kirov é assassinado em 1º de dezembro de 1934; o pacto franco-soviético é de 2 de maio de 1935; entre essas duas datas se coloca a ampla intervenção supracitada de Trotski (*Para onde a burocracia staliniana está conduzindo a URSS?*) que é publicado em 30 de janeiro de 1935 e que é, todo ele, uma dura requisitória contra a “neo-NEP” interna e internacional.

Do “socialismo sem ditadura do proletariado” ao aperto de garrote da Guerra Fria

O grande terror, e o terrível expurgo que ele inclui, foi seguido pela grande Guerra Patriótica. Depois da derrota do III Reich, Stalin, que “prevê um grande futuro para a Grande Aliança” antifascista e que procura prevenir o começo da Guerra Fria⁴⁶, declara repetidamente, também nos encontros confidenciais

⁴³ Trotski (1997-2001), vol. 3, p. 437.

⁴⁴ Trotski (1988), p. 569.

⁴⁵ Trotski (1988), pp. 930-31.

⁴⁶ Roberts (2006), pp. 296 e 231 seg.

com dirigentes comunistas da Europa oriental, que aqui não se trata de introduzir o modelo político soviético: “É possível que, se na União Soviética não tivéssemos tido a guerra, a ditadura do proletariado tivesse tomado um caráter diferente”. A situação que se criou na Europa oriental depois de 1945 é nitidamente mais favorável: “Na Polônia não há a ditadura do proletariado e dela não necessitais”; “a Polônia deve seguir o caminho da introdução da ditadura do proletariado? Não, não é obrigada a fazer isso, não é necessário”. E aos dirigentes comunistas búlgaros: é possível “realizar o socialismo de modo novo, sem a ditadura do proletariado”; “a situação mudou de modo radical com respeito à nossa revolução, é necessário aplicar métodos e formas diferentes [...]. Não deveis temer as acusações de oportunismo. Isto não é oportunismo, mas a aplicação do marxismo à situação atual”. E a Tito: “Hoje em dia o socialismo é possível até sob a monarquia inglesa. A revolução não é mais necessária por toda parte [...]. Sim, o socialismo é possível até sob um rei inglês”. O historiador que relata esses colóquios comenta, por sua vez: “Como essas observações mostram, Stalin estava repensando de modo ativo a validade universal do modelo soviético de revolução e socialismo”.⁴⁷ Talvez se possa ir além e dizer que o repensamento diz respeito também à relação em geral entre socialismo e democracia, com referência até à própria União Soviética: formular a hipótese de um socialismo sob um rei inglês significa colocar de algum modo em discussão, senão a concentração monopolista do poder nas mãos do partido comunista, pelo menos a ditadura terrorista e a autocracia. É sintomática a política seguida na zona de ocupação soviética na Alemanha: “Os russos não promoveram apenas o teatro, o balé, a ópera e o cinema socialistas; promoveram também as “artes burguesas”, e isto de acordo com o programa formulado em Moscou, “com base no qual o sistema soviético não se destinava à Alemanha, que devia, ao contrário, ser reorganizada na base de princípios amplos, antifascistas e democráticos”. De modo que, “durante os primeiros três anos depois da guerra, na capital não houve nenhuma divisão cultural real, e a Zona soviética continuou a desempenhar um papel de guia no campo cultural”.⁴⁸

O início da Guerra Fria interrompe de forma brusca essa experiência e essa reflexão: o problema central se torna agora a criação de uma faixa de segurança em torno de um país duramente provado pela agressão e ocupação nazistas, a fim de evitar que se repitam as tragédias do passado. Se também “o problema do desmantelamento, pelo menos parcial, do Gulag é colocado

na URSS já antes do desaparecimento de Stalin”⁴⁹, um degelo real se torna impossível. Depois de Hiroshima e Nagasaki, a União Soviética deve empenhar-se numa nova “marcha forçada” para perseguir a nova “revolução tecnológica ocidental”. Ela se libertou da “ocupação ocidental alemã”, mas não pode “dar-se descanso”: surgiu uma nova ameaça terrível.⁵⁰ Mais ainda porque, alguns anos depois, em 1º de novembro de 1952, acontece a explosão da primeira bomba de hidrogênio, mil vezes mais poderosa do que aquela lançada sobre as cidades japonesas:

Quando o governo estadunidense anunciou os resultados do teste, em outros países houve reações de choque e de terror. Era claro que uma bomba de potência tão extraordinária não poderia ser usada contra objetivos militares. Se não era uma arma de guerra, poderia ser apenas uma arma de genocídio e de chantagem política [...]. Stalin recebeu um relatório sobre o teste estadunidense em meados de novembro, e ele serviu apenas para confirmar a sua convicção de que os Estados Unidos se preparavam seriamente para uma guerra contra a União Soviética.⁵¹

Uma preocupação não infundada, se pensarmos em janeiro de 1952. Para degelar a situação de apatia nas operações militares na Coreia, Truman acariciava uma ideia radical transcrita por ele também numa anotação de diário: poder-se-ia lançar um ultimato para URSS e China Popular, esclarecendo antecipadamente que a não submissão “significa que Moscou, Petersburgo, Mukden, Vladivostock, Pequim, Xangai, Port Arthur, Dairen, Odessa, Stalingrado e todas as plantas industriais na China e na União Soviética seriam eliminadas (*eliminated*)”.⁵²

Nas três décadas de história da Rússia soviética dirigida por Stalin, o aspecto principal não é constituído pelo de a ditadura do partido desembocar numa autocracia, mas por repetidas tentativas de passar do estado de exceção para uma condição de relativa normalidade, tentativas que fracassam por razões tanto internas (a utopia abstrata e o messianismo a impedirem que se reconheçam nos resultados conseguidos) como internacional (a permanente ameaça que pesa sobre o país nascido da Revolução de Outubro), ou pelo entrelaçamento delas. O próprio messianismo, por um lado, é expressão de tendências intrínsecas ao marxismo, por outro lado, é a reação ao horror do

⁴⁷ Roberts (2006), pp. 247-49.

⁴⁸ MacDonogh (2007), pp. 215-16.

⁴⁹ Werth (2007a), p. xix.

⁵⁰ Toynbee (1952), pp. 18-20.

⁵¹ Medvedev, Medvedev (2006), p. 174.

⁵² Sherry (1995), p. 182.

primeiro conflito mundial, que também em ambientes e personalidades distantes do marxismo suscita a aspiração a um mundo absolutamente novo, sem nenhuma relação com uma realidade suscetível de produzir ou de reproduzir tal horror. Com o estouro da terceira guerra civil (no âmbito das fileiras bolcheviques) e com a contemporânea aproximação do segundo conflito mundial (na Ásia antes ainda que na Europa) essa série de fracassos resulta finalmente na vinda da autocracia, exercida por um líder que era objeto de um verdadeiro culto.

Burocratismo ou "fé fervorosa"?

Que ideia podemos fazer do grupo dirigente que consegue a vitória durante a terceira guerra civil e que procura pôr fim ao segundo período das desordens exatamente quando no horizonte se formam novas tempestades gigantescas? Vimos que, enquanto Kruschiov, com alusões tortuosas, faz de Kirov a vítima do complot orquestrado pelo Kremlin, Trotski o classifica como tirano e como expoente de primeiríssimo plano da odiada burocracia usurpadora e parasitária, que a chamada nova revolução devia varrer de uma vez para sempre. Mas é realmente um burocrata aquele que levou os tiros de pistola de Nikolaev? Voltemos à estudiosa russa já citada, crítica do mito do assassinato inspirado por Stalin, para ver de que modo a vítima é descrita por ela. Afinal, quem era Kirov? Era um dirigente leal, franco e devoto à causa. E não é tudo: era característica da sua personalidade a atenção pelos problemas também mínimos da vida cotidiana dos seus colaboradores, uma grande modéstia, a "tolerância com respeito às opiniões diferentes das suas, o respeito pela cultura e pelas tradições dos outros povos".⁵³

Esse juízo lisonjeiro acaba projetando uma luz favorável sobre todo o ambiente freqüentado por Kirov e, em última análise, sobre o próprio Stalin, do qual o primeiro era um colaborador íntimo e confiável. Não estamos absolutamente na presença de um estrato de burocratas sem ideais e interessados exclusivamente na carreira:

Como numerosos dirigentes da época, Kirov acreditava sinceramente no futuro radioso para o qual ele trabalhava entre dezoito e vinte horas por dia: comunista convicto, ele o era também quando cantava louvores a Stalin em nome do fortalecimento do partido e da União Soviética, do desenvolvi-

mento e do poderio do país. Essa fé fervorosa talvez tenha sido a tragédia de uma geração inteira.⁵⁴

Em todo caso, é o grupo dirigente no seu conjunto que dá prova de dedicação ao trabalho e de espírito de sacrifício. Já conhecemos a "enorme carga de trabalho" que o líder soviético consegue despachar (*supra*, cap. 1, § 4):

[Pelo menos nos anos de guerra] Stalin trabalhava quatorze ou quinze horas por dia no Kremlin ou na dacha [...]. No outono de 1946, Stalin foi para o sul para tirar férias pela primeira vez desde 1937 [...] [A poucos meses da sua morte e não acatando o conselho premente dos médicos] Stalin rejeitou fazer uma pausa no outono ou no inverno de 1952, não obstante a enorme quantidade de tempo e de trabalho dedicado à organização do XIX congresso do partido no mês de outubro.⁵⁵

Considerações análogas podem ser feitas de um colaborador íntimo de Stalin, ou seja, Lazar M. Kaganovitch, que desenvolve uma "atividade frenética" na direção da construção do metrô em Moscou: "descia diretamente nos túneis, mesmo de noite, para verificar o andamento dos trabalhos e inteirarse da situação".⁵⁶ Conclusão, estamos na presença de um grupo dirigente que, sobretudo nos anos de guerra, se empenha numa "doação quase sobrehumana".⁵⁷

É uma "fé fervorosa" que o anima; essa fé não fica limitada ao âmbito desse grupo restrito nem tampouco só dos membros do partido comunista. Também "homens e mulheres comuns" davam prova de "zelo missionário"; no conjunto, "foi um período de entusiasmo genuíno, de esforços febris e de sacrifícios voluntários".⁵⁸ É um clima espiritual que se pode compreender muito bem se tivermos presente que o país queimava as etapas do desenvolvimento industrial e oferecia a amplos estratos da população largas perspectivas de promoção social, exatamente quando o mundo capitalista circunstante mergulhava numa crise devastadora. Demos a palavra a um historiador que, para a sua análise, se vale também de uma interessante memorialística:

Os anos 1928-1931 foram para a classe trabalhadora um período de enorme mobilidade para cima. Os promotores da competição socialista e os traba-

⁵³ Kirilina (1995), pp. 51 e 192-93.

⁵⁴ Kirilina (1995), p. 192

⁵⁵ Medvedev, Medvedev (2006), pp. 16-19.

⁵⁶ Marcucci (1997), pp. 151-52.

⁵⁷ Montefiore (2007), pp. 503-04.

⁵⁸ Cohen (1975), p. 336.

lhadores de vanguarda não só substituíam os quadros considerados 'inaptos', mas ocupavam em massa os postos disponíveis nos aparelhos burocráticos e nos institutos educativos em rápida expansão. Eles não eram passivamente promovidos, mas protagonistas ativos da promoção (*samovydvishentsy*). Tinham "um objetivo claro e definido para o presente e o futuro" e "procuravam adquirir conhecimentos e experiência prática na medida máxima possível de modo a serem úteis à nova sociedade na medida máxima possível".

O movimento de vanguarda e a competição socialista desempenharam um papel crucial no processo de industrialização: ajudaram a liderança política a acelerar o ritmo de tal processo, a promover a modernização industrial, a reorganizar a direção das fábricas segundo o modelo da direção única, para selecionar, para fim de promoção, trabalhadores jovens, ambiciosos, competentes e politicamente confiáveis. O surgimento desses trabalhadores como forças novas tinha um efeito de entusiasmo sobre os líderes do partido, da indústria e do sindicato.⁵⁹

Uma testemunha bastante autorizada confirma e enriquece o quadro aqui bosquejado. Em 1932, de Riga, capital da Letônia, um jovem diplomata estadunidense destinado depois a tornar-se famoso como teórico do *containment* antissoviético, ou seja, George Kennan, envia um despacho a Washington que contém uma análise bastante interessante. Observa ser de se notar que "na União Soviética a vida continua a ser administrada no interesse de uma doutrina", ou seja, do comunismo. É uma visão do mundo que pode contar com amplo consenso. O "proletariado industrial" goza de um reconhecimento social bastante elevado, que no seu modo de ver supera grandemente as "desvantagens materiais" ligadas à aceleração programada do desenvolvimento econômico. Sobretudo os jovens ou "uma determinada porção da juventude" se revela "extremamente entusiasmada e feliz, como só pode ser verificado em seres humanos completamente imersos em tarefas que não têm nenhuma relação com a vida pessoal", ou seja, em seres humanos totalmente presos pelo projeto exaltante de construção de uma nova sociedade. Neste sentido se pode falar de "ilimitada confiança em si mesmos, saúde mental e felicidade da jovem geração russa". Mas aqui intervém uma advertência que, à luz da experiência histórica posterior, pode ser considerada longividente: "De país moralmente mais unificado do mundo a Rússia

pode transformar-se de um momento para o outro no pior caos moral".⁶⁰ Uma condição de tão forte tensão moral dificilmente resistiria ao desgaste do tempo e às inevitáveis dificuldades e insucessos do projeto de construção de uma nova sociedade, e então ela facilmente poderia virar no seu contrário. É verdade que, em 1932 e na véspera do assassinato de Kirov, a Rússia soviética se apresenta, aos olhos do futuro teórico do *containment*, como "o país moralmente mais unificado do mundo".

Certamente, quando se exprime assim, Kennan parece ter presente mais a realidade das cidades (onde, mesmo entre contradições, a mudança tinha, de fato, suscitado o entusiasmo de uma grande parte dos jovens, intelectuais e operários da indústria⁶¹) que a realidade da zona rural. Aí a coletivização forçada da agricultura tinha provocado, segundo a previdente advertência de Bukharin, "uma 'noite de São Bartolomeu' para os camponeses ricos" e, mais em geral, para "um enorme número de camponeses" muitas vezes pertencentes às minorias nacionais. Nem tinha surgido uma guerra civil travada de modo cruel e horrível de lado a lado, tão cruel e horrível que levou ao suicídio um alto expoente do poder militar soviético, transtornado por uma inspeção durante a qual teria gritado repetidamente que não se tratava de comunismo, mas de "horror".⁶² Provavelmente foi esse "horror" que provocou a crise moral de Bukharin, indignado com a noite de São Bartolomeu em larga escala contra a qual em vão advertira, horrorizado com o gigantesco experimento de engenharia social que continuava sem "piedade", sem distinguir "entre uma pessoa e um pedaço de lenha".⁶³ Também depois da conclusão do processo de coletivização, não convence falar de uma zona rural "moralmente unificada", como se tivesse desaparecido totalmente até a lembrança da guerra civil que a tinha lacerado e ensanguentado.

No entanto, embora com essas especificações necessárias, a insistência de Kennan sobre o apego à "doutrina" e sobre o entusiasmo nos levam a pensar na "fé fervorosa" e no "zelo missionário" de que já se falou. Até o desencadeamento do grande terror de 1937 o quadro não muda de modo radical, pelo menos segundo as análises convergentes de um historiador estadunidense e de um historiador russo. O primeiro, embora insista no aspecto da manipulação do alto da opinião pública, observa, no entanto, que em 1935 Stalin gozava de uma grande popularidade: uma eventual tentativa de derrubar o seu poder se teria chocado

⁶⁰ Kennan (2001).

⁶¹ Mayer (2000), p. 633.

⁶² Losurdo (1996), cap. V, § 9.

⁶³ Cohen (1975), pp. 348 e 301.

com uma resistência generalizada.⁶⁴ Em relação ao ano seguinte, o segundo (um historiador antistalinista militante) constata que “o partido e o povo soviético continuavam a ter confiança em Stalin”; antes, em consequência do fato que “o nível de vida urbano e rural elevou-se de maneira apreciável”, difunde-se “um certo entusiasmo popular”.⁶⁵

Não é apenas a elevação do padrão de vida que motiva esse “entusiasmo”. Há muito mais: o “real desenvolvimento” das nações até aquele momento marginalizadas; a conquista por parte das mulheres da “igualdade jurídica com os homens, acompanhada de uma melhoria do status social”; o surgimento de “um sólido sistema de proteção social” que inclui “pensões, assistência médica, proteção das grávidas, abonos familiares”; “o considerável desenvolvimento da educação e da esfera intelectual no seu conjunto”, com a extensão “da rede das bibliotecas e das salas de leitura” e a difusão “do gosto das artes, da poesia”; é o advento tumultuado e exaltante da modernidade (urbanização, família nuclear, mobilidade social).⁶⁶ Trata-se de processos que caracterizam a história da Rússia soviética no seu conjunto, mas que começam a decolar exatamente nos anos de Stalin.

As massas populares tradicionalmente condenadas ao analfabetismo irrompem em massa nas escolas e nas universidades; forma-se assim “toda uma nova geração de operários especializados e técnicos e administradores tecnicamente preparados”, chamados de modo rápido a desempenhar uma função dirigente. “Novas cidades são fundadas e velhas cidades são reconstruídas”; o surgimento de novos complexos industriais gigantesco anda junto com “a ascensão de cidadãos hábeis e ambiciosos de origem operária ou camponesa aos níveis superiores da escala social”.⁶⁷ A esse respeito falou-se de “uma mistura de coerções brutais, de heroísmo memorável, de loucura desastrosa e de resultados espetaculares”.⁶⁸

Talvez não sejam sequer estes resultados, e os melhoramentos econômicos ligados a eles, que constituem o aspecto principal a identificar na transformação radical que o lugar de produção e de trabalho sofre na passagem do antigo para o novo regime.

[Na Rússia czarista] os empregados pediam ao patrão um tratamento mais respeitoso, insistindo no uso do ‘vós’ em lugar do ‘tu’, no qual viam um re-

⁶⁴ Tucker (1990), pp. 331-32.

⁶⁵ Medvedev (1997), pp. 223-24.

⁶⁶ Lewin (2003), pp. 389-97.

⁶⁷ Tucker (1990), pp. 201, 102 e 324.

⁶⁸ Cohen (1975), p. 335.

síduo do antigo sistema de servidão da gleba. Queriam ser tratados ‘como cidadãos’. E muitas vezes era exatamente a questão do respeito pela dignidade humana, mais que as reivindicações salariais, que alimentava as agitações e as manifestações operárias.⁶⁹

Depois de ter por muito tempo em vão desejado e procurado, os servos conseguem o reconhecimento (no sentido hegeliano do termo) com a vinda do poder soviético. E isso vale não só para os trabalhadores, mas também, como veremos, para as minorias nacionais. É essa interligação dos “resultados espetaculares” no plano do desenvolvimento econômico, por um lado, e das desordens das hierarquias do antigo regime (confirmada por uma possibilidade de mobilidade e de ascensão social sem precedentes), por outro lado, que estimula na massa da população uma sensação de exaltação: ao reconhecimento já conseguido como trabalhadores é acrescentado o reconhecimento como povo soviético unificado, que agora está a ponto de alcançar os países mais avançados, tirando assim das costas a tradição e a imagem do atraso. Isto explica a sensação exaltante de participar na construção de uma nova sociedade e de uma nova civilização, que antecipam os erros, os sacrifícios e o terror.

Por outro lado, é interessante reler a acusação contra a direção burocrática soviética feita por Trotski na véspera do Grande Terror. É como se, improvavelmente, a requisitória se abrisse a passagens tão vistosas e a reconhecimentos tão importantes que ela virasse o seu contrário:

Os imensos resultados obtidos na indústria, o início muito promissor de um desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento extraordinário das velhas cidades industriais, a criação de novas, o rápido aumento do número dos operários, a elevação do nível de vida e das necessidades, estes são os resultados incontestáveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do velho mundo viram o túmulo da civilização. Não é mais o caso de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória nas páginas de *O Capital*, mas numa arena econômica que compreende a sexta parte da superfície do globo [...]. Só a revolução proletária permitiu que um país atrasado obtivesse em menos de vinte anos resultados sem precedentes na história.⁷⁰

Com o desenvolvimento econômico se entrelaça o acesso a cultura não só de novos estratos sociais, mas também de povos inteiros:

⁶⁹ Figes (2000), p. 156.

⁷⁰ Trotski (1988), pp. 694-95 (= Trotski, 1968, pp. 7-8).

O ensino é feito atualmente na URSS em pelo menos oitenta línguas. Para a maioria desses idiomas foi necessário criar o alfabeto ou substituir alfabetos asiáticos aristocratas demais por alfabetos latinizados, mais ao alcance das massas. Apareceram jornais em outras tantas línguas e fazem pastores nômades e agricultores primitivos conhecerem os elementos da cultura; as regiões longínquas do Império, outrora descuidadas, veem surgir indústrias. O trator destrói velhos costumes, que ainda estão ligados ao clã. Juntamente com a escrita aparecem a medicina e a agronomia. Não é fácil apreciar todo o alcance dessa valorização de novos estratos da humanidade.⁷¹

Pelo menos no que diz respeito à relação instituída com “as nacionalidades atrasadas”, a odiada burocracia desenvolve, apesar de tudo, “um trabalho progressista”; ela “constrói para elas uma ponte para os benefícios elementares da cultura burguesa e, parcialmente, pré-burguesa”.⁷² Permanece um mistério como, com base nesse quadro, Trotski podia pensar que a revolução antiburocrática estivesse logo depois da esquina. Mas não é esse o ponto que agora nos interessa. Os reconhecimentos, que o líder da oposição deixa escapar, são o sintoma do prestígio e do consenso de que a direção soviética ainda gozava. De outro modo não se poderia explicar a difusão de um “novo patriotismo soviético”, um sentimento “certamente muito profundo, sincero e dinâmico”.⁷³

Os anos 1937-1938 são o biênio do Grande Terror. Nem sequer na “sua fase pior”, o regime de Stalin vê desaparecer a sua base social de consenso e os seus “seguidores entusiastas”, que continuam a estar motivados tanto pela ideologia como pelas chances de promoção social: é um “erro” ler o consenso permanente como “um simples artifício da censura e da repressão de Estado”.⁷⁴ Verifica-se um entrançamento paradoxal e trágico: por um lado, em consequência do forte desenvolvimento econômico e cultural, por outro, dos vazios pavorosos abertos pela repressão, “dezenas de milhares de stakhanovistas [trabalhadores de vanguarda] se tornaram diretores de fábrica” e uma mobilidade vertical análoga, rapidíssima se verifica nas forças armadas.⁷⁵ Em agosto de 1939, durante a negociação do pacto de não agressão, o tradutor-chefe do Ministério do Exterior alemão visita Moscou e descreve assim o espetáculo que lhe oferecem a Praça Vermelha e o mausoléu dedicado a Lênin:

⁷¹ Trotski (1988), p. 863 (= Trotski, 1968, p. 157).

⁷² Trotski (1988), pp. 862-63 (= Trotski, 1968, p. 156).

⁷³ Trotski (1988), p. 856 (= Trotski, 1968, p. 151).

⁷⁴ Cohen (1986), pp. 68-69.

⁷⁵ Medvedev (1977), p. 404.

Uma longa fila de camponeses russos esperava pacientemente diante desse mausoléu para ver no seu túmulo de vidro o predecessor encerrado de Stalin. Pela sua atitude e expressão de seus rostos, os russos me deram a impressão de peregrinos devotos. “Quem esteve em Moscou e não viu Lênin” – me disse um membro da embaixada – “não vale nada para a população rural russa”.⁷⁶

A veneração generalizada pelo “predecessor de Stalin” era também um sintoma da ampla base social de consenso do qual este último continuava a gozar. Em todo caso, as profundas divisões provocadas pelo Grande Terror estão pelo menos em parte cicatrizadas pela unidade patriótica que se solda durante a resistência contra a guerra hitleriana de aniquilamento e escravização. É certo que – citamos ainda uma vez uma historiadora insuspeita de ser propensa a perdoar o comunismo e o “stalinismo” – “a vitória fez aumentar em medida sem igual não só o prestígio internacional da União Soviética, mas também a autoridade do regime dentro do país”, de modo que “a popularidade de Stalin alcança o seu auge nos anos que se seguem à guerra”.⁷⁷ E essa “popularidade” permanece imutável até à morte e se fez notar também fora da União Soviética e até, em certa medida, além das fronteiras do movimento comunista internacional.

Um universo concentracionário rico em contradições

Como o terror, também o universo concentracionário por ele produzido não apresenta uma direção retilínea e um quadro homogêneo: muito longe de ser “um sistema estático”, ele “continuava a girar como um pião” e, de qualquer modo, “atravessou ciclos de relativa crueldade e relativa humanidade”.⁷⁸ Esta é a opinião de uma historiadora estadunidense, que, embora não apenas pinte de modo mais escuro os acontecimentos iniciados em outubro de 1917, faz zombaria também dos “homens de Estado ocidentais”, os quais se deixaram enganar por um “exterminador” ainda que bastante astuto como era Stalin e chegaram a nutrir por ele um sentimento de respeito.⁷⁹ O livro de um historiador russo empenhado também em demonstrar a equivalência da URSS staliniana e do III Reich argumenta de modo semelhante. No entanto,

⁷⁶ Schmidt (1950), p. 446.

⁷⁷ Zubkova (2003), p. 42 e legenda da foto n. 18.

⁷⁸ Applebaum (2004), pp. 26 e 465.

⁷⁹ Applebaum (2004), p. 10.

as duas monografias, às quais sobretudo farei referência ao analisar o universo concentracionário da Rússia soviética, contam uma história bem diferente das intenções dos seus autores. Antes, o quadro traçado pela historiadora estadunidense poderia ser cá e lá trocado por um produto da propaganda soviética, se não proviesse de uma autora ferrenhamente anticomunista! Começemos a examiná-lo. Em 1921, enquanto assola a guerra civil, por algum tempo funciona assim a prisão moscovita de Butyrka:

Era permitido que os prisioneiros saíssem livremente da prisão. Organizavam sessões de ginástica matutina, tinham formado uma orquestra e um coro, criado um 'círculo' com revistas estrangeiras e uma boa biblioteca. Segundo a tradição de época pré-revolucionária, ao ser libertado, cada prisioneiro deixava os seus livros. Um conselho de detidos distribuía as celas, algumas das quais eram bem mobiliadas, com tapetes no chão e nas paredes. Outro prisioneiro recordava: "Passeávamos pelos corredores como se fossem avenidas". Para Babina [socialista revolucionária] a vida na prisão parece irreal: "chegaremos um dia a ser presos"?

Outra socialista revolucionária, presa em 1924 e enviada a Savvatievo, fica felizmente surpresa por encontrar-se num lugar "em nada semelhante a uma prisão". Graças aos seus conhecimentos pode fazer chegar aos prisioneiros políticos gêneros alimentícios e roupas em abundância, bem como pode também transformar a sua cela numa seção feminina dos socialistas revolucionários. Alguns anos mais tarde, no arquipélago de Soloveckia, vemos os detidos, muitos dos quais eram cientistas de Petersburgo, não só disporem de um teatro, de uma biblioteca com 30.000 volumes, mas também de um jardim botânico, equiparam "também um museu da flora, da fauna, da arte e da história locais".⁸⁰ É verdade, o quadro que nesse mesmo período de tempo o sistema carcerário apresenta não é homogêneo. No entanto, aqueles que se acabou de relatar não são casos isolados. Por outro lado, mesmo se se devesse tratar de ilhas felizes e fugazes, a sua existência seria de per si significativa.

Certamente, não faltam os protestos, mas é interessante ler as reivindicações (parcialmente acolhidas) feitas com uma greve de fome dos prisioneiros políticos (na maioria trotskistas):

Ampliar a biblioteca, incluir periódicos publicados na URSS, pelo menos, com edições da seção da KI [Internacional Comunista], atualizar sistematicamente as seções de economia, política e literatura e as seções das obras

nas línguas das minorias nacionais. Fazer assinatura de pelo menos um exemplar dos jornais estrangeiros. Permitir a inscrição em cursos por correspondência. Organizar para tal fim um fundo cultural apropriado, como acontece até nas penitenciárias criminais [...]. Permitir a introdução na prisão de todas as edições estrangeiras admitidas na URSS, em particular os jornais estrangeiros permitidos, sem excluir os burgueses [...]. Permitir a troca de livros entre presos e guardas [...]. Adquirir papel em quantidade não inferior a 10 cadernos por pessoa por mês.⁸¹

Estamos em junho de 1931, e a data é significativa. Enquanto incluem uma extensão maciça do universo concentracionário, por outro lado a chegada de Stalin ao poder e a campanha lançada por ele para a "liquidação dos *kulaks* como classe" não modificam de modo radical a situação existente dentro de tal universo. Isso não vale só para os prisioneiros políticos: "O início dos anos Trinta [...] foi para os detidos uma época quase 'próspera' e até 'liberal'". A direção do Gulag mostra "certa tolerância religiosa" e acolhe o pedido de dieta vegetariana feito por pertencentes a certas "seitas religiosas".⁸² Segue um trecho acerca das colônias penais no extremo norte no início da década de 1930:

Havia necessidade de hospitais, e os administradores os construíram, introduzindo sistemas para preparar alguns detidos para a profissão de farmacêuticos e enfermeiros. Para suprir as necessidades alimentares, edificaram as empresas agrícolas coletivas próprias, depósitos e um sistema de distribuição. Tendo necessidade de eletricidade, construíram usinas elétricas e, para satisfazer a demanda de material de construção, construíram fábricas de tijolos.

Necessitando de operários especializados, treinam aqueles que lá havia. Muitos deles, ex-kulaks, eram analfabetos ou semianalfabetos, e isso provocava problemas enormes quando se devia enfrentar projetos de certa complexidade técnica. Por isso, a administração dos campos equipou escolas de formação técnica, que por sua vez exigiam outros edifícios e novos quadros: professores de matemática e de física, como meros 'instrutores políticos' para superintender o seu trabalho. Nos anos quarenta, Borkuta, uma cidade construída sobre um terreno permanentemente gelado, onde as estradas deviam ser reasfaltadas e a tubulação consertada toda primavera, ti-

⁸⁰ Applebaum (2004), pp. 45, 50-51 e 55.

⁸¹ Khlevniuk (2006), p. 57.

⁸² Khlevniuk (2006), pp. 59-60, 53 e 64.

nha agora um instituto geológico e uma universidade, teatros, teatro de marionetes, piscinas e asilos.⁸³

Por estranho que possa ser, “o Gulag pouco a pouco levava a ‘civilização’, se assim se pode chamar, a zonas desabitadas remotas”.⁸⁴

Entre os dirigentes e os administradores não faltam os que dão prova de humanidade e inteligência:

Pelo que parece, Berzin aprovava muito (pelo menos com palavras, com entusiasmo) as ideias de Gorki sobre a reabilitação dos prisioneiros. Transudava benevolência e paternalismo, e abriu para os seus detentos salas cinematográficas e círculos de discussão, bibliotecas e mesas ‘estilo restaurante’. Plantou jardins com chafarizes e criou um pequeno jardim zoológico. Além disso, pagava um salário regular aos prisioneiros e praticava a mesma política da “libertação antecipada em troca de um bom trabalho” dos condenados do canal do Mar Branco.⁸⁵

Por outro lado, provocadas pela carestia, pela obsessão de aumentar a produtividade dos detidos, pela desorganização e muitas vezes pela incompreensão e pela rapacidade dos dirigentes locais, “as tragédias eram abundantes”.⁸⁶ Particularmente atroz é a tragédia que em 1933 se abate sobre os exilados que deveriam cultivar a ilha de Nazino (Sibéria ocidental). É uma tarefa que se revela logo desesperada: privados de apetrechos, com os medicamentos e a comida desaparecida em grande parte durante a viagem, numa ilha “completamente virgem”, sem “nenhuma construção” e sem “víveres”, os deportados procuravam sobreviver alimentando-se de cadáveres ou praticando atos de verdadeiro canibalismo. São detalhes tirados de uma carta enviada por um dirigente comunista local a Stalin e depois comunicada a todos os membros do Politburo, que ficaram de algum modo transtornados com isso: “a tragédia de Nazino teve notável ressonância e foi objeto de investigação por parte de diferentes comissões”.⁸⁷ É claro que não foi uma vontade homicida que causou horror; estamos na presença de “um exemplo significativo de como as coisas podiam sair erradas pela falta de programação”. Pelo menos até 1937, no Gulag “as pessoas morriam por acaso”, em consequência da

⁸³ Applebaum (2004), p. 113.

⁸⁴ Applebaum (2004), p. 119.

⁸⁵ Applebaum (2004), pp. 114-16.

⁸⁶ Applebaum (2004), p. 104.

⁸⁷ Khlevniuk (2006), pp. 75-79.

desorganização.⁸⁸ O que caracteriza o universo concentracionário soviético é, em primeiro lugar, a obsessão pelo desenvolvimento, e essa obsessão, se por um lado provoca a infâmia de Nazino, por outro lado tem consequências muito diferentes. Como na sociedade no seu conjunto, entre os detidos se procura estimular a “competição socialista”: aqueles que se distinguem aí podem gozar de “um suplemento alimentar” e de “outros privilégios”. E não é tudo:

Para terminar, os operários mais eficientes eram soltos antecipadamente; para cada três dias de trabalho nos quais a tarefa era realizada cem por cento, cada detido pagava um dia da pena. Quando o canal [do mar Branco] ficou terminado em tempo, em agosto de 1933, foram libertados 12.484 prisioneiros. Muitos outros receberam medalhas e prêmios. Um detido festejou a sua libertação antecipadamente com uma cerimônia na qual houve também a tradicional oferta russa do pão e do sal, enquanto os assistentes gritavam: “Hurra para os construtores do canal!” No ardor do momento, começou a beijar uma desconhecida. Acabaram passando a noite juntos à beira do canal.⁸⁹

A obsessão pedagógica está interligada com a obsessão produtiva, como demonstra a presença, nos campos, de uma “Seção educativo-cultural” (KVC), uma instituição na qual “os dirigentes moscovitas do Gulag [...] realmente acreditavam muito”. Exatamente por isso eles levavam “demasiadamente a sério os jornais murais”. Pois bem, se os lermos, veremos que as biografias dos detidos reabilitados são escritas “numa linguagem extraordinariamente semelhante àquela dos bons trabalhadores de fora da colônia: trabalhavam, estudavam, faziam sacrifícios e procuravam melhorar”.⁹⁰ Visa-se a “reeducar” os presos, transformando-os em stakhanovistas prontos a participar na primeira fila, e com entusiasmo patriótico, no desenvolvimento do país. Demos então a palavra à historiadora estadunidense do Gulag: “Nos campos, como no mundo externo, continuavam a ser feitas as ‘competições socialistas’, concursos de trabalho nos quais os detidos competiam para ver quem conseguia produzir mais. Além disso, festejavam os trabalhadores de vanguarda pela sua presumida capacidade de triplicar ou quadruplicar as tarefas”.⁹¹ Não por acaso, até 1937, ao se dirigir ao prisioneiro, o guarda o

⁸⁸ Applebaum (2004), pp. 105 e 122.

⁸⁹ Applebaum (2004), pp. 95-96.

⁹⁰ Applebaum (2004), pp. 257 e 260-61.

⁹¹ Applebaum (2004), p. 259.

chamava de “camarada”.⁹² A reclusão no campo de concentração não exclui a possibilidade de promoção social: “Muitos presos acabaram trabalhando como guardas ou administradores nos campos”⁹³; sobretudo, como vimos, não poucos aprendem uma profissão para exercer também no momento da sua libertação.

É verdade que em 1937 se verifica uma virada brutal. Enquanto a terceira guerra civil se incendia e nuvens sempre mais ameaçadoras se formam no horizonte internacional, a quinta coluna verdadeira ou suposta se torna o objeto de uma caça sempre mais obsessiva. Em tais circunstâncias o detido não é mais um potencial “camarada”, agora é proibido chamá-lo desse modo; ele é chamado de “cidadão”, mas se trata de um cidadão que é um potencial inimigo do povo. A partir desse momento, o campo de concentração soviético é animado por uma vontade homicida?⁹⁴ Assim pensa a estudiosa estadunidense aqui repetidamente citada, mas ainda uma vez é o seu relato que a desmente: “Nos anos quarenta, em teoria a KVC de cada campo tinha pelo menos um instrutor, uma pequena biblioteca e um ‘círculo’, onde eram levados espetáculos teatrais e concertos, eram organizadas conferências políticas e realizados debates”.⁹⁵ Há mais. Enquanto assola a guerra hitleriana de aniquilamento e o país inteiro se encontra numa situação absolutamente trágica, “tempo e dinheiro” são generosamente investidos para reforçar e melhorar “a propaganda, os manifestos e as reuniões de doutrinação política” dos detidos:

Só entre os papéis da administração do Gulag há centenas e centenas de documentos que atestam a intensa atividade da seção educativo-cultural. Nos primeiros três meses de 1943, por exemplo, em plena guerra, entre os campos e Moscou ocorria uma frenética troca de telegramas, porque os comandantes locais procuravam com todos os meios fornecer instrumentos musicais aos detidos. Nesse tempo, os campos organizaram uma competição sobre o tema “a grande guerra patriótica do povo soviético contra os ocupantes alemães fascistas”; dela participaram cinquenta pintores e oito escultores detidos.⁹⁶

⁹² Applebaum (2004), p. 132.

⁹³ Applebaum (2004), p. 112.

⁹⁴ Applebaum (2004), pp. 122, 129 e 132.

⁹⁵ Applebaum (2004), p. 256.

⁹⁶ Applebaum (2004), pp. 263-64.

Sempre no mesmo ano, o responsável por um campo com 13.000 detidos fazia um balanço significativo da sua atividade:

Notava com orgulho que na segunda metade do ano foram realizadas 762 conferências políticas, assistidas por 70.000 prisioneiros (provavelmente muitos participavam mais de uma vez). Além disso, a KVC tinha organizado 444 reuniões de informação política, das quais participaram 82.400 prisioneiros, publicado 5.046 ‘jornais murais’, lidos por 350.000 pessoas; organizado 232 concertos e espetáculos, projetado 69 filmes e organizado 38 companhias teatrais.⁹⁷

Certamente, a partir da invasão hitleriana, os detidos percebem dramaticamente os efeitos da penúria, mas isso não tem nada a ver com o surgimento de uma vontade homicida:

As altas taxas de mortalidade de certos anos nos campos de concentração refletiam em parte os acontecimentos que se verificavam no exterior [...]. No inverno de 1941-1942, quando um quarto da população do Gulag morreu de inanição, morreram de inanição talvez um milhão de habitantes de Leningrado, cercada pelo bloqueio alemão.

E a penúria e a desnutrição grassavam em ampla parte da União soviética.⁹⁸ Por outro lado, mesmo numa situação tão desesperada, em janeiro de 1943 “o governo soviético instituiu um ‘fundo alimentar’ especial para o Gulag” e, de qualquer modo, “a situação do abastecimento melhorou quando o rumo da guerra se tornou favorável à União Soviética”.⁹⁹

Estamos, pois, tão longe da chegada de uma vontade homicida que o clima de unidade nacional suscitado pela Grande Guerra Patriótica se faz sentir também dentro do Gulag. Nesse meio-tempo, ele conhece um raleamento em massa em consequência de uma série de anistias; vemos, sobretudo, os ex-detentos combaterem valorosamente, mostrar satisfação o orgulho pelo fato de dispor de armas tecnologicamente avançadas e produzidas “graças à industrialização do país” (que também tinha significado a primeira expansão consistente do universo concentracionário), fazer carreira no Exército Vermelho, ser admitido no partido comunista, conseguir honrarias e medalhas pela coragem militar.¹⁰⁰

⁹⁷ Applebaum (2004), p. 264.

⁹⁸ Applebaum (2004), pp. 16 e 435.

⁹⁹ Applebaum (2004), p. 434.

¹⁰⁰ Applebaum (2004), pp. 467-68.

Com a sua alternância de fases relativamente “prósperas” e “liberais” e fases de nítida piora da condição econômica e jurídica dos detidos, a história do Gulag reflete a história da sociedade soviética. Às tentativas de realizar no país em seu conjunto a “democracia soviética”, o “democratismo socialista” e até um “socialismo sem a ditadura do proletariado” correspondem as tentativas de restabelecer no Gulag a “legalidade socialista” ou a “legalidade revolucionária”. É por isso que ásperas denúncias do universo concentracionário soviético provêm do seu interior e de suas cúpulas. Em 1930 é Jagoda que chama a intervir em “todo o sistema carcerário, que está podre até a raiz”. Em fevereiro de 1938 é o próprio Vichinski, procurador geral da URSS, que denuncia as “condições de detenção [...] insatisfatórias e, em casos particulares, quase absolutamente intoleráveis”, que reduzem os homens a “animais selvagens”. Alguns meses depois é Lavrentiy Beria, chefe da polícia secreta sob Stalin, que apoia uma tomada de posição que convida a “punir severamente os inquiridores que consideram as pancadas como o principal método de investigação e que estropiam os presos quando não têm provas suficientes da sua atividade antissoviética”.¹⁰¹ Não se trata de denúncias rituais; quando descobertos, os responsáveis pelos “abusos” são severamente punidos, até com a morte; muitos outros são demitidos; não faltam sequer os conflitos entre magistratura e aparelho repressivo, o qual recalçitra contra a introdução de “regras” que parecem “uma surpresa extremamente desagradável”.¹⁰² A fim de reforçar o controle, é encorajada a apresentação de queixas e instâncias por parte dos detidos. Outras vezes se procura melhorar a situação com o recurso à anistia e ao descongestionamento dos campos.¹⁰³ No intervalo entre uma denúncia e outra se assiste a uma real melhora – são as fases de “liberalismo” – apressada às vezes pela irrupção de novas crises. Pela interligação de circunstâncias objetivas e responsabilidades subjetivas, o Gulag, assim como a sociedade no seu conjunto, não consegue superar o estado de exceção.

¹⁰¹ Khlevniuk (2006), pp. 29, 194-95 e 215.

¹⁰² Khlevniuk (2006), pp. 175, 195 e 212-13.

¹⁰³ Khlevniuk (2006), pp. 250-51 e 86.

Sibéria czarista, “Sibéria” da Inglaterra liberal e Gulag soviético

Devemos comparar, ou diretamente assimilar, o Gulag soviético ao *Konzentrationslager* nazista? É uma pergunta que poderia ser respondida por outra: por que limitar a comparação apenas a essas duas realidades? Na Rússia dos czares – sentença Conquest (na mesma trilha de Soljenitsyn) – o universo concentracionário era menos apinhado e menos cruel do que nos tempos de Lênin e, sobretudo, de Stalin.¹⁰⁴ Vale a pena recordar o que Anton Tchekhov escrevia em 1890:

Fizemos definhar na prisão milhões de pessoas sem nenhuma finalidade, sem nenhuma consideração e de modo bárbaro, levamos essas pessoas em correntes no gelo por milhares de verstas, nós as contagiamos com sífilis e as corrompemos, corrompemos e aumentamos os criminosos, mas fomos nós todos que tomamos as devidas distâncias desses assuntos, como se não nos dissessem respeito.¹⁰⁵

Durante a sua duração secular, o universo concentracionário czarista (que, a partir pelo menos de Pedro o Grande, à semelhança do Gulag, visa também ao fornecimento da força-trabalho forçada necessária para o desenvolvimento das regiões mais inacessíveis e menos desenvolvidas) apresentou, em intervalos, crueldade extrema. Uma *via dolorosa* conduzia os condenados ao exílio ou ao trabalho forçado na Sibéria: “além de serem golpeados com o bastão, muitos deles sofriam a mutilação de uma mão, de um pé, de uma orelha, bem como a humilhação de serem marcados a fogo”. Sim, no século XIX se procura apagar “as formas mais extremas de crueldade”, mas trata-se de medidas parciais que na maioria das vezes não têm muito sucesso.¹⁰⁶

A partir disso tudo se vê como é frágil a tentativa de diminuir a importância da Sibéria czarista, a fim de isolar o Gulag soviético e assimilá-lo ao *Konzentrationslager* nazista. Porém, uma consideração ulterior é mais importante: é metodologicamente incorreta uma maneira de comparar que põe lado a lado uma condição de normalidade e uma situação aguda de exceção! Lida com maior consciência crítica, a comparação feita por Conquest pode ter um resultado oposto ao proclamado por ele: é só na Rússia pré-revolucionária que a detenção e a deportação por via administrativa são con-

¹⁰⁴ Conquest (2006), p. ix.

¹⁰⁵ Em Applebaum (2004), p. 18.

¹⁰⁶ Mayer (2000), pp. 236-38.

sideradas uma prática normal, mesmo na ausência de conflitos e perigos particulares. Na Rússia soviética, porém, o estado de exceção influi poderosamente na gênese e na configuração do universo concentracionário, que se torna mais brutal ainda porque nos afasta da consideração de normalidade.

Agora é preciso dar mais um passo em frente. Além da Rússia (czarista e soviética) e da Alemanha, é preciso fazer outros países intervirem na comparação. Uma dupla função é intrínseca também ao universo concentracionário realizado pela Inglaterra liberal. A propósito dos “dissidentes irlandeses” foi observado que eles “entre os séculos XVIII e XIX, tiveram na Austrália a sua Sibéria oficial”, que pelo menos até 1868 engoliu “representantes de quase todos os movimentos radicais existentes na Grã-Bretanha”.¹⁰⁷ Isto no tocante à repressão. Mas é preciso não perder de vista a função econômica da “Sibéria” da Inglaterra liberal. Logo depois da Gloriosa Revolução aumentaram de modo maciço os crimes que estão sujeitos à pena de morte. Esta recai também sobre os responsáveis pelo furto de um shilling ou de um lenço, ou sobre responsáveis pelo corte abusivo de uma planta ornamental, e não são poupados sequer garotos de 11 anos. Essa legislação terrorista, que com alguma atenuação dura até o século XIX, prevê uma alternativa: os beneficiários da graça são submetidos a uma servidão penal, que os obriga a trabalhar por certo número de anos nas colônias ainda pouco utilizadas e exploradas, em particular, primeiro, na América do Norte e, mais tarde, na Austrália. Noutras palavras, também no plano econômico, sobretudo, a Austrália constitui a “Sibéria” da Inglaterra liberal; as suas funções diminuem à medida que intervém o trabalho, primeiro, dos escravos negros e, depois, dos *coolies* indianos e chineses bem como dos outros povos coloniais.¹⁰⁸

A “Sibéria” inglesa não é menos cruel que a czarista. Antes, dessa “sociedade totalitária”, que se desenvolve na Austrália enquanto ao mesmo tempo é levado avante o extermínio dos aborígenes, foi traçado um quadro que tira proveito também da memorialística e que é particularmente arrepiante.

Em intervalos imprevisíveis, os detidos eram reunidos, contados e submetidos a uma revista completa, com inspeção da boca e do ânus [...]. “A comida era levada às várias equipes em pratos de madeira ou em tabuleiros de estanho e colocada diante deles como se fossem cães e porcos, e como cães e porcos eles deviam comê-la” [...]. A disciplina se apoiava na figura do delator [...]. Não ser espião tornara-se, portanto, um comportamento em si

¹⁰⁷ Hughes (1990), pp. 212, 226, 230, 244.

¹⁰⁸ Cf. Losurdo (2005), particularmente cap. III, § 5 e VII, § 2.

suspeito. Não passava semana sem que fossem desvendados complôs complexos, com listas de nomes, numa competição de delações [...]. “Esse tráfico de sangue humano [...] era o único modo para obter perdão”. Contava mais o número das informações que o seu conteúdo. Os delatores tinham as suas cotas de denúncias a fazer e eram “capazes de qualquer ato de perfídia ou de sangue, não importava quão vil e horrível” [...]. As relações normais entre culpa e castigo transformavam-se numa história ininterrupta de sadismo, cuja única finalidade era manter o terror [...]. A autoridade era exercida de modo absoluto e caprichoso [...]. As duzentas chicotadas [de castigo] eram divididas [em mais dias...]. Os flageladores ficavam sujos de sangue tanto quanto nós [...]. O único modo de fazer cessar de forma definitiva os sofrimentos era o suicídio.

De fato, o suicídio não só era difundido, mas era uma prática que muitas vezes envolvia toda a comunidade dos detidos: “Num grupo de condenadas a trabalhos forçados se lançava a sorte sobre dois homens, ao primeiro tocava a morte, ao segundo a tarefa de matar o primeiro. Aos restantes o papel de testemunhas”. Desse modo, durante os poucos dias da viagem e do processo (que ocorria em Sidney, a certa distância da Sibéria propriamente dita), antes de subir à forca, o assassino podia gozar da condição de detido normal (na realidade se tratava de um suicídio indireto e adiado). E essa pausa permitia que as testemunhas respirassem, antes de voltar ao inferno e proceder eventualmente a um novo sorteio.¹⁰⁹

O universo concentracionário na Rússia soviética e no III Reich

Por outro lado, durante o segundo conflito mundial, o campo de concentração irrompe de modo explícito também no Ocidente liberal. Do outro lado do Atlântico, Franklin D. Roosevelt manda internar em campo de concentração os cidadãos de origem japonesa, inclusive mulheres e crianças. No entanto, os Estados Unidos estão numa situação geopolítica nitidamente mais favorável do que a União Soviética. Em todo caso, depois da batalha de Midway, não se pode mais falar de problemas de segurança militar. No entanto, os estadunidenses de origem japonesa continuam a ser encerrados nos campos de concentração. Iniciado de modo gradual, o acesso à liberdade só é completo em mea-

¹⁰⁹ Hughes (1990), pp. 546-52.

dos de 1946, quase um ano depois do fim da guerra. Mais lenta ainda é a volta para casa dos cidadãos latinoamericanos de origem japonesa deportados pelos Estados Unidos de treze países da América Latina. Só em 1948 os últimos foram libertados do “campo de internação” ou de concentração de Crystal City, no Texas.¹¹⁰ Bem, seria pelo menos precipitado explicar esse acontecimento partindo não já da guerra e do estado de exceção, mas da ideologia de um presidente acusado de “totalitarismo” pelos seus adversários por causa do intervencionismo econômico por ele desenvolvido durante a Grande Depressão e por causa também da desenvoltura constitucional com que arrasta para a guerra um país bastante relutante (*supra*, cap. 1, § 6).

Com esta consideração nos deparamos com outro recalque da comparatística costumeira, ou seja, com o universo concentracionário que durante o século XX se desenvolve também no Ocidente liberal, tomando às vezes formas horríveis. Os alemães exilados que, ao estourar a guerra, são encerrados nos campos de concentração franceses, têm a impressão de estarem destinados a “rachar”.¹¹¹ Decididamente revoltantes são os maus-tratos, quando a guerra já tinha acabado, infligidos pelos Estados Unidos aos prisioneiros alemães, como documentou na época o historiador canadense James Bacque e como, ainda que contra a vontade e com alguma reserva, acabaram reconhecendo os defensores oficiais do general Dwight D. Eisenhower. Estudos mais recentes trouxeram à luz outros pormenores. Limite-me a citar um deles. Uma comissão estadunidense apurou, nessa época, que, de 139 detidos examinados, 137 tinham “os testículos permanentemente destruídos por causa dos golpes recebidos”.¹¹² Veremos o horror também dos campos de concentração nos quais, ao iniciar a Guerra Fria, os ingleses encerraram os suspeitos de comunismo (*infra*, cap. 6, § 4). Enfim, é preciso lembrar o Gulag em que, a partir de 1948 e após a ruptura com a URSS, na Iugoslávia são encerrados os comunistas fiéis a Stalin.¹¹³ Pelo menos neste caso, os “stalinistas” já não são os artífices, mas as vítimas do universo concentracionário, instalado por um país comunista, sim, mas naquele momento aliado do Ocidente.

Mesmo querendo partir do pressuposto da particular amplidão e gravidade do Gulag soviético, permanece todavia aberto o problema principal: é para sempre necessário distinguir o papel da ideologia do papel das condições objetivas (a gravidade excepcional do perigo e a penúria generalizada

¹¹⁰ Losurdo (1996), cap. V, § 1.

¹¹¹ Arendt (1986a), pp. 39-40.

¹¹² Losurdo (1996), cap. IV, § 5; MacDonogh (2007), p. 406.

¹¹³ Scotti (1991).

que caracteriza a URSS). Com respeito a análises tão complexas são mais fáceis o dedutivismo que faz provir tudo da ideologia e a assimilação dos universos concentracionários produzidos pelas duas ideologias “totalitárias”.

Concentremo-nos, porém, sobre a Rússia soviética e sobre o III Reich. No primeiro caso, o universo concentracionário surge enquanto o segundo período das desordens continua a assolar. Na década de 1930 o poder não exerce o controle pleno do território: “A criminalidade comum, também por causa das fraturas radicais ocorridas no país, que tinha destruído as estruturas tradicionais de organização social, tinha deveras alcançado um nível preocupante”.¹¹⁴ Decididamente mais grave é a situação das regiões do Extremo Oriente, que se apresentam assim:

Espaços de insegurança, mal controlados pelas autoridades, onde se concentram marginalizados e gente fora da lei, onde os bandos armados atacam os kolchozes isolados e matam os raros “representantes do poder soviético”. Espaços de arbítrio e violência, onde todos estão armados, a vida humana não tem valor e a caça ao homem, quando acontece, substitui a caça aos animais [...]. Espaços em que o Estado, pelo menos aquele definido por Max Weber como o “sistema que reivindica com sucesso o direito a legislar sobre um território, enquanto monopolista do uso legítimo da força” está quase ausente.¹¹⁵

Desde o atentado contra o embaixador alemão em Moscou, realizado em julho de 1918 “durante a sessão do V Congresso Pan-russo dos Soviets” por obra do membro de um partido (os socialistas revolucionários) que faz parte do governo, pelo menos até o assassinato de Kirov diante da porta do seu escritório e por obra de um jovem comunista, o poder soviético está tomado pelo terrorismo (um fenômeno com longa história na Rússia) e teme a infiltração em todo nível do aparelho estatal e por obra de uma oposição decidida a derrubar o poder dos “usurpadores” e “traidores”. Ou seja, só com a chegada da autocracia o poder soviético alcança o controle pleno do território e do aparelho estatal, e o terror é, em primeiro lugar, uma resposta a uma crise aguda como nunca e de longa duração.

Também em seguida, a situação continua a ser caracterizada por um entrelaçamento de contradições (a intensificação da tempestade bélica no plano internacional, a guerra civil latente no plano interno, a industrialização em etapas forçadas, que é considerada necessária para a salvação do país, mas que

¹¹⁴ Khlevniuk (2006), p. 103.

¹¹⁵ Werth (2007b), pp. 166-67.

provoca, ao mesmo tempo, novos conflitos e novas tensões), que prolonga de forma nova o estado de exceção. Exatamente por isso, como sublinha um estudo recente, “o terror não pode ser interpretado exclusivamente como uma série de ordens emanadas de Stalin” e dos seus cúmplices. Na realidade, nele agem também “elementos populares” e não falta a iniciativa “de baixo”; muitas vezes são os operários, animados pela “fé fervorosa”, que já conhecemos, que exigem a condenação à morte dos “traidores” e até a renúncia às “sutilezas jurídicas” de longos e custosos processos judiciais.¹¹⁶ E tudo isso acontece durante um processo de democratização limitada, mas sempre real, com o desenvolvimento da participação popular na gestão do poder nos locais de trabalho, com a substituição do voto secreto pelo voto aberto e com a possibilidade de escolher, na eleição dos dirigentes sindicais e de fábrica, entre mais candidatos. E os novos eleitos muitas vezes se comprometem concretamente com a melhoria das condições de trabalho e a diminuição dos acidentes no trabalho.¹¹⁷ Sim, “na psicologia política de Stalin e dos seus seguidores não há contradição entre repressão e democracia”, e nesse sentido se pode falar até de uma “democratização da repressão”.¹¹⁸

Mas é exatamente tal democratização que estimula uma dilatação da repressão. Valendo-se da nova possibilidade de pôr em discussão, em fábrica e nas cartas à imprensa, os funcionários corruptos e ineficientes, o movimento tumultuado de baixo, que assim se desenvolve, tende a pintá-los como inimigos do povo e a rotular nos permanentes incidentes no trabalho uma forma de sabotagem da nova sociedade que ele está comprometido a edificar.¹¹⁹ A sensação da crescente ameaça de guerra e a caça obsessiva a uma quinta coluna capilarmente difusa e bastante bem oculta, o medo e a histeria gerais transformam as assembleias de fábrica, sindicatos e de partido numa “guerra de todos contra todos”. Às vezes, são Stalin e os seus colaboradores mais íntimos que se veem obrigados a intervir para conter e canalizar essa fúria, prevenindo contra a tendência a descobrir por toda parte traidores e sabotadores e a destruir desse modo as organizações partidárias e sindicais.¹²⁰ Somos agora levados a pensar no Grande Terror que assola a França de 1789 nas semanas e nos meses imediatamente sucessivos à tomada da Bastilha, quando, dilatando desmedidamente um perigo que não é imaginário, “a fantasia camponesa vê

¹¹⁶ Goldman (2007), pp. 3-4, 80-81 e 252.

¹¹⁷ Goldman (2007), pp. 120, 127-28, 146 e 158-59.

¹¹⁸ Goldman (2007), pp. 128 e 240.

¹¹⁹ Goldman (2007), pp. 8, 28, 160 e 245.

¹²⁰ Goldman (2007), pp. 240 e 243-44.

por toda parte os mercenários da conjuração aristocrática e da invasão estrangeira”.¹²¹ Na URSS da segunda metade da década de 1930, o perigo é real e de extrema gravidade, mas não menos real é a histeria.

Em conclusão, na Rússia soviética o terror aparece no período de tempo que vai da I Guerra Mundial, que abre o segundo período das desordens, e a II Guerra Mundial, que ameaça infligir ao país e à nação no seu conjunto uma catástrofe ainda mais colossal: a dizimação e a escravização enunciadas com letras claras no *Mein Kampf*. E o terror emerge durante uma industrialização em etapas forçadas que visa salvar o país e a nação, e durante a qual o horror da repressão feroz em larga escala se entrelaça com processos reais de emancipação (a difusão em massa da instrução e da cultura, a prodigiosa mobilidade vertical, o surgimento do Estado social, o protagonismo tumultuado e contraditório de classes sociais até aquele momento condenada a uma total subalternidade).

São nítidas, então, as diferenças com respeito ao III Reich, que desde a sua chegada pode contar com o controle pleno do território e do aparelho estatal e com a eficiência tradicional de uma rede burocrática capilar. Se na Rússia a ideologia desempenha um papel secundário na criação do estado de exceção (preexistente a outubro de 1917 e eventualmente prolongado pelo messianismo revolucionário, que recebeu oposição parcial de Stalin), na Alemanha, o estado de exceção e o universo concentracionário ligado a ele é desde o início o resultado de um projeto político bem determinado e de uma visão ideológica bem determinada. Hitler chega ao poder com um programa explícito de guerra e de expansão territorial: a fim de evitar o colapso da frente interna que se verificou durante o primeiro conflito mundial, ele está decidido a recorrer ao terror mais desapiadado. O expansionismo da Alemanha nazista visa também reafirmar em escala planetária a supremacia branca e ariana, e a retomar e radicalizar a tradição colonial, fazendo-a valer na própria Europa oriental; desde o início, o *Konzentrationslager* tem em mente os possíveis opositores à guerra e ao império colonial e racial que Hitler pretende conquistar e edificar. Pressuposto para o êxito desse programa é a neutralização do vírus judeu-bolchevique, que semeia a subversão e solapa os fundamentos da civilização, colocando em discussão a hierarquia natural dos povos e das raças. Portanto, é preciso liquidar os judeus, os “comissários” e os quadros políticos comunistas tanto nos territórios a conquistar como já na Alemanha. Assim está preparado o caminho para tratar as raças inferiores da Europa oriental, por um lado, do mesmo modo como os índios,

¹²¹ Furet, Richet (1980), p. 93.

a dizimar para de abrir espaço aos colonos germânicos, por outro lado, como escravos a serviço da raça branca e ariana dos senhores.

Gulag, Konzentrationslager e terceiro ausente

A partir da invasão, primeiro da Polônia e depois da URSS, o universo concentracionário nazista parece retomar e agravar mais os capítulos mais trágicos da história da escravidão colonial. Quando, graças ao tráfico dos negros, a disponibilidade de escravos era quase ilimitada, os proprietários não tinham nenhum interesse econômico em poupá-los; podiam tranquilamente condená-los a morrer de excesso de trabalho para substituí-los por outros e tirar de cada um deles o máximo de vantagem possível. Foi assim que – observa um economista do século XIX para o qual Marx chama a atenção – a florescente agricultura das Índias Ocidentais “engoliu milhões de homens de raça africana”; sim “a vida dos negros é sacrificada sem nenhum escrúpulo”.¹²² A guerra desencadeada por Hitler na Europa oriental representa a forma nova e ainda mais brutal do tráfico de escravos. Capturados e saqueados em massa, os *Untermenschen* eslavos (os que sobreviveram à germanização do território) são obrigados a morrer de excesso de trabalho, a fim de tornar possível a civilização da raça dos senhores e alimentar a sua máquina de guerra; sofrem uma condição semelhante à dos negros (do Caribe) aos quais, aliás, são explicitamente comparados pelo Führer.

O sistema carcerário reproduz as relações da sociedade que o exprime. Na URSS, dentro e fora do Gulag, vemos fundamentalmente em ação uma ditadura desenvolvimentista que procura mobilizar e “reeducar” todas as forças em função da superação do atraso secular, tornada mais urgente ainda pela proximidade de uma guerra que, por declaração explícita do *Mein Kampf*, quer ser de escravização e de aniquilamento. Nesse quadro, o terror na URSS se entrelaça com a emancipação de nacionalidades oprimidas, bem como com uma forte mobilidade social e com o acesso à instrução, à cultura e até a postos de responsabilidade e de direção por parte de estratos sociais até aquele momento totalmente marginalizados. A preocupação produtivista e pedagógica e a mobilidade conexa se fazem notar, para bem e para mal, até dentro do Gulag. O universo concentracionário nazista reflete, ao contrário, a hierarquia em base racial que caracteriza o Estado racial já existente e o império racial a edificar. Nesse caso, o comportamento concreto dos indivíduos

¹²² Marx, Engels (1955-1989), vol. 23, pp. 281-82.

detidos desempenha um papel irrelevante ou bastante marginal. Portanto, a preocupação pedagógica não teria sentido. Em conclusão. O detido no Gulag é um potencial “camarada” obrigado a participar em condições de particular dureza no esforço produtivo dentro do país e, depois de 1937, é um potencial “cidadão”, embora se tenha tornado sutil a linha de demarcação do inimigo do povo e do membro da quinta coluna, que a guerra total no horizonte, ou já em curso, impõe que se neutralize; o detido no *Lager* nazista é, em primeiro lugar, o *Untermensch* marcado para sempre pela sua colocação ou degeneração racial.

Querendo-se procurar exatamente uma analogia para o *Konzentrationslager*, é preciso fazer intervir o universo concentracionário que atravessa profundamente a tradição colonial (em cuja esteira Hitler pretende colocar-se explicitamente) e que visa aos povos coloniais ou de origem colonial. Este é o recalco central da comparatística comum! Nesse sentido, poderemos falar do terceiro ausente da comparatística hoje em voga. Dois ilustres historiadores definiram, respectivamente, como “campos de extermínio” os “campos de trabalho militarizados” da Índia colonial de 1877 e os campos de concentração nos quais os líbios foram encerrados pela Itália liberal.¹²³ Mesmo querendo considerar enfática esta formulação, de qualquer modo remetem ao universo concentracionário do III Reich a lógica e a hierarquia racial, que dominam nos impérios coloniais italiano e ocidentais, bem com nos campos de concentração edificados por eles.

Também somos levados a pensar no nazismo quando lemos as modalidades com que foram perpetrados o “holocausto canadense” ou a “solução final da nossa questão indígena”. A “Comissão para a verdade sobre o genocídio canadense” fala de “campos da morte”, de “homens, mulheres e crianças” que são “exterminados de modo deliberado”, de um “sistema cujo objetivo é destruir a maior parte possível do povo nativo mediante as doenças, a deportação e o assassinato propriamente dito”. Para chegar a este resultado, os campeões da supremacia branca não hesitam em ferir “crianças inocentes”, que encontram a morte “por causa de pancadas ou torturas ou depois de terem sido deliberadamente expostos à tuberculose e a outras doenças”; outros sofreram depois a esterilização forçada. Uma pequena “minoridade de colaboracionistas” conseguirá sobreviver, mas só depois de ter renunciado à própria língua e à própria identidade e de se ter colocado ao serviço dos algozes.¹²⁴ Também nesse caso se pode presumir que a indignação justa tenha

¹²³ Davis (2001), pp. 50-51; Del Boca (2006), p. 121.

¹²⁴ Annett (2001), pp. 5-6, 12 e 16-17.

contribuído para carregar as tintas; é verdade que estamos diante de práticas idênticas ou semelhantes àquelas em vigor no III Reich e postas em ação a partir de uma ideologia ainda uma vez semelhante àquela que preside a construção do Estado racial hitleriano.

Desloquemo-nos agora para o sul dos Estados Unidos. Nas décadas posteriores à Guerra da Secessão, muitas vezes alugados a empresas privadas, os detidos negros (a grande maioria da população carcerária) eram amontoados em “grandes jaulas sobre rodas que seguiam os acampamentos dos empresários de edificação e das construções ferroviárias”. Dos próprios relatos oficiais surge

[...] “que os detidos eram excessivamente e, às vezes, cruelmente castigados; que estavam miseravelmente vestidos e alimentados, que os doentes não recebiam cuidados, porque não se providenciara nenhum hospital e eram encerrados junto com os detentos sadios”. Uma pesquisa feita pelo grande júri no hospital da penitenciária do Mississippi relatou que os pacientes traziam “todos em seus corpos os sinais dos tratamentos mais inumanos e brutais. Muitíssimos têm as costas dilaceradas pelas bexigas, cicatrizes e bolhas, alguns com a pele esfolada depois de cruéis chicotadas... Jaziam moribundos, e alguns deles sobre tábuas nuas, tão fracos e macilentos que os seus ossos eram quase visíveis debaixo da pele, e muitos se lamentavam pela deficiência de alimentação [...]. Além disso, vemos parasitas vivos se arrastarem sobre o rosto deles, e o pouco necessário que têm para dormir e suas roupas estão esfarrapadas e muitas vezes imundas”. Nos campos de mineiros do Arkansas e do Alabama, os condenados a trabalhos forçados eram obrigados a trabalhar durante todo o inverno sem sapatos, com os pés na água, por muitas horas. Nesses dois estados estava em uso o sistema do trabalho por empreitada, segundo o qual uma equipe de três era obrigada a extrair certa quantidade de carvão por dia sob pena de uma dura flagelação para toda a equipe. Os condenados a trabalhos forçados nos campos de terebintáceas da Florida, com “correntes nos pés” e “correntes na cintura” presas aos seus corpos, eram obrigados a trabalhar a trote.¹²⁵

Estamos na presença de um sistema que faz uso de “correntes, cães, chicotes e armas de fogo” e que “produz para os prisioneiros um inferno vivo”. A taxa de mortalidade é altamente significativa. Entre 1877 e 1880, durante a construção das linhas ferroviárias de Greenwood e Augusta, “morreu quase 45 por cento” da força de trabalho forçada aí empregada, “e eram jovens na

¹²⁵ Woodward (1963), pp. 206-07.

flor da vida”.¹²⁶ Ou se pode citar outro dado estatístico, relativo ao mesmo período de tempo: “Nos primeiros dois anos em que o Alabama alugou os seus prisioneiros, morreram quase 20%. No ano seguinte a mortalidade saltou para 35%. No quarto ano morreram quase 45%.”¹²⁷

Em relação à taxa de mortalidade, seria interessante uma comparação sistemática de tipo estatístico com os campos de concentração na URSS e no III Reich. No que diz respeito ao Gulag, foi calculado que nos inícios da década de 1930, antes do arrojamento provocado pelo atentado contra Kirov e do aumento dos perigos de guerra, a taxa anual de mortalidade “correspondia mais ou menos a 4,8% da população média dos campos”. Certamente, esse dado estatístico não inclui os campos de exploração de minérios auríferos na zona do rio Kolyma. Também é preciso ter presentes as “características subestimativas das notícias das seções sanitárias”; no entanto, mesmo inflando sensivelmente os números oficiais, parece difícil que se possa chegar à taxa de mortalidade que atingia os detentos afroamericanos que acabamos de ver. Aliás, são significativas as regiões das “subestimativas”. O fato é que, nos campos da URSS, “altas taxas de mortalidade e de evasões podiam levar a sanções severas”; as “seções sanitárias dos campos temiam ser acusadas de negligência ou de intemperividade na recuperação dos doentes”; “sobre os dirigentes dos campos pairava constantemente a ameaça de inspeções”.¹²⁸

A julgar pela taxa de mortalidade dos semiescravos alugados, não parece que uma ameaça semelhante pairasse sobre os empresários estadunidenses que enriqueciam com a construção das linhas ferroviárias de Greenwood e Augusta ou com outras empresas. De qualquer modo, convém ter claro um ponto essencial. No sul dos Estados Unidos, os detidos negros sofrem condições horribéis de vida e de trabalho e morrem em massa num período de paz: o estado de exceção não desempenha qualquer papel, e é também marginal ou totalmente inexistente a preocupação produtivista. O universo concentracionário do sul dos Estados Unidos reproduz a hierarquia racial e o Estado racial que caracteriza a sociedade no seu conjunto: o detido negro não é nem um “camarada” potencial nem um “cidadão” potencial; é um *Untermensch*. O tratamento dado a ele pelos *brancos* é o tratamento considerado normal na relação com as raças estranhas à autêntica civilização. E de novo nos deparamos com a ideologia do III Reich.

¹²⁶ Friedman (1993), p. 95.

¹²⁷ Blackmon (2008), p. 57.

¹²⁸ Khlevniuk (2006), pp. 349 e 346-47.

Por outro lado, são eminentes historiadores estadunidenses que comparam o sistema penitenciário que acabamos de ver com os “campos prisionais da Alemanha nazista”.¹²⁹ E não é por acaso que os experimentos médicos, na Alemanha nazista feitos com *Untermenschen*, nos Estados Unidos tenham sido feitos tomando os negros como cobaias.¹³⁰ Por outro lado, antes de fazer em seu próprio território, nos anos de Guilherme II a Alemanha colonialista e imperialista fez as suas experiências médicas na África e em prejuízo dos africanos: nessa atividade se distinguem dois médicos que depois se tornaram os mestres de Joseph Mengele¹³¹, que na Alemanha nazista leva a cabo a perversão da medicina e da ciência já delineada durante a tradição colonial (europeia e americana). Não só não se pode separar o III Reich da história da relação instituída pelo Ocidente com os povos coloniais ou de origem colonial, mas se deve acrescentar que tal tradição continuou a dar sinais de vitalidade bem além da derrota de Hitler. Em 1997 o presidente Clinton sentiu-se obrigado a pedir desculpa à comunidade afroamericana: “Nos anos 1960, mais de 400 homens de cor do Alabama foram usados como cobaias humanas pelo governo. Doentes de sífilis não foram curados porque as autoridades queriam estudar os efeitos da doença sobre uma ‘amostra da população’”.¹³²

O despertar nacional na Europa oriental e nas colônias: duas respostas contrárias

Aqui fica evidente o absurdo de uma comparação dos campos de concentração baseada na ignorância do tratamento reservado até pelo Ocidente liberal às “raças inferiores” e na separação entre política interna e política externa, entre práticas repressivas e ideologias que as fundamentam. Se fizermos intervir esses elementos e esses nexos comumente ignorados, a costumeira assimilação dos dois ditadores totalitários vira uma antítese. Foi observado que “Stalin ficou muito impressionado” com o despertar das nacionalidades oprimidas ou marginalizadas no âmbito do Império dos Habsburgo. A esse propósito se remete às observações feita por ele em 1921, no X Congresso do partido comunista russo¹³³: “há cinquenta anos todas as cidades da Hun-

¹²⁹ É o caso de Fletcher M. Green, in Woodward (1963), p. 207.

¹³⁰ Washington (2007).

¹³¹ Kotek, Rigoulot (2000), p. 92.

¹³² E. R. (1997); cf. Washington (2007), p. 184.

¹³³ Martin (2001), p. 6.

gria tinham um caráter alemão, agora se magiarizaram”; quem conheceu um “despertar” foram os “tchecos”. Trata-se de um fenômeno que atinge a Europa no seu conjunto: de “cidade alemã” que era, Riga se torna uma “cidade letona”; igualmente, as cidades da Ucrânia se “ucranizararam inevitavelmente, tornando secundário o elemento russo antes predominante”.¹³⁴

A partir da tomada de consciência de tal processo considerado progressivo e irreversível, o partido bolchevique no seu conjunto e Stalin em primeira lugar se empenham num “novo e fascinante experimento de governo de um Estado multiétnico”, que pode ser descrito assim:

A União Soviética foi o primeiro império mundial fundado sobre a *affirmative action*. O novo governo revolucionário da Rússia foi o primeiro entre os velhos Estados europeus multiétnicos a enfrentar a onda crescente do nacionalismo e a responder promovendo sistematicamente a consciência nacional das suas minorias étnicas e estabelecendo para elas muitas das formas institucionais características do Estado-nação. A estratégia bolchevique foi assumir a liderança daquele processo de descolonização que se apresentava como inevitável e levá-lo a cabo de modo tal que preservasse a integridade territorial do velho império russo. Para tal fim o Estado soviético criou não só uma dúzia de repúblicas de amplas dimensões, mas também dezenas de milhares de territórios nacionais espalhados por toda a extensão da União Soviética. Novas elites nacionais eram educadas e promovidas a posições de liderança no governo, nas escolas, nas empresas industriais desses territórios recém-formados. Em muitos casos isso tornou necessária a criação de uma língua escrita lá onde antes não existia. O Estado soviético financiava a produção em massa nas línguas não russas de livros, jornais, diários, filmes, óperas, museus, orquestras de música popular e outros produtos culturais. Nada comparável existira antes.¹³⁵

A novidade dessa política se torna muito mais forte se a compararmos com a obsessão da equalização que ainda em pleno século XX assola nos Estados Unidos e no Canadá: obrigados a cortar as ligações com a comunidade de origem e com a própria família, as crianças índias devem também renunciar às suas danças e às suas roupas “estranhas”, são obrigadas a usar os cabelos curtos e, sobretudo, evitar como uma peste o uso de sua língua tribal; a vio-

¹³⁴ Stalin (1971-1973), vol. 5, pp. 31 e 42 (= Stalin, 1952-1956, vol. 5, pp. 47 e 63).

¹³⁵ Martin (2001), pp. 1-2.

lação da norma que impõe exprimir-se exclusivamente em inglês comporta duras punições e, no Canadá, até são submetidos a choques elétricos.¹³⁶

No que diz respeito à URSS, há um ponto essencial sobre o qual hoje existe certo consenso:

As repúblicas receberam, umas primeiro, outras depois, uma bandeira, um hino, uma língua, uma academia nacional, em alguns casos até um comissariado para o Exterior, e conservaram o direito, depois utilizado em 1991, de separar-se da federação, embora não tenha sido especificado o procedimento.¹³⁷

No *Mein Kampf* também Hitler parte da eslavização e do “cancelamento do elemento alemão” (*Entdeuschung*) em curso na Europa oriental. A seus olhos, porém, trata-se de um processo que não é nem progressivo nem irreversível; mas bloqueá-lo e repeli-lo podem ser apenas duas medidas bastante radicais. Não se trata de conduzir uma política de assimilação e de promover “uma germanização do elemento eslavo na Áustria”; não, “pode-se empreender a germanização do solo, jamais dos homens”. Seria ridículo querer fazer “de um negro ou de um chinês um alemão, só porque aprendeu alemão, está pronto no futuro a falar a língua alemã e dar o seu voto para um partido político alemão”. “Tal germanização seria na realidade uma desgermanização”, ela significaria “o início de um abastardamento” e, portanto, de um “aniquilamento do elemento germânico”, o “aniquilamento exatamente das características que, no seu tempo, possibilitaram que o povo conquistador (*Eroberervolk*) chegasse à vitória”.¹³⁸ Germanizar o solo sem jamais germanizar os homens é possível apenas seguindo um modelo bem preciso: além do Atlântico, a raça branca expandiu-se para o oeste americanizando o solo, não certamente os peles-vermelhas: desse modo os Estados Unidos permaneceram “um Estado nórdico-germânico” sem degradar à “mixórdia internacional de povos”.¹³⁹ Esse mesmo modelo deve ser seguido pela Alemanha na Europa oriental.

Se os bolcheviques e Stalin se preocupavam em promover nas repúblicas soviéticas elites nacionais e uma classe política local mais ampla possível, exatamente oposto é o programa enunciado por Hitler para a conquista do leste: “todos os representantes da intelectualidade polonesa devem ser aniquilados”; é preciso com todos os meios “impedir que se forme uma nova

¹³⁶ Washburn (1992), pp. 252-54; Annett (2001), p. 31.

¹³⁷ Graziosi (2007), p. 202.

¹³⁸ Hitler (1939), pp. 82 e 428-29.

¹³⁹ Hitler (1961), pp. 131-32.

classe intelectual”. Só assim podem cumprir as tarefas coloniais: os povos destinados a trabalhar ao modo de escravos ao serviço da raça dos senhores não devem perder de vista que “só pode haver um senhor, o alemão”.¹⁴⁰

Sempre intervindo no X Congresso do partido comunista russo de 1921, Stalin chama a atenção para outro elemento da mudança que se está verificando na história mundial: “Durante a guerra imperialista, os próprios grupos imperialistas das potências beligerantes foram obrigados a apelar para as colônias, de onde tiraram o material humano para constituir as suas tropas” e isso “não pôde não despertar para a liberdade e para a luta essa gente e essas populações”. O despertar nacional na Europa oriental se une ao que ocorria no mundo colonial: “O desenvolvimento da questão nacional em questão geral das colônias não é um fato casual do ponto de vista histórico”.¹⁴¹ Se na Europa o despertar nacional é chamado a pôr fim a uma política de discriminação, desnacionalização e opressão em prejuízo das minorias, nas colônias ele está destinado a colocar radicalmente em discussão o universo concentracionário infligido pelos conquistadores às raças por eles consideradas inferiores.

A novidade do recurso às tropas de cor não escapa sequer a Hitler, que se apressa, porém, a denunciar a traição assim consumada em relação à raça branca. Responsável por isso é, sobretudo, a França, onde se está desenvolvendo de maneira rápida e ruínosa um processo de “abastardamento” e “negritização” (*Vernegerung*) e onde se assiste antes ao “surgimento de um Estado africano em solo europeu”.¹⁴² Aqui não estamos diante de “preconceitos”, estamos na presença de um programa político preciso, que olha com horror para a utilização das tropas de cor e para a mistura racial também no plano das relações sexuais e matrimoniais, porque essas práticas, desagregando a barreira entre raça dos senhores e raça dos servos, colocam em crise o domínio e o universo concentracionário que a primeira é chamada a infligir à segunda no interesse superior da Civilização. Do ponto de vista do líder nazista, o despertar nacional na Europa oriental e o recurso às tropas de cor nos conflitos internos ao Ocidente (com o conexo atrevimento dos povos coloniais) constituem uma terrível ameaça global para a civilização e para a raça branca. Representam também uma resposta a tal ameaça a edificação do Estado e do império racial e o desencadeamento da guerra no leste, com o afluir no universo concentracionário nazista de uma massa imensa de escla-

¹⁴⁰ Hitler (1965), p. 1591 (2 de outubro de 1940).

¹⁴¹ Stalin (1971-1973), vol. 5, p. 32 (= Stalin, 1952-1956, vol. 5, p. 49).

¹⁴² Hitler (1939), p. 730.

vos recrutados nas “raças inferiores” e destinados a trabalhar e a morrer de trabalho ao serviço da raça dos senhores.

O universo concentracionário nazista é programado para devorar os milhões e milhões de escravos ou de supérfluos que inevitavelmente nascem de um programa que visa a uma germanização a ritmo acelerado do solo, excluindo a priori a germanização dos nativos que o habitam. E tal projeto teria devorado uma massa ainda mais ilimitada de vítimas, se não fosse derrotado por um projeto oposto, baseado no reconhecimento dos direitos não apenas existenciais, mas também culturais e nacionais dos nativos. Para uma série tanto de circunstâncias objetivas como de responsabilidades subjetivas, que de modo algum são banalizadas, também esse segundo projeto produziu um universo concentracionário. Mas, mesmo com o seu horror, ele não pode de modo algum ser assemelhado ao primeiro, que pressupõe de modo explícito a continuação das práticas genocidas já em ação no mundo colonial propriamente dito e a sua extensão em forma ainda mais brutal para as novas colônias a edificar na Europa oriental.

Totalitarismo ou ditadura desenvolvimentista?

Estamos em condições de compreender o caráter inadequado ou enganoso da categoria de totalitarismo, geralmente invocada para consagrar a assimilação da URSS staliniana à Alemanha hitleriana. Um número crescente de historiadores a estão colocando em discussão ou a rejeitando de modo claro. Para explicar a história da União Soviética, alguns deles partem de Pedro o Grande e, voltando mais atrás ainda, da “Moscou cercada” e com uma posição geopolítica bastante frágil, como demonstrava a invasão de Gêngis Khan. Stalin, portanto, se sentia chamado pela história e pela geografia a promover um desenvolvimento econômico mais rápido possível, a fim de salvar ao mesmo tempo a nação e o novo ordenamento político-social que lhe fora dado.¹⁴³ É assim que emerge e se impõe uma ditadura desenvolvimentista.

Tudo isso no âmbito de uma sociedade, por um lado, presumivelmente esquecida por completo do aviso lançado por Lênin em 1905 (“quem quiser caminhar para o socialismo por um caminho que não seja a democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto do ponto de vista econômico como político”)¹⁴⁴, por outro lado, por causa tanto

¹⁴³ Tucker (1990), cap. 1-3.

¹⁴⁴ Lênin (1955-1970), vol. 9, p. 22.

de circunstâncias objetivas como de fraquezas ideológicas intrínsecas, arrasada de um estado de exceção a outro, de uma guerra civil a outra. Estamos, pois, na presença de uma sociedade caracterizada não mais pela uniformidade e alinhamento totalitários, mas pela permanência e pela onipresença da guerra civil, que se manifesta até no âmbito das famílias, divididas em consequência da atitude oposta assumida por seus membros em relação, por exemplo, ao processo de coletivização da zona rural: “Uma camponesa, que pertencia à seita evangélica, assassinou com um machado o seu marido, que dormia, porque ele parece que era um ativista colcoziano”. Fatos análogos, horríveis, de sangue vinham manchar às vezes também a relação entre pais e filhos.¹⁴⁵ O conflito assume aqui a ferocidade da guerra religiosa. E isso vale não só para aqueles que de modo explícito apelam para temas tirados do cristianismo, mas também para os fervorosos seguidores da nova sociedade, eles também animados pela “fé fervorosa”.

É, sobretudo, iluminadora a análise das relações de produção. Experimentemos entrar idealmente numa fábrica soviética ou num dos muitos canteiros de obras que florescem na onda do gigantesco programa de modernização promovido por Stalin. Entretanto, longe de ser uniformemente decidida do alto, a sua localização é resolvida após um complexo processo decisório feito de discussões apaixonadas e com frequência candente: “ao contrário da estreita centralização da era czarista, a retórica anticolonialista da União Soviética conferia aos *lobbies* regionais um poder impensável durante o antigo regime”. Particularmente forte se revela o poder daquelas regiões que, exatamente em virtude do seu atraso, pressionam o regime a manter suas promessas e acabar com as desigualdades e “as injustiças do imperialismo czarista”, a fim de promover a industrialização e a modernização em escala nacional.¹⁴⁶

Tendo uma vez entrado no lugar de produção e de trabalho, nos apercebemos de que nele não vigoram absolutamente uma disciplina rígida e uma obediência cega: pelo contrário, não faltam nem a desordem nem os conflitos ásperos. Entretanto, salta aos olhos a forte flutuação da força-trabalho. Stalin é obrigado a lutar tenazmente contra tal fenômeno; no entanto, ainda em 1936 “mais de 87% dos operários industriais abandonam o seu local de trabalho”. Estimulada também pela política de plena ocupação e pelas possibilidades concretas de ascensão social, essa flutuação constitui, de qualquer modo, um contrapeso ao poder exercido pela autoridade na fábrica ou no

¹⁴⁵ Fitzpatrick (1994), p. 248.

¹⁴⁶ Payne (2001), pp. 16, 19 e 22.

canteiro de obras. Mas não é tudo. No conjunto, assistimos a uma espécie de “cabo de guerra” com três participantes: os dirigentes do partido e sindicatos, empenhados em aumentar a produtividade do trabalho, os operários, muitas vezes preocupados em primeiro lugar com a elevação dos níveis salariais; os técnicos, que ficam no meio e indecisos sobre o que fazer. No mais das vezes são os operários que levam a melhor e muitas vezes também os técnicos descuidam “das ordens provenientes de Moscou”.¹⁴⁷

Ademais, a própria classe operária está dividida. Enquanto suscita o entusiasmo de alguns, o apelo a aumentar a produtividade e a empenhar-se a fundo na competição socialista a fim de desenvolver as forças produtivas e alcançar ou superar os países mais avançados do Ocidente provoca os maus humores de outros, a surda resistência ou a hostilidade aberta de outros mais. Se os primeiros são classificados pelos segundos como “destacamento do Anticristo”, aos segundos os primeiros reservam “um ódio sagrado para os inimigos da nova vida socialista”¹⁴⁸, com uma linguagem que nos reconduz ainda uma vez à “fé fervorosa” que inspira uma geração inteira.

Aquilo que opõe em última análise seguidores e adversários do novo ordenamento não é certamente o único conflito. Vemos também se enfrentarem quadros técnicos, de um lado, e a massa dos trabalhadores, do outro. Os primeiros muitas vezes lutaram contra os bolcheviques e ao lado dos *brancos*. Apela-se, portanto, para a sua competência, mas, ao mesmo tempo, se procura submetê-los a uma forma de controle. Mas também os técnicos e os especialistas de nova formação ou que, mesmo tendo se formado sob o velho regime, a partir também de sentimentos patrióticos colaboram lealmente com o poder soviético, devem, todavia, enfrentar o desafio proveniente de um novo estrato social, os “trabalhadores de vanguarda”. E este desafio é mais temível ainda numa sociedade em cujo âmbito “os trabalhadores são chamados a julgar os seus chefes”; então se compreende muito bem que frequentemente os “engenheiros resistem duramente” ao “controle operário”.¹⁴⁹ Mas trata-se de uma resistência que de modo algum é fácil: os trabalhadores podem fazer ouvir e fazer valer a sua voz afixando manifestos no local de trabalho e escrevendo para a imprensa e para os dirigentes do partido; muitas vezes quem se sente intimidado são exatamente os técnicos e os chefes da produção na fábrica e no local de trabalho em geral.¹⁵⁰

Também Stalin se refere a tais conflitos quando se ocupa do movimento stakhanovista, que “começou espontaneamente, quase por si, de baixo, sem nenhuma pressão de espécie alguma da parte das administrações dos nossos estabelecimentos e até em luta contra elas”; sim, pelo menos no início, os stakhanovistas são obrigados a fazer seus experimentos “às escondidas dos organismos econômicos, às escondidas dos controladores”; um operário comprometido em introduzir “inovações” corre o risco até de “dispensa”, bloqueada, porém, pela “intervenção do chefe de repartição”.¹⁵¹ Em concorrência e, muitas vezes, em conflito entre eles, vemos em ação uma pluralidade de “autoridades industriais”, técnicas, administrativas, políticas e sindicais (há também uma distinção entre “partido e sindicato”).¹⁵²

Em conclusão, visitando uma fábrica ou um estaleiro soviético (também dos anos de Stalin), não se tem certamente a impressão de entrar num lugar de trabalho ‘totalitário’. O ‘totalitarismo’ era bem mais desenvolvido na fábrica da Rússia czarista, onde vigorava um princípio inequívoco: “O dono do estabelecimento industrial é soberano e legislador absoluto que não conhece vínculos legais”; de fato, ele podia recorrer também ao chicote, em caso de infrações de certa importância.¹⁵³ Ou se tome um país como os Estados Unidos. Façamos entrar no quadro o tratamento reservado aos detidos (quase sempre afroamericanos) cedidos em aluguel, como sabemos, a empresas privadas. Estas podiam usufruir de um “controle absoluto” em troca do dinheiro desembolsado:

Os guardas tinham o poder de acorrentar os prisioneiros, de disparar sobre aqueles que tentassem fugir, de torturar quem se recusasse a submeter-se e de açoitar os desobedientes, nus ou vestidos, como estivessem, quase sem limites. Por oito décadas [desde os anos setenta do século XIX até a II Guerra Mundial] quase não houve condenações de um comprador desses escravos por causa dos seus maus-tratos ou da morte deles.¹⁵⁴

Certamente se tratava de detidos, mas tenha-se presente que para os afroamericanos do sul bastava a acusação de “vagabundagem” para serem presos, condenados e serem cedidos em aluguel a empresários decididos a enriquecer. Outras vezes os negros eram simplesmente capturados pelos proprietários de terra e obrigados a prestar trabalho forçado. Não por acaso,

¹⁴⁷ Goldman (2007), pp. 14-16 e 19.

¹⁴⁸ Kuromiya (1988), pp. 128-29.

¹⁴⁹ Payne (2001), pp. 39-40, 5 e 7.

¹⁵⁰ Goldman (2007), pp. 28, 160 e 245-46.

¹⁵¹ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 36 (= Stalin, 1952, p. 604).

¹⁵² Payne (2001), pp. 39-40.

¹⁵³ Figes (2000), pp. 155-56.

¹⁵⁴ Blackmon (2008), p. 56.

já no título e subtítulo do seu livro, o autor aqui citado fala de “escravidão com outro nome”, de “reintrodução da escravidão para os negros estadunidenses desde a guerra civil até a II Guerra Mundial”.¹⁵⁵ Se os escravos ou semiescravos também constituíam obviamente uma percentagem reduzida da força de trabalho total, contudo a prolongada permanência nos lugares de produção da sociedade capitalista estadunidense de relações de trabalho escravistas ou semiescravistas reclama reflexão.

Além disso, convém fazer uma consideração de caráter mais geral: olhando bem, na fábrica soviética vemos agir dinâmicas e relações que seriam consideradas intoleravelmente indisciplinadas na fábrica capitalista dos países democráticos. Uma conhecida tese (*Miséria da filosofia*) de Marx pode servir para esclarecer esse ponto:

Enquanto no interior da fábrica moderna a divisão do trabalho é minuciosamente regulada pela autoridade do empresário, a sociedade moderna não tem outra regra, outra autoridade, para distribuir o trabalho, senão a livre concorrência [...]. Pode-se até estabelecer, como princípio geral, que, quanto menos a autoridade presidir a divisão do trabalho, dentro da sociedade, tanto mais a divisão do trabalho se desenvolve dentro da fábrica, e aí é submetida à autoridade de um só. Assim a autoridade na fábrica e a autoridade na sociedade, em relação à divisão do trabalho, estão em *razão inversa* uma da outra.¹⁵⁶

Pode-se dizer que na sociedade soviética se produziu, cá e lá, uma inversão da dialética da sociedade capitalista descrita por Marx: à ausência de uma rígida disciplina de fábrica (com a falta do tradicional despotismo patronal mais ou menos acentuado) correspondeu o terror exercido pelo Estado sobre a sociedade civil. Mas também a propósito disso é preciso estar prevenido contra as simplificações: estamos na presença de “um Estado mais confuso e menos organizado” do que se pode pensar; “o centro raramente falava com uma só voz”; a própria “uniformidade ideológica” era muitas vezes só uma “fachada”.¹⁵⁷

As costumeiras análises do totalitarismo fazem abstração total dos lugares de produção, e já por essa razão elas se tornam unilaterais e superficiais. Se acabarmos com essa abstração total e indevida, a categoria de totalitarismo nos aparece em toda a sua inadequação: não nos ajuda de modo algum a compre-

¹⁵⁵ Blackmon (2008), pp. 1 seg. e *passim*.

¹⁵⁶ Marx, Engels (1955-1989), vol. 4, p. 151.

¹⁵⁷ Payne (2001), pp. 3-4 e 14.

ender uma sociedade que na sua fase final, tendo desaparecido a “fé fervorosa” que não podia durar eternamente (como Kennan tinha lucidamente previsto), é solapada por uma verdadeira anarquia nos locais de trabalho, abandonados com toda tranquilidade pelos seus empregados que, mesmo quando estão presentes, parecem comprometidos numa espécie de greve branca, aliás tolerada; é esta a impressão que dão, um pouco perplexas e um pouco admiradas, as delegações operárias e sindicais em visita na URSS dos últimos anos. Na China, que começava a abandonar o maoísmo, no setor público continuavam a vigorar costumes que foram assim descritos por um jornalista ocidental: “até o último servente [...], se quiser, pode decidir não fazer absolutamente nada, ficar em casa por um, dois anos e continuar a receber o salário no fim do mês”. A “cultura da preguiça” continuava a se fazer sentir também no setor privado da economia, que estava surgindo: “Os ex-empregados do Estado [...] chegam tarde, depois leem o jornal, vão almoçar meia hora antes, saem do escritório uma hora antes” e se ausentam frequentemente por motivos familiares, por exemplo, “porque a mulher está doente”. E os dirigentes e os técnicos que procuram introduzir no local de trabalho disciplina e eficiência são obrigados a enfrentar não só a resistência e a indignação moral dos empregados (é uma infâmia a multa dada a um operário que se ausenta para assistir a mulher!), mas às vezes as ameaças e até a violência provenientes de baixo.¹⁵⁸ É muito difícil descrever essas relações com base na categoria de “totalitarismo”; o trecho já citado de Marx nos orienta nisso. *Miséria da filosofia* pode ajudar-nos a compreender um fenômeno absolutamente inexplicável do ponto de vista da teoria clássica do totalitarismo. Na URSS, nos países do leste europeu e na China, o desmantelamento mais ou menos radical do sistema “totalitário” anda junto com um drástico reforço da disciplina nos locais de trabalho; para dar um exemplo, só em 1993 é aprovada na China a lei que permite a dispensa por absentismo.¹⁵⁹

Não há dúvida, sobretudo em situações de crise aguda, na URSS e na China maoista os locais de produção e de trabalho não são certamente poupados pelo terror, no entanto, o que caracteriza o dia-a-dia é um regime que está muito longe do totalitarismo. Em síntese, se poderia dizer que o costumeiro recurso a tal categoria só é persuasivo a partir de uma abstração dupla, arbitrária. A remoção do campo de pesquisa das relações vigentes nos locais de produção e de trabalho permite comparar ditadura comunista e ditadura nazista; o silêncio sobre o terror e sobre o universo concentracionário reali-

¹⁵⁸ Sisci (1994), pp. 102, 86 e 89.

¹⁵⁹ Sisci (1994), p. 107, nota 3.

zados em prejuízo das colônias e semicolônias, bem como na própria metrópole em prejuízo dos povos de origem colonial (como os ameríndios e os afroamericanos), permite escavar um abismo entre Ocidente liberal e Estados "totalitários".

Com respeito à União Soviética de Brejnev e dos seus sucessores, a de Stalin apresenta características diferentes, mas o elemento central de diferenciação é constituído pela excepcional mobilização ideológica e política que, antes de desinchar-se e de perder qualquer credibilidade, por um longo período de tempo consegue dar uma contribuição essencial para o funcionamento do aparelho produtivo e econômico. São as décadas em que se desenvolve uma ditadura desenvolvimentista: ela tem um ritmo ao mesmo tempo tumultuado e impiedoso, e é caracterizada pela "fé fervorosa" com a qual se alimentam grupos sociais e étnicos que veem aberto o caminho para uma forte ascensão e que conseguem o reconhecimento que até aquele momento lhes era obstinadamente negado. Não faz muito sentido assemelhar essa trágica e contraditória experiência com uma ditadura, como a nazista, que é instaurada de modo explícito em função da guerra, da conquista colonial e da reafirmação das hierarquias raciais, que desde o início pode dispor de um aparelho estatal e burocrático de eficiência consolidada e pode impor-se de modo homogêneo em todo âmbito da vida social. No entanto, essa assimilação é agora uma espécie de lugar-comum. É preciso pesquisar a sua gênese.

5.

Recalcamento da história e construção da mitologia. Stalin e Hitler como monstros gêmeos

Guerra Fria e reductio ad Hitlerum do novo inimigo

Com o começo da Guerra Fria, cada antagonista se empenha em classificar o outro como o herdeiro do III Reich pouco antes derrubado pelos dois. "Ninguém" – observa Lukács em 1954 – "ousará afirmar hoje que o hitlerismo, a sua ideologia e os seus métodos, pertençam completamente à história passada".¹ Com efeito, sobre isso os dois blocos parecem concordar sem dificuldade. Só que, enquanto o filósofo comunista, apoiando-se na categoria de imperialismo, compara Truman e Hitler², na vertente oposta se recorre à categoria de totalitarismo para subsumir nela a Alemanha nazista e a União Soviética.

As duas categorias são brandidas como armas de batalha. A tentativa de assemelhar o novo inimigo ao velho não se limita à denúncia do imperialismo ou do totalitarismo. Depois de ter descrito como processo de "destruição da razão" o percurso ideológico que leva ao triunfo do III Reich, Lukács sente a necessidade de subsumir na categoria de irracionalismo também a "ideologia do 'mundo livre'" liderado pelos Estados Unidos. A operação não é sem dificuldade, e o filósofo húngaro denuncia a "nova forma de irracionalismo escondida sob o invólucro de uma racionalidade aparente". Sim, na "situação nova" que foi criada, "é totalmente natural que também na filosofia não domine o tipo alemão de irracionalismo, mas o tipo machista-pragmático", cujos representantes, entre outros, são Wittgenstein, Carnap e Dewey.³

A dificuldade da assimilação do novo inimigo ao velho se faz sentir também no lado oposto. Ao esboçar *As origens do totalitarismo*, depois de

¹ Lukács (1974), p. 772.

² Lukács (1974), p. 848.

³ Lukács (1974), 775, 784 e 786.

ter por muito tempo insistido no papel funesto do imperialismo e ter apontado nesse sentido sobretudo para Lord Cromer, ainda no segundo pós-guerra incluído por Churchill entre os heróis do Império britânico⁴, Arendt completa o confronto e a equiparação entre Alemanha nazista e União Soviética staliniana referindo-se, além de ao totalitarismo, também a outra categoria, a dos “pan-movimentos”, e surge então outra analogia: ao pangermanismo do primeiro dos dois países confrontados corresponderia o pan-eslavismo do segundo. Esta conclusão é o ponto de chegada de um *tour de force* ainda mais temerário do que o visto em Lukács: veremos Churchill comparar o movimento comunista a uma “igreja” caracterizada por universalismo expansionista e “cujos missionários estão em todos os países”, em todos os povos; em todo caso, o suposto pan-eslavismo staliniano chama os povos das colônias a acabar com o domínio da raça dos senhores, considerado, ao contrário, natural e benéfico pelos teóricos do pangermanismo.

Nesse momento, porém, nos dois lados opostos, a preocupação principal é a construção de analogias e de simetrias. Somos levados a sorrir quando lemos em Arendt que o que caracteriza os “pan-movimentos” (e, portanto, o nazismo e o comunismo) é “uma pretensão absoluta de eleição”: a celebração dos Estados Unidos como o povo eleito por Deus atravessa profundamente a tradição política americana e continua a ecoar ainda hoje nos discursos dos presidentes estadunidenses! As exigências da Guerra Fria levam claramente vantagem sobre qualquer outra consideração. Como é confirmado pela intervenção, em 1950, de um historiador estadunidense de primeiro plano. Ele se opusera a Franklin D. Roosevelt e à sua política de aliança com a URSS; com o começo da Guerra Fria ele se sente encorajado para acentuar a tese da equivalência política e moral de Hitler e Stalin. E ei-lo empenhado na assimilação sem resíduos entre os dois ditadores. O primeiro insiste no “destino racial dos teutões”; o leitor comum poderia ser levado a pensar no “destino manifesto” e providencial que, segundo uma longa tradição, presidiria a expansão irrefreável dos Estados Unidos; mas, argumentando e reprimindo de modo não diferente de Arendt, o historiador aqui citado faz o tema nazista do “destino racial dos teutões” corresponder à “fé de Stalin e Lênin no papel messiânico do proletariado e do movimento revolucionário comunista internacional”. Novamente, é central na ideologia hitleriana a celebração da “raça dos senhores”; a busca das analogias e dos precedentes pareceria dever conduzir em direção ao regime de *white supremacy* há muito tempo em vigor no sul dos Estados Unidos, ao qual repetidamente o nazismo se

⁴ Churchill (1974), p. 7313.

referiu e que, de alguma maneira, continua a existir em 1950, ano de publicação do livro aqui discutido. Porém o historiador estadunidense descobre que é semelhante à teoria hitleriana aquela teoria da “raça dos senhores” em ação na União Soviética de Stalin, onde quase “toda descoberta importante” é atribuída a “algum russo desconhecido ou pouco conhecido”!⁵

A *reductio ad Hitlerum* do ex-aliado inclui a acusação também de genocídio. Talvez a primeira a mover-se nessa direção seja a frente hegemônica pelo movimento comunista e pela União Soviética. Em 1951, em Nova York, o advogado negro William Patterson, dirigente do Civil Rights Congress (uma organização comprometida com a luta contra o mackartismo, por um lado, e o regime de supremacia branca, por outro) organiza a publicação de um livro que é, ao mesmo tempo, um apelo à ONU para que tome consciência da tragédia que aflige os afroamericanos: nos Estados Unidos (em particular no Sul) continua em ação o regime de discriminação, humilhação e opressão racial e de marginalização social; não cessaram os estupros, os linchamentos, as execuções legais e extralegais e se alastra a violência da polícia (ainda em 1963, Martin Luther King falará de “indizíveis horrores da brutalidade policial”). Ao fazer essa longa lista de injustiças e de tormentos, referindo-se à convenção aprovada pela ONU em dezembro de 1948 contra o crime do genocídio e apoiando-se no fato de que nessa convenção o genocídio não inclui necessariamente o aniquilamento sistemático de um grupo étnico inteiro, o livro leva um título decididamente provocador: *We charge genocide [Acusamos de genocídio]*. Aparentemente avalizado pela forte oposição que essa convenção encontrou no mundo político estadunidense, a acusação é traduzida em muitas línguas. Na URSS ele aparece com uma introdução do intelectual de origem judaica Ilya Ehrenburg, que aproxima III Reich e EUA à medida que ambos são efeitos de um delírio racista genocida ou pretensamente genocida. As reações suscitadas pelo livro nos Estados Unidos são, obviamente, furibundas. E Estados Unidos invertem a acusação. O membro do comitê que invoca a aprovação da convenção da ONU declara: “nos países comunistas é política oficial eliminar grupos com base na sua origem racial e nacional”.⁶

Se o início da Guerra Fria vê cada um dos dois antagonistas classificar o outro como nova versão do nazismo e da sua loucura genocida, com o

⁵ Arendt (1989a), p. 325 e *passim*; Chamberlin (1950), pp. 36-37; Losurdo (2007), cap. II, § 14 e cap. III, § 6-7 (para a nação “eleita” na tradição política americana).

⁶ Horne (1988), pp. 163-75; Rapoport (1991), p. 193 (no tocante a Ehrenburg); Hofstadter (1982), vol. 3, p. 451 (no tocante a M. L. King).

delinear-se do triunfo do Ocidente o jogo das analogias se desenvolve de modo sempre mais exclusivo na direção que agrada aos vencedores. Em particular, para a ideologia dominante tornou-se uma obsessão assimilar Stalin e Hitler do modo mais completo possível, chegando ao ponto de apresentá-los como dois monstros gêmeos.

O culto negativo dos heróis

De que modo chegar a esse resultado? Enquanto isso, a atenção se concentra exclusivamente na União Soviética e no III Reich. Veremos Gandhi igualar, no seu julgamento de condenação, Inglaterra colonialista e Alemanha hitleriana, imperialismo britânico e imperialismo nazista. Estudiosos não suspeitos de antiocidentalismo compararam repetidamente o tratamento das populações coloniais realizado, e às vezes até explicitamente teorizado, pelo Ocidente liberal com as práticas genocidas do III Reich. Essa comparação foi feita para a deportação dos cherokees ordenada por Andrew Jackson (o presidente dos Estados Unidos que Tocqueville visitou e celebrou), para a posição tomada por Theodore Roosevelt em relação às “raças inferiores” (a enfrentar com uma “guerra de extermínio” em caso de rebelião contra a “raça superior”), para o tratamento que a Inglaterra deu ao povo irlandês (tratado à maneira dos peles-vermelhas e, ainda em meados do século XIX, condenado a morrer de fome, ou inédua).

Há mais. Os termos-chave hoje em dia utilizados para descrever o horror do século XX surgem já dos estudos que pesquisam o mundo liberal do século XIX. Com referência em particular ao “desenvolvimento do capitalismo industrial” na Inglaterra, foi afirmado que “o Gulag não é uma invenção do século XX”. Foi definida como “sociedade totalitária” aquela que na Austrália engole os deportados da Inglaterra (muitas vezes miseráveis condenados por um furto insignificante, ao qual foram impelidos pela fome). Enfim, a propósito da tragédia dos nativos na América, na Austrália ou nas colônias inglesas em geral, estudiosos autorizados falaram respectivamente de “holocausto americano” (ou de “solução final” da questão dos ameríndios), de “holocausto australiano” e de “holocaustos tardovitorianos”, para não falar depois do “holocausto negro” (a deportação e a escravização dos sobreviventes, um em três ou quatro), para o que os afroamericanos procuram chamar a atenção. Enfim, vimos o “holocausto canadense”.

Até no que diz respeito aos acontecimentos que ocorreram sob os nossos olhos, em autorizados órgãos de informação se pode ler que no Afeganis-

ção, um país sob o protetorado estadunidense, os talibãs capturados são amontoados num lugar que se “assemelha ao campo de concentração nazista de Auschwitz” e que em Guantánamo está em ação, segundo a definição de Amnesty International, uma espécie de “Gulag dos nossos dias”. Enfim, vale a pena observar que a historiografia estadunidense mais isenta não hesitou em estabelecer uma comparação entre aniquilamento angloamericano da área de cidades inteiras (Dresden, Hiroshima e Nagasaki) de um lado e judaicídio nazista do outro.⁷ Mas tudo isso desaparece como por encanto na ideologia e na historiografia dominantes, assim como desaparece a realidade do universo concentracionário que durante a II Guerra dos Trinta Anos surge também nos países de tradição liberal mais consolidada e que estes, mesmo depois da derrota do III Reich, continuam por algum tempo a manter de pé em função antissoviética e anticomunista e que, de qualquer modo, desenvolvem-se depois nas colônias ou semicolônias.

No entanto, embora colossal, essa repressão não é suficiente para construir o mito dos monstros gêmeos. E depois se procede assim. Da comparação entre URSS e III Reich se desliza para a comparação entre Stalin e Hitler, abstraindo ambos dos respectivos contextos históricos e projetos políticos. Uma vez desaparecidas as explosivas contradições que caracterizam, de um lado, o segundo período das desordens e, do outro lado, a II Guerra dos Trinta Anos, o terror staliniano aparece como a expressão de uma violência gratuita e motivada exclusivamente pela ideologia totalitária ou diretamente pela paranoia sanguinária de uma única personalidade.

De modo semelhante é reprimida a história que age por trás de Hitler. Ele nasce no final do século XIX. Ainda não terminara o século “mais doloroso” da história humana, o “século das colônias” e, sobretudo, o “século das raças”, que tem o mérito de ter refutado de uma vez para sempre as ingênuas “ideias de confraternização universal do século XVIII” e a mitologia da origem comum e da unidade do gênero humano, o instrumental ideológico ao qual, não obstante os sonoros desmentidos da história e da ciência, permanecem pateticamente apegados os “socialistas”.⁸ Quem se exprime assim em 1898 é o autor angloalemão Houston S. Chamberlain, que depois se tornará particularmente caro exatamente a Hitler, mas que naquele momento é aclamado em todo o Ocidente. Quer dizer, para compreender o nazismo é preciso, também, em primeiro lugar, pesquisar o projeto político que está no seu fundamento, e esse projeto político não só não se refere a uma única perso-

⁷ Markusen, Kopf (1995).

⁸ Chamberlain (1937), pp. 997 e 33.

nalidade criminosa ou louca, mas, além da Alemanha e do nazismo, acusa com modalidades diferentes outros países e outros movimentos políticos. Nesse sentido, qualquer que seja o juízo no plano artístico, *A resistível ascensão de Arturo Ui* de Bertolt Brecht não é convincente. Para ilustrar a personalidade de Hitler se recorre ao um gênero literário (a história criminal) que induz a errar. Assim se pressupõe uma evidência moral, que na realidade é construída *a posteriori*. O nazismo aprofunda as suas raízes num período histórico em que a “evidência” é construída eventualmente pela hierarquização das raças e por um expansionismo colonial muitas vezes nos moldes de práticas genocidas.

Certamente, herdar tal tradição num momento em que ela começa a ser duramente contestada, e radicalizá-la, chegando ao ponto de querer colocá-la em ação também na Europa oriental, é uma terrível escalada, mas se trata exatamente de escalada e não de uma criação do nada. No século XIX está amplamente difundida na cultura a ideia de “extermínio” racial que – sublinha Disraeli – é expressão de “uma lei irresistível da Natureza”. No final do século Spencer lamenta: “Entramos numa época de canibalismo social em que as nações mais fortes estão devorando as mais fracas”. Entre os séculos XIX e XX, nos Estados Unidos, não faltam sequer os apelos à “solução final” e à “solução final e completa” respectivamente da questão indígena e da questão negra.⁹ No mesmo período de tempo, também no Canadá uma personalidade autorizada da administração invoca a “solução final da nossa questão indígena”.¹⁰ Ficam o horror e a infâmia da escalada, mas ela é sugerida pela experiência do fracasso da tentativa de edificar um império colonial ultramar, no momento do estouro da I Guerra Mundial, logo eliminada pela frota britânica superior, que impõe à Alemanha um bloqueio naval devastador e mortal também para a população civil. Portanto, perguntam-se: continuar a estar expostos a esse terrível perigo, ou edificar a todo custo um império continental, com o recurso a massacres e práticas genocidas, mas em prejuízo de raças inferiores e seguindo, de qualquer modo, o modelo clássico e consolidado do expansionismo colonial do Ocidente?

Na ideologia dominante, desaparecido qualquer projeto político, as infâmias do III Reich configuram-se também como manifestações da doença de origem misteriosa, mas de qualquer modo terrível, que responde pelo nome de “totalitarismo”. Está assim aplanada a estrada para assemelhar Stalin com Hitler. Assim se torna até supérflua (e talvez embaraçosa) a analogia

⁹ Cf. Losurdo (2005), cap. X, § 3-4.

¹⁰ Em Annett (2001), p. 6.

entre “pan-eslavismo” e “pangermanismo”, sobre a qual Arendt insiste, mas que não parece hoje gozar de sorte particular. Tudo gira em torno de duas personalidades (doentes e criminosas), das quais, às vezes, se esboçam as biografias paralelas.¹¹

O que mais impressiona em tais textos é a ausência da história e, em certo sentido, até da política. Desaparecem o colonialismo, o imperialismo, as guerras mundiais, as lutas de libertação nacional, os projetos políticos diferentes e opostos. Não se pergunta tampouco pelas relações com o Ocidente liberal, de um lado, com o fascismo e o nazismo (que se comportam como campeões do Ocidente mais autêntico e mais consequente), e, outro lado, com o antigo regime russo, cujas contradições tendem há muito tempo a precipitar-se numa enorme catástrofe. Tudo isso é colocado substancialmente na sombra pela centralidade absoluta conferida a duas personalidades criadoras, ainda que maleficamente criadoras.

O teorema da afinidade eletiva entre Stalin e Hitler

Essas duas personalidades – fabuliza-se – não só se equivalem no plano político e moral, mas estão ligadas entre si por uma espécie de atração recíproca. Para demonstrar isso se remete ao pacto alemão-soviético de não agressão e de delimitação das respectivas esferas de influência. Na realidade, este pacto, por um lado, põe fim ao *Diktat* de Brest-Litovsk; por outro lado, é apenas uma etapa de um processo contraditório de delimitação das esferas de influência por parte das grandes potências que se inicia em Mônaco e se conclui (provisoriamente) em Ialta.¹² Poucos meses depois da conclusão do segundo conflito mundial, em 1946, Ernest Bevin, personalidade de primeiro plano do partido trabalhista e ministro inglês do Exterior, verá o mundo tendencialmente dividido “em esferas de influência ou naquelas que podem ser definidas as três grandes doutrinas Monroe”, reivindicadas e feitas valer respectivamente pelos EUA, pela URSS e pela Grã-Bretanha.¹³ Se a Monroe britânica se desfaz rapidamente, ainda em 1961, durante o colóquio realizado em Viena, John Kennedy, sobrevivente da ingloriosa aventura da Baía dos Porcos, protesta com Kruschiov pelo êxito e pelo dinamismo da Revolução Cubana: os EUA não podem tolerar um regime que pretenda corroer a sua he-

¹¹ Bullock (1992).

¹² Gardner (1993).

¹³ Em Thomas (1988), p. 296.

gemonia no “hemisfério ocidental”, numa sua “área de interesse vital”, assim como a URSS não poderia tolerar um desafio à sua hegemonia na sua área de segurança, na Europa oriental.¹⁴

Pode-se considerar particularmente odiosa a delimitação das esferas de influência acontecida com base nos protocolos secretos do pacto soviético-alemão e condenar o cinismo do movimento que permite a Stalin ganhar tanto tempo como espaço; mas é muito difícil conciliar tal condenação com a tese da atração recíproca entre os dois ditadores, com o tema da afinidade eletiva. Na realidade, logo depois do desencadeamento da guerra por iniciativa da Alemanha nazista, Churchill saúda com agrado a entrada das tropas soviéticas na Polônia oriental. Pouco depois, ao se dirigir aos dirigentes da Letônia, Stalin motiva com extrema clareza as razões da política por ele conduzida nos países bálticos: “Os alemães poderiam atacar. Por seis anos, fascistas alemães e comunistas se xingaram reciprocamente. Agora, a despeito da história, verificou-se uma virada inesperada, mas não se pode basear nela. Devemos estar preparados a tempo. Outros, que não estavam preparados, pagaram as consequências”. É só gradualmente, a partir também da necessidade de evitar as manobras postas em ação na região pelo III Reich, que o protetorado militar, com o qual inicialmente Moscou parece contentar-se, se transforma em verdadeira anexação¹⁵: assim foram novamente postas em discussão as amputações sofridas pela Rússia soviética no período da sua fraqueza máxima, enquanto ao mesmo tempo se acentua no novo grupo dirigente a tendência a assumir sem excessivas limitações a herança da política internacional da Rússia czarista.

Na costumeira avaliação do pacto germano-soviético estão totalmente ausentes as perguntas que seriam preliminares para a sua compreensão: que acordos foram anteriormente firmados pelo III Reich? Como explicar o início da guerra entre Alemanha e União Soviética menos de dois anos depois, e quais são os projetos cultivados pelo número dois do regime nazista (Rudolf Hess), que na véspera da operação Barbarossa desembarca aventureiramente na Inglaterra?

Na competição para chegar a um compromisso ou a um entendimento com o novo regime que se instalou em Berlim, Stalin chega decididamente por último. É de 20 de julho de 1933 a Concordata entre a Alemanha e a Santa Sé, que garante a fidelidade dos católicos alemães ao novo “governo que se formou em conformidade com a Constituição” (*verfassungsmässig*

gebildete Regierung), um reconhecimento que acontece a pouca distância temporal da aprovação das leis de exceção, com o recurso ao terror, e do surgimento do Estado racial, com as primeiras medidas contra funcionários de “origem não ariana”. Duas semanas antes fora dissolvido o partido católico do Zentrum, cujos militantes se tinham comprometido a dar “colaboração positiva” à “frente nacional dirigida pelo senhor Chanceler do Reich”.¹⁶ No tocante ao mundo protestante, é preciso não esquecer que os Deutsche Christen se alinham com Hitler já imediatamente após a sua chegada ao poder, e assumem tal posição adaptando o cristianismo às exigências do III Reich, relendo a Reforma protestante em perspectiva nazista e até racista, para teorizar uma Igreja fundida com a “comunidade popular” alemã e fundada no “reconhecimento da diversidade das metrópoles e das raças como um ordenamento querido por Deus”.¹⁷

Também o movimento sionista deu prova de prontidão semelhante em buscar os favores dos novos governantes. O seu órgão, a *Jüdische Rundschau*, que permaneceu substancialmente imune à onda de proibições e de perseguições que atinge a imprensa alemã imediatamente depois do incêndio do Reichstag, poucas semanas depois, em 7 de abril de 1933, convida sionistas e nazistas a serem “parceiros honestos”. Tudo resulta, em 1935, no acordo de “transferência” de 20.000 judeus para a Palestina, autorizados a levar consigo quase 30 milhões de dólares, com um forte impulso à colonização e ao processo que depois levaria à formação do Estado de Israel.¹⁸ Mais tarde, reagindo ao acordo de “transferência”, também o grande mufti de Jerusalém procura as graças de Hitler. Passemos agora aos partidos políticos de oposição. “Bastante fraco” é o discurso pronunciado pelo deputado socialdemocrata Otto Wels, por ocasião da sessão do Reichstag que concede poderes extraordinários a Hitler.¹⁹ Quem primeiro advertiu e organizou a resistência contra a barbárie agora no poder foi o partido comunista e “staliniano”.

O ano de 1935 é também aquele em que é assinado o acordo naval entre Grã-Bretanha e III Reich. Intervindo depois o início de um febril rearmamento e a reintrodução na Alemanha do serviço militar obrigatório, ele alimenta as esperanças de Hitler de poder chegar a um entendimento estratégico com o reconhecimento da preeminência naval da Grã-Bretanha e o respeito recíproco dos dois grandes impérios “germânicos”: o britânico de ultramar

¹⁴ Schlesinger Jr. (1967), p. 338.

¹⁵ Roberts (2006), pp. 38-45 e 55.

¹⁶ Ruge, Schumann (1977), p. 50.

¹⁷ Em Kupisch (1965), pp. 256-58.

¹⁸ Losurdo (2007), cap. V, § 1.

¹⁹ Hitler (1965), p. 238 (assim se exprime o organizador).

e o continental alemão, a edificar com a colonização do leste europeu e a subjugação dos eslavos. Falou-se justamente a tal propósito de “atitude cínica” do governo de Londres, que dá a impressão de avalizar um programa infame, já enunciado claramente no *Mein Kampf*.²⁰ Não são de espantar as crescentes preocupações de Moscou, a forte irritação de Paris²¹ e a alegria incontida de Hitler, que pode assim celebrar aquele que ele definiu como o seu “dia mais feliz”.²²

Mais inquietante ainda é o papel da Polônia. Como foi observado, ela se torna “no seu conjunto subalterna à política alemã” a partir da assinatura do pacto decenal de não agressão com a Alemanha em 26 de janeiro de 1934. No ano seguinte, o ministro do Exterior, Beck, declara ao seu vice: “Há dois blocos políticos indubitavelmente condenados a desaparecer, a Áustria e a Tchecoslováquia”.²³ É clara a consonância com o programa de Hitler, e não se trata apenas de palavras. “O ultimato com o qual a Polônia pedia à Tchecoslováquia a restituição de Teschen induz definitivamente Beneš, segundo o que ele mesmo narrou, a abandonar qualquer ideia de opor-se ao arranjo de Mônaco. A Polónia fora até aquele momento um chagal mais útil para a Alemanha no leste do que foi a Itália no Mediterrâneo”. A Conferência de Mônaco não marca o fim da colaboração do governo de Varsóvia com o III Reich: “Se Hitler aspirava realmente a entrar na Ucrânia, devia passar pela Polónia; e no outono de 1938 essa ideia não parecia absolutamente uma fantasia política”.²⁴ Parece até haver o encorajamento de Varsóvia. Em janeiro do ano seguinte, durante uma conversa com Hitler, Beck declara: a Polónia “não atribui significado algum ao chamado sistema de segurança”.²⁵

Stalin tem todos os motivos para estar preocupado e angustiado. Antes da Conferência de Mônaco, o embaixador estadunidense na França, William C. Bullit, observara que o importante era isolar o “despotismo asiático”, salvando a “civilização europeia” de uma guerra fratricida. Depois do triunfo conseguido por Hitler, um diplomata inglês anotara em seu diário: “De ser um punhal apontado contra o coração da Alemanha, a Tchecoslováquia agora se transformou rapidamente num punhal contra os órgãos vitais da Rússia”.

²⁰ Shirer (1974), p. 453.

²¹ Baumont (1969), p. 161.

²² Relatado em Goebbels (1992), p. 867 (nota 22 do organizador).

²³ Baumont (1969), pp. 92-93 e 281.

²⁴ Taylor (1996), p. 259.

²⁵ Wolkogonow (1989), p. 468.

...sia”.²⁶ Por ocasião da crise que desembocou na Conferência de Mônaco, a URSS tinha sido o único país a desafiar o III Reich e a confirmar o seu apoio ao governo de Praga, colocando em estado de alerta mais de setenta divisões. Posteriormente, depois do desmembramento da Tchecoslováquia feito pelo III Reich em março de 1939, Moscou apresentara uma dura nota de protesto a Berlim.²⁷ Muito mais “contida” fora a reação das outras capitais. Portanto, os agressores nazifascistas tinham devorado sucessivamente a Etiópia, a Espanha, a Tchecoslováquia, a Albânia e, na Ásia, a China, graças à complacência direta ou à passividade das potências ocidentais, propensas a dirigir contra o país nascido da Revolução de Outubro as ulteriores ambições e olhares expansionistas do III Reich; ao leste, a União Soviética observa a pressão exercida pelo Japão sobre as fronteiras orientais. Surge assim o perigo de invasão e de guerra em duas frentes: é só a esta altura que Moscou começa a mover-se em direção do pacto de não agressão com a Alemanha, anotando o fracasso da política das frentes populares.

Levada avante por Stalin com convicção e decisão, a política das frentes populares tinha custado não pouco. Ela tinha reforçado a oposição e a agitação trotskista em particular nas colônias: que credibilidade podia ter um anticolonialismo que poupava – assim soava a acusação – as principais potências coloniais do tempo, para concentrar o fogo sobre um país, a Alemanha, que em Versalhes tinha perdido até as poucas colônias que possuía antes? Sobretudo, para os próprios povos coloniais era difícil aceitar a mudança. A Inglaterra estava amplamente desacreditada. Na primavera de 1919 ela não só se tornara responsável pelo massacre de Amritsar, que custou a vida de centenas de indianos desarmados, mas também recorrera a “fustigações públicas” e a uma punição coletiva desumana e uma terrível humilhação nacional e racial, sendo os habitantes da cidade obrigados “a ter de arrastar-se nas quatro patas para voltar à casa ou sair dela”.²⁸ Mais tarde, enquanto pega fogo a II Guerra Mundial, o governo imperial reprime as manifestações independentistas, metralhando-as do alto com a aviação (*infra*, cap. 6, § 4). São os anos em que Gandhi afirma: “Na Índia, temos um governo hitleriano, ainda que camuflado em termos mais brandos”. E ainda: “Hitler foi ‘o pecado da Grã-Bretanha’. Hitler é apenas a resposta ao imperialismo britânico”.²⁹ Terminada a guerra, Gandhi chegará a prestar homenagem a Subhas Chandra Bose, que, a fim

²⁶ Em Gardner (1993), pp. 36 e 44.

²⁷ Wolkogonow (1989), pp. 465 e 460.

²⁸ Brecher (1965), pp. 89-90.

²⁹ Gandhi (1969-2001), vol. 80, p. 200 (*Answers to Questions*, 25 de abril de 1941) e vol. 86, p. 223 (entrevista a Ralph Coniston de abril de 1945).

de conseguir a independência, tinha combatido ao lado do Eixo: "Subhas era um grande patriota e deu a vida pelo bem do país".³⁰

Em conclusão, não fora fácil para a URSS passar a ideia de que, apesar das aparências, também para os povos das colônias o perigo principal era sempre constituído pela coalizão nazifascista, pelo eixo Alemanha-Japão-Itália e, em particular, pelo III Reich, decidido a retomar e radicalizar a tradição colonial, recorrendo até a meios extremos. Para países como a Inglaterra e a França, a política das frentes populares comportava custos bastante mais reduzidos, no entanto, elas a tinham sabotado. A essa altura, a URSS não tinha outra escolha senão o entendimento com a Alemanha, um movimento que foi definido como "uma improvisação do último minuto, dramática", à qual Moscou recorre na falta de alternativas, "na véspera imediata de uma nova guerra europeia".³¹

Verifica-se assim uma virada, que em geral é avaliada com o olhar voltado exclusivamente para a Europa. Mas não há motivo para ignorar as repercussões na Ásia. Mao Zedong exprime a sua satisfação: "O pacto representa um golpe para o Japão e uma ajuda para a China", à medida que "dá maiores possibilidades para a União Soviética" apoiar "a resistência da China contra o Japão".³² Exatamente por essa razão o governo japonês considera "traíçoeiro e imperdoável" o comportamento de Berlim.³³ Com efeito, é bastante consistente o fluxo de armas e munições russas em direção à China. A posição do Ocidente é bem diferente:

É uma mancha no grande livro da história a indiferença com a qual a Europa e a América, mostrando não terem noção clara da realidade, se abstiveram de fazer espontaneamente o mínimo esforço para impedir o caminho aos fascistas de Tóquio; não só, mas o que é pior, os Estados Unidos continuaram a enviar ao Japão petróleo e gasolina até quase o grande ataque a Pearl Harbor.³⁴

Deixemos agora de lado a Ásia para nos concentrarmos na Europa. A desconfiança recíproca entre União Soviética e III Reich e a preparação de ambos para o choque frontal nunca desapareceram, nem sequer durante os me-

³⁰ Gandhi (1969-2001), vol. 98, p. 293.

³¹ Roberts (2006), p. 5.

³² Mao Zedong (1969-1975), vol. 2, pp. 271 e 275.

³³ Coox (1990), pp. 898 e 900.

³⁴ Romein (1969), p. 261

ses do pacto de não agressão. Ainda antes da assinatura, falando com o alto comissário da Sociedade das Nações em Danzig, Hitler esclarece:

Tudo o que empreendo é voltado para a Rússia. Se o Ocidente é demasiado estúpido e cego para entender isto, serei obrigado a chegar a um entendimento com os russos e a derrotar depois o Ocidente, de modo que após a sua derrota eu possa voltar-me contra a União Soviética com todas as forças por mim reunidas.³⁵

A julgar por este trecho, o objetivo constante do Führer é a construção de uma aliança ocidental sob liderança alemã para derrubar a União Soviética; se não se conseguir fazer essa aliança com um entendimento preventivo, então só resta impô-la aos parceiros recalcitrantes depois de tê-los derrotado; o entendimento transitório com Moscou é apenas um expediente para conseguir a vitória e realizar desse modo a aliança ocidental necessária para o ajuste definitivo de contas com o bolchevismo. O pacto de não agressão é instrumento para conseguir o objetivo principal e permanente do III Reich, que desencadeia a operação Barba-rossa apresentando-a como uma cruzada para a Europa, para a qual são chamados a contribuir e, de fato, contribuem, em diferente medida e com recursos humanos ou materiais, países e povos europeus.

Stalin contava com a duração eterna ou bastante prolongada do pacto? Na realidade, desde o início ele está consciente da inevitabilidade do choque com a Alemanha nazista: "seremos poupados da guerra por um pouco mais de tempo".³⁶ Ele aproveita o tempo assim conseguido para consolidar a posição do seu país. Já em novembro de 1939, aos olhos de Hitler, o país governado pelos comunistas parece empenhado em fortalecer-se militarmente e disposto a respeitar o pacto apenas de acordo com as circunstâncias e as conveniências.³⁷ É um ponto rebatido pelo Führer dois meses depois: Stalin é cauteloso, tem bem presentes as relações de força, mas está claramente à espera de "uma situação difícil para a Alemanha"; ele não perde de vista nem sequer a meteorologia e revela-se "mais despuadorado" que de costume nos meses de inverno, quando se sente mais protegido da formidável máquina de guerra do III Reich.³⁸

As preocupações do Führer não deixam, absolutamente, de ter fundamento. Vejamos qual é a posição de Moscou no final do verão de 1940, num

³⁵ Em Nolte (1987), pp. 313-14.

³⁶ Em Montefiore (2007), p. 354.

³⁷ Hitler (1965), p. 1423.

³⁸ Hitler (1965), pp. 1653 e 1655.

momento em que, levada triunfalmente a termo a ocupação da França, o III Reich parece estar em condições de poder obrigar também a Inglaterra a capitular:

Enquanto Stalin exprimia a Hitler a sua confiança numa conclusão rápida da guerra, os seus enviados diplomáticos e os seus agentes no exterior favoreciam toda forma de resistência à 'nova ordem'. Os jornais de Moscou, que até então não tinham poupado observações irônicas ou de desprezo aos aliados, começaram a assumir um tom de simpatia na avaliação da batalha da Inglaterra e a encorajar os patriotas franceses na luta contra a dominação nazista. Anteriormente, também, o ministro do Exterior alemão se vira obrigado a protestar contra a propaganda antinazista desenvolvida pela senhora Kollontai, ministra da União Soviética na Suécia.³⁹

È eloquente um colóquio que ocorre em Moscou em 25 de novembro de 1940 entre dois colaboradores íntimos de Stalin:

D[imitrov]: Nós levamos adiante uma linha de desagregação das tropas alemãs de ocupação nos vários países e, sem alarde, queremos reforçar mais esse trabalho. Isto não perturba a política soviética?

M[olotov]: Naturalmente, é preciso fazer isso. Não seríamos comunistas se não seguíssemos uma linha assim. Só que se deve fazê-lo sem barulho.⁴⁰

Também Stalin está de acordo com essa linha⁴¹, claramente empenhado em encorajar a resistência contra o expansionismo do III Reich. Naturalmente, esta é uma rota de colisão, e Stalin tem consciência disso, como resulta das observações feitas por ele e das medidas que tomou. Em 7 de novembro de 1940: é preciso estar militarmente à altura "dos nossos inimigos (e inimigos nossos são todos os Estados capitalistas, também aqueles que se apresentam como nossos amigos!)".⁴² Em 25 de novembro do mesmo ano: "as nossas relações com os alemães são aparentemente marcadas pela cortesia, mas entre nós há muitos atritos".⁴³

Nos primeiros anos de 1941 até a aparência começa a desaparecer: "Agora a resistência contra Hitler vinha [de Moscou] encorajada por toda parte e abertamente". Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito aos

³⁹ Deutscher (1969), pp. 633-34.

⁴⁰ Dimitrov (2002), p. 245.

⁴¹ Dimitrov (2002), p. 258.

⁴² Dimitrov (2002), p. 241.

⁴³ Dimitrov (2002), p. 246.

Balcãs, onde o conflito de interesses entre os dois assinantes do pacto de não agressão de dois anos antes se torna sempre mais agudo. Stalin recebe no Kremlin o embaixador iugoslavo em Moscou, discute e define com ele a linha a opor à política do III Reich. Agradavelmente surpreso com essa audácia em relação aos aspirantes a donos do mundo, o representante de Belgrado faz uma pergunta: "E se os alemães, irritados, se voltarem contra vós?". A resposta é imediata: "Quem venham".⁴⁴ O contrato de 4 de abril de 1941 do pacto de amizade entre URSS e Iugoslávia foi imediatamente seguido pela invasão deste último país pelo exército hitleriano. Alguns dias depois, ao relatar a opinião do líder soviético, Dimitrov anota no seu diário (18 de abril de 1941): "A guerra do povo grego e iugoslavo contra a agressão imperialista é uma guerra justa", sobre isso "não há dúvidas".⁴⁵ O choque com o III Reich aparece sempre mais nitidamente no horizonte. Em 5 de maio de 1941, Stalin observa: "O exército alemão é invencível? Não. Não é invencível [...]. Agora a Alemanha prossegue a guerra em nome da escravidão, da subjugação dos outros povos, em nome da hegemonia. Esta é uma grande desvantagem do exército alemão".⁴⁶

Se a reaproximação entre III Reich e União Soviética tinha provocado notável malestar entre as fileiras nazistas e em particular em Rosenberg ("tenho a sensação que o Pacto de Moscou, antes ou depois, se vingará do nacionalsocialismo"), a operação Barbarossa suscita uma sensação de alívio: foi apagada a "mancha em nossa honra", anota Goebbels no seu diário.⁴⁷ O próprio Führer escreve a Mussolini: "Sinto-me em paz comigo mesmo"; as "angústias" e a sensação de "uma desautorização das minhas origens, do meu pensamento e dos compromissos por mim assumidos", os sentimentos que tinham acompanhado o pacto de não agressão tinham desaparecido. Hitler – comenta um historiador contemporâneo – chega finalmente ao "embate que há quase duas décadas constituía um elemento central do seu pensamento" e até da sua "psique". Anelado desde sempre, o aniquilamento do bolchevismo oriental e asiático teria permitido chegar, nas condições impostas por Berlim, a uma recomposição da unidade entre o Ocidente e a raça branca e em particular chegar a um acordo permanente com o "Império Britânico", que para o Führer continuava a ser o "modelo supremo de domínio e

⁴⁴ Deutscher (1969), p. 638.

⁴⁵ Dimitrov (2002), p. 300.

⁴⁶ Dimitrov (2002), p. 309.

⁴⁷ Nolte (1987), p. 313; Goebbels (1992), p. 1603 (16 de junho de 1941).

de exploração”.⁴⁸ É apenas uma homenagem à ideologia da Guerra Fria a afirmação de Arendt segundo a qual Hitler “nunca tivera a intenção de defender o ‘Ocidente contra o bolchevismo’” e que, ao contrário, “estivera sempre disposto a aliar-se com Stalin para destruí-lo”.⁴⁹

Na realidade, não estavam errados os dirigentes do III Reich ao sentir-se aliviados pelo fato de que, finalmente, com a operação Barbarossa, podiam enfrentar e liquidar (assim esperavam) o verdadeiro antagonista, o inimigo de sempre. Antes ainda de o nazismo ter chegado ao poder, em 12 de janeiro de 1931, Stalin rotulara o antissemitismo como uma espécie de “carnibalismo” (*infra*, cap. 5, § 9). Ele tinha reagido ao advento do III Reich, em 26 de janeiro de 1934, com uma dura tomada de posição contra o fascismo e contra o “fascismo de tipo alemão” em particular: “De novo, como em 1914, se apresentam no primeiro plano os partidos do imperialismo de guerra fria, os partidos da guerra e da desforra”. A “nova guerra” que surgia no horizonte se preanunciava particularmente bárbara: era a guerra “organizada por uma ‘raça superior’, digamos a ‘raça’ germânica, contra uma ‘raça inferior’, antes de tudo contra os eslavos”.⁵⁰ Depois Stalin reforçou esse conceito em 25 de novembro de 1936, no momento da apresentação da nova Constituição soviética, por ele oposta, pelo seu caráter “profundamente internacionalista”, às “constituições burguesas [as quais] partem tacitamente do pressuposto de que as nações e as raças não podem ter direitos iguais”. É verdade que o discurso era de caráter geral, como emerge da referência às “colônias” e às discriminações baseadas na “diferença na cor da pele”, mas é claro que o alvo principal era constituído pela Alemanha nazista, que elevava a ideologia racial a doutrina de Estado. Não por acaso Stalin insistia no princípio da igualdade entre as nações “independentemente da sua força ou da sua fraqueza”⁵¹: nesse momento o III Reich era o campeão do socialdarwinismo no plano internacional. Ainda a poucos meses do início da guerra na Europa, em 10 de março de 1939, ao advertir as potências ocidentais de que o seu “grande e perigoso jogo político” de canalizar “para o Oriente, contra a União Soviética”, o ímpeto expansionista do III Reich, podia concluir-se com um “grave fracasso” (ou seja, com um pacto de não agressão entre Moscou e Berlim). Stalin dirigira um apelo a pôr fim ao *appeasement* [apaziguamen-

⁴⁸ Kershaw (2001), pp. 596-97 e 625.

⁴⁹ Arendt (1989a), p. 429, nota 13.

⁵⁰ Stalin (1971-1973), vol. 13, pp. 260-61 e 263 (= Stalin, 1952, pp. 527-28 e 530).

⁵¹ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 68-69 (= Stalin, 1952, pp. 624-25).

to], à política que fazia “aos agressores uma concessão depois da outra”, para formar uma frente comum contra os provocadores de guerra.⁵²

Recusando totalmente o quadro histórico aqui sumariamente delineado, Arendt enuncia o teorema da afinidade eletiva entre Stalin e Hitler: o único homem em quem o primeiro confiava era o segundo, e o único homem admirado pelo segundo era o primeiro (*infra*, cap. 7, § 3). Depois do que vimos, falar de confiança entre os dois soa involuntariamente humorístico, enquanto um enfileiramento banal à ideologia da Guerra Fria é a tese de Arendt da “política filo-hitleriana de Stalin”.⁵³ Na Moscou de 1937 – observa Feuchtwanger – “cada um tem presente a futura guerra com absoluta segurança” e vê no “fascista alemão” o inimigo. A razão é clara: “A nossa prosperidade, dizem os soviéticos, é um contraste tão evidente com as teorias fascistas que os Estados fascistas, se quiserem continuar a viver, devem aniquilar-nos”.⁵⁴ É prevista aqui com precisão a guerra de aniquilamento que será depois desencadeada pelo III Reich; e bem longe de arrefecer, a preparação para ela se acentuará mais até tornar-se frenética nos meses do pacto de não agressão.

É verdade, porém, que, a partir da operação Barbarossa, Hitler às vezes acentua a capacidade política e militar do seu grande antagonista: é a confirmação do teorema das afinidades eletivas? Durante a Conferência de Teerã, polemizando amigavelmente com Franklin D. Roosevelt (propenso a ler Hitler em perspectiva psicopatológica), Stalin sublinha que o inimigo comum era “muito hábil” e que só assim se podiam explicar os extraordinários sucessos por ele inicialmente conseguidos⁵⁵: é uma nova confirmação da tese que hoje se tornou lugar comum? Na realidade, o líder soviético tinha razão, não o presidente estadunidense! É preciso ter uma visão muito primitiva do antagonismo para pensar que, para ser autêntico, ele deve comportar o desconhecimento das capacidades do inimigo. Os historiadores hoje concordam em reprovar uma subestimação da URSS pelo Führer; Arendt, porém, parte da sua tardia e parcial resipiscência para construir o teorema das afinidades eletivas.

Hitler é, aliás, citado de modo unilateral. É bem compreensível a sua aspiração a explicar os inesperados insucessos ou fracassos na frente oriental, que infligiam um desmentido ardente do mito da invencibilidade do III Reich e da Wehrmacht, com as características fora do comum do novo ini-

⁵² Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 187 e 190 (= Stalin, 1952, pp. 624-25).

⁵³ Arendt (1985), p. 248.

⁵⁴ Feuchtwanger (1946), pp. 76-77.

⁵⁵ Cf. Roberts (2006), p. 182 (refere-se o testemunho de Charles Bohlen).

migo. Tais iniciativas, porém, nem sempre foram definidas em termos lisonjeiros. Já em 14 de julho de 1941, comentando a encarniçada resistência encontrada pela operação Barbarossa, o Führer sentencia: “os nossos inimigos não são mais seres humanos, mas bestas”. E, fazendo eco às opiniões do seu chefe, uma das suas secretárias escreve a uma amiga: “estamos combatendo contra animais ferozes”.⁵⁶ Entre essas “bestas” e esses “animais ferozes” está claramente também Stalin, o qual noutra ocasião é visto por Hitler como um ser proveniente dos “Infernos” (*Unterwelt*), em confirmação do caráter “satânico” do bolchevismo.⁵⁷ Na vertente oposta podemos constatar que, tanto antes como durante a guerra, Stalin rotula Hitler como o campeão do “canibalismo” antissemita ou de uma “política canibalesca” baseada no “ódio racial”.

Acrescentemos que também personalidades políticas de primeiro plano do Ocidente liberal, inclusive Churchill, o qual exprime um sentimento de simpatia também sobre o lado humano (*supra*, Prefácio, 1), formulam um julgamento positivo do líder soviético. O próprio Franklin D. Roosevelt, quando fala dos “maravilhosos progressos conseguidos pelo povo russo”, presta homenagem indireta àquele que o dirige.⁵⁸ Enfim, hoje em dia, nossos historiadores eminentes sublinham as extraordinárias capacidades militares e políticas de Stalin, sem subestimar sequer as de Hitler. Devemos inserir todas essas personalidades entre aquelas tão diferentes no teorema da afinidade eletiva? Na realidade, quando enunciam tal teorema, Arendt e aqueles que se movem em sua esteira deslizam do plano da pesquisa histórica e filosófica para o da beletrística.

O holocausto ucraniano como equivalente do holocausto judaico

As duas personalidades criminosas, reciprocamente ligadas por afinidades eletivas, produzem dois universos concentracionários entre si bastante semelhantes: assim procede a construção da mitologia política generalizada em nossos dias. Na verdade, embora inaugurando essa linha de pensamento, Arendt faz um discurso mais problemático. Por um lado, acentua, ainda que

⁵⁶ Kershaw (2001), pp. 621-22.

⁵⁷ Hitler (1965), p. 2051 (declaração de 8 de novembro de 1943) e p. 1064 (declaração de 30 de janeiro de 1939).

⁵⁸ In Butler (2005), p. 82 (mensagem de 8 de agosto de 1942).

de modo bastante sumário, para os “métodos totalitários” preanunciados pelos campos de concentração nos quais a Inglaterra liberal encerra os bôeres ou os elementos “totalitários” presentes nos campos de concentração que a França da Terceira República instituiu “depois da guerra civil espanhola”. Por outro lado, ao fazer a comparação entre URSS staliniana e a Alemanha hitleriana, Arendt faz valer algumas distinções importantes: só a propósito do segundo país fala de “campos de extermínio”. Há mais: “na URSS os vigilantes não eram, como os SS, uma espécie de elite treinada para cometer delitos”. Como é confirmado pela análise de uma testemunha que passou pela trágica experiência de ambos os universos concentracionários: “Os russos [...] nunca manifestaram o sadismo dos nazistas [...]. Os nossos guardas russos eram pessoas de bem, e não sádicos, mas observavam escrupulosamente as regras do sistema desumano”.⁵⁹ Nos nossos dias, porém, tendo desaparecido a referência, ainda que sumária, no Ocidente liberal, às diferentes configurações do universo concentracionário, todo o discurso gira em torno da assimilação dos Gulag aos *Konzentrationslager*.

Para que tal assimilação seja persuasiva, em primeiro lugar se inflam os números do terror staliniano. Recentemente, uma estudiosa estadunidense calculou que as execuções realmente acontecidas chegavam a “um décimo” das estimativas correntes.⁶⁰ É claro, obviamente, o horror dessa repressão é sempre em larga escala. No entanto, é significativa a desenvoltura de certos historiadores e ideólogos. Mas eles não se limitam a inflar os números. No vazio da história e da política a construção do mito dos monstros gêmeos, podem dar mais um passo adiante: ao holocausto consumado pela Alemanha nazista em prejuízo dos judeus a partir, sobretudo, do atoleiro na guerra no leste corresponderia o holocausto já antes (no início da década de 1930) infligido pela URSS staliniana aos ucranianos (o chamado *Holodomor*); nesse segundo caso se trataria de uma “carestia terrorista” e planejada, que acabou desembocando num “imenso Bergen Belsen”, ou seja, num imenso campo de extermínio.⁶¹

Foi Robert Conquest que se distinguiu particularmente em ventilar essa tese. Os seus críticos o acusam de ter trabalhado como agente ligado à desinformação junto aos serviços secretos britânicos e de ter tido acesso ao dossiê ucraniano aproveitando-se dessa sua profissão.⁶² Até os seus admiradores

⁵⁹ Arendt (1989a), pp. 602-03 e 614-15.

⁶⁰ Goldman (2007) p. 5.

⁶¹ Conquest (2004), pp. 11-14.

⁶² Tottle (1987), p. 86.

reconhecem um ponto que não deixa de ter importância: Conquest é “um veterano da Guerra Fria” e escreveu o seu livro no âmbito de uma “operação político-cultural”, que foi dirigida, em última análise, pelo presidente estadunidense Ronald Reagan e que conseguiu “numerosos frutos: por um lado, incidindo de modo importante no debate internacional sobre o valor e os limites das reformas de Gorbatchov, por outro lado, através da tomada de posição do Congresso dos Estados Unidos, que influenciou poderosamente a radicalização dos ímpetus independentistas da Ucrânia”.⁶³ Noutras palavras, o livro foi publicado no âmbito de uma “operação político-cultural” que visava dar o último e decisivo golpe na União Soviética, desacreditando-a como responsável por infâmias totalmente semelhantes às cometidas pelo III Reich e estimulando a sua desintegração graças à tomada de consciência do povo vítima do “holocausto”, agora impossibilitado de coabitar com os seus algozes. É preciso não perder de vista o fato de que, no mesmo período de tempo, junto com o livro sobre a Ucrânia, Conquest publica outro (em colaboração com um certo J. M. White), no qual dá conselho aos seus concidadãos sobre como sobreviver à possível (ou iminente) invasão por parte da União Soviética (*What to Do When the Russian Come: A Survivalist's Handbook*).⁶⁴

Certamente, independentemente das motivações políticas em seu fundamento, uma tese deve ser sempre analisada com base nos argumentos que aduz. É a tese da “carestia terrorista” planejada por Stalin para exterminar o povo ucraniano poderia ser mais confiável do que a tese do perigo que os Estados Unidos de Reagan corriam de serem invadidos pela URSS de Gorbatchov! Portanto, concentremos a nossa atenção na Ucrânia dos primeiros anos da década de 1930. Em 1934, ao voltar de uma viagem na União Soviética que o tinha levado também à Ucrânia, o primeiro ministro francês, Edouard Herriot, nega não só o caráter planejado, mas também a amplitude e a gravidade da carestia.⁶⁵ Essas declarações, feitas pelo líder de um país que no ano seguinte assinaria um tratado de aliança com a URSS, são em geral consideradas escassamente fidedignas. No entanto, é insuspeito o testemunho contido nos relatórios dos diplomatas da Itália fascista. Mesmo no período em que mais cruel é a repressão aos “contrarrevolucionários”, ela está ligada com iniciativas que vão em direção diferente e oposta: os soldados “enviados à zona rural para colaborar com os trabalhos no campo” ou os

⁶³ Argentieri (2001a), pp. vii-viii.

⁶⁴ Tottle (1987), p. 86.

⁶⁵ Tottle (1987), p. 15.

operários que acorrem para consertar as máquinas; junto com “a ação de destruição de toda veleidade separatista ucraniana” assistimos a uma “política de valorização dos caracteres nacionais ucranianos”, que procura atrair “os ucranianos da Polônia para uma possível e esperada união com os da URSS”; e este objetivo é perseguido favorecendo a livre expressão da língua, da cultura e do costume ucraniano.⁶⁶ Stalin se propunha a atrair “os ucranianos da Polônia” para os ucranianos soviéticos, exterminando estes últimos mediante a inanição? Pelo que parece, as tropas soviéticas, que, logo depois do início da II Guerra Mundial, irrompem nos territórios ucranianos até aquele momento ocupados pela Polônia, são saudadas favoravelmente pela população local.⁶⁷

Veamos agora o quadro que surge das tomadas de posição de outros inimigos de Stalin, desta vez colocados dentro do movimento comunista. Trotski, que, como se sabe, nasceu na Ucrânia e que, nos últimos anos da sua vida, se ocupa repetidamente com a sua terra natal, toma posição a favor do movimento independentista. Ele condena a ferocidade da repressão, mas, embora não poupe nenhuma acusação a Stalin (em muitas ocasiões comparado a Hitler), não faz qualquer referência ao chamado ‘holocausto da fome’ planejado por Moscou.⁶⁸ Trotski acentua que “as massas ucranianas são animadas por hostilidade inconciliável para com a burocracia soviética”, mas identifica a razão de tal hostilidade na “repressão da independência ucraniana”. A julgar pela tese hoje corrente, o *Holodomor* teria se verificado nos primeiros anos da década de 1930. Segundo Trotski, porém, “o problema ucraniano se tornou agudo no início deste ano”, ou seja, de 1939.⁶⁹ Como Stalin, também o líder da oposição antistaliniana desejaria unificar todos os ucranianos, só que dessa vez não mais dentro da URSS, mas de um Estado independente. Teria sido sensato formular esse projeto calando-se totalmente sobre o genocídio já consumado? Na opinião de Trotski, a perfídia da burocracia soviética consiste nisto: ela ergue monumentos ao grande poeta nacional ucraniano (Taras Sevtschenko), mas só para obrigar o povo ucraniano a prestar homenagem aos opressores moscovitas na língua do seu poeta nacional.⁷⁰ Como se vê, não só não se fala de genocídio, mas tampouco de etnocídio; por dura que seja a condenação do regime staliniano, não é atribu-

⁶⁶ Losurdo (1996), cap. V, § 9.

⁶⁷ Wolkogonow (1989), p. 484; Mayer (2000), pp. 670-71.

⁶⁸ Trotski (1988), pp. 1173 seg.

⁶⁹ Trotski (1988), pp. 1241 e 1243.

⁷⁰ Trotski (1988), pp. 1174-75.

ída a ele não só a destruição física, mas tampouco a destruição cultural do povo ucraniano. Quer estejam colocados no exterior ou no interior do movimento comunista, os inimigos de Stalin acabam convergindo nesse reconhecimento essencial.

Começam a ficar claras a fragilidade e a instrumentalidade da correspondência feita entre *Holodomor* e “solução final”. Hitler e os outros chefes nazistas proclamam de modo explícito e repetido que é preciso proceder ao aniquilamento dos judeus, comparados a um bacilo, a um vírus, a um agente patogênico, cujo extermínio permitiria que a sociedade recuperasse a saúde. Seria inútil procurar declarações semelhantes nos dirigentes soviéticos a propósito do povo ucraniano (ou judeu). Poderia ser mais interessante comparar a política da URSS staliniana e a da Alemanha hitleriana em relação, em ambos os casos, com a Ucrânia. Hitler proclama em várias ocasiões que os ucranianos, como todos os “povos subjugados”, devem ser mantidos à devida distância da cultura e da instrução; é preciso destruir também a sua memória histórica; é bom que não saibam sequer “ler e escrever”.⁷¹ E não é tudo. Pode-se “muito bem passar sem” 80% a 90% da população local.⁷² Sobretudo, pode-se, de maneira total, passar sem as classes intelectuais. A sua liquidação é a condição para poder transformar o povo subjugado numa casta hereditária de escravos ou semiescravos, destinados a trabalhar e a morrer de trabalho ao serviço da raça dos senhores. O programa nazista é depois esclarecido por Himmler. Trata-se de eliminar imediatamente os judeus (cuja presença é importante no âmbito das classes intelectuais) e reduzir ao “mínimo” a população ucraniana total de modo a aplanar o caminho para a “futura colonização germânica”. É assim que – comenta o historiador aqui citado – também na Ucrânia andem junto “construção do império nazista” e “holocausto”; os nacionalistas ucranianos, que constituem a fonte principal e os principais propagandistas do livro de Conquest, contribuem para isso.⁷³

Com respeito ao III Reich, o poder soviético se move em direção exatamente oposta. Conhecemos a política de *affirmative action* promovida pelo poder soviético em relação às minorias nacionais e aos “irmãos e camaradas” ucranianos, para retomar as palavras utilizadas por Stalin logo depois da Revolução de Outubro.⁷⁴ Com efeito, quem promove com mais decisão a “ação afirmativa” a favor do povo ucraniano é exatamente aquele que hoje é

⁷¹ Hitler (1989), p. 215.

⁷² Em Kershaw (2001), p. 668.

⁷³ Lower (2005), pp. 8 e passim; Sabrin (1991), pp. 3-13; Tottle (1987), pp. 75 seg.

⁷⁴ Stalin (1971-1973), vol. 4, p. 6 (= Stalin, 1952-1956, vol. 4, p. 17).

considerado o responsável pelo *Holodomor*. Em 1921, ele rejeita a tese daqueles segundo os quais “a República ucraniana e a nação ucraniana eram uma invenção dos alemães”: não, “é claro que a nação ucraniana existe e que os comunistas devem desenvolver a sua cultura”.⁷⁵ A partir de tais pressupostos se desenvolve a “ucraniazização” da cultura, da escola, da imprensa, da editoria, dos quadros de partido e do aparelho estatal. Lazar Kaganovitch, que é um colaborador fiel de Stalin e que em março de 1925 se torna secretário do partido na Ucrânia, dá particular impulso à atuação dessa política.⁷⁶ Os resultados não se fazem esperar: em 1931, a publicação de livros em ucraniano “atinge o seu ponto culminante, com 6.218 títulos em 8.086, quase 77%” enquanto “a percentagem dos russos no partido, que em 1922 era de 72%, diminuiu para 52%”. É preciso também ter presente o desenvolvimento do aparelho industrial ucraniano, sobre cuja necessidade Stalin insiste ainda uma vez.⁷⁷

Pode-se procurar minimizar tudo isso referindo ao persistente monopólio do poder exercido em Moscou pelo partido comunista da União Soviética. No entanto, essa política de “ucraniazização” tem um impacto tão forte que ela é obrigada a enfrentar a resistência dos russos:

Estes últimos ficaram de qualquer modo desiludidos com a solução dada à questão nacional na URSS. A equiparação da Rússia com as outras repúblicas federais chocava, os direitos ligados às minorias dentro da República russa irritavam, a retórica antirrusa do regime enfadava [...] e pesava o fato que os russos, única nacionalidade da federação, não tinham nenhum partido seu, nem uma academia de ciências sua.⁷⁸

Não só não tem sentido comparar a política soviética com a nazista, mas a primeira se revela na realidade nitidamente superior também à política dos brancos (apoiados pelo Ocidente liberal). O próprio Conquest acaba reconhecendo isso contra a vontade. Colocando-se numa linha de continuidade com relação à autocracia czarista, Denikin “se recusa a admitir a existência dos ucranianos”. Exatamente oposta é a posição de Stalin, que saúda a “ucraniazização das cidades ucranianas”. Após o sucesso dessa política abre-se uma página nova e altamente positiva:

⁷⁵ Stalin (1971-1973), vol. 5, p. 42 (= Stalin, 1952-1956, vol. 5, p. 63).

⁷⁶ Graziosi (2007), p. 205.

⁷⁷ Graziosi (2007), pp. 311 e 202.

⁷⁸ Graziosi (2007), pp. 203-04.

Em abril de 1923, no XII Congresso do partido [comunista], a política de ‘ucraniazização’ encontrou pleno reconhecimento legal. Pela primeira vez desde o século XIX, um sólido governo ucraniano incluía no programa próprio a defesa e o desenvolvimento da língua e da cultura ucranianas [...]. As personalidades culturais ucranianas que voltavam ao seu país o fizeram com a real esperança de que também uma Ucrânia soviética poderia dar vida ao renascimento nacional. E em grande parte, por alguns anos, tiveram razão. Poesia e narrativa, obras lingüísticas e históricas foram amplamente difundidas e com intensidade estimulante entre todas as classes, enquanto toda a literatura anterior era reimpressa em grande escala.⁷⁹

Vimos que essa política está em vigor, antes em pleno desenvolvimento, na Ucrânia ainda no início da década de 1930. Certamente, em seguida ocorrem um terrível conflito e a carestia; no entanto, continua mistério como no espaço de tão pouco tempo se pôde passar de uma *affirmative action* radical a favor dos ucranianos para o planejamento do seu extermínio. É bom não esquecer que na elaboração e difusão da tese do *Holodomor* desempenharam papel importante os círculos nacionalistas ucranianos que, depois de terem desencadeado “muitos pogroms” antijudaicos nos anos da guerra civil⁸⁰, muitas vezes colaboraram com os invasores nazistas comprometidos em promover a “solução final”. Depois de ter funcionado como instrumento ao mesmo tempo de demonização do inimigo e de confortável autoabsolvição, a tese do *Holodomor* se torna uma formidável arma ideológica no período conclusivo da Guerra Fria e na política de desmembramento da União Soviética.

Uma última consideração. Durante o século XX a acusação de “genocídio” e a denúncia de “holocausto” foram declinadas nos modos mais diferentes. Já vimos diversos exemplos. Convém acrescentar outro. Em 20 de outubro de 1941, o *Chicago Tribune* informa o apaixonado apelo dirigido por Herbert Hoover para que se ponha fim ao bloqueio imposto pela Grã-Bretanha à Alemanha. Já há alguns meses fora iniciada a guerra de extermínio desencadeada pelo III Reich contra a União Soviética, mas sobre isso o ex-presidente estadunidense não gasta uma palavra. Concentra-se sobre as terríveis condições da população civil dos países ocupados (em Varsóvia, “a taxa de mortalidade das crianças é dez vezes mais elevadas que a taxa de natalidade”) e convida a dar um fim a “esse holocausto”, aliás inútil, visto que não consegue deter a marcha da Wehrmacht.⁸¹ É claro que Hoover se preocupa

⁷⁹ Conquest (2004), pp. 65 e 79-80.

⁸⁰ Figes (2000), p. 815.

⁸¹ Em Baker (2008), p. 411.

em desacreditar o país, ou os países, ao lado dos quais F. D. Roosevelt se prepara para intervir, e é o caso de dizer que se perdeu a memória do suposto ‘holocausto’ colocado pelo campeão do isolacionismo sob a responsabilidade de Londres e, em parte, de Washington.

A carestia terrorista na história do Ocidente liberal

Aliás, mais ainda que o fato de forçar, são os silêncios que tiram em bloco a validade do discurso do “veterano da Guerra Fria”. Poder-se-ia começar com um debate que ocorre na Câmara dos Comuns em 28 de outubro de 1948: Churchill denuncia a extensão do conflito entre hindus e muçulmanos e “o horrível holocausto” que está sendo realizado na Índia após a independência concedida pelo governo trabalhista e o desmantelamento do Império Britânico. Um deputado trabalhista interrompe o orador: “Por que não falas da fome na Índia”? O ex-primeiro-ministro procura sumir, mas o outro insiste: “Por que não falas da fome na Índia, pela qual o governo conservador anterior foi responsável”?⁸² A referência é à carestia, obstinadamente negada por Churchill, que em 1943-1944 provocou em Bengala três milhões de mortes. Nenhum dos dois lados, porém, lembra a carestia que ocorreu algumas décadas antes, sempre na Índia colonial. Nesse caso, foram duas ou três dezenas de milhões de indianos que perderam a vida; muitas vezes eles eram obrigados a prestar “trabalho duro” com uma dieta inferior à garantida aos prisioneiros do “tristemente conhecido Lager de Buchenwald”. Nessa ocasião, o componente racista fora explícito e declarado. Os burocratas britânicos achavam que era “um erro gastar tanto dinheiro só para salvar um saco de negros”. Por outro lado, segundo o vice-rei, sir Richard Temple, foram principalmente mendigos sem nenhuma intenção real de trabalhar que perderam a vida: “Não há muito que lamentar a sorte que procuraram e que pôs fim a vidas ociosas e com frequência criminosas”.⁸³

No final da II Guerra Mundial, sir Victor Gollancz, um judeu que chegou à Inglaterra após a fuga da perseguição antissemita na Alemanha, publica em 1946 *The Ethics of Starvation* e, um ano depois, *In Darkest Germany*. O autor denuncia a política de fome que, depois da derrota do III Reich, assola os prisioneiros e o povo alemão, continuamente expostos à condenação à morte por inanição; a mortalidade infantil era dez vezes mais elevada que

⁸² Churchill (1974), p. 7722.

⁸³ Davis (2001), pp. 46-51.

em 1944, um ano que fora particularmente trágico; as rações à disposição dos alemães são perigosamente próximas daquelas em vigor em “Bergen Belsen”.⁸⁴

Nos dois casos que se acabou de citar, não é a Ucrânia soviética que é comparada a um campo de concentração nazista, mas os campos de trabalho da Índia subjugada pela Inglaterra e o regime de ocupação imposto aos derrotados pelo Ocidente liberal. Pelo menos a última acusação parece ser mais persuasiva, como é confirmado pelo livro mais recente e mais exaustivo publicado sobre o assunto: “Os alemães eram mais bem alimentados na Zona soviética”. O país que tinha sofrido a política genocida do III Reich, e que por causa de tal política continuava a sofrer a penúria, era mais generoso. Com efeito, o que levava o Ocidente liberal a infligir aos derrotados a morte por inanição não era a escassez de recursos, mas a ideologia: “Políticos e militares – como sir Bernard Montgomery – insistiam que nenhum alimento devia ser enviado pela Grã-Bretanha. A morte de fome era o castigo. Montgomery afirmava que três quartos de todos os alemães ainda eram nazistas”. Exatamente por isso, a “confraternização” era proibida: era preciso não dirigir a palavra e menos ainda sorrir para os membros de um povo perverso de modo tão total e irremediável. O soldado estadunidense era avisado: “no coração, no corpo e no espírito, todo alemão é um Hitler”. Até uma moça podia tornar-se mortal: “Não fazer como Sansão com Dalila; ela amará cortar vossos cabelos e depois a garganta”. Essa campanha de ódio visava explicitamente colocar fora de jogo o sentimento da compaixão e, portanto, garantir o sucesso da “ética da condenação à inanição”. Não, os soldados estadunidenses deviam ser impassíveis também diante de crianças esfomeadas: “num menino alemão de cabelos amarelos [...] está o nazista à espreita”.⁸⁵

Se as tragédias de Bengala e da Ucrânia se explicam com a escala de prioridades ditada pela aproximação ou intensificação da II Guerra Mundial, que impõe a concentração dos escassos recursos na luta contra um inimigo mortal⁸⁶, de carestia planejada e terrorista se pode falar a propósito da Alemanha imediatamente após a derrota do III Reich, onde a escassez dos recursos não desempenha qualquer papel, ao passo que influi consideravelmente a racialização de um povo, que o próprio F. D. Roosevelt tem a tentação por algum tempo de apagar da face da terra mediante a “castração” (*supra*, cap. 1, § 5). Poder-se-ia dizer que foi o começo da Guerra Fria que salvou os

⁸⁴ Em MacDonogh (2007), pp. 362-63.

⁸⁵ MacDonogh (2007), pp. 366, 363 e 369-70.

⁸⁶ Cf. Losurdo (1996), cap. V, § 10.

alemães (e os japoneses) ou diminuiu sensivelmente os seus sofrimentos: na luta contra o novo inimigo poderiam ser úteis e preciosas a carne de canhão e a experiência, colocadas à disposição do inimigo.

É inútil, porém, procurar acenos à carestia na Índia colonial e britânica ou à Bergen Belsen ocidental na Alemanha no “veterano da Guerra Fria”, empenhado a fazer valer o esquema construído *a priori* pelo revisionismo histórico: todas as infâmias nazistas são apenas a réplica das infâmias comunistas; portanto, também a Bergen Belsen hitleriana reproduz a Bergen Belsen *ante litteram* pela qual Stalin é responsável.

Em plena coerência com tal esquema, Conquest ignora totalmente o fato que o recurso à esfomeação e à ameaça de morte por inanição constitui uma constante na relação estabelecida pelo Ocidente com os bárbaros e com os inimigos sempre de novo assimilados a bárbaros. Depois da Revolução de Santo Domingo, temendo o efeito de contágio do primeiro país que no continente americano abolira a escravidão, Jefferson se declara pronto a “reduzir Toussaint à morte por esfomeação”. Em meados do século XIX, Tocqueville conclama a queimar as colheitas e a esvaziar os silos dos árabes que na Argélia ousarem resistir à conquista francesa (*infra*, cap. 8, § 5). Cinco décadas depois, com essa mesma tática de guerra, que condena todo um povo à fome ou à morrer por inanição, os Estados Unidos sufocam a resistência nas Filipinas. Mesmo quando não é intencionalmente planejada, a carestia pode ser uma ocasião a não se perder. Na mesma época em que Tocqueville convida a fazer o deserto em redor dos árabes rebeldes, uma doença devastadora destrói na Irlanda a colheita de batatas e dizima a população já duramente provada pelo saque e pela opressão dos colonizadores ingleses. Aos olhos de sir Charles Edward Trevelyan (encarregado pelo governo de Londres a acompanhar e enfrentar a situação) a tragédia aparece como a expressão da “Providência onisciente”, que assim resolve o problema da superpopulação (e também a rebelião endêmica de uma população bárbara). Neste sentido, o político britânico foi, às vezes, classificado como um “proto-Eichmann”, protagonista de uma tragédia que pode ser considerada o protótipo dos genocídios do século XX.⁸⁷

Concentremo-nos, porém, no século XX. Os métodos tradicionalmente postos em ação em prejuízo dos povos coloniais podem ser úteis também durante a luta pela hegemonia entre as grandes potências. Ao estourar a I

⁸⁷ Losurdo (2005), cap. V, § 8; Losurdo (1996), cap. V, § 10. Em Mayer (2000), p. 639, se pode ler uma comparação entre o “judeicídio” nazista e a carestia irlandesa, em vez da ucraniana.

Guerra Mundial, a Inglaterra submete a Alemanha a um bloqueio naval mortal, cujo significado é assim esclarecido por Churchill: "O bloqueio britânico tratou a Alemanha inteira como uma fortaleza assediada e procurou de modo explícito reduzir a população inteira (homens, mulheres e crianças, velhos e jovens, feridos e sãos) à inanição e assim obrigá-la à capitulação." O bloqueio continua a ser imposto mesmo depois do fim do armistício, durante meses, e é sempre Churchill que explica a necessidade, apesar do silêncio das armas, do permanente recurso a essa "arma de esfomeação até à inanição, que atinge sobretudo as mulheres e as crianças, os velhos, os fracos e os pobres": os derrotados devem aceitar até o fim as condições de paz dos vencedores.⁸⁸

Mas, com o surgimento ameaçador da Rússia soviética, o inimigo agora é outro. Se Jefferson temia o contágio da Revolução negra, Wilson se preocupa em conter a revolução bolchevique. Os métodos permanecem imutáveis. Para impedir que possa seguir o exemplo da Rússia soviética, a Áustria é colocada diante, para dizer como Gramsci, de uma "brigantesca intimazione [intimação de bandido]"; "Ou a ordem burguesa ou a fome!"⁸⁹ Com efeito, algum tempo depois é Herbert Hoover, alto representante da administração de Wilson e futuro presidente dos EUA, que admoesta as autoridades austríacas dizendo que "qualquer perturbação da ordem pública tornará impossível o fornecimento de gêneros alimentícios e porá Viena cara a cara com a fome absoluta". E, mais tarde, será sempre o mesmo político estadunidense que faz este balanço, do qual se gaba explicitamente: "o medo da morte por inanição manteve o povo austríaco afastado da revolução".⁹⁰ Como se vê, sobretudo em Jefferson e Hoover é explicitamente teorizada aquela "carestia terrorista" que Conquest reprova em Stalin.

Estamos na presença de uma política que continua a grassar em nossos dias. Em junho de 1996, um artigo-intervenção do diretor do Center for Economic and Social Rights punha em evidência as terríveis consequências da "punição coletiva" infligida mediante o embargo ao povo iraquiano: já "mais de 500.000 crianças iraquianas morreram de fome e de doença". Muitas outras estavam a ponto de sofrer a mesma sorte. Uma revista oficiosa do departamento de Estado, *Foreign Affairs*, faz, alguns anos mais tarde, uma consideração de caráter mais geral: depois do colapso do "socialismo real", num mundo unificado sob a hegemonia estadunidense, o embargo constitui a arma de destruição de massa por excelência; oficialmente imposto para pre-

venir o acesso de Saddam Hussein às armas de destruição de massa, o embargo no Iraque, "nos anos que se seguiram à Guerra Fria, provocou mais mortes do que todas as armas de destruição em massa durante a história" colocadas junto. Portanto, é como se o país árabe tivesse passado ao mesmo tempo pelo bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki, pelos ataques de gás de mostarda do exército de Guilherme II e de Benito Mussolini, e outros ainda.⁹¹ Concluindo, a política da "carestia terrorista" censurada a Stalin atravessa profundamente a história do Ocidente, é posta em ação no século XX, em primeiro lugar, contra o país nascido da Revolução de Outubro e conhece o seu triunfo depois do colapso da União Soviética.

Simetrias perfeitas e autoabsoluções: antissemitismo de Stalin?

No entanto, por sofisticado que seja o jogo das analogias, a construção do mito dos monstros gêmeos não parece ainda ter se completado. Apesar das tentativas de fazer o *Holodomor* ucraniano corresponder ao holocausto judeu, na consciência do nosso tempo o nome de Auschwitz suscita um horror todo particular. Talvez se pudesse considerar definitivamente acabada a assimilação de Stalin a Hitler, se também o primeiro fosse afetado pela loucura que desembocou no judeicídio realizado pelo segundo.

Kruschiov lembra que, no último instante da sua vida, Stalin tinha suspeitado que os médicos que tratavam os dirigentes do país eram na realidade participantes de um complô imperialista que visava decapitar a União Soviética. O *Relatório Secreto* não diz, mas entre os médicos sob suspeita não poucos eram judeus.⁹² E pode-se partir daqui para enriquecer o retrato do monstro soviético com um pormenor novo, decisivo: "o antissemitismo de fundo de Stalin e dos seus seguidores", declara Medvedev, "não era segredo para ninguém". Do "antissemitismo oficial do Estado soviético", especifica Hobsbawm, "existem vestígios inegáveis desde a fundação do Estado de Israel em 1948". O historiador estadunidense da limpeza étnica e do ódio racial que já conhecemos vai um pouco mais atrás: "No final da guerra, Stalin partilhava muitos aspectos do antissemitismo hitleriano". Furet aumenta ainda mais a dose: "Desde o início do hitlerismo, Stalin nunca manifestou a

⁸⁸ Em Baker (2008), p. 2 e 6.

⁸⁹ Gramsci (1984), pp. 443-44.

⁹⁰ Rothbard (1974), pp. 96-97.

⁹¹ Losurdo (2007), cap. I, § 5.

⁹² Kruschiov (1958), pp. 198-202.

mínima compaixão pelos judeus”.⁹³ Conquest é, naturalmente, o mais radical de todos: “desde sempre latente no espírito de Stalin”, o antissemitismo começou a se manifestar nele com força “a partir de 1942-1943” para se tornar “generalizado” em 1948.⁹⁴ A esta altura se pode considerar levada a cabo a construção do mito dos dois monstros gêmeos.

Antes de analisar a extrema fragilidade de tal construção, convém notar que ela serve ao mesmo tempo para reprimir as graves responsabilidades do Ocidente na tragédia que, no século XX, se abate sobre os judeus. É uma tragédia em três atos e com um prólogo. Em 1911 é traduzido para o inglês o livro de Chamberlain (*Os fundamentos do século décimo nono*), todo ele empenhado em ler em perspectiva racial (ariana e antissemita) a história mundial. Agora se compreende bem o papel de primeiro plano desempenhado pelo autor anglo-alemão como *maître à penser* do nazismo. De modo particularmente exaltado se exprime Goebbels que, ao vê-lo na cama e doente, eleva uma espécie de oração: “Saúde para ti, pai do nosso espírito. Precursor, pioneiro”.⁹⁵ Em termos não menos inspirados, Chamberlain vê, por sua vez, em Hitler uma espécie de salvador, e não só da Alemanha.⁹⁶ Ainda depois da conquista do poder e enquanto está febrilmente empenhado na guerra desencadeada por ele, o Führer lembra com gratidão o encorajamento que Chamberlain fez chegar a ele durante o período na prisão.⁹⁷

Pois bem, como é recebido no Ocidente esse texto-chave da visão do mundo e da ideologia racial próprias do nazismo? Na Inglaterra é entusiástica a reação da imprensa, a começar pelo *Times*, que esfola as mãos em aplaudir a obra-prima e saudar “um dos raros livros que têm alguma importância”. Do outro lado do Atlântico é amplamente positivo o julgamento de um estadista de primeiro plano como é Theodore Roosevelt.⁹⁸ Na vertente oposta, em 1914 quem exprime todo o seu desprezo por Chamberlain e os “teóricos raciais” de todo tipo é Kaustky, naquele momento (antes de começar a guerra) venerado como um mestre no movimento operário e socialista em seu conjunto, inclusive Stalin. Este último, em particular, em 1907 define o autor alemão como “um insigne teórico da socialdemocracia”, por causa

⁹³ Medvedev (1977), p. 629; Hobsbawm (1991), p. 204; Naimark (2002), p. 108; Furet (1995), p. 430.

⁹⁴ Conquest (1992), p. 290.

⁹⁵ Goebbels (1992), p. 247 (anotação do diário de 8 de maio de 1926).

⁹⁶ Em Fest (1973), p. 259.

⁹⁷ Hitler (1980), p. 224 (conversa de 24-25 de janeiro de 1942).

⁹⁸ Poliakov (1987), p. 365.

também da sua contribuição para a análise e a denúncia do antissemitismo e dos “pogroms de judeus” na Rússia czarista.⁹⁹

Passemos agora ao primeiro ato da tragédia. Ele se desenrola na Rússia pré-revolucionária, aliada da Entente, durante a I Guerra Mundial. Discriminados e oprimidos, os judeus são suspeitos de simpatizar com o inimigo e invasor alemão. O estado-maior russo previne contra o trabalho de espionagem deles. Alguns são mantidos como reféns e ameaçados de morte caso a “comunidade judaica” dê prova de escassa lealdade patriótica; supostos espões são passados pelas armas.¹⁰⁰ Não é tudo. No início de 1915, nas áreas atacadas pelo exército alemão é decidida uma deportação em massa. Um deputado da Duma descreve assim as modalidades da operação: em Radom, às 23 horas,

a população é informada de que deve abandonar a cidade, com a ameaça de que quem for encontrado ao amanhecer será enforcado [...]. Por causa da falta de meios de transporte, velhos, inválidos e paráliticos devem ser transportados nos braços. Policiais e militares tratam os judeus como criminosos. Num caso, um trem é completamente lacrado e, quando finalmente é reaberto, a maior parte daqueles que estão dentro está moribunda.

Do meio milhão de judeus submetidos à medida da deportação, cem mil não sobreviveram.¹⁰¹

Na esteira da luta contra a guerra e dos horrores que ela comporta estoura depois a Revolução de Outubro. Ela se refere a Marx e a Engels, sendo que o último, em meados do século XIX, tinha escrito: “Já passaram os tempos daquela superstição que remetia a revolução à malvadeza de um punhado de agitadores”.¹⁰² Infelizmente se tratava de uma previsão errada de modo catastrófico. A subida ao poder, na Rússia, de um movimento que apela para o “judeu Marx” e vê uma forte presença judia no seu grupo dirigente inaugura a época em que a teoria do complô celebra os seus triunfos. Na Rússia dilacerada pela guerra civil, pogroms e massacres contra os judeus, considerados os que manobram o bolchevismo, estão na ordem do dia. O novo poder soviético se empenha em bloquear esse horror. São baixadas leis muito severas e Lênin conclama a liquidar “a hostilidade contra os judeus e o ódio con-

⁹⁹ Kaustky (1972), pp. 473-74; cf. Stalin (1971-1973), vol. 2, p. 1 (= Stalin, 1952-1956, vol. 2, pp. 13 seg.).

¹⁰⁰ Lincoln (1994), p. 141.

¹⁰¹ Levin (1990), vol. 1, pp. 28-29.

¹⁰² Marx, Engels (1955-1989), vol. 8, p. 5.

tra as outras nações”, no âmbito de um discurso gravado também em disco a fim de alcançar os milhões de analfabetos.¹⁰³ A Inglaterra, a França, os Estados Unidos ficaram do lado dos *brancos* e, às vezes, participaram de modo ativo e direto na sanguinolenta agitação antissemítica. No verão de 1918, as forças britânicas que desembarcaram no norte da Rússia fizeram uma divulgação maciça, lançando de aviões volantes antissemitas.¹⁰⁴ Alguns meses depois se verificam pogroms de proporções impressionantes nos quais perdem a vida cerca de sessenta mil judeus. “Dizem que os aliados, agora empenhados na sua invasão da Rússia, tinham apoiado secretamente os pogroms”.¹⁰⁵ É um “prelúdio”, observam historiadores autorizados, dos “crimes nazistas”, do “extermínio da II Guerra Mundial”,¹⁰⁶ e é um prelúdio que vê a participação ativa da Grã-Bretanha, naquele momento à frente da cruzada antibolchevique.

Chegamos, assim, no terceiro ato. Apesar da ajuda ocidental, os *brancos*, derrotados pelos bolcheviques, emigram para o Ocidente, levando consigo a denúncia da Revolução de Outubro como complô judeu-bolchevique, e os *Protocolos dos sábios de Sião* confirmam de modo inconfundível essa leitura.

Isso tudo não deixa de ter consequências. Na Inglaterra, os “tipógrafos oficiais de Sua Majestade” providenciam a impressão da edição inglesa dos *Protocolos*, a curta distância de tempo citados com grande evidência pelo *Times*, como prova ou indício da ameaçadora trama secreta que estava envolvendo o Ocidente.¹⁰⁷ Desenvolve-se assim uma campanha à qual Winston Churchill não é estranho, pois está empenhado em denunciar o papel do judaísmo não só na Rússia, mas em todo o ciclo da subversão que a partir do século XVIII assola o Ocidente:

Esse movimento entre os judeus não é novo. Já desde os dias de Spartakus Weishaupt [os iluminados da Baviera] até os dias de Karl Marx e, depois, de Trotski (Rússia), de Béla Kun (Hungria), de Rosa Luxemburgo (Alemanha) e de Emma Goldman (Estados Unidos) se expande essa conspiração mundial pela derrocada da civilização e pela transformação da sociedade baseada em um desenvolvimento bloqueado, em uma inveja malévola e em uma igualdade impossível. Como sabiamente demonstrou uma autora con-

¹⁰³ Lênin (1955-1970): vol. 29, pp. 229-30.

¹⁰⁴ Poliakov (1974-1990), vol. 4, p. 233.

¹⁰⁵ Mosse (1990), p. 176.

¹⁰⁶ Cohn (1967), p. 128; Mayer (1990), p. 7.

¹⁰⁷ Poliakov (1974-1990), vol. 4, pp. 234 e 240-41.

temporânea, a senhora Webster, [esse movimento] desempenhou um papel claro na tragédia da Revolução Francesa. Ele constituía a mola por trás de toda tendência subversiva no século XIX, e agora esse bando de personalidades extraordinárias provenientes da escória das grandes cidades europeias e americanas pegou o povo russo pelo pescoço e, na prática, tornou-se o senhor incontestável de um Estado poderoso.¹⁰⁸

Ainda em 1937, enquanto exprime um julgamento positivo sobre Hitler, Churchill sublinha insistentemente as origens judaicas de um dirigente de primeiríssimo plano da Revolução bolchevique, ou seja “Lev Trotski, aliás Bronstein”. Sim, “ele era para sempre um judeu. Nada podia apagar essa característica”.¹⁰⁹

Do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, é Henry Ford quem promove a difusão dos *Protocolos dos sábios de Sião*. Ford sentencia: “A Revolução Russa é de origem racial, não política”, e ela, servindo-se de palavras de ordem humanitárias e socialistas, exprime na realidade uma “aspiração racial ao domínio mundial”.¹¹⁰ Além do magnata da indústria automobilística americana, quem se distingue na denúncia do controle judeu oculto do movimento revolucionário que, depois de ter derrubado o regime czarista, sacode o Ocidente, são dois campeões da *white supremacy*: Madison Grant previne contra a “liderança semita” do “bolchevismo”, e Lothrop Stoddard classifica como “amplamente judeu” o “regime bolchevique da Rússia soviética”.¹¹¹ Stoddard se torna o autor de referência de dois presidentes estadunidenses (*infra*, cap. 8, § 3).

Nesse clima, na República estadunidense se erguem vozes que invocam medidas radicais a fim de enfrentar o “imperialismo judeu, com o seu objetivo final de estabelecer um domínio judeu em escala mundial”. Um destino duro – tropejam outras vozes ainda mais ameaçadoras – espera o povo responsável por esse projeto infame: surgem “massacres tais de judeus [...] que até agora eram considerados impossíveis”, portanto, “de escala sem precedentes nos tempos modernos”.¹¹²

Ao ler esses assuntos em Churchill, Ford e nos outros autores estadunidenses anteriormente citados, somos levados a pensar na agitação antisemita desenvolvida com tons ainda mais inflamados pelos nazistas. Da emigra-

¹⁰⁸ Em Schmid (1974), p. 312.

¹⁰⁹ Em Baker (2008), pp. 70-71.

¹¹⁰ Ford (1933), pp. 128s e 145.

¹¹¹ Grant (1971), p. xxxi; Stoddard (1984), p. 152.

¹¹² Bendersky (2000), pp. 58, 54 e 96.

ção antibolchevique eles tiram não só ideias, mas também meios financeiros, bem como militantes e quadros em medida não desprezível.¹¹³ Basta pensar, em primeiro lugar, em Rosenberg, um dos maiores intérpretes da Revolução de Outubro como complô judeu.

Como se vê, durante todo o seu desenrolar, a tragédia do século XX do povo judeu vê a participação ativa, de um lado, do Ocidente liberal e, do outro lado, da Rússia pré-revolucionária e contra-revolucionária. Tudo é apagado pela acusação de antissemitismo dirigida àquele que por mais tempo que qualquer outro dirigiu o país saído da Revolução de Outubro, ou pelo “complô judeu-bolchevique”.

Antissemitismo e racismo colonial: a polêmica Churchill-Stalin

A lenda negra que estamos analisando aqui permite igualmente recalcar também o racismo colonial ou de origem colonial que assola no Ocidente ainda em pleno século XX. A esse respeito, o significado epocal da ruptura representada pelo leninismo foi assim sintetizado por Stalin:

Antes, a questão nacional se reduzia comumente a um grupo restrito de problemas que diziam respeito, em geral, a nações ‘civis’. Irlandeses, húngaros, poloneses, finlandeses, sérvios e algumas outras nacionalidades da Europa. Esse era o grupo de povos, privados da igualdade de direitos, cuja sorte interessava aos heróis da II Internacional. Dezenas e centenas de milhões de homens pertencentes aos povos da Ásia e da África, que sofriam o jugo nacional nas suas formas mais brutais e mais ferozes, geralmente não eram levados em consideração. Decidia-se não colocar no mesmo plano brancos e negros, ‘civis’ e ‘não civis’ [...]. O leninismo desmascarou essa disparidade escandalosa; derrubou a barreira que separava brancos e negros, europeus e asiáticos, escravos do imperialismo ‘civis’ e ‘não civis’, ligando, desse modo, o problema nacional com o problema das colônias.¹¹⁴

Estamos em 1924. São os anos em que goza de grande fortuna nas duas margens do Atlântico um autor, o estadunidense Stoddard, empenhado em denunciar o perigo mortal que representa para o Ocidente e a raça branca a crescente agitação dos povos coloniais (estimulada e encorajada pelos bol-

¹¹³ Fest (1973), p. 201; Poliakov (1974-1990), vol. 4, p. 362.

¹¹⁴ Stalin (1971-1973), vol. 6, pp. 122-23 (= Stalin, 1952, pp. 59-60).

cheviques) ou a “maré montante dos povos de cor”.¹¹⁵ Essa tendência à celebração da *white supremacy* continua mostrar-se muito vital nas décadas seguintes.

Se Stalin condena os processos de racialização postos em ação pelo Ocidente em prejuízo também dos asiáticos, é interessante analisar a ideologia que se manifesta nos EUA por ocasião da guerra contra o Japão. A imprensa e uma publicística difundida previnem contra a “ameaça racial”. Estamos na presença de “uma guerra santa, uma guerra racial”, de “uma guerra perpétua entre ideais orientais e ocidentais”. É recorrente a desumanização dos inimigos, reduzidos a subumanos ou a verdadeiros animais. E é uma ideologia que não é estranha sequer aos círculos dirigentes da administração de Franklin D. Roosevelt.¹¹⁶

Por outro lado, o racismo colonial continua de algum modo a manifestar-se nas capitais ocidentais também após o colapso do Império do Sol Nascente e do III Reich. Em Fulton, em março de 1946, Churchill dá início ao plano de propaganda pela Guerra Fria, condenando não só a “cortina de ferro” e o “controle totalitário” impostos pela União Soviética na Europa oriental, mas celebrando também em oposição a tudo isso, como campeões da liberdade e da “civilização cristã” e como líderes do mundo, “os povos de língua inglesa” e o “mundo de língua inglesa”.¹¹⁷ Compreende-se então a resposta irada de Stalin: o estadista inglês é acusado de ter formulado uma “teoria racista” não diferente daquela cara a Hitler; “só as nações de língua inglesa são nações autênticas, chamadas a decidir o destino de todo o mundo”.¹¹⁸ Nessa resposta são evidentes as simplificações da Guerra Fria. No entanto, não faltam as analogias entre celebração dos povos de língua inglesa e mitologia ariana. A partir da comunidade linguística se deduz a unidade da raça que fala a língua; e em testemunho da excelência dessa raça se aduzem os produtos culturais das línguas arianas ou da língua inglesa. Na sua correspondência com Eisenhower a linguagem de Churchill é ainda mais inquietante: o “mundo de língua inglesa” (*English-Speaking world*) é sinônimo de “povo branco de língua inglesa” (*white English-Speaking people*). A sua “unidade” é absolutamente necessária.¹¹⁹ Devem ser liquidados de uma vez

¹¹⁵ Stoddard (1971).

¹¹⁶ Dower (1986), pp. 6-11; Losurdo (1997), cap. IV, § 4.

¹¹⁷ Churchill (1974), pp. 7285-93.

¹¹⁸ Stalin (1971-1973), vol. 15, pp. 30-31 (= Stalin, 1953, p. 36).

¹¹⁹ Boyle (1990), p. 34 (carta ao presidente Americano Eisenhower de 5 de abril de 1953).

para sempre os “contrastes entre as raças estreitamente aparentadas da Europa” que provocaram as duas guerras mundiais.¹²⁰ Só assim se poderá enfrentar a ameaça proveniente do mundo colonial e extraocidental. Então se compreende o apelo lançado em 1953 por Churchill, em primeiro lugar, aos Estados Unidos: é preciso apoiar a Inglaterra no seu conflito com o Egito “a fim de prevenir um massacre em prejuízo dos brancos” (*of white people*).¹²¹

Não apenas os árabes são estranhos à raça branca. O mundo comunista, que alimenta a revolta dos povos coloniais contra o homem branco, é expressão de “um agressivo totalitarismo *semiasiático*”.¹²² Claramente, a Guerra Fria tende a ser interpretada como um choque que vê, de um lado, o Ocidente, “civilização cristã” e raça branca, guiados pelo “mundo de língua inglesa” ou pelo “povo branco de língua inglesa” e, do outro lado, a barbárie do mundo colonial e comunista. Neste contexto insere-se muito bem a celebração tanto do “império britânico” como da “raça britânica”.¹²³ E, assim como não há referência ao fato que o extermínio dos judeus ocorreria no coração do Ocidente e do mundo branco, e fora perpetrado por uma das “raças estreitamente aparentadas da Europa”, também nada se diz sobre a persistente opressão sofrida pelos afroamericanos nos Estados Unidos da *white supremacy*.

Também em Eisenhower a celebração do “mundo ocidental” e da “moral ocidental”¹²⁴ tende a assumir, às vezes, conotações raciais. Falando com Hoover e Dulles, em julho de 1956, ele observa que, com a nacionalização do canal de Suez, Nasser visa “desmontar os brancos” (*the white man*).¹²⁵ Ainda está fresca a lembrança da Guerra da Coreia, travada por Washington – reconhece a historiografia americana – com uma atitude de “desprezo” em relação a “uma nação inferior” (a chinesa).¹²⁶

¹²⁰ Churchill (1974), p. 7291.

¹²¹ Boyle (1990), p. 25 (carta de Churchill a Eisenhower de 18 de fevereiro de 1953).

¹²² Churchill (1974), p. 7835 (discurso de 23 de julho de 1949); itálico meu.

¹²³ Churchill (1974), p. 7288, 7293 (discurso de 5 de março de 1946) e 7902 (discurso de 1 de dezembro de 1949).

¹²⁴ Boyle (1990), pp. 53-54.

¹²⁵ Em Freiberger (1992), p. 164.

¹²⁶ Chen Yang (1994), pp. 50 e 170.

Trotsky e a acusação de antissemitismo a Stalin

Voltemos, porém à acusação e antissemitismo feita a Stalin. Endossada como é por não poucos historiadores, ela pareceria irrefutável. No entanto, às vezes autorizadas, mas sempre pronunciadas em tom inapelável, as condenações são dificilmente conciliáveis entre elas, visto que fazem uma reconstrução diferente e discordante do crime cujo início é sempre de novo colocado em 1948, em 1945 ou em 1933 ou já nos anos que precedem a Revolução de Outubro.

Procurando orientar-nos, façamos uma pergunta diferente e, de qualquer modo, preliminar: quando Stalin foi acusado ou suspeito de antissemitismo pela primeira vez? Neste caso, mais que a Kruschiov, é preciso remontar a Trotsky que, em 1937, junto com a “traição” da revolução, denuncia o possível ressurgimento da barbárie do antissemitismo na própria União Soviética: “Até agora a história não forneceu nenhum exemplo de uma reação que se tenha seguido a um ímpeto revolucionário e não tenha sido acompanhada pelas paixões chauvinistas mais despudoradas, inclusive o antissemitismo”.¹²⁷ Mais do que uma pesquisa empírica, estamos na presença de um silogismo construído *a priori*: a reação, cujo produto necessário é o antissemitismo, infelizmente triunfou no país dominado por Stalin e, portanto... Liquidando as conquistas bolcheviques, o Termidor estava reabrindo as portas aos horrores do antigo regime: junto com a superstição religiosa, com o culto fetichista da propriedade privada, da herança e da família não podiam não fazer a sua irrupção as hostilidades entre as nações e, em primeiro lugar, o ódio antijudeu. Não por acaso a denúncia está contida num ensaio que já no título liga indissolavelmente *Termidor e antissemitismo*. É verdade:

A Revolução de Outubro pôs fim ao status de pária dos judeus. Mas isso não significa de modo algum que ela tenha apagado de vez o antissemitismo. A luta longa e prolongada contra a religião não impediu que milhares e milhares de fiéis enchessem as igrejas, as mesquitas e as sinagogas. A mesma situação domina no campo dos preconceitos nacionais. A legislação sozinha não modifica os homens. Os seus pensamentos, os seus sentimentos, as suas visões dependem da tradição, das condições materiais de vida, do nível cultura etc. O regime soviético ainda não completou vinte anos. A metade da população, a mais velha, foi educada no czarismo. Só essas condições históricas gerais já deveriam permitir que todo homem pensante re-

¹²⁷ Trotsky (1988), p. 1050.

conhecesse este fato: não obstante a legislação exemplar da Revolução de Outubro, é impossível que os preconceitos nacionais e chauvinistas, em particular o antissemitismo, não tenham sobrevivido de maneira tenaz nos estratos mais atrasados da população.¹²⁸

Argumentando desse modo, Trotski deslocava na realidade a atenção do Estado para a sociedade civil, do plano subjetivo para o objetivo, do caráter pontual da ação política para a longa duração dos processos históricos. Por definição, o peso de uma tradição secular não podia desaparecer milagrosamente nas camadas que ainda não tinham adotado de modo pleno a cultura moderna e revolucionária. Mas que sentido tinha, então, acusar um regime ou um grupo dirigente, que não tinham alterado nada na “legislação exemplar” aprovada pelos bolcheviques e que, empenhando-se num colossal processo de industrialização, alfabetização e difusão da cultura, restringiam em ritmo premente a área geográfica e social na qual mais enraizados estavam “os preconceitos nacionais e chauvinistas, em particular o antissemitismo”? Não foi o próprio Trotski que falou da rapidez sem precedentes com que na URSS se desenvolviam a economia, a indústria, a urbanização e a cultura, e que constatou o surgimento de um “novo patriotismo soviético”, um sentimento “certamente muito profundo, sincero e dinâmico”, partilhado pelas diversas nacionalidades antes oprimidas ou incitadas uma contra a outra? (*Supra*, cap. 4, § 4).

No mesmo ano em que Trotski publica o seu ensaio sobre o *Termidor e antissemitismo*, foi publicado um “relato de viagem” em Moscou, escrito por um escritor alemão em fuga do III Reich por ser judeu. O quadro que ele traça já é eloquente em si: finalmente foi resolvida “a antiga e aparentemente insolúvel questão judaica”, “é comovente a unanimidade com a qual os judeus que encontrei demonstraram estar de acordo com o novo Estado”. E ainda: “Como todas as línguas nacionais, o *yiddish* é cuidado com amor na União. Há escolas e jornais nessa língua, existe uma literatura e realizam-se congressos para a tutela do *yiddish*, e dos espetáculos nessa língua gozam da máxima consideração”.¹²⁹ Ainda mais significativa é a reação da comunidade judaica estadunidense. Um representante autorizado dela assim polemiza contra Trotski: “Se as suas outras acusações são tão infundadas como a sua queixa contra o antissemitismo, então ele não tem absolutamente nada a dizer”. Outro dirigente declara: “Em relação com o antissemitismo estamos

¹²⁸ Trotski (1988), pp. 1042-43.

¹²⁹ Feuchtwanger (1946), pp. 72 e 74.

acostumados a ver na União Soviética a nossa única greta de luz [...]. Portanto, é imperdoável que Trotski lance contra Stalin acusações infundadas”.¹³⁰

Nessa reação são evidentes o desapontamento e o malestar para com aquela tentativa ridícula que é percebida como envolvendo a comunidade judaica internacional na luta pelo poder que ocorria no PCUS. Enquanto na Alemanha ressoava mais insensata do que nunca a denúncia da barbárie “bolchevique-judaica” que grassava na União Soviética e avançava rapidamente o processo que desembocaria na “solução final”, era lançada uma estranha campanha de insinuações contra o país que, como veremos, mais corajosamente do que qualquer outro, classificava o antissemitismo hitleriano como “canibalesco”, contra o país no qual muitas vezes se inspiravam os que, em terra alemã, resistiam à onda do ódio contra os judeus. Viktor Klemperer descreveu em termos tocantes os insultos e as humilhações que comportava o uso da estrela de Davi. No entanto,

Um carregador que se afeiçoou a mim desde as duas primeiras mudanças [...] se planta de improviso diante de mim na Freiburger Strasse, me aperta entre as suas grossas patas e murmura, mas de modo que também do outro lado da rua ouçam: “Então professor, não se deixe pisotear! Dentro em pouco terão acabado os malditos irmãos!”

O filólogo judeu comenta com afetuosa ironia que quem desafiava desse modo o regime é “gente brava cujo cheiro de pertencer a partido comunista alemão se sente a uma milha de distância”.¹³¹ Eram militantes ou simpatizantes de um partido que, no plano internacional, tinha em Stalin um ponto de referência essencial.

Por outro lado, se da Alemanha passarmos para os Estados Unidos, vemos que no sul do país os comunistas são às vezes chamados (e perseguidos tanto pelas autoridades estatais como pela sociedade civil) de judeus, que se apoiam na ignorância dos negros para açulá-los contra o regime de *white supremacy*, enlamear a ideia da hierarquia e da pureza racial e promover a loucura da igualdade e da mistura entre as raças.¹³² Portanto, também na república além-Atlântico o anticomunismo se entrelaça com o antissemitismo (e com o racismo colonial), e esse nexos é mais estreito ainda pelo fato de

¹³⁰ Referido em Rogowin (1998), p. 198.

¹³¹ Klemperer (2005), p. 214.

¹³² Kelley (1990), pp. 16 e 29.

que no partido comunista (e filo-“stalinista”) dos EUA é forte a presença judia.¹³³

Mas, além do desapontamento e do malestar, na reação da comunidade judaica estadunidense há também um elemento de profunda preocupação. Para compreender isso vejamos de que modo se desenvolve a argumentação de Trotski:

Mais do que qualquer outro no mundo, o regime soviético tem necessidade de um número elevado de funcionários estatais. Os empregados estatais provêm da população urbana instruída. Naturalmente, os judeus representam uma percentagem muito grande da burocracia, sobretudo nos escalões baixos e médios [...]. Já com base numa reflexão *a priori* se deve chegar à conclusão de que o ódio contra a burocracia assumirá um colorido antissemita, pelo menos onde os judeus constituem um percentual significativo da população e se distinguem nitidamente do pano de fundo rural. Em 1923, na Conferência do partido dos bolcheviques se propôs que os funcionários fossem obrigados a falar e escrever a língua da população local onde trabalhavam. Quantas observações irônicas vieram, sobretudo, da parte da intelectualidade judaica, que falava russo e não queria aprender a língua ucraniana! Certamente, sob este aspecto, a situação melhorou consideravelmente. Mas a composição nacional da burocracia mudou pouco e – o que é incomensuravelmente mais importante – o antagonismo entre a população e a burocracia cresceu enormemente nos últimos dez ou doze anos.¹³⁴

Como se vê, chama-se à luta contra a burocracia e, ao mesmo tempo, se acentua que nela estão fortemente representados os judeus, os quais não poucas vezes se caracterizam pela arrogância em relação à língua e à cultura do povo por eles administrado. Certamente, a análise e a denúncia se movem sempre a nível político e social; é verdade que elas, pelo menos do ponto de vista da comunidade judaica, correm o risco de evocar e revitalizar o espectro do antissemitismo que pretendem exorcizar.

Stalin e a condenação do antissemitismo czarista e nazista

A acusação de antissemitismo feita a Stalin é mais singular ainda pelo fato de ele estar comprometido com a denúncia dessa infâmia praticamente durante

¹³³ Hertzstein (1989), p. 123.

¹³⁴ Trotski (1988), pp. 1043-44.

toda a sua evolução. Já em 1901, quando ainda é um jovem revolucionário georgiano de 22 anos, vemos que ele, num de seus primeiríssimos escritos, indica entre as tarefas mais importantes do “partido socialdemocrata” a luta contra a opressão que pesa na Rússia sobre as “nacionalidades e as confissões religiosas”. Eram visados de modo particular “os judeus, continuamente perseguidos e ofendidos, privados até daqueles míseros direitos de que gozam os outros súditos russos: o direito de domicílio livre, o direito de freqüentar as escolas, o direito de ter empregos, etc.”.¹³⁵ Alguns anos depois de estourar a revolução de 1905, ele escreve: o regime czarista reage animando ou desencadeando os pogroms. Stalin não perde tempo em chamar para a luta contra uma política que procura cimentar a autocracia “com o sangue e com os cadáveres dos cidadãos”. A conclusão é clara: “O único meio de erradicar os pogroms é a destruição da autocracia czarista”.¹³⁶ Como se vê, a perseguição antijudaica é um das acusações mais importantes na requisitória feita contra o antigo regime, que a revolução é chamada a subverter.

É um tema desenvolvido nos anos seguintes. Na véspera da primeira guerra mundial, o caráter de “país semiasiático” da Rússia czarista é demonstrado a partir da perseguição particularmente odiosa desencadeada contra os judeus; infelizmente, o recurso aos pogroms é favorecido pela “propensão geral das pessoas comuns ao antissemitismo”.¹³⁷ O colapso do poder do czar e da velha “aristocracia fundiária”, observa depois Stalin, entre fevereiro e outubro de 1917, permite finalmente liquidar uma política de “opressão nacional” que “podia assumir e efetivamente assumia as formas monstruosas do massacre e do pogrom”.¹³⁸

Derrotado na Rússia, o antissemitismo se torna uma ameaça sempre mais angustiosa na Alemanha. Para lançar o alarme, Stalin não espera a chegada de Hitler ao poder: numa declaração feita em 12 de janeiro de 1931 à *Jewish Telegraph Agency* estadunidense, ele classifica o “chauvinismo racial” e o antissemitismo como uma espécie de “canibalismo” e de volta à “selva”; é uma tomada de posição que é republicada em russo, no *Pravda* de 30 de novembro de 1936, num momento em que se trata de advertir os governos e a opinião pública mundial contra a ameaça terrível que paira sobre a Europa e sobre o mundo.¹³⁹

¹³⁵ Stalin (1971-1973), vol. 1, p. 19 (= Stalin, 1952-1956, vol. 1, p. 41).

¹³⁶ Stalin (1971-1973), vol. 1, p. 71 e 75 (= Stalin, 1952-1956, vol. 1, pp. 106 e 111).

¹³⁷ Stalin (1971-1973), vol. 2, pp. 307 e 267 (= Stalin, 1952-1956, vol. 2, pp. 363 e 315).

¹³⁸ Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 46-47 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, pp. 63-64).

¹³⁹ Stalin (1971-1973), vol. 13, p. 26.

Nesse mesmo contexto se pode colocar a tomada de posição assumida por Kirov (cuja mulher é de origem judia) pouco depois da chegada de Hitler ao poder: ele denuncia “o fascismo alemão, com a sua ideologia dos pogroms, o seu antissemitismo, a sua visão de raças superiores e inferiores”, como o herdeiro dos Cem Negros russos.¹⁴⁰ Esta última observação é particularmente significativa. Agora se respiram ares de guerra, e a aproximação do embate leva sempre mais os dirigentes soviéticos a apelar para o patriotismo e, portanto, a sublinhar o elemento da continuidade na história do povo russo e da sua luta contra os agressores e os invasores. É uma tendência que, obviamente, é reforçada com o início da operação Barbarossa. No entanto, em 6 de novembro de 1941 Stalin não põe o acento sobre a “natureza pogromística reacionária” da Alemanha nazista, e assim caracteriza depois o inimigo que agora faz pressão às portas de Moscou:

Na sua essência, o regime de Hitler é uma cópia daquele regime reacionário que na Rússia existiu sob o czarismo. É sabido que os hitlerianos pisaram nos direitos dos operários, nos direitos dos intelectuais e nos direitos dos povos, assim como o regime czarista pisou sobre eles, e que ele desencadeou pogroms medievais contra os judeus, assim como o regime czarista os desencadeou.

O partido hitleriano é um partido dos inimigos das liberdades democráticas, um partido da reação medieval e dos pogroms mais tenebrosos.¹⁴¹

Ou seja, embora lançando um apaixonado apelo à unidade nacional na grande guerra patriótica contra os invasores, tal como Kirov, Stalin classifica o regime nazista como o continuador, em alguns aspectos essenciais, do czarismo derrubado pela Revolução de Outubro. Essa atitude é ainda mais merecedora de atenção se for comparada com a posição tomada pelo presidente estadunidense e pelos seus colaboradores, os quais “hesitavam em criticar publicamente a política antissemita do ditador alemão”.¹⁴² Por outro lado, em 1922 o próprio F. D. Roosevelt se pronunciou por um redimensionamento da presença judaica em Harvard e nas universidades americanas em geral.¹⁴³ Menos ainda um estadista como Churchill poderia fazer uma condenação pública das perseguições do III Reich aos judeus, pois o vimos ainda em 1937 acentuar o papel nefasto do judaísmo na agitação bolchevique. Naquele

¹⁴⁰ Em Tucker (1990), p. 258.

¹⁴¹ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 252.

¹⁴² Zinn (2002), p. 464.

¹⁴³ Em Baker (2008), p. 9.

mesmo ano o estadista inglês escreve um artigo (que depois permaneceu inédito), que considera os judeus pelo menos em parte responsáveis pelas hostilidades que se generalizam contra eles.¹⁴⁴ Exatamente oposta é a posição de Stalin; os nazistas continuam a ser classificados, no discurso de 6 de novembro de 1943, como “heróis dos pogroms”.¹⁴⁵ Mas é sobretudo significativo o discurso proferido no ano seguinte, sempre por ocasião do aniversário da Revolução de Outubro. Neste caso a costumeira denúncia dos “fascistas heróis dos pogroms”, de cuja barbárie o povo soviético teve o mérito de salvar a “civilização europeia”, se insere num contexto mais geral que sublinha a centralidade da “teoria racial” e do “ódio racial” na doutrina e na prática do nazismo, que conduz uma “política canibalesca”.¹⁴⁶ A intervenção do final de 1944, na véspera do colapso do III Reich, retomava o tema já presente na entrevista dada à *Jewish Telegraph Agency* dois anos antes da subida de Hitler ao poder.

Este, a partir da agressão contra a União Soviética não só retoma mais obsessivamente que nunca o tema da luta contra a ameaça judeu-bolchevique, mas parece querer responder diretamente à denúncia pública, proveniente de Moscou, da “natureza pogromística reacionária” do III Reich. É o discurso de Stalin, que já conhecemos, de 6 de novembro de 1941, aniversário da Revolução de Outubro. Dois dias depois, em Mônaco, numa ocasião igualmente solene para o regime nazista (trata-se de comemorar a tentativa de golpe de Estado de 1923), Hitler faz uma denúncia igualmente pública da União Soviética:

O homem que provisoriamente se tornou senhor desse Estado não é senão um instrumento nas mãos do judaísmo todo-poderoso; se na cena diante da cortina Stalin é visível, atrás dele estão Kaganovitch e todos aqueles judeus que com ramificação capilar dirigem esse enorme império.¹⁴⁷

É uma tese acentuada algum tempo depois durante uma conversa à mesa: “Por trás de Stalin estão os judeus”.¹⁴⁸ Estamos aqui na presença de um tema constante da propaganda nazista: já em 1938 Goebbels tinha prestado homenagem a um livro (*Juden hinter Stalin [Os judeus por trás de Stalin]*), que

¹⁴⁴ Em De Carolis (2007).

¹⁴⁵ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 330.

¹⁴⁶ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 363-64.

¹⁴⁷ Hitler (1965), p. 1773.

¹⁴⁸ Hitler (1989), p. 448 (conversa de 21 de julho de 1942).

pretendia revelar as infâmias do “judaísmo” na URSS.¹⁴⁹ A partir de tais pressupostos, a guerra pela escravização da União Soviética é, ao mesmo tempo, a guerra pelo aniquilamento dos judeus. O famigerado *Kommissarbefehl*, que impõe a liquidação imediata dos comissários políticos do Exército Vermelho e dos quadros do partido e do regime comunista, não pode deixar de atingir de modo particularmente cruel o grupo étnico suspeito de fornecer o grosso dos quadros e dos comissários. No discurso de 8 de novembro de 1941, Hitler fala do poder na União Soviética como de “uma enorme organização de comissários judeus”.¹⁵⁰ Essa é também a convicção dos soldados alemães que, da frente oriental, relatam a “crueldade judia e bolchevique” e comparam constantemente os “amaldiçoados judeus” e os “malditos bolcheviques”. Sim, a “luta contra o bolchevismo” é, ao mesmo tempo, a “luta contra o judaísmo”; trata-se de aniquilar de uma vez para sempre “o regime judeu na Rússia”, “a central dos agitadores judeu-bolcheviques comprometidos em tornar ‘feliz’ o mundo”. Considerando bem, trata-se de um país onde “a direção inteira de todas as instituições” está na mão dos judeus e onde o povo está “sob o chicote do judaísmo”. O chamado “paraíso soviético” é, na realidade, “um paraíso para os judeus”, é um “sistema judeu”, e, para ser exato, “o mais satânico e criminoso sistema de todos os tempos”.¹⁵¹ Compreende-se bem que o grupo étnico particularmente visado pela fúria genocida do III Reich tenha se distinguido na luta contra os seus algozes: “Durante a guerra, em relação à população, os judeus ganharam mais medalhas do que qualquer outra nacionalidade soviética”.¹⁵² Mas esse reconhecimento oficial solene é conciliável com a tese do antissemitismo de Stalin?

Vimos a comunidade judaica americana tomar posição clara contra essa lenda em 1937. Cinco anos depois, Arendt vai além: atribui à União Soviética o mérito de ter “simplesmente liquidado o antissemitismo”, no âmbito de “uma solução justa e muito moderna da questão nacional”.¹⁵³ Esse juízo positivo é mais significativo ainda pelo fato que exatamente a solução exemplar da questão judaica e nacional, que em geral se verificou no país governado por Stalin, é invocada por Arendt para refutar a tese dos círculos judaicos propensos a agitar o espectro de um antissemitismo eterno. Três anos depois, a eminente pensadora judia acentua que é mérito da União Soviética

¹⁴⁹ Goebbels (1996) (anotação de diário de 21 de abril de 1938).

¹⁵⁰ Hitler (1965), p. 1773.

¹⁵¹ Em Manoschek (1995), pp. 31, 46, 59-61, 65 e 51.

¹⁵² Ignatieff (1997), p. 33.

¹⁵³ Arendt (198b), p. 193.

ter sabido “organizar populações diferentes [inclusive a judia] com base na igualdade nacional” (*supra*, Prefácio, 1).

Pelo menos até 1945 não parece haver traços de antissemitismo na União Soviética, num país que aos olhos de Hitler se configura, em todo caso depois do desencadeamento da operação Barbarossa, como “o maior servidor do judaísmo”.¹⁵⁴

Stalin e o apoio à fundação e à consolidação de Israel

Se é claramente sem fundamento a afirmação peremptória do Führer, segundo a qual Stalin teria dado prova de indiferença em relação à tragédia judaica ou de antissemitismo propriamente dito a partir, pelo menos, de 1933, torna-se pouco confiável a datação proposta pelo historiador estadunidense já citado, que vê essa loucura surgir no Stalin que se segue ao segundo conflito mundial. Já conhecemos a reação irritada da comunidade judaica americana contra a acusação de antissemitismo lançada por Trotski contra Stalin em 1937. Oito anos depois, o quadro não mudou. São eventualmente ambientes e personalidades da hierarquia militar estadunidense que suscitam preocupações. Tome-se o general George S. Patton. Ele sonha com a guerra imediata contra os soviéticos: “Deveremos combater contra eles cedo ou tarde [...]. Por que não agora que o nosso exército ainda está intacto e poderemos empurrar esses malditos russos até Moscou em três meses? Poderemos fazer isso facilmente com as tropas alemães que temos, basta armá-las e levá-las conosco. Eles odeiam aqueles bastardos”.¹⁵⁵ Infelizmente, segundo o general estadunidense, são os judeus que se opõem a esses projetos. Cheios de ressentimento para com a Alemanha, eles nutrem simpatia pela URSS: a “evidente influência semítica na imprensa” visa “a promover o comunismo”. Emerge com clareza a linha de continuidade com a leitura nazista do comunismo como subversão e complô judeu-bolchevique: os inimigos continuam a ser os comunistas, os soviéticos e os judeus, estando os últimos “abaixo ainda dos animais”. Após declarações particularmente imprudentes, o general Patton acaba sendo desautorizado, mas a sua orientação não é a de um personagem isolado.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Hitler (1965), p. 1773.

¹⁵⁵ Em Pauwels (2003), p. 128.

¹⁵⁶ Bendersky (2000), pp. 356-58.

Acusada também por causa de sua ligação com o judaísmo, a União Soviética segue, de fato, uma política profundamente simpática em relação a um povo que sobreviveu a uma horrível perseguição. Ao reconstruir este capítulo da história, utilizarei principalmente um livro, não obstante estar ele empenhado em denunciar o “antissemitismo” do campo socialista guiado pela URSS. Começamos pela Hungria. A ossatura do regime comunista que se estabelece em seguida à ocupação pelo Exército Vermelho é constituída por “quadros que haviam feito estágio em Moscou, quase todos judeus”. O fato é que “Stalin não tinha outra escolha, pois só confiava” neles. “Quando forem feitas as primeiras eleições do comitê central, um terço dos membros será de judeus”. Também os dirigentes máximos revelam a mesma proveniência étnica, a começar por Rákosi, “o primeiro rei judeu da Hungria”. Autor desta definição simpática é um dos colaboradores mais íntimos de Stalin, ou seja, Beria (provavelmente também ele de origem judaica).¹⁵⁷ Não muito diferente é a situação no resto do campo socialista. Limitamo-nos a outro par de exemplos. Na Polônia, era importante a “presença judaica nas fileiras comunistas e, sobretudo, nos níveis mais altos do regime”. E não é tudo. “O setor no qual a identificação entre judeus e poder comunista se apresentava mais forte era muito particular: o aparato da segurança”.¹⁵⁸ Na Tchecoslováquia, são não só os judeus enquanto tais, mas os próprios sionistas são “favorecidos pelo governo no pós-guerra” e estão presentes dentro dele.¹⁵⁹

Uma consideração análoga pode ser feita para a Alemanha: “Na zona russa, os judeus tendiam a receber os postos melhores”. Por outro lado, quem dirige, no lado soviético, a atividade cultural é um brilhante historiador da arte, o coronel Alexander Dymshitz, também de origem judia. E a presença da intelectualidade judeu-alemã em Gotha é fortemente percebida no renascimento cultural que começa a emergir dos lutos e das ruínas.¹⁶⁰ A situação não muda, certamente, com a fundação da República Democrática Alemã.

Na Alemanha comunista, nascida oficialmente em 7 de outubro de 1949, os judeus gozam inicialmente de um tratamento favorável, para não dizer privilegiado. Como ex-perseguidos têm direito a pensões especiais para os idosos e para os jovens doentes ou inválidos, e a Constituição garante a liberdade religiosa. Peter Kirchner conta: “As pensões para nós judeus eram muito mais altas que para os outros. Oscilavam entre 1.400 e 1.700 marcos,

¹⁵⁷ Esquenazi, Nissim (1995), p. 50; Thomas (1988), p. 112 (sobre Beria).

¹⁵⁸ Esquenazi, Nissim (1995), p. 150.

¹⁵⁹ Esquenazi, Nissim (1995), p. 366.

¹⁶⁰ MacDonogh (2007), pp. 332 e 215-24.

quando as normais não passava dos 350” [...]. Os judeus se sentiam, portanto, tranquilizados pela política da nova Alemanha comunista em relação a eles, mais ainda porque estavam amplamente representados nas instituições. Nas eleições de 1950 foram eleitos quinze judeus para o parlamento nas listas de quase todos os partidos, exceto o comunista. Além disso, eram judeus o ministro da Propaganda e Informação, Gerhart Eisler, o diretor dos serviços de informação da rádio do Estado, Leo Bauer, o diretor do jornal comunista *Neues Deutschland*, Rudolf Herrstadt, e o responsável por uma seção do Ministério da Saúde, Leo Mandel.¹⁶¹

É também por isso que a União Soviética goza de grandes simpatias junto aos “sionistas de todo o mundo”. Eles chegam até a “admirar tudo o que é russo”. Quem observa isso é Arendt, que, ainda em maio de 1948, exprime o seu desapontamento para com a “orientação pró-soviética e antiocidental” do movimento sionista, propenso a condenar como “antissemita” a Grã-Bretanha, e como “imperialistas” os Estados Unidos.¹⁶²

É bem compreensível a atitude aqui deplorada. Em Nuremberg foram, em primeiro lugar, os representantes soviéticos da acusação que chamaram a atenção para o horror do judeicídio e chamaram a atenção não sem ênfase retórica, formulando uma tese ferreamente intencionalista: “Os conspiradores fascistas planejaram o extermínio do povo judeu, no mundo inteiro, até o último homem, e o puseram em ação durante todo o período do seu complô desde 1933 e depois” (na realidade, a “solução final” começa a delinear-se somente a partir da deterioração da operação Barbarossa). Um dos momentos mais dramáticos do processo foi constituído pelo depoimento, promovido sempre pelos representantes soviéticos da acusação, de quatro judeus, entre os quais uma mulher, que se exprimiu assim: “Em nome de todas as mulheres da Europa que se tornaram mães nos campos de concentração, pergunto às mães alemãs: ‘onde estão agora as nossas crianças?’”¹⁶³

Sobretudo, esses são os anos em que a URSS apoia com força o sionismo e a criação de Israel. Stalin desempenha um papel de primeiro plano e talvez até decisivo. Sem ele “difícilmente o Estado judeu teria visto a luz na Palestina” – assim chega a dizer um historiador russo, utilizando documentos no seu país tornados públicos recentemente.¹⁶⁴ Em todo caso, como observou outro autor (desta vez ocidental), se apresenta “quase como um manual de

¹⁶¹ Esquenazi, Nissim (1995), p. 442.

¹⁶² Arendt (1989c), pp. 88-90.

¹⁶³ Taylor (1993), pp. 336 e 346.

¹⁶⁴ Mlečin (2008), p. 9.

propaganda sionista” o discurso em maio de 1948 do ministro do Exterior soviético, Andrei A. Gromiko, proferido na ONU: a fundação de Israel é necessária pelo fato que “nos territórios ocupados pelos hitlerianos os judeus sofreram uma aniquilação física quase completa”, enquanto “nenhum Estado da Europa ocidental estava em condições de fornecer assistência adequada ao povo judeu na defesa dos seus direitos e da sua própria existência”.¹⁶⁵

Além disso, ao apoiar o sionismo, Stalin choca-se, às vezes, com a Grã-Bretanha. Esta última serviu-se dos corpos militares da ex-República de Salò e dos “porcos” da X Mas para fazer explodir “um navio (talvez tenham sido dois navios) que, depois de terminadas as operações bélicas, transportava armas da Iugoslávia para os judeus na Palestina.¹⁶⁶ Nesse momento é o governo de Londres que é percebido como “o principal inimigo dos judeus”¹⁶⁷; a suspeita ou a acusação de antissemitismo pesa não certamente sobre a União Soviética, empenhada em apoiar no plano militar, além do diplomático, a fundação do Estado de Israel, mas sobre a Grã-Bretanha que, na tentativa de criar obstáculos a tais planos, não hesita em utilizar círculos políticos e militares que, ainda que no âmbito da República de Salò, tinham dado a sua brava contribuição para a “solução final”!

Porém se pode fazer uma consideração de caráter mais geral. No pós-guerra, Stalin segue “uma política palestina fundamentalmente filo-judaica”. O cálculo político e geopolítico certamente contribuiu para sugeri-la. O desejo de solapar as posições britânicas no Oriente Médio (objetivo perseguido também por Truman, não por acaso de acordo também em apoiar a fundação do Estado de Israel) e de conseguir o apoio ou pelo menos a benevolência das comunidades judias americanas e europeias durante a Guerra Fria, a esperança de que o novo Estado, fundado com a contribuição decisiva de imigrantes provenientes da Europa oriental e de orientação não poucas vezes de esquerda, iria assumir uma posição filo-soviética. É verdade que a ajuda militar em 1945 assegurada ao movimento sionista através da Iugoslávia não é um gesto isolado. Três anos depois, usando desta vez a colaboração da Tchecoslováquia, a União Soviética fornece de novo armas para Israel e, violando até a resolução do Conselho de Segurança da ONU de 29 de março de 1948, organiza o afluxo de jovens judeus da Europa oriental, que vão reforçar o exército do Estado judeu na guerra com os países árabes limítrofes. Graças também a Moscou está em ação o que foi definido como “o eixo

¹⁶⁵ Roberts (2006), p. 339.

¹⁶⁶ De Felice (1995), p. 133.

¹⁶⁷ MacDonogh (2007), p. 330.

Praga-Jerusalém”. Sim, “são de produção tchecoslovaca as armas que os soldados do nascente Estado de Israel impunham para combater a sua guerra de independência [...]. Exatamente quando os governos se recusam a vender armas para o Estado judeu, a Tchecoslováquia decide continuar a vendê-las abertamente, praticando até preços favoráveis [...]. Assim em território tcheco foi fundada a aviação israelense: aqui foram organizados exercícios para os paraquedistas”.¹⁶⁸ Entra em ação uma verdadeira ponte aérea, que abastece o exército sionista com armas, instrutores e até com voluntários.¹⁶⁹ No outono do mesmo ano, o ministro do Exterior israelense refere satisfeito, de Paris, ao primeiro-ministro Ben Gurion que os delegados soviéticos na Conferência da ONU sobre a questão palestina se comportavam como advogados de Israel.¹⁷⁰

O mínimo que se pode dizer é que a União Soviética de Stalin contribui de modo essencial para a fundação e a consolidação do Estado judeu. Também no que diz respeito à relação com o judaísmo e a cultura judaica em geral surgem elementos interessantes. Ainda em plena campanha chamada “campanha antissemita”, um “subúrbio residencial de Moscou” leva o nome de “Nova Jerusalém”. Aí Ilia Ehrenburg tem a sua dacha; Ehrenburg é um intelectual judeu que desempenha na União Soviética da época um papel cultural e político de primeira grandeza e a quem, não por acaso, é conferido o Prêmio Stalin, um reconhecimento conseguido também por outros escritores judeus e por “alguns músicos judeus de fama internacional”.¹⁷¹

Então, que sentido tem falar de “antissemitismo” a propósito de Stalin? O apoio dado por ele à fundação e à consolidação do Estado judeu é ao mesmo tempo a contribuição dada para a *Nakbah*, ou seja, para a “Catástrofe” nacional do povo palestino, que há décadas continua a definhar nos campos de refugiados e nos territórios submetidos a uma ocupação militar desapiadada e a um galopante processo de colonização. Se, por um absurdo, a Stalin devesse ser debitado um “antissemitismo”, ele seria o “antissemitismo” antiárabe. A esse respeito, é preciso especificar que a opção da União Soviética era a de “um Estado independente e multinacional que respeitasse os interesses tanto dos judeus como dos árabes”.¹⁷²

¹⁶⁸ Berner (1976), pp. 625-26; Esquenazi, Nissim (1995), pp. 376-78.

¹⁶⁹ Mlečín (2008), pp. 130-38.

¹⁷⁰ Berner (1976), p. 626.

¹⁷¹ Rapoport (1991), p. 193 (sobre a “Nova Jerusalém”); Conquest (1996), p. 48.

¹⁷² Roberts (2006), p. 339.

A virada da Guerra Fria e a chantagem ao casal Rosenberg

Ainda na véspera da morte de Stalin, Kerenski, que então está nos EUA, numa conversa com um historiador israelense observa que a acusação de antissemitismo naqueles anos feita à União Soviética é apenas uma invenção da Guerra Fria.¹⁷³ Sim, este é o ponto de virada, e para compreendê-lo convém voltar ao clima daqueles anos. Uma Guerra Fria que em todo momento está pronta a transformar-se num holocausto nuclear não conhece limites determinados no plano ideológico. De um lado e do outro se grita que o antissemitismo assola no lado inimigo. O processo e a condenação à morte, nos Estados Unidos, do casal Rosenberg, comunistas e judeus, acusados de traição e de espionagem a favor de Moscou, são quase contemporâneos com os processos e as condenações à morte que no campo socialista atingem as personalidades “sionistas” acusadas de traição e de espionagem a favor de Tel Aviv e de Washington. Suspeita de escassa lealdade e chamada a fornecer provas inequívocas de patriotismo, em ambos os casos, a comunidade judaica é submetida a pressões e a chantagens mais ou menos explícitas.

O clima de suspeita não era menos opressor nos EUA do que na URSS. Não é fácil reviver esse momento em nossos dias, quando está debaixo dos olhos de todos a relação especial entre Washington e Tel Aviv, mas no começo da Guerra Fria a situação era bem diferente: muitas vezes os centros urbanos “só para brancos” ou “só para caucasianos” continuavam a excluir também os judeus, considerados “estúpidos” ou, pelo menos, como os negros. Ainda em 1959 a Anti-Defamation League sentia a necessidade de denunciar os vexames sofridos pelos judeus por causa da persistência dessa prática.¹⁷⁴ No conjunto, “os anos 1940 e 1950 constituíram uma era politicamente traumática para a minoria judaica”.¹⁷⁵ Ainda estavam ativos os círculos que ligavam judaísmo e comunismo, que consideravam os judeus como estrangeiros em terra americana e cúmplices do mortal inimigo soviético e que, junto com os textos de Henry Ford, republicavam até os *Protocolos dos sábios de Sião*.¹⁷⁶ Certamente, depois de Auschwitz, ou seja, depois da revelação do horror em que desembocara o antissemitismo, este não podia mais gozar dos favores de uma época. No entanto, “a ameaça constituída pelo preconceito antijudaico estava bem longe de ter desaparecido. Em 1953, os judeus constituíam a maioria dos

¹⁷³ Em Rogowin (1998), pp. 198-99.

¹⁷⁴ Loewen (2006), pp. 125-27.

¹⁷⁵ Sachar (1993), p. 640.

¹⁷⁶ Dinnerstein (1994), pp. 163-65.

empregados suspensos ou transferidos para outras funções nos laboratórios de radar de Fort Monmouth em New Jersey”.¹⁷⁷

Segundo o dirigente comunista francês Jacques Duclos, ativo na denúncia das perseguições de que era vítima nos Estados Unidos o casal Rosenberg, o antissemitismo não desempenhava qualquer papel nos processos que justamente na Tchecoslováquia atingiam os traidores “sionistas” a serviço da política de guerra de Washington.¹⁷⁸ Especularmente contrária é a visão que os inimigos da União Soviética se empenham em difundir. Ao rechaçar a acusação de antissemitismo lançada por Duclos aos Estados Unidos, o American Jewish Committee se pronuncia sem hesitação a favor da execução do casal Rosenberg e se opõe a toda medida de clemência: todos nos EUA devem saber que “as fileiras dos judeus estadunidenses olhavam apenas com horror” para os espíões e os agitadores comunistas (fossem eles gentios ou judeus)¹⁷⁹; não por acaso, entre os colaboradores de McCarthy figuram também dois judeus, empenhados não só em combater o comunismo, mas também em demonstrar a lealdade patriótica da sua comunidade.¹⁸⁰

Não se trata só de defender os Estados Unidos da acusação de antissemitismo. O FBI elabora um plano, que é entregue a um advogado judeu; a ele é confiada uma tarefa bem específica:

Ganhar a confiança dos Rosenberg na prisão e tentar persuadi-los de que na realidade a URSS era uma potência antissemita com a intenção de exterminar os judeus. Uma vez dissipadas as ilusões deles sobre a União Soviética, os Rosenberg poderiam usufruir da clemência em troca de um “apelo aos judeus de todos os países a sair do movimento comunista e procurar destruí-lo”.¹⁸¹

A chantagem foi ineficaz no caso dos dois militantes comunistas que enfrentam corajosamente a cadeira elétrica em 19 de junho de 1953. Por outro lado, ela consegue o resultado desejado. “Na atmosfera de intimidação da Guerra Fria dificilmente se pode admirar que vários intelectuais judeus mais respeitáveis da nação, inclusive alguns anteriormente colocados à esquerda, se sentiram obrigados a procurar uma cobertura e até se tornar vira-casaca”¹⁸²; não poucos passam a denunciar o “antissemitismo” de Stalin e da União Soviética.

¹⁷⁷ Sachar (1993), p. 639.

¹⁷⁸ Sachar (1993), p. 635.

¹⁷⁹ Sachar (1993), p. 636.

¹⁸⁰ Handlin, Handlin (1994), p. 198.

¹⁸¹ Sachar (1993), pp. 636-37.

¹⁸² Sachar (1993), p. 640.

No entanto, antes de firmar-se, essa lenda negra encontra várias dificuldades. Ainda em 1949, vemos um dos paladinos da Guerra Fria, ou seja, Churchill, fazer repetidamente uma comparação eloquente entre nazismo e comunismo: o primeiro era menos perigoso, dado que podia apoiar-se “apenas no orgulho *Herrenvolk* e no ódio antissemita”; não é o caso do segundo, que pode contar com “uma igreja de adeptos comunistas, cujos missionários estão em todos os países” e em cada povo. Portanto, de um lado temos o aticamento dos ódios nacionais e raciais a partir daquele que tem em mente o povo judeu; do outro lado, uma acusação universalista, embora instrumentalmente submetida a um desígnio de “expansão imperialista”.¹⁸³ Talvez mais significativa ainda seja a intervenção de Adorno em 1950. Ao publicar os seus estudos sobre a “personalidade autoritária”, ele sublinha “a correlação entre antissemitismo e anticomunismo” e depois acrescenta: “Durante os últimos anos todo o mecanismo de propaganda na América foi dedicado a desenvolver o anticomunismo no sentido de um ‘terror’ irracional, e provavelmente não muitas pessoas – à parte os seguidores da ‘linha do partido’ – tinham condições de resistir à incessante pressão ideológica”.¹⁸⁴ Nesse momento, longe de ser dirigida a Stalin e a seus seguidores, a acusação de antissemitismo continua a visar os anticomunistas.

Desequilibrada desde o início, a relação de forças entre os dois lados da Guerra Fria vê sempre mais claramente o Ocidente prevalecer tanto no plano militar propriamente dito quanto no que se refere à ofensiva ideológica como o poder de fogo nos vários meios. Hoje permanece de pé apenas uma das duas acusações opostas de antissemitismo; da outra se perdeu até a memória. Deve-se acrescentar que; além de Stalin, tal acusação atinge os seus sucessores, a começar por Kruschiov: também ele teria dado prova, não se sabe bem por que, de “antissemitismo destacado”.¹⁸⁵ No entanto:

Em 1973 os judeus, que constituíam 0,9% da população soviética, representavam 1,9% de todos os estudantes universitários do país, 6,1% de todo o pessoal científico, 8,8% de todos os cientistas.¹⁸⁶

Por outro lado, um historiador inglês empenhado também em rotular Stalin como antissemita, a partir pelo menos da década de 1930, não só reconhece que as pessoas freqüentadas pelo líder soviético e até “muitos” dos seus “co-

¹⁸³ Churchill (1974), pp. 7800 e 7809 (discursos de 25 e 31 de março de 1949).

¹⁸⁴ Adorno (1997), p. 324.

¹⁸⁵ Knight (1997), p. 209.

¹⁸⁶ Roccucci (2001), p. 32.

laboradores mais íntimos” eram de “origem judaica”, mas acrescenta que em 1937 “os judeus constituíam a maioria no governo” (ou no aparelho governante).¹⁸⁷ Muito dificilmente os dados estatísticos e a pesquisa empírica podem ser invocados em apoio da tese do antissemitismo staliniano e soviético!

Stalin, Israel e a comunidade judaica da Europa oriental

Certamente, a comunidade judaica não foi poupada dos conflitos que caracterizaram a história da União Soviética e do campo socialista no seu conjunto. Ocupemo-nos, em primeiro lugar, com a situação que se criou na Europa oriental com o fim da segunda guerra mundial e a fundação de Israel. Vimos a forte presença judia no aparato estatal e de governo. Além da composição das instituições, é preciso levar em conta o sentimento de gratidão mostrado pelos judeus, por exemplo, na Hungria, porque – refere uma testemunha autorizada – “foram os soldados soviéticos que nos livraram de uma morte certa e não outros”.¹⁸⁸ No entanto, a lua de mel que parece por algum tempo reinar se revela de breve duração. O conflito não tarda a manifestar-se: os judeus que voltavam à Hungria e que conseguiam escapar da política genocida do III Reich e dos seus capangas devem empenhar-se na edificação do país destruído ou emigrar para o Estado judeu que estava tomando forma no Oriente Médio? Inicialmente, os partidários dessa segunda opção agem de maneira imperturbável:

Quadros de fé sionista [...] dirigem a seção húngara da American Jewish Joint Committee, que no pós-guerra doava enormes fundos para a reconstrução das comunidades judias. Esse era o canal de assistência econômica mais importante para os sobreviventes. Um simpatizante sionista, o doutor Fabbian Herkovitz, se torna rabino na mais prestigiosa sinagoga de Budapeste, na rua Dohány, e aí toda semana profere discursos a favor da emigração para Israel [...]. Dizia-se então que os sionistas dispunham de uma organização mais capilar e eficiente que a dos próprios comunistas húngaros [...]. Calcula-se que cerca de um quinto da população judia tomou o caminho da emigração.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Montefiore (2007), p. 347.

¹⁸⁸ Esquenazi, Nissim (1995), p. 43.

¹⁸⁹ Esquenazi, Nissim (1995), p. 46.

Essa emigração em massa, uma verdadeira sangria sobretudo no plano qualitativo, que priva o país dos quadros dos quais precisava desesperadamente para renascer das ruínas da guerra, não podia não preocupar o governo e o partido (inclusive os judeus que tinham rejeitado a opção sionista):

Os comunistas [...] não só bloquearam, em 1948, o êxodo dos judeus, mas estiveram em condições de afirmar a própria hegemonia no mundo judeu. O dirigente sionista Ariè Yaari lembra: “Para nós era um tanto problemático convencer as pessoas a se transferirem para a Palestina. Sobretudo os mais velhos tinham medo de recomeçar uma vida nova, com uma língua nova. O regime, por sua vez, oferecia-lhes cargos políticos que os judeus jamais tinham tido. Podiam tornar-se juízes, oficiais, entrar no governo. O movimento comunista era mais fraco e tinha necessidade de muitos quadros. Como podiam os judeus resistir à tentação?”¹⁹⁰

Como se vê, não tem nenhum sentido falar de antissemitismo. Não só não há vestígios de discriminação negativa em prejuízo dos judeus, mas estes gozam eventualmente de um tratamento favorável quando aceitam ficar na Hungria. Deve-se acrescentar que, antes ainda de opor comunidade judaica e mundo comunista, a batalha da qual se fala divide a comunidade judaica como tal. Derrotados em primeiro lugar pelos judeus que escolheram integrar-se no país do qual são cidadãos, os sionistas, “apesar de todos os esforços, não conseguiram semear entre os judeus a ideia de uma separação étnica. Quando no final da década de quarenta os comunistas declararam fora da lei o movimento sionista, a enorme maioria dos judeus demonstrou não ter absolutamente internalizado um discurso de identidade nacional judaica. A ideia de que a comunidade judaica deveria definir-se como minoria nacional era a última coisa que passava pela cabeça dos judeus, que ainda uma vez se dirigiram para a busca de uma nova assimilação”.¹⁹¹

Uma crise análoga se verifica na União Soviética; e também nesse caso o conflito acaba atravessando a comunidade judaica. Quem previne contra o perigo representado pelo sionismo (culpado de impedir a reconstrução do país devastado e martirizado pelo exército hitleriano e campeão da causa do socialismo no mundo, e culpado de reabrir uma questão judaica felizmente já resolvida na União Soviética) é o escritor de origem judia Ilya Ehrenburg, nas colunas do *Pravda* de 21 de setembro de 1948¹⁹²; a tomada de posição

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Esquenazi, Nissim (1995), p. 47.

¹⁹² Berner (1976), pp. 626-27.

contra o sionismo está ligada com a condenação do antissemitismo, significativamente rotulado, na esteira de Stalin, como expressão de “chauvinismo racial” e de “canibalismo”.¹⁹³

É eloquente o colóquio que ocorre em Moscou em 1948 entre Golda Meir e Ilya Ehrenburg. Este reage contra ela, que exhibe o seu desprezo pelos judeus assimilados (“desagrada-me ver judeus que não falam o hebraico ou, pelo menos, o iídiche”), de modo raivoso: “Ela é uma serva dos Estados Unidos”.¹⁹⁴ Ao falar com outro interlocutor, o escritor soviético afirma:

O Estado de Israel deve entender que neste país não existe mais uma questão judaica, que os judeus da URSS devem ser deixados em paz e que todas as tentativas de induzi-los ao sionismo e à repatriação serão paradas. Receberão a oposição áspera não só das autoridades [soviéticas], mas também dos próprios judeus.¹⁹⁵

Não há dúvida, a colossal lavagem cerebral que surgia abria também um contencioso, independentemente da Guerra Fria, tanto mais porque, para conseguir seu objetivo, os representantes diplomáticos israelenses em Moscou passavam por cima das autoridades soviéticas e estabeleciam um contato direto com a comunidade judaica soviética.¹⁹⁶ Em todo caso, o contencioso se tornava mais grave ainda à medida que se delineava nitidamente o alinhamento de Israel com o Ocidente: os numerosos e valorosos cientistas soviéticos de origem judia eram convidados pela propaganda sionista a emigrar e fazer parte de um bloco decidido a esmagar o país que tornara possível a sua emancipação e promoção social. No entanto, “apesar dos crescentes atritos, representantes autorizados da URSS tinham repetidamente garantido o apoio soviético a Israel, mas tinham-no feito depender da posição neutra do governo israelense no âmbito do confronto entre leste e oeste”.¹⁹⁷ No entanto, as últimas ilusões de Moscou se dissipam rapidamente. A ruptura com o Estado judeu é também o choque frontal com os círculos sionistas ainda muito ativos no campo socialista e que agora são retomados de modo desapiedado. Na Tchecoslováquia, Slánský é preso e condenado à morte

¹⁹³ Rapaport (1991), p. 117.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Rapaport (1991), p. 120.

¹⁹⁶ Berner (1976), pp. 626-27.

¹⁹⁷ Berner (1976), p. 627.

porque, segundo o testemunho de sua filha, “favorecia a emigração para Israel”.¹⁹⁸

Sorte melhor teve, na Romênia, Ana Pauker, que se safa com poucos meses de cadeia. No entanto, estamos na presença de um acontecimento semelhante: “Há tempo o sionismo era uma ideologia condenada pelo regime, mas isso não tinha impedido o fluxo dos judeus romenos para Israel até à expulsão de Pauker em 1952, que discretamente tinha mantido aberto o caminho para a Terra Prometida”; graças a ela “não menos de 100 mil judeus deixaram a Romênia para estabelecer-se em Israel”.¹⁹⁹

Compreende-se então a crescente desconfiança de Stalin, a quem é atribuída a afirmação segundo a qual “todo judeu é um nacionalista, é um agente da espionagem americana”.²⁰⁰ A mudança acontecida no comportamento das comunidades judias da Europa oriental deve ter feito muitos comunistas pensarem na “traição” censurada ao partido socialdemocrata alemão no começo da I Guerra Mundial. Devemos ler o conflito que explode como “a guerra de Stalin contra os judeus”? Assim sugere já no título um livro dedicado ao assunto por um jornalista do *Jerusalem Post*. Mas essa leitura será de fato mais convincente que aquela dada por Stalin, que denunciava a “guerra dos sionistas contra a União Soviética e o campo socialista”? Um historiador (Conquest), embora comprometido em reduzir o bolchevismo e o comunismo a fenômeno criminal, reconhece que na União Soviética “o antissemitismo como tal nunca foi uma doutrina oficial”, que “a perseguição aberta aos judeus enquanto judeus era proibida” e que não havia nenhuma referência à “teoria da raça”.²⁰¹

Que sentido tem, então, comparar Stalin com Hitler? O historiador já citado acrescenta que o primeiro “esperava usar Israel contra o Ocidente e continuava a acusar o Ocidente de antissemitismo”.²⁰² Mas não parece que o líder nazista qualificasse os seus inimigos como antissemitas! Conquest parte do pressuposto de que as acusações de antissemitismo feitas por Stalin ao Ocidente são sumamente ridículas, mas não se coloca sequer o problema da validade das acusações ocidentais de antissemitismo dirigidas a Stalin. Afinal por que o instrumentalismo deveria ser apenas de um lado? E por que, afinal, como herdeiro do antissemitismo do III Reich deveria ser apontado o

¹⁹⁸ Esquenazi, Nissim (1995), p. 399.

¹⁹⁹ Esquenazi, Nissim (1995), p. 311.

²⁰⁰ Em Medvedev, Medvedev (2006), p. 374 (nota do organizador).

²⁰¹ Conquest (1996), pp. 46-47.

²⁰² Conquest (1996), p. 47.

país que por Hitler (mas também por setores importantes da opinião pública ocidental) foi há longo tempo qualificado como encarnação do “complô judeu-bolchevique” e como confirmação definitiva da confiabilidade e gravidade da conjuração revelada pela publicação dos *Protocolos dos sábios de Sião*? Em todo caso, no mito da “guerra de Stalin contra os judeus” não creem os numerosos e com frequência bastante autorizados israelenses que, com a notícia da morte do líder soviético, o choram e lhe rendem homenagem como a um “sol” que “se pôs” (*supra*, Prefácio, 1).

No entanto, o triunfo de Israel na Guerra dos Seis Dias e o agravamento da tragédia palestina aprofundam mais o fosso que, na Europa oriental, divide o poder comunista da comunidade judaica e dos círculos filo-israelense e filo-ocidentais que se organizam em torno dela. Mas devemos falar de antissemitismo? Confiando na reconstrução dos dois estudiosos de origem judia mais vezes citados, vejamos o que acontece em Praga em 1967: “A simpatia dos estudantes tchecos por Israel tem [...] uma motivação um tanto trivial: a antipatia que eles nutrem para com os estudantes árabes, presentes aos milhares no ateneu”. Algo semelhante se verifica em Varsóvia: “De repente o pessoal se lembrou que muitos judeus que vivem na Palestina provinham da Polônia”. E um taxista chegou a exclamar: “Os nossos corajosos judeus polacos estão dando uma lição àqueles árabes russos fodidos”.²⁰³ No choque que se verifica com o poder comunista, alinhado ao lado dos países árabes, quem dá mostra de racismo? Estamos na presença de um racismo anti-judeu ou, antes, de um racismo anti-árabe?

A questão do “cosmopolitismo”

O próprio “complô dos médicos”, em geral usado para confirmar o antissemitismo de Stalin, demonstra eventualmente o contrário: depois de tudo, até o fim, ele confiou aos judeus o cuidado da sua saúde. Por outro lado, entre os médicos acusados apenas alguns são judeus, e o “complô”, no seu conjunto, é classificado pelos dirigentes e pela imprensa soviética como “mais capitalista e imperialista do que sionista”.²⁰⁴ A suspeita era provocada só pela paranoia? Um detalhe dá o que pensar: “A CIA se tornou mais amigável [em relação ao Estado judeu] a partir do momento em que ela fez uso das fontes israelenses de inteligência na Europa oriental e na URSS. Por exemplo, os

²⁰³ Esquenazi, Nissim (1995), pp. 405 e 184.

²⁰⁴ Roberts (2006), p. 342.

agentes do Mossad foram os primeiros de fora a receber o texto completo do discurso secreto de Kruschiov sobre os crimes de Stalin²⁰⁵ e a passá-lo exatamente aos serviços estadunidenses.

É preciso não esquecer que a “idade da suspeita”, como foi com razão definida, estimula com modalidades obviamente diferentes a caça às bruxas em ambos os blocos.²⁰⁶ Aliás, não é um mistério para ninguém que os serviços secretos estadunidenses estavam empenhados na eliminação física de Stalin, bem como de Castro, Lumumba e de outros “cachorros loucos”.²⁰⁷ Como chegar ao líder indiscutido do movimento comunista internacional senão apoiando-se em pessoas próximas dele e suscetíveis de serem recrutadas pelos serviços secretos ocidentais na onda de um conflito recente, como o desencadeado em seguida à fundação do Estado judeu e à política de imigração dos judeus por ele perseguida? No momento da revelação do “complot”, “pelo menos um diplomata ocidental de destaque presente em Moscou, o inglês sir A. (“Joe”) Gascoigne [...], pensava que provavelmente os médicos do Kremlin eram verdadeiramente culpados de traição política”.²⁰⁸ Aliás, a suspeita para com os médicos parece ser um tema recorrente na história da Rússia: um historiador israelense de origem russa atribui a morte do czar Alexandre III aos médicos alemães que tinham cuidado dele (*infra*, cap. 6, § 1).

Acrescente-se que um livro recente publicado nos Estados Unidos formula a tese de que foram os “cuidados” médicos que determinaram a morte de Jdanov. Devemos então concluir que as preocupações de Stalin não eram infundadas? Sem apresentar nenhuma prova e até reconhecendo que não há nenhum documento que apoie a sua tese, os autores do livro se apressam a precisar que não eram os inimigos da União Soviética que orientavam os médicos, mas o ditador do Kremlin em pessoa! Por outro lado, à parte um técnico de radiação, nenhum dos médicos que cuidavam de Jdanov era judeu!²⁰⁹ Agora está claro: estamos no âmbito da mitologia, e de uma mitologia com tons inquietantes: é lícito suspeitar dos médicos só por serem alemães ou russos “gentios”? Voltemos, porém, ao campo da pesquisa histórica: deve-se ter presente que o próprio Stalin poderia ter suspenso a investigação, se percebesse por acaso o engano que cometera.²¹⁰

²⁰⁵ Elon (2004), p. 15.

²⁰⁶ Flores (1995).

²⁰⁷ Thomas (1995), pp. 225-29, 233 e *passim*.

²⁰⁸ Rapaport (1991), p. 181.

²⁰⁹ Brent, Naumov (2004), p. 8.

²¹⁰ Medvedev, Medvedev (2006), p. 35.

Na falta de outros argumentos, para agarrar-se à tese do antissemitismo de Stalin, cita-se a sua condenação do “cosmopolitismo”: quem seriam os cosmopolitas senão os judeus? Na realidade, a acusação de cosmopolitismo está inserida no âmbito de um debate bastante áspero de ambos os lados. Aqueles que se decidiram a comprometer-se, em primeiro lugar, com a construção do socialismo no país nascido em outubro de 1917, renunciando à expectativa messiânica da chegada ou da exportação da revolução em todo o mundo, são acusados de “mesquinhez nacional” e “limitação nacional”²¹¹, bem como de provincianismo; se Stalin é o “pequeno provinciano” com “a rudeza do camponês” (supra, Prefácio, 1 e cap. 1, § 1), Molotov não se sai melhor na opinião de Trotski, pois “não conhecia nenhum país estrangeiro nem nenhuma língua estrangeira”.²¹² Tanto um como o outro cometem o erro de enraizar-se de modo provinciano e obscurantista ao “papel reacionário do Estado nacional”.²¹³ Aqueles que são assim atacados reagem rotulando os seus acusadores de cosmopolitas abstratos e incapazes de construir realmente uma nova ordem social.

Ler a condenação do “cosmopolitismo” em perspectiva antissemita significa empobrecer um problema que está no centro de todas as grandes revoluções animadas por uma carga universalista. Rejeitando a tese da exportação da revolução cara aos partidários da “República una e universal” ou da “República, ou melhor, da conflagração universal”²¹⁴, Robespierre esclarece que a nova França não contribuiria para a causa da revolução no mundo comportando-se como “capital do globo”, a partir da qual seriam enviados “missionários armados” para a conversão e a “conquista do mundo”.²¹⁵ Não, o que coloca em crise o antigo regime na Europa serão não as “façanhas guerreiras”, mas a “sabedoria das nossas leis”.²¹⁶ Noutras palavras, o poder revolucionário desempenhará uma função internacionalista real na medida em que souber cumprir a sua tarefa nacional de edificação da nova ordem na França.

É um problema sobre o qual o idealismo alemão reflete profundamente. Na opinião de Kant, que, escrevendo em 1793-1794, traça de algum modo o balanço histórico e filosófico da Revolução Francesa, se o patriotismo corre o risco de resvalar para o exclusivismo e perder de vista o universal, o amor

²¹¹ Relatado em Stalin (1971-1973), vol. 9, p. 25 (= Stalin, 1952-1956, vol. 9, p. 42).

²¹² Trotski (1988), p. 1228.

²¹³ Trotski (1988), p. 1283.

²¹⁴ Robespierre (1912-1967), vol. 10, pp. 275 e 267.

²¹⁵ Robespierre (1912-1967), vol. 8, p. 81 e vol. 10, p. 361.

²¹⁶ Robespierre (1912-1967), vol. 10, p. 568.

abstrato da humanidade “dispersa a sua inclinação por causa da sua universalidade excessivamente extensa”. Trata-se então de conciliar o “patriotismo mundial” (*Weltpatriotismus*) com o “patriotismo local” (*Localpatriotismus*) ou com o “amor à pátria”; aquele que é autenticamente universalista “no apego ao próprio país deve ter a inclinação a promover o bem do mundo inteiro”.²¹⁷ É uma linha de pensamento depois desenvolvida por Hegel: depois de ter celebrado como uma grande conquista histórica a elaboração do conceito universal de homem (titular de direitos “enquanto homem e não enquanto judeu, católico, protestante, alemão, italiano, etc.”), a *Filosofia do direito* (§ 209 A) acrescenta que ele não deve desembocar no “cosmopolitismo” e na indiferença ou oposição com respeito à “vida estatal concreta” do país do qual se é cidadão. “O amor universal dos homens” corre o risco de configurar-se como uma “universalidade vazia” e sem conteúdo (§ 126 Z): o indivíduo contribui para o universal em primeiro lugar comprometendo-se concretamente com o círculo determinado (a família, a sociedade, a nação) em que vive. Doutra modo, o aclamado “amor universal dos homens” é na melhor das hipóteses uma declaração de intenções nobres, na pior, uma técnica de evasão do campo das responsabilidades concretas.

É um problema que, com o seu universalismo ainda mais enfático, a Revolução de Outubro herda de forma mais aguda da Revolução Francesa. Muito antes de Stalin, é já Herzen, exilado em Paris, que se mostra desconfiado e crítico em relação a um cosmopolitismo que não conhece a ideia de nação e de responsabilidade nacional (*supra*, cap. 3, § 5). É uma polêmica que ultrapassa as fronteiras da União Soviética. Ao rejeitar as “acusações de nacionalismo” feitas à maioria do PCUS e, em primeiro lugar, a Stalin²¹⁸, Gramsci toma posição nítida contra um “chamado ‘internacionalismo’” que é, na realidade, sinônimo de “vago ‘cosmopolitismo’”. O alvo principal é aqui constituído por Trotski, criticado como “cosmopolita”, pelo fato de ser “superficialmente nacional” e, portanto, incapaz de “depurar o internacionalismo e todo elemento vago e puramente ideológico (em sentido deteriorado)”, e oposto a Stalin e, ainda antes e sobretudo, a Lênin, o qual dá mostras de internacionalismo maduro exatamente revelando-se ao mesmo tempo “profundamente nacional”.²¹⁹

Na URSS a crítica ao cosmopolitismo se acentua à medida que se agrava a ameaça representada pelo fascismo e pelo nazismo. Conhecemos o a-

paixonado apelo, dois anos depois da chegada de Hitler ao poder, dirigido por Dimitrov aos revolucionários para que rejeitem o “nihilismo nacional”. O cosmopolitismo é um internacionalismo que desemboca no nihilismo nacional. Vimos também Stalin, na véspera da operação Barbarossa, sublinhar que, ao contrário de um “cosmopolitismo” incapaz de assumir as suas responsabilidades nacionais, o internacionalismo deve saber conjugar-se com o patriotismo. Quer dizer, muito longe de ser sinônimo de antissemitismo, a crítica ao cosmopolitismo é um elemento essencial da luta contra o nazifascismo (e o antissemitismo). Essa crítica se torna de novo urgente com o início da Guerra Fria, quando uma nova ameaça terrível paira sobre a URSS.

Mais forte ainda é a crítica ao cosmopolitismo se o país em que estourou a revolução está comprometido com uma luta pela sobrevivência nacional. Na China, Sun Yat-Sen escreve: “As nações que se servem do imperialismo para conquistar outros povos e desse modo procuram favorecer a sua posição de senhores do mundo, são pelo cosmopolitismo”, e tentam de todos os modos desacreditar o patriotismo, como “algo mesquinho e antiliberal”.²²⁰ Nessa linha se coloca Mao, segundo o qual o internacionalismo não torna de modo algum obsoleto o patriotismo: “as verdades universais do marxismo devem ser integradas com as condições concretas dos diferentes países, e há unidade entre internacionalismo e patriotismo”.²²¹

Na URSS, os “cosmopolitas” eram em sua maioria judeus e, por isso, o antic cosmopolitismo é apenas uma forma camuflada de antissemitismo? Vale a pena observar que, no desenrolar da sua polêmica contra o cosmopolitismo, Sun Yat-Sen convida o povo chinês a tomar os judeus como exemplo porque eles, apesar de milênios de opressão e de diáspora, nunca perderam o sentido da sua identidade e, portanto, da obrigação da solidariedade recíproca.²²² Concentremo-nos, porém, na União Soviética. Realmente, a presença judia é forte também nas fileiras da maioria do PCUS. E entre os primeiros a lançar a acusação de cosmopolitismo em relação ao líder da oposição está o escritor alemão de origem judia (Feuchtwanger), que já conhecemos: “Trotski nunca foi patriota russo”, a sua única preocupação era a “revolução mundial”.²²³

Aliás, baseado na hermenêutica da suspeita feita valer em relação a Stalin, tampouco se poderia subtrair da acusação de antissemitismo a Trotski.

²¹⁷ Kant (1900-), vol. 27, pp. 673-74.

²¹⁸ Gramsci (1975), p. 1729.

²¹⁹ Gramsci (1975), pp. 325, 866 e 1729.

²²⁰ Sun Yat-Sen (1976), pp. 53-54.

²²¹ Em Mao Zedong (1998), pp. 242-43.

²²² Sun Yat-Sen (1976), p. 52.

²²³ Feuchtwanger (1946), p. 96.

Este, no desenrolar da análise da Rússia pré-revolucionária, sublinha como “a aristocracia da bolsa” tinha “transformado o governo do czar num seu vassalo financeiro”, que garantia “lucros usurários”.²²⁴ Há de se acrescentar que “o domínio da bolsa” é representado “por Rothschild e por Mendelsohn”, ou antes, pelo “internacional Mendelsohn”, de qualquer modo, por indivíduos comprometidos em respeitar “as leis de Moisés como as leis da bolsa”.²²⁵ Como se vê, nesse caso a referência ao mundo judeu é explícita. Devemos pois, concluir que a polêmica contra a “aristocracia da bolsa” visa, na realidade, aos judeus enquanto judeus, de modo que nos encontramos diante de uma enésima manifestação de antissemitismo? Tal modo de argumentar seria absurdo e não só por causa das origens judaicas de Trotski: mais significativo é o fato de que, no mesmo texto, ele dedica páginas comovidas à descrição da “bacanal sombria” de sangue posta em cena pelos grupos antissemitas, tolerados e encorajados pelas autoridades e pelo próprio “Nicolau Romanov, o augustíssimo protetor dos pogromistas”, que felizmente receberam a oposição corajosa e decidida do movimento revolucionário e socialista.²²⁶ Mas não menos nítido é Stalin na condenação do “canibalismo” antissemita.

Stalin na “corte” dos judeus, os judeus na “corte” de Stalin

A URSS é o “país que salvou o maior número de judeus”. A observação é de um jornalista e estudioso de formação trotskista que, como “testemunha daqueles anos”, acha necessário tomar posição contra a campanha hoje em curso no Ocidente. Ele prossegue assim: “nenhum país teve nos quadros superiores do exército tantos judeus quanto o Exército Vermelho”. Não é tudo. “Um dos filhos de Stalin, bem como sua filha, casaram-se com judeus”.²²⁷ Pode-se acrescentar que, no âmbito do grupo dirigente staliniano, os judeus foram até o fim bastante bem representados e nos níveis mais altos. Para continuar de pé, embora sem firmeza e cambaleante, a tese do “antissemitismo” de Stalin exige a desjudaização dos judeus que colaboraram com ele. É o que se verifica exatamente. É verdade, “Jagoda, Kaganovitch e muitos outros na Rússia e na Europa central e oriental” desempenharam um

²²⁴ Trotski (1969a), p. 47.

²²⁵ Trotski (1969a), pp. 21, 30 e 120.

²²⁶ Trotski (1969a), pp. 108 e 126-27.

²²⁷ Karol (2005), p. 12.

papel importante ao lado de um ditador feroz, mas se trata de “judeus apóstatas”: assim se exprime um intelectual judeu, com uma linguagem que lembra claramente a história das religiões.²²⁸ Outras vezes, o peso da tradição religiosa se faz notar de modo mais mediato e menos consciente: eis então um jornalista a denunciar, no cotidiano italiano mais difundido, os “judeus renegados na corte de Stalin”.²²⁹

Na realidade, o discurso relativo aos “apóstatas”, aos “renegados” (ou aos “judeus de corte”) constitui um desmentido implícito da acusação de antissemitismo que, enquanto racismo, visa a um grupo étnico independentemente do comportamento religioso e político dos membros individuais. Reconhecer a presença de judeus em posição dirigente na URSS de Stalin e no campo socialista dirigido por ele significa admitir que naqueles países o acesso ao poder e a colocação social e política eram determinados não pela pertença imutável de raça, mas pelo comportamento político mutável. Mas a desjudaização (como “apóstatas”, “renegados”, não autênticos e “de corte”) dos judeus hoje considerados incômodos permite transformar o antissemitismo numa categoria capaz de resistir a todo desmentido proveniente da análise empírica, e, portanto, suscetível de ser aplicada não só a Stalin, mas a toda a história da União Soviética.

Logo depois da Revolução de Outubro, a campanha contra o obscurantismo censurado às diferentes religiões (inclusive o judaísmo) se desenvolve com a participação em posição dirigente de importantes círculos judeus. Eis o comentário do já citado jornalista do *Corriere della sera*: “Foi a Yevsektia, a seção judaica do PCUS, que fomentou o novo antissemitismo”.²³⁰ De modo análogo argumenta um professor da Universidade Hebraica de Jerusalém: “durante a revolução bolchevique [...] muitos bolcheviques judeus dedicaram-se à causa do nacionalismo revolucionário russo com tanto vigor que se tornaram antissemitas”.²³¹ Já classificados de “apóstatas” e “renegados”, os judeus de orientação comunista se tornam agora “antissemitas” *tout court*. A essa altura, além de Stalin, a acusação de “antissemitismo” atinge o próprio Lênin, o dirigente supremo dessas campanhas “antissemitas”.

Contudo, é o mesmo historiador israelense já citado que escreve: “Provavelmente, Lênin foi sempre muito cético sobre os dotes organizativos dos russos. Numa conversa particular com Gorki, ele observa que não havia rus-

²²⁸ Besançon (1998), p. 123.

²²⁹ Carreto (1997).

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Agursky (1989), p. 52.

so inteligente que não fosse judeu ou, pelo menos, tivesse judeus entre os seus antepassados e um pouco de sangue judeu nas suas veias". A opinião do dirigente soviético é também a opinião do seu interlocutor: "Não teria desagradado a Gorki se tivessem sido os judeus que tivessem tomado a direção da economia russa e, em 1916, chega a escrever que 'o gênio dos judeus pela organização, a sua flexibilidade e a sua energia indômita devem ser levadas em devida conta num país tão mal organizado como é a nossa Rússia'".²³² Portanto, ficando nesse texto, Lênin e Gorki (que adere também a partido comunista) poderiam eventualmente ser acusados de racismo antirrusso e não de antissemitismo.

O papel de primeiro plano desempenhado pelos judeus não se limita à derrubada do antigo regime na Rússia. O historiador judeu prossegue assim: Lênin atribuía à "onipresente minoria judia" o papel de serem "precursores do comunismo". Portanto, "não foram os eslavos, mas os judeus que se tornaram a principal ponta do avanço russo no campo internacional, ou seja, contra a Europa e o resto do mundo. Foi uma intuição genial de Lênin entregar a eles e a outras minorias étnico-nacionais o sucesso da revolução".²³³ Como se vê, os judeus "antissemitas" contribuem de modo importante, talvez decisivo, para a expansão do comunismo; o complô judeu-bolchevique de que falam os nazistas é aqui relido como agitação ou complô orquestrado pelos judeus, mas pelos judeus antissemitas!

Trata-se de uma agitação de um complô com uma história longa, muito longa. Sempre segundo o historiador já citado, Lênin teria usado os judeus que tinham rompido com a sua comunidade de origem do mesmo modo que eles tinham se servido do cristianismo.²³⁴ E de novo surgem as analogias com a leitura da história cara ao nazismo, que denunciava o papel dos judeus no ciclo desastroso que conduz do cristianismo ao bolchevismo. A única novidade é agora o acento segundo o qual quem desempenha esse papel são os judeus que, tendo aderido primeiro ao cristianismo e depois ao bolchevismo, deviam ser considerados "apóstatas", "renegados" e, em última análise, "antissemitas". No esforço de atingir a experiência soviética no seu conjunto, junto com Stalin, a acusação de "antissemitismo" acaba reproduzindo, com algumas variantes modestas, a filosofia nazista da história!

²³² Agursky (1989), pp. 158 e 161.

²³³ Agursky (1989), pp. 159 e 164.

²³⁴ Agursky (1989), p. 159.

De Trotski a Stalin, do monstro "semita" ao monstro "antisemita"

A tese do antissemitismo de Stalin revela-se insustentável à luz da reflexão histórica e conceitual. Qualquer que seja a datação do surgimento dessa doença (quer seja colocada em 1948, em 1945 ou em 1879, o ano do nascimento e da concepção de Stalin), o diagnóstico se revela não só infundado, mas também bastante ofensivo aos judeus, os quais em grande número até o último momento continuariam a prestar homenagem a seu carrasco. Como explicar então a origem dessa lenda negra? Voltemos aos anos imediatamente posteriores à Revolução de Outubro. Em 4 de outubro de 1919, o *Völkischer Beobachter*, que nesse momento não é o órgão do partido nacionalsocialista (ainda não fundado), coloca o horror bolchevique na conta de uma "horda terrorista judia", de "asiáticos circuncisos", e para tal fim sublinha que o sangue judeu corre também nas veias de Lênin. Denúncias análogas ecoam também na Inglaterra e no Ocidente em geral.²³⁵ Dados esses pressupostos, compreende-se que, mais ainda que de Lênin, Trotski é "o sujeito principal, mefistofélico, dos manifestos de propaganda antibolchevique".²³⁶ Ele é chamado de "o exterminador judeu do povo russo".²³⁷ Um manifesto de propaganda anticomunista difundido durante a guerra russo-polonesa de 1920 o pinta com feições não exatamente humanas enquanto, com a estrela de Davi ao pescoço, observa do alto de uma montanha de caveiras.²³⁸ "Trotski ou Bronstein", ou seja, o bolchevique judeu por excelência, em 1919 é, na opinião de Goebbels, aquele que "talvez tenha na sua consciência o mais alto número de crimes que jamais pesou sobre um homem".²³⁹

Por outro lado, ainda durante a invasão da União Soviética, anunciada como uma cruzada para a salvação da civilização europeia e ocidental da barbárie bolchevique, asiática (e judia), vimos Hitler pintar Stalin como um títere do judaísmo internacional, como um judeu, se não de sangue, pelo menos no espírito. Nos anos em que o antissemitismo grassava ou encontrava amplo crédito no Ocidente, o monstro por excelência não podia assumir senão as feições do judeu. É diferente a situação que se criou depois do desabamento do III Reich e da revelação da infâmia da "solução final": hoje, o

²³⁵ Diamond (1985), pp. 97-98.

²³⁶ Poliakov (1974-1990), vol. 4, p. 200.

²³⁷ Figes (2000), p. 813.

²³⁸ Citado em Traverso (2002), foto 17.

²³⁹ Em Reuth (1991), p. 147.

monstro que, mais do que qualquer outro, está em condições de suscitar horror, tende a ser o monstro antissemita. No entanto, apesar das suas variações, a continuidade do *topos* é evidente, e o retrato de Stalin antissemita não é muito mais persuasivo que aquele que pintava Trotski exibindo a estrela de Davi e contemplando satisfeito o monte imenso das suas vítimas.

6.

Psicopatologia, moral e história na leitura da era de Stalin

Geopolítica, terror e "paranoia" de Stalin

Qual abordagem nos permite compreender melhor a gênese, as características e o significado do stalinismo? Segundo Arendt, a obsessão do "inimigo objetivo" teria levado o totalitarismo staliniano (assim como o hitleriano) a procurar sempre novos alvos para a sua máquina repressiva: depois dos "descendentes das velhas classes dominantes" é a vez dos *kulaks*, dos traidores dentro do partido, dos "alemães do Volga", etc.¹ Para se dar conta da futilidade desse esquema, basta refletir sobre o fato de que ele poderia ser aplicado sem dificuldade à história dos Estados Unidos. No final do século XIX, os Estados Unidos participam da celebração da comunidade das nações ou das raças germânicas (EUA, Grã-Bretanha e Alemanha), que estão na vanguarda da civilização; a partir da intervenção na I Guerra Mundial e por décadas, os alemães (e os estadunidenses de origem alemã) se tornam o inimigo por excelência; é o momento da Grande Aliança com a União Soviética que, porém, depois da derrocada do III Reich, se torna o inimigo enquanto tal, de modo que não são mais os estadunidenses de origem alemã (ou japonesa) que são o alvo da perseguição, mas os estadunidenses suspeitos de simpatizar com o comunismo; pelo menos na última fase da Guerra Fria, Washington pode servir-se da colaboração, por um lado, da China, por outro lado, dos islâmicos *freedom fighters*, que alimentam a resistência antissoviética no Afeganistão; mas, com a derrota do Império do Mal, quem representa a nova encarnação do Mal são os ex-aliados: os *freedom fighters* (e os seus simpatizantes em território estadunidense e em todas as partes do mundo) tomam o caminho de Guantánamo. Sobretudo um detalhe revela a pobreza do esquema de Arendt, que responsabiliza a obsessão do "inimigo objetivo" pela deportação dos "alemães do Volga" durante o segundo conflito mundial. Na realidade, medidas análogas foram tomadas em 1915 pela Rússia cza-

¹ Arendt (1989a), pp. 581-82.

rista, naquele momento aliada do Ocidente liberal; sobretudo, logo depois de Pearl Harbor, F. D. Roosevelt se comporta de modo semelhante em relação ao “inimigo objetivo” representado desta vez pelos cidadãos estadunidenses de origem japonesa. A preocupação do ditador soviético parece mais justificada em querer levar em consideração a situação geográfica e militar do que a do presidente estadunidense.

De vez em quando, Arendt parece aperceber-se do caráter problemático da categoria utilizada por ela. A primeira edição de *As origens do totalitarismo* denuncia a obsessão pelo “inimigo potencial” (*potential enemy*), mas enquanto assola a II Guerra dos Trinta Anos e o povo soviético é ameaçado por um perigo mortal, dificilmente pode ser considerado como expressão de paranoia o fato de estar prevenido contra um inimigo potencial. As edições seguintes da obra preferem então falar de “inimigo objetivo” (*objective enemy*), de modo a acentuar o caráter psicopatológico de um comportamento que continua a ser atribuído de modo exclusivo aos ditadores totalitários.²

Mas esse ajustamento linguístico não modifica em nada os termos do problema. Embora sendo decididamente contra a Alemanha nazista e simpatizando com o país da Terceira República e da Grande Revolução, no momento do estouro da II Guerra Mundial Arendt estava presa exatamente na França, num horrível campo de concentração, e tinha sofrido essa sorte em última análise por ser “inimiga potencial” ou “inimiga objetiva”. Veremos já que esta categoria atua também na Inglaterra de Churchill ou nos EUA de F. D. Roosevelt.

Infelizmente, Arendt se move num nível puramente ideológico, sem sequer colocar-se o problema de uma análise comparada da política seguida pelos grupos dirigentes de diferentes países numa situação de crise aguda. Convém tentar preencher tal lacuna. Depois da conclusão da II Guerra Mundial, Churchill faz este balanço da situação existente no seu país na véspera do gigantesco choque: “Sabia-se que naquele momento havia na Inglaterra vinte mil nazistas organizados; um perigo agudo de sabotagem e de delito, como prelúdio para o estouro da guerra, estaria conforme o procedimento já adotado em outros países amigos”.³ Desse modo o estadista justificava a política seguida por ele durante o conflito, quando na Inglaterra eram passíveis de prisão todos os suspeitos de “simpatizar” com o inimigo e com o seu sistema político: “‘simpatizar’ era o termo oníabrangente que permitia ao governo prender sem processo e por tempo indeterminado membros não só

² Arendt (1951), pp. 400-02; Arendt (1966), pp. 422-24; Arendt (1989a), pp. 578-81.

³ Churchill (1963), p. 437.

das organizações fascistas, mas também de qualquer grupo considerado pelo ministro do Interior simpático em relação aos alemães, inclusive aqueles que apoiavam negociações com Hitler”.⁴ Não são os responsáveis por ações concretas e determinadas que são visados, mas os ‘inimigos potenciais’ ou ‘objetivos’.

Protegidos pelo Atlântico e pelo Pacífico, além de uma poderosa marinha militar, os EUA não deveriam sentir-se particularmente ameaçados. Mas F. D. Roosevelt previne: o inimigo não se deixa desencorajar pelo oceano, é preciso aproveitar a “lição da Noruega, cujos principais portos foram capturados graças à traição e à surpresa preparada durante vários anos”. Uma ameaça semelhante paira sobre o continente americano:

A primeira fase da invasão deste hemisfério não será o desembarque de tropas regulares. Os pontos estratégicos essenciais serão ocupados por agentes secretos e por simplórios ao seu serviço, e eles já são em grande número aqui e na América Latina.

Enquanto as nações agressoras mantiverem a ofensiva, serão elas e não nós que escolherão o tempo, o lugar e o método do seu ataque.⁵

E não é tudo: é preciso enfrentar também a agressão realizada “mediante a difusão secreta da propaganda venenosa daqueles que procuram destruir a unidade e promover a discórdia”. A essa altura traidores ou inimigos “objetivos” tendem a ser já aqueles que exprimem opiniões consideradas em oposição ao interesse nacional, e a resistência se configura como uma tarefa que deve ser cumprida não só pelo exército, mas pelo país inteiro. Ambos devem dar prova de uma unidade sem rachaduras:

Aqueles que estão comprometidos nas nossas linhas de defesa e aqueles que na retaguarda constroem essas linhas devem ter a energia e a coragem provenientes de uma fé inabalável no modo de vida que eles estão defendendo. A poderosa ação que estamos invocando não pode basear-se na falta de respeito e em relação às coisas pelas quais combatemos.⁶

Só uma mobilização total que acaba atingindo também a esfera política pode liquidar uma agressão onipresente, que se manifesta também no plano político. A partir de tais pressupostos se desenvolve uma “campanha mediática

⁴ Costello (1991), p. 158.

⁵ Em Hofstadter (1982), vol. 3, pp. 387-88.

⁶ Ibidem.

bem orquestrada”⁷: “Quando Hitler invadirá os EUA?”, se pergunta um manifesto, com a imagem dos paraquedistas nazistas caindo sobre indefesas cidades americanas, as quais estão expostas – insiste um segundo manifesto – também a um ataque e a um desembarque vindo pelo mar. Mais grave ainda é o perigo pelo fato de que “o exército de Hitler está aqui”. Pelo menos é o que acha um terceiro manifesto que previne contra “a quinta coluna nos EUA”.⁸ Para a gravidade dessa ameaça chamam a atenção filmes e livros que têm grande sucesso, enquanto o Comitê que vigia as atividades “antiamericanas” calcula exatamente em 480.000 os seguidores de organizações prontas a ajudar os invasores!⁹ E, como na Inglaterra, também nos EUA a categoria de agente e cúmplice do inimigo é ampliada até abranger todos aqueles que desejariam evitar o envolvimento e a entrada do país na guerra.¹⁰ Sim, eles são acusados de constituir “a correia de transmissão dos nazistas”, o “cavalo de Troia” do III Reich ou, para dizer desta vez com F. D. Roosevelt em pessoa, a “quinta coluna do *appeasement*”. Esta última expressão é particularmente significativa: sinônimo de traição é uma atitude política, e aqueles que a assumem se tornam, por isso mesmo, alvo de denúncias, processos e intimidações; eles são tomados, em última análise, como inimigos “potenciais” ou “objetivos”.

Difunde-se no país uma atmosfera de medo e de suspeita, prontamente utilizada pelas autoridades para “aumentar o poder do FBI”.¹¹ O presidente revela à imprensa que elementos filo-alemães se infiltraram “no exército e na marinha militar” e organizaram ou tentaram operações de sabotagem em “quarenta ou cinquenta fábricas neste país”. Até um intelectual equilibrado como William L. Shirer convida a se preparar, com a guerra já às portas, para enfrentar a “sabotagem realizada por milhares de agentes nazistas de uma costa à outra”. Por toda parte se suspeita ou se divisa a ação do inimigo. A quinta coluna desempenhou um papel fundamental em desarticular Bélgica e França a partir de dentro; pois bem – argumenta-se – os “cupins” nazistas estão em ação também na república estadunidense, corre-se o risco de sofrer a mesma sorte.¹² Pelo que parece, verificam-se “algumas tentativas” da parte de agentes do III Reich “de estimular ou explorar o descontenta-

⁷ Herzstein (1989), pp. 284 e 334-35.

⁸ Ibidem, fotografia entre as pp. 344-45.

⁹ Herzstein (1989), pp. 279-81.

¹⁰ Herzstein (1989), pp. 240, 327 e 332.

¹¹ Cole (1971), pp. 55 e 104-09; Herzstein (1989), pp. 327, 332 e 336.

¹² Herzstein (1989), pp. 338-39.

mento dos operários em fábricas e de atrapalhar a produção de munições para os aliados”; segundo o cônsul geral alemão, esses “atos de sabotagem” são na realidade “incidentes industriais atribuídos por Roosevelt aos nazistas”.¹³ Então não surpreende que “as crianças em tenra idade ficassem às vezes apavoradas com a propaganda alarmista”, incansável em anunciar e pintar nas cores mais horríveis a iminente irrupção das hordas hitlerianas.¹⁴

Quando os Estados Unidos entram oficialmente na guerra, o clima se torna ainda mais pesado. São obsessivas as advertências contra os espões, contra a loquacidade desenvolta (“Controla a tua língua”, “O silêncio significa segurança”, também se pode matar com “discursos ingênuos” – não se cansam de acentuar os manifestos de guerra que exibem o rosto de rapazes a ponto de se tornarem órfãos por causa de faladores irresponsáveis), contra as “sabotagens” (outro manifesto proclama um novo crime, o do “mau uso dos instrumentos de trabalho” e mostra “o Senhor Estraga-instrumentos”, mister Toolwrecker, acusado e posto na cadeia por um policial).¹⁵ Obviamente, a situação real de perigo está ligada com a sábia manipulação da situação real. Conclui o historiador estadunidense aqui seguido por mim: “FDR compreendia bem o valor da ansiedade nacional”; “FDR e os seus partidários às vezes atravessaram a linha que separa a preocupação pública da histeria de massa”.¹⁶

Estamos na presença dos elementos constitutivos do terror que assola a Rússia soviética. Sem dúvida, os fenômenos analisados em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos se apresentam de forma monstruosamente agigantada na Rússia; mas a ideologia, a paranoia ou a situação objetiva é que desempenha o papel decisivo? Além da guerra civil mutável, mas incessante, é preciso ter presente a geopolítica. Em abril de 1947, quando já surgia a Guerra Fria, numa conversa com o candidato republicano Harald Stassen, Stalin sublinhará com certa inveja a situação extraordinariamente favorável dos EUA, protegidos por dois oceanos e limitando-se ao norte e ao sul com o Canadá e o México, dois países fracos, que não representam certamente uma ameaça.¹⁷

Na Rússia Soviética as coisas são bem diferentes. Pode-se fazer troça da “paranoia” de Stalin, mas vimos Goebbels constatar o grande sucesso da espionagem alemã na França e o seu fracasso total na URSS (*supra*, cap. 1, §

¹³ Chamberlin (1950), p. 10; Herzstein (1989), p. 333.

¹⁴ Herzstein (1989), comentário às fotografias entre as pp. 344-45.

¹⁵ Ver os manifestos relatados em Gregory (1933), pp. 60-61 e 104.

¹⁶ Herzstein (1989), pp. 240 e 327.

¹⁷ Stalin (1971-1973), vol. 17, p. 72.

4). Por outro lado, os primeiros a insistir sobre a penetração da quinta coluna alemã na Rússia são exatamente os inimigos do bolchevismo. Aos olhos de Kerenski, como demonstram a “capitulação de Brest-Litovsk” e a assinatura de uma “paz separada traidora”, os protagonistas de outubro de 1917 atuam ao serviço de Guilherme II, pelo qual são maciçamente financiados e assistidos; sempre segundo o dirigente menchevique, os serviços secretos alemães teriam desempenhado um papel importante já na agitação pacifista que tinha minado o esforço bélico do país.¹⁸ Do mesmo modo argumenta Churchill, que sublinha o peso do “ouro alemão” nas desordens na Rússia.¹⁹

Hoje em dia, voltando claramente mais atrás, um historiador israelense (proveniente da União Soviética) julga identificar a pata da Alemanha imperial, decidida a enfraquecer de qualquer modo a potência vizinha e rival, já no desaparecimento prematuro, em 1894, de Alexandre III, “morto porque uma equipe de médicos (entre os quais a maioria era de alemães) o tinha submetido a tratamento errado”, ou no assassinato, em 1911, de Petr Stolypin, ocorrido com o “envolvimento” de “alguns oficiais superiores russos filo-alemães”, ou em certas estranhezas de Nicolau II (“sua mulher era uma princesa alemã”).²⁰ Em todo caso, no que diz respeito ao colapso do regime czarista, é preciso não perder de vista a “efetiva quinta coluna alemã presente na corte russa e nos altos postos do exército”, portanto, na cúpula do poder. Sim, “em maio de 1915, Moscou foi teatro de vários pogroms contra os alemães”, no entanto, “a minoria alemã que ocupava as altas esferas estava ainda intacta”. Conclusão: “Os historiadores que deram a predileção exclusiva para o espontaneísmo revolucionário ou para a manobra liberal ignoraram outras provas de fato, das quais se deduz que o movimento revolucionário poderia ter sido em parte provocado pela camarilha filo-alemã ou por uma intervenção direta da espionagem alemã de acordo com um plano delineado por Brockdorff-Rantzau”.²¹

É plausível o quadro aqui delineado ou ele também está afetado pela paranoia geralmente atribuída a Stalin? De qualquer modo, pode-se partir de um pressuposto: se a derrota do II Reich a enfraquece, por algum tempo, não acaba com a atividade dos serviços secretos na Rússia, onde, por outro lado, a dissolução do antigo regime coincide com o reforço da presença em todos os níveis das grandes potências ocidentais. No conjunto, basta ler uma histó-

ria da Guerra Fria para perceber que o país nascido da Revolução de Outubro estava particularmente exposto ao perigo não só de invasão militar, mas também de infiltração e de espionagem. Na década de 1920, graças à colaboração de exilados russos, a Inglaterra estava em condições de decifrar as mensagens em código da União Soviética, que continua a ser o alvo principal dos seus serviços secretos ainda “bem em meados dos anos 1930”. Nesse meio tempo se dá o aparecimento do III Reich, que, para preparar a agressão, pode valer-se da habilidade consumada do coronel Reinhard Gehlen, “um mestre da inteligência, da subversão e do despistamento”; mais tarde, imediatamente depois da derrota da Alemanha hitleriana, Allen Dulles se revela “de grande visão” ao colocar ao serviço da nascente CIA aquele que “tinha desempenhado um grande papel no ataque alemão à Rússia de 1941”.²² Durante a Guerra Fria, além da espionagem, a atividade dos serviços secretos ocidentais compreendia também “operações de sabotagem” e, às vezes, o apoio a movimentos insurrecionais.²³

Mais de 20 anos depois da morte de Stalin, o quadro não mudou. Pode-se deduzir isto do artigo de um prestigioso diário estadunidense. O autor relata satisfeito “o modo como uma campanha de sabotagem de computadores feita pela CIA resultou [em 1974] numa enorme explosão na Sibéria – tudo organizado por um economista de maneiras gentis, chamado Gus Weiss – ajudou os Estados Unidos a vencer a Guerra Fria”.²⁴ Se tivermos presente que a prática da sabotagem tem por trás também uma peculiar tradição russa (*supra*, cap. 2, 8), podemos chegar a uma conclusão: para compreender o que acontece nos anos de Stalin, mais do que recorrer a uma única personalidade paranoica como um *deus ex machina*, convém seguir a abordagem sugerida por uma ilustre testemunha que, na Moscou de 1937, fala de “atos de sabotagem” indubitáveis e ao mesmo tempo de uma “psicose da sabotagem” que se difunde a partir de tal realidade.²⁵

A “paranoia” do Ocidente liberal

No entanto, se Arendt se limita a remeter à loucura inerente ao totalitarismo (staliniano ou hitleriano), François Furet vai ainda além: “O revolucionário

¹⁸ Kerenski (1989), pp. 525 e 328s.

¹⁹ Em Schmid (1974), p. 17.

²⁰ Agursky (1989), pp. 84 e 90.

²¹ Agursky (1989), pp. 253-54 e 256.

²² Thomas (1988), pp. 315 e 248.

²³ Thomas (1988), p. 314; Roberts (2006), p. 338.

²⁴ Safire (2004).

²⁵ Feuchtwanger (1946), p. 40.

tem necessidade de ter motivos de ódio” – isto vale para os jacobinos, mas também para os bolcheviques e, de modo todo particular, para Stalin, pois este último “tem necessidade de invocar, a serviço dos seus objetivos mirabolantes, a luta contra os sabotadores, os inimigos, os imperialistas e os seus agentes”.²⁶ O historiador francês fala do “revolucionário” em geral, mas na realidade tem em mente só a Rússia e a França e assim esquece de acrescentar que, além dos bolcheviques e dos jacobinos (e Rousseau), a tratamento psicanalítico semelhante são submetidos também os protagonistas da revolução puritana, bem como da “revolução” abolicionista que acaba com o instituto da escravidão primeiro na Inglaterra e depois nos EUA. E Furet sequer leva em conta o fato que, aos olhos de um eminente historiador estadunidense, o “estilo paranoide” caracteriza profundamente a história do seu país. A crença na intenção de Londres de escravizar os colonos sediados além do Atlântico, bem viva também em George Washington, é um elemento central da Revolução americana; quando depois, no final do século XVIII, surgem contradições agudas no novo grupo dirigente, se Jefferson é suspeito de ser um agente da França, Hamilton é rotulado de agente britânico. Uma dialética semelhante se manifesta algumas décadas depois, por ocasião da crise que leva à Guerra de Secessão, quando os dois partidos opostos trocam a acusação de terem traído a herança dos Pais Fundadores.²⁷ Para não falar também do fato que, na opinião de Nietzsche, a relação perturbada com a realidade caracteriza a tradição revolucionária no seu conjunto a partir daqueles “agitadores cristãos” que são os “Padres da Igreja” e, ainda antes, os profetas judeus.

A personalidade de Stalin se caracteriza por traços doentios particularmente acentuados? Se partirmos desse pressuposto, seria inexplicável o fascínio por ele exercido sobre personalidades de primeiro plano do Ocidente. Um fato, porém, dá o que pensar: Freud, que morre em 1939, achou oportuno fazer um estudo psicanalítico não de Stalin, e na verdade tampouco de Hitler, mas de Wilson, inserido na lista daqueles “fanáticos” perigosos que estão convencidos de “ter uma relação especial e pessoal com a divindade” e que, a partir disso, se consideram investidos da missão providencial de guiar e transformar o mundo.²⁸ E certamente, parece um pouco fora do comum um estadista que, ao precipitar o seu país no primeiro conflito mundial, mesmo tendo sob os olhos a realidade da carnificina e mesmo sendo movido por interesses materiais e geopolíticos bem concretos, celebra a intervenção es-

tadunidense como uma “guerra santa, a mais santa de todas as guerras” e os soldados estadunidenses como “cruzados” protagonistas de uma “empresa transcendente”.²⁹

Furet, porém, concentra-se sobre a leitura em perspectiva psicopatológica dos acontecimentos iniciados em outubro de 1917 e, sobretudo, do trintênio de Stalin: este não suspeita, como verdadeiro paranoico, de perigos, ciladas e complôs por toda parte? O que deveremos dizer, então, de F. D. Roosevelt e dos seus colaboradores que, mesmo podendo contar com uma situação política e geopolítica claramente mais favorável, já nos meses que precedem à intervenção estadunidense no segundo conflito mundial lançam o alarme, como sabemos, sobre a possibilidade de um desembarque alemão na América, rotulam o anti-intervencionismo como sinônimo de traição nacional e previnem contra as “sabotagens” industriais provocadas pelo inimigo e contra uma quinta coluna que chega exatamente a meio milhão de pessoas? É por isso que Hitler acusa o presidente estadunidense de ter uma “fantasia tola” e doente, a fantasia de um homem “realmente doente mental”.³⁰ Como se vê, a acusação de paranoia ou de loucura não é nova, pode ser lançada por personagens mais insuspeitos e pode atingir os alvos mais diversos.

Outra consideração, porém, é mais importante: as duas teorias do complô que talvez mais marcaram a história da primeira metade do século XX registram a forte presença dos bolcheviques, mas não como protagonistas e sim enquanto alvos; e tais teorias foram elaboradas e difundidas com a contribuição decisiva dos Estados Unidos. Em setembro de 1918, Wilson autoriza a publicação de documentos que contêm revelações sensacionais: não só a Revolução de Outubro não era nada mais que um complô alemão; mas, mesmo depois da conquista do poder, Lênin, Trotski e os outros dirigentes bolcheviques continuavam a estar a serviço (pago) da Alemanha imperial; até a laceração aparentemente dramática que surgiu por ocasião de Brest-Litovsk teria sido tudo encenação que visava ocultar o controle permanente sobre a Rússia soviética exercido pelo estado-maior alemão. Tudo isso era demonstrado pelos chamados *Sisson Papers*, que levaram o nome do representante na Rússia do Committee on Public Information, o comitê criado por Wilson em vista da mobilização total também das informações. Em apoio da autenticidade dos supostos documentos (que depois se revelaram uma falsidade clamorosa) há cada vez mais autorizados historiadores estadunidenses

²⁶ Furet (1995), pp. 172-73.

²⁷ Davis (1982), pp. 5, 65 e *passim*.

²⁸ Freud (1995), pp. 35-37.

²⁹ Losurdo (2007), cap. VI, § 11.

³⁰ Hitler (1965), p. 1175 (discurso de 28 de abril de 1939); Hitler (1980), p. 178 (conversa de 4/5 de janeiro de 1942).

que posteriormente se justificam fazendo referência às pressões exercidas sobre eles “em nome da necessidade do tempo de guerra”.³¹ É um acontecimento que tem um eco também fora dos Estados Unidos. Em *Il Grido del Popolo* Gramsci ironiza: “Os dois cidadãos que se chamam Lênin e Trotski na Rússia são dois sócias fabricados nos gabinetes científicos alemães, os quais, feitos como são à máquina, não podem ser mortos com os tiros de revólver dos terroristas” (a alusão é ao atentado de 30 de agosto de 1918 sofrido por Lênin).³²

Mais tarde, uma segunda teoria do complô intervém para explicar a Revolução de Outubro, mas desta vez, além dos costumeiros bolcheviques, são acusados não mais os alemães, e sim os judeus. Após ter suscitado grande eco nos EUA, a denúncia das intrigas judeu-bolcheviques, que difundem a sedição no mundo e ameaçam a ordem e a civilização como tais, desempenhará depois um papel de primeiro plano na “solução final” (*supra*, cap. 6, § 2).

Imoralismo ou indignação moral?

Se a abordagem psicopatológica é enganosa, não mais persuasiva é a leitura da grande crise histórica que se abate sobre a Rússia do século XX, acusando os bolcheviques e Stalin em particular de terem desenvolvido uma visão do mundo totalmente surda às razões da moral e da humanidade. Mas, se partirmos dos anos ou das décadas que precedem o Outubro de 1917, vemos que os lados entre acusados e acusadores podem facilmente inverter-se: são os protagonistas do movimento revolucionário em curso no mundo que dão combate aos responsáveis pelos crimes hoje atribuídos a eles. O comunismo resulta no genocídio? Nos anos do primeiro conflito mundial, a sociedade liberal e burguesa que era preciso derrubar era sinônimo de genocídio. Se Stalin fala de “massacre sanguinolento” e de “extermínio de massa das forças vivas dos povos”,³³ Bukharin fala de “fábrica horrível de cadáveres”.³⁴ Terrível e mais apropriada do que nunca é sobretudo a descrição que Rosa Luxemburgo faz: nos campos de batalha se tornam “assunto cotidiano e aborrecidamente monótono” o “extermínio de massa” e o “genocídio” (*Völkermord*), de modo que na própria retaguarda se difunde “uma atmosfera

³¹ Kennan (1956), pp. 441-57; Aptheker (1977), pp. 367-70; Filene (1967), pp. 47-48.

³² Gramsci (1984), p. 297.

³³ Stalin (1971-1973), vol. 3, p. 34 (Stalin, 1952-1956, vol. 3, p. 49).

³⁴ Bukharin (1984), p. 45.

de assassinato ritual”. Também Karl Liebknecht chama à luta contra o “genocídio”, ou antes contra o “triunfo do genocídio”, e condena igualmente a “adoração da violência brutal”, o “naufrágio” de “tudo o que há de nobre no homem” e a “barbarização moral” que se espalha; enquanto o leva a saudar a Revolução de Outubro, a indignação moral pelo horror da I Guerra Mundial induz Liebknecht a auspiciar na Rússia soviética o surgimento de um poder não só “sólido”, mas também “rude”, em condições de prevenir a repetição da tragédia e a volta de um sistema já na véspera da guerra denunciado como sem “escrúpulos morais”.³⁵

Finalmente, convém citar Trotski: “o trabalho de Caim da imprensa ‘patriótica’” dos dois blocos opostos é “a demonstração irrefutável da decadência moral da sociedade burguesa”. Sim, não se pode não falar de “decadência moral”, quando se vê a humanidade recair numa “barbárie cega e desavergonhada”: assiste-se ao alastrar-se de uma “competição da loucura sanguinolenta” para utilizar a técnica mais avançada para fins bélicos; é uma “barbárie científica”, que utiliza as grandes descobertas da humanidade “só para destruir os fundamentos da vida social civilizada e aniquilar o homem”. Tudo o que a civilização produziu de bom afunda no sangue e na lama das trincheiras: “saúde, conforto, higiene, as relações cotidianas comuns, os laços de amizade, as obrigações profissionais e, em última análise, as regras aparentemente inabaláveis da moral”.³⁶ O termo “genocídio” é utilizado com uma pequena variante também por Trotski, que em 1934 previne contra a nova guerra mundial, contra o novo “recurso ao genocídio” (*Völkermorden*) que aparece no horizonte.³⁷ Ainda em 31 de agosto, Molotov acusa a França e a Inglaterra de terem rejeitado a política soviética de segurança coletiva, na esperança de incentivar o III Reich contra a URSS, sem hesitar assim em provocar “um novo grande massacre, um novo holocausto das nações”.³⁸

É claramente a indignação moral que inspira essa denúncia dos horrores da guerra. Um estadista estadunidense de primeiro plano como Theodore Roosevelt tem uma posição completamente diferente a esse respeito. Entre o final do século XIX e começo do século XX, ele faz uma celebração em perspectiva vitalista da guerra enquanto tal, a partir de um ponto de vista que de algum modo quer ser – se poderia dizer com Nietzsche – “além do bem e

³⁵ Luxemburg (1968), pp. 19-20, 31 e 33; Liebknecht (1958-1968), vol. 8, pp. 230 e 266-83, vol. 9, p. 503 e vol. 6, pp. 297-99.

³⁶ Trotski (1998), pp. 98-99, 139, 238-39 e 270.

³⁷ Trotski (1997-2001), vol. 3, p. 536.

³⁸ Em Roberts (2006), p. 34.

do mal". Leiamos: "Todo homem que tem em si o poder de alegrar-se com a batalha sabe sentir quando a besta começa a entrar no seu coração; ele então não recua horrorizado diante do sangue ou acha que a batalha deva parar; mas goza com a dor, com a pena, com o perigo como se adornassem o seu triunfo".³⁹ São temas que, de forma apenas atenuada, continuam a ressoar em Churchill que, com referência às expedições coloniais, afirma: "A guerra é um jogo durante o qual se deve sorrir". O enfurecimento da carnificina a partir de agosto de 1914 não atrapalha essa visão: "A guerra é o maior jogo da história universal, aqui se joga a aposta mais alta"; a guerra constitui "o único sentido e finalidade da nossa vida".⁴⁰ Com uma passagem da celebração em perspectiva cruamente vitalista da guerra para a sua transfiguração em perspectiva espiritualista, como "grande e maravilhosa" é saudada a I Guerra Mundial por parte de Max Weber, enquanto Benedetto Croce⁴¹ espera dela uma "regeneração da atual vida social", e com ele numerosos outros expoentes do Ocidente liberal do tempo. Entre eles há de se citar também Herbert Hoover, alto expoente da administração estadunidense e futuro presidente dos EUA, que logo depois da assinatura do armistício atribui ao conflito apenas terminado uma função de "purificação dos homens" e, portanto, de preparação para "uma nova época de ouro: estamos orgulhosos de ter tomado parte nesse renascimento da humanidade".⁴²

Lênin, porém, continua a se ater à condenação político-moral da guerra; junto com ela ele acusa o sistema político-social que, na sua opinião, a gerou. É evidente o pathos moral que inspira a análise leniniana do capitalismo e, em particular, do colonialismo. Eis como é descrita a guerra italiana na Líbia, essa "típica guerra colonial de um Estado 'civil' do século XX": vemos "uma nação civil e constitucional" atuar na sua obra de "civilização" "mediante as baionetas, as balas, a corda, o fogo, os estupros", até com a "carnificina". Na realidade se trata de "um matadouro de homens, civis, aperfeiçoado, um massacre de árabes com armas 'moderníssimas' [...]. 'Por punição' foram massacrados quase 3.000 árabes, foram pilhadas e massacradas famílias inteiras, massacradas crianças e mulheres".⁴³ O advento da República burguesa mais avançada não põe, de modo algum, fim a esse horror:

³⁹ Citado em Hofstadter (1960), p. 208.

⁴⁰ Em Schmid (1974), pp. 48-49.

⁴¹ Losurdo (1991), cap. I, § 1 e 3 (para Weber); Croce (1950), p. 22.

⁴² Em Rothbard (1974), p. 89.

⁴³ Lênin (1955-1970), vol. 18, pp. 322-23.

"os exércitos da França 'republicana' [...] exterminaram com não menor crueldade os povos africanos".⁴⁴

A denúncia das práticas genocidas do Ocidente ocupa um papel central sobretudo no quadro traçado por Lênin nos *Cadernos sobre o imperialismo*, e traçado recolhendo e citando o material tirado da literatura liberal burguesa do tempo. Um ano antes do estouro do gigantesco conflito, no livro de um autor alemão, pode-se ler: "A luta pela existência se torna mais dura, se torna mais áspera a hostilidade entre os europeus e leva a tentativas de aniquilação recíproca". Por outro lado, a política de aniquilamento já é uma realidade nas colônias. Na África, os hererós são em "grande parte aniquilados" pela Alemanha, a qual, aliás, ao reprimir a "revolta dos hotentotes", pode servir-se da colaboração ativa da Inglaterra. Vejamos, porém, como o país líder do Ocidente liberal do tempo se comporta nas suas colônias. "Os ingleses exterminaram os habitantes da Tasmânia até o último. Mas os irlandeses não são tasmanianos! Não é possível simplesmente matar todos eles". Mesmo submetidos a um domínio e a uma repressão impiedosos, na África do Sul os negros se multiplicam de modo preocupante: "Alguns colonos desejam diretamente uma insurreição, para frear o perigoso crescimento da população dos cafres e fazer tábua rasa dos seus direitos e da sua terra".⁴⁵ Mesmo sendo frias e impassíveis, essas descrições estão cheias de indignação moral na passagem dos historiadores burgueses a Lênin, o qual anota: eis os "resultados das guerras coloniais"; graças à expropriação e ao aniquilamento dos hererós, os recém-vindos podem "roubar a terra e tornar-se proprietários".⁴⁶

Não menos carregada de indignação moral é a leitura que Stalin faz do colonialismo. Mas Theodore Roosevelt parece responder antecipadamente à denúncia das práticas escravistas e genocidas que ocorriam nas colônias: "De maneira muito feliz os políticos, duros e enérgicos, que fazem o papel de pioneiros realizando o difícil trabalho de civilizar territórios bárbaros, não se deixam vencer por sentimentalismos falsos"; os "filantropos sentimentais" que se comovem com a sorte dos povos coloniais devem ser considerados piores que os "criminosos profissionais".⁴⁷ De modo semelhante, algumas décadas antes, o general Bugeaud zombara dos "excelentes filantropos", preocupados com a brutalidade ou o horror da conquista francesa da Argélia; Tocqueville, por sua vez, toma Bugeaud como modelo de "energia" e de

⁴⁴ Lênin (1955-1970), vol. 24, p. 423.

⁴⁵ Lênin (1955-1970), vol. 39, pp. 492, 652 e 488-89.

⁴⁶ Lênin (1955-1970), vol. 39, p. 652.

⁴⁷ Em Hofstadter (1960), pp. 209 e 205.

“vigor incomparável” em travar “o único gênero de guerra praticável na África”.⁴⁸

Hoje em dia, o comunismo é sinônimo de Estado total e de totalitarismo? Nos anos do primeiro conflito mundial, eram os países capitalistas, inclusive aqueles de orientação liberal, que encarnavam tudo isso. Lênin sublinha o fato de que, na frente, o que bloqueia a “fraternização” é “uma disciplina de colônia penal” e que até as retaguardas se tornaram “casos de castigo militares”.⁴⁹ A própria sociedade civil é submetida à arregimentação e ao punho de ferro; a propósito disso, o revolucionário russo sublinha a atualidade da análise feita algumas décadas antes por Engels, segundo o qual a crescente militarização e “a concorrência nas conquistas leva o poder público a uma altura que ameaça engolir a sociedade inteira e até o Estado”.⁵⁰ Bukharin, por sua vez, ao denunciar a “centralização do Estado-quartel” e o “talão de ferro do Estado militarista”, vê aparecer no horizonte um “novo Leviatã, diante do qual a fantasia de Thomas Hobbes parece brincadeira de criança”.⁵¹ É um tema que se encontra também em Stalin, segundo o qual a guerra acaba mutilando ou destruindo a “democracia” mesmo onde ela parece estar mais enraizada; ao contrário da Rússia, na Inglaterra, a “opressão nacional” não assumia em geral “as formas monstruosas do massacre e do pogrom”, era “menos grave, menos desumana”; mas com o início das hostilidades a situação piora drasticamente, como tiveram de experimentar na sua pele tanto os irlandeses como os hindus.⁵² Também as democracias ocidentais tendem a não distinguir-se mais de um país caracterizado por uma autocracia feroz e “desumana”. A essa linguagem se poderia opor “o uso, frequentíssimo na prosa de [Theodore] Roosevelt, de palavras como ‘viril’, ‘imperioso’, ‘hábil’”⁵³, uma prosa que remete a uma posição ainda uma vez “além do bem e do mal” e a um culto da vontade de poder que não tolera limites morais.

Como se vê, não resiste à análise histórica o lugar comum que gosta de opor o robusto senso moral do mundo liberal burguês ao maquiavelismo sem escrúpulos dos protagonistas do movimento comunista. Logo depois da Revolução de Outubro, saudada por ele com aprovação, o jovem Lukács vê no

⁴⁸ Cf. Losurdo 2005, cap. VII, § 6.

⁴⁹ Lênin (1955-1970), vol. 24, p. 329 e vo. 25, p. 363.

⁵⁰ Marx, Engels (1955-1989), vol. 21, p. 166; Lênin (1955-1970), vol. 25, p. 370.

⁵¹ Bukharin (1984), pp. 137 e 141-42.

⁵² Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 15 e 46 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, pp. 27-28 e 63).

⁵³ Hofstadter (1960), p. 207.

“movimento histórico” do “socialismo” um ajuste de contas radical com a “*Realpolitik*”⁵⁴; na opinião de Benedetto Croce, porém, a figura, odiosa e ridícula, do “moralista político” se encarna nos bolcheviques, nos “revolucionários russos”. Aqueles “abriram um grande tribunal de justiça chamando todos os povos para o exame, em nome da moralidade, das suas metas de guerra, para revê-las, e admitir as honestas e excluir as desonestas; e assim, agindo de modo moralista, tornaram públicos os tratados diplomáticos”, classificados como imorais, pelo fato de ter planejado a guerra a fim de conquistar territórios. Mas, objeta o filósofo liberal, é absurdo querer “fazer juízo moral dos Estados” e “tratar a política como moral, lá onde a política (e isto é verdade simples) é política, exatamente política, e nada mais que política; e [...] a sua moralidade consiste toda e somente em ser política excelente”. Portanto, não tem sentido argumentar “atribuindo direitos a quem não os sabe conquistar ou não os sabe defender, e limites e deveres a quem, tendo a própria mente e derramando o próprio sangue, com razão não reconhece outro limite e dever fora daqueles que a própria mente e a própria força aconselham e põem”.⁵⁵ Poder-se-ia dizer que Stalin responde idealmente a Croce em 10 de março de 1939, no momento em que se consumam o desmembramento e a tragédia da Tchecoslováquia, graças a Mônaco e à cumplicidade do Ocidente que, recusando-se a condenar e conter a vontade de poder e a vitalidade expansionista do III Reich, faz todo o possível apenas para canalizá-las mais para o leste: “É ingênuo pregar a moral a pessoas que não reconhecem a moral humana. A política é política, como dizem os velhos consumados diplomatas burgueses”.⁵⁶

Concentremo-nos na I Guerra Mundial. Vale a pena reler o que Vilfredo Pareto escrevia em 1920: antes da conflagração “os proletários e especialmente os socialistas” se diziam prontos a impedi-la com a greve geral ou com meios mais radicais ainda. “Depois de tão belos discursos, vem a Guerra mundial. Não se viu a greve geral; na oposição nos vários parlamentos, os socialistas aprovaram as despesas para a guerra, ou não fizeram demasiada oposição a elas”, de modo que “o preceito do mestre [Marx] – ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’ – transformou-se implicitamente em outro: ‘Proletários de todos os países, matai-vos’”.⁵⁷ Stalin parece responder a Pareto, que, pelo menos nesse momento típico representante do mundo liberal

⁵⁴ Lukács (1967), p. 5.

⁵⁵ Croce (1950), pp. 251-53.

⁵⁶ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 190 (= Stalin, 1952 p. 686).

⁵⁷ Pareto (1966), p. 940.

burguês, não esconde o seu cinismo e a sua satisfação com o sanguinolento desmentido sofrido pelo internacionalismo socialista; mas as palavras de Stalin ecoam indignação moral e, ao mesmo tempo, esperança (começou a Revolução de Fevereiro):

Passaram-se três anos desde que os operários de todos os países, na véspera ainda irmãos, vestiram o uniforme, fizeram formação um diante do outro como inimigos, e hoje se mutilam e se matam reciprocamente, para a alegria dos inimigos do proletariado [...]. A Revolução Russa é a primeira a abrir uma brecha no muro que divide os operários entre eles. No momento do porre 'patriótico' geral, os operários russos são os primeiros a lançar a palavra de ordem esquecida: "Proletários de todos os países, uni-vos!"⁵⁸

Na nova situação que se criou na Rússia (e no mundo) é possível relançar a luta para pôr fim ao massacre e promover "a confraternização em massa nas frentes" e os "novos laços de fraternidade entre os povos".⁵⁹ Para conseguir esse resultado, porém, é necessário ir além da Revolução de Fevereiro. "A vida nas trincheiras, a verdadeira vida dos soldados, criou um novo instrumento de luta: a confraternização em massa", à qual, porém, se opõe o governo provisório, que chama para a "ofensiva" e para novos banhos de sangue⁶⁰ e que ameaça transferir para tribunais militares os "culpados" exatamente de "confraternização".⁶¹

É verdade, no período da clandestinidade, o partido bolchevique e Stalin travaram a luta contra a autocracia com métodos eventualmente violentos (assalto a bancos e a carros de transportes de valores), e disso partem os historiadores comprometidos para denunciar Stalin como gangster já na sua juventude. O que dizer dessa abordagem? Façamos uma comparação com Churchill, cinco anos mais velho que Stalin. O futuro estadista inglês inicia a sua carreira combatendo e descrevendo simpaticamente as guerras do Império Britânico, também aquelas menos gloriosas; se no Sudão não fazem prisioneiros, na África do Sul os conquistadores criam campos de concentração destinados a se tornar um triste modelo. A partir dessas experiências, Churchill começa a distinguir-se como dirigente político, batendo-se com ardor na defesa da "raça britânica" e da raça branca em geral. Para conseguir esse resultado, não basta reforçar o controle sobre os povos coloniais, é necessá-

⁵⁸ Stalin (1971-1973), vol. 3, p. 34 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, p. 49).

⁵⁹ Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 34-35 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, pp. 49-50).

⁶⁰ Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 54-55 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, p. 73).

⁶¹ Stalin (1971-1973), vol. 3, pp. 75-76 (= Stalin, 1952-1956, vol. 3, p. 99).

rio intervir também na metrópole; é preciso proceder à esterilização coagida dos "débeis mentais", dos desajustados, dos presumíveis delinquentes habituais; por sua vez, os "vagabundos ociosos" deveriam ser encerrados em campos de trabalho. Só assim se poderá enfrentar adequadamente "um perigo nacional e racial que é impossível exagerar". O autor que cita estes trechos comenta: como Home Secretary, em 1911, Churchill era o defensor de medidas "draconianas" que "dariam a ele pessoalmente um poder quase ilimitado sobre as vidas dos indivíduos".⁶² Realmente, os inícios de Churchill são mais edificantes do que os de Stalin? Alguns anos depois, enquanto o segundo, da prisão em que foi colocado pelo regime czarista aliado da Inglaterra, sonha com a confraternização dos soldados e dos povos, o primeiro está empenhado em travar até o fim uma guerra que a seu ver está destinada a reforçar a hegemonia do império e da "raça britânica".

Em conclusão, para um historiador que interrompesse o seu relato em outubro de 1917 seria muito difícil indicar no partido bolchevique e em Stalin a parte em luta que ignora as razões da moral.

A reductio ad Hitlerum e as suas variantes

Mais ainda inócua se revela a abordagem psicopatológica e a abordagem moral pelo fato de que a tragédia que se verificou na Rússia do século XX foi prevista com décadas ou séculos de antecipação por personalidades muito diferentes; por isso ela muito dificilmente pode ser explicada com a anomalia psicológica ou a depravação moral de indivíduos isolados. Por outro lado, como a primeira abordagem, também a segunda poderia ser usada para acusar o líder do Ocidente liberal. Pode-se partir do apoio dado em particular pela Grã-Bretanha à tentativa de golpe de Estado de Kornilov e depois aos brancos, também no momento em que eles desencadeavam contra os judeus uma sangrenta caça ao homem e se manchavam com massacres, que preludiavam de algum modo a "solução final". Para impor à Rússia a permanente participação naquilo que os comunistas denunciavam como o "genocídio" da I Guerra Mundial, o Ocidente liberal fechava os olhos sobre outros crimes monstruosos.

Depois do triunfo militar chega o momento da divisão do butim colonial. À Inglaterra cabe, entre outros, o Iraque, que, porém, se insurge em 1920. Eis de que modo um dos países líderes do Ocidente liberal enfrenta a situa-

⁶² Ponting (1992).

ção: as tropas britânicas iniciaram “represálias cruéis”, “incendiaram aldeias e cometeram outras ações que hoje julgamos excessivamente repressivas, se não diretamente bárbaras”. Não é certamente Churchill que as refreia, pelo contrário, convida a aviação a dar uma dura lição aos “nativos recalcitran-tes”, aplicando a eles um “trabalho experimental” à base de “projéteis com gás e, sobretudo, de gás de mostarda”.⁶³ Neste caso, somos levados a pensar não na “solução final”, mas na guerra colonial desencadeada pela Itália fascista contra a Etiópia, e travada de modo particularmente bárbaro, recorrendo a armas proibidas pelas convenções internacionais. Nisso Churchill parece o precursor de Mussolini. Por outro lado, quando se trata de salvaguardar ou ampliar o Império, os métodos rudes do estadista inglês constituem uma constante: em 1942, as manifestações independentistas na Índia são reprimidas com o “recurso a meios extremos, como o uso da aviação para metralhar as multidões de manifestantes”⁶⁴; nos dois anos seguintes, Churchill teima em negar e negligenciar a realidade da fome que dizima a população do Bengala indiano. Enfim, sempre para ficar no tema de colônias e de povos de origem colonial, em que medida a “solução final da nossa questão indígena” no Canadá, que até 1931 faz parte da Commonwealth britânica, lança uma sombra também sobre um membro autorizado da classe política inglesa que é Churchill? Este, como primeiro-ministro de 1951 a 1955, deve ser considerado responsável pelas práticas genocidas às quais recorre o governo de Londres na tentativa de quebrar a revolta dos mau-mau (*infra*, cap. 8, § 4).

Mas voltemos ao anteguerra e à Europa. Depois da chegada de Hitler ao poder, o governo de Londres procura de todos os modos desviar para o leste e, em primeiro lugar, para a União Soviética a fúria expansionista do III Reich. A propósito disto dois historiadores canadenses chegaram a uma conclusão que dá o que pensar: “A responsabilidade pela tragédia da II Guerra Mundial, inclusive o holocausto, deve recair em parte sobre Stanley Baldwin, Neville Chamberlain, lord Halifax e os aliados próximos”.⁶⁵

No entanto, a Grã-Bretanha não consegue evitar o choque com a Alemanha nazista e a enfrenta recorrendo em primeiro lugar a bombardeios indiscriminados e terroristas das cidades alemãs, com o conseqüente massacre da população civil; isso levou dois historiadores estadunidenses a fazer uma comparação com o tratamento infligido pelo nazismo ao povo judeu

⁶³ Catherwood (2004), pp. 89 e 85.

⁶⁴ Torri (2000), p. 598.

⁶⁵ Leibowitz, Finkel (2005), p. 21.

(*supra*, cap. 5, § 2). Quem procura conter isso é a direção soviética, como se segue de uma anotação de diário de Dimitrov de 17 de março de 1945:

De noite, com Stalin junto com Molotov. Discutimos as questões relativas à Alemanha. Os ingleses querem dividir a Alemanha (Baviera e Áustria, a região renana, etc.). Buscam com todos os meios destruir o seu concorrente. Bombardeiam raivosamente as fábricas alemãs. Nós não deixamos a aviação deles passar por nossa zona da Alemanha. Mas eles procuram de todas as formas bombardear também ali [...]. É necessário que surjam alemães que atuem para salvar o que ainda pode ser salvo para a vida do povo alemão. Organizar a municipalidade, organizar a vida econômica, etc., nos territórios ocupados e em via de ocupação pelo Exército Vermelho. Criar órgãos de administração local da qual saia, afinal, um governo alemão.⁶⁶

Mais odioso ainda parece o inferno de fogo desencadeado pela aviação britânica, pelo fato de que duas semanas depois do início da guerra, o primeiro-ministro inglês Chamberlain tinha declarado: “Independentemente do ponto até onde outros poderão ir, o governo de Sua Majestade nunca recorrerá ao ataque deliberado contra mulheres e crianças com fins de mero terrorismo”.⁶⁷ Na realidade, os planos para bombardeios indiscriminados e terroristas tinham começado a tomar forma durante o Primeiro conflito mundial; enquanto ele se arrastava sem chegar à conclusão, Churchill “tinha previsto para 1919 um ataque de mil bombardeios sobre Berlim”. Esses planos continuam a ser desenvolvidos depois da vitória.⁶⁸ Ou seja, se poderia dizer, imitando o modo despachado de argumentar dos ideólogos hoje em moda, o país líder do Ocidente liberal naquele momento programava um novo “genocídio”, enquanto chegava ao fim aquele iniciado em 1914. Em todo caso, exatamente a Inglaterra se torna a protagonista da destruição sistemática infligida às cidades alemãs ainda depois do fim da II Guerra Mundial (pensar em particular em Dresden), uma destruição programada e conduzida com o objetivo declarado de não deixar escapatória para a população civil, perseguida e engolida pelas chamas, bloqueada na sua tentativa de fuga das bombas de explosão retardada e, muitas vezes, metralhada do alto.

Essas práticas são mais sinistras ainda se pensarmos na declaração feita por Churchill em abril de 1941: “Há menos de 70 milhões de malvados. Alguns (*some*) deles têm cura, outros (*others*) devem ser mortos”. Se não se

⁶⁶ Dimitrov (2002), p. 817.

⁶⁷ Em Markusen, Kopf (1995), p. 151.

⁶⁸ Friedrich (2004), pp. 19 e 52-53.

pensa num verdadeiro genocídio, como acha Nolte, é claro que se pensa num raleamento maciço da população alemã.⁶⁹ É nessa perspectiva que podemos colocar a campanha dos bombardeios estratégicos: “Entre 1940-1945, Churchill liquidou os habitantes de Colônia, Berlim e Dresden como se fossem hunos”.⁷⁰ Não menos cruel se revelou o primeiro-ministro britânico em retalhar a zona de influência de Londres e liquidar sistematicamente as forças partidárias consideradas hostis ou suspeitas. São eloquentes as ordens dadas ao corpo expedicionário inglês na Grécia: “Não hesiteis em agir como se vos encontrásseis numa cidade conquistada em que se desencadeasse uma revolta local”. E ainda: “Certas coisas não se devem fazer pela metade”.⁷¹

Vamos agora à Guerra Fria. Faz algum tempo, *The Guardian* revelou que entre 1946 e 1948 a Grã-Bretanha preparou na Alemanha campos nos quais estavam destinados a serem encerrados comunistas ou elementos suspeitos de simpatia pelo comunismo, espíões soviéticos verdadeiros ou presumidos: “as imagens mostram os rostos perturbados e sofredores de homens jovens com físico esquelético, submetidos por meses à privação da comida e do sono, surrados repetidamente e expostos a temperaturas baixíssimas. Tratamentos desumanos que provocaram a morte de alguns detidos”. Foram presas aí também “dúzias de mulheres que não foram poupadas da tortura”. Para por em prática isso eram usados instrumentos às vezes herdados da Gestapo; de fato, trata-se de campos “dignos dos ‘lager’ nazistas”.⁷² Como se vê, surge continuamente a comparação entre práticas empregadas no século XX pela Grã-Bretanha e as práticas caras ao III Reich.

Quando nos ocupamos com os Estados Unidos, chegamos a resultados não diferentes. Nesse caso, chega ao seu ápice a hipocrisia que vimos caracterizar Chamberlain. Logo depois do começo da II Guerra Mundial, é Franklin D. Roosevelt quem condena como contrários aos sentimentos de “todo homem e mulher civilizados” e à “consciência da humanidade”, e como expressão de “barbárie desumana”, os bombardeios aéreos que atingem a população civil.⁷³ Em seguida, quem dá prova de “barbárie desumana” ainda mais acentuada é exatamente a máquina de guerra estadunidense, que procede à destruição sistemática e terrorista das cidades japonesas e participa ativamente da operação semelhante realizada contra as cidades alemãs. Tampou-

⁶⁹ Churchill (1974), p. 6384 (discurso de 27 de abril de 1941); Nolte (1987), p. 503.

⁷⁰ Friedrich (2004), pp. 227-28.

⁷¹ Fontaine (2005), pp. 72-73.

⁷² Cobain (2005); Cobain (2006).

⁷³ Em Dower (1986), p. 39.

co devem subestimar-se os bombardeios sobre a Itália, que visam também atingir a população civil e minar a sua moral. É o próprio F. D. Roosevelt quem evidencia isso: “Faremos os italianos experimentarem o gosto de um verdadeiro bombardeio, e é mais do que certo que eles não resistirão em pé sob uma pressão como esta”.⁷⁴

A campanha de bombardeios terroristas culmina, sob a administração Truman, no recurso à arma nuclear contra um país já esgotado. Acrescente-se um detalhe mais arrepiante ainda: foi observado que a aniquilação da população civil de Hiroshima e Nagasaki visava, mais que o Japão próximo da capitulação, a União Soviética, à qual se lançava uma pesada advertência.⁷⁵ Estamos, pois, na presença de dois atos de terrorismo em escala muito ampla e, além do mais, transversal: são massacrados dezenas e dezenas de milhares de civis inermes do velho inimigo (ou melhor do ex-inimigo que se prepara para transformar-se em aliado) a fim de aterrorizar o aliado, já alvejado como novo inimigo e como novo alvo das práticas genocidas que se acabou de experimentar!

A guerra na Ásia, porém, se presta a considerações ulteriores. Agora é amplamente aceita nos Estados Unidos a tese segundo a qual o ataque de Pearl Harbor foi bem previsto (e na realidade provocado, com um embargo petrolífero que deixava ao Japão bem poucas alternativas). Uma vez verificado o ataque, porém, a guerra é travada por Washington sob o signo de uma indignação moral certamente hipócrita, à luz daquilo que agora conhecemos, mas muito mais mortífero. Não se trata só da destruição das cidades. Pensemos na mutilação dos cadáveres e até na mutilação do inimigo que tem ainda os últimos sobressaltos de vida, de modo a conseguir alguma lembrança, muitas vezes ostentada de modo tranquilo ou orgulhoso. É, sobretudo, significativa a ideologia que preside a essas práticas: os japoneses são qualificados como “subumanos”, com recurso a uma categoria central do discurso nazista.⁷⁶ E somos novamente conduzidos a esse discurso quando vemos F. D. Roosevelt acariciar a ideia da “castração” a impor aos alemães. Estes, depois de terminada a guerra, são encerrados em campos de concentração onde, por puro sadismo ou por puro espírito de vingança, são obrigados a sofrer a fome, a sede e privações e humilhações de todo gênero, enquanto sobre o povo derrotado como um todo paira o espectro da morte por esfoameação.

⁷⁴ Em Butler (2005), p. 99 (mensagem de 25 de novembro de 1942).

⁷⁵ Alperovitz (1995).

⁷⁶ Fussell (1991), pp. 151-54.

Sempre a propósito do estadista que talvez mais que qualquer outro foi estilizado como campeão da liberdade – ele não modifica a política tradicionalmente seguida por Washington na América Latina e, em 1937, chega ao poder na Nicarágua, graças à Guarda Nacional organizada pelos EUA, um ditador sanguinário como é Anastasio Somoza.⁷⁷ No plano interno, as cidades construídas sob a administração de F. D. Roosevelt continuam a excluir explicitamente os afroamericanos; antes, “as moradias para os trabalhadores comprometidos com a defesa, construídas ou financiadas pelo governo durante a II Guerra Mundial, foram deliberadamente submetidas a uma segregação mais rígida até do que aquela em vigor nas moradias das comunidades em redor”. Aliás, “também as forças armadas mantiveram uma rígida segregação durante a guerra”. Há mais, não obstante a solicitação de setores do partido republicano, “o presidente nunca toma a iniciativa de um projeto de lei contra os linchamentos”⁷⁸, os quais continuaram no sul a serem feitos como espetáculo para uma massa de homens, mulheres e crianças que se compraziam com a visão das humilhações e das torturas mais sádicas e com o suplício infligido à vítima, um suplício lento, prolongado o máximo possível, interminável (*infra*, cap. 8, § 4).

Enfim, depois de ter celebrado, em janeiro de 1941, os Estados Unidos como o país que se desenvolve incessantemente e de modo pacífico, “sem campos de concentração”⁷⁹, logo depois de estourar a guerra, F. D. Roosevelt recorre a essa instituição total para privar soberana e coletivamente da liberdade, sem distinção de idade ou de sexo, a comunidade estadunidense de origem japonesa.

Hoje em dia é quase óbvio comparar Stalin e Hitler, mas pode ser interessante ler um balanço dos bombardeios estratégicos sobre a Alemanha que um autor alemão faz a partir, sobretudo, das chamadas que devoram Dresden e os seus habitantes:

A sorte dos cadáveres reflete as modalidades de execução. A vítima de uma ação de extermínio não tem um túmulo próprio, não tem uma morte própria, porque não lhe é reconhecido o direito de viver [...], a morte de milhares de crianças abaixo de dez anos não é uma punição. O bombardeador Harris [o comandante da campanha aérea sobre as cidades alemãs] não atribui a eles nenhuma culpa. Churchill afirmou apenas que eles não tinham qualquer direito a fazer valer. Talvez possuíssem algum direito ainda na I

⁷⁷ Smith (1995), p. 248.

⁷⁸ Loewen (2006), p. 43.

⁷⁹ Em Hofstadter (1982), vol. 3, p. 391.

Guerra Mundial, na Segunda não mais. Hitler, Churchill e Roosevelt os haviam tirado deles.⁸⁰

A comparação dessas três personalidades é certamente uma polémica forçada, que parece reproduzir um estado de espírito difundido na Alemanha do pós-guerra imediato, na Alemanha destruída, isolada pela proibição de confraternização e conduzida até à inanição pelo Ocidente liberal. Foi relatada uma conversa que, na zona ocupada pelos EUA, se desenvolve entre dois cidadãos exasperados:

Sim, Hitler era mau, a nossa guerra era injusta, mas agora estão cometendo contra nós a mesma injustiça, são todos iguais, não há diferença, eles desejam escravizar a Alemanha do mesmo modo como Hitler desejava escravizar os poloneses, agora nós somos os judeus, a ‘raça inferior’.⁸¹

Se o primeiro dos dois textos citados acima faz uma comparação parcial entre Hitler, Churchill e F. D. Roosevelt, o segundo chega até à sua total assimilação. A ideologia hoje dominante assimila, porém, Stalin e Hitler, mas ao fazer isso os dois cidadãos alemães exasperados pela fome e pela humilhação são igualmente drásticos: ‘Não há diferença’!

Conflitos trágicos e dilemas morais

Até ao querer concentrar-se na dimensão propriamente moral, a comparação entre os protagonistas da Grande Aliança antifascista certamente não deixa de ter contrastes. Mas como explicar então a atual contraposição maniqueia? Voltemos ao processo secular por trás da catástrofe que explode com o desabamento da autocracia czarista. Infelizmente, feita valer para o momento da reconstrução histórica, a perspectiva da longa duração desaparece como por encanto quando se passa para a formulação do juízo moral: tudo é reduzido à demonização do período iniciado com outubro de 1917 e, de modo particular, de Stalin. Não têm nenhuma responsabilidade aqueles que há tempo apoiaram um regime caracterizado por relações sociais tão violentas e tão violentamente desumanizadoras que suscitam em personalidades entre si tão diferentes (Maistre, Marx, Witte) o presságio da catástrofe? Não têm nada a censurar aqueles que desencadearam a I Guerra Mundial e que, no Ocidente, a fim de obrigar a Rússia a participar até o fim, não hesitaram em armar e

⁸⁰ Friedrich (2004), p. 381.

⁸¹ MacDonogh (2007), p. 365.

sustentar também os bandos reacionários mais ferozes? Se, como sustenta um dos autores do *Livro negro do comunismo*, o “stalinismo” começou a tomar forma em 1914, por que quem sentou no banco dos réus não foram os responsáveis pela carnificina, mas apenas aqueles que procuraram impedir-la ou apressar o seu fim?

Pelo menos no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento da II Guerra Mundial, o caráter problemático do juízo moral a formular sobre os estadistas ocidentais e liberais não escapou aos autores mais perspicazes. Vimos dois historiadores canadenses atribuírem aos protagonistas ingleses da política do *appeasement* e, na realidade, de desvio para leste do expansionismo nazista a corresponsabilidade “pela tragédia da II Guerra Mundial, inclusive pelo Holocausto”.

Há, depois, o problema do modo como, uma vez iniciada, a guerra é travada pelo Ocidente liberal. Certamente, também nesse caso a ideologia dominante se sai muito bem. Um historiador e jornalista de sucesso (os seus artigos são publicados até no *New York Times*) tem poucas dúvidas “sobre a oportunidade ou a justeza moral” do uso da bomba atômica contra o Japão, chegando a afirmar que não usá-la “teria sido ilógico, completamente irresponsável”. Certamente, se verificou um massacre da população civil inocente, mas “quem morreu em Hiroshima e Nagasaki foi vítima não tanto da tecnologia angloamericana como de um sistema de governo paralisado, entregue a uma ideologia perversa, que tinha liquidado não só os valores morais absolutos, mas a própria razão”.⁸² Essas certezas tranquilas repousam num pressuposto muito simples: a responsabilidade de uma ação horrível não é necessariamente atribuída ao autor material de tal ação. De modo análogo se argumentou muito da parte dos dirigentes da URSS: reconhecia-se obviamente o horror que se tinha verificado em momentos cruciais da história do país, mas se atribuía a responsabilidade disso ao “cerco imperialista” e à política agressiva das grandes potências capitalistas. Note-se, porém, que o jornalista-historiador que é publicado e homenageado pelos mais autorizados órgãos de informação faz o critério por ele anunciado valer apenas para o Ocidente liberal e anglossaxão. Mas, fazer um critério valer só para si e o seu lado é a própria definição do dogmatismo no plano teórico e da hipocrisia no plano moral.

Felizmente, sobre Dresden, Hiroshima e Nagasaki é possível escutar vozes mais problemáticas. Um ilustre filósofo estadunidense, Michael Walzer, observa que, do lado dos estadunidenses já “vitoriosos”, recorrer à bom-

⁸² Johnson (1991), pp. 425 e 427.

ba atômica e “matar e aterrorizar os civis”, sem sequer tentar uma real negociação com os japoneses, foi “um crime duplo”. E a uma conclusão semelhante chega Walzer a propósito da destruição de Dresden e de outras cidades alemãs e japonesas, realizada “com a guerra já virtualmente vencida”.⁸³ De modo diferente se coloca o problema nos anos em que parece assistir-se ao triunfo do III Reich, quando a Grã-Bretanha dá início à sua campanha de bombardeamentos estratégicos que na Alemanha atingem sistemática e impiedosamente a população civil. É um momento trágico e os governantes ingleses se encontram diante de um terrível dilema moral que pode ser assim formulado:

Podem os soldados e os estadistas atropelar os direitos de gente inocente para salvar a própria comunidade política? Serei propenso a responder afirmativamente à pergunta, embora não sem hesitação e preocupação. Que outra escolha eles teriam à disposição? Podem sacrificar a si mesmos a fim de defender a lei moral, mas não podem sacrificar os próprios compatriotas. Diante de um horror sem salvação, as suas possibilidades de escolha se esgotam, farão o que for necessário para salvar a sua própria gente.⁸⁴

O perigo de triunfo do III Reich, “a personificação do mal no mundo”, determina uma “emergência suprema”, um “estado de necessidade”; pois bem, é preciso observar que “a necessidade não conhece regras”. Certamente, bombardeios que visam matar e aterrorizar a população civil do país inimigo são um crime, no entanto, “ousar dizer que a nossa história seria apagada, o nosso futuro comprometido, se eu não aceitasse assumir o peso da criminalidade aqui e agora”. De modo semelhante argumenta o jovem Lukács quando, levado pelo horror à carnificina da I Guerra Mundial, amadurece a sua escolha revolucionária. Ao afirmar a inevitabilidade da “culpa” e apelar para a “seriedade”, para a “consciência” e para o “senso de responsabilidade” moral, ele exclama com Hebbel: “E se Deus, entre mim e a tarefa destinada a mim, tivesse posto o pecado, quem sou eu para poder subtrair-me a essa escolha?”⁸⁵ Presumivelmente com esse mesmo estado de espírito, mais tarde, enquanto é sempre mais iminente a ameaça do III Reich, o filósofo húngaro enfrentou os anos do terror staliniano.

Podemos agora dirigir o olhar para a União Soviética. Vale a pena observar que a tese formulada por Toynbee, segundo a qual o que tornou Sta-

⁸³ Walzer (1990), pp. 350 e 342.

⁸⁴ Walzer (1990), p. 332.

⁸⁵ Walzer (1990), pp. 33 e 340; Lukács (1967), pp. 6-11.

lingrado possível foi o percurso realizado pela URSS staliniana “de 1928 a 1941”⁸⁶, é hoje confirmada por não poucos historiadores e estudiosos de estratégia militar: é bastante provável que, sem o abandono da NEP, sem a coletivização da agricultura (com a estabilização do fluxo de recursos alimentares do campo para a cidade e para a frente) e a industrialização em etapas forçadas (com o desenvolvimento da indústria bélica e com o surgimento de novos centros industriais nas regiões orientais, a distância segura do exército invasor), teria sido impossível opor-se vitoriosamente à agressão hitleriana: “A contribuição inigualável e incontestável da Rússia soviética para a derrota da Alemanha nazista está estreitamente ligada à teimosa Segunda Revolução de Stalin”.⁸⁷ Ou antes, a julgar por Churchill, até o processo contra Tukhatchevski e o Grande Terror no seu conjunto teria desempenhado um papel positivo e bastante relevante na derrota da operação Barbarossa. Deveremos então justificar o universo concentracionário que permitiu evitar “um horror sem salvação” para o povo soviético e para a humanidade inteira?

Com razão Walzer submete a rigorosas restrições o princípio enunciado por ele: ele só pode ser considerado válido se, além de ser “verdadeiramente incomum e horrendo”, o perigo é também “imminente”.⁸⁸ Poder-se-ia dizer que, pelo menos, o segundo requisito está ausente na União Soviética: Stalin dá início à coletivização coagida da agricultura e à industrialização em etapas forçadas – o que acaba provocando uma horrível dilatação do universo concentracionário – quando o perigo de guerra é ainda remoto e Hitler nem sequer conquistou o poder. Poder-se-ia rebater que também a Grã-Bretanha promove o plano de construção de uma frota aérea adequada aos futuros bombardeamentos estratégicos pelo menos duas décadas antes do surgimento da “emergência suprema”. Ou, antes, esse plano começa a tomar forma durante o primeiro conflito mundial e, portanto, o que o inspira é uma competição pela hegemonia em curso pelo menos desde o fim do século XIX.

Bem diferente é o quadro que o país nascido da Revolução de Outubro apresenta. Amplamente difundida na Europa, a análise feita, entre outros, pelo general Foch pouco depois da assinatura do Tratado de Versalhes (“não é a paz, é apenas um armistício por vinte anos”⁸⁹) está bem presente a Stalin,

⁸⁶ Toynbee (1992), p. 19.

⁸⁷ Mayer (2000), p. 607; cf. também Tucker (1990), pp. 50 e 98; Bullock (1992), pp. 279-80; Schneider (1994).

⁸⁸ Walzer (1990), pp. 330-31.

⁸⁹ Em Kissinger (1994), p. 250.

que adverte sobre a urgência da tarefa de remediar o atraso revelado pela Rússia durante o primeiro conflito mundial. No que diz respeito à frente oriental, tal conflito foi repetidamente lido por Guilherme II como uma guerra racial na qual estava em jogo a própria “existência” dos povos em luta, o “ser ou não ser da raça germânica na Europa”. Tratava-se de um choque que excluía qualquer reconciliação ou reconhecimento recíproco: a paz “de modo algum é possível entre eslavos e germanos”. A partir, sobretudo, de Brest-Litovsk tinham aparecido vozes no Reich guilhermino que olhavam para o leste em busca da solução para o problema do espaço vital e que tinham em perspectiva um entendimento com a Inglaterra a fim de realizar o desmembramento da Rússia e “criar as condições para a posição mundial da Alemanha com uma grandiosa política continental”.⁹⁰ Alguns anos depois, no *Mein Kampf*, Hitler enunciava claramente o seu programa de construção de um império continental alemão a edificar, em primeiro lugar, sobre as ruínas da União Soviética. Não é difícil identificar a linha que conduz de Brest-Litovsk à operação Barbarossa, e isto explica suficientemente as angústias de Stalin. Em todo caso, a categoria de iminência do perigo de modo algum é unívoca; não há uma grandeza temporal determinada para medi-la; é iminente um perigo que, para ser adequadamente encarado, não permite demora. Além do mais, se entendermos “iminência” não só em sentido temporal, mas também em sentido espacial, a União Soviética estava claramente exposta a um perigo mais “imminente”. Enfim, enquanto a morte sistemática da população civil mediante bombardeios aéreos é *um crime em si*, a coletivização da agricultura e a industrialização em etapas forçadas *acabam* desembocando numa série de crimes.

Daria prova de dogmatismo e hipocrisia quem se interrogasse sobre os dilemas morais só dos estadistas anglossaxões. Por outro lado, se chegarmos a afirmar com Walzer que diante da “emergência suprema” um estadista deve saber assumir “o peso da criminalidade aqui e agora”, é difícil passar do geral ao particular.

Quando lemos sobre os sofrimentos terríveis por que passaram os indivíduos detidos do Gulag, transtornados por um horror do qual não conseguem compreender nem a origem nem a razão, somos levados a exclamar com Petrarca: “Povera et nuda vai filosofia” (*Rimas*, VII, 10). Mas uma consideração semelhante vale para as vítimas dos bombardeios estratégicos. A “emergência suprema” pode realmente justificar aquilo que as crônicas referem? “A primeira série de bombas cai às 9 horas da manhã sobre as ruas

⁹⁰ Fischer (1965), pp. 33, 743-45 e 803.

cheias de gente em fila para as compras e matou setecentas pessoas, quase todas mulheres e crianças. Depois os caças perseguiram e atingiram os cidadãos que fugiam para o leste, na mata". E em outras localidades: "Os caças começam a metralhar os pedestres, os ciclistas, os passageiros dos trens, os camponeses que trabalham nos campos". "Os funerais são realizados sob o fogo dos ataques a baixa altura; na falta de caixões eram usados lençóis". "As bombas penetram nas casas, ficam incrustadas no forro do teto, explodem a dias de distância, à luz do sol e no escuro da noite: derrubam as paredes, matam os moradores durante o sono". "As pessoas tinham que fugir entre as chamas e se apressavam para a sua morte; havia até quem tirasse a própria vida ou se lançasse nas chamas".⁹¹

Criminosas de qualquer modo no momento em que já se delineia a derrota do III Reich, essas ações são justificáveis enquanto ameaça a emergência suprema? É evidente a dificuldade de passar do geral a particular.

A Katyn soviética e a 'Katyn' estadunidense e sul-coreana

Ao contrário da coletivização da agricultura e da industrialização em etapas forçadas, o massacre dos oficiais poloneses, decidido pelo grupo dirigente soviético e consumado em Katyn em março-abril de 1940, é um crime em si. O peso da prova de força com a Finlândia ainda se fazia sentir; depois de uma vã tentativa de fazer uma troca consensual de territórios, empreendido por Stalin com a finalidade de conferir um mínimo de profundidade territorial para a defesa de Leningrado (a cidade protagonista, depois, de uma resistência épica à agressão nazista), agora a guerra corria o risco de ampliar-se e generalizar-se. Num caso assim, como teriam reagido os oficiais poloneses capturados pela URSS depois do desmembramento da Polônia? Por parte de Moscou se tentara em vão fazê-los desistir das orgulhosas posições antissoviéticas, herança do conflito que se iniciou com o desmoronamento do império czarista e que tendia, por isso, a assumir as características brutais de uma guerra civil. A situação se tornava bastante difícil. Havia o perigo de a URSS como tal ser engolida pela guerra e não faltavam círculos ocidentais que pensavam numa derrubada do regime staliniano (*supra*, cap. 2, § 9). É esse "grave problema de segurança" que fez precipitar a "horrenda decisão" que Stalin deve mais tarde ter "lamentado amargamente por causa dos incômo-

⁹¹ Friedrich (2004), pp. 129-30, 135, 292 e 297.

dos e complicações que se seguiram".⁹² Ou seja, também no caso das execuções de Katyn não estão ausentes os dilemas morais sobre os quais Walzer chama a atenção. No entanto, seria errado invocar também neste caso a "emergência suprema", dilatando ulteriormente um critério que de per si já corria o risco de ter as malhas demasiado grandes.

Embora seja injustificável, o crime do qual estamos tratando não remete às características peculiares da personalidade de Stalin ou do regime dirigido por ele. Pensemos no crime com que se mancha o general estadunidense Patton quando, desembarcando na Sicília, ordena a matança dos soldados italianos que, após uma dura resistência, se rendem.⁹³ Embora se trate de uma infâmia de dimensões mais reduzidas, é preciso, contudo, ter presente que não é uma preocupação real com a segurança do país que a provoca, mas o espírito de vingança ou talvez até o desprezo racial. Ou seja, trata-se, nesse caso, de um delito por motivos abjetos.

No entanto, se quisermos buscar uma analogia real com Katyn, devemos fazer referência a outras tragédias e a outros horrores. Dez anos depois da Katyn soviética se verifica aquela que poderemos definir como a "Katyn" estadunidense e sul-coreana. Está em andamento a guerra da Coreia. Do norte selvagemmente bombardeado uma massa de refugiados vai para o sul. Como são recebidos? "O exército estadunidense tinha uma política de matar os civis que se aproximavam da Coreia do Sul"; as vítimas eram "na maioria mulheres e crianças", mas se temia que entre eles houvesse norte-coreanos infiltrados, embora ao pesquisar um dos casos talvez mais documentados (as matanças que ocorreram em No Gun Ri), "não apareceu nenhuma prova de inimigos infiltrados".⁹⁴ Aqui estamos na presença, não das disposições de um indivíduo, ainda que brilhante e autorizado general ou marechal, como era Patton, mas da política sancionada pela mais alta cúpula militar (e política) estadunidense. E essa circunstância nos faz pensar exatamente em Katyn, mais ainda porque nos dois casos está em jogo a segurança.

Por garantia, os EUA e os seus aliados não se limitam a matar os refugiados. Consideram necessária a liquidação também da potencial quinta coluna. Por exemplo, "na cidade de Taejon, em julho de 1950, a polícia ordenou a 1.700 coreanos, acusados de serem comunistas, que cavassem a sua cova, depois do que foram passados pelas armas". Uma testemunha conta:

⁹² Roberts (2006), pp. 47 e 170-71.

⁹³ Di Feo (2004); Di Feo (2005).

⁹⁴ Hanley, Mendoza (2007).

Num domingo de manhã, ao amanhecer, na cidade aparentemente deserta de Chochiwon, vi uma procissão de homens e mulheres, amarrados uns aos outros com as mãos atrás das costas, golpeados e surrados, enquanto da estação de polícia se dirigiam para os caminhões onde eram carregados. Foram depois passados pelas armas e deixados insepultos a uma ou duas milhas de distância.⁹⁵

Tratou-se de uma operação em larga escala:

Numa mina de cobalto perto de Daegu, no sul do país, os investigadores encontraram até agora os restos de 240 pessoas. É apenas uma fração dos presumíveis 3.500 detidos ou suspeitos de comunismo entre julho e setembro de 1950 arrancados de suas celas ou das suas casas, passados depois pelas armas e jogados no fundo da mina.

Às vezes vítimas de “execuções sumárias” foram também “mulheres e crianças”⁹⁶; dir-se-ia que em tais casos não foi poupada sequer a família do suspeito comunista. A obsessão pela segurança não ataca só as retaguardas, mas também as cidades conquistadas ou reconquistadas. Eis o que aconteceu numa delas: “Disseram para acender os nossos cigarros. Então começaram a descarregar os seus fuzis e as suas metralhadoras. Depois de uma pausa, um oficial gritou: ‘quem de vocês ainda estiver vivo, pode levantar-se e voltar para casa’. Os que fizeram isso foram de novo atingidos pelo fogo”.

Quantas são as vítimas das duas práticas, a saber, da mortandade dos refugiados e a liquidação dos suspeitos de comunismo? Na realidade, ainda não foi plenamente medida a extensão daqueles que “os familiares das vítimas chamam de campos coreanos da morte”. Por enquanto se pode fazer um balanço provisório: “Os investigadores identificaram até agora 1.222 prováveis casos de assassinato em massa [...]. Os casos incluem 215 incidentes nos quais os sobreviventes dizem que aviões e tropas americanas de terra mataram refugiados desarmados”.⁹⁷

A “Katyn” estadunidense e sulcoreana não parece ser de proporções mais reduzidas que a soviética, e além disso mostra maior falta de escrúpulos (para uma guerra travada a milhares de quilômetros do seu país os dirigentes de Washington não poderiam invocar sequer a sombra da “emergência suprema”). Mas aqui não se trata de estabelecer uma hierarquia entre dois crimes, ambos injustificáveis; trata-se, ao invés, de tomar nota da inadequação

⁹⁵ Warner (2000).

⁹⁶ Choe Sang-Hun (2007).

⁹⁷ Choe Sang-Hun (2007).

da abordagem moral maniqueísta para a compreensão de Stalin e do país dirigido por ele.

Inevitabilidade e complexidade do juízo moral

Enquanto, de certo modo, é inevitável, o juízo moral seria superficial e hipócrita se fosse formulado abstraindo do contexto histórico. Daí a sua complexidade e problematidade. É preciso, ao mesmo tempo, ter presente e desentredar as circunstâncias objetivas e as responsabilidades subjetivas e, no que diz respeito a estas últimas, é preciso distinguir entre responsabilidades dos grupos dirigentes no seu conjunto e aquelas que cabem a indivíduos singulares. No tocante ao grupo dirigente da Rússia soviética, ele chega ao poder num período em que – para dizer como diz uma testemunha cristã simpática para com a mudança de outubro de 1917 – “a piedade foi morta pela onipresença da morte”⁹⁸, e é obrigado a enfrentar um estado de exceção bastante prolongado, numa situação caracterizada – para retomar a análise de um dos autores do *Livro negro do comunismo* – por uma “brutalidade inaudita”, generalizada e “sem possíveis termos de comparação com aquela conhecida pelas sociedades ocidentais”. Ou seja, se os protagonistas do século XX foram obrigados a enfrentar os conflitos devastadores e os dilemas morais que caracterizaram a II Guerra dos Trinta Anos, Stalin teve também de encarar os conflitos e os dilemas morais peculiares da história russa e do segundo período das desordens. Poder-se-ia dizer que a sombra da “emergência suprema” superou o trintênio em que ele exerceu o poder.

É preciso, porém, não perder de vista o fato que não são só as condições objetivas que fazem graves obstáculos ou tornam impossível a passagem do estado de exceção para a condição de normalidade. O messianismo também contribuiu para isso, com certeza poderosamente estimulado pelo horror da I Guerra Mundial e, no entanto, intrínseco a uma visão que espera o desaparecimento do mercado, do dinheiro, do Estado, da norma jurídica. A desilusão ou a indignação por nada disso ter acontecido estimula mais o conflito, e um conflito que não pode ser regulado por normas jurídicas puramente “formais”, pois elas também estão destinadas a desaparecer. Brota disso um suplemento de violência que não é possível justificar remetendo ao estado de exceção ou à “emergência suprema”. Nesse sentido, o juízo moral coincide com o julgamento político.

⁹⁸ Pierre Pascal, citado em Furet (1995), p. 129.

Isso vale também para o Ocidente liberal. A propósito do comandante dos bombardeios estratégicos contra a Alemanha foi observado:

Quando piloto jovem, Harris tinha bombardeado os rebeldes indianos civis. Até a sua psicologia do choque fora originalmente experimentada como choque cultural. As tribos primitivas que viviam em aldeias de cabanas de junco jogavam-se fascinadas aos pés do império colonial e do seu arsenal industrial.⁹⁹

Por outro lado, quem promoveu esse tipo de guerra foi sobretudo Churchill, que vimos, por um lado, sugerir golpear os “nativos recalcitrantes” no Iraque com bombardeios à base “de projéteis com gás e, sobretudo, gás de mostarda”, por outro lado, comparar os alemães a “hunos malvados”. Conhecemos também o peso da ideologia racial na guerra estadunidense contra o Japão (*supra*, cap. 6, § 4), que não por acaso sofre depois o bombardeamento atômico. Novamente aparece um suplemento de violência que não pode ser justificado com a “emergência suprema”, mas, ao invés, remete à ideologia colonial compartilhada pelo Ocidente liberal e pela Alemanha. Se o III Reich assimila os “indígenas” da Europa oriental a peles-vermelhas a dizimar e a negros a escravizar, a Inglaterra e os Estados Unidos acabam tratando os alemães e japoneses à maneira de povos coloniais que devem ser reduzidos à obediência.

Stalin, Pedro o Grande e o “novo Lincoln”

Com referência em particular ao papel desempenhado por ele no segundo período de desordens, não poucos estudiosos, retomando um tema que vimos presente já em Churchill, compararam Stalin a Pedro o Grande.¹⁰⁰ Mesmo a objeção levantada a tal propósito (“Pedro, ao contrário de Stalin, olhou para o Ocidente e quis abrir para ele o seu Estado”¹⁰¹) não parece persuasiva. A condenação das “disposições asiáticas”, das “medidas bárbaras, asiáticas” e das “providências asiáticas”, de que são responsáveis o governo e a burguesia da Rússia czarista é um momento essencial da agitação revolucionária de Stalin.¹⁰² Pelo menos até

⁹⁹ Friedrich (2004), p. 287.

¹⁰⁰ Em particular Tucker (1990), pp. 13-24.

¹⁰¹ Graziosi (2007), p. 24.

¹⁰² Stalin (1971-1973), vol. 2, pp. 107-08 e 114-15 (= Stalin, 1952-1956, vol. 2, pp. 134, 142 e 144).

outubro de 1917, ele não tem nenhuma dúvida de que o seu país é em todo nível mais atrasado em relação às democracias ocidentais, onde não se verificam os sangrentos pogroms contra os judeus, que grassam num “país semiasiático” (*supra*, cap. 5, § 9). Depois da conquista do poder, Stalin não só insiste na necessidade da assimilação da tecnologia ocidental, mas declara também que, se querem realmente estar à altura dos “princípios do leninismo”, os quadros bolcheviques devem saber unir “o ímpeto revolucionário russo” com “o espírito prático estadunidense”. Em 1932, sempre se referindo aos Estados Unidos, ele exprime apreço pelas “tradições na indústria e na praxe produtiva”: elas “têm algo de democratismo”.¹⁰³

Mais persuasiva ainda parece ser a referência a Pedro o Grande para explicar a história da Rússia soviética, pelo fato de serem referidos explicitamente a ele Lênin (já em maio de 1918) e, sobretudo, Stalin, que, de vez em quando, parece tomar a figura do grande czar como modelo.¹⁰⁴ O próprio Trotski, mesmo denunciando a “traição” da revolução, escreve: “Em comparação com várias regiões e nacionalidades, o regime [staliniano] realiza em grande medida a obra histórica que Pedro I e seus camaradas realizaram para a velha Moscou; só que o faz em escala mais vasta e com ritmo mais veloz”.¹⁰⁵ É interessante também observar que, no final da sua viagem à União Soviética, em 1927, o grande filósofo Benjamin relata com interesse simpático a tese de alguns “literatos [...] que veem no bolchevismo o coroamento da obra de Pedro o Grande”.¹⁰⁶ Enfim, poder-se-ia voltar atrás e lembrar uma previsão de Marx. Depois de ter acenado para as perturbações de uma violência inaudita que teriam sido provocadas pelas contradições seculares da Rússia czarista, ele conclui: “O ano de 1793 russo [...] será a segunda virada da história russa e introduzirá uma civilização real e geral, no lugar da civilização falsa e enganosa, introduzida por Pedro o Grande”.¹⁰⁷

Contudo, enquanto pode servir parcialmente para iluminar a relação com a história da Rússia e com o segundo período de desordens, a comparação em questão deixa na sombra a II Guerra dos Trinta Anos e a extraordinária influência exercida por Stalin a nível planetário. A condenação, em 1924, da “disparidade escandalosa” entre as nações teorizada e imposta pelo imperialismo e o apelo a derrubar “a barreira que separava brancos e negros”,

¹⁰³ Stalin (1971-1973), vol. 6, pp. 164-165 (= Stalin, 1952, vol. 13, pp. 100-02).

¹⁰⁴ Lênin (1955-1970), vol. 27, p. 309; Stalin (1971-1973), vol. 11, p. 221.

¹⁰⁵ Trotski (1988), p. 863 (= Trotski, 1968, pp. 156-57)

¹⁰⁶ Benjamin (2007), p. 45.

¹⁰⁷ Marx, Engels (1955-1989), vol. 12, p. 682.

povos considerados “civis” e povos excluídos dessa dignidade (*supra*, cap. 5, § 7); a aprovação de uma Constituição “profundamente internacionalista” – como Stalin sublinha ao apresentar o seu projeto – e baseada no “princípio de que todas as nações e raças têm direitos iguais”, independentemente da “cor da pele”, da língua e do grau de desenvolvimento econômico e militar de cada uma delas.¹⁰⁸ Tudo isso não podia não suscitar um eco profundo não só nas colônias, mas também nos povos de origem colonial colocados no próprio coração do Ocidente.

No sul dos EUA, onde ainda assola o regime de *white supremacy*, se difunde um clima novo; olha-se com esperança para a União Soviética e para Stalin como para o “novo Lincoln”, o Lincoln que teria dado fim, desta vez de modo concreto e definitivo, à escravidão dos negros, à opressão, à degradação, à humilhação, à violência e aos linchamentos que eles continuavam a sofrer.¹⁰⁹

Enquanto avança para a autocracia, a URSS de Stalin influencia poderosamente a luta dos afroamericanos (e dos povos coloniais) contra o despotismo racial. No sul dos EUA se assiste a um fenômeno novo e preocupante do ponto de vista da casta dominante: é a crescente “impudência” dos jovens negros. Estes, graças aos comunistas, começam, de fato, a receber o que o poder teimosamente lhes negava, a saber, uma cultura que vai muito além da instrução elementar tradicionalmente transmitida aos que estão destinados a fornecer trabalho semiescravo a serviço da raça dos senhores. Agora, porém, nas escolas organizadas pelo partido comunista no norte dos Estados Unidos ou nas escolas de Moscou, na URSS de Stalin, os negros se empenham em estudar economia, política, história mundial; interrogam essas disciplinas para compreender também as razões da dura sorte reservada a eles num país que se comporta como campeão da liberdade. Aqueles que frequentam tais escolas passam por uma mudança profunda: a “impudência” censurada a eles pelo regime da *white supremacy* é na realidade a autoestima deles, até aquele momento impedida e espezinhada. Uma negra, delegada no Congresso internacional das mulheres contra a guerra e o fascismo, que se realiza em Paris em 1934, fica extraordinariamente impressionada com as relações de igualdade e fraternidade, apesar das diferenças de língua e de raça, que se instauram entre os participantes dessa iniciativa promovida pelos comunistas: “Era o paraíso na terra”. Aqueles que chegam a Moscou – observa um historiador estadunidense contemporâneo – “experimentam um sentido de

liberdade inaudito no sul”. Um negro se apaixonou por uma branca soviética e se casou, mesmo se depois, ao voltar à Pátria, não pode levá-la consigo, sabendo o destino que no sul aguarda aos que se mancham com a culpa da *miscegenation* e do abastardamento racial.¹¹⁰

As esperanças dos afroamericanos colocadas no “novo Lincoln” não eram tão ingênuas como poderiam parecer. Reflitamos sobre os tempos e as modalidades que caracterizam o fim do regime de supremacia branca. Em dezembro de 1952, o ministro estadunidense da Justiça envia à Corte Suprema, que discutia a questão da integração nas escolas públicas, uma carta eloquente: “A discriminação racial leva água à propaganda comunista e suscita dúvidas também entre as nações amigas sobre a intensidade da nossa devoção à fé democrática”. Washington – observa o historiador estadunidense que reconstrói tais acontecimentos – corria o perigo de separar as “raças de cor” não só no Oriente e no Terceiro Mundo, mas no próprio coração dos Estados Unidos: também aqui a propaganda comunista conseguia um considerável sucesso na tentativa de ganhar os negros para a “causa revolucionária”, fazendo desabar a sua “fé nas instituições americanas”.¹¹¹ Não há dúvida: nesses acontecimentos, a preocupação com o desafio objetivamente representado pela URSS e pela influência por ela exercida sobre os povos coloniais e de origem colonial desempenhou um papel essencial.

Não é só por causa do impulso de algum modo dado ao processo de emancipação dos afroamericanos que Stalin influenciou indiretamente na configuração da própria democracia no Ocidente. O discurso de apresentação do projeto de nova Constituição condena em bloco as três grandes discriminações que caracterizaram a história do Ocidente liberal: “Não é a renda, nem a origem nacional, nem o sexo” que deve determinar a colocação política e social, mas só “as capacidades pessoais e o trabalho pessoal de todo cidadão”.¹¹² No momento em que se exprime assim, as três grandes discriminações ainda estão presentes em diferente forma e grau neste ou naquele país do Ocidente liberal. Enfim, ao pronunciar-se pela superação das três grandes discriminações, Stalin declara também que a nova Constituição está destinada a garantir “o direito ao trabalho, o direito ao descanso, o direito à instrução” e a assegurar “melhores condições materiais e culturais”, tudo no âmbito da realização do “democratismo socialista”.¹¹³ É a teorização dos “direitos

¹¹⁰ Kelley (1990), pp. 94-96.

¹¹¹ Em Woodward (1966), pp. 131-34.

¹¹² Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 69-70 (= Stalin, 1952, p. 625).

¹¹³ Stalin (1971-1973), vol. 14, pp. 74 e 89 (= Stalin, 1952, pp. 629 e 643).

¹⁰⁸ Stalin (1971-1973), vol. 14, p. 69 (= Stalin, 1952, pp. 624-25).

¹⁰⁹ Kelley (1990), p. 100.

sociais e econômicos” que, segundo Hayek, representa o legado ruinoso da “revolução marxista russa” e influencia profundamente a reivindicação do estado social no Ocidente.¹¹⁴

Voltemos à Rússia. O leitor deve ter notado que, ao falar de “stalinismo”, faço uso de aspas. A expressão é usada pelos seguidores atuais de Trotski em relação às realidades políticas mais diferentes, por exemplo, para classificar o grupo dirigente da China pós-maoísta. Mas, mesmo querendo referir-se de modo exclusivo à URSS, a categoria de “stalinismo” não é persuasiva; ela parece pressupor um conjunto homogêneo de doutrinas e de comportamentos que não existe. Nas três décadas em que administrou o poder, vemos Stalin se esforçar em elaborar e pôr em prática um programa de governo, tomando nota do desaparecimento da perspectiva do triunfo planetário da revolução socialista e esclarecendo a diferença entre a utopia (que é o legado, por um lado, da teoria de Marx e, por outro lado, da expectativa messiânica de um mundo totalmente novo suscitada pelo horror da I Guerra Mundial) e o estado de exceção (que na Rússia assume uma duração e uma agudeza excepcionais por causa da convergência de duas crises gigantescas, o segundo período de desordens e a II Guerra dos Trinta Anos). Ficando clara a sua vontade de não colocar em discussão o monopólio do poder exercido pelo partido comunista, Stalin busca respeitosamente passar do estado de exceção a uma condição de relativa normalidade, com a realização de uma “democracia soviética”, de um “democratismo socialista” e de um socialismo “sem ditadura do proletariado”. Mas essas tentativas fracassam. É significativo como logo depois da morte de Stalin é “regulado” o problema da sucessão: a liquidação de Beria é uma espécie de ajuste de contas em estilo mafioso, é uma violência privada que não faz referência alguma nem à ordem jurídica estatal, nem ao estatuto do partido.

A comparação entre Stalin e Pedro o Grande fica agora totalmente problemática. Olhando bem, o segundo período de desordens não termina tampouco com a chegada da autocracia. Essa chegada coincide com o começo de um novo prolongado estado de exceção, que vê o alastrar-se, primeiro, de um novo espantoso conflito mundial e, depois, de uma guerra fria suscetível a todo momento de transformar-se em apocalipse nuclear. Poder-se-ia dizer que o segundo período de desordens termina, na realidade, com a derrocada da URSS. Assim como os jacobinos, tampouco os bolcheviques conseguem adaptar-se ao desaparecimento ou à atenuação do estado de exceção e acabam, por isso, parecendo obsoletos e superficiais à maioria da população.

¹¹⁴ Hayek (1986), p. 310.

Depois de ter realizado a superação da “crise de toda a nação russa”, os bolcheviques são enfim vencidos pela chegada daquela relativa normalidade, que é também o resultado da sua ação.

É no plano internacional, porém, que se revela mais sólida a influência da Revolução de Outubro e daquele que por três décadas dirigiu a Rússia soviética. Pode-se fazer ironia sobre a grandiloquência de uma Constituição que nunca entrou em vigor, mas é preciso ter presente que também as declarações de princípio puramente abstratas exercem uma eficácia histórica. Podemos retirar-nos horrorizados diante de um quadro que vê a democracia (com o colapso do despotismo racista e colonialista e das três grandes discriminações) e mais ainda a democracia social avançar na onda de um desafio proveniente de um regime ditatorial e propenso ao terror; mas abandonar-se a uma reação desse gênero significa, em última análise, fugir da complexidade do processo histórico. Os que prefeririam ter diante de si um quadro mais simples fariam bem em refletir sobre uma observação de Marx: “É o lado mau que produz o movimento que faz a história”.¹¹⁵

¹¹⁵ Marx, Engels (1955-1989), vol. 4, p. 140.

7.

A imagem de Stalin entre história e mitologia

As diversas fontes históricas da atual imagem de Stalin

No entanto, a historiografia atual tem dificuldade de tomar distância da imagem de Stalin como “enorme, sombrio, caprichoso, degenerado monstro humano” – ademais, desprovido de capacidades intelectuais e políticas – que o torna ridículo. Também para a mitologia é preciso buscar a origem na história. Convém partir do estudioso (Deutscher) que se acabou de citar, que em outra circunstância e num período de tempo diferente observa: “De modo diferente dos jacobinos, os bolcheviques não justicaram os seus girondinos”, isto é, os mencheviques, os quais foram “autorizados” e até “encorajados a deixar a Rússia e estabelecer no exterior o seu centro político”.¹ A partir daí se desenvolve uma forte campanha contra o país dirigido primeiro por Lênin e, depois, por um período de tempo mais longo, por Stalin. Deutscher prossegue assim:

É certo que Stalin meditou longamente sobre o terrível precedente francês e que por alguns anos isso o dissuadiu de recorrer aos meios de repressão mais drásticos. Mais de uma vez Stalin se expressou nesse sentido [...]. Em 1929 decidiu exilar Trotski da Rússia. Não se podia então imaginar que Trotski fosse preso, e muito menos que fosse colocado diante de um pelotão de execução.²

Com a chegada do líder da oposição em Constantinopla se forma um novo centro político mais comprometido, desta vez dedicado exclusivamente ao desmascaramento e à denúncia de todo aspecto da personalidade e da atividade de Stalin. Nesse mesmo contexto podem ser colocados os fugitivos, como o general Orlov, que, tendo chegado ao Ocidente, se dedica à revela-

¹ Deutscher (1969), p. 498 e Deutscher (1972c), p. 216.

² Deutscher (1969), pp. 498-99.

ção dos “segredos do Kremlin”, ganhando um “enorme honorário” e, presumivelmente, um honorário tanto mais elevado quanto mais sensacionais são os segredos revelados. Recebidos com avidez na própria União Soviética a partir dos anos de Gorbachov e ainda hoje “uma das fontes mais importantes” da soviologia ocidental, essas revelações estão, no entanto, consteladas de “mentiras”.³

Obviamente, é preciso não perder de vista o centro político propriamente ocidental de agitação antistaliniana. As suas motivações tinham sido antecipadamente esclarecidas por Lloyd George, o qual, no verão de 1919, observara que uma Rússia unida, fosse bolchevique ou não, constituía uma fonte de perigo para o Império Britânico.⁴ Ou seja, uma ampla opinião pública (primeiro inglesa e depois estadunidense) identifica em Stalin a encarnação de uma dupla ameaça, aquela representada pela agitação comunista na metrópole capitalista e, sobretudo, nas colônias, e aquela representada por uma grande potência, agora tanto mais perigosa e tanto mais expansionista pelo fato de inspirar e dirigir um movimento político presente em todas as partes do mundo.

Qual dos diferentes centros políticos era o mais implacável? Às vezes se tem a impressão de assistir a um jogo de apostas. Logo depois do pacto de não agressão entre o III Reich e a União Soviética, Trotski lança uma espécie de grito de triunfo: agora finalmente entenderam também “os apologetas de profissão do Kremlin” e de Stalin, “os otários ‘pró-soviéticos’ de todo tipo”, aqueles que estavam com a ilusão de poder contar com o apoio de Moscou para conter o expansionismo da Alemanha nazista. Especialmente visado é Neville Chamberlain. Sim, o primeiro ministro inglês, já acusado nesse momento por Churchill por causa da política de *appeasement* perseguida por ele em relação a Hitler, é asperamente criticado por Trotski por ter alimentado ilusões para com... Stalin! “Apesar de toda a sua aversão pelo regime soviético”, o líder conservador inglês “tentara com todos os meios fazer uma aliança com Stalin”: uma colossal prova de ingenuidade! Ele, Trotski, até à chegada do III Reich tinha repetidamente esclarecido que, apesar de toda a tagarelice nas frentes populares antifascistas, “o verdadeiro objetivo da política externa de Stalin era a conclusão de um acordo com Hitler”; agora todos são obrigados a reconhecer que o ditador do Kremlin é “o mordomo de Hitler”.⁵

³ Khlevniuk (1998), pp. 23-27.

⁴ White (1980), p. 82.

⁵ Trotski (1988), pp. 1256-59.

Este jogo de apostas, colocado em séria dificuldade pela resistência épica da União Soviética ao III Reich, volta com força depois do XX Congresso do PCUS e do *Relatório Secreto*. Kruschiov acusa Stalin de ter-se desviado de Lênin? Na realidade – Orlov aumenta imediatamente a dose, publicando em *Life* um artigo que já no título anuncia um “segredo sensacional” – quem dirigiu por três décadas a União Soviética foi um agente da polícia secreta czarista, obviamente pronto a tudo para liquidar os infelizes que chegassem ao conhecimento do seu passado inconfessável. Ainda hoje um estudioso russo (Rogowin), fervoroso seguidor de Trotski, parece ater-se a essa revelação.⁶

O jogo de apostas pode tomar as formas mais singulares. Em 1965, Deutscher reflete sobre a evolução do líder menchevique Dan, que, patrioticamente ofuscado pela imagem da Rússia “que tinha saído triunfante de uma guerra catastrófica, com o III Reich prostrado aos seus pés”, tinha acabado reconhecendo as razões históricas da Revolução de Outubro, sim, mas também, infelizmente, do “stalinismo, com todas as suas prevaricações ideológicas e as suas violências”. Há só uma atenuante para essa tolerância em relação a um bolchevismo “degenerado” e “corrompido”, a saber, o fato é que “quando Dan escrevia uma parte dessas páginas, a onda de filo-stalinismo nos países aliados, e sobretudo nos Estados Unidos do pós-guerra imediato, era fortíssima!”⁷ Felizmente, as informações provenientes exatamente da capital da União Soviética e de dentro do próprio partido comunista daquele país refutaram e ridicularizaram de uma vez para sempre os ingênuos e despreparados, que de algum modo tinham mordido o anzol da propaganda de Moscou.

Somente em virtude dessa convergência de interesses heterogêneos se pode explicar o paradoxo de uma historiografia que, enquanto não se cansava de denunciar o caráter de farsa dos processos realizados por Stalin em Moscou, tomava tranquilamente como ouro depurado o processo tentado, primeiro por Trotski e depois por Kruschiov, contra Stalin com modalidades e finalidades diferentes!

As vicissitudes alternadas da imagem de Stalin

É tão difundida hoje em dia a imagem do “enorme, sombrio, caprichoso, degenerado monstro humano” que nos esquecemos da história contraditória

⁶ Khlevniuk (1998), pp. 25-26; Rogowin (1998), pp. 531s.

⁷ Deutscher (1972c), pp. 221-22.

que precede a afirmação de tal imagem. Vimos os reconhecimentos tributados a Stalin por ilustres estadistas, diplomatas e intelectuais. Também as páginas do seu trintênio de governo hoje consideradas simplesmente monstruosas foram lidas no passado de modo bem diferente.

Hoje em dia é lugar comum distinguir a revolução do alto que muda de modo radical o aspecto da agricultura na União Soviética como um produto exclusivo do furor ideológico. Mas em 1944, mesmo mostrando os seus terríveis custos humanos, De Gasperi exprimia um juízo fundamentalmente positivo também sobre a “grande empresa econômica” da coletivização da zona rural e da industrialização, tornada necessária pelo perigo de guerra e pela “ameaça revelada pelo *Mein Kampf*”.⁸

Hoje em dia bem poucos ousam pôr em discussão a tese segundo a qual a repressão sangrenta e em larga escala realizada por Stalin teria sido apenas e exclusivamente o produto da sua *libido dominandi* ou da sua paranoia. No entanto, entre o final da década de 1920 e início dos anos 1930, Malaparte falava tranquilamente dos preparativos para um golpe de Estado em Moscou e da hesitação de Stalin em contraatacar (*supra*, cap. 2, § 7). Um autorizado órgão de imprensa alemão ia mais longe ainda, e ironizava a ingenuidade mostrada pelo ditador do Kremlin ao “não mandar para o além Trotski e todo o seu corrilho”.⁹ Há cerca de vinte anos de distância, Churchill em pessoa avalizou indiretamente pelo menos os processos contra Tukatchevski e outros líderes militares (tratara-se de “um cruel, mas talvez não inútil expurgo político-militar”, que tinha eliminado “todos os elementos filo-alemães”) e, em certa medida, até os processos de Moscou enquanto tais (no banco dos réus estavam sentados dirigentes soviéticos “cheios de ciúme contra Stalin que os tinha desapossado”).¹⁰ Essa tomada de posição do estadista inglês, campeão da luta até o fim contra a Alemanha hitleriana, é mais significativa ainda porque é formulada em polêmica com Chamberlain, o protagonista da política do *appeasement*. Mais radical ou mais explícito que Churchill era o embaixador estadunidense na URSS, Joseph Davies, que “continuou sempre a afirmar que houvera realmente um complô, que os processos se tinham realizado segundo a justiça, e que, por conseguinte, o poder soviético saía reforçado dele”.¹¹ Presumivelmente nessa onda, na Itália também De Gasperi

⁸ De Gasperi (1956), p. 17.

⁹ Em Broué (1991), p. 578.

¹⁰ Churchill (1963), pp. 320-21.

¹¹ Taylor (1966), p. 159.

sublinhava em 1944 que a veracidade das acusações dirigidas à oposição antistaliniana era confirmada por “informações estadunidenses objetivas”.¹²

Houve depois uma mudança radical, mas a fragilidade e a inconsistência da imagem de Stalin que nos foi transmitida antes da Guerra Fria e depois do *Relatório Secreto* começam a emergir das pesquisas de um número crescente de estudiosos. Em alguns aspectos se assiste até a uma reviravolta gritante. Tomemos o Grande Terror. Junto com as personalidades políticas de primeiro plano já vistas, também um fervoroso admirador de Trotski, isto é, Deutscher, acha mais ou menos fidedignos os processos de Moscou em 1948. Em sua opinião, o assassinato de Kirov não foi absolutamente uma encenação do regime. A longa tradição que na Rússia czarista tinha “ousado atacar a autocracia com bombas e pistolas” tinha voltado a influenciar os jovens comunistas. “Entre os conspiradores que tinham tentado matar o czar Alexandre III não estava, por acaso, também o irmão de Lênin? Os livros de texto envolviam aqueles martírios e aqueles heróis com uma auréola romântica: e assim as sagradas sombras do passado pareciam agora armar a mão dos mais impacientes *komsomoltsy* antistalinistas”. As “ideias de terrorismo revolucionário” tinham se expandido chegando a constituir “um estado de espírito amplamente difundido entre os jovens” e a armar a mão do assassino de Kirov.¹³ Sempre em 1948, Deutscher reconhecia certa “verdade psicológica” aos processos de Moscou em geral e uma verdade também factual no que diz respeito à execução de Tukatchevski em particular. A propósito deste último acontecimento, se certas fontes falam de uma maquinação dos serviços secretos hitlerianos, “numerosas fontes antistalinianas sustentam, porém, que os generais projetaram de fato um golpe de Estado”¹⁴; num caso e no outro, a paranoia ou a *libido dominandi* de Stalin não desempenhara nenhum papel.

Deve-se acrescentar que alguns anos depois, sem se deixar impressionar com as revelações do *Relatório Secreto*, um historiador estadunidense, que não deixava de ter simpatias pela oposição antistaliniana, definida por ele como “a consciência da revolução”, escrevia: “A escolha feita por Bukharin nas suas confissões de culpa, e o que se sabe por outras fontes, torna plausível boa parte daquilo que foi revelado no processo, apesar das suspeitas provocadas pela natureza daqueles processos”.¹⁵

¹² De Gasperi (1956), p. 17.

¹³ Deutscher (1969), pp. 508 e 510.

¹⁴ Deutscher (1969), pp. 540 e 542.

¹⁵ Daniels (1970), p. 144.

Hoje em dia são os próprios estudiosos de orientação trotskista que chamam a atenção para a guerra civil desencadeada dentro do grupo dirigente soviético e reivindicam o mérito da oposição por ter promovido com todos os meios a derrubada do regime termidoriano imposto pelos traidores da revolução. É significativo que a virada atinja também o campo dos seguidores de Trotski, que na sua época se tinha comprometido talvez mais do que qualquer outro em denunciar os processos de Moscou como pura e simples farsa.

Em relação à direção da URSS na véspera e durante o segundo conflito mundial, particularmente sofrida e significativa é a evolução de Deutscher. Já conhecemos o quadro bastante lisonjeiro de Stalin como líder de guerra traçado por ele em 1948 (*supra*, Prefácio, 1). Em 1956, escrevendo sob a impressão imediata do *Relatório Secreto*, Deutscher acredita sem dificuldade nas “revelações” segundo as quais nos dias imediatamente posteriores ao desencadeamento da operação Barbarossa Stalin teria se retirado inerte, “sombrio e amuado à sua tenda”, para depois, cedendo às solicitações e aos pedidos dos seus colaboradores, voltar a dirigir o país e a conduzir a guerra “traçando frentes e linhas de ataque num mapa-múndi de mesa”. A única crítica que Deutscher faz a Kruschiov e ao seu círculo é não ter seguido a recomendação formulada por Trotski já em 1927, ou seja, de não ter percebido “o dever de derrubar Stalin, para poder travar a guerra de maneira mais eficiente e garantir a vitória final!”¹⁶ Dez anos mais tarde, voltando a este assunto, Deutscher escreve: “Não estou disposto a aceitar sem reservas as chamadas ‘revelações’ de Kruschiov, em particular a sua afirmação de que na II Guerra Mundial [e na vitória sobre o III Reich] Stalin teve apenas uma parte praticamente insignificante”.¹⁷ É apenas o caso de dizer que a mais recente pesquisa histórica vai muito além deste repensamento parcial e tímido.

Depois, quanto à tese da opressão das nações, já conhecemos a novidade radical e positiva da *affirmative action* posta em prática na URSS a favor das minorias nacionais (*supra*, cap. 4, § 9). Mas agora convém ler o balanço recentemente feito por outro historiador estadunidense:

Está surgindo um novo consenso, com base no qual, bem longe de ser o “assassino das nações” familiar à história ocidental e nacionalista anterior, o governo soviético empreende um esforço ambicioso, complexo e prolongado para construir nações etnicamente definidas dentro de um Estado unitário no plano político e econômico. A fim de estimular essa “primavera das

¹⁶ Deutscher (1972b), pp. 19 e 32-33.

¹⁷ Deutscher (1969), p. 12 (é o prefácio, datado de 11 de outubro de 1966, à segunda edição da biografia de Stalin).

nações soviéticas”, o Estado soviético concedeu igualdade jurídica e política com os russos aos povos do ex-Império [...]. Nesses novos territórios nacionais ele reservou um lugar privilegiado para as línguas das minorias nacionais, mesmo quando os etnógrafos soviéticos tiveram necessidade de criar um alfabeto para os dialetos locais, porque eles nunca tinham tomado uma forma escrita. Essa política de promoção de uma cultura nacional autônoma chegou ao ponto de tentar uma assimilação dos russos; os funcionários e os administradores soviéticos deviam aprender a língua das nações onde trabalhavam.¹⁸

Às mesmas conclusões chega um estudioso francês da Ásia central, Olivier Roy, citado calorosamente num ensaio publicado em *The New York Review of Books*, que assim sintetiza as atuais perspectivas daquela área: Estados sólidos e funcionando bem poderão afirmar-se caso se souber aproveitar “de modo inteligente” a “herança” soviética. “Os artífices moscovitas da política das nacionalidades [...] codificaram as línguas (às vezes criando para elas novos alfabetos), edificaram parlamentos nacionais, bibliotecas nacionais e instituíram políticas de *affirmative action* a favor dos ‘quadros locais’”. Quem se distinguiu entre os protagonistas dessa política iluminada foi “em primeiro lugar e sobretudo Stalin”. Como estamos longe da tese do tempo da Guerra Fria formulada por Arendt, segundo a qual Stalin teria deliberadamente desorganizado e desarticulado as “nacionalidades” a fim de criar as condições favoráveis para o triunfo do totalitarismo! No reconhecimento tributado à União Soviética (e a Stalin) pela política das nacionalidades em termos decididamente enfáticos se exprime um autor, que foi líder da “dissidência” antissoviética: “Nas décadas do poder soviético, para a solução da questão nacional os elementos positivos foram tantos que fica difícil encontrar um exemplo comparável na história da humanidade”.¹⁹

No conjunto, o retrato caricatural de Stalin feito primeiro por Trotski e depois por Kruschiov não goza mais de muito crédito. Das pesquisas de estudiosos eminentes e insuspeitos de indulgência para com o “culto da personalidade” surge hoje em dia o retrato de um político que se ergue e se afirma no cume da URSS em primeiro lugar pelo fato de que, enquanto compreensão das modalidades de funcionamento do sistema soviético, “supera em muito os seus companheiros de luta”²⁰; de um líder de “talento político ex-

¹⁸ Payne (2001), p. 8.

¹⁹ Caryl (2002), p. 29; Arendt (1989a), p. 442; Zinoviev (1988), p. 101.

²⁰ Khlevniuk (1998), p. 367.

cepcional” e “enormemente dotado”²¹; de um estadista que salva a nação russa da dizimação e da escravização à qual está destinada pelo III Reich graças não só à sua atinada estratégia militar, mas também a discursos de guerra “magistrais”, às vezes verdadeiras “peças de bravura”, que em momentos trágicos e decisivos conseguem estimular a resistência nacional²²; de uma personalidade não privada de qualidades tampouco no plano teórico, como demonstram, entre outras, a “perspicácia” com que ele trata a questão nacional no escrito de 1913 e o “efeito positivo” da sua “contribuição” para a linguística.²³

Certamente, se sublinha ao mesmo tempo e com razão que tal reconhecimento não é um juízo moral absolutório; no entanto fica claro agora a completa confiabilidade do *Relatório Secreto*. Não há detalhe contido nele que não seja hoje contestado. Tome-se o relato do suposto colapso psicológico de Stalin nos dias imediatamente seguintes ao início da operação Barbarossa: segundo a análise já vista de dois historiadores russos (de orientação antistalinista segura), trata-se de um “episódio” que é “totalmente inventado” (*supra*, cap. 1, § 2) e que – insiste um historiador francês – está em “plena contradição” com os testemunhos e os documentos que aparecem sempre mais.²⁴ Mas não se trata apenas de um “episódio”, por significativo que seja. Também a propósito do chamado complô dos médicos: “Kruschiov distorceu grosseira e deliberadamente os fatos”.²⁵ Sim, ele “tomou não pouca liberdade com a verdade”.²⁶ Tem um valor de caráter geral a observação (feita desta vez pelo historiador inglês mais vezes citado) a propósito da “liderança de guerra de Stalin”: “Para captar a verdade é necessário olhar além tanto das polêmicas ocidentais da Guerra Fria como das circunstâncias da desestalinização na União Soviética”.²⁷

²¹ Medvedev, Medvedev (2006), pp. 369-71 (assim N. Werth e R. H. McNeal, citados no *Posfácio* do organizador).

²² Roberts (2006), pp. 94 e 109.

²³ Graziosi (2007), p. 78; Medvedev, Medvedev (2006), p. 242.

²⁴ Fontaine (2005), p. 60.

²⁵ Medvedev, Medvedev (2006), p. 30.

²⁶ Fontaine (2005), p. 61.

²⁷ Roberts (2006), p. 374.

Motivos contraditórios na demonização de Stalin

Durante muito tempo dominou no Ocidente de modo incontestável e foi repetida de modo acrítico a tese formulada por Arendt que preetende demonstrar a irresistível atração que, apesar de tudo, se faz entre “totalitarismo” comunista e “totalitarismo” nazista com estas palavras: “o único homem pelo qual Hitler teve um ‘respeito incondicional’ foi o ‘genial Stalin’”; por outro lado, “sabemos pelo discurso de Kruschiov ao XX Congresso do partido que Stalin confiava apenas num homem, que era Hitler”. Tanto é verdade que, apesar de todos os avisos, até o fim “ele se recusou a crer que Hitler tivesse violado o tratado”. Para confirmar isso, Arendt cita de novo o *Relatório Secreto* ou, mais precisamente, “o discurso de Kruschiov no texto difundido pelo departamento de Estado americano”.²⁸ A esta afirmação, que se baseia num discurso imediatamente político e certamente não preocupado com o rigor histórico, se poderia opor a análise bem documentada segundo a qual na Hungria e na Europa oriental do segundo pós-guerra Stalin “confiava apenas” nos quadros de origem judia, que de fato são chamados a constituir a ossatura do novo aparelho estatal (*supra*, cap. 5, § 10). Como se vê, a antítese com respeito a Hitler não poderia ser mais nítida.

Detenhamo-nos, porém, na fragilidade do tema ideológico caro a Arendt e à ideologia dominante. Nos últimos tempos se assiste a uma inversão de posições. Há alguns anos, estudiosos autorizados e ideólogos anticomunistas infatigáveis insistem em pintar Stalin como um expansionista insaciável, pronto a atacar no momento oportuno a própria Alemanha com a qual está ligado por um pacto de não agressão. A propósito disso, cita-se em particular o discurso de Stalin aos formandos da Academia militar e que aqui, por razão de brevidade, cito na síntese contida no diário de Dimitrov: “A nossa política de paz e de segurança é ao mesmo tempo uma política de preparação para a guerra. Não há defesa sem ataque. É preciso educar o exército no espírito do ataque. É preciso preparar-se para a guerra”.²⁹ É 5 de maio de 1941, o mesmo dia em que Stalin reúne na sua pessoa os cargos máximos do partido e do Estado, em previsão, evidentemente, do choque frontal com o III Reich. O imponente desenvolvimento já visto da indústria bélica soviética teria sido promovido por Stalin em previsão de uma guerra ofensiva, contra a qual Hitler procura se defender.³⁰ Essa tese, hoje incessantemente agitada

²⁸ Arendt (1989a), p. 428-29 e nota 14.

²⁹ Dimitrov (2002), p. 310.

³⁰ Hoffmann (1995).

pelo revisionismo histórico, pode ser facilmente refutada fazendo intervir o que refere um autor que, embora entre os expoentes de ponta dessa corrente historiográfica e ideológica, diz: já no início de maio de 1941, o general Antonescu, que acabara de assumir o poder na Romênia, informa aos seus aliados alemães que “as fábricas dos arredores de Moscou tinham recebido a ordem de transferir o seu maquinário para o interior do país”.³¹ Por outro lado, os nazistas estavam desesperadamente em busca de um *casus belli*. O chefe da espionagem, o almirante Canaris, anota no seu diário: “O general Jodl revelou-me que estão muito preocupados com o comportamento doentio e indulgente dos soviéticos em relação a nós, e [...] acrescentou, em parte brincando: ‘Se aqueles indivíduos (os soviéticos) continuarem a ser tão convenientes e deixar tudo correr, será o senhor que deverá organizar um incidente que dê início à guerra’”.³² No entanto, desmontando os historiadores revisionistas do seu novo cavalo de batalha, esses testemunhos evidenciam de modo inequívoco quem é o agressor. Em segundo lugar, esclarecem que era exatamente o comportamento de Stalin reprovado por Kruschiov que deixava o III Reich nervoso.

É verdade que a nova acusação contra Stalin encontrou imediatamente a sua consagração nos grandes meios de informação que, a fim de dar mais valor a ele, não hesitaram em ressuscitar o discurso de 19 de agosto de 1939, comentado com sábia indignação por um ilustre eslavista; pois, enquanto se preparava para enviar o fiel Molotov a Berlim para fazer o pacto de não agressão, Stalin já tinha elaborado, com cinismo repugnante, um plano para a agressão e a sovietação, no momento oportuno, da Europa inteira, inclusive a Alemanha.³³ Na realidade, trata-se de um grosseiro falso historiador (*supra*, cap. 1, § 3). Mas o ponto importante não é este. A revelação de nova infâmia de Stalin poderia ter sido a ocasião para rediscutir a tese desenvolvida por Arendt, graças também ao Relatório Kruschiov, da relação teimosa entre as duas encarnações máximas do “totalitarismo”. Mas nada disso aconteceu!

Os historiadores do universo concentracionário denunciam com razão o ulterior endurecimento conhecido do Gulag e “a superexploração dos detidos”, que atinge o seu horrível ápice após o “vertiginoso crescimento dos planos econômicos de 1940-1941” (portanto, nos meses do pacto de não agressão), quando a direção soviética, em previsão da guerra, atropela qualquer outra consideração para acelerar ao máximo a realização de planos “de

grande importância estratégica e econômica”, como, por exemplo, a construção de aeroportos, fábricas de aviões e de indústrias essenciais para o esforço bélico.³⁴ À luz dessa acusação grotesca a mais não poder segue-se o lugar-comum avalizado por Arendt, que continua a ser martelado de modo obsessivo: é preciso sempre demonstrar que Stalin confiava cegamente em Hitler! A ideologia dominante agita tranquilamente as afirmações e as acusações mais contraditórias: o importante é que sejam caluniados. É clara a tendência a resvalar da história para a mitologia política.

A exigência da demonização, motivada seja como for, se manifesta também em outros campos. Hoje em dia é incontestada a lenda negra do antissemitismo de Stalin. Mas não falta o ponto de vista diametralmente oposto. É a pesquisa de um jornalista, estadunidense e judeu, que fala da “propensão (*fondness*) de Stalin pelos judeus”, aos quais ele confia a direção dos campos de concentração onde estão encerrados os alemães destinados a serem expulsos da Polônia. Assim, os que escaparam da “solução final” podem se vingar de maneira terrível e se tornar os carrascos dos seus carrascos, tudo graças à astúcia e à perfídia do ditador soviético.³⁵ Este último é acusado – num livro escrito por um autor próximo dos ambientes militares da República Federal Alemã – de ter posto em circulação a “propaganda de guerra” das câmaras de gás e do plano do extermínio total da população judaica por obra do III Reich, a fim de desacreditar os seus inimigos.³⁶ Evidente e total é o contraste com a visão de um Stalin antissemita, a qual, no entanto, continua a gozar de grandíssimo sucesso.

Vale, enfim, a pena observar como também o tema da “paranoia” de Stalin muitas vezes foi declinado de maneira contraditória. Distingue-se na presunção com que diagnostica essa doença um historiador que, ao mesmo tempo, sublinha o papel que Beria teria tido na morte do líder soviético.³⁷ Certamente se poderia dizer que ele acaba sendo a vítima do clima criado por ele mesmo; restaria o fato que, pelo menos a partir de certo momento, o perigo era real e não mais o produto de uma fantasia doentia. Ou então: quem acusa Stalin de paranoia são, às vezes, personalidades e autores que, sem aduzir qualquer prova, o classificam de responsável pela morte dos seus colaboradores próximos, como Kirov e Jdanov. Não se recorre aqui ao mesmíssimo comportamento censurado ao ditador? Mas, essas perguntas e esses

³¹ Irving (2001), p. 457.

³² Irving (2001), p. 456.

³³ Strada (1996).

³⁴ Khlevniuc (2006), pp. 263-77.

³⁵ Sack (1993), pp. 53 e *passim*.

³⁶ Hoffmann (1995), pp. 154-55.

³⁷ Montefiore (2007), pp. 370, 381 e 727s.

problemas nem sequer surgem; o importante é acentuar, seja como for, a infâmia do déspota comunista e oriental.

Luta política e mitologia entre Revolução Francesa e Revolução de Outubro

Em junho de 1956, sob a impressão imediata da leitura do Relatório Kruschiov, Deutscher observa: “os comunistas se tinham prostrado por mais de um quarto de século” diante de um tirano monstruoso e repugnante tanto no plano moral como no plano intelectual; como pôde acontecer tudo isso?³⁸ Prosseguido nessa linha, ele teria podido acrescentar: o que teria levado filósofos e estadistas ocidentais ilustres a tributar àquele monstro declarações de estima e de respeito e, em certos casos, até de admiração? Estas perguntas são legítimas e até inevitáveis, mas talvez devessem ser completadas por outra: como pôde acontecer que o próprio Deutscher se tenha deixado contagiar por aquele comportamento que ele denuncia tão asperamente em 1956? Sim, depois do fim da II Guerra Mundial e por ocasião da morte de Stalin ele prestara homenagem ao estadista que tinha contribuído de modo decisivo para a derrota do III Reich e tinha construído o socialismo na URSS. Naquela época, o monstro de abjeção e de imbecilidade ainda não tinha entrado em cena, e, portanto, ainda não surgira a pergunta sobre o enorme crédito que ele, apesar de tudo, por tanto tempo teve. Talvez, em 1956, ao ler o Relatório Kruschiov, Deutscher tivesse agido melhor se houvesse feito uma pergunta bem diferente: guiada por um “generalíssimo” e por um dirigente político tão ridículo, como a União Soviética pôde derrotar a terrível máquina de guerra nazista, que tinha rapidamente subjogado o resto de Europa continental? E como pôde a União Soviética, partindo de uma posição de extrema fraqueza, tornar-se uma superpotência militar e industrial?

Sim, olhando bem, a meio século de distância da morte de Stalin e da clamorosa desestalinização, é oportuno retomar a pergunta feita por Deutscher para invertê-la de modo radical: como um retrato tão grotesco e caricatural como aquele feito por Kruschiov pôde chegar à dignidade de dogma historiográfico e político? Esse dogma foi até se enriquecendo com novos detalhes, sempre mais fantasiosos, a partir das “revelações” do *Relatório Secreto*, que atribuem a Stalin uma confiança cega no respeito do pacto de não agressão por parte de Hitler. Arendt, nas sucessivas edições de *As ori-*

³⁸ Deutscher (1972b), p. 20.

gens do totalitarismo, construiu o teorema da afinidade eletiva entre os dois ditadores, e esse teorema identificou cada vez mais novos pontos de contato e novas simetrias, até que os dois monstros se tornaram perfeitamente equivalentes em todo aspecto da sua ação política e da sua ideologia, inclusive a consumação de um holocausto e o ódio antisemita.

A chave de explicação desse fenômeno singular pode ser encontrada na história das mitologias políticas. Depois do Termidor, os jacobinos são entregues à guilhotina também no plano moral. Eles se tornam “aqueles sultões”, “aqueles sátiros” que um pouco por toda parte tinham preparado “lugares de prazer” e “lugares de orgias”, nos quais “se entregavam a todos os excessos”.³⁹ Junto e além da libido sexual, o que devorava Robespierre era sobretudo a *libido dominandi*: preparava-se para “desposar a filha de Capeto” de modo a poder subir ao trono da França.⁴⁰ A acusação era, sem dúvida, sensacional, mas as provas não faltavam, antes eram abundantes: “o contrato de matrimônio” já estava assinado; por outro lado, na casa do tirano recém justificado fora encontrado o “selo com o lis de França”, o selo da dinastia burbônica.⁴¹ Aparecia assim numa luz nova a execução ou o assassinato de Luis XVI: o responsável por tal ato talvez se propusesse apenas a se desembaraçar de um rival, queria eliminar o obstáculo que o impedia de subir ao trono.

Com a decapitação moral de Robespierre estava ligada a decapitação mais propriamente intelectual. Durante o período jacobino verificaram-se episódios populares, não promovidos do alto, de vandalismo e de iconoclasmo revolucionário, que tinham atingido os símbolos do antigo regime. Tais episódios continuaram a manifestar-se durante o Termidor, levando dessa vez em consideração tudo o que recordava o Terror. Mas os novos governantes acusam assim os jacobinos: por ódio à cultura da qual estavam totalmente privados, eles tinham projetado incendiar as bibliotecas, tinham até colocado já em ação aquele projeto louco. Através de várias passagens, a acusação se amplia sempre mais e se transforma num fato ainda mais incontrovertido à medida que perde todo contato com a realidade. Boissy d’Anglas pode assim apontar os jacobinos para o escarnio público.

Esses ferozes inimigos da humanidade, sem dúvida, permitiam deixar momentaneamente iluminar os seus malefícios apenas com a luz das bibliotecas incen-

³⁹ Baczeko (1989) p. 23 e nota 11.

⁴⁰ Baczeko (1989) p. 10s.

⁴¹ Baczeko (1989) pp.15-16.

diadas, pois esperavam que as trevas da ignorância se tornassem ainda mais espessas. Bárbaros! Fizeram o espírito regredir em muitos séculos.⁴²

Os jacobinos tinham introduzido a escola obrigatória, e contra eles e contra a revolução francesa enquanto tal a publicística contrarrevolucionária não se cansava de denunciar a *hybris* da razão e celebrar em oposição a função benéfica do “preconceito”; mas, no clima ideológico e político do Termidor, Robespierre e seus colaboradores são acusados de ter querido difundir as “trevas da ignorância”. E a nova acusação é feita sem que haja esforços para repensar a anterior: a coerência lógica é a última das preocupações.

Também no que diz respeito ao número das vítimas do Terror se assiste a um processo análogo ao já visto para as bibliotecas. Damos sempre a palavra ao eminente estudioso que estamos seguindo aqui: “Sobre números não se discute: dezenas de milhares, centenas de milhares, fala-se até de milhões”. Em suma, trata-se de um genocídio, como denuncia a *jeunesse dorée*, que na sua contra-Marselhesa grita contra os “bebedores de sangue humano”, “essa horda antropófaga”, “esses horrendos canibais”.⁴³ É uma acusação retomada e radicalizada pela esquerda. Logo após o Termidor, Babeuf fala de um “sistema de despovoação” (*dépopulation*) realizado em Vendeia por Robespierre, que perseguia exatamente a “infame, inaudita meta política” de “extirpar a raça humana”.⁴⁴ Assim se assiste a uma convergência entre direita e extrema esquerda da formação política, concordando ambas em fazer um retrato de Robespierre como monstro genocida. No entanto, esse paradoxo dura pouco. Babeuf não tarda a captar o real significado do Termidor: diante dos juízes que se preparam para condená-lo à morte, ao denunciar a situação desesperada à qual estão agora condenadas as massas populares, por um lado, apela para Saint-Just e para a sua ideia de “felicidade” e de salvação da miséria para todos, por outro lado, exprime o seu desdém pelo “sistema da fome” posto em prática pelos novos governantes e classifica como “genocida” (*populicide*) o termidoriano Boissy d’Anglas.⁴⁵ Assim a acusação de genocídio conhece uma radical reviravolta: ela atinge não mais Robespierre, mas os seus inimigos vitoriosos.

Seria interessante fazer uma análise comparada das mitologias que surgiram a partir das grandes revoluções. Depois de outubro de 1917, os jacobinos “bebedores de sangue humano” são substituídos pelos bolcheviques que,

⁴² Em Baczko (1989) p. 245.

⁴³ Em Baczko (1989) pp. 244-45.

⁴⁴ Em Baczko (1989) pp. 210-11.

⁴⁵ Em Babeuf (1988), pp. 316-18.

como relatam nos EUA refugiados provenientes da Rússia soviética, teriam inventado e empregado freneticamente uma guilhotina elétrica em condições de matar quinhentos homens por hora. Vimos os jacobinos rotulados como frequentadores de “lugares de prazer” e organizadores de “orgias”; no outono de 1919, o líder comunista húngaro, Bela Kun, é acusado de ter erigido “um harém esplendidamente abastecido”, onde o judeu pérfido e insaciável podia “violentar e desonrar às dúzias as castas virgens cristãs”.⁴⁶ Quem chama a atenção para essa calúnia é um jornal que mais tarde se tornará o órgão do partido hitleriano, mas que nesse momento, ao exprimir o seu horror pelos acontecimentos na Europa oriental, partilha de uma orientação amplamente difundida na opinião pública ocidental nas duas margens do Atlântico. Também na América os bolcheviques são sinônimo de dissolução e depravação moral: na Rússia, eles teriam introduzido a nacionalização das mulheres, como acusam documentos publicados com a autorização do presidente Wilson e como esclarece com riqueza de detalhes um jornal autorizado que é o *New York Times*; sim, toda moça que tenha feito dezoito anos de idade é obrigada a registrar-se num “escritório do amor livre”, que depois entrega a infeliz a um homem escolhido arbitrariamente, e ela é obrigada a sofrer no seu corpo e na sua alma a imposição do ente governamental.⁴⁷

Se os jacobinos são ‘bárbaros’, com maior razão o são os protagonistas da Revolução de Outubro, classificados primeiro como agentes da Alemanha imperial (ou dos “hunos” e dos “vândalos”, como os alemães são definidos pela propaganda da Entente durante a I Guerra Mundial), e depois como agentes do judaísmo internacional, duplamente estranho à civilização autêntica tanto pela sua proveniência geográfica, como pela contribuição fornecida à revolta das colônias e dos povos de cor, conforme a propaganda nazista não se cansa de repetir. Enfim, se por algum tempo Robespierre é acusado por Babeuf de ter querido “extirpar a raça humana” no seu conjunto, Conquest se contenta em atribuir a Stalin o planejamento da morte do povo ucraniano por inanição.

Os temas aqui esboçados são apenas modestas sugestões para o futuro historiador. Em busca da auspiciosa comparação das mitologias políticas convém, de qualquer modo, observar que a Stalin coube uma sorte pior que a Robespierre: sim, na Rússia dos nossos dias não faltam manifestações populares que elevam o seu retrato, e a maioria dos adultos se exprime positivamente sobre Stalin e vê nele o “líder enérgico” do qual o país tinha necessi-

⁴⁶ Diamond (1985), pp. 97-98.

⁴⁷ Filene (1967), pp. 46-47.

dade em tempos tão calamitosos. Entre os ex-‘dissidentes’ vemos Alexandr Zinoviev classificar Yeltsin como o líder de uma “contrarrevolução criminosa” e de uma “democracia colonial” e fazer um balanço surpreendente da história da União Soviética no seu conjunto, incluídas as três décadas da era staliniana: “Exatamente graças ao comunismo a Rússia pôde evitar males ainda piores” e realizar, “em condições históricas difícilíssimas”, progressos que “apenas uma cínica canalha pode negar”.⁴⁸ No Ocidente, porém, também à esquerda, a acusação de “stalinismo” está pronta a atingir quem quer que ouse avançar qualquer dúvida ou fazer alguma pergunta. Eventualmente, é no campo “burguês” que se pode entrever algum sinal tímido de repensamento. Já poucos meses depois da derrocada da União Soviética, um autorizado jornal italiano relatava: “Um milhão e meio de pessoas correm o risco de não sobreviver ao inverno, pela falta de alimentos e medicamentos em toda a União Soviética; um relatório da Cruz Vermelha Internacional afirma isso”.⁴⁹ Algum tempo depois, sempre analisando a Rússia de Yeltsin, um politólogo ilustre, Maurice Duverger, evidenciava a “diminuição da duração da vida média”, cuja responsabilidade recaía sobre os poucos privilegiados que tinham conseguido “acumular enormes riquezas” de origem especulativa e parasitária, quando não abertamente ilegal, e denunciava o “verdadeiro genocídio dos velhos”.⁵⁰ Senão uma reviravolta, pelo menos a acusação de genocídio conhece uma aplicação em todo campo, com a condenação de um herói do Ocidente (Yeltsin), e com ele do Ocidente enquanto tal, considerados responsáveis por uma tragédia que se verifica não já durante uma situação de aguda crise política e econômica, mas depois de acabada a própria Guerra Fria, num período em que, pelo menos nos países mais avançados, a penúria é apenas uma lembrança remota.

Vem à mente o balanço feito por Edgar Quinet a propósito da Revolução Francesa: “O Terror tinha sido a primeira calamidade; a segunda, aquela que arruinou a República, foi o processo feito ao Terror”.⁵¹

⁴⁸ Roberts (2006), p. 3 (para a persistente popularidade de Stalin na Rússia); Zinoviev (1994), pp. 11, 17, 54 e 133.

⁴⁹ Franceschini (1991).

⁵⁰ Duverger (1993).

⁵¹ Em Baczko (1989), p. 191.

8.

Demonização e hagiografia na leitura do mundo contemporâneo

Do esquecimento do segundo período de desordens na Rússia ao esquecimento do Século das Humilhações na China

A partir, sobretudo, do começo da Guerra Fria, durante décadas, a campanha anticomunista do Ocidente rodou em torno da demonização de Stalin. Até o momento da derrocada da União Soviética, não era o caso de exagerar na polêmica contra Mao, nem sequer contra Pol Pot, até o fim apoiado por Washington contra os invasores vietnamitas e os seus protetores soviéticos. O monstro gêmeo de Hitler era um só: tinha assolado por 30 anos em Moscou e continuava a pesar de modo funesto e maciço no país que ousava desafiar a hegemonia dos EUA.

O quadro não podia não mudar com a ascensão prodigiosa da China: agora é o grande país asiático que deve ser perseguido até perder a sua identidade e a sua autoestima. Além de Stalin, a ideologia dominante está empenhada em identificar outros monstros gêmeos de Hitler. Eis que um livro, que classifica Mao Zedong como o maior criminoso do século XX ou talvez de todos os tempos, consegue um grande sucesso internacional.¹

As modalidades da “demonstração” são aquelas que já conhecemos. Prefere-se partir da infância do “monstro” a partir da história da China. Convém então procurar encher essa lacuna. Com uma longa história por trás, que a tinha visto por séculos ou por milênios em posição eminente no desenvolvimento da civilização humana, ainda em 1820 a China tem a glória de gerar um produto interno bruto que constituía 32,4% do PIB mundial; em 1949, no momento da sua fundação, a República Popular da China é o país mais pobre, ou entre os mais pobres, do mundo.² A agressão colonialista e imperialista que inicia com as guerras do ópio é que determina essa queda drástica. Celebradas em termos enfáticos também pelos mais ilustres representantes

¹ Chang, Halliday (2006).

² Davies (2001), p. 299.

do Ocidente liberal (pensar em Tocqueville e em John Stuart Mill), essas guerras infames abrem um capítulo decididamente trágico para o grande país asiático. O déficit na balança comercial chinesa provocado pela vitória dos “narcotraficantes britânicos”, a terrível humilhação sofrida (“tem-se relações com mulheres chinesas e elas são estupradas” pelos invasores; as sepulturas são violadas em nome da curiosidade científica; o minúsculo pé enfajado de uma mulher é tirado da sua tumba”) e a crise evidenciada pela incapacidade do país de defender-se das agressões externas desempenham um papel de primeiro plano em determinar a revolta dos Taiping (1851-1864), os quais colocam na ordem do dia a luta contra o ópio. É “a guerra civil mais sanguinolenta na história mundial, com uma estimativa de vinte a trinta milhões de mortos”.³ Depois de ter contribuído poderosamente para provocá-la, o Ocidente se torna o seu beneficiário, dado que pode estender o seu controle sobre um país atenuado por uma crise sempre mais profunda e sempre mais indefeso. Inicia-se um período histórico que vê “a China crucificada” (nesse meio tempo Rússia e Japão tinham se juntado aos carrascos ocidentais). Sim:

À medida que se aproxima do final do século XIX, a China parece tornar-se a vítima de um destino contra o qual não pode lutar. É uma conjuração universal dos homens e dos elementos. A China dos anos 1850-1950, aquela das mais terríveis insurreições da história, o alvo dos canhões estrangeiros, o país das invasões e das guerras civis, é também o país dos grandes cataclismos naturais. Sem dúvida, o número das vítimas na história do mundo nunca foi tão elevado.

A redução geral e drástica do teor de vida, a desagregação do aparelho estatal e de governo, junto com a sua incapacidade, a corrupção e a crescente subalternidade e subjugação ao exterior, tudo isso torna ainda mais devastador o impacto de aluviões e carestias: “A grande fome na China do Norte em 1877-1878 [...] matou mais de nove milhões de pessoas”.⁴ É uma tragédia que tende a verificar-se periodicamente: em 1928, os mortos chegam a “quase três milhões só na província de Shanxi”.⁵ Não há como fugir nem da fome nem do frio: “eram queimadas as vigas das casas para poderem esquentar-se”.⁶

³ Losurdo (2005), cap. IX, § 6 e VIII, § 3 (para Tocqueville e J. S. Mill); Davis (2001), pp. 22 e 16; Spence (1998), pp. 53, 62, 134-35 e 234-35 (para as infâmias dos invasores e a luta dos Taiping contra o ópio).

⁴ Gernet (1978), p. 579; Roux (2007), p. 40.

⁵ Gernet (1978), p. 580.

⁶ Roux (2007), p. 41.

Não se trata só de uma devastadora crise econômica: “O Estado está quase destruído”. Um dado é de per si significativo: “entre 1911 e 1928 ocorreram 1.300 guerras entre senhores da guerra”; os “corrilhos militares” opostos são, às vezes, apoiados por essa ou aquela potência estrangeira. Por outro lado, “as repetidas guerras civis entre 1919 e 1925 podem ser consideradas como novas guerras do ópio. A questão em jogo é o controle da sua produção e do seu transporte”.⁷ Além dos grupos armados dos senhores da guerra, espalha-se o banditismo propriamente dito, alimentado pelos desertores do exército e pelas armas vendidas pelos soldados. “Calcula-se que, por volta de 1930, os bandidos na China cheguem a 20 milhões, ou seja, 10% da população masculina total”.⁸ Por outro lado, é fácil imaginar o destino que cabe às mulheres. No conjunto, é a dissolução de todo laço social: “Às vezes, o camponês vende a mulher e os filhos. A imprensa descreve as colunas de mulheres jovens vendidas desse modo que percorrem as ruas, trabalhando para os traficantes, no Shanxi devastado pela fome de 1928. Elas se tornam escravas domésticas ou prostitutas”. Só em Xangai são “cerca de 50.000 prostitutas regulares”. E tanto as atividades do banditismo como as da prostituição podem contar com o apoio ou a cumplicidade das concessões ocidentais, que para tal fim desenvolvem “lucrativas atividades”.⁹ A vida dos chineses vale muito pouco, e os oprimidos tendem a compartilhar esse ponto de vista com os opressores. Em 1938, na tentativa de frear a invasão japonesa, a aviação de Chang Kai-shek explode os diques do Rio Amarelo: 900.000 camponeses morrem afogados enquanto outros 4 milhões são obrigados a fugir.¹⁰ Cerca de quinze anos antes, Sun Yat-Sen tinha manifestado o temor de que se pudesse chegar “à extinção da nação e o aniquilamento da raça”; sim, talvez os chineses se preparassem para sofrer o fim infligido aos “peles-vermelhas” no continente estadunidense.¹¹

Essa história trágica por trás da revolução desaparece na historiografia e na publicística que giram em torno do culto negativo dos heróis. Se na leitura da história da Rússia se procede ao recalçamento do segundo período de desordens, para o grande país asiático se passa por alto o Século das Humilhações (o período que vai da primeira guerra do ópio à conquista do poder pelos comunistas). Como na Rússia, também na China quem salva a

⁷ Roux (2007), pp. 34-36.

⁸ Roux (2007), pp. 39 e 37.

⁹ Roux (2007), pp. 41 e 37.

¹⁰ Roux (2007), p. 72.

¹¹ Sun Yat-Sen (1976), pp. 27 e 42-43.

nação e até o Estado é, em última análise, a revolução guiada pelo partido comunista. Na biografia já citada sobre Mao Zedong não só se ignora o pano de fundo histórico aqui sumariamente reconstruído, mas o primado do horror de que o líder comunista chinês é acusado é conseguido pondo na sua conta as vítimas provocadas pela carestia e pela fome que afligiram a China. É observado um rigoroso silêncio sobre o embargo infligido ao grande país asiático depois da chegada dos comunistas ao poder.

Sobre este último ponto convém consultar o livro de um autor estadunidense que descreve de modo simpático o papel de primeiro plano desempenhado durante a Guerra Fria pela política de sítio e estrangulamento econômico realizado por Washington em prejuízo da República Popular Chinesa. Esta, no outono de 1949, se encontra numa situação desesperada. É preciso notar, porém, que a guerra civil não cessara absolutamente. O grosso do exército do Kuomintang tinha se refugiado em Taiwan, e daí continuava a ameaçar o novo poder com ataques aéreos e incursões, além de focos de resistência continuarem a agir no continente. Mas não é este o aspecto principal: “Depois de décadas de guerras civis e internacionais, a economia nacional estava à beira do colapso total”. À queda da produção agrícola e industrial se junta a inflação. E não é tudo. “Naquele ano, graves inundações tinham devastado grande parte da nação, e mais de 40 milhões de pessoas tinham sido atingidas por essa calamidade natural”.¹²

O embargo decretado tempestivamente pelos EUA torna essa gravíssima crise econômica e humanitária mais catastrófica do que nunca. Os objetivos estadunidenses surgem com clareza dos estudos e dos projetos da administração Truman e das admissões ou declarações dos seus dirigentes: fazer com que a China “sofra uma praga” de “um padrão geral de vida em torno ou abaixo do nível de subsistência”; provocar “atraso econômico”, “atraso cultural”, uma “primitiva e incontrolada taxa de natalidade”, “desordens populares”; infligir “um custo pesado e bastante prolongado à estrutura social inteira” e criar, em última análise, “uma situação de caos”.¹³ É um conceito que é repetido de modo obsessivo: é preciso levar um país das “necessidades desesperadas” para uma “situação econômica catastrófica”, “para o desastre” e o “colapso”.¹⁴ É mortífera essa “pistola econômica” apontada contra um país superpovoado, mas para a CIA não basta. A situação provocada “pelas medidas de guerra econômica e pelo bloqueio naval” poderia ser a-

¹² Zhang (2001), pp. 52-56.

¹³ Zhang (2001), pp. 20-21.

¹⁴ Zhang (2001), pp. 22, 25 e 27.

gravada ainda mais por uma “campanha de bombardeios aéreos e navais contra portos selecionados, vias férreas, estruturas industriais e depósitos”; afinal de contas prosseguem, com a assistência dos EUA, os reides aéreos do Kuomintang sobre as cidades industriais, inclusive Xangai, da China continental.¹⁵

Um presidente sucede ao outro na Casa Branca, mas o embargo fica e inclui medicamentos, tratores e fertilizantes.¹⁶ No início da década de 1960, um colaborador da administração Kennedy, ou seja, Walt W. Rostow, observa que, graças a essa política, o desenvolvimento econômico da China foi atrasado pelo menos por “dezenas de anos”, enquanto os relatórios da CIA sublinham “a séria situação agrícola na China comunista”, agora gravemente enfraquecida por “sobrecarga de trabalho e má nutrição” (*overwork and malnutrition*).¹⁷ Trata-se então de reduzir a pressão sobre um povo reduzido à fome? Pelo contrário, é preciso não afrouxar o embargo “nem sequer para um alívio humanitário”. Aproveitando-se do fato de que a China “não tem recursos naturais chave, em particular petróleo e terra cultivável”, e apoiando-se também na grave crise nesse meio tempo ocorrida nas relações entre China e URSS, se pode tentar o golpe definitivo: trata-se de “explorar as possibilidades de um embargo ocidental total contra a China” e bloquear na medida mais completa possível as vendas de petróleo e de grãos.¹⁸

Tem sentido, então, atribuir de modo exclusivo ou principal a Mao as responsabilidades pela catástrofe econômica que há muito tempo se abateu sobre a China e foi lúcida e impiedosamente projetada por Washington já a partir do outono de 1949? Comprometidos como estão em pintar o retrato de Mao e denunciar os seus experimentos loucos, os autores da monografia de sucesso não se colocam esse problema. No entanto, são os próprios dirigentes estadunidenses que, no momento de impor o embargo, sabem que ele será ainda mais devastador por causa da “inexperiência comunista no campo da economia urbana”.¹⁹ Não por acaso os vimos falar de modelo explícito de “guerra econômica” e de “pistola econômica”.

É uma prática que não desaparece sequer depois do fim da Guerra Fria. Alguns anos antes do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, um jornalista estadunidense descrevia assim, em 1996, o comportamento

¹⁵ Zhang (2001), pp. 34, 32 e 71.

¹⁶ Zhang (2001), pp. 83, 179 e 198.

¹⁷ Zhang (2001), pp. 250 e 244.

¹⁸ Zhang (2001), pp. 249-52.

¹⁹ Zhang (2001), p. 22.

de Washington: “Os líderes estadunidenses desembainharam uma das armas mais pesadas de seu arsenal comercial, mirando de modo ostensivo para a China, e depois discutem furiosamente se apertam ou não o gatilho”. Uma vez posta em ação, a anulação das relações comerciais normais ameaçada por eles teria constituído, “em termos de dólares, a maior sanção comercial na história dos EUA, excluídas as duas guerras mundiais”; teria sido “o equivalente comercial de um ataque nuclear”.²⁰ Esta era também a opinião de um ilustre político estadunidense, ou seja, Edward Luttwak: “Com uma metáfora se poderia afirmar que o bloqueio das importações chinesas é a arma nuclear que a América tem apontada para a China”.²¹ Agitada como ameaça nos anos 1990, a “arma nuclear” econômica foi sistematicamente utilizada durante a Guerra Fria contra o grande país asiático, enquanto de modo explícito e repetido Washington se reservava o direito de recorrer também à arma nuclear propriamente dita.

No momento da conquista do poder, Mao está bem consciente de que o espera a “tarefa bastante difícil da reconstrução econômica”; sim, é necessário “aprender o trabalho no campo industrial e econômico” e “aprender de todo perito (quem quer que seja)”.²² Nesse contexto, o Grande Salto em frente aparece como a tentativa desesperada e catastrófica de enfrentar o embargo.²³ Isto vale em parte para a própria Revolução Cultural, caracterizada também pela ilusão de poder promover um rápido desenvolvimento econômico, apelando para a mobilização de massa e para os métodos empregados com sucesso na luta militar. Tudo isso sempre na esperança de acabar de uma vez para sempre com as devastações da “guerra econômica”, por trás da qual se divisava a ameaça de uma guerra ainda mais total. Também no que diz respeito ao comportamento de déspota oriental assumido por Mao sobretudo durante a Revolução Cultural, certamente explicam a história da China, bem como a ideologia e a personalidade de quem exerce o poder; é verdade que nunca se viu andar no caminho da democratização um país selvagemmente agredido no plano econômico, isolado no plano diplomático e submetido a uma terrível e constante ameaça no plano militar. Estando assim as coisas, é duplamente grotesco pôr exclusivamente na conta de Mao “mais de setenta

²⁰ Dale (1996).

²¹ Luttwak (1999), p. 151.

²² Zhang (2001), pp. 53 e 55.

²³ Zhang (2001), pp. 218 e 235.

milhões de pessoas [...] mortas em tempo de paz por causa do seu mau governo”.²⁴

Na realidade, são “extraordinárias” “as conquistas sociais da era de Mao”, que viram um nítido melhoramento das condições econômicas, sociais e culturais e uma forte elevação da “expectativa de vida” do povo chinês. Sem esses pressupostos não se pode compreender o prodigioso desenvolvimento econômico que depois libertou centenas de milhões de pessoas da fome e até da morte por inédua.²⁵ Mas, na ideologia dominante se assiste a uma verdadeira inversão das responsabilidades: o grupo dirigente que pôs fim ao Século das Humilhações se torna um bando de criminosos, ao passo que os responsáveis pela imensa tragédia de um século e aqueles que com o embargo fizeram de tudo para prolongá-la tomam a forma de campeões da liberdade e da civilização. Vimos Goebbels, em 1929, rotular Trotski como aquele que “talvez” possa ser considerado o maior criminoso de todos os tempos (*supra*, cap. 5, § 15); nos anos seguintes talvez Goebbels tenha atribuído a Stalin o primado da criminalidade. Em todo caso, o modo de argumentar do chefe do aparelho de propaganda e manipulação do III Reich deve ter parecido problemático demais para os autores da biografia de Mao aclamada no Ocidente. Eles não têm dúvidas: o primado absoluto de criminalidade na história universal agora passou para o líder chinês!

O recalçamento da guerra e a produção em série dos monstros gêmeos de Hitler

O recalçamento da história e, sobretudo, do colonialismo e da guerra é uma constante da mitologia empenhada em transformar em monstros mais ou menos gêmeos de Hitler, além de Stalin, todos os líderes do movimento comunista e anticolonialista. Isso é uma operação bastante fácil para o Pol Pot. É exatamente sobre ele convém deter-nos, não certamente para reabilitá-lo ou para redimensionar o horror do qual se tornou responsável, mas a fim de esclarecer melhor as modalidades com que é construída a mitologia hoje dominante. Ao fazer isto me servirei quase exclusivamente do livro de um estudioso estadunidense da Ásia e, sobretudo, da monografia sobre o Camboja escrita por um jornalista que trabalhou para o *Times*, o *Economist* e a BBC. Começamos, portanto, fazendo uma pergunta: quando e como iniciou

²⁴ Zhang, Halliday (2006), p. 734.

²⁵ Arrighi (2008), pp. 406-07.

a tragédia que culminou no horror do regime do Pol Pot? Eis uma primeira resposta, dada pelo estudioso estadunidense:

No início da década de 1970, o presidente Richard Nixon e o seu conselheiro para a segurança nacional Henry Kissinger ordenaram que fossem lançadas nas áreas rurais do Camboja mais bombas do que tinham sido lançadas sobre o Japão durante a II Guerra Mundial, matando pelo menos 750.000 cambojanos.²⁶

O cálculo da monografia sobre o Camboja de Pol Pot é mais prudente: as vítimas chegariam a “meio milhão”. No entanto, é evidente que “as bombas caíram em massa e, sobretudo, sobre a população civil”, que saiu dizimada, com os sobreviventes muitas vezes horrendamente marcados no corpo e traumatizados de qualquer maneira pela experiência cotidiana dos bombardeios terroristas e pela fuga da zona rural (reduzida a “paisagem lunar”) para as cidades na mão das tropas governamentais e, portanto, poupados do inferno, mas sempre mais sujeitos ao caos que se seguiu ao afluxo crescente de refugiados, obrigados a levar “uma existência precária à beira da morte pela fome”. No final da guerra, só na capital eram dois milhões os cambojanos desenraizados pela guerra e amontoados em “choupanas” e “barracas”, com os doentes e feridos recuperados nos hospitais, mas com “poucas esperanças de sobrevivência”.²⁷ A tudo isso devem ser acrescentados os “massacres em vasta escala” realizados pelas tropas de Lon Nol, que chegou ao poder em 1970 com o golpe de Estado arquitetado em Washington. Eis de que modo o regime dos EUA, alimentado com “centenas de milhões de dólares”, enfrenta o problema representado pelas minorias étnicas: “Nas aldeias vietnamitas dos subúrbios ao norte de Phnom Penh, pelo menos três mil habitantes, todos do sexo masculino acima de quinze anos, foram recolhidos, levados à beira do rio e fuzilados. As mulheres que ficaram foram violentadas”. Ou: “Na região dita do Bico do Papagaio, os detidos [vietnamitas] de um campo foram avisados de um iminente ataque vietcongue e receberam a ordem de fugir. Enquanto corriam, os guardas cambojanos [aliados ou a serviço dos EUA] abriram fogo com as metralhadoras”. São apenas dois exemplos. Autorizadas testemunhas jornalistas referem a impressão que se tinha ao visitar esse ou aquele lugar semelhante aos que acabamos de ver: “Parecia um matadouro e tinha cheiro de matadouro”.²⁸

²⁶ Johnson (2001), p. 31.

²⁷ Short (2005), pp. 351, 287, 289-90, 334 e 361-62.

²⁸ Short (2005), pp. 18 e 277-78.

Fique claro: não se abate apenas sobre os vietnamitas o furor das tropas de Lon Nol. “Os comunistas feitos prisioneiros eram comumente suprimidos”. Além disso, os responsáveis por tais mortes gostam de ser fotografados enquanto exibem, orgulhosos e sorridentes, as cabeças arrancadas dos guerrilheiros.²⁹ Por outro lado, seria errado responsabilizar exclusivamente os asiáticos pelas atrocidades que se verificam no Camboja e, mais em geral, na Indochina. Dá o que pensar o que um professor estadunidense relata numa revista do seu país a propósito de um agente da CIA, que viveu no Laos “numa casa decorada com uma coroa de orelhas arrancadas das cabeças de comunistas [indochineses] mortos”.³⁰

A esta altura uma nova pergunta se impõe: há uma ligação entre o primeiro ato da tragédia cambojana e os seguintes? No empenho em minimizar tal relação, o livro que utilizo não está isento de contradições ou oscilações: “É possível que os bombardeios tenham contribuído para criar um clima que teria levado ao extremismo. Mas a guerra em terra teria feito isso de qualquer maneira”. A “guerra em terra” era uma fatalidade? Não é da guerra como tal que é preciso partir? “A equação ‘sem guerra do Vietnã, sem Khmer vermelho’ é simplista demais, mas reflete uma ‘verdade inegável’”.³¹ O jornalista escritor inglês tem dificuldade em admitir, no entanto, pelas suas próprias formulações embaraçadas, se deduz que os primeiros responsáveis pela tragédia não de ser procurados em Washington. E do seu relato surge uma verdade ainda mais transtornante com relação à vulgata hoje na moda. Eis como a monografia sobre o Camboja relata a conquista de Phnom Penh pelos guerrilheiros: depois de tudo o que tinha acontecido, “poderia ter sido muito, mas muito, pior”.³² Pelo menos no que diz respeito à primeiríssima fase da gestão do poder, Pol Pot recebe aqui um reconhecimento de moderação que dificilmente poderia ser dado aos dirigentes de Washington!

Por outro lado, os novos governantes estavam diante de dificuldades reais e dramáticas: os EUA teriam dado início a uma nova onda de bombardeios terroristas? E como alimentar uma população urbana que cresceu em demasia, com uma agricultura devastada por causa da transformação da zona rural em “paisagem lunar”? E como enfrentar a ameaça da CIA, que nas cidades “tinha implantado transmissores de rádio secretos e células de espio-

²⁹ Short (2005), p. 331; cf. também a fotografia entre as p. 376 e p. 377.

³⁰ Wikler (1999).

³¹ Short (2005), pp. 289 e 586.

³² Short (2005), p. 359.

nagem clandestina”?³³ Certamente, o que determinou a decisão de evacuar as cidades é também o populismo extremista e visionário de Pol Pot, mas esse mesmo comportamento é estimulado pelo espetáculo de cidades pavorosamente cheias de multidões, expostas à ameaça do inimigo e tomada pelo caos, com uma população em grande parte impossibilitada de exercer uma função produtiva.

Em conclusão, por que o juízo moral sobre Pol Pot deveria ser mais severo que sobre Nixon e Kissinger (os responsáveis pela guerra)? O mesmo autor inglês constantemente citado por mim, enquanto por um lado rejeita a explicação intencionalista dos massacres em que desemboca a aventura de Pol Pot (“aquela nunca foi a linha política do PCK”, ou seja, do partido comunista cambojano; “o objetivo não era destruir, mas transformar”), por outro lado observa a propósito da ferocidade da guerra estadunidense: “Os bombardeios tinham se tornado um símbolo de virilidade”.³⁴ Há de se acrescentar que, depois de conquistar o poder, durante o conflito com o Vietnã que se segue, Pol Pot é apoiado no plano político e diplomático pelos EUA. No entanto, a ideologia dominante passa em silêncio o papel prioritário e decisivo de Nixon e Kissinger na tragédia cambojana. É sabido que os bárbaros estão sempre fora do Ocidente, e se é preciso proceder à criminalização dos dirigentes políticos, eles são os responsáveis pela revolução, nunca pela guerra.

Essa hipocrisia é mais repugnante ainda pelo fato de que, enquanto Pol Pot para de atormentar e matar, a guerra estadunidense continua a fazer sentir com força os seus efeitos. “Em toda a Indochina há pessoas que morrem de fome, de doença e de projéteis não explodidos”.³⁵ Pelo menos pelo que diz respeito ao Vietnã, convém ter presente o cálculo realizado há algum tempo por um jornal conservador francês segundo o qual, 30 anos depois do fim das hostilidades, ainda havia “quatro milhões” de vítimas com o corpo devastado pelo “terrível agente laranja” (com referência à cor da dioxina derramada sem economia pelos aviões estadunidenses sobre todo um povo).³⁶ E no Camboja? Deixemos de lado as devastações infligidas aos corpos. Quantos são os cambojanos que ainda sofrem os “danos psicológicos” devastadores e “irreversíveis” provocados pelos bombardeios?³⁷ Uma conclusão se impõe: concentrar-

³³ Short (2005), pp. 380-81.

³⁴ Short (2005), pp. 382 e 326.

³⁵ Chomsky, Herman (2005), p. 60.

³⁶ Hauter (2004).

³⁷ Short (2005), p. 289 e 290 nota.

se exclusivamente sobre Pol Pot significa contentar-se com meia verdade, que na realidade acaba constituindo uma mentira total, culpada de passar em silêncio sobre os principais responsáveis pelo horror.

Socialismo e nazismo, arianos e angloceltas

Depois de ter assimilado os “monstros do totalitarismo”, a ideologia hoje dominante vai além. Além das personalidades singulares que o encarnaram historicamente, o comunismo enquanto tal estaria estreitamente ligado, por afinidades eletivas e por laços de simpatia, com o nazismo. Conquest é o mais comprometido nessa direção; ele inicia a sua “demonstração” afirmando a propósito de Hitler: “Embora ele odiasse o comunismo ‘judeu’, não odiava os comunistas”.³⁸ As hostilidades entre os dois movimentos políticos é apenas ilusão. O que dizer deste novo teorema?

Logo depois de sua chegada ao poder, o Führer explica às cúpulas das forças armadas que pretende, em primeiro lugar, liquidar o “veneno” representado pelo “pacifismo, marxismo, bolchevismo”.³⁹ Alguns dias depois Göring esclarece mais o programa de luta do novo governo contra o marxismo (e o bolchevismo): “Não só aniquilaremos essa peste, arrancaremos de todo livro a palavra marxismo. Em cinquenta anos na Alemanha a nenhum homem será lícito saber o que o termo significa”.⁴⁰ Na véspera da operação Barbarossa, Goebbels anota no seu diário:

O bolchevismo está morto (*ist gewesen*). Desse modo cumpriremos diante da história a nossa tarefa autêntica [...]. O veneno bolchevique deve ser expulso da Europa. Contra esta empresa o próprio Churchill ou Roosevelt têm pouco a objetar. Talvez consigamos convencer também o episcopado alemão de ambas as confissões a abençoar essa guerra como querida por Deus [...]. Agora aniquilamos realmente aquilo contra o que combatemos durante toda a nossa vida. Falo sobre isto com o Führer, e ele está completamente de acordo comigo.⁴¹

Não se trata de palavras, como demonstra o aniquilamento sistemático dos quadros comunistas decidido por Hitler na véspera da operação Barbarossa.

³⁸ Conquest (1992), p. 174.

³⁹ Em Ruge, Schumann (1977), p. 24.

⁴⁰ Em Ruge, Schumann (1977), pp. 32-33.

⁴¹ Goebbels (1992), pp. 1585 e 1603 (24 de maio e 16 de junho de 1941).

Há mais: “No final de 1941, os alemães tinham capturado três milhões de prisioneiros soviéticos. Em fevereiro de 1942, dois milhões desses prisioneiros estavam mortos, a maioria por causa da fome, das doenças e dos maus tratos. Além disso, os alemães executaram diretamente os prisioneiros suspeitos de serem comunistas”.⁴² Quer dizer, já nos primeiríssimos meses da operação Barbarossa, os nazistas matam ou provocam a morte de mais de dois milhões de soviéticos, atingindo em primeiro lugar os comunistas. E não é tudo. Enquanto é obrigado a esconder-se para fugir da “solução final”, Klemperer, o eminente intelectual alemão de origem judia que já encontramos, escreve uma nota de diário sobre a qual convém refletir. Estamos em agosto de 1942 e a Zeiss-Ikon recorre ao trabalho forçado de operárias polonesas, francesas, dinamarquesas, judias e russas; a situação destas últimas é particularmente dura: “Sofrem tanto de fome que as camaradas judias vêm em sua ajuda. Isso é proibido; mas se deixa cair uma fatia. Pouco depois a russa se abaixa e depois desaparece com o pedaço de pão no banheiro”.⁴³ Portanto, a partir desse testemunho, a condição das escravas russas (ou soviéticas) era, às vezes, até pior do que a das escravas judias.

Nas suas afirmações peremptórias, Conquest não fica no meio do caminho. Trata-se de demonstrar o teorema da afinidade eletiva entre comunismo e nazismo bem além da personalidade de Stalin e das fronteiras da União Soviética. Portanto, a “longa e recíproca hostilidade” entre os “partidos totalitários” é uma mera aparência. A realidade é diferente e oposta: “Gramsci, por exemplo, foi um dos mais íntimos companheiros de Mussolini”.⁴⁴ No entanto, todos deveriam saber que, enquanto o dirigente comunista definhava nas prisões fascistas, o seu perseguidor recebia a homenagem de representantes de primeiro plano do mundo liberal. Pensemos em particular em Churchill, que a propósito do Duce declara em 1933: “O gênio romano personificado por Mussolini, o maior legislador vivo, mostrou a muitas nações como se pode resistir à pressão do socialismo e indicou o caminho que uma nação pode seguir quando for corajosamente conduzida”.⁴⁵ Quatro anos depois – nesse meio-tempo a Itália fascista levava a termo com métodos bárbaros a conquista da Etiópia e está profundamente empenhada na derrocada da república espanhola – o estadista inglês reforça o seu julgamento: “Seria uma loucura perigosa para o povo britânico subestimar a posição duradoura

que Mussolini ocupará na história mundial e as admiráveis qualidades de coragem, inteligência, autocontrole e perseverança que ele personifica”.⁴⁶

Convém, sobretudo, ler o balanço feito por Croce no final da II Guerra Mundial. O objeto da crítica é a “atitude fraca dos conservadores da Inglaterra para com os dirigentes da Alemanha, Itália e Espanha”.⁴⁷ Ou antes, pelo menos no que diz respeito ao fascismo italiano, a Inglaterra foi mais longe: “os seus políticos, e alguns dos maiores, prestaram homenagem e fizeram carícias ao fascismo e visitaram o seu chefe e alguns se ornaram até com distintivos fascistas”.⁴⁸ Sim, Mussolini “teve as homenagens de todo o mundo, e em primeiro lugar dos políticos ingleses e [...], pelo que me foi afirmado por pessoas que vivem na Inglaterra, ainda é considerado um grande homem pela opinião pública inglesa”.⁴⁹ A posição pró-fascista do Ocidente encontra a sua consagração até no plano filosófico. Pensemos num autor como Ludwig von Mises, que ainda hoje é tido como um mestre do liberalismo e que, em 1927 presta homenagem ao golpe de Estado de Mussolini, que tinha evitado o perigo comunista e salvado a civilização: “o mérito desse modo adquirido pelo fascismo viverá eternamente na história”.⁵⁰

O próprio Hitler, em 1937, é retratado em termos lisonjeiros por Churchill, que aprecia nele não só o político “extremamente competente”, mas também os “modos gentis”, o “sorriso desarmante” e o “sutil magnetismo pessoal”, do qual é difícil fugir.⁵¹ Mais enfático é o ex-primeiro-ministro David Lloyd George, que fala do Führer como de um “grande homem”, ao passo que ainda na véspera do desencadeamento da guerra o programa enunciado pelo *Mein Kampf* de subjugação e escravização dos eslavos é considerado aceitável pelo embaixador britânico em Berlim, com a condição de que não se “volte ao mesmo tempo contra o Império Britânico”.⁵² De qualquer modo, independentemente do juízo sobre o Führer, segundo a opinião expressa em 1938 pelo embaixador estadunidense em Paris, é preciso fazer de tudo para construir uma frente comum contra o “despotismo asiático”, a fim de salvar a “civilização europeia” (*supra*, cap. 5, § 3). Nos *Cadernos do cárcere*, ao invés, em 1935, Gramsci escreve: “depois das manifestações de brutalidade e de

⁴² Roberts (2006), p. 85.

⁴³ Klemperer (1996), vol. 2, p. 194.

⁴⁴ Conquest (1992), p. 174.

⁴⁵ Em Canfora (2006), p. 232.

⁴⁶ Em Baker (2008), p. 73.

⁴⁷ Croce (1993), vol. 2, p. 88.

⁴⁸ Croce (1993), vol. 2, p. 408.

⁴⁹ Croce (1993), vol. 2, p. 366.

⁵⁰ Mises (1927), p. 45.

⁵¹ Em Baker (2008), p. 70.

⁵² Em Kershaw (2005), pp. 52 e 75 e 228.

ignomínia inaudita da 'cultura' alemã dominada pelo hitlerismo", é hora de todos tomarem nota de quanto é "frágil a cultura moderna".⁵³

Enfim, ao levar a termo a sua cruzada que, além do comunismo, visa também as correntes de algum modo influenciadas pelo socialismo, Conquest sentencia: "a eugenia, com todas as suas implicações racistas, estava na moda também entre os fabianos".⁵⁴ A esta altura, o *tour de force* chegou à sua conclusão, e agora basta alguma vaga veleidade reformadora com respeito à sociedade capitalista existente para ser rotulado como companheiro ou gêmeo de Hitler. Naturalmente, para argumentar desse modo é preciso não se deixar estorvar pela pesquisa histórica empírica; já como termo, antes ainda que como "ciência", a eugenia nasce na Inglaterra liberal e imediatamente conhece uma grande fortuna nos Estados Unidos. Referem-se explicitamente à república estadunidense os autores austríacos e alemães que, antes ainda de Hitler, recomendam a "higiene racial"; à semelhança do que acontece do outro lado do Atlântico, trata-se de introduzir também na Áustria e na Alemanha normas que proíbam as relações sexuais e matrimoniais entre raças diferentes e de valor diverso. Não por acaso, o termo chave do programa eugênico e racial do III Reich, ou seja, *Untermensch*, é apenas a tradução do *Under Man* estadunidense, um neologismo cunhado por Lothrop Stoddard, o autor celebrado tanto nos EUA como na Alemanha e consagrado pelas homenagens tanto de dois presidentes estadunidenses (Harding e Hoover) como pelo Führer do III Reich, pelo qual é pessoalmente recebido com todas as honras.⁵⁵ Vale a pena anotar que quem critica essa corrente de pensamento, comprometida em celebrar a supremacia branca e nórdica e defendê-la também no plano eugênico, é Antonio Gramsci, o teórico e dirigente comunista visado particularmente por Conquest.⁵⁶

A este autor, obcecado pela ideia de descobrir nos lugares mais remotos e impensados os movimentos e as personalidades que apresentam afinidades ideológicas com o nazismo, quero dar uma sugestão: poderia tentar submeter os seus livros ao mesmo tratamento que ele dá aos livros de orientação, ainda que vagamente, socialista. Dá o que pensar a tese formulada numa das últimas publicações de Conquest: a civilização autêntica encontra a sua expressão mais acabada na "comunidade de língua inglesa" e o primado de tal comunidade tem um fundamento étnico preciso, constituído pelos "anglocel-

tas".⁵⁷ A mitologia anglocelta aqui esboçada evoca a mitologia ariana de infausta memória. Há apenas uma especificação a fazer. A mitologia ariana, cara a uma longa tradição que se desenvolveu nas duas margens do Atlântico e depois desembocou no nazismo, tendia a se identificar com a mitologia branca; em todo caso, prestava homenagem aos povos nórdicos e a todos os povos que tinham partido do solo germânico, inclusive, portanto, os ingleses e os estadunidenses. A comunidade anglocelta, porém, é definida em oposição não só aos bárbaros totalmente estranhos ao Ocidente, mas também à Europa continental. O clube dos povos autenticamente civilizados caro a Conquest é, sem dúvida, mais exclusivo.

A Nuremberg anticomunista e a negação do princípio do tu quoque

Agora a tendência é clara. Não poucas vezes se elevaram no campo dos vencedores a recomendar ou a exigir uma espécie de Nuremberg anticomunista; e é essa orientação que inspira a ideologia e a historiografia dominantes. É sabido que, durante o processo de Nuremberg, foi negada aos réus nazistas a possibilidade de valer-se do princípio do *tu quoque*, ou seja, de partir dos crimes contestados para chamar a atenção para os crimes semelhantes cometidos pelos seus acusadores. Do mesmo modo se desenrola o processo de Tóquio. Certamente, é a justiça do vencedor. Por outro lado, em conclusão de um gigantesco conflito, que se tinha desenvolvido também como uma guerra civil internacional e como um choque planetário entre revolução e contrarrevolução (pensar na teorização nazista do direito da raça dos senhores a escravizar as "raças inferiores", com um substancial, pavoroso salto atrás com relação ao processo de abolição da escravidão colonial), vemos surgir em vários países (pensar na Itália) tribunais revolucionários que, no caso da Alemanha e do Japão (onde a frente interna resistiu até o fim), são impostos do alto e do exterior. Os atuais processos historiográficos da Nuremberg anticomunista são a réplica farsista de uma grande tragédia. É evidente que um juízo histórico é impensável sem a reconstrução do clima do tempo: comparatística e recurso ao princípio do *tu quoque* são absolutamente inevitáveis. É à luz desses critérios que pretendo analisar a costumeira criminalização dos acontecimentos iniciada com a Revolução de Outubro e em particular de Stalin.

⁵³ Gramsci (1975), p. 2326.

⁵⁴ Conquest (1992), p. 175.

⁵⁵ Losurdo (2007), cap. III, § 4-5.

⁵⁶ Gramsci (1975), p. 199 (a referência é, em primeiro lugar, a Madison Grant).

⁵⁷ Conquest (2001), pp. 275s e 307.

Sobre as modalidades terroristas do poder exercido por ele não há dúvidas. Mas façamos intervir o princípio do *tu quoque*. Sabemos já das centenas de milhares de vítimas provocadas pelos bombardeios aéreos estadunidenses no Camboja. Aqui pretendo chamar a atenção sobretudo para um detalhe:

Os camponeses se tornaram presas de um terror cego. “As mentes deles estavam bloqueadas e vagavam mudos, sem falar por três ou quatro dias”, lembrou um jovem habitante de uma aldeia. “O cérebro deles estava completamente desorientado [...] não conseguiam sequer tomar uma comida”.

E muitos, “semiloucos pelo terror”, nunca mais conseguiram voltar a si.⁵⁸

O terror nem sempre é exercido de modo “asséptico”, bombardeando do alto dos céus. No que diz respeito aos EUA, quando o século XX inicia ainda está em curso a guerrilha nas Filipinas, que foi reprimida – relata um historiador estadunidense – com o “massacre de aldeias inteiras” ou com a execução de todas as pessoas do sexo masculino acima de dez anos.⁵⁹

Outras vezes, o terror é exercido delegando as tarefas mais sujas a terceiros, que são sempre ajudados. Vejamos de que modo os EUA se desembaraçaram dos seus opositores políticos na Indonésia: centenas de milhares de comunistas são assassinados após o golpe de Estado de 1965, orquestrado e apoiado por Washington. Sistemático é o recurso ao terror e até ao sadismo:

Os assassinatos em massa iniciaram em outubro de 1965 [...]. Os militares tinham feito e distribuído listas de ‘comunistas’ a grupos muçulmanos de direita, armados de *parangs* e transportados em caminhões para as aldeias, onde matavam e mutilavam os habitantes. As crianças das escolas eram convidadas a indicar os ‘comunistas’, muitos dos quais eram mortos no local com toda a família. Numerosas pessoas eram denunciadas após rixas pessoais, e “bastava uma palavra ou um dedo apontado para que fossem levadas para fora e fuziladas”. O número das vítimas era tão elevado que fez surgir graves problemas sanitários no leste de Java e no norte da Sumatra, onde os corpos em putrefação empestavam o ar e impediam a navegação nos rios [...]. Em 1968 recomeçaram as execuções em massa e, numa só vez, o exército e a guarda civil teriam matado no centro de Java “3.500 supostos seguidores do PKI, golpeando-os com barras de ferro na nuca” [...]. Segundo a Anistia Internacional “garotas com menos de treze anos, ve-

⁵⁸ Short (2005), pp. 289 e 290 nota.

⁵⁹ McAllister Linn (1989), p. 27.

lhos, pessoas fracas e doentes não escapavam da tortura, usada não apenas nos interrogatórios, mas também como punição ou por simples sadismo.⁶⁰

É um terror que os países do Ocidente liberal exercem apenas fora do seu território nacional? Não é assim; basta pensar na violência que ainda nas primeiras décadas do século XX é feita contra os negros e que muitas vezes é encenada como espetáculo pedagógico de massa:

Notícias dos linchamentos eram publicadas em folhetos locais e vagões suplementares eram acrescentados aos trens para espectadores, às vezes milhares, provenientes de localidades a quilômetros de distância. Para assistir ao linchamento, as crianças das escolas podiam ter um dia livre.

O espetáculo podia incluir a castração, o esfolamento, a assadura, o enforcamento, os tiros de arma de fogo. Os lembranças a serem adquiridas podiam incluir os dedos das mãos e dos pés, os dentes, os ossos e até as genitálias da vítima, bem como cartões ilustrados do evento.⁶¹

Por outro lado, “a solução final da nossa questão índia” se arrasta no Canadá mesmo depois de conseguir a independência.

Mas nos concentremos na década de 1930, durante a qual vemos desenvolver-se na URSS o terror staliniano. Nos EUA, as manchetes e as crônicas dos jornais locais são eloquentes em si. “Grandes preparativos para o linchamento desta noite”. Nenhum detalhe deve ser deixado de lado: “Teme-se que os tiros contra o negro possam errar o alvo e atingir espectadores inocentes, que incluem mulheres com os filhos no braço”; mas se todos se apega-rem as regras, “ninguém ficará desapontado”. Vejamos outros títulos: “o linchamento realizado quase como previsto no anúncio publicitário (*advertised*)”; “a multidão aplaude e ri pela horrível morte de um negro”; “coração e genitálias cortadas do cadáver de um negro”.⁶² É justo falar de terror, e não só em consideração aos efeitos que o espetáculo de uma violência tão cruel e tão alegremente preanunciada numa espécie de inserção publicitária causava na comunidade negra. Há mais. Não eram linchados só os negros culpados de “estupro” ou, na maioria das vezes, de relações sexuais consensuais com uma branca. Era preciso muito menos para serem condenados à morte. O *Atlanta Constitution* de 11 de julho de 1934 informa a execução de um negro de 25 anos “acusado de ter escrito uma carta ‘indecente e insultante’ a uma

⁶⁰ Chomsky, Herman (2005), pp. 227-29.

⁶¹ Woodward, em Losurdo (2005), cap. X, § 5.

⁶² Ginzburg (1988), pp. 220-22, 205 e 211.

jovem branca do condado de Hinds”. Nesse caso, a “multidão de cidadãos armados” se contentaram em encher de balas o corpo do desgraçado.⁶³ Ademais, além de atingir os “culpados”, a morte, infligida de modo mais ou menos sádico, paira também sobre os suspeitos. Continuemos a folhear os jornais da época e ler as manchetes: “Inocentado pelo júri, depois linchado”; “Suspeito enforcado num carvalho na praça pública de Bastrop”; “Linchado o homem errado”.⁶⁴ Enfim, a violência não se limita a golpear o responsável ou o suspeito responsável: acontece que, antes de proceder a seu linchamento, é incendiada e queimada completamente a cabana em que mora a sua família.⁶⁵

Além dos negros, o terror atinge também os brancos que, familiarizando excessivamente com os negros, se tornam traidores da sua raça. É o que resulta já do título de um artigo do *Galveston Tribune* (Texas) de 21 de junho de 1934: “Uma moça branca é posta na prisão e o seu amigo negro é linchado”. O fato é que – comenta alguns dias depois um editorial do *Chicago Defender* – no estado do Texas, uma mulher branca pode acasalar-se mais livremente com um cão do que com um negro.⁶⁶ E se ela não levar isso em conta, o regime da *white supremacy* terrorista a ataca de maneira dupla: privando-a da sua liberdade pessoal e atingindo pesadamente a sua renda. Portanto, o terror se abate também sobre cidadãos (negros e brancos) que não desempenham nenhuma atividade política, mas que são considerados culpados de levar uma vida privada contrária às normas da sociedade.

A “traição” em relação à raça branca pode assumir formas ainda mais graves. De “amantes dos negros” (*nigger lovers*) são chamados os comunistas empenhados numa campanha contra a prática dos linchamentos e, portanto, atingidos também eles pelo terror exercido pelo regime de *white supremacy* e obrigados a “enfrentar a eventualidade da prisão, da surra, do sequestro pessoal e até da morte”.⁶⁷ Mais uma vez são iluminadoras as crônicas dos jornais do tempo: “‘O medo do comunismo’ citado como causa dos linchamentos”.⁶⁸

Voltemos à URSS de Stalin. Não há dúvida de que, a partir sobretudo da coletivização forçada da agricultura, o universo concentracionário, que já

⁶³ Ginzburg (1988), p. 220.

⁶⁴ Ginzburg (1988), pp. 212, 219 e 232.

⁶⁵ Ginzburg (1988), p. 222.

⁶⁶ Ginzburg (1988), pp. 217-18.

⁶⁷ Kelley (1990), pp. xii-xiii.

⁶⁸ Ginzburg (1988), p. 203.

tinha começado a tomar forma logo depois da Revolução de Outubro, conheceu um desenvolvimento medonho. Mas também nesse caso façamos valer o princípio do *tu quoque*. Passando por alto o universo concentracionário (que já conhecemos) em vigor no sul dos EUA entre o final do século XIX e início do século XX, vejamos o que acontece em meados do século passado. Entre 1952 e 1959 estoura no Quênia a revolta dos mau-mau. Eis de que modo o governo de Londres mantém a ordem na sua colônia: no campo de concentração de Kamiti, as mulheres

eram interrogadas, açoitadas, reduzidas a condição de esfoenação (*starved*) e sujeitas a duro trabalho que incluía encher fossas comuns com cargas de cadáveres provenientes de outros campos de concentração. Várias delas procriaram em Kamiti, mas a taxa de mortalidade entre os infantes era chocante. As mulheres enterravam os seus filhos em montes de seis cada vez.⁶⁹

Também no que diz respeito às práticas genocidas, mais do que nunca desenvolvemos, a acusação não faz valer o princípio do *tu quoque*. Não sei se é possível definir o massacre dos comunistas na Indonésia (promovido ou encorajado pela CIA) como “o segundo maior holocausto do século XX”. Em todo caso, tratou-se de um massacre conduzido sem a eficiência industrial dos nazistas e, portanto, com um excesso de sadismo. De qualquer modo, deveria ser do conhecimento de todos que, ainda depois do fim do III Reich, as intervenções do Ocidente liberal nas colônias ou semicolônias desembocam não só na instauração de ferozes ditaduras, mas também na ajuda dada à realização de “atos de genocídio”; sublinha isso na Guatemala a “comissão para a verdade”, que faz referência à sorte que coube aos índios maias, culpados de ter simpatizado com os opositores do regime caro a Washington.⁷⁰

Enfim, vimos que os jacobinos são “horrendos canibais” aos olhos da burguesia termidoriana; mais tarde, porém, serão os descendentes dessa burguesia que sofrerão a denúncia que a Comuna de Paris faz das “empresas canibalescas dos bandidos de Versalhes”.⁷¹ No que diz respeito ao século XX, enquanto a guerra civil assola, os bolcheviques chamam à luta contra o “canibalismo burguês”.⁷² Mais tarde, como sabemos, é o próprio Stalin que classifica o racismo antisemita como expressão de “canibalismo”. Hoje em

⁶⁹ Ascherson (2005), p. 29.

⁷⁰ Navarro (1999).

⁷¹ Marx (1955-1989), vol. 17, p. 334.

⁷² Bukharin, Preobrazenski (1920), p. 106.

dia, porém, toma-se a tragédia e o horror da ilha de Nazino, onde se verificaram casos de canibalismo real, para reduzir a simples barbárie os acontecimentos iniciados com a Revolução de Outubro e denunciar o “canibalismo vermelho”.⁷³

Na verdade, episódios de canibalismo já tinham ocorrido anteriormente: em 1921, a gravidade da carestia chega “ao ponto de provocar casos de antropofagia”.⁷⁴ Um ano depois, o filósofo liberal italiano Guido de Ruggiero observa:

O bloqueio da Entente, que queria aniquilar o bolchevismo, em vez disso, matava homens, mulheres e crianças russas; acaso os pobres que passavam fome podiam competir em elegância democrática com os causadores de fome da Entente? Como era natural, eles se estreitaram em redor do próprio governo, identificaram nos inimigos deste os próprios inimigos.⁷⁵

Como se vê, o filósofo liberal acusa mais a Entente do que o poder soviético. Também os “casos atestados de antropofagia” que se verificam em certas regiões da China em 1928⁷⁶ dificilmente podem ser colocados na conta dos comunistas, que conquistarão o poder mais de vinte anos depois; eventualmente eles acusam o Ocidente que, a partir da guerra do ópio, tinha lançado no abismo o grande país asiático. Mas voltemos aos anos 1930, porém nos deslocando da União Soviética de Stalin para os Estados Unidos de Franklin D. Roosevelt. Eis de que modo, no Alabama, uma massa de facínoras ataca furiosamente um negro:

A primeira coisa que fizeram foi cortar o seu pênis e obrigá-lo a comê-lo. Depois cortaram os seus testículos e obrigaram-no a comê-los e a dizer que gostava.

Em seguida, com facões cortaram em fatias as costas e o estômago, e cada um, ora um, ora outro, podia arrancar um dedo das mãos ou dos pés. Ferro em fogo foram usados para queimar o negro de cima abaixo. Durante a tortura, de vez em quando uma corda era amarrada em torno do pescoço de Neal, que era empurrado um degrau abaixo até estar quase estrangulado; mas depois a tortura iniciava sempre pela cabeça. Depois de várias horas dessa punição eles decidiram matá-lo.

⁷³ Werth (2007b); Galli della Loggia (2007).

⁷⁴ Souvarine (2003), p. 401.

⁷⁵ De Ruggiero (1963), p. 437.

⁷⁶ Roux (2007), p. 41.

O corpo de Neal foi amarrado com uma corda à parte traseira de um automóvel e arrastado pela rua até a casa de Cannidy. Aí uma multidão entre 3.000 e 7.000 pessoas, provenientes de vários estados do sul, esperava excitada a chegada.

A diversão sobre o cadáver continua por muito tempo e termina com a venda de fotografias “a cinquenta centavos cada”⁷⁷, mas paramos por aqui. É claro que a aplicação do princípio do *tu quoque* nos levou a descobrir nos EUA de F. D. Roosevelt um caso não de antropofagia provocada pela penúria geral, pela desorganização e pela fome, mas de autocanibalismo coagido e organizado como espetáculo de massa numa sociedade que, aliás, goza de bem-estar.

Em conclusão, a costumeira oposição entre movimento comunista, de um lado, e Ocidente liberal, do outro, faz abstração, no que diz respeito a este último, da sorte reservada aos povos coloniais ou de origem colonial e das medidas aprovadas em situações de crise mais ou menos aguda. O maniqueísmo é o resultado do confronto entre duas grandezas heterogêneas: um mundo analisado exclusivamente no seu espaço sagrado e nos seus períodos de normalidade é contraposto de modo triunfalista a um mundo que, ao colocar em discussão a barreira entre espaço sagrado e espaço profano, entre civilizados e bárbaros, é obrigado a enfrentar um prolongado estado de exceção e a hostilidade irredutível dos guardiões do espaço sagrado exclusivista.

Demonização e hagiografia: o exemplo do “maior historiador moderno vivo”

Segundo Conquest, a catástrofe do século XX inicia, na realidade, com a irrupção do *Manifesto do Partido Comunista* na “ordem cívica e democrática” própria do Ocidente: as ideias enunciadas por Marx e Engels “causaram notáveis problemas em todo o mundo por bem cinco gerações”.⁷⁸

Vejamos, pois, qual era a situação no mundo em 1848, ano de publicação do *Manifesto* fatal. Começemos pela Grã-Bretanha, que para Conquest é um dos dois centros da exclusiva e superior comunidade “anglocelta” e, portanto, da civilização autêntica. Pois bem, em meados do século XIX, no modo de ver de Tocqueville, a zona industrial de Manchester e os bairros operários aparecem como um “labirinto infecto”, um “inferno”: os míseros case-

⁷⁷ Ginzburg (1988), p. 223.

⁷⁸ Conquest (2001b), p. 48.

bres são como “o último asilo que o homem pode ocupar entre a miséria e a morte”. No entanto, “os seres infelizes que ocupam tais cubículos suscitam a inveja de alguns semelhantes seus”. Desloquemo-nos agora para as casas de trabalho, dando sempre a palavra ao liberal francês: elas oferecem o espetáculo “mais horrendo e mais repugnante da miséria”; de um lado os enfermos incapazes de trabalhar e que esperam a morte, do outro a mulher e as crianças amontoadas confusamente “como porcos na lama do seu chiqueiro; a gente se esforça para não pisar num corpo seminu”.

Na França, as classes populares não se resignam a essa condição. Eis como Tocqueville chama a enfrentar a revolta de junho de 1848: qualquer um que for surpreendido “em atitude de defesa” deve ser fuzilado no local. Por outro lado, não se pode contentar-se com “paliativos”: é preciso liquidar de uma vez para sempre os focos de subversão, eliminando não só a Montanha de inspiração jacobina, mas “todas as colinas em redor”; é preciso não hesitar sequer diante de um “remédio [...] heroico”.

Em meados do século XIX, a Irlanda também é parte integrante da Grã-Bretanha; aí vimos o “proto-Eichmann” condenar à morte por inanição centenas de milhares de pessoas. Nas outras colônias do Reino Unido, a situação não é melhor. Em 1835, o vice-rei da Índia relata a Londres as consequências da destruição do artesanato têxtil local, eliminado pela grande indústria inglesa. “É uma miséria que dificilmente encontra precedentes na história do comércio. Os ossos dos trabalhadores têxteis embranquecem as planícies da Índia”. A tragédia não termina aqui. Dois anos depois se verifica em certas regiões uma carestia tão terrível que – constata candidamente outra fonte britânica, toda comprometida em celebrar a glória do Império – “os residentes britânicos [...] são obrigados a suspender os seus costumeiros passeios noturnos por causa do mau cheiro dos cadáveres, numerosos demais, por serem sepultados”. Não parece haver perspectivas de melhoramento para os passeios noturnos: “o cólera e a varíola que surgiram depois dizimaram uma multidão que tinha sobrevivido à carestia”.⁷⁹ O morticínio não é apenas o resultado de processos econômicos “objetivos”: na Nova Zelândia – observa o *Times* em 1864 – os colonos, fortalecidos com o apoio do governo de Londres, levaram a cabo o “extermínio dos nativos”.

E agora vejamos o que acontece no outro centro da comunidade “anglocelta” e da civilização autêntica. Quando na Europa o *Manifesto do Partido Comunista* irrompe ruinosamente, a escravidão está em plena floração nos Estados Unidos, que pouco antes a tinham reintroduzido no Texas, ar-

rancado do México com a força das armas, e que ainda antes tinha declarado, com Jefferson, querer reduzir à “esfomeação” o povo de Santo Domingo-Haiti, culpado de ter quebrado as correntes da escravidão. Nos EUA, a tragédia dos índios se soma à tragédia dos negros. No que diz respeito aos índios, citamos aqui apenas um capítulo, assim sintetizado por um historiador estadunidense: “A degradação e o aniquilamento dos índios da Califórnia representam uma das páginas mais vergonhosas da história estadunidense, uma vergonha inapagável para a honra e a inteligência dos Estados Unidos. Não se tratou de uma guerra, mas de uma espécie de esporte popular”.

Na relação com os povos coloniais ou de origem colonial, a brutalidade da “ordem cívica e democrática” ocidental não só é posta em prática, mas é também explicitamente teorizada por autores que foram assumidos sem problemas no panteão liberal. Tocqueville convida seus compatriotas a não se deixarem estorvar por escrúpulos morais residuais e a se dar conta da realidade: para levar a cabo a conquista da Argélia, à qual em nenhum caso é lícito renunciar, é inevitável “que sejam queimadas as colheitas, que sejam esvaziados os silos e que, enfim, nos apoderemos dos homens desarmados, das mulheres e das crianças”. Ou antes, é preciso ir ainda além, como emerge de uma terrível palavra de ordem: “Destruir tudo o que se assemelha a um agregado permanente de população ou, noutras palavras, a uma cidade [...]. Não deixar subsistir ou surgir nenhuma cidade nas regiões controladas por Abd el-Kader” (o líder da resistência).⁸⁰

O pequeno quadro cor-de-rosa que Conquest traça do mundo precedente à publicação do *Manifesto do Partido Comunista* pode ser comparado com quadro a óleo semelhante que, no início do século XIX, um crítico do abolicionismo pinta da sociedade escravista:

Protegidos contra as adversidades da vida, cercados de conforto desconhecido da maior parte dos países da Europa, seguros no gozo da sua propriedade (pois eles tinham uma propriedade e era sagrada), tratados na doença com despesas e atenções que em vão buscaríeis nos tão decantados hospitais da Inglaterra, protegidos, respeitados nas enfermidades da velhice, em paz com os seus filhos, com as suas famílias [...] libertados quando tinham prestado importantes serviços: este era o quadro autêntico e não embelezado da administração dos nossos negros [...]. O mais sincero afeto ligava o senhor ao escravo; nós dormíamos seguros no meio desses homens que ti-

⁷⁹ Em Chamberlain (1937), p. 997 e nota 2; Martineau (1857), p. 297.

⁸⁰ Sobre tudo isto cf. Losurdo (2005), cap. V, § 8; VI, § 3; III, § 2; X, § 1; VII, § 1; IX, § 2 e VII, § 6.

nham se tornado nossos filhos e muitos de nós não tinham nem fechadura nem ferrolhos nas portas.⁸¹

No entanto, Conquest, o “veterano da Guerra Fria”, é celebrado como o “maior historiador moderno vivo”, na verdade, por outro historiador de corte.⁸² É claro, a *reductio ad Hitlerum* dos acontecimentos iniciados com a Revolução de Outubro e, sobretudo, da personalidade que por mais tempo que qualquer outro dirigiu a União Soviética, é apenas o outro lado da medalha da insípida hagiografia do mundo anterior a 1917 e até à publicação do *Manifesto do Partido Comunista*.

Revoluções abolicionistas e demonização dos “brancófagos” e dos bárbaros

A comparatística pode, mais uma vez, ajudar a esclarecer a lógica subjacente a esses processos ideológicos. São três os grandes movimentos revolucionários que com modalidades diferentes puseram radicalmente em discussão a escravidão ou a semiescravidão dos povos coloniais e o regime nazista de supremacia branca existente em nível interno ou em nível internacional. Em primeiro lugar, devemos pensar na grande revolução dos escravos negros que estoura em Santo Domingo na esteira da Revolução Francesa. Dirigida por Toussaint Louverture, o ‘jacobino negro’, essa revolução desemboca na proclamação da independência de Santo Domingo-Haiti, o primeiro país no continente americano a sacudir das costas o instituto da escravidão. O segundo grande movimento revolucionário é aquele que, nos Estados Unidos, partindo da agitação abolicionista e da Guerra de Secessão, desemboca por um breve período de tempo (os anos da *Reconstruction*) na instauração de uma sociedade multirracial, no âmbito da qual os negros agora libertos gozam plenamente não só dos direitos civis, mas também dos direitos políticos. Devemos, enfim, fazer referência à Revolução de Outubro, que lança o apelo aos escravos das colônias a quebrar as suas correntes e que estimula potencialmente aquelas que até agora eram as “raças inferiores” na luta pela descolonização e pela emancipação.

Todos esses três grandes movimentos sofreram e, em parte, ainda sofrem uma liquidação sumária ou um confinamento na escuridão ou semies-

curidão da história. Tomemos a revolução liderada por Toussaint Louverture. Nas primeiras décadas do século XIX, aqueles que olham para ela com simpatia são chamados de “brancófagos e assassinos”.⁸³ A propósito de Santo Domingo, Tocqueville se limita por sua vez a acenar para a “sanguinolenta catástrofe que pôs fim à sua existência”. Paradoxalmente, a ilha deixa de existir no momento em que ela põe fim, pela primeira vez no continente americano, ao instituto da escravidão! Mas talvez, para reproduzir o clima da época, convém citar sobretudo uma célebre novela de Heinrich von Kleist (*O noivado em S. Domingo*), ambientada no início do século XIX, “quando os negros matavam os brancos” e se consumava a “matança dos brancos” em nome de uma “geral vertigem de vingança”. Esta criminalização de uma grande revolução continuou por muito tempo a dominar incontestável. Ela se encontra no início do século XX em Lothrop Stoddard: junto com a revolução dos escravos negros de Santo Domingo, o teórico da *white supremacy* condena também a segunda e terceira etapas da luta antiescravista e anticzarista, e coerentemente rotula como traidores da raça branca tanto os jacobinos franceses, como os expoentes estadunidenses do abolicionismo radical e da causa da igualdade racial, como os bolcheviques.

Pelo que diz respeito à chamada *Reconstruction*, se deve ter bem presente o aviso de um eminente historiador estadunidense: “Apesar de sua derrota militar, há muito tempo o sul venceu a guerra civil ideológica”.⁸⁴ Poderia parecer que, pelo menos nesse caso, não deveria haver dúvidas: tendo por trás séculos de escravidão propriamente dita, a Reconstrução é obrigada a ceder passagem a um regime de terror antinegro tão feroz que pode ser identificado como o momento mais trágico na história dos afroamericanos. No entanto, vemos de que modo Wilson sintetiza esse período histórico: “os escravos domésticos eram tratados quase sempre de modo indulgente e até afetuoso pelos seus senhores”. Na esteira da emancipação intervém depois a Reconstrução, com a formação, no sul, de maiorias que se apoiam sobre os negros: é “um extraordinário carnaval de crime público”, ao qual felizmente põe fim “a natural e inevitável ascensão dos brancos”.⁸⁵ O que enche de horror uma personalidade que passou a fazer parte do panteão dos Estados Unidos e do Ocidente não é o período em que o poder absoluto do proprietário de escravos trata com furor o seu gado humano e tampouco o período em que o regime de supremacia branca organiza como espetáculo de massa o linchamento e o lento martírio dos ex-escravos; sinônimo de “crime

⁸¹ James (1968), p. 105.

⁸² O elogio é de Paul Johnson e consta da quarta capa de Conquest (2001).

⁸³ Grégoire (1996), p. 75.

⁸⁴ Davis (2000).

⁸⁵ Em Blackmon (2008), p. 358.

público” é a breve temporada que se seguiu à Guerra de Secessão e durante a qual existe o empenho, apesar de tudo, de levar a sério os direitos humanos dos afroamericanos.

Com o tempo, a *black Reconstruction* ou a *radical Reconstruction* foi classificada como sinônimo de “totalitarismo” ou como fenômeno que prenuncia “o fascismo e o nazismo”. Tomando ares de conclusão de uma guerra bastante semelhante à “guerra total dos nazistas”, ela tinha pretendido realizar com a força o princípio da igualdade e da mistura racial, atropelando a vontade da maioria da população (branca) e fazendo apelo a populações selvagens, com a consequente “vitória graças à força física da civilização sobre a barbárie”. Felizmente para se opor ou conter esse horror havia os cavaleiros sem mancha e sem medo da Ku Klux Klan, a organização na qual continuava a agir a “ordem cavaleiresca” que tinha há tempo caracterizado o sul dos EUA! São esses os temas agitados por uma historiografia que continuou a fazer sentir a sua influência bem além do colapso do III Reich.⁸⁶

Enfim, os acontecimentos iniciados em outubro de 1917, com o apelo dirigido aos escravos das colônias a quebrar as suas cadeias, culminaram com a chegada da autocracia de Stalin.

Naturalmente, não se trata de modo algum de idealizar os protagonistas dessas três grandes lutas de emancipação. Um eminente historiador da revolução dos escravos negros em Santo Domingo polemiza contra “a lenda corrente segundo a qual a abolição da escravatura se teria traduzido no extermínio dos brancos”⁸⁷; mas é incontestável que os massacres se verificaram de um lado e do outro. Tampouco há dúvidas sobre a brutalidade até aquele momento inaudita com que a guerra civil estadunidense foi travada pelo Norte, e em particular por Sherman, o qual se propõe explicitamente a atingir a população civil e “fazer a Geórgia ladrar”⁸⁸, e para o qual não por acaso Hitler parece olhar como para um modelo. Está, enfim, fora de discussão o caráter desapiedado da ditadura exercida primeiro por Lênin e depois, ainda mais, por Stalin. Pelo menos o segundo entre os conflitos aqui evocados parece agora ter sido perdido pelo sul escravista também no plano historiográfico: não é mais politicamente correto lamentar o instituto da escravidão ou o regime de *white supremacy*. Em vez disso, um dos lugares comuns tornou-se a leitura do “stalinismo” (e dos acontecimentos iniciados com a Revolução de Outubro) em pers-

⁸⁶ Para a saudade da tradição sulista, cf. Weaver (1987), pp. 78, 161, 160-70; em sentido crítico cf. Franklin (1989), pp. 10-40 e Davis (2000).

⁸⁷ James (1968), p. 117.

⁸⁸ Em Weaver (1987), p. 168.

pectiva meramente criminosa e a assimilação de Stalin àquele que, herdando e radicalizando a tradição colonial, reivindicou explicitamente o direito da “raça dos senhores” a dizimar e escravizar as “raças inferiores”: é o sinal de que os *laudatores* do colonialismo não perderam a batalha nem no plano político nem, tampouco, no plano historiográfico.

A história universal como “grotesca vicissitude de monstros” e como “teratologia”?

Condenado à *damnatio memoriae* está o movimento histórico que mais radicalmente do que qualquer outro colocou em discussão a arrogância da “raça dos senhores”, a qual assolou por séculos, desde a tradição colonial clássica até a tentativa do III Reich de radicalizá-la e de fazer com que valesse no próprio seio da Europa.

Mas, não há movimento histórico que não possa ser submetido a semelhante criminalização. Tome-se o liberalismo. Se forem ignoradas as páginas altas escritas por ele (a afirmação da necessidade da limitação do poder e do governo da lei, ou a compreensão do poderoso estímulo que para o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza social pode derivar do mercado, da concorrência e da emulação individual) e se nos concentrarmos exclusivamente na sorte infligida aos povos coloniais ou de origem colonial (por séculos submetidos à escravização, a formas mais ou menos brutais de trabalho forçado e a práticas genocidas ou diretamente a “holocaustos”, segundo a expressão mais vezes utilizada pelos historiadores), também o liberalismo pode ser lido em perspectiva mais ou menos criminosa.

No atual clima de “guerra ao terror”, não faltam certamente os livros que, partindo dos atentados suicidas ou do horror de Beslan, na Rússia de 2004 (quando uma violência cega e sem limites toma como alvo também as crianças), reconstruem a expansão do Islã como a história de uma conquista sanguinolenta e cruel, que assola selvagemmente sobre os vencidos e deixa para trás de si apenas uma imensa esteira de sangue. Assim é esquecido e reprimido o papel do Islã na criação da grande civilização multiétnica e multicultural que caracteriza a Espanha anterior à reconquista cristã, no radical questionamento da sociedade castal na Índia, mais em geral na promoção a partir já do século XIX da luta de emancipação dos povos coloniais.

Na vertente oposta, porém, podemos registrar a publicação de uma monumental *História criminal do cristianismo*, toda centrada na denúncia da acusação de intolerância e de violência inerente já na pretensão de conhecer

o único Deus verdadeiro, sobre a condenação indignada das cruzadas exterminadoras (proclamadas contra os infiéis do exterior e os hereges do interior), das guerras religiosas, da Inquisição, da caça às bruxas, da legitimação do expansionismo colonial do Ocidente com a sua esteira de horror, do aval fornecido ainda no século XX a regimes tirânicos e sanguinários.⁸⁹ E de novo a desenvoltura se entrança com o recalçamento. Pregando a ideia de igualdade entre os homens e continuando a alimentar ainda nos séculos XVIII e XIX o movimento abolicionista e antiescravista, o cristianismo constitui um capítulo essencial do processo de formação da sociedade democrática. No seu lúcido ódio, Nietzsche compreendeu bem isso; foi exatamente a partir disso que ele pode denunciar a intrínseca carga violenta e criminosa que, não obstante as aparências, caracterizaria o cristianismo e, ainda antes, o judaísmo dos profetas; agitando a ideia de igualdade e culpando a riqueza, o poder e a condição senhorial em geral, os profetas judeus seriam os primeiros responsáveis pelos massacres que se verificaram no decorrer da guerra dos camponeses, da revolução puritana, da Revolução Francesa e da Comuna de Paris. Uma linha de continuidade que sucessivamente o antisemitismo novecentista e Hitler prolongam até ao movimento comunista e à revolução “judeu-bolchevique” de outubro de 1917.

Por outro lado, o movimento comunista foi muitas vezes comparado com o cristianismo primitivo ou com o Islã. Assim fica quase completo o quadro da história universal entendida como história universal do crime. Dessa seqüela de crimes fogem não só as motivações, mas também as razões da sua ininterrupta duração, de modo que a história no seu conjunto se configura, para dizer como Hegel, como um “matadouro” de dimensões planetárias⁹⁰ ou como um imenso, insondável *mysterium iniquitatis*. A essa altura – podemos observar com Gramsci – “irracional” e “monstruoso” nos parece o “passado” como tal: a história no seu conjunto se configura como uma “grotesca vicissitude de monstros”, como “teratologia”.⁹¹

Contra a redução a crime ou a loucura criminosa dos acontecimentos iniciados com outubro de 1917, autores e personalidades empenhados em defender de algum modo a honra do comunismo reagem, às vezes, tomando distância das páginas mais negras da história desse movimento e rotulando-o como traição ou degeneração dos ideais originais da revolução bolchevique ou dos ensinamentos de Lênin ou de Marx. Olhando bem, também essa a-

⁸⁹ Deschner (1988).

⁹⁰ Hegel (1969-1979), vol. 12, p. 35.

⁹¹ Gramsci (1975), p. 1417.

bordagem acaba tendo um resultado não muito diferente daquela que se acabou de analisar. São “traição” ou “degeneração” do cristianismo todas as páginas impiedosamente descritas da *História criminal do cristianismo* que já conhecemos? São “degeneração” da Reforma (e do princípio da liberdade do cristão solenemente proclamada por Lutero) os regimes que depois se afirmam no terreno do protestantismo? Seguindo nessa linha, Cromwell é um “degenerado” com respeito aos protagonistas iniciais da revolução puritana e o Terror jacobino é uma “degeneração” das ideias de 1789. O atual fundamentalismo islâmico é “degeneração” com respeito ao Alcorão e à doutrina de Maomé? Em coerência com esta colocação, quem quiser pode considerar uma degeneração do “liberalismo” a escravização e a aniquilação dos povos coloniais realizadas pelo Ocidente liberal. Portanto, “traidores” seriam Washington, Jefferson, Madison, todos proprietários de escravos, ou Franklin, segundo o qual “está nos desígnios da Providência extirpar esses selvagens [os peles-vermelhas] a fim de abrir espaço aos cultivadores da terra”. Também Locke deveria ser então classificado como traidor do liberalismo, pois ele em geral é considerado o pai dessa corrente de pensamento e, todavia, não só legitima a expropriação (e a deportação) dos peles-vermelhas, mas também, como foi observado por um eminente estudioso (David B. Davis), “o último grande filósofo a procurar justificar a escravidão absoluta e perpétua”. Desse modo, porém, transformamos o panteão dos grandes espíritos do liberalismo numa galeria de traidores sem honra.

Esse modo e argumentar é mais discutível ainda se refletirmos sobre o fato de que, aos olhos de um grande teórico liberal da escravidão como é John C. Calhoun, são exatamente os abolicionistas com o seu jacobinismo e fanatismo antiescravista que traem os ideais liberais de tolerância e de respeito do direito de propriedade em todas as suas formas. Esta abordagem não é mais persuasiva se a fizermos valer para a história do marxismo e do comunismo. A partir sobretudo do XX Congresso do PCUS, Stalin é o criminoso e o traidor por excelência. Mas é preciso não esquecer que, a acusar os dirigentes do partido comunista chinês ou albanês de traição e de “revisionismo”, estavam exatamente os campeões da desestalinização. Nos nossos dias o processo de criminalização ataca também Lênin, Mao Zedong, Tito, para não falar de Pol Pot, e não poupa sequer Ho Chi Minh e Castro. Apoiando-se na categoria de traição, chega-se a um resultado bem mísero. A história do movimento comunista enquanto crime, traçada de modo presumido pela ideologia dominante, é simplesmente rebatizada, por obra daqueles que têm dificuldade em se reconhecer na ideologia dominante, como a história da traição dos ideais originais. A resultados não diferentes se chegaria na

leitura do liberalismo ou do cristianismo se quiséssemos descrever como expressão da traição dos ideais originais as páginas mais negras de um ou do outro. Em conclusão, a abordagem aqui criticada comete o erro de fazer desaparecer a história real e profana, que vem substituída pela história de uma desgraçada e misteriosa corrupção e distorção de doutrinas a priori elevadas ao império da pureza e da santidade.

A teoria, porém, nunca é inocente. A leitura da história da Rússia soviética em perspectiva de “traição” e “degeneração” dos nobres ideais originais é, na maioria das vezes, rejeitada com desprezo pela atual historiografia, fortemente comprometida não só com a criminalização dos bolcheviques no seu conjunto, mas também em denunciar os pressupostos teóricos do terror e do Gulag já nos autores aos quais os bolcheviques fazem referência. Se também é preciso evitar traçar linhas férreas de continuidade e confundir responsabilidades entre si bastante diferentes, todavia é lícito e até obrigatório perguntar sobre o papel (indireto e mediato) desempenhado por Marx e Engels, rejeitando o mito da inocência da teoria por eles elaborada e indagando a história real da sua trajetória de sucesso e sobre as razões de tal sucesso. Mas é então preciso proceder de modo análogo para todos os grandes intelectuais, também para aqueles que se colocam no âmbito de uma tradição de pensamento diferente e oposta. Tome-se Locke. Há uma relação entre a sua recusa de estender a tolerância e até a “compaixão” aos “papistas” e as mortandades sofridas pelos católicos na Irlanda? E que ligação subsiste entre a sua teorização da escravidão nas colônias e o tráfico de escravos e a tragédia dos negros, aquela que os atuais militantes afroamericanos gostam de definir como *Black Holocaust*? Ou fazemos referência ao tempo histórico de Marx e Engels. Um teórico do “despotismo” do Ocidente, como é John Stuart Mill, sobre as raças “menores” (por sua vez obrigadas a uma “obediência absoluta”) e do caráter benéfico da escravidão imposta às “tribos selvagens”, que não aturam o trabalho e a disciplina, deve ser corresponsável com o terror e os massacres que acompanham a expansão colonial?

Nenhum movimento nem nenhuma personalidade podem subtrair-se a essas perguntas. Vimos Nietzsche partir das fogosas filípicas contra o poder e a riqueza pronunciadas pelos profetas judeus e pelos padres da Igreja para explicar as características ruinosas e sanguinárias do ciclo revolucionário. Na vertente oposta, aqueles que denunciam os protagonistas das cruzadas como traidores do cristianismo fariam bem em não perder de vista um detalhe comumente descuidado: parte integrante do texto sagrado desta religião é o Antigo Testamento, que legitima e celebra as “Guerras do Senhor” tam-

bém nas suas formas mais cruas. Também neste caso é enganoso opor a mediocridade ou o horror da história real à nobreza dos ideais originais.

Uma vez acentuada a não inocência da teoria, trata-se de diferenciar os graus de responsabilidade. Entre os séculos XVII e XVIII, sobre os corpos dos escravos negros era impressa a marca RAC, as letras iniciais da Royal African Company (a sociedade que geria o tráfico dos escravos), da qual Locke era acionista. O mínimo que se pode dizer é que os autores do *Manifesto do Partido Comunista* não se beneficiaram com o trabalho forçado que, algumas décadas depois da sua morte, caracterizará o Gulag. Marx e Engels podem ser acusados de terem legitimado antecipadamente uma violência que de qualquer modo será colocada em prática depois da morte deles e a décadas de distância. Mill, porém, faz a legitimação de práticas contemporâneas a ele; de modo análogo, em Tocqueville podemos ler a recomendação explícita de práticas coloniais mais ou menos genocidas (a destruição sistemática dos centros urbanos situados na área controlada pelos rebeldes) que não remetem ao futuro, mas ao presente imediato.⁹² Ou seja, sobre as infâmias do colonialismo, que se desenrolam debaixo dos seus olhos e, às vezes, com a sua aprovação direta, os expoentes da tradição liberal aqui citados têm uma responsabilidade bem mais direta do que aquela atribuída a Marx e Engels sobre fatos vergonhosos do regime soviético e do “stalinismo”. Se o caminho que de Marx conduz a Stalin e ao Gulag é problemático, acidentado e de qualquer modo mediado pelos acontecimentos totalmente imprevisíveis como a guerra mundial e o estado de exceção permanente, é de uma evidência imediata a linha que liga Locke ao tráfico dos escravos ou Mill e Tocqueville ao trabalho forçado imposto aos indígenas e aos massacres coloniais.

Como a teoria, também a utopia não pode reivindicar qualquer inocência. Os liberais têm razão sobre esse ponto, embora infelizmente recorram a tal argumento de modo dogmático, fazendo-o valer só para os seus adversários e não para si mesmos; que terríveis custos humanos e sociais comportou a utopia de um mercado autorregulado, com a recusa, portanto, de qualquer intervenção estatal, uma utopia à qual a Inglaterra ficou fiel mesmo quando, em meados do século XIX, uma doença que destruiu a colheita de batata e a carestia conexas ceifavam a vida de centenas e centenas de milhares de irlandeses? Ou, para dar um exemplo mais recente: quantas catástrofes provocou e continua a provocar a utopia (cara a Wilson, antes ainda que a Bush Jr., bem como a ilustres filósofos contemporâneos como Popper) de uma paz perpétua a ser realizada mediante a difusão planetária à mão armada da de-

⁹² Cf. Losurdo (2005), cap. I, § 6 e VII, § 3 e 6.

mocracia? Para evitar cair exatamente no dogmatismo, uma pergunta semelhante é formulada também em relação à história da União Soviética. Não faltam aqueles que leem a história do país nascido da Revolução de Outubro lamentando a progressiva “traição” das ideias elaboradas por Marx e Engels; na realidade, sob certos aspectos, são exatamente essas ideias “originais” (a espera messiânica de uma sociedade sem Estado e sem normas jurídicas, sem fronteiras nacionais e sem mercado e sem dinheiro, onde, em última análise, não há qualquer conflito real) que desempenharam um papel nefasto, impedindo a passagem para uma condição de normalidade e prolongando e agudizando o estado de exceção (provocado pela crise do antigo regime, pela guerra e pelas sucessivas agressões).

Mesmo diferentes entre elas, as duas abordagens aqui criticadas, que se apoiam respectivamente na categoria de crime (ou de loucura criminal) ou de traição, apresentam uma característica comum: elas têm a tendência de concentrar a atenção sobre a natureza respectivamente criminosa ou traidora das individualidades. De fato, elas renunciam a compreender o desenrolar histórico real e a eficácia histórica de movimentos sociais, políticos e religiosos que exerceram uma capacidade planetária de atração e cuja influência se desdobra num arco de tempo bastante longo.

Tal modo de proceder torna-se inconcludente e enganoso também no que diz respeito ao III Reich (que dura apenas 12 anos e consegue exercer atração apenas no âmbito da “raça dos senhores”). É demasiado cômodo responsabilizar exclusivamente Hitler pelas infâmias do nazismo, reprimindo o fato de que ele tomou do mundo preexistente a ele, radicalizando-os, os dois elementos centrais da sua ideologia: a celebração da missão colonizadora da raça branca e do Ocidente, chamados agora a estender o seu domínio também na Europa oriental; a leitura da Revolução de Outubro como complô judeu-bolchevique que, estimulando a revolta dos povos coloniais e minando a hierarquia natural das raças e, mais em geral, infectando, à maneira de agente patogênico, o organismo da sociedade, constitui uma ameaça espantosa para a civilização enfrentar com todos os meios, inclusive a “solução final”. Ou seja, para compreender a gênese do horror do III Reich não se trata de reconstruir a infância ou a adolescência de Hitler; tampouco tem sentido partir dos primórdios de Stalin para analisar uma instituição (o Gulag) que aprofunda as suas raízes na história da Rússia czarista e à qual, com modalidades sempre de novo diferentes, recorreram também os países do Ocidente liberal, tanto durante a expansão colonial como por ocasião do estado de exceção provocado pela II Guerra dos Trinta Anos. Analogamente enganoso seria querer explicar a escravização e a dizimação e o extermínio dos peles-vermelhas a partir, em primeiro lugar, das características individuais dos Pais Fundadores dos EUA ou que-

rer deduzir os bombardeios estratégicos e atômicos contra as cidades alemãs e japonesas da natureza perversa de Churchill, F. D. Roosevelt e Truman. Seria igualmente insensato querer explicar o horror de Guantánamo e de Abu Ghraib partindo da adolescência ou da infância de Bush Jr.

Mas voltemos a Stalin. Rejeitar a abordagem que interpreta tudo em perspectiva de crime ou de loucura criminal ou de traição dos ideais originais é sinônimo de embotamento moral? Os historiadores de hoje discutem ainda personalidades e acontecimentos que se referem a quase dois mil anos atrás: devemos subscrever sem hesitação o retrato com tintas bastante escuras que a aristocracia senatorial, de um lado, e os cristãos, do outro lado, contribuíram para traçar de Nero? Em particular, devemos tomar como ouro puro a propaganda cristã que acusava o imperador romano de ter provocado um incêndio em Roma, de modo a culpar e perseguir os inocentes seguidores da nova religião, ou, ao invés, como sugerem alguns estudiosos, no âmbito do cristianismo primitivo se agitavam realmente correntes apocalípticas e fundamentalistas, as quais aspiravam a ver reduzido a cinzas o lugar por excelência da superstição e do pecado e acelerar o cumprimento das suas expectativas escatológicas?⁹³ Demos um salto em frente de um par de séculos. A propósito da grande perseguição anticristã desencadeada por Diocleciano, os historiadores continuam a se perguntar se era só o resultado de um ódio teológico inexplicável e estranho às tradições romanas, ou se desempenhou um papel importante a preocupação real pelo destino do Estado, cuja força militar era minada pela agitação pacifista cristã, exatamente no momento em que mais ameaçador se tornava o perigo das invasões bárbaras? Os historiadores que se fazem essas perguntas dificilmente são acusados de querer minimizar a perseguição sofrida pelos cristãos ou de querer entregá-los de novo às feras e aos tormentos mais atrozes.

Infelizmente, analisar criticamente a história sagrada do cristianismo é mais fácil do que formular dúvidas sobre a aura de sacralidade que tende a cercar a história do Ocidente e do seu país líder; por causa da distância temporal bem maior e do impacto mais reduzido sobre os interesses e as paixões do presente, é mais fácil compreender as razões daqueles que foram vencidos pelo cristianismo do que buscar esclarecer as razões daqueles cuja derrota abriu o caminho para o triunfo do “século estadunidense”. E isto explica o peso que demonização e hagiografia continuam a exercer na leitura do século XX e a persistente fortuna de que goza o culto negativo dos heróis.

⁹³ Baudy (1991), pp. 9-10 e 43.

De Stalin a Gorbatchov: como acaba um império

de Luciano Canfora

Uma regra rigorosamente respeitada pelos historiadores do Império consistia em que nada se dissesse do príncipe ou imperador reinante enquanto ele estivesse vivo. O historiador seguinte se ocuparia dele, o qual se calaria, por sua vez, acerca do príncipe reinante do seu tempo. Justiniano teve, sob este aspecto, um destino um pouco diferente, mas muito sintomático. Foi, de fato, o mesmo historiador, Procópio de Cesareia, que pôs em circulação, enquanto Justiniano estava vivo, numerosos livros de história que exaltavam a sua grandeza, sabedoria, guerras vitoriosas etc., mas que ao mesmo tempo mantêm em reserva – destinada à circulação depois da morte do príncipe – uma *História secreta*, na qual Justiniano é feito literalmente em pedaços e aparece como o receptáculo de toda iniquidade, fraqueza e crueldade inútil, além de vaidade em se atribuir méritos que eram de outros. A *História secreta* foi escrita em torno de 558, Justiniano morreu em 14 de novembro de 565 aos oitenta e três anos. Morto o imperador, a *História secreta* se encarregou de demolir o vencedor dos godos, o reconquistador da Itália e o restaurador da unidade do Império. Os modernos podem livremente oscilar entre os dois extremos, como entre os dois retratos de Stalin escritos por Nikita Kruschiov: de um lado, o relatório ao XIX congresso do PCUS (outubro de 1952), no qual todo o mérito da força econômica, militar, social da URSS é atribuído ao “nosso amado chefe e mestre camarada Stalin”; do outro lado, o *Relatório Secreto*, lido na sessão reservada ao XX congresso do PCUS (fevereiro de 1956), cerca de três anos depois da morte de Stalin. Aqui, como na *História secreta* de Procópio, o “amado mestre” é apresentado como um tirano ridículo, fraco e sanguinário (tanto que era quase incompreensível como tivesse podido governar por tanto tempo e com o apoio de infinitos Kruschiov). A visão, de matriz tolstoiana, que visa anular a “grandeza” das “grandes personalidades” da história é sem dúvida um bom antídoto para a historiografia heroizante. Mas ela não consegue explicar aquele laço entre mesquinhez individual e eficácia política que faz com que algumas personalidades acabem sendo o epicentro de eventos e de transformações epocais, que os

pósteros continuarão a considerar tais apesar de todas as possíveis “histórias secretas”.

Santo Mazzarino – um dos maiores historiadores italianos – costumava comparar Stalin com Justiniano por terem sido ambos grandes construtores, grandes déspotas e grandes intolerantes.

Entre 565, ano da morte de Justiniano, e o breve e catastrófico reinado de Focas (607-610), se desfaz a grande construção justiniana. A reconquista do Ocidente, e em particular da Itália, é esvaziada. Focas se revelou incapaz, durante o seu breve reinado, de enfrentar insurreições, ataques externos, a difusão de uma crescente anarquia, até que, em 610, Heráclio, filho do governador da província de África, conquistou Constantinopla de um só golpe e fundou uma nova dinastia. O confronto, certamente só em parte correto como todas as comparações historiográficas, é entre Justiniano e Stalin, de um lado, e Focas e Gorbatchov do outro.

As simplificações nem sempre são benéficas, mas podem dar uma ideia. A coisa não boa, em minha opinião, é que muitas vezes se renuncia, ainda agora, a falar de Stalin com mente lúcida, como, diversamente, se faz agora para Robespierre ou outros “sanguinários” advogados da “revolução”. Dão um tiro no pé, em vez de pesar os prós e os contras.

Aliás, se *Time*, em 1944, proclamou Stalin “homem do ano”, devia haver alguma razão para isso. Se o antifascismo europeu tributou a ele, nos anos do perigo nazifascista, palavras singelas de apreço e agradecimento, deve haver alguma razão. Mas o que, da parte de alguns, se deseja teimosamente é que se assimile a obra de Stalin com aquela unicamente nefasta e destrutiva de Hitler. De resto, não importa se o nazismo levou o mundo à guerra e à catástrofe, e a URSS, não. No fim ela se dissolveu, não arrastou os adversários e o mundo para o abismo.

Stalin teve como linha de conduta ficar fora dos conflitos, chegando à cegueira de não dar fé aos avisos que chegavam a ele de várias partes em junho de 1941.

Sobre a gestão do poder na URSS, não poderei sintetizar em poucas linhas os resultados que nas décadas passadas tantos estudiosos forneceram. Direi apenas que as questões são duas: (a) quais modelos de “poder popular” (democracia exatamente) brotaram da Revolução de 1917; (b) qual praxe efetiva foi instaurada na URSS e nos países satélites. Creio que é legítimo falar do primeiro ponto (basta pensar nos estudos de direito constitucional em torno das codificações na URSS). É preciso, ao mesmo tempo, comparar esses textos e aqueles esforços com as duras lições da realidade e com a praxe efetiva. No meu livro sobre democracia eu escrevia que “no último tempo do governo

de Stalin foram colocadas as premissas para a ruína do sistema”. E de fato, aquela guerra que fora, desde a ruptura com Trotski e a colocação fora da lei da oposição interna ao PCUS, uma guerra civil ininterrupta travada com ferocidade e sem exclusão de golpes, depois da vitória de 1945 teria de exaurir-se ou atenuar-se. O fato de perpetuar os seus instrumentos foi ruinoso. Sobre esse conceito de guerra civil referido a todos os acontecimentos que vão desde 1927 até a véspera da guerra mundial, gosto de lembrar as páginas de Feuchtwanger (*Moscou 1937*), o escritor judeu exilado depois nos EUA, onde morreu. Tudo o que foi dito até aqui tem um único pressuposto: que se fale de história. Mas para falar é preciso conhecer o sentido das palavras. Diverte-me um pouco observar os mal-entendidos que suscitou a expressão por mim empregada: “criar um mito em torno da Polônia dividida [*creare un mito intorno alla Polonia spartita*]”. Alguém pensou que eu tivesse dito que a Polónia não tinha sido dividida! Em italiano, porém, aquela frase significa que um fato (indiscutível) é ‘mitizado’, ou seja, ocupa toda a cena, se torna o fato por excelência. Em vez disso ele era *um dos aspectos* do pacto de agosto de 1939. Os outros aspectos eram: a vontade de destruir, antes ou depois, a URSS bem enraizada na mente de Hitler (como documentou Kershaw nos seus belos livros), bem como a pouca vontade anglofrancesa de chegar deveras a um pacto antialemão com Stalin (Churchill o escreve muito bem em seu *De guerra a guerra*). Para não falar da hostilidade polonesa em deixar passar tropas soviéticas por seu território em caso de conflito com a Alemanha e para não falar da coparticipação polonesa, um ano antes, na divisão da Tchecoslováquia. Demos um exemplo a partir de outro lado: Bacque documentou no volume *Der geplante Tod (A morte planejada)*, o aniquilamento, por parte dos EUA, de centenas de milhares de prisioneiros alemães. Eram tempos “férreos” teria dito Tibulo. Subir à cátedra e dar as notas e os certificados de democracia, seja agora ou então, faz sorrir um pouco.

É boa regra entender a nós mesmos através das palavras de quem nos olha com olhar crítico, não através do consenso, estéril, dos que concordam e dos seguidores. O mais pertinente retrato de Júlio César, morto e não mais temível, foi feito por Cícero, que certamente nunca o amou, numa bem burlada passagem da *Segunda filípica*, onde sabiamente equilibrou valores e limites do ditador que ele mesmo tinha glorificado quando vivo. No caso de Stalin se pode dizer, sem medo de errar, que, quer enquanto vivo, quer depois de morto, não faltaram a ele literatura glorificante nem literatura demonizante.

Para personagens que, num determinado momento histórico, reúnem na própria pessoa o significado e a própria simbologia do movimento que diri-

giam, o “culto” da sua pessoa é fenômeno não só bem atestado, mas, pelo que parece, dificilmente evitável. Muitos nomes poderiam ser apresentados, mas os mais familiares e mais óbvios são certamente César e Napoleão. A necessidade, por parte dos seguidores, de mitizar o “chefe”, a quem corresponde a intuição, por parte do chefe, da função imprescindível de tal mecanismo “mitizante”, é fenômeno bem documentado. Ele se distingue mais (e se revela mecanismo que vai além das escolhas do indivíduo), quando o próprio interessado seria, por seu estilo e cultura, alheio a tal relação quase religiosa e, no entanto, quando ela ocorre, ele se adapta. É o caso do “Incorruptível”, o qual foi exatamente o contrário do demagogo sedento de multidão glorificante, ou também, em tempos mais próximos de nós, de Antônio Gramsci. Gramsci narra, divertido, numa carta da prisão, a desilusão sentida por um companheiro, encontrado durante um de seus períodos de detenção, o qual imaginara o chefe dos comunistas de estatura bem diferente, imponente!

Nessa categoria (embora seja incomum dizê-lo) entra também Stalin, o qual, por não breve período da sua longa carreira quer permanecer no papel de “segundo” ideal: de mero, fiel, executor da obra e do desígnio de outro, bem “maior”, e que, mesmo morto, deveria continuar a ser percebido como “o chefe”, ou seja, Lênin. A ele Stalin destinou, exatamente por isso, um mausoléu de tipo faraônico-helenístico-bizantino: para que sobre ele, único chefe “vivo”, embora morto (e por isso embalsamado) continuasse a ser canalizada a necessidade de carisma das massas soviéticas. Pela mesma dinâmica, Augusto se apresentou por um longo tempo como o herdeiro-executor-continuador-vingador de César e lhe destinou um culto semelhante aos deuses.

Mais do que nunca, portanto, é necessário, diante de personagens históricos cujo mito foi parte essencial de sua ação (e do seu “ser percebido” pelos outros), referir-se ao juízo, limitativo, mas não obnubilado, dos não-seguidores, das pessoas pensantes e distantes, e também dos adversários. Em *Città libera* de 23 de agosto de 1945, Croce, que nunca “concedeu” nada à contraparte comunista, nem nos momentos de maior unidade “ciellenística” [referência ao movimento Comunhão e Libertação], e que na *História da Europa* tinha escrito: “o comunismo não se realizou na Rússia como comunismo” (1932), escreveu de Stalin palavras que puderam depois até parecer elogio, mas não eram. “Aquilo que se realizou na Rússia”, escreveu, “é o governo de uma classe, ou de um grupo de classes (burocratas, militares, intelectuais) que um imperador não mais hereditário, mas um homem dotado de gênio político (Lênin, Stalin) guia”; e acrescentava com ironia profética: “ficando a Providência encarregada de fornecer-lhes sucessores sempre iguais! De “gênio” (e desta vez em sentido não neutro, como é nas palavras

de Croce, mas exaltatório), Alcide De Gasperi tinha falado, a propósito de Stalin, poucos meses antes, no Teatro Brancaccio em Roma, no mesmo momento em que delineava com firmeza a distância insuperável do experimento soviético daquele, ainda a ser precisado, da Itália pós-fascista. Tinha, no entanto, falado de “mérito imenso, histórico, secular, dos exércitos organizados pelo gênio de José Stalin”.

Naquele momento, aliás, era fácil prometer gratidão “secular” aos vencedores de Stalingrado; Paolo Bufalini recordou um sacerdote que, abraçando-o, na clandestinidade, lhe tinha sussurrado: “Em Stalingrado vencemos nós”. Mas, como bem sabia Heródoto, a vitória dos atenienses em Salamina, contra um adversário preponderante e aparentemente invencível, foi aos poucos esquecida, embora fosse precursora da “liberdade dos gregos”. Esquecida exatamente pelos beneficiários, porque a partir daquela vitória começou o império ateniense, herdeiro opressor de uma aliança inicialmente paritária. Uma história que se repetiu, e que na Itália, depois de Marengo, viu aos poucos embrutecerem-se as feições do libertador. Em suma, é fácil demais falar *en gros* de alvos imperiais e de liberdades pisadas. Para a Europa oriental pós-1945 vale mais a leitura do notável conto de Ambler – *O processo Delchev*¹ – do que se contentar com jaculatórias esquemáticas sobre as “forças de Praga”. E vale mais a leitura do ensaio de Wilfried Loth – *O filho pouco amado de Stalin: porque Stalin não queria o nascimento da DDR*² – sobre a relutância de Stalin em concordar em constituir em república a zona soviética da Alemanha, do que a retórica insípida sobre a “cortina de ferro”.

Stalin volta hoje no sentir coletivo dos russos (muitas sondagens o indicam) porque na atual dificuldade e declínio da ex-superpotência é óbvio o agradecimento, por enquanto só da parte do senso comum, ao estadista que a tinha tornado tal levantando-a de uma situação de inferioridade material e de isolamento. Molotov lembra que Stalin lhe dissera uma vez: quando eu morrer jogarão lixo sobre a minha tumba, mas depois entenderão. A acusação quase judiciária que pesa sobre Stalin é a de ter ceifado vidas humanas demais. Essa medida de avaliação, que já durante todo o século XIX acompanhou e distorceu os vaivens (muito semelhantes aos atuais) da historiografia sobre a Revolução Francesa, foi por fim manchado com as monstruosidades do chamado *Livro negro* de Courtois e companheiros: um livro que inclui entre as “vítimas de Stalin” também os milhões de mortos da Guerra mundial ou entre as “vítimas do comunismo” as infinitas vítimas da UNITA em

¹ Ambler (2002).

² Loth (1994).

Angola. Depois daquele monstruoso *pamphlet* é difícil levar a reflexão para um plano decente; nem basta o rápido desmantelamento que se produziu depois daqueles números de causar vertigem. O nexó entre Revolução e Terror é o duro problema: ele começa com Robespierre, não com Lênin, e ainda está aberto.

Mandou matar muitos comunistas, é a outra acusação “judiciária”. O *Danton*, de Wajda, aliás, pretendia significar e denunciar exatamente isso. Um grande escritor judeu, Lion Feuchtwanger, que reconheceu a Stalin o mérito de ser o primeiro a dar um Estado aos judeus, em Birobidjan, no interior da URSS, evocou, a propósito dos “grandes processos”, um fator capital: “A maioria dos acusados eram, em primeiro lugar, conspiradores e revolucionários, por toda a vida tinham sido subversivos e opositores, tinham nascido para isso”.³ É a mesma observação que De Gasperi fará anos depois no já citado discurso no Brancaccio: “Nós acreditávamos que os processos fossem forjados, as testemunhas inventadas, as confissões extorquidas. Eis que informações estadunidenses objetivas asseguram que não se tratava de processos falsos, e que os sabotadores não eram trapaceiros vulgares, eram *velhos conspiradores idealistas* [...] que preferiam enfrentar a morte a resignar-se àquilo que para eles era uma traição do comunismo original”.

Tibério teve Tácito como “juiz”; Stalin, com menos sorte, teve Nikita Kruschiov – disse com sarcasmo Concetto Marchesi depois do XX Congresso. Foi bem acertado. Com o XX Congresso começava, na realidade, uma luta pelo poder dentro da cúpula, não diferente daquela que opusera Trotski a Stalin. Uma luta sem exclusão de golpes, da qual a “desestalinização” era um modelo; não era uma tentativa historiográfica; talvez fosse a negação mais escandalosa da historiografia. E também quem, como Togliatti, não entendeu a instrumentalidade e a falsidade substancial, não pôde desmascarar pela raiz sua natureza e sua gênese, porque o próprio Togliatti e os outros dirigentes do movimento comunista eram, querendo ou não, parte dessa nova luta. Os resultados dela foram as revoluções dentro do “campo” soviético, e os de longo período são a própria história que vivemos por último. Curzio Malaparte, num livro importante e esquecido – *Técnica de um golpe de Estado* (editado na França em 1931, destinado a desagradar tanto aos comunistas como a seus adversários) – registrou a crônica de um evento que explica melhor do que qualquer raciocínio o conflito permanente e a repressão ininterrupta que caracterizaram os anos de governo de Stalin, até a guerra: o golpe de Estado tentado por Trotski em Moscou em 7 de novembro de 1927,

³ Feuchtwanger (1946), p. 97.

por ocasião do desfile pelo décimo aniversário da Revolução. Um golpe fracassado, que tem por trás uma divisão profundíssima no partido no qual o prestígio de Trotski continuava enorme, e uma guerra civil demorada, que a propaganda soviética, de modo redutivo, apresentava como atividade judiciária contra “sabotadores”. Esses foram os acontecimentos dentro dos quais colocar e entender o fenômeno Stalin. A formação da URSS, a industrialização, a guerra aos *kulaks*, a alfabetização em massa, a criação de um estado social gratuito, a tentativa de ficar fora da guerra imposta por Hitler, a vitória sobre o nazismo conseguida através de esforços inimagináveis sem um verdadeiro consenso: são estes os acontecimentos com os quais o historiador deve basear-se sem nunca esquecer que, nos bastidores, se consumava um conflito civil, uma divisão do partido hegemônico, a qual nunca se aplacará.

Stalin nunca agradou aos puritanos da ideologia. Oportunamente, Colletti o definiu, 20 anos depois da sua morte, em *L'Espresso*, como “aquele que nunca se deixou prender nos laços da ideologia”. Mas tanto realismo não foi fim em si mesmo. O artigo não assinado com que o *Corriere della sera* comentou em 6 de março de 1953 o desaparecimento de Stalin resiste bem, depois de cinquenta anos de batalhas, e de modas, historiográficas: “Essa obra – lê-se ali – custou sacrifícios inenarráveis e foi conduzida com um rigor que não conheceu piedade. A liberdade, o respeito pela pessoa, a tolerância, a caridade foram palavras vãs e foram tratadas como coisas mortas. Só durante a II Guerra Mundial se viu o quanto aquela obra agira em profundidade. É história de ontem. Mas quando soou a hora da prova suprema, o homem se mostrou igual a si mesmo e aos grandes deveres que buscara, e que a história lhe tinha entregue”.

Pode-se discutir por muito tempo a questão se Stalin percebera a si mesmo e a sua ação política como inerentes ao renascimento do seu país depois da catástrofe (guerra, derrota, revolução, guerra civil) ou mais aos acontecimentos do movimento comunista mundial: para dizer de maneira mais breve, se ele se sentiu antes de tudo um estadista russo ou um dirigente comunista com responsabilidades mundiais. É próprio da reflexão historiográfica de inspiração trotskista (Trotski mesmo, Deutscher) dar crédito à primeira resposta. Ao invés, foi característico da historiografia oficial do partido (mesmo depois de 1956), rejeitar como redutiva, distorcedora, essa resposta (que, aliás, encontra acolhida também fora da discussão político-historiográfica interna ao movimento comunista), e antepor à figura de Stalin estadista, de qualquer modo, para o bem e para o mal, a figura e o papel de Stalin como homem de partido.

Hoje, mais de 50 anos longe do desaparecimento de Stalin, as razões da historiografia do partido se tornam mais insignificantes aos nossos olhos, enquanto, ao contrário, sobressai o problema histórico do lugar que cabe a Stalin e aos seus sucessores na história da Rússia do nosso século (reflexão análoga seria feita no que diz respeito ao enxerto do “comunismo” na história da China por obra de um “herege” como Mao). Isaac Deutscher dedicou um livro⁴ inteiro para demonstrar que o stalinismo teria, até certo ponto, “saltado” da pele da Rússia como a crosta de uma ferida: superada a “deformação”, teriam se reunido socialismo e praxe democrática (restaurada) com um internacionalismo coerente. Nunca uma previsão se revelou mais infundada.

São três os momentos capitais na política das relações internacionais da URSS, que constituem o seu “fio vermelho” e que reciprocamente se iluminam. Brest-Litovsk (janeiro de 1918), o “pacto” russo-alemão (agosto de 1939), Ialta (fevereiro de 1945).

O princípio é Brest-Litovsk. É bem conhecido o choque explosivo no grupo dirigente bolchevique entre os que eram a favor e contra a paz de cabresto. Para não assiná-la, Trotski se demitiu do comissariado do Exterior. Zinoviev e Kamenev tiveram grande perplexidade. Plenamente de acordo com Lênin, que sustentava a necessidade da paz de qualquer maneira, se colocou, porém, Stalin. Na hagiografia do partido este se torna depois um ponto de força e um título de mérito dos stalinianos, na sua martelante obra de descrédito das outras facções bolcheviques. Na famigerada *História do partido comunista da URSS* se leem estas formulações, nas quais se misturam considerações fundamentadas e frases de funesta mistificação:

Continuar a guerra queria dizer pôr em perigo a existência da República soviética recentemente formada. A classe operária e os camponeses se viram obrigados a aceitar duras condições de paz, a retroceder diante do predador que, naquele momento, era o mais perigoso, o imperialismo alemão. [...] Todos os contrarrevolucionários, dos mencheviques e social-revolucionários aos mais encarniçados guardas brancos, desencadearam uma agitação furibunda contra a assinatura do tratado de paz. Suas intenções eram claras: queriam fazer fracassar as negociações de paz, provocar uma ofensiva alemã e expor a seus golpes o poder soviético ainda não consolidado. [...] Seus aliados naquela ocasião infame eram Trotski e o seu partidário fiel Bukharin, o qual junto com Radek e Pjatakov, se encontrava na

frente de um grupo hostil a partido, que para mascarar-se se chamava grupo dos comunistas de esquerda. Trotski e o grupo dos comunistas de esquerda travaram dentro do partido uma luta encarniçada contra Lênin e pela continuação da guerra. Eles faziam abertamente o jogo dos imperialistas alemães. [...] Em 1º de fevereiro de 1918 as tratativas de paz em Brest-Litovsk infringiram traiçoeiramente as diretivas explícitas do partido bolchevique. Ele declarou que a República soviética se recusava a assinar a paz nas condições propostas pela Alemanha e, ao mesmo tempo, comunicou aos alemães que a República soviética não continuaria a guerra e continuaria a desmobilizar o exército.⁵

A narrativa é, às vezes, grotesca, as insinuações difamatórias em prejuízo de Trotski se dissipam (em seguida se chega a sustentar que Trotski e Bukharin preparavam um golpe de Estado a fim de sabotar a paz). O ponto forte da narrativa continua, no entanto, sendo o fato que, no choque sobre o problema da paz, Lênin e Stalin – às vezes em minoria – são, por um lado, a favor da saída rápida da guerra, enquanto grande parte dos outros dirigentes, principalmente Trotski (que chega a demitir-se para não assinar), estão do lado oposto. O choque foi muito áspero, como é óbvio; não por acaso não apenas a *História do partido comunista*, mas também o *Mein Leben* de Trotski dedicam partes inteiras (Trotski quase trinta páginas) ao acontecimento.⁶ Há de se observar que, não obstante a narrativa de Trotski ser muito superior em relação à prosa irritante da *História do partido comunista*, ele é claramente apologético e às vezes obscuro: cheio de detalhes que visam atenuar o dado de fato que Trotski e Lênin se encontraram em lados opostos, e sempre reticente sobre a posição assumida por Stalin no crucial acontecimento.

A escolha feita em Brest-Litovsk é também o ato de nascimento da política exterior soviética. Política externa de um Estado que leva a peito, antes de tudo, os próprios interesses estatais (entendido com base no corolário: o fortalecimento da URSS ajuda a causa da revolução no planeta inteiro). Trotski cultivava a ilusão de repetir Valmy, de ajudar a ampliar o incêndio revolucionário como no tempo de Dumouriez e do conflito vitorioso da França revolucionária contra as coalizões. Lênin e Stalin, em tantos aspectos diferentes, mas neste concordes, mediram realisticamente as relações de forças e sustentaram a linha de conduta que reaparecerá em 1939, diante do

⁴ Deutscher (1954).

⁵ *Storia del Partito comunista (b) dell'URSS*. Edizioni l'Unità, Roma 1944, pp. 271-72.

⁶ Trotski (1976), *passim*.

renovado perigo de guerra: “Os imperialistas se massacram entre eles, nós ficamos de fora e nos fortalecemos”.

Deutscher escreveu uma vez: “Sob um aspecto crucial Stalin prosseguiu a obra de Lênin: procurou defender o Estado construído por Lênin e aumentar seu poder”. E ainda: se Lênin tivesse sobrevivido, teria acabado fazendo a política de Stalin, já que – observa – “na prática um só caminho se abria, o que levava à autocracia”; “o regime bolchevique não podia voltar às suas origens democráticas, porque não podia esperar um apoio *suficiente para garantir a sua sobrevivência*”.⁷

“Garantir a sua sobrevivência”. Esta é a estrela polar da política externa de Stalin. Se alguém ainda cultivasse alguma ilusão de vastas frentes e de possíveis alianças, bastaram a intervenção estrangeira na guerra civil, o “cordão sanitário”, a exclusão, por longo tempo, das instâncias internacionais para deixar clara a efetiva relação com o mundo externo. Daí o traço dominante da política externa soviética, desde as origens: *tratar com quem estiver*. A ordem do dia que Lênin pôs em votação em 22 de fevereiro de 1918, numa reunião do Comitê Central, numa fase (que logo se revelou transitória) das negociações de Brest-Litovsk (“Sejam dados plenos poderes ao camarada Trotski para aceitar a ajuda dos bandidos imperialistas franceses contra os bandidos alemães”)⁸, é muito mais ilustrativa e conota bem essa linha de conduta e os seus pressupostos. Assim, no dia seguinte da paz de cabresto, acontece que exatamente a Alemanha de Ludendorff é o único país com que a Rússia bolchevique consegue ter relações – pelo menos por alguns meses. E o tom mais calmo e compreensivo com que o boletim do Alto Comando alemão (*Deutsche Kriegsnachrichten*) fala da Rússia e de Lênin se enquadra perfeitamente nessa colaboração, aparentemente, não natural. A colaboração retomada com os jovens weimarianos de centro-direita, a partir do tratado de Rapallo (16 de abril de 1922): exatamente na ótica segundo a qual entre “bandidos franceses” e “bandidos alemães” não se devia ter ilusão de poder perceber as diferenças. E a possibilidade de maior colaboração com os alemães nascia do fato que também eles eram vítima da ordem imposta em Versalhes pelos vencedores, ou seja, das grandes e “democráticas” potências imperialistas ocidentais. O fracasso da onda revolucionária de 1919-1920 (ocupação das fábricas na Itália, República Bávara dos Conselhos, Hungria de Béla Kun, derrota militar no conflito com a Polônia) confirmava

de modo definitivo à direção soviética a justeza das próprias escolhas de política externa.

De pressupostos semelhantes se segue a decisão do “pacto” de 1939. Descuida-se quase sempre de considerar, quando se julga aquele evento capital no limiar da II Guerra Mundial, que se verifica logo após o fracasso da única verdadeira tentativa de política externa “internacionalista” e de grandes alianças democráticas da parte de Stalin, ou seja, depois do colapso da República espanhola, ajudada militarmente só pelos soviéticos e pelas brigadas internacionais, abandonada a si mesma pelos governos da França (ou seja, pelo socialista Léon Blum) e da Inglaterra. A queda de Madri (28 de março de 1939) precede em poucos meses o pacto Molotov-Ribbentrop (agosto), concretizando-se – como é bem conhecido – em seguida ao desinteresse anglo-francês por um acordo efetivo com a URSS em função antialemã (antinazista). A decisão de chegar a um acordo com a Alemanha para ficar fora da guerra, enquanto os “bandidos” se destruíam mutuamente, não é senão a continuação numa situação favorável ao interlocutor alemão em troca do grande favor que lhe foi feito de assegurar-lhe a tranquilidade na frente oriental.

As motivações aduzidas *depois*, segundo as quais o pacto fora firmado para “preparar-se” melhor, para ter tempo para um posterior ataque alemão, são provavelmente motivações construídas *post eventum*; não é absolutamente dito que Stalin achasse deveras inevitável o ataque alemão contra a URSS; antes, a situação de despreparo em que a operação Barbarossa encontrou as linhas soviéticas levaria a pensar o contrário.

Não é supérfluo recordar, enfim, que a analogia entre a situação de 1918 e a de 1939 é colocada em evidência por Mikhail Gorbatchov no relatório ao Comitê Central do PCUS de 7 de novembro de 1987, por ocasião do LXX aniversário da Revolução. “A questão – disse então Gorbatchov – se colocava quase nos mesmos termos com que se tinha colocado nos tempos da paz de Brest: decidia-se o destino da independência do nosso país e da própria existência do socialismo na terra”. E acrescentou: “Pelos documentos se sabe que a data da agressão alemã contra a Polônia (não mais tarde que 1º de setembro) foi fixada já em 3 de abril de 1939, ou seja, muito antes da conclusão do pacto entre URSS e Alemanha. Londres, Paris e Washington conheciam nos mínimos detalhes os bastidores da preparação da campanha contra a Polônia”. E ainda: “Não podemos esquecer tampouco que em agosto e 1939 estava diante da URSS a ameaça de uma guerra em duas frentes: a oeste com a Alemanha e a leste com o Japão, que tinha desencadeado um sanguinolento conflito no rio Kalkhin-Gol”. Como no tempo de Brest-

⁷ Deutscher (1954), p. 31.

⁸ Trotski (1976), p. 367.

Litovsk – concluía Gorbachov – “a vida e a morte, *eliminando os mitos*, se torna o único critério da realidade”.

Arrastado para uma guerra que não queria, Stalin levou o seu país à vitória, através de uma prova duríssima, que lembra em muitos aspectos a guerra enfrentada por Alexandre I e Kutuzov contra a agressão francesa de 1812. E venceu unificando o país em torno da palavra de ordem da Grande Guerra Patriótica, recuperando, entre outras, também uma relação positiva com a Igreja ortodoxa. A ajuda militar estadunidense teve a sua importância. Averell Harriman lembrou algumas vezes a frase que Stalin lhe dissera, segundo a qual “sem o poderio industrial americano não poderia ter vencido a guerra”.⁹ Para o bem da verdade, porém, se diga que, se aquelas ajudas foram preciosas, o atraso exasperante na abertura da “segunda frente” fez com que, até o desembarque na Normandia (6-7 de junho de 1944), todo o peso da guerra na Europa caísse sobre os soviéticos. Nesse sentido, é exato dizer que Hitler perdeu a guerra em Stalingrado (o desembarque na Sicília constituiu apenas marginalmente uma “segunda frente”; o desembarque aliado, na primavera de 1943, no extremo-sul da Itália, permitiu que os alemães mantivessem sob pressão com um mínimo de forças e por tempo muito longo os angloamericanos, obrigados a subir com dificuldade a península inteira).

É sintomático que – como surge claramente da correspondência entre Churchill, Roosevelt e Stalin dos meses fevereiro-maio de 1944¹⁰ – à medida que se consolida a perspectiva de que os angloamericanos dão vida à operação Overlord (o desembarque na Normandia), volta insistente, na troca de correspondência dos estadistas, o tema do futuro arranjo da Polônia. Já na troca de cartas de 4 e 24 de fevereiro, Stalin deixa claro a Churchill que o chamado “governo polonês no exílio” (em Londres) deverá aceitar como futura fronteira entre Polônia e URSS a linha Curzon. Apesar da relutância do pouco representativo governo polonês no exílio (que fez fracassarem os colóquios de Moscou exatamente sobre a questão das fronteiras), Churchill aceitou a situação de fato. Sabe-se bem que a “partilha” de Ialta – realizada em outubro de 1944 pelo célebre folheto das “zonas de influência” – incluiu, embora isso não fosse oficialmente decidido na Crimeia, que, na questão polonesa bem como em outros cenários, fossem substancialmente confirmadas as vantagens territoriais que a URSS conseguira com o “pacto” de agosto de 1939. Há, em suma, plena sintonia entre a ação perseguida por Stalin no

⁹ A citação ocorre, também, na entrevista de Enzo Biagi a Averell Harriman publicada em *La Repubblica* em 6 de julho de 1983, p. 7.

¹⁰ Churchill, Roosevelt, Stalin (1957).

pós-guerra imediato e a substância dos acordos territoriais incluídos no pacto russo-alemão.

É por isso que, como já foi observado, um único fio liga os três momentos cardeais da diplomacia soviética: Brest-Litovsk, o pacto de não agressão com a Alemanha e Ialta. Três momentos nos quais até os mais duros adversários (antes, eles em primeiro lugar!) reconhecem a capacidade de Stalin de intuir, como estadista de classe, o interesse do seu país e a sua coerência em perseguir, num período de tempo tão vasto, tal interesse.

Não uma política imperial expansionista, mas uma *política da segurança* – aceita como tal também pela contraparte ocidental. Basta pensar exatamente nas decisões de Ialta, que não foram codificadas, mas foram aceitas e permaneceram firmes também nos momentos de maior tensão (bloqueio de Berlim, Revolução húngara). Política de segurança que tinha a sua definição formal nas novas linhas de fronteira. A esse respeito é interessante observar que, por ocasião da reimpressão da troca de correspondência de guerra, de 1941 a 1945, dos chefes da coalizão antinazista, foi colocada no início do livro uma introdução de Gromyko, que é substancialmente um hino às deliberações tomadas em Helsinki, em 1º de agosto de 1975: “Hoje – escreve Gromyko – a inviolabilidade das fronteiras europeias foi reconhecida por todos os estados europeus, bem como por EUA e Canadá, que assinaram em 1º de agosto em Helsinki o documento final da Conferência para a Segurança e a Colaboração na Europa. Esse acordo tem uma importância histórica, constitui uma grande contribuição para a causa da paz”.¹¹ Gromyko, que já em Ialta fazia parte da delegação soviética, capta com essas palavras o sentido – reconhecido, aliás, por todas as partes no encontro – da CSCE: o reconhecimento formal das fronteiras resultantes da segunda guerra mundial. Era o coroamento, também formal, de uma política que foi inaugurada com grande ato de realismo, que consistia em aceitar, no distante fevereiro de 1918, as cláusulas iníquas da paz de Brest.

Foi por isso que, no momento do rápido, vertiginoso, desmantelamento gorbachoviano da URSS, as potências ocidentais ficaram, primeiro, perplexas; hesitavam em dar a sua proteção a iniciativas, como aquela, por exemplo, de Landsbergis e dos seus seguidores na Lituânia, que visavam pôr de novo em discussão tudo o que Ialta e Helsinki, num período de tempo de três décadas, tinham sancionado e reforçado.

Por isso também a política externa de Gorbachov, que consiste no desmantelamento espontâneo dos pontos fortes do Estado do qual ele era o

¹¹ Churchill, Roosevelt, Stalin (1957), p. 13.

dirigente máximo, espera (e talvez espere ainda muito tempo) pelo seu historiador e, antes ainda, pelo seu intérprete. Às vezes se tem a impressão de estar diante de duas personalidades diferentes, em luta entre elas, encerradas na mesma pessoa. O dirigente que ainda em novembro de 1987 reivindica a justiça da decisão do “pacto” de agosto de 1939 dificilmente á a mesma pessoa que escreve em *La Stampa* de 3 de março de 1992: “Hoje podemos dizer que tudo o que aconteceu na Europa oriental nestes últimos anos não teria sido possível *sem a presença deste papa, sem o grande papel, também político, que ele soube desempenhar*”. Palavras estas que Carl Bernstein, protagonista do Watergate e autor, em fevereiro de 1992, da pesquisa sobre o pacto secreto entre Reagan e Wojtyla para o apoio maciço ao Solidarnosc e a limpeza, desse modo, do regime comunista polonês, definiu, em abril de 1992, na sua primeira correspondência para *Il Sabato*, “revelação de um dos maiores segredos do século XX”.

A colaboração jornalística de Gorbatchov a *La Stampa* mereceria uma análise sistemática, já que entre as pregas e no melaço do falatório genérico que Gorbatchov destina àquele importante jornal afloram de vez em quando formulações que deveriam lançar um pouco de luz sobre a personalidade fugidia do último secretário geral do PCUS. Por exemplo, aquela que figura no final do prolixo ensaio de 26 de novembro de 1992 (“Yeltsin, bastão e cenoura”): “Depois de ter com razão jogado fora, porque não servia, o modelo comunista, deveremos evitar cair em outros modelos rígidos”.

Ademais, a “revelação” para a qual Carl Bernstein chamou a atenção – ou seja, a avaliação que Gorbatchov faz do papel desempenhado por Wojtyla na demolição dos regimes comunistas – dificilmente se concilia com as frases finais do diálogo entre Gorbatchov e Wojtyla (1º de dezembro de 1989). O texto foi publicado pelo próprio Gorbatchov nos *Avant-Mémoires*, onde Wojtyla diz: “Ninguém deve pretender que as mudanças na Europa e no mundo devam ser feitas segundo o modelo ocidental; isto é contrário às minhas convicções mais profundas; a Europa, enquanto protagonista da história mundial, deve respirar *com seus dois pulmões*”. E Gorbatchov responde: “É uma imagem muito pertinente”.¹² À luz daquilo que Gorbatchov “revelou” em março de 1992, essa proclamação causa perplexidade entre muitos. Mais ainda se levarmos em conta o pensamento do brutal exegeta do pensamento de Wojtyla, que é o presidente polonês Walesa. Entrevistado por Jas Gawronski para *La Stampa* (9 de maio de 1993, p. 8), Walesa encontrou-se diante da seguinte pergunta: “Quem determinou a derrocada do comunismo?”

Estaria de acordo com uma *classificação* deste tipo: João Paulo II, Walesa, Gorbatchov, Reagan?” Ele respondeu, não sem habilidade: “Certamente o papel do papa foi muito importante, diria determinante. *Os outros são todos elos da corrente*, a corrente da liberdade; é difícil dizer qual é mais importante, *mas qualquer corrente, sem um elo não é mais uma corrente*. Muitos, sobretudo os alemães, acham que Gorbatchov é o mais importante, mas eu não concordo” (e após a entrevista ele também faz uma “revelação”: de ter proposto a Gorbatchov, já em 1989, que tomasse a iniciativa da dissolução da URSS).

Depois que, em 24 de fevereiro de 1992, *Time* publicou a investigação de Carl Bernstein sobre o “pacto secreto” entre Reagan e Wojtyla para a derrubada do regime comunista na Polônia (com detalhes relativos, por exemplo, à ponte de rádio instituída entre os palácios do Vaticano e Glemp depois que o governo de Varsóvia tinha cortado as comunicações telefônicas entre Polônia e Vaticano, ou relativos ao “alistamento” por parte da CIA do vice-ministro polonês da defesa, ou ao rio de quadros enviado para a Polônia para apoiar o sindicato “clandestino”), houve embaraço nos ambientes vaticanos. Reagan, porém, eufórico, confirmou, ao ser entrevistado por Pino Buongiorno para *Panorama*: “*a nossa intenção* [Reagan entende da sua administração e de Wojtyla, *N.do A.*] foi desde o início o de unir-nos para derrotar as forças do comunismo”. E prosseguiu com muitas revelações e detalhes, publicados pelo seminário italiano no fascículo de 22 de março de 1992.

Provavelmente, porém, a intervenção maciça (não nova, mesmo se potenciada pela origem polonesa do pontífice em função) não teria bastado. Pelo menos na opinião de um agudo analista de assuntos soviéticos, como é Helmut Sonnenfeldt. “Quando a porta polonesa foi aberta – declarou Sonnenfeldt a *Panorama* – Moscou não moveu um dedo. *Talvez não tenha sido exatamente uma intervenção do Vaticano que influenciou o comportamento de Gorbatchov*”. Uma hipótese que parece encontrar confirmação nas palavras, muito comprometedoras, escritas por Gorbatchov para *La Stampa* de 3 de março de 1992. Por isso não é de admirar que pouco depois, na mesma conversa, Sonnenfeldt fale, sem dar nomes, de “quem, em alguma sala do Kremlin, decidiu deixar todos irem livres”.

As ações políticas realizadas por Gorbatchov, a partir pelo menos de 1988, atingiram antes de tudo o seu povo. A condição da Rússia foi tratada por François Mitterrand (num colóquio com o então presidente do Senado italiano, Spadolini) assim: “Primeiro, a população comia pouco, mas *todos* comiam igualmente pouco. Agora, na Rússia, há tantas máfias (o presidente – observava Spadolini – usa o termo italiano como um sublinhado proposi-

¹² Gorbatchov (1993).

tal) que se opõem e se combatem, e que asseguram setores privilegiados, monstruosamente distantes da inanição e da pobreza generalizada. Situação explosiva, para dizer pouco”.¹³

Nada mal como fruto da passagem para a “liberdade” (de que tipo, se viu com a canhoneada sobre o parlamento de outubro de 1993). Por isso não é de admirar que Gorbatchov seja uma das pessoas mais detestadas no seu país (e sempre menos afagado pelos seus amigos do exterior).

Pode-se pretender tudo de um estudioso de história, menos que deva crer na “ingenuidade” que teria levado Gorbatchov a cometer erros em cima de erros, capitulações em cima de capitulações. Markus Wolf, o grande artífice dos serviços de segurança da DDR, lembrou, durante uma entrevista ao jornal *La Repubblica*¹⁴, que todos artífices da derrocada da URSS – Gorbatchov, Tchevarnadze, Yeltsin – trabalharam na KGB.

Péricles, falando à assembleia, ensinava aos atenienses, cansados do conflito com Esparta, uma grande verdade geopolítica: “Não se pode fugir do Império”. E com a crueza conceitual da qual não era estranho acrescentava que “o Império é tirano”, que “pode parecer injusto defendê-lo, mas certamente é altamente arriscado deixá-lo ser derrotado”.¹⁵ No fim, o Império, que durou pouco mais de setenta anos, foi derrotado graças também àqueles estrategistas (um se chamava Adimanto) que, na batalha decisiva de Egospotami, “traíram – como então se disse – os navios”.¹⁶ Por uma curiosa combinação histórica, também o Império soviético durou setenta anos. A comparação entre Stalin e Péricles pode causar certo incômodo (embora sobre a grandeza do estadista georgiano insistam agora estudiosos não fanáticos como Mikhail Heller e Sérgio Romano): talvez seja mais fácil, mesmo se no sobressalto próprio das analogias, reconhecer a Gorbatchov o papel medíocre e ignominioso de Adimanto.

¹³ *La Stampa*, 12 de dezembro de 1993.

¹⁴ *La Repubblica*, 28 de julho de 1993.

¹⁵ Tucídides, *A guerra do Peloponeso*, II, 63.

¹⁶ Xenofonte, *Helênicas*, II, 1, 32; *Lísias*, XIV, 38.

Bibliografia

- ADORNO Theodor W. (1997), *Studi qualitativi dell'ideologia*, in Th. W. Adorno, E. Frenkel-Brunswik, D. J. Levinson, R. Nevitt-Sanford, *The Authoritarian Personality* (1950), tr. it. de Verina Gilardoni Jones, *La personalità autoritaria*, Comunità, Milano, vol. 3.
- AGOSTI Aldo (ed.) (1974-1979), *La Terza Internazionale. Storia documentaria*, Editori Riuniti, Roma.
- AGURSKY Mikhail (1989), *The Third Rome. National Bolshevism in the USSR* (1987); tr. it. de Alessio Ca' Rossa, *La Terza Roma. Il nazional-bolscevismo in Unione Sovietica*, Il Mulino, Bologna.
- ALPEROVITZ Gar (1995), *The Decision to Use the Atomic Bomb and the Architecture of an American Myth*, Knopf, New York.
- ALTHUSSER Louis (1967), *Pour Marx* (1965), tr. it. de Franca Madonia, *Per Marx*, Editori Riuniti, Roma.
- AMBLER E. (2002), *Il processo Delchev*, Adelphi, Milano.
- ANNETT Kevin (org.) (2001), *Hidden from History: the Canadian Holocaust*, The Truth Commission into Genocide In Canada, Vancouver.
- APPLEBAUM Anne (2004), *Gulag* (2003), tr. it. de Luisa Agnese Dalla Fontana, *Gulag. Storia dei campi di concentramento sovietici*, Mondadori, Milano.
- APTHEKER Herbert (1977), *America Foreign Policy and The Cold War* (1962), Kraus Reprint Millwood, New York.
- ARENDT Hannah (1951), *The Origins of Totalitarianism*, Harcourt, Brace & World, New York.
- _____. (1966), *The Origins of Totalitarianism. New Edition*, Harcourt, Brace & World, New York.
- _____. (1985), *On Violence* (1969), tr. it. de Savino D'Amico in: *Politica e menzogna*, Sugarco, Milano.
- _____. (1986a), *We Refugees* (jan. 1943), tr. it. *Noi profughi*, in: *Ebraismo e modernità*, Giovanni Bettini (org.), Unicopli, Milano.
- _____. (1986b), *Zionism Reconsidered* (out. 1945), tr. it. *Ripensare il sionismo*, in: *Ebraismo e modernità* [cf. Arendt 1986a].

- _____. (1989a), *The Origins of Totalitarianism* (1951); 3ª edição, New York, 1966, tr. it. de Amerigo Guadagnin, *Le origini del totalitarismo*, Comunità, Milano.
- _____. (1989b), *Die Krise des Zionismus* (out.-nov. 1942), in: *Essays & Kommentare*, Eike Geisel e Klaus Bittermann (org.), Tiamat, Berlin, vol. 2.
- _____. (1989c), *Es ist noch nicht zu spät* (maio de 1948), in: *Essays & Kommentare* [cf. Arendt 1989b].
- ARGENTIERI Federigo (2004), *Presentazione de Conquest 2004*.
- ARRIGHI Giovanni (2008), *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century* (2007), tr. it. de Pietro Anelli, *Adam Smith a Pechino. Genealogie del ventesimo secolo*, Feltrinelli, Milano.
- ASCHERSON Neal (2005), *The Breaking of the Mau Mau*, in: *The New York Review of Books* (7 abr.), p. 26-30.
- BABEUF (1988), *Ecrits*, Claude Mazauric (org.), Messidor/Éditions sociales, Paris.
- BACZKO Bronislaw (1989), *Comment sortir de la Terreur. Thermidor et la Révolution* (1989), tr. it. de Alessandro Serra, *Come uscire dal Terrore. Il Termidoro e la Rivoluzione*, Feltrinelli, Milano.
- BAKER Nicholson (2008), *Human Smoke. The Beginnings of World War II, the End of Civilization*, Simon & Schuster, London-New York.
- BAUDY Gerhard J. (1991), *Die Brände Roms. Ein apokalyptisches Motiv in der antiken Historiographie*, in: *Spudasmata. Studien zur klassischen Philologie und ihren Grenzgebieten*, vol. 50, Olms, Hildesheim-Zürich-New York.
- BAUMONT Maurice (1969), *Les origines de la deuxième guerre mondiale*, Payot, Paris.
- BENDERSKY Joseph W. (2000), *The "Jewish Threat". Anti-Semitic Politics of the U.S. Army*, Basic Books, New York.
- BENEŠ Eduard (1954), *Memoirs: From Munich to New War and New Victory*, tr. inglesa do tcheco por Godfrey Lias, Allen, London.
- BENJAMIN Walter (2007), *Moskau* (1927), tr. it. de Marisa Bertolini, in: *Immagini di città*, Einaudi, Torino, nova edição.
- BERNER Wolfgang (1976), *Die arabischen Länder*, in: Dietrich Geyer (org.), *Sowjetunion. Außenpolitik 1955-1973*, Böhlau, Köln-Wien.
- BESANÇON Alain (1998), *Le malheur du siècle. Sur le communisme, le nazisme et l'unicité de la Shoah*, Fayard, Paris.

- BESYMENSKI Lew (2003²), *Stalin und Hitler. Das Pokerspiel der Diktatoren* (2002), tr. do russo por Ilde e Helmut Ettinger, Aufbau, Berlin, 2ª reimpressão.
- BLACKMON Douglas A. (2008), *Slavery by Another Name. The Re-Enslavement of Black Americans from the Civil War to World War II*, Doubleday, New York-London.
- BOBBIO Norberto (1977), *Politica e cultura* (1955), Einaudi, Torino.
- _____. (1997), *Autobiografia*, Alberto Papuzzi (org.), Laterza, Roma-Bari.
- BOYLE Peter G. (org.) (1990), *The Churchill-Eisenhower Correspondence 1953-1955*, The University of Carolina Press, Chapel Hill and London.
- BRECHER Michael (1965), *Nehru. A Political Biography* (1959), tr. it. de Corrado Pavolini, *Vita di Nehru*, il Saggiatore, Milano.
- BRENT Jonathan, NAUMOV Vladimir P. (2004), *Stalin's Last Crime. The Plot against the Jewish Doctors, 1948-1953* (2003), Perennial, New York.
- BROUÉ Pierre (1991), *Trotsky* (1988), tr. it. do francês por Piero Arlorio e Stefano Musso, *La rivoluzione perduta. Vita di Lev Trockij, 1879-1940*, Bollati Boringhieri, Torino.
- BUKHARIN Nikolai I. (1966), *L'economia mondiale e l'imperialismo* (1916), tr. it. do russo por Ezio Ferrero, Samonà e Savelli, Roma.
- _____. (1969a), *La nuova politica economica e i nostri compiti* (1925), tr. it. do russo in: Nikolaj I. Bucharin, Evgenij A. Preobrazenskij, *L'accumulazione socialista*, Lisa Foa (org.), Editori Riuniti, Roma.
- _____. (1969b), *Critica della piattaforma economica dell'opposizione* (1924), tr. it. do russo in: Nikolaj I. Bucharin, Evgenij A. Preobrazenskij, *L'accumulazione socialista* [cf. Bukharin 1969a].
- _____. (1970²), *Sulla teoria della rivoluzione permanente* (1924), tr. it. do russo in: Bucharin, Stalin, Trotsky, Zinovjev, *La "rivoluzione permanente" e il socialismo in un solo paese* (1963), Giuliano Procacci (org.), Editori Riuniti, Roma.
- _____. (1984) *Lo Stato Leviatano. Scritti sullo Stato e la guerra 1915-1917*, Alberto Giasanti (org.), Unicopli, Milano.
- BUKHARIN Nikolai I., PREOBRAZENSKIJ Evgenij A. (1920), *Das ABC des Kommunismus. Populäre Erläuterung des Programms der Kommunistis-*

chen Partei Russlands (Bolschewiki), Im Verlage der Kommunistischen Partei Deutschösterreichs, Wien.

BULLOCK Alan (1992), *Hitler and Stalin. Parallel Lives*, Knopf, New York.

BUTLER Susan (org.) (2005), *My Dear Mr. Stalin. The Complete Correspondence of Franklin Delano Roosevelt and Joseph V. Stalin*, Yale University Press, New Haven and London.

CANFORA Luciano (2006), *Democrazia. Storia di un'ideologia* (2004), Laterza, Roma-Bari, nova edição.

CARETTO Ennio (1997), *Ebrei rinnegati alla corte di Stalin*, in: *Corriere della Sera* (25 jan.).

CARR Edward H. (1964⁴), *A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution 1917-1923* (1950), tr. it. de Franco Lucentini, Sergio Caprioglio e Paolo Basevi, *La rivoluzione bolscevica*, Einaudi, Torino.

_____. (1968-1969), *A History of Soviet Russia. Socialism in one Country 1924-1926*, vol. 1-2 (1958-1959), tr. it. de Luca Baranelli, Piero Bernardini Marzolla, Carlo Ginzburg e Massimo Salvadori, *Il socialismo in un solo paese*, Einaudi, Torino.

CARYL Christian (2002), *Tyrants on the Take*, in: *The New York Review of Books* (11 abr. p. 27-30).

CATHERWOOD Christopher (2004), *Churchill's Folly. How Winston Churchill Created Modern Iraq*, Carrol & Graf, New York.

CHAMBERLAIN Houston S. (1937), *Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts* (1898), Ungekürzte Volksausgabe, Bruckmann, München.

CHAMBERLIN William H. (1950), *America's Second Crusade*, Regnery, Chicago.

CHANG Jung, HALLIDAY Jon (2006), *Mao. The Unknown Story* (2005), tr. it. de Elisabetta Valdrè, *Mao. La storia sconosciuta*, Longanesi, Milano.

CHEN Jian (1994), *China's Road to the Korean War. The Making of Sino-American Confrontation*, Columbia University Press, New York.

CHOMSKY Noam, HERMAN Edward S. (2005), "The Washington Connection and the Third World Fascism". *The political economy of human rights*, vol. 1 (1979), tr. it. de Clara Ghibellini, *La Washington Connection e il fascismo nel Terzo Mondo. L'economia politica dei diritti umani*, Baldini Castoldi Dalai, Milano.

CHURCHILL W., ROOSEVELT F. D., STALIN J. V. (1957), *Carteggio di Guerra. 1941-1945*, Editori Riuniti, Roma.

CHURCHILL Winston (1963¹⁰), *The Second World War* (1948), tr. it. de Olga Ceretti Borsini, *La seconda guerra mondiale* (1948), vol. I, Mondadori, Milano.

_____. (1974), *His Complete Speeches 1897-1963*, Chelsea House, New York-London.

COBAIN Ian (2005), *The interrogation camp that turned prisoners into living skeletons*, in: *The Guardian* (17 dez.).

_____. (2006), *Revealed: victims of UK's cold war torture camp*, in: *The Guardian* (3 abr.).

COHEN Stephen F. (1975), *Bukharin and the Bolshevik Revolution. A Political Biography 1888-1938* (1975), tr. it. de Libero Sosio, *Bucharin e la rivoluzione bolscevica. Biografia politica 1888-1938*, Feltrinelli, Milano.

_____. (1986), *Rethinking the Soviet Experience. Politics and History since 1917*, Oxford University Press, New York-Oxford.

COHN Norman (1967), *Warrant for Genocide* (1966), tr. fr. de Léon Poliakov, *Histoire d'un mythe. La "conspiration" juive et les protocoles des sages de Sion*, Gallimard, Paris.

COLE Wayne S. (1971), *America First. The Battle Against Intervention 1940-1941*, Octagon Books, New York.

CONQUEST Robert (1992), *Stalin Breaker of Nations*, Penguin Books, New York.

_____. (1996), *Stalin and the Jews*, in: *The New York Review of Books* (11 jul.), p. 46-50.

_____. (2000), *The Great Terror* (1968), tr. it. de Adriana Valori Piperno, *Il Grande Terrore*, nova edição revista e atualizada, Paolo Dossena (org.), Rizzoli, Milano.

_____. (2004), *The Harvest of Sorrow* (1986), tr. it. de Vittoria de Vio Molone e Sergio Minucci, *Raccolto di dolore. Collettivizzazione sovietica e carestia terroristica*, Liberal, Roma.

_____. (2001), *Reflections on a Ravaged Century* (1999), tr. it. de Luca Vanni, *Il secolo delle idee assassine*, Mondadori, Milano.

_____. (2006), *Prefazione a Khlevniuk 2006*.

COOX Alvin D. (1990), *Nomonhan. Japan against Russia, 1939* (1985), University Press, Stanford.

COSTELLO John (1991), *Ten Days to Destiny. The Secret Story of the Hess Peace Initiative and British Efforts to Strike a Deal with Hitler*, Morrow, New York.

CROCE Benedetto (1950³), *L'Italia dal 1914 al 1918. Pagine sulla guerra*, Laterza, Bari.

- _____. (1993), *Scritti e discorsi politici (1943-1947)*, Angela Carella (org.) (vol. VII, 1 e VII, 2 da Edizione Nazionale), Bibliopolis, Napoli.
- DALE Reginald (1996), *Time to Put Away the Big Trade Gun*, in: *International Herald Tribune* (30 abr.).
- DANIELS Robert V. (1970), *The Conscience of the Revolution. Communist Opposition in Soviet Russia* (1960), tr. it. de Giulio Lepschy, *La coscienza della rivoluzione. L'opposizione comunista nell'Unione Sovietica*, Sansoni, Firenze.
- DAVIES Robert William (1989), *The Soviet Economy in Turmoil, 1929-1930*, MacMillan, London.
- DAVIS David B. (1982), *The Slave Power Conspiracy and the Paranoid Style* (1969), Louisiana State University Press, Baton Rouge and London.
- _____. (2000), *C. Wann Woodward (1908-1999)*, in: *New York Review of Books* (10 fev.), p. 13.
- DAVIS Mike (2001), *Late Victorians Holocausts* (2001), tr. it. de Giancarlo Carlotti, *Olocausti tardovittoriani*, Feltrinelli, Milano.
- DE CAROLIS Paola (2007), *Churchill inedito: "Gli ebrei in parte responsabili delle loro sciagure"*, in: *Corriere della Sera* (11 mar.), p. 13.
- DE FELICE Franco (org.) (1973), *Fascismo, democrazia, Frente popolare. Il movimento comunista alla svolta del VII Congresso dell'Internazionale*, De Donato, Bari.
- DE FELICE Renzo (1995³), *Rosso e Nero*, Pasquale Chessa (org.), Baldini e Castoldi, Milano.
- DE GASPERI Alcide (1956), *La democrazia cristiana e il momento politico* (1944), in: Id., *Discorsi politici*, Tommaso Bozza (org.), Cinque lune, Roma.
- DE RUGGIERO Guido (1963), *Apologia del bolscevismo* (1922), in: Id., *Scritti politici 1912-1926*, Renzo De Felice (org.), Cappelli, Bologna.
- DEÁK István (2002), *The Crime of the Century*, in: *The New York Review of Books* (26 set.), p. 48-51.
- DEL BOCA Angelo (2006³), *Italiani, brava gente?* (2005), Neri Pozza, Vicenza.
- DESCHNER Karlheinz (1988), *Kriminalgeschichte des Christentums*, Rowohlt, Hamburg.
- DEUTSCHER Isaac (1954), *La Russia dopo Stalin*, Mondadori, Milano.
- _____. (1969), *Stalin. A Political Biography* (1948); tr. it. de Gilberto Forti, *Stalin. Una biografia politica*, Longanesi, Milano.
- _____. (1972a), *Necrologio di Stalin* (*Manchester Guardian* de 6 mar. 1953), in: Id., *Ironies of History. Essays on Communism* (1966), tr. it. de Elsa Pelitti, *Ironie della storia. Saggi sul comunismo contemporaneo*, Longanesi, Milano, p. 160-170.
- _____. (1972b), *Kruscev parla di Stalin* (jun. 1956), in: Id., *Ironies of History* [cf. Id. 1972a], p. 13-41.
- _____. (1972c), *Esilio e umiliazione* (1 abr. 1965), in: Id., *Ironies of History* [cf. Id. 1972a], p. 213-224.
- DI FEO Gianluca (2004), *Sicilia 1943, l'ordine di Patton: "Uccidete i prigionieri italiani"*, in: *Corriere della Sera* (23 jun.), p. 13.
- _____. (2005), *"Sei un prigioniero italiano? E mi sparò al cuore"*, in: *Corriere della Sera* (3 mar.), p. 20.
- DIAMOND Sander A. (1985), *Herr Hitler. Amerikas Diplomatie, Washington und der Untergang Weimars*, tr. do estadounidense por Stephanie Kreuels, Droste, Düsseldorf.
- DIMITROV Georgi (2002), *Diario. Gli anni di Mosca (1934-1945)*, Silvio Pons (org.), tr. do russo por Fausto Ibba, as partes alemãs tr. de Pasquale Rosafio, Einaudi, Torino.
- DINNERSTEIN Leonard (1994), *Antisemitism in America*, Oxford University Press, New York-Oxford.
- DOWER John W. (1986), *War Without Mercy. Race and Power in the Pacific War*, Pantheon Books, New York.
- DUVERGER Maurice (1993), *Mafia e inflazione uccidono la Russia*, in: *Corriere della Sera* (18 out.).
- E. R. (1997), *Clinton: "Usammo i neri come cavie umane. Una vergogna americana"*, in: *Corriere della Sera* (10 abr.), p. 8.
- ELON Amos (2004), *A Very Special Relationship. Support Any Friend: Kennedy's Middle East and the Making of the US-Israel Alliance*, in: *The New York Review of Books* (15 jan.), p. 15-19.
- ESCHENAZI Gabriele, NISSIM Gabriele (1995), *Ebrei invisibili. I sopravvissuti dell'Europa orientale dal comunismo a oggi*, Mondadori, Milano.
- FEJTŐ François (1971), *Histoire des démocraties populaires après Stalin* (1969), tr. it. de Giovanni Simcich, *Storia delle democrazie popolari dopo Stalin*, Vallecchi, Firenze.
- FERRO Marc (2008), *Ils étaient sept hommes en guerre. 1918-1945. Histoire parallèle*, Perrin, Paris.

- FEST Joachim C. (1973), *Hitler. Eine Biographie*, Ullstein, Frankfurt a. M.-Berlin-Wien
- FEUCHTWANGER Lion (1946), *Moskau 1937. Ein Reisebericht für meine Freunde* (1937), tr. it. de Fulvia Carena, *Mosca 1937. Diario di viaggio per i miei amici*, Mondadori, Milano.
- FIGES Orlando (2000), *A People's Tragedy* (1996), tr. it. de Raffaele Petrillo, *La tragedia di un popolo. La Rivoluzione russa 1891-1924* (1997), Tea, Milano.
- FILENE Peter G. (1967), *Americans and the Soviet Experiment 1917-1933*, Harvard University Press, Cambridge (MA).
- FISCHER Fritz (1965), *Griff nach der Weltmacht* (1961); tr. it. Enzo Collotti (org.), *Assalto al potere mondiale. La Germania nella guerra 1914-1918*, Einaudi, Torino.
- FISCHER Ruth (1991), *Stalin und der deutsche Kommunismus* (1948), Dietz, Berlin.
- FITZPATRICK Sheila (1994), *Stalin's Peasants. Resistance and Survival in the Russian Village after Collectivization*, Oxford University Press, New York-Oxford.
- FLORES Marcello (1990), *L'immagine dell'URSS. L'Occidente e la Russia di Stalin (1927-1956)*, Il Saggiatore, Milano.
- _____. (1995), *L'età del sospetto. I processi politici della guerra fredda*, Il Mulino, Bologna.
- FONTAINE André (2005), *La Tache rouge* (2004), tr. it. de Franca Genta Bonelli, *La Guerra Fredda*, Piemme, Casale Monferrato.
- FORD Henry (1933), *Der internationale Jude* (1920), tr. alemã de Paul Lehmann, Hammer, Leipzig.
- FRANCESCHINI Enrico (1991), *Emergenza in Russia. Un milione alla fame, Eltsin corre ai ripari*, in: *La Repubblica* (17 out), p. 14.
- FRANKLIN John H. (1989), *Race and History. Selected Essays 1938-1988*, Louisiana State University Press, Baton Rouge-London.
- FREIBERGER Steven Z. (1992), *Dawn over Suez. The Rise of American Power in the Middle East, 1953-1957*, Ivan R. Dee, Chicago.
- FREUD Sigmund (1995), *Einleitung zu "Thomas Woodrow Wilson". Eine psychologische Studie* (1930; publicado pela primeira vez em 1971), tr. it. de Renata Colorni, *Introduzione allo studio psicologico su Thomas Woodrow Wilson*, in: *Opere*, Cesare Luigi Musatti (org.), vol. 11, Bollati Boringhieri, Torino, reimpresso.

- FRIEDMAN Lawrence M. (1993), *Crime and Punishment in American History*, Basic Books, New York.
- FRIEDRICH Jörg (2004), *Der Brand* (2002), tr. it. de Marco Bosonetto, Francesca Pisani e Cristina Proto, *La Germania bombardata*, Mondadori, Milano.
- FURET François (1995), *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXe siècle* (1995); tr. it. Marina Valensise (org.), *Il passato di un'illusione. L'idea comunista nel XX secolo*, Mondadori, Milano.
- FURET François, RICHEL Denis (1980), *La Révolution française* (1965), tr. it. de Silvia Brillì Cattarini e Carla Patanè, *La rivoluzione francese*, Laterza, Roma-Bari.
- FUSSELL Paul (1991), *Wartime* (1989); tr. it. de Mario Spinella, *Tempo di guerra*, Mondadori, Milano.
- GALLI DELLA LOGGIA Ernesto (2007), *Cannibalismo rosso*, in: *Corriere della Sera* (3 jun.), p. 31.
- GANDHI Mohandas K. (1969-2001), *The Collected Works of Mahatma Gandhi*, Publications Division, Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, New Delhi (nova edição em 100 volumes).
- GARDNER Lyod C. (1993), *Spheres of Influence. The Great Powers Partition Europe, from Munich to Yalta*, Dee, Chicago.
- GERNET Jacques (1978), *Le monde chinois* (1972), tr. it. de Vera Pegna, *Il mondo cinese. Dalle prime civiltà alla Repubblica popolare*, Einaudi, Torino.
- GINZBURG Ralph (1988), *100 Years of Lynchings*, Black Classic Press, Baltimore.
- GLEASON Abbott (1995), *Totalitarianism. The Inner History of the Cold War*, Oxford University Press, New York-Oxford.
- GOEBBELS Joseph (1992), *Tagebücher*, Ralf Georg Reuth (org.), Beck, München-Zürich.
- _____. (1996), *Diario 1938*, tr. it. Marina Bistolfi (org.), sobre a transcrição do manuscrito original feita por David Irving, Oscar Mondadori, Milano.
- GOLDMAN Wendy Z. (2007), *Terror and Democracy in the Age of Stalin. The Social Dynamics of Repression*, University Press, Cambridge.
- GORBATCHOV Mikhail S. (1993), *Avant-Mémoires*, Odile Jacob, Paris.
- GORTER Herman (1920), *Offener Brief an den Genossen Lénin*, Verlag der Kommunistischen Arbeiter-Partei Deutschlands, Berlin.
- GRAMSCI Antonio (1975), *Quaderni del carcere*, edição crítica Valentino Gerratana (org.), Einaudi, Torino.

- _____. (1984), *Il nostro Marx 1918-9*, Sergio Caprioglio (org.), Einaudi, Torino.
- _____. (1987), *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci (orgs.), Einaudi, Torino.
- GRANT Madison (1971), *Introduction a Lothrop Stoddard, The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy* (1921), reimpressão, Negro University Press, Westport Connecticut.
- GRAZIOSI Andrea (2007), *L'Urss di Lénin e Stalin. Storia dell'Unione Sovietica 1914-1945*, il Mulino, Bologna.
- GRÉGOIRE Henri (1996), *De la noblesse de la peau ou du préjugé des blancs contre la couleur des Africains et celle de leurs descendants noirs et sang-mêlés* (1826), Jérôme Millon, Grenoble.
- GREGORY G. H. (org.) (1993), *Posters of World War II*, Avenel, New York.
- GRUNFELD A. Tom (1996), *The Making of Modern Tibet*, revised edition, Sharpe, Armonk (New York)-London.
- HANDLIN Oscar, HANDLIN Lilian (1986), *Liberty in Peril 1850-1920*, Harper Collins, New York.
- HANLEY Charles J., MENDOZA Martha (2007), *Pentagon withheld letter on Korea dead*, in: *International Herald Tribune* (16 abr.), p. 5.
- HAUTER François (2004), *La campagne contre l'"agent Orange" des Américains*, in *Le Figaro* (6 out), p. 4.
- HAYEK Friedrich A. von (1986), *Law, Legislation and Liberty* (1982; as três partes constitutivas do volume são respectivamente de 1973, 1976 e 1979); tr. it. Angelo Petroni e Stefano Monti Bragadin (orgs.), *Legge, legislazione e libertà*, il Saggiatore, Milano.
- HEGEL Georg W. F. (1919-1920), *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, Georg Lasson (org.), Meiner, Leipzig.
- _____. (1969-1979), *Werke in zwanzig Bänden*, Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel (orgs.), Suhrkamp, Frankfurt a. M.
- HERZEN Aleksandr (1994), *Du développement des idées révolutionnaires en Russie* (1851), tr. it. de Ida Giordano, *Breve storia dei Russi. Lo sviluppo delle idee rivoluzionarie in Russia*, Corbaccio, Milano.
- HERZSTEIN Robert E. (1989), *Roosevelt & Hitler. Prelude to War*, Paragon House, New York.

- HILLGRUBER Andreas (1991), *Die Zerstörung Europas. Beiträge zur Weltkriegsepoche 1914 bis 1945* (1988); tr. it. de Guido Mandarino, *La distruzione dell'Europa*, il Mulino, Bologna.
- HITLER Adolf (1939), *Mein Kampf* (1925/27), Zentralverlag der Nsdap, München.
- _____. (1961), *Hitlers Zweites Buch*, G. L. Weinberg (org.), Deutsche Verlags-Anstalt, Stuttgart.
- _____. (1965), *Reden und Proklamationen 1932-1945* (1962-63), Max Domarus (org.), Süddeutscher Verlag, München.
- _____. (1980), *Monologe im Führerhauptquartier 1941-1944*, Die Aufzeichnungen Heinrich Heims, Werner Jochmann (org.), Albrecht Knaus, Hamburg.
- _____. (1989), *Tischgespräche*, Henry Picker (org.) (1951), Ullstein, Frankfurt a. M.-Berlin.
- HOBBSAWM Eric J. (1991), *Nation and Nationalism since 1780* (1990), tr. it. de Piero Arlorio, *Nazione e nazionalismo dal 1780. Programma, mito, realtà*, Einaudi, Torino.
- HOFFMANN Joachim (1995), *Stalins Vernichtungskrieg 1941-1945*, Verlag für Wehrwissenschaften, München.
- HOFSTADTER Richard (1960), *The American Political Tradition and the Men Who Made it* (1951); tr. it. de Giuseppe Vetrano, *La tradizione politica americana*, il Mulino, Bologna.
- _____. (org) (1982), *Great Issues in American History* (1958), Vintage Books, New York, em 3 vol. (vol. 1 em colaboração com Clarence L. Ver Steeg e vol. 3 em colaboração com Beatrice K. Hofstadter).
- HOOPEES Townsend, BRINKLEY Douglas (1997), *FDR and the Creation of the U. N.*, Yale University Press, New Haven and London.
- HORNE Gerald (1988), *Communist Front? The Civil Right Congress, 1946-1956*, Associated University Press, London and Toronto.
- HUGHES Robert (1990), *The Fatal Shore. The Epic of Australia's Founding* (1986), tr. it. de Anna Ravano e Gabriella Luzzani, *La riva fatale. L'epopea della fondazione dell'Australia*, Adelphi, Milano.
- HUMBERT-DROZ Jules (1974), *Mémoires* (1969-72), tr. it. de Danilo Montaldi, *L'internazionale comunista tra Lénin e Stalin. Memorie di un protagonista 1891/1941*, Feltrinelli, Milano.
- IGNATIEFF Michael (1997), *In the Center of the Earthquake*, in: *The New York Review of Books* (12 jun.).

IRVING David (2001), *Hitler's War and the War Path* (1977 e 1979; edição ampliada e unificada de dois volumes anteriormente separados, tr. it. de Mario Spataro, *La guerra di Hitler*, Settimo Sigillo, Roma).

JAMES C. L. R. (1968), *The Black Jacobins. Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution* (1963), tr. it. de Raffaele Petrillo, *I Giacobini neri. La prima rivolta contro l'uomo bianco*, Feltrinelli, Milano.

JASPIN Elliot (2007), *Buried in the Bitter Waters. The Hidden History of Racial Cleansing in America*, Basic Books, New York.

JEDRZEJEWICZ Waclaw (1982), *Pilsudski: A Life for Poland*, Hippocrene Books, New York.

JEFFERSON Thomas (1984), *Writings*, Merrill D. Peterson (org.), The Library of America, New York.

JOHNSON Chalmers (2001), *Blowback. The Costs and Consequences of American Empire* (2000), tr. it. de Sergio Minucci, *Gli ultimi giorni dell'impero americano*, Garzanti, Milano.

JOHNSON Paul (1991), *Modern Times. From the Twenties to the Nineties*, Revised Edition, Harper Collins, New York.

KANT Immanuel (1900), *Gesammelte Schriften*, Academia das Ciências (org.), Berlin-Leipzig, 1900ss.

KAROL K. S. (2005), *Antisemitismo. Una malattia non sovietica*, in: *Il manifesto* (4 fev.), p. 12.

KAUTSKY Karl (1972), *Rasse und Judentum* (1914), tr. it. *Razza e ebraismo*, in: Massimo Massara (org.), *Il marxismo e la questione ebraica*, Edizioni del Calendario, Milano.

_____. (1977²), *Die Diktatur des Proletariats* (1918), tr. it. Luciano Pellicani (org.), *La dittatura del proletariato*, Sugarco, Milano.

KELLEY Robin D. G. (1990), *Hammer and Hoe. Alabama Communists during the Great Repression*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill and London.

KELSEN Hans (1981a), *The Political Theory of Bolshevism. A Critical Analysis* (1948); tr. it. in: *La teoria politica del bolscevismo e altri saggi di teoria del diritto e dello Stato*, Riccardo Guastini (org.), Il Saggiatore, Milano.

_____. (1981b), *The Communist Theory of Law* (1955), tr. it. de Giuseppino Treves, *La teoria comunista del diritto*, Sugarco, Milano.

KENNAN George F. (1956), *Russia Leaves the War*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.

_____. (2001), *Memorandum for the Minister*, in: *The New York Review of Books* (26 abr.), p. 23.

KERENSKI Alexander F. (1989), *Memoirs. Russia and History's Turning Point* (1965), tr. alemã, de Günter Schlichting, *Memoiren. Rußland und der Wendepunkt der Geschichte*, Rowohlt, Hamburg.

KERSHAW Ian (2001), *Hitler. 1936-1945: Nemesis* (1990), tr. it. de Alessio Catania, *Hitler 1936-1945*, Bompiani, Milano.

_____. (2005), *Making Friends with Hitler* (2004), tr. it. de Alessio Catania, *Gli amici di Hitler*, Bompiani, Milano.

KHLEVNIUK Oleg V. (1998), *Das Politbüro. Mechanismen der Macht in der Sowjetunion der dreißiger Jahre*, tr. do original russo (1996) por Ruth e Heinz Deut-schland, Hamburger Edition, Hamburg.

_____. (2006), *Storia del Gulag. Dalla collettivizzazione al Grande terrore* (2004), tr. it. do russo por Emanuela Guercetti, Einaudi, Torino.

KRUSCHIOV Nikita (1958), *Sul culto della personalità e le sue conseguenze*, Relatório ao XX Congresso do Pcus (25 fev. 1956), in: Angelo Tasca (org.), *Autopsie du stalinisme*, tr. it. *Autopsia dello stalinismo*, Comunità, Milano.

KIRILINA Alla (1995), *L'assassinat de Kirov. Destin d'un stalinien, 1888-1934*, tr. do russo por Pierre Forgues e Nicolas Werth, Seuil, Paris.

KISSINGER Henry (1994), *Diplomacy*, Simon & Schuster, New York.

KLEMPERER Victor (1996⁵), *Ich will Zeugnis ablegen bis zum letzten, Tagebücher 1933-1945*, Walter Nowojski (org.) com a colaboração de Hadwig Klemperer, Aufbau, Berlin.

_____. (2005), *LTI. Notizbuch eines Philologen* (1957), Reclam, Leipzig.

KNIGHT Amy (1997), *Beria. Stalin's First Lieutenant* (1993), tr. it. de Silvia Betocchi e Tania Gargiulo, *Beria. Ascesa e caduta del capo della polizia di Stalin*, Mondadori, Milano.

KOJÈVE Alexandre (1954⁴), *Tyrannie et sagesse* (1950), in: Leo Strauss, *De la Tyrannie*, Gallimard, Paris, p. 217-280.

KOLLONTAI Aleksandra (1976), *Comunismo, famiglia, morale sessuale*, Mariella Gramaglia (org.), Savelli, Roma.

KOTEK Joël, RIGOULOT Pierre (2000), *Le siècle des camps. Détention, concentration, extermination. Cent ans de mal radical*, Lattès, Paris.

- KUPISCH Karl (org.) (1965), *Quellen zur Geschichte des deutschen Protestantismus 1871 bis 1945* (1960), Siebenstern Taschenbuch, München und Hamburg.
- KUROMIYA Hiroaki (1988), *Stalin's Industrial Revolution. Politics and Workers, 1928-1932*, Cambridge University Press, Cambridge-New York.
- LASKI Harold J. (1948), *Liberty in the Modern State*, Allen & Unwin, London, (nova edição).
- LEIBOWITZ Clement, FINKEL Alvin (2005), *In Our Time. The Chamberlain-Hitler Collusion* (1997), tr. it. de Silvio Calzavarini, *Il nemico comune. La collusione antisovietica fra Gran Bretagna e Germania nazista*, Fazi, Roma.
- LÊNIN V. I. (1955-1970), *Opere complete*, Editori Riuniti, Roma.
- LEVIN Nora (1990), *The Jews in the Soviet Union since 1917* (1988), Tauris, London-New York.
- LEWIN Moshe (2003), *Russia's Twentieth Century. The Collapse of the Soviet System* (2003), tr. fr. de Denis Paillard e Florence Prudhomme, *Le siècle soviétique*, Fayard-Le Monde diplomatique, Paris.
- LIDDEL HART Basil H. (2007), *Stratégie*, tr. do inglês por Lucien Poirier, Perrin, Paris.
- LIEBKNECHT Karl (1958-1968), *Gesammelte Reden und Schriften*, Dietz, Berlin.
- LINCOLN W. Bruce (1994), *Passage through Armageddon. The Russians in War and Revolution 1914-1918* (1986), Oxford University Press, New York-Oxford.
- LOEWEN James W. (2006), *Sundown Towns. A Hidden Dimension of American Racism*, Simon & Schuster, New York-London-Toronto-Sydney.
- LOSURDO Domenico (1991), *La comunità, la morte, l'Occidente. Heidegger e l'"ideologia della guerra"*, Bollati Boringhieri, Torino.
- _____. (1992), *Hegel e la libertà dei moderni*, Editori Riuniti, Roma.
- _____. (1996), *Il revisionismo storico. Problemi e miti*, Laterza, Roma-Bari.
- _____. (1997), *Antonio Gramsci dal liberalismo al "comunismo critico"*, Gamberetti, Roma.
- _____. (2002), *Nietzsche, il ribelle aristocratico. Biografia intellettuale e bilancio critico*, Bollati Boringhieri, Torino.
- _____. (2005), *Controstoria del liberalismo*, Laterza, Roma-Bari.
- _____. (2007), *Il linguaggio dell'Impero. Lessico dell'ideologia americana*, Laterza, Roma-Bari.

- LOTH W. (1994), *Stalins ungeliebtes Kind. Warum Moskau die DDR nicht wollte*, Rowohlt, Berlin.
- LOWER Wendy (2005), *Nazi Empire-Building and the Holocaust in Ukraine*, The University of North Carolina Press (in Association with the United States Holocaust Museum), Chapel Hill.
- LUKÁCS György (1967), *Taktik und Ethik* (edição húngara original, 1919), in: Id., *Schriften zur Ideologie und Politik*, Peter Ludz (org.), Luchterhand, Neuwied und Berlin.
- _____. (1974), *Die Zerstörung der Vernunft* (1954); tr. it. de Eraldo Arnaud, *La distruzione della ragione* (1959), Einaudi, Torino.
- LUTTWAK Edward (1999), *USA-Giappone-Cina, la strana geometria*, in: *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n. 1, p. 149-152.
- LUXEMBURG Rosa (1968), *Die Krise der Sozialdemokratie* (1916), in: *Politische Schriften*, Ossip K. Flechtheim (org.), Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt a. M., vol. 2.
- MACDONOGH Giles (2007), *After the Reich. The Brutal History of the Allied Occupation*, Basic Books, New York.
- MAISTRE Joseph de (1984), *Oeuvres Complètes* (Lyon 1884), reimpressão anastática, Olms, Hildesheim-Zürich-New York.
- MALAPARTE Curzio (1973), *Tecnica del colpo di Stato* (1931), Vallecchi, Firenze.
- MANN Thomas (1986a), *Deutsche Hörer* (24 out. 1942 e 14 jan. 1945), in: *Essays*, Hermann Kurzke (org.), Fischer, Frankfurt a. M., vol. 2.
- _____. (1986b), *[An David McCoy]* (1945), in: Id., *Essays*, H. Kurze (org.), Fischer, Frankfurt a. M., vol. 2.
- MANOSCHEK Walter (org.) (1995), "Es gibt nur eines für das Judentum: Vernichtung". *Das Judenbild in deutschen Soldatenbriefe 1939-1944*, Hamburger Edition, Hamburg.
- MAO ZEDONG (1969-1975), *Opere scelte*, Edições em línguas estrangeiras, Pequim.
- _____. (1998), *On Diplomacy*, Foreign Languages Press, Beijing.
- MARCUCCI Loris (1997), *Il commissario di ferro di Stalin. Biografia politica di Lazar' M. Kaganovič*, Einaudi, Torino.
- MARKUSEN Eric, KOPF David (1995), *The Holocaust and Strategic Bombing. Genocide and Total War in the Twentieth Century*, Westview Press, Boulder-San Francisco-Oxford.

MARTIN Terry (2001), *The Affirmative Action Empire. Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939*, Cornell University Press, Ithaca and London.

MARTINEAU Harriet (1857), *British Rule in India; A Historical Sketch*, Smith, London.

MARX Karl, ENGELS Friedrich (1955-1989), *Werke*, Dietz, Berlin.

MAYER Arno J. (1990), *Why Did the Heavens not Darken?* (1988); tr. it. de Giuseppina Panziera Saija, *Soluzione finale. Lo sterminio degli Ebrei nella storia europea*, Mondadori, Milano.

_____. (2000), *The Furies. Violence and Terror in the French and Russian Revolution*, University Press, Princeton.

MCALLISTER LINN Brian (1989), *The U. S. Army and Counterinsurgency in the Philippine War, 1899-1902*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill-London.

MEDVEDEV Roy A. (1977), *Let History Judge. The Origins and Consequences of Stalinism* (1971), tr. it. de Raffaello Uboldi, *Lo stalinismo. Origini storia conseguenze*, Mondadori, Milano.

MEDVEDEV Zores A., MEDVEDEV Roy A. (2006), *The Unknown Stalin* (2003), tr. it. de Bruno Amato e revisão científica de Andrea Panaccione, *Stalin sconosciuto. Alla luce degli archivi segreti sovietici*, Feltrinelli, Milano.

MISES Ludwig von (1927), *Liberalismus*, Fischer, Jena.

MLEČIN Leonid (2008), *Perché Stalin creò Israele*, tr. it. do russo por Chiara Spano, pref. e org. de Luciano Canfora, Sandro Teti, Roma.

MONTEFIORE S. S. (2007²), *Stalin. Am Hof des roten Zaren*, Fischer, Hamburg (trad. alemã).

MOSSE George L. (1990), *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti*, Laterza, Roma-Bari.

NAIMARK Norman M. (2002), *Fires of Hatred. Ethnic Cleansing in Twentieth Century* (2001), tr. it. de Sergio Minucci, *La politica dell'odio. La pulizia etnica nell'Europa contemporanea*, Laterza, Roma-Bari.

NAVARRO Mireya (1999), *U. S. Aid and "Genocide". Guatemala Inquiry Details CIA's Help to Military*, in: *International Herald Tribune* (27-28 fev.), p. 3.

NEVINS Allan, COMMAGER Henry S. (1960), *The Pocket History of the United States* (1942); tr. it. de Enrico Mattioli e Paola Soleri, *Storia degli Stati Uniti*, Einaudi, Torino.

NIRENSTEIN Fiamma (1997), *Israele, la congiura rossa*, in: *La Stampa* (14 jul.), p. 16.

NOLTE Ernst (1987), *Der europäische Bürgerkrieg 1917-1945. Nationalsozialismus und Bolschewismus*, Ullstein, Frankfurt a.M.-Berlin.

PANNEKOEK Anton (1970), *Weltrevolution und Kommunistische Taktik* (1920), tr. it. in: *Organizzazione rivoluzionaria e Consigli operai*, Piet Rademakers (org.), Feltrinelli, Milano.

PAPPE Ilan (2008), *The Ethnic Cleansing of Palestine* (2006), tr. it. de Luisa Corbetta e Alfredo Tradardi (orgs.), *La pulizia etnica della Palestina*, Fazi, Roma.

PARETO Vilfredo (1966), *Trasformazione della democrazia* (1920), in: Id., *Scritti sociologici*, Giovanni Busino (org.), Utet, Torino.

PAUWELS Jacques R. (2003), *Il mito della guerra buona. Gli Usa e la Seconda guerra mondiale*, tr. it. do holandês da edição original (2000) por Silvio Calzavarini, Datanews, Roma.

PAYNE Matthew J. (2001), *Stalin's Railroad. Turksib and the Building of Socialism*, University Press, Pittsburgh.

POLIAKOV Léon (1974-1990), *Histoire de l'antisémitisme* (1961-1977); tr. it. de Rossella Rossini e Roberto Salvadori, *Storia dell'antisemitismo*, La Nuova Italia, Firenze.

_____. (1987), *Le Mythe aryen. Essai sur les sources du racisme et des nationalismes* (1971), nova edição aumentada, Complexe, Bruxelles.

PONTING Clive (1992), *Churchill's plan for race purity*, in: *The Guardian* (20-21 jun.), p. 9.

RAPOPORT Louis (1991), *Stalin's War against the Jews* (1990), tr. it. de Erica Joy Mannucci, *La guerra di Stalin contro gli ebrei*, Rizzoli, Milano.

REUTH Ralf G. (1991²), *Goebbels*, Piper, München.

ROBERTS Geoffrey (2006), *Stalin's Wars. From World War to Cold War, 1939-1953*, Yale University Press, New Haven and London.

ROBESPIERRE Maximilien (1912-1967), *Oeuvres*, Puf, Paris.

ROCCUCCI Adriano (2001), *Gerusalemme, la seconda Mosca*, in: *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n. 1, p. 27-42.

ROGOWIN Wadim S. (1998), *1937. Jahr des Terrors* (1996), tr. do russo por Hannelore Georgi e Harald Schubärth, Arbeiterpresse Verlag, Essen.

_____. (1999), *Die Partei der Hingerichteten* (1997), tr. do russo por Hannelore Georgi e Harald Schubärth, Arbeiterpresse Verlag, Essen.

ROMEIN Jan (1969), *Il secolo dell'Asia. Imperialismo occidentale e rivoluzione asiatica nel secolo XX* (1956), tr. it. do holandês por Fernando Solinas e Enzo Collotti, Einaudi, Torino.

ROSSELLI Carlo (1988), *Scritti politici*, Zeffiro Ciuffoletti e Paolo Bagnoli (orgs.), Guida, Napoli.

ROTHBARD Murray N. (1974), *Hoover's 1919 Food Diplomacy in Retrospect*, in: Lawrence E. Gelfand (ed.), *Herbert Hoover, The Great War and its Aftermath 1917-23*, University Press, Iowa.

ROUX Alain (2007⁴), *La Chine au XXe siècle* (1998), Colin, Paris.

RUGE Wolfgang, SCHUMANN Wolfgang (orgs.) (1977), *Dokumente zur deutschen Geschichte. 1933-1935*, Rödelberg, Frankfurt a.M.

SABRIN B. F. (org.) (1991), *Alliance for Murder. The Nazi-Ukrainian Nationalist Partnership in Genocide*, Sarpedon, New York.

SACHAR Howard M. (1993) *A History of the Jews in America*, Vintage Books, New York.

SACK John (1993), *An Eye for An Eye. The Untold Story of Jewish Revenge Against Germans in 1945*, Basic Books, New York.

SAFIRE William (2004), *A secret victory*, in: *International Herald Tribune* (3 fev), p. 7.

SANG-HUN Choe (2007), *South Korea excavates its killing fields*, in: *International Herald Tribune* (22 nov.), p. 2.

SCHLESINGER Arthur M. jr. (1959-1965), *The Age of Roosevelt* (1957-60); tr. it. de Giorgio Polla e Isabella Ponzetta, *L'età di Roosevelt*, Il Mulino, Bologna.

_____. (1967), *A Thousand Days. John F. Kennedy in the White House* (1965), Fawcett Crest, New York.

SCHMID Alex P. (1974), *Churchills privater Krieg. Intervention und Konterrevolution im russischen Bürgerkrieg, November 1918-März 1920*, Atlantis, Zürich.

SCHMIDT Paul (1950), *Statist auf diplomatischer Bühne 1923-45*, Athenäum, Bonn.

SCHNEIDER James J. (1994), *The Structure of Strategic Revolution. Total War and the Roots of the Soviet Warfare State*, Presidio, Novato (CA).

SCOTTI Giacomo (1991), *Goli Otok. Ritorno all'isola calda*, Lint, Trieste.

SHERRY Michael S. (1995), *In the Shadow of War. The United States Since the 1930s*, Yale University Press, New Haven and London.

SHIRER William L. (1974⁴), *The Rise and Fall of the Third Reich* (1959); tr. it. de Gustavo Glaesser, *Storia del Terzo Reich*, Einaudi, Torino (1962).

SHORT Philipp (2005), *Pol Pot: The History of a Nightmare* (2004), tr. it. de Enzo Peru, *Pol Pot. Anatomia di uno sterminio*, Rizzoli, Milano.

SINGERMAN Robert (1987), *The Jew as Racial Alien: The Genetic Component of American Anti-Semitism*, in: David A. Gerber (org.), *Anti-semitism in American History*, University of Illinois Press, Urbana and Chicago.

SISCI Francesco (1994) *La differenza tra la Cina e il mondo. La rivoluzione degli anni ottanta*, Feltrinelli, Milano.

SMITH Tony (1995), *America's Mission. The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*, Princeton University Press, New Jersey.

SOUVARINE Boris (2003), *Staline. Aperçu historique du bolchévisme* (1935), tr. it. de Gisèle Bartoli, *Stalin*, Adelphi, Milano.

SPENCE Jonathan (1998), *God's Chinese Son. The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan*, Harper Collins, London.

SPENGLER Oswald (1933), *Jahre der Entscheidung*, Beck, München.

STALIN Josif W. (1948), *Storia del Partito comunista (bolscevico) dell'URSS. Breve corso* (1938), Edições em línguas estrangeiras, Moscou.

_____. (1952²), *Questioni del leninismo*, tr. it. do russo por Palmiro Togliatti, Edizioni Rinascita, Roma.

_____. (1952-1956), *Opere complete*, Rinascita, Roma.

_____. (1953), *Problemi della pace*, pref. de Pietro Secchia, Edizioni di Cultura Sociale, Roma.

_____. (1968), *Il marxismo e la linguistica*, tr. it. do russo (1950) por Bruno Meriggi, Feltrinelli, Milano.

_____. (1971-1973), *Werke, Roter Morgen*, Hamburg.

_____. (1973), *Problemi economici del socialismo nell'URSS*, tr. it. do russo (1952), Cooperativa Editrice Distributrice Proletaria, Milano.

STODDARD Lothrop (1971), *The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy* (1921), reimpressão Negro University Press, Westport Connecticut.

_____. (1984), *The Revolt against Civilization. The Menace of the Under Man* (1922), reimpressão, Scribner, New York.

STRADA Vittorio (1996), *Stalin: si sbranano pure, poi arriveremo noi*, in: *Corriere della Sera* (10 ago.), p. 25.

STRONG Anna Louise (2004), *The Stalin Era* (1956), tr. it. de Alessandro Mazzone, *L'era di Stalin*, La Città del Sole, Napoli.

- SUN YAT-SEN (1976), *I tre principi del popolo*, tr. it. do francês por Settimio Severo Caruso, Einaudi, Torino.
- TAYLOR Alan J. P. (1996), *The Origins of the Second World War* (1961); tr. it. de Luciano Bianciardi, *Le origini della seconda guerra mondiale*, Laterza, Roma-Bari.
- TAYLOR Telford (1993), *The Anatomy of the Nuremberg Trials* (1992), tr. it. de Orsola Fenghi, *Anatomia dei processi di Norimberga*, Rizzoli, Milano.
- THOMAS Evan (1995), *The Very Best Men. Four Who Dared. The Early Years of the CIA*, Simon & Schuster, New York.
- THOMAS Hugh (1988), *Armed Truce. The Beginnings of the Cold War 1945-46* (1986), Sceptre, London.
- Thurston Robert W. (1996), *Life and Terror in Stalin's Russia 1934-1941*, Yale University Press, New Haven and London.
- Torri Michelguglielmo (2000), *Storia dell'India*, Laterza, Roma-Bari.
- TOTTLE Douglas (1987), *Fraud, Famine and Fascism. The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*, Progress Books, Toronto.
- TOYNEBEE Arnold (1992), *The World and the West* (1953), tr. it. de Glauco Cambon, *Il mondo e l'Occidente*, com una nota de Luciano Canfora, Sellerio, Palermo.
- TRAVERSO Enzo (2002), *La violenza nazista. Una genealogia*, Il Mulino, Bologna.
- TROTSKI Lev D. (1962), *Stalin* (1946), tr. it. do inglês por Ugo Tolomei, Garzanti, Milano.
- _____. (1967), *La loro morale e la nostra* (1938-39), tr. it. de De Donato, Bari.
- _____. (1968), *La Révolution trahie* (1936-37); tr. it. de Livio Maitan, *La rivoluzione tradita*, Samonà e Savelli, Roma.
- _____. (1969a), *Millenovecentocinque* (1908), Samonà e Savelli, Roma.
- _____. (1969b), *La Terza Internazionale dopo Lénin* (1928) tr. it. de Livio Maitan, Samonà e Savelli, Roma.
- _____. (1988), *Schriften. Sowjetgesellschaft und stalinistische Diktatur*, Helmut Dahmer et alii (orgs.), Rasch und Röhring, Hamburg.
- _____. (1997-2001), *Schriften. Linke Opposition und vierte Internationale*, Helmut Dahmer et alii (orgs.), Rasch und Röhring, Hamburg.

- _____. (1998), *Europa im Krieg*, tr. do russo por Hannelore e Harald Schubärth, Arbeiterpresse Verlag, Essen.
- TUCKER Robert C. (1974), *Stalin as Revolutionary. A Study in History and Personality, 1879-1929* (1973), Norton, New York-London.
- _____. (1990), *Stalin in Power. The Revolution from Above, 1928-1941*, Norton, New York-London.
- WALZER Michael (1990), *Just and Unjust Wars* (1977), tr. it. de Fabio Armao, *Guerre giuste e ingiuste*, Liguori, Napoli.
- WARNER Denis (2000), *Brutality on All Sides Wracked Korea in the Years After WWII*, in: *International Herald Tribune* (5 mai.), p. 5.
- WASHBURN Wilcomb E. (1992), *The Indian in America* (1975), tr. it. de Paola Ludovici e Roger Meservey, *Gli indiani d'America*, Editori Riuniti, Roma.
- WASHINGTON Harriet A. (2007), *Medical Apartheid: The Dark History of Medical Experimentation on Black Americans from Colonial Times to the Present*, Harlem Moon, Broadway Books, New York.
- WEAVER Richard M. (1987), *The Southern Essays*, G. M. Curtis III e J. J. Thompson jr. (orgs.), Liberty Press, Indianapolis.
- WEBB Beatrice (1982-1985), *The Diary*, Norman e Jeanne MacKenzie (orgs.), The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- WERTH Nicolas (2001⁵), *Histoire de l'Union Soviétique*, PUF, Paris.
- _____. (2007a), *La terreur et le désarroi. Staline et son système*, Perrin, Paris.
- _____. (2007b), *L'Île aux cannibales* (2006), tr. it. de Francesco Roncacci, *L'isola dei cannibali*, Corbaccio, Milano.
- WHITE Stephen (1980), *Britain and the Bolshevik Revolution. A Study in the Politics of Diplomacy, 1920-1924*, Holmes & Meier, New York.
- WIKLER Daniel (1999), *The Dalai Lama and the Cia*, in: *The New York Review of Books*, (23 set.), p. 81.
- WOLKOGONOW Dimitri (1989), *Stalin. Triumph und Tragödie. Ein politisches Porträt*, tr. do russo por Vesna Jovanoska, Claassen, Düsseldorf.
- WOLKOW Wladimir K. (2003), *Stalin wollte ein anderes Europa. Moskaus Außenpolitik 1940 bis 1968 und die Folgen*, Edition Ost, Berlin.
- WOODWARD C. Vann (1963), *Origins of the New South 1877-1913* (1951), Louisiana State University Press; tr. it. de Luciano Serra, *Le origini del nuovo Sud*, Il Mulino, Bologna.

_____. (1966²), *The Strange Career of Jim Crow*, Oxford University Press, New York-Oxford.

ZHANG Shu Guang (2001), *Economic Cold War. America's Embargo against China and the Sino-Soviet Alliance*, University Press, Stanford.

ZINN Howard (2002), *A People's History of the United States. 1492-Present* (1980), tr. fr. de Frédéric Cotton, *Une histoire populaire des États-Unis d'Amérique. De 1492 à nos jours*, Agone, Marseille.

ZINOVIEV Alexander (1988), *Katastroika. Gorbatschows Potemkinsche Dörfer*, tr. do russo por Erich Hiller, Ullstein, Frankfurt a. M.-Berlin.

_____. (1994), *La caduta dell' "Impero del Male"*. *Saggio sulle tragedie della Russia*, Bollati Boringhieri, Torino.

ZUBKOVA Elena (2003), *Russia after the War. Hopes, Illusions and Disappointments, 1945-1957* (1998), tr. it. de Bruna Soravia, *Quando c'era Stalin. I russi dalla guerra al disgelo*, Il Mulino, Bologna.

Índice dos nomes

A

Abd El-Kader, 323
Adimanto, 350
Adorno Theodor W, 232
Alexandre I, 346
Alexandre III, 238, 252, 289
Althusser Louis, 36
Ambler Eric, 339
Antonescu Ion, 294
Arendt Hannah, 11, 351
Augusto 338,

B

Babeuf François-Noël, dito Gracchus, 298, 299, 352
Babina, Berta, 152
Bacque James, 162, 337
Baldwin Stanley, 264
Bauer Leo, 227
Beck Joseph, 190, 358, 367
Beneš Edvard, 28, 38, 94, 190, 352
Benjamin Walter, 352
Beria Lavrentiy, 158, 226, 282, 295
Bernstein Carl, 348, 349
Berzin Eduard, 154
Bevin Ernest, 187
Beirut Boleslaw, 38
Bloch Ernst, 57, 68
Blum Léon, 345
Blumkin Iakov G. 79, 86, 87
Bobbio Norberto, 11, 13, 14, 353
Bock Fedor von, 30
Boissy d'Anglas François-Antoine, 30, 298, 299
Bose Subhas Chandra, 192
Brecht Bertolt, 186
Brejnev Leonid I., 180,

Brockdorff-Rantzau Ulrich von, 253
Brusilov Aleksei A., 102, 107
Bukharin Nikolai, 41, 50, 51, 75, 81, 82, 92, 96, 111, 123, 124, 132, 135, 137, 147, 260, 290, 343, 353, 354
Bufalini Paolo, 339
Bugeaud Thomas-Robert, 259, 339
Bullit William C., 190
Buongiorno Pino, 349
Burke Edmund, 109
Bush George W., 332, 333

C

Calhoun John C., 329
Canaris Wilhelm, 30, 294
Carnap Rudolf, 181
Castro Fidel, 238, 330
Tchekhov Anton, 159
César Caio Júlio, 337, 338
Chamberlain Houston S., 185, 21, 265, 266, 288, 354, 362
Chamberlain Neville, 264, 286
Chang Kai-shek, 136, 303, 354
Kruschiov Nikita S., 5, 9, 16-24, 27, 31, 33-36, 38, 40, 41, 44, 45, 71, 81, 95, 97, 124, 144, 187, 209, 217, 232, 238, 287, 290-294, 296, 335, 340, 362.
Churchill Winston, 7, 11, 15, 31, 38, 44, 94, 100, 101, 182, 188, 198, 205, 208, 212-216, 222, 232, 248, 252, 258, 262-266, 268, 269, 272, 278, 286, 288, 311-313, 333, 337, 346, 354, 355, 365, 367,
Cícero Marco Túlio, 337
Clemenceau Georges, 87
Clinton William J., 170, 356
Colletti Lúcio, 341, 355?, 362?

Conquest Robert, 202, 203, 207,
208, 210, 236, 299, 311, 312, 314,
315, 321, 322, 323, 324, 352, 355
Courtois Stéphane, 71, 339
Croce Benedetto, 12, 258, 261,
313, 338, 355

Cromer Evelyn Baring, 182
Cromwell Oliver, 125, 329

D

Daladier Edouard, 86
David Jacques-Louis, 136
David Lloyd George, 313
Davies Joseph, 288, 355
Davis David B. 355,
De Gasperi Alcide, 288, 289, 338,
340, 356
De Ruggiero Guido, 320
Denikin Anton I., 52, 53, 203
Deutscher Isaac, 9, 10, 11, 19, 92,
95, 194, 195, 285, 287, 289, 290,
296, 342, 344
Dewey John, 181
Dimitrov Georgi, 23, 39, 93, 114,
195, 241, 265, 293, 356
Diocleciano Caio Aurélio Valério,
333
Disraeli Benjamin, 186
Dournovo P. N., 100
Duclos Jacques, 231
Dulles Allen, 216, 253
Duverger Maurice, 300, 357
Dymshitz Alexander, 226
Dzerjinski Feliks E., 79

E

Ehrenburg Ilya G., 183, 229, 235
Eichmann Adolf, 207, 322
Eisenhower Dwight D., 162, 215,
216, 353
Eisler Gerhart, 227
Yeltsin Boris N., 300, 348, 350

Engels Friedrich, 17, 48, 69, 124,
128, 211, 260, 322, 330, 331, 332,
364
Heráclio, 336
Heródoto, 339

F

Feuchtwanger Lion, 197, 242,
337, 340, 357
Fischer Louis, 76, 77, 84, 87, 364,
365
Fischer Ruth, 357
Focas, 336
Foch Ferdinand, 136, 273
Ford Henry, 213, 230, 358
Franco Francisco, 14, 85, 354,
356
Franklin Benjamin, 329
Freud Sigmund, 255, 359
Furet François, 210, 254, 255,
256, 359

G

Gandhi Mohandas K., 184, 192,
359
Gascoigne A. ("Joe"), 238
Gawronski Jas, 348
Gehlen Reinhard, 253
Gengis Khan, 174
Justiniano, 335, 336
Glomp Josef, 349
Goebbels Joseph, 24, 25, 26, 28,
29, 35, 90, 195, 21, 223, 245, 251,
307, 311, 358, 366
Goldman Emma, 212, 358
Gollancz Victor, 205
Gorbatchov Mikhail S., 8, 34,
200, 286, 335, 336, 345, 347, 348,
349, 350, 358
Göring Hermann, 311
Gorki Maksim, 154, 244
Gottwald Klement, 38

Gramsci Antonio, 107, 240, 314,
329, 338, 359, 363
Grant Madison, 213, 228, 322,
3331, 359
Gromiko Andrei A., 228
Guilherme II, 50, 86, 89, 170, 209,
252, 273
Gurion David Ben, 37, 229

H

Halifax Edward F., 27, 264
Hamilton Alexander, 254
Harding Warren G., 314
Harriman Averell, 11, 346
Harris Arthur, 268, 278
Hayek Friedrich A. von, 282, 359
Hebbel Friedrich, 271
Hegel Georg W. F., 57, 60, 118,
120, 121, 124, 125, 128, 129, 24,
328, 359, 363
Heller Michail, 350
Herriot Edouard, 87, 200
Herrnstadt Rudolf, 227
Herrnstadt Fabián, 227
Herzen Alexandr I., 359
Hess Rudolf, 26, 188, 355
Himmler Heinrich, 202
Hitler Adolf, 6, 8, 10, 11, 12, 13,
17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
31, 32, 33, 40, 41, 80, 95, 173,
190, 194, 1499, 203, 211, 224,
226, 256
Ho Chi Minh, 330
Hobbes Thomas, 260
Hobsbawm Eric J., 209, 360
Hoover Herbert, 43, 204, 208,
216, 258, 314, 366
Howard Roy, 54, 366, 370
Humbert-Droz Jules, 81, 361
Hussein Saddam, 209

J

Jackson Andrew, 184
Jagoda Genrich G., 80, 158, 243
Jefferson Thomas, 207, 208, 209,
255, 323, 330, 361
Jodl Alfred, 295

K

Kaganovitch Lazar, 44, 64, 139,
145, 203, 224, 243
Kamenev Lev B., 48, 76, 81, 136,
343
Kant Immanuel, 240, 362
Kautsky Karl, 48, 110, 111, 112,
113, 123, 126, 326
Kennan George, 146, 147, 148,
179, 362
Kennedy John, 188, 306, 357, 367
Kerenski Aleksandr F., 5, 41, 43,
44, 88, 89, 101, 230, 252, 362
Kershaw Ian, 337, 362
King Martin Luther, 183
Kirchner Peter, 227
Kirov Sergei M., 5, 19, 21, 70, 71,
72, 73, 74, 75, 84, 142, 144, 145,
147, 164, 169, 222, 223, 290, 296,
363
Kissinger Henry, 308, 311, 363
Kleist Heinrich von, 326
Klemperer Viktor, 219, 313, 363
Kojève Alexandre, 10, 13, 363
Koltchak Alexandr V., 52, 53
Kollontai Alexandra M., 63, 114,
115, 117, 121, 194, 363
Kornilov Lavr G., 102, 264
Kun Béla, 212, 299, 344
Kusnezov Nikolai G., 45
Kutuzov Mikhail I., 346

L

Landsbergis Vytautas, 347
Lasevitch Mikhail M., 76, 77

Laski Harold J., 11, 13, 363
Lênin Vladimir I., 12, 18, 20, 21, 48, 49, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 79, 80, 82, 83, 89, 92, 96, 107, 108, 112, 113, 115, 116, 125, 126, 128, 129, 135, 136, 138, 151, 158, 159, 175, 183, 212, 241, 244, 245, 246, 256, 259, 260, 275, 280, 287, 290, 327, 329, 330, 340, 343, 344, 345, 359, 361, 363, 369
Liebknecht Karl, 257, 363
Lincoln Abraham, 7, 279, 281, 363
Lloyd George, 286, 314
Locke John, 330, 331, 332
Lon Nol, 309
Loth Wilfried, 340, 364
Louverture Toussaint, 325, 361
Ludendorff Erich, 345
Luís XVI, 298
Lukács György, 181, 182, 261, 272, 364
Lumumba Patrice, 238
Lutero Martinho, 330
Luttwak Edward, 307, 364
Luxemburgo Rosa, 48, 122, 123, 124, 126, 213, 257
Lvov Georgi E., 104

M

Madison James, 213, 329, 359, 374
Maistre Joseph de, 99, 109, 269, 364
Maiski Ivan M., 26
Maklakov Vasili A., 107
Malaparte Curzio, 77, 78, 288, 341, 364
Malenkov Georgi M., 44
Mandel Leo, 227
Mann Thomas, 12, 13, 364

Mao Zedong, 117, 179, 180, 192, 242, 283, 302, 304, 306, 307, 308, 330, 342, 355, 365
Maomé, 330
Marchesi Concetto, 341
Marx Karl, 365
Masaryk Jan, 38
McCarthy Joseph, 232
Medvedev Roi A., 210, 365
Meir Golda, 235
Mendelsohn (família), 243
Mengele Joseph, 170
Mgeladze Akaki, 35
Mikolajczyk Stanislaw, 38
Milinkov Pavel N., 107
Mill John Stuart, 303, 332
Mirbach Wilhelm, 88
Mises Ludwig von, 314, 366
Mitterrand François, 351
Molotov Viatcheslaw M., 44, 45, 96, 240, 258, 266, 295, 340, 346
Montgomery Bernard, 207
Mussolini Benito, 11, 26, 209, 265, 313, 314

N

Napoleão I Bonaparte, 43, 44, 136, 339
Nasser Gamal A., 217
Nero, 334, 357
Neurath Konstantin von, 94
Nicolau II, 75, 88, 243, 253
Nietzsche Friedrich, 12, 255, 259, 329, 332, 364
Nikolaev Leonid, 71, 72, 73, 145
Nixon Richard, 309, 311
Nolte Ernst, 41, 267, 366

O

O'Connell Daniel, 43
Orlov Alexandr M., 84, 287, 288

P

Pannekoek Anton, 67, 366
Pareto Vilfredo, 262, 366
Pascal Pierre, 56, 113, 114
Patterson William, 183
Patton George S., 226, 276, 357
Pauker Ana, 237
Péricles, 351
Petrarca Francesco, 273
Pedro o Grande, 7, 11, 15, 109, 160, 175, 279, 280, 283
Pilsudski Józef, 362
Pjatakov Grigori L., 344
Pol Pot, 302, 309, 311, 312, 331, 368
Popper Karl R., 333
Procópio, 336
Pugatchov Emilian I., 100, 110

Q

Quinet Edgar, 302

R

Radek Karl B, 136, 344
Rákosi Rákosi, 226
Reagan Ronald, 202, 351, 352
Riazanov David B., 51
Ribbentrop Joachim von, 247, 348
Riutin Martemian N., 82
Robespierre Maximilien de, 127, 242, 30, 301, 33, 339, 369
Rogowin Wadim S., 96, 290, 370
Romano Sergio, 353
Romanov (dinastia), 76, 110, 245
Romas Mikhail, 107
Roosevelt Franklin Delano, 25, 357
Roosevelt Theodore, 186, 213, 260, 262, 263
Rosenberg Alfred, 7, 197, 216, 232, 233, 234
Rosselli Carlo, 14, 366

Rostow Walt W., 305
Roth Joseph, 113
Rothschild (família), 242
Rousseau Jean-Jacques, 254
Roy Olivier, 291
Rykov Aleksei I., 94

S

Saint-Just Louis-A.-L., 299
Santo Mazzarino, 336
Sargent Orme, 37
Sedov Lev, 79
Tchevornadze Eduard, 350
Sevtchenko Taras, 201
Shaposhnikov Boris M., 95
Sherman William T., 327
Shirer William L., 250, 367
Slánský Rudolf, 236
Smith Andrew, 83, 84, 364
Soljenitsyn Aleksandr I., 85, 159
Somosa Anastásio, 268
Sonnenfeldt Helmut, 349
Souvarine Boris, 76, 367
Spadolini Giovanni, 350
Spencer Herbert, 186
Spengler Oswald, 16, 367
Stasek Bohumil, 38
Stassen Harald, 251
Stimson Henry L., 27
Stoddard Lothrop, 213, 214, 314, 325, 389, 368
Stolypin Petr A., 252
Strong Anne Louise, 368
Sun Yat-Sen, 241, 304, 368

T

Tácito Públio Cornélio, 340
Temple Richard, 205
Tibério, 340
Tibulo (Albius Tibullius), 337
Tito Josip Broz, 142, 330

Tocqueville Alexis de, 184, 207,
259, 302, 327, 323, 325, 331, 332
Togliatti Palmiro, 340, 367
Toynbee Arnold, 368
Trevelyan Charles Edward, 207
Trotski Lev, 1, 9, 10, 16, 17, 21,
23, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 60, 61,
62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 73, 74,
75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 86,
87, 88, 89, 91, 92, 93, 112, 115,
121, 128, ... mais mais ...
Truman Harry S., 44, 143, 181,
228, 267, 304, 333
Tukatchevski Mikhail N., 91, 92,
93, 94, 95, 136, 137, 288, 289

V

Vlassik Nikolai, 71
Vysinskij Andrei J. 158

W

Wajda Andrzej, 340
Walesa Lech, 349
Walzer Michael, 270, 271, 272,
273, 275, 369
Washington George, 16, 147, 205,
217, 231, 232, 248, 255, 268, 269,
277, 282, 302, 305, 307, 309, 310,
311, 317, 321, 330, 346, 355, 357,
370
Webb Beatriz, 13, 31
Weber Max, 164
Webster Nesta H., 213
Weishaupt Adam, 213
Weiss Gus, 254
Wels Otto, 254
Werth Nicolas, 71, 363, 370
Wheeler Burton K., 43
Wilson Thomas W., 42, 208, 254,
255, 299, 325, 332
Witte Serge, 100
Wittgenstein Ludwig, 181

Wojtyla Karol, 348, 349
Wolf Markus, 350

Y

Yaari Ariè, 234

Z

Zhdanov Andrei, 238, 295
Zinoviev Alexandr, 48, 49, 76, 81,
96, 135, 136, 300, 342, 370
Zinoviev Gregori, 48, 49, 76, 96,
135, 136, 300, 342
Zhukov Georgi K. 31
Jdanov ver Zhdanov, 238, 296
Jukov ver Zhukov, 44